

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

EFICÁCIA COLETIVA E VITIMIZAÇÃO: SINGULARIDADES DE CONTROLE  
SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL

Márcio Júlio Da Silva Mattos

BRASÍLIA-DF

2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MÁRCIO JÚLIO DA SILVA MATTOS

EFICÁCIA COLETIVA E VITIMIZAÇÃO: SINGULARIDADES DE  
CONTROLE SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL

Tese apresentada como requisito parcial para a  
obtenção do Título de Doutor em Sociologia  
pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
da Universidade de Brasília

BRASÍLIA-DF

2019



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

EFICÁCIA COLETIVA E VITIMIZAÇÃO: SINGULARIDADES DE CONTROLE  
SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL

Autor: Márcio Júlio da Silva Mattos

Orientador: Professor Doutor Arthur Trindade Maranhão Costa

Banca examinadora:

Professora Doutora Elizabeth Leeds – Center for International Studies, Massachusetts  
Institute of Technology

Professor Doutor Bruno Amaral Machado – FESMPDFT/UNICEUB

Professora Doutora Cecilia Chouhy – College of Criminology & Criminal Justice, Florida  
State University

Professora Doutora Analía Laura Soria Batista – Departamento de Sociologia,  
Universidade de Brasília

Suplente:

Professora Doutora Haydée Caruso – Departamento de Sociologia, Universidade de  
Brasília

## DEDICATÓRIA

*Para Mariana, Lara e Liz*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade de Brasília pela dedicação e profissionalismo. Nestes últimos 11 anos, desde que iniciei a Especialização em Violência e Segurança Pública, passando pelo Mestrado e, agora no Doutorado, muitas pessoas participaram da minha formação e sou-lhes muito grato. A marca que os une é a dedicação ao que fazem e isso os faz muito especiais.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e à Comissão Fulbright, do Governo dos Estados Unidos, pela bolsa que me permitiu permanecer como pesquisador visitante na Universidade de Massachusetts Boston (2016/2017). Sem o apoio e a rede estabelecida durante esse período, minha estadia nos Estados Unidos teria sido muito menos significativa. Todos os seminários, encontros de bolsistas, congressos e palestras proporcionados pela Comissão Fulbright permitiram uma nova compreensão do fazer-pesquisa, antes mesmo dos temas de interesse.

Agradeço à Universidade de Massachusetts Boston que me acolheu por momentos inesquecíveis. Uma nova relação com a atividade de pesquisa surgiu ao longo do doutorado e isso se deve aos profissionais que me inspiraram nessa trajetória. A receptividade começou antes mesmo da chegada, quando a professora Andrea Leverentz me aceitou em seu grupo de pesquisa. Seus comentários e sugestões foram preciosos. O encorajamento na UMass-Boston veio dos demais professores e colegas de pesquisa, aos quais sou especialmente grato: Dr. Kevin Wozniak, Dra. Bianca Bersani, Adam Pitman, Candace Cantrell, Alessandra Bazo Vienrich, Robyn Guria e Gifty Debordes-Jackson.

Agradeço à Elizabeth Leeds, do Centro de Estudos Internacionais do Instituto de Tecnologia de Massachusetts e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pelo acolhimento e incentivo desde o início do período sanduíche. Suas sugestões, conselhos e indicações de leituras e contatos foram essenciais para o meu desenvolvimento acadêmico. Mais do que uma supervisora, sua participação nesse processo transcendeu a tese e marcou minha trajetória. Sua história de dedicação a compreender o Brasil e as questões sobre violência e segurança pública no país apenas se compara à calma, à segurança e ao carinho com que trata aqueles que têm a felicidade de cruzar o seu caminho. Agradeço, ainda, por fazer parte da banca de arguição desta tese.

Agradeço ao meu orientador, professor Arthur Costa, cujo profissionalismo, obstinação, empenho e amizade permitiram que essa jornada fosse de muito aprendizado. Sua clareza, simplicidade e atenção foram indicativos de que era o caminho certo a ser percorrido e, mesmo quando foram necessárias, as correções de rumo pareceram naturais. Permitir que eu

pudesse conduzir com autonomia e segurança etapas desse processo formativo faz parte da grandeza de um profissional inspirador. Espero poder retribuir toda sua dedicação.

Agradeço às integrantes da banca de qualificação, professoras Analía Soria Batista e Lourdes Maria Bandeira. Seus comentários e sugestões caminharam comigo e ajudaram na melhoria desta tese. Tive a oportunidade de ser orientado pela professora Analía anos antes, no mestrado, e seu desprendimento em compartilhar ideias, discutir textos e evidências empíricas é notável. As atividades de docência no ensino superior e pesquisa não são caminhos fáceis, mas exemplos como o seu ajudam a compor um horizonte a aspirar.

Muitos foram os que colaboraram direta e indiretamente para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos colegas bolsistas da Comissão Fulbright/Capes do período 2016/2017, agradeço o suporte e apoio não apenas durante o sanduíche. O compartilhamento mútuo de dificuldades e realizações serviram para o crescimento de todos. Não apenas em relação ao desenvolvimento de nossas teses, saímos pessoas melhores depois dessa jornada juntos.

A professora Cecília Chouhy foi paciente nas explicações sobre a modelagem hierárquica de dados. Suas pesquisas tornaram menos tortuosos os meus caminhos e os seus conselhos foram decisivos em tornar esta tese viável. Com destacado espírito de cooperação, sua ajuda foi especialmente importante na interpretação dos dados. Além disso, tê-la na banca de defesa desta tese é motivo de especial satisfação.

Agradeço, ainda, ao professor Bruno Amaral Machado pela participação na banca de defesa desta tese.

Meus familiares foram o esteio sem o qual esta tese sequer teria sido pensada. Devo render homenagens à minha mãe, Luzia, pelo exemplo de dedicação e perseverança. Mesmo nas ideias que menos faziam sentido, desde a infância, seu apoio incondicional me movia para frente. Por tudo o que abriu mão para que eu pudesse estudar, minha gratidão eterna. Espero poder ser para as suas netas, parte do que foi para mim. Também à Lívia e à Lara, agradeço a compreensão em todos os momentos em que não estive presente.

Por fim, agradeço à Mariana Borges, a Mari, por embarcar comigo nos meus sonhos, compartilhar minhas angústias e dividir comigo esta vida. Esta tese não seria possível sem você. Aliás, todo o resto também não o seria! Agradeço por compreender as ausências, as noites em claro, os turnos dobrados, os eventos perdidos. Obrigado por mudar sua vida e continuar me aceitando nela. Por fim, à nossa *apressada* Liz, sou grato por, na simplicidade de apenas existir, me fazer sentir alguém melhor e mais capaz.

## RESUMO

A incidência criminal é uma das questões mais prementes da sociedade brasileira. A trajetória crescente das violências letais no país alcançou seu maior nível histórico em 2017. Foram mais de 65 mil homicídios, o que equivale à uma taxa de 31,6 mortes para cada cem mil habitantes (CERQUEIRA et al., 2019). Entre 2007 e 2017, foram mais de 618 mil homicídios acumulados. Apenas 34 cidades possuem população atual superior ao número de homicídios registrados no país nesse período. Trata-se de um problema complexo e multicausal que exige diferentes abordagens em busca de diagnósticos e propostas de intervenção.

Esta tese oferece uma perspectiva inovadora para o debate criminológico no contexto brasileiro. Trata-se de uma análise socio-criminológica sobre a incidência criminal nas vizinhanças do Distrito Federal a partir de suas configurações sociais. Discuto como configurações sociais em nível vicinal, como a eficácia coletiva e o cinismo legal, impactam a incidência de crimes contra o patrimônio e contra a pessoa no Distrito Federal, tendo as vizinhanças como unidade analítica. Na esteira da tradição de pesquisas da Escola de Chicago, utilizo a perspectiva ecológica para evidenciar como as interações locais entre moradores em vizinhanças da capital interferem nas chances de vitimização nos territórios. Como pano de fundo, discuto a importância das vizinhanças na compreensão do social.

A Teoria da Eficácia Coletiva é a principal referência teórica contemporânea deste campo de estudos. Sua abordagem central analisa processos e mecanismos sociais em nível vicinal como fatores explicativos para resultados sociais como o controle do crime. A utilização do modelo teórico da eficácia coletiva no contexto brasileiro apesar de incipiente tem sido marcada pela caracterização de limitações à sua generalização, o que se convencionou denominar como o paradoxo brasileiro da eficácia coletiva. Ou seja, vizinhanças com densos e frequentes laços sociais entre os moradores são marcadas por limitada capacidade de controle social informal e, por conseguinte, concentram mais crimes. A reformulação desse paradoxo é outro objetivo desta tese.

Foram utilizadas diferentes fontes de dados no desenvolvimento dos objetivos específicos desta pesquisa. Inicialmente, analisei os dados da Pesquisa Distrital de Vitimização, realizada em 2018, por meio de técnicas estatísticas de modelagem hierárquica de dados. Ao todo, foram analisados 4.961 questionários representativas de 77 vizinhanças do DF. Além disso, utilizei dados oficiais das áreas de saúde, educação, segurança pública e, ainda, dados populacionais e demográficos do DF. Ademais, realizei trabalho de campo na Estrutural entre 2016 e 2019, por meio de entrevistas e grupos focais com moradores, professores de escolas públicas, mães de alunos das escolas locais, policiais militares, líderes comunitários e conselheiros tutelares.

Os resultados evidenciaram que a eficácia coletiva, medida a partir das variáveis coesão social e controle social informal, explica parcialmente a incidência de crimes no DF. No caso dos crimes contra a pessoa, a coesão social e o controle social informal apresentaram resultados significativos, mas em direções opostas. Logo, as variáveis captaram fenômenos distintos da realidade social no contexto brasileiro. Uma das alternativas explicativas foi o cinismo legal. Essa variável demonstrou a melhor capacidade de predição tanto para os crimes contra o patrimônio como para os crimes contra a pessoa no DF. Isso indica que a percepção de disponibilidade e de acesso à lei e aos seus agentes foi um fator central na compreensão da incidência criminal no contexto local, sendo associado a mais crimes em todos os contextos analisados. Além disso, foram discutidos os efeitos de variáveis relacionadas às desvantagens concentradas, instabilidade residencial, desordens sociais, incivildades, comércio informal, presença de gangues e presença de policiamento.

Por fim, foram analisadas características da organização social de uma vizinhança empobrecida do Distrito Federal, a Estrutural, como forma de avançar na compreensão das limitações da teoria da eficácia coletiva como fator de proteção social no contexto brasileiro. Dentre os resultados, três tipos de configurações sociais foram evidenciados. Em primeiro lugar, o controle social realizado por meio de estratégias articuladas em nível paroquial se revelou central, extrapolando a dimensão pública em termos materiais e simbólicos. A supervisão de crianças e adolescentes desempenhou papel central na lógica paroquial de produção do controle em nível local. Além disso, o controle social em nível público pareceu repercutir uma limitada capacidade de mobilização de recursos externos à vizinhança. Ou seja, a marginalização política foi um aspecto essencial na compreensão da produção de controle no contexto local. E, por fim, a presença de gangues foi evidenciada como um entrave adicional para o engajamento na proteção social por meio da mobilização comunitária. Ao final desta tese, apresento sugestões sobre as direções futuras para pesquisas sobre comunidades e crime no contexto brasileiro, a partir da discussão das limitações encontradas na realização da pesquisa. Além disso, analiso possíveis implicações práticas para intervenções de políticas públicas dirigidas ao controle do crime no Brasil.

Palavras-chave: Eficácia coletiva. Cinismo legal. Efeitos vizinhança. Distrito Federal.

## ABSTRACT

Criminal incidence is one of the most pressing problems of Brazilian society. The rising trajectory of lethal violence in Brazil reached its highest level in 2017. More than 65,000 homicides were registered, which equals a rate of 31.6 homicides per 100 thousand inhabitants (CERQUEIRA et al., 2019). There were more than 618,000 homicides between 2007 and 2017. Only 34 Brazilian cities have a current population higher than the number of homicides recorded in the country in this period. This is a complex and multi-causal problem that requires different perspectives in search of diagnostics and intervention proposals.

This dissertation offers an innovative perspective for the criminological debate in the Brazilian context. This is a sociological and criminological analysis about the criminal incidence in the neighborhoods of the Federal District, based on their social configurations. In fact, neighborhoods are the central unit of analysis. Thus, I discuss how neighborhood social configurations, such as collective efficacy and legal cynicism, impact the incidence of both property and personal crimes in the Federal District. In the wake of the Chicago School's research tradition, I benefit from the ecological perspective to evidence how local interactions between residents in local neighborhoods of the Federal District impact the victimization chances. Therefore, I discuss the importance of neighborhoods in understanding the social fabric.

The Collective Efficacy Theory is one of the most important theoretical references in this field of studies. Its approach analyzes social processes in neighborhoods as explanatory factors for social outcomes such as crime control. The generalization of the collective efficacy model for the Brazilian context, although incipient, has been marked by limitations through what has been termed the Brazilian paradox of collective efficacy. That is, neighborhoods with dense social ties among residents are marked by a limited capacity for informal social control and, therefore, concentrate more crime. The reconsideration of this paradox is another objective of this dissertation.

Different data sources were used in the development of the specific objectives of this dissertation. Initially, I analyzed data from the District Victimization Survey, conducted in 2018, using statistical techniques of hierarchical data modeling. In all, 4,961 questionnaires representing 77 neighborhoods of the Federal District were analyzed. In addition, official health, education, demographic and criminal data were discussed. Moreover, I realized interviews and focus groups in a local community (Estrutural) with residents, public school teachers, student mothers, military police officers, community leaders, and guardianship counselors. The fieldwork was conducted between 2016 and 2019.

The results demonstrated that collective efficacy, measured as social cohesion and informal social control, partially explains the incidence of crimes in the Federal District. In the case of property crimes, social cohesion and informal social control presented significant results, but in opposite directions. Therefore, the variables captured different phenomena in the Brazilian context. One of the theoretical alternatives was legal cynicism. This variable demonstrated the best predictive capacity both for property and personal crimes in the Federal District. This indicates that the perception of availability and access to the law and its agents was a central factor in understanding the criminal incidence in Brazil, being associated to higher chances of criminal incidence in all models. Furthermore, the effects of variables related to concentrated disadvantages, residential instability, social disorders, incivility, informal commerce, presence of gangs and the presence of the police were discussed.

Finally, I analyzed social organization characteristics of an impoverished neighborhood in Federal District (Estrutural) as a form of further understanding the limitations of collective efficacy theory in Brazil. Among the results, three types of social configurations were evidenced. In the first place, social control carried out through articulated strategies at the parochial level has proved to be central, extrapolating the public dimension in material and symbolic terms. The supervision of children and adolescents played a central role in the parochial logic of social control at the local level. In addition, social control at the public level seemed to reflect a limited ability to mobilize external resources to the neighborhood. That is, political marginalization was an essential aspect of understanding the production of control in the local context. Finally, the presence of gangs was evidenced as an additional obstacle to the engagement in social protection through community mobilization.

Keywords: Collective Efficacy. Legal Cynicism. Neighborhood Effects. Brazil. Brasília.



## RESUMEN

La incidencia criminal es uno de los problemas más apremiantes de la sociedad brasileña. La creciente trayectoria de violencia letal en Brasil alcanzó su nivel más alto en 2017. Se registraron más de 65,000 homicidios, lo que equivale a una tasa de 31.6 homicidios por cada 100 mil habitantes (CERQUEIRA et al., 2019). Hubo más de 618,000 homicidios entre 2007 y 2017. Solo 34 ciudades brasileñas tienen una población actual mayor que la cantidad de homicidios registrados en el país en este período. Este es un problema complejo y multicausal que requiere diferentes perspectivas en la búsqueda de diagnósticos y propuestas de intervención.

Esta tesis ofrece una perspectiva innovadora para el debate criminológico en el contexto brasileño. Este es un análisis sociológico y criminológico sobre la incidencia delictiva en los barrios del Distrito Federal, con base en sus configuraciones sociales. De hecho, los barrios son la unidad central de análisis. Por lo tanto, analizo cómo las configuraciones sociales de los vecindarios, como la eficacia colectiva y el cinismo legal, afectan la incidencia de delitos tanto de propiedad como personales en el Distrito Federal. A raíz de la tradición de investigación de la Escuela de Chicago, me beneficio de la perspectiva ecológica para demostrar cómo las interacciones locales entre los residentes en los barrios del Distrito Federal impactan las posibilidades de victimización. Por lo tanto, discuto la importancia de los barrios para entender el tejido social.

La Teoría de la Eficacia Colectiva es una de las referencias teóricas más importantes en este campo de estudios. Su enfoque de análisis de los procesos sociales en barrios como factores explicativos de los resultados sociales, tales como el control del delito. La generalización del modelo de eficacia colectiva para el contexto brasileño, aunque incipiente, se ha caracterizado por limitaciones a través de lo que se ha denominado la paradoja brasileña de la eficacia colectiva. Es decir, los barrios con lazos sociales densas entre los residentes están marcados por una limitada capacidad de control social informal y, por lo tanto, concentrarse más crimen. La reconsideración de esta paradoja es otro objetivo de esta disertación.

Diferentes fuentes de datos fueron utilizadas en el desarrollo de los objetivos específicos de esta tesis doctoral. Inicialmente, analicé los datos de la Encuesta Distrital de Victimización, realizada en 2018, utilizando técnicas estadísticas de modelado jerárquico de datos. En total, se analizaron 4,961 cuestionarios que representan a 77 barrios del Distrito Federal. Además, se discutieron los datos oficiales de salud, educación, demográficos y penales. Por otra parte, realicé entrevistas y grupos focales en una comunidad local (Estructural) con residentes, maestros de escuelas públicas, madres de estudiantes, estudiantes, oficiales de la policía militar, líderes comunitarios y consejeros de tutela. El trabajo de campo se realizó entre 2016 y 2019.

Los resultados demostraron que la eficacia colectiva, medida como la cohesión social y el control social informal, explica en parte la incidencia de delitos en el Distrito Federal. En el caso de delitos contra la propiedad, la cohesión social y el control social informal presentaron resultados significativos, pero en direcciones opuestas. Por lo tanto, las variables capturaron diferentes fenómenos en el contexto brasileño. Una de las alternativas teóricas fue el cinismo legal. Esta variable demostró la mejor capacidad predictiva tanto para delitos contra la propiedad como personales en el Distrito Federal. Esto indica que la percepción de la disponibilidad y el acceso a la ley y sus agentes fue un factor central para comprender la incidencia criminal en Brasil. Además, se discutieron los efectos de las variables relacionadas con las desventajas concentradas, la inestabilidad residencial, los desórdenes sociales, la incivilidad, el comercio informal, la presencia de pandillas y la presencia de la policía.

Finalmente, se analizaron las características de la organización social de un barrio empobrecido del Distrito Federal (Estrutural) como una forma de comprender mejor las limitaciones de la teoría de la eficacia colectiva en Brasil. Entre los resultados, se evidenciaron tres tipos de configuraciones sociales. En primer lugar, el control social llevado a cabo a través de estrategias articuladas a nivel parroquial ha demostrado ser central, extrapolarlo la dimensión pública en términos materiales y simbólicos. La supervisión de los niños y adolescentes desempeñó un papel central en la lógica parroquial del control social a nivel local. Además, el control social a nivel público parecía reflejar una capacidad limitada para movilizar recursos externos al vecindario. Es decir, la marginación política era un aspecto esencial para comprender la producción de control en el contexto local. Finalmente, la presencia de pandillas se puso de manifiesto como un obstáculo adicional para la participación en la protección social a través de la movilización de la comunidad.

Palabras clave: Eficacia Colectiva. Cinismo legal. Efectos del barrio. Brasil. Brasília.

## LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1. ÁREAS URBANAS. EXTRAÍDO DE BURGESS (1925 APUD PARK ET AL. (1968), P. 55) .....	40
FIGURA 2. TAXA DE HOMICÍDIOS POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF, 2011-2017 .....	133
FIGURA 3. MÉDIA DOS VALORES IMPUTADOS DE DESVANTAGENS CONCENTRADAS EM NÍVEL VICINAL.....	158
FIGURA 4. DESVIO-PADRÃO DOS VALORES IMPUTADOS DE DESVANTAGENS CONCENTRADAS EM NÍVEL VICINAL .....	158
FIGURA 5. COMPARATIVO DAS DISTRIBUIÇÕES DE DADOS IMPUTADOS, OBSERVADOS E COMPLETOS DA VARIÁVEL DESVANTAGENS CONCENTRADAS.....	160
FIGURA 6. IMAGEM DA MATRIZ DE CONTROLE E REVISÃO .....	185
FIGURA 7. PROPRIEDADES DE UM NÓ NO NVIVO 12.....	190
FIGURA 8. INFORMAÇÕES DE UM NÓ NO NVIVO 12. ....	190
FIGURA 9. MAPA MENTAL DA CATEGORIA CONTROLE SOCIAL INFORMAL. NVIVO 12. ....	191
FIGURA 10. ESTIMATIVAS DOS EFEITOS DAS DESVANTAGENS CONCENTRADAS SOBRE O CONTROLE SOCIAL INFORMAL NO DF. INTERVALO DE CONFIANÇA DE 95%.....	197
FIGURA 11. ESTIMATIVAS DOS EFEITOS DA INSTABILIDADE RESIDENCIAL SOBRE A COESÃO SOCIAL NO DF. INTERVALO DE CONFIANÇA DE 95%.....	198
FIGURA 12. DISTÂNCIA ENTRE A ESTRUTURAL E A REGIÃO CENTRAL DO DF.....	250
FIGURA 13. OCUPAÇÃO DA ESTRUTURAL EM 1975.....	251
FIGURA 14. OCUPAÇÃO DA ESTRUTURAL EM 1991.....	252
FIGURA 15. OCUPAÇÃO DA ESTRUTURAL EM 2014.....	254
FIGURA 16. FACHADA DA CRECHE DA TIA TATÁ. ....	277
FIGURA 17. MANIFESTAÇÃO CONTRA A RETIRADA DE MORADORES DE OCUPAÇÕES IRREGULARES NO SANTA LUZIA .....	286
FIGURA 18. LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DA ESTRUTURAL.....	290
FIGURA 19. DIVISÃO DA ESTRUTURAL POR SETORES. ....	300

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1.</b> TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR 1.000 NASCIDOS VIVOS), SEGUNDO REGIÕES DO BRASIL. 1940-2010 .....	105
<b>TABELA 2.</b> TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL SEGUNDO REGIÕES DO BRASIL. 1940-2010 .....	106
<b>TABELA 3.</b> INDICADORES DE ESTRUTURA ETÁRIA, FECUNDIDADE E MORTALIDADE. BRASIL, REGIÃO CENTRO-OESTE E DISTRITO FEDERAL. 1970-2010 .....	109
<b>TABELA 4.</b> POPULAÇÃO E INDICADORES DE ESTRUTURA ETÁRIA, FECUNDIDADE E MORTALIDADE SEGUNDO REGIÕES DO DF POR RENDA PER CAPITA MÉDIA MENSAL, 2015.....	116
<b>TABELA 5.</b> TAXAS DE HOMICÍDIOS DO BRASIL, CENTRO-OESTE E DISTRITO FEDERAL, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SOCIAIS - 2015 A 2017 .....	126
<b>TABELA 6 .</b> TAXAS DE HOMICÍDIOS NO DISTRITO FEDERAL, POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS - 2011/2017.....	130
<b>TABELA 7.</b> TAXAS DE PREVALÊNCIA E DE VITIMIZAÇÃO PARA CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A PESSOA NO DF, POR CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS - 2018.....	141
<b>TABELA 8.</b> DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DO BANCO DE DADOS DA PDV 2018 .....	154
<b>TABELA 9.</b> DESCRIÇÃO DOS DADOS PERDIDOS DAS VARIÁVEIS DE INTERESSE DA PDV 2018.....	156
<b>TABELA 10.</b> ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DAS VARIÁVEIS IMPUTADAS.....	161
<b>TABELA 11.</b> CORRELAÇÕES ENTRE AS VARIÁVEIS EM NÍVEL VICINAL, INCLUINDO AS VARIÁVEIS DEPENDENTES. ....	162
<b>TABELA 12.</b> CARACTERÍSTICAS DOS PARTICIPANTES DE ENTREVISTAS E GRUPOS FOCAIS.....	182
<b>TABELA 13.</b> REGRESSÕES HIERÁRQUICAS PARA FONTES DE EFICÁCIA COLETIVA NO DISTRITO FEDERAL. MODELOS DE INTERCEPTO ALEATÓRIO. COEFICIENTES .....	195
<b>TABELA 14.</b> REGRESSÕES LOGÍSTICAS HIERÁRQUICAS PARA CRIMES CONTRA A PESSOA NO DISTRITO FEDERAL, 2018. RAZÃO DE CHANCES (ODDS RATIO) .....	205
<b>TABELA 15.</b> REGRESSÕES LOGÍSTICAS HIERÁRQUICAS PARA CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO NO DISTRITO FEDERAL, 2018. RAZÃO DE CHANCES (ODDS RATIO) .....	215

<b>TABELA 16.</b> RESUMO DOS RESULTADOS DAS ESTIMAÇÕES DA TESE, SEGUNDO VARIÁVEIS TEÓRICAS .....	221
<b>TABELA 17.</b> POPULAÇÃO E INDICADORES DE ESTRUTURA ETÁRIA, FECUNDIDADE E MORTALIDADE SEGUNDO RENDA PER CAPITA MÉDIA PARA A ESTRUTURAL E REGIÕES DE RENDA BAIXA DO DF, 2015.....	257
<b>TABELA 18.</b> TAXAS DE PREVALÊNCIA E DE VITIMIZAÇÃO PARA CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A PESSOA, POR CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS NA ESTRUTURAL.....	263
<b>TABELA 19.</b> LOCALIDADE DAS ESCOLAS QUE OS ALUNOS DA ESTRUTURAL POR FAIXA ETÁRIA .....	290

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1.</b> POPULAÇÃO, TAXAS BRUTAS DE MORTALIDADE (TBM) E NATALIDADE (TBN), BRASIL, 1940-2010.....	101
<b>GRÁFICO 2.</b> DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA POR REGIÕES (EM PERCENTUAIS), 1940-2010.....	104
<b>GRÁFICO 3.</b> POPULAÇÃO, TAXAS BRUTAS DE MORTALIDADE (TBM) E NATALIDADE (TBN), DO DISTRITO FEDERAL, 1960 <sup>1</sup> -2010.....	108
<b>GRÁFICO 4.</b> DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, 1959 <sup>1</sup> -2010.....	112
<b>GRÁFICO 5.</b> SALDO MIGRATÓRIO POR REGIÕES DO PAÍS E COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO DISTRITO FEDERAL, SEGUNDO NATURALIDADE - 1960 A 2010.....	113
<b>GRÁFICO 6.</b> TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR FAIXA ETÁRIA, POR REGIÕES DO DF SEGUNDO RENDA PER CAPITA MÉDIA MENSAL, 2015.....	117
<b>GRÁFICO 7.</b> TAXA ESPECÍFICA DE MORTALIDADE, POR FAIXAS ETÁRIAS, SEGUNDO REGIÕES DO DF POR RENDA PER CAPITA MÉDIA MENSAL, 2015.....	119
<b>GRÁFICO 8.</b> TAXAS DE HOMICÍDIOS DO BRASIL, CENTRO-OESTE E DISTRITO FEDERAL, POR GRUPOS DE 100 MIL HABITANTES. 1980-2017.....	125
<b>GRÁFICO 9.</b> TAXA E NÚMERO DE HOMICÍDIOS NO DISTRITO FEDERAL - 2000 A 2017	128
<b>GRÁFICO 10.</b> RAZÃO ENTRE HOMICÍDIOS E POPULAÇÃO NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF, 2011-2017.....	132
<b>GRÁFICO 11.</b> TAXA DE HOMICÍDIOS NO DISTRITO FEDERAL, SEGUNDO FAIXAS DE RENDA. 2011 - 2017.....	135
<b>GRÁFICO 12.</b> TAXA DE PREVALÊNCIA CRIMINAL NO DISTRITO FEDERAL - 2018.....	138
<b>GRÁFICO 13.</b> MODELO IRRESTRITO DE CRIMES CONTRA A PESSOA NO DF. INTERCEPTO ALEATÓRIO POR VIZINHANÇAS. 2018.....	201
<b>GRÁFICO 14.</b> MODELO IRRESTRITO DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO NO DF. INTERCEPTO ALEATÓRIO POR VIZINHANÇAS. 2018.....	212
<b>GRÁFICO 15.</b> FONTES DE COESÃO SOCIAL POR TIPOS DE VIZINHANÇAS, SEGUNDO DESVANTAGENS CONCENTRADAS.....	227
<b>GRÁFICO 16.</b> FONTES DE CONTROLE SOCIAL INFORMAL POR TIPOS DE VIZINHANÇAS, SEGUNDO DESVANTAGENS CONCENTRADAS.....	230

<b>GRÁFICO 17.</b> EFEITOS DAS INTERAÇÕES ENTRE COESÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL INFORMAL SOBRE PROBABILIDADE DE VITIMIZAÇÃO POR CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO NO DF .....	234
<b>GRÁFICO 18.</b> EFEITOS DA EFICÁCIA COLETIVA SOBRE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO NO DF, INCLUINDO INTERAÇÕES ENTRE AS VARIÁVEIS .....	236
<b>GRÁFICO 19.</b> EFEITOS DAS INTERAÇÕES ENTRE COESÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL INFORMAL SOBRE A PROBABILIDADE DE VITIMIZAÇÃO POR CRIMES CONTRA A PESSOA NO DF .....	238
<b>GRÁFICO 20.</b> EFEITOS DA EFICÁCIA COLETIVA SOBRE CRIMES CONTRA A PESSOA NO DF, COM INTERAÇÕES ENTRE AS VARIÁVEIS .....	239
<b>GRÁFICO 21.</b> CINISMO LEGAL POR TIPO DE CRIMES, SEGUNDO VIZINHANÇAS POR DESVANTAGENS CONCENTRADAS .....	242
<b>GRÁFICO 22.</b> EFICÁCIA COLETIVA E CINISMO LEGAL POR TIPO DE CRIMES, SEGUNDO VIZINHANÇAS POR DESVANTAGENS CONCENTRADAS .....	243
<b>GRÁFICO 23.</b> TAXA DE HOMICÍDIOS NO DF, ESTRUTURAL E BRASÍLIA, 2010-2017....	259
<b>GRÁFICO 24.</b> RAZÃO ENTRE HOMICÍDIOS E POPULAÇÃO NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF, 2011-2017 .....	260
<b>GRÁFICO 25.</b> TAXA DE PREVALÊNCIA CRIMINAL NO DF E NA ESTRUTURAL. 2018....	261

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**CODEPLAN** – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

**DATASUS** – DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

**C&C** – COMMUNITIES AND CRIME

**COEF.** - COEFICIENTE

**CSI** – CONTROLE SOCIAL INFORMAL

**IBGE** – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

**MS** – MINISTÉRIO DA SAÚDE

**OR** – ODDS RATIO OU RAZÃO DE CHANCES

**PDAD** – PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

**PDV** – PESQUISA DISTRITAL DE VITIMIZAÇÃO

**RIDE-DF** – REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

**SE-DF** – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

**SSD** – SOCIAL SOURCES OF DELINQUENCY

**SSP-DF** – SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

**TBN** – TAXA BRUTA DE NATALIDADE

**TBM** – TAXA BRUTA DE MORTALIDADE

**TDS** – TEORIA DA DESORGANIZAÇÃO SOCIAL

**TEC** – TEORIA DA EFICÁCIA COLETIVA

**TFT** – TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL

**TMI** – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	23
PARTE I - PERSPECTIVA ECOLÓGICA: A EVOLUÇÃO DE UMA IDEIA .....	34
CAPÍTULO 1. O CONTEXTO SOCIAL NA EXPLICAÇÃO CRIMINOLÓGICA .....	35
1.1 INTRODUÇÃO.....	35
1.2 CONTROLE E DESORGANIZAÇÃO SOCIAL: RECONSTRUINDO O ARGUMENTO CONTEXTUAL ....	37
1.2.1. ECOLOGIA HUMANA EM SHAW E MCKAY.....	38
1.3 “CONTEXT IS EVERYTHING”: A CONTRIBUIÇÃO DE RUTH KORNHAUSER À TEORIA CRIMINOLÓGICA.....	44
1.3.1. CRITICANDO AS MOTIVAÇÕES INDIVIDUAIS.....	45
1.3.2. POR UMA TEORIA “PURA” DO CONTROLE SOCIAL.....	47
1.4 MODELOS SISTÊMICOS DO CRIME: A RELEVÂNCIA DOS LAÇOS SOCIAIS.....	50
1.4.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS: SOCIALIZAÇÃO, INSTITUIÇÕES E CAPACIDADE DE CONTROLE SOCIAL .....	51
1.4.2 ORDENS SOCIAIS E CRIME: A DECOMPOSIÇÃO DO CONTROLE SOCIAL.....	52
1.4.3 EFEITOS VIZINHANÇA E EFEITOS COMPOSICIONAIS: DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS .....	54
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
CAPÍTULO 2. TEORIA DA EFICÁCIA COLETIVA.....	61
2.1. MUDANÇAS NO TECIDO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: A LOCALIZAÇÃO DO GLOBAL?.....	63
2.2. A EVOLUÇÃO DE UMA IDEIA: CONTEXTUALIZANDO A EFICÁCIA COLETIVA.....	66
2.2.1. AFINAL, O QUE É EFICÁCIA COLETIVA? .....	68
2.2.2. COMO OBSERVAR A EFICÁCIA COLETIVA?.....	70
2.2.3. THE PROJECT ON HUMAN DEVELOPMENT IN CHICAGO NEIGHBORHOODS (PHDCN).....	71
2.2.4. O QUADRO ANALÍTICO DA TEORIA DA EFICÁCIA COLETIVA: CINCO PONTOS PRINCIPAIS.....	73
2.3. CRITICANDO A TEORIA DA EFICÁCIA COLETIVA: LIMITAÇÕES E AGENDAS FUTURAS DE PESQUISA .....	77
2.3.1. A DEFINIÇÃO DE VIZINHANÇA.....	77
2.3.2. A ABORDAGEM NEOMARXISTA .....	78
2.3.3. EFICÁCIA COLETIVA COMO EXÓGENA À ESTRUTURA SOCIAL .....	79
2.3.4. COMO DISCRIMINAR EFEITOS ENTRE PROCESSOS SOCIAIS?.....	80
2.3.5. QUAL É O PAPEL DA TECNOLOGIA? .....	80
2.3.6. E O PAPEL DAS AGÊNCIAS DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL NA TEC? .....	81

2.4. GENERALIZAÇÕES DA EFICÁCIA COLETIVA .....	83
2.4.1. CARACTERIZANDO O PARADOXO LATINO-AMERICANO .....	84
2.4.2. MAS QUAL PARADOXO? POR UM BALANÇO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA LATINO-AMERICANA SOBRE A EFICÁCIA COLETIVA.....	86
2.4.3. RECONSTRUINDO O PARADOXO LATINO-AMERICANO: UMA PROPOSTA ANALÍTICA.....	89
2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93

## PARTE II - CONFIGURAÇÕES SOCIAIS, ESTRUTURA E CRIME NO DISTRITO

FEDERAL .....	95
---------------	----

### CAPÍTULO 3. DISTRITO FEDERAL NO CONTEXTO NACIONAL: CARACTERIZANDO PROCESSOS ESTRUTURAIS EM NÍVEL LOCAL.....

3.1 INTRODUÇÃO.....	97
3.2 CRESCIMENTO POPULACIONAL, TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS... 99	
3.2.1 O CONTEXTO NACIONAL.....	100
3.2.2 O CONTEXTO REGIONAL.....	103
3.2.3 O DISTRITO FEDERAL.....	107
3.2.4 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO DISTRITO FEDERAL.....	110
3.2.5 O CONTEXTO DEMOGRÁFICO NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS .....	114
3.3 HOMICÍDIOS EM PERSPECTIVA .....	123
3.3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	123
3.3.2 OS DADOS NACIONAIS .....	124
3.3.3 HOMICÍDIOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF .....	128
3.4 A PESQUISA DISTRITAL DE VITIMIZAÇÃO.....	136
3.4.1 VITIMIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL.....	136
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145

### CAPÍTULO 4. APONTAMENTOS METODOLÓGICOS .....

4.1 INTRODUÇÃO.....	148
4.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA .....	149
4.3 ABORDAGEM QUANTITATIVA.....	149
4.3.1 A PESQUISA DISTRITAL DE VITIMIZAÇÃO - PDV.....	149
4.3.2 DADOS PERDIDOS.....	150
4.3.3 TEORIA DE RESPOSTA AO ITEM (TRI).....	163
4.3.4 CENTRALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS .....	164
4.3.5 VARIÁVEIS DEPENDENTES .....	166

4.3.6 VARIÁVEIS INDEPENDENTES .....	168
4.3.7 MODELOS ESTATÍSTICOS.....	176
4.4 ABORDAGEM QUALITATIVA .....	179
4.4.1 TÉCNICAS DA PESQUISA QUALITATIVA.....	181
4.4.2 CRITÉRIOS DE ANÁLISE.....	184

## **CAPÍTULO 5. EFICÁCIA COLETIVA E CINISMO LEGAL: CONFIGURAÇÕES SOCIAIS NAS VIZINHANÇAS DO DISTRITO FEDERAL..... 192**

5.1 INTRODUÇÃO.....	192
5.2 PRODUZINDO EFICÁCIA COLETIVA .....	194
5.3 EFICÁCIA COLETIVA E CRIMES CONTRA A PESSOA: MODELOS CONCORRENTES.....	200
5.4 EFICÁCIA COLETIVA E CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO: MODELOS CONCORRENTES .....	211
5.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	221
5.5.1 PROBLEMATIZANDO O PARADOXO BRASILEIRO DA EFICÁCIA COLETIVA.....	222
5.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	245

## **CAPÍTULO 6. CONTROLE SOCIAL NA ESTRUTURAL: ENTRE O PAROQUIAL E O PÚBLICO..... 247**

6.1 INTRODUÇÃO.....	247
6.2 HISTÓRICO DA ESTRUTURAL .....	249
6.3 A ESTRUTURAL NO CONTEXTO DEMOGRÁFICO DO DF.....	255
6.4 INDICADORES CRIMINAIS DA ESTRUTURAL .....	259
6.4.1 HOMICÍDIOS NA ESTRUTURAL.....	259
6.4.2 PESQUISA DE VITIMIZAÇÃO: RESULTADOS DA ESTRUTURAL .....	260
6.5 DINÂMICAS COMUNITÁRIAS DE CONTROLE SOCIAL .....	267
6.5.1 CONTROLE SOCIAL EM NÍVEL PAROQUIAL: PERCEPÇÃO DE RISCOS E SUPERVISÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	268
6.5.2 CONTROLE SOCIAL EM NÍVEL PÚBLICO: DISTRIBUIÇÃO ECOLÓGICA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E MARGINALIZAÇÃO POLÍTICA NO DF.....	288
6.5.3 PRESENÇA DE GANGUES NA ESTRUTURAL .....	299
6.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	303

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 305**

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....** 315

APÊNDICE I - ROTEIROS DE ENTREVISTAS .....	337
APÊNDICE II – ROTEIRO DOS GRUPOS FOCAIS.....	342
ANEXO I - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DISTRITAL DE VITIMIZAÇÃO – 2018 .....	343

## INTRODUÇÃO

Comunidades são importantes para compreender a vida em sociedade. Comunidades importam no estabelecimento de diagnósticos sobre causas e consequências de diferentes aspectos das rotinas dos indivíduos. Vistos a partir das comunidades como perspectiva analítica, os problemas sociais assumem características próprias, assim como suas motivações e implicações ganham cores distintas e se objetivam, particularmente, pelas experiências dos indivíduos que lhe tomam parte. As comunidades não se restringem a territórios físicos ou a normas, práticas e valores individuais. Antes disso, as comunidades são atravessadas por características desses territórios, por significados morais e por relações historicamente construídas entre indivíduos, espaços e grupos sociais.

Nesse sentido, comunidades representam um amálgama dinâmico de interações entre indivíduos, grupos de indivíduos, instituições e territórios, seus referenciais e significados, que tomados em perspectiva histórica permitem situar a construção social que lhes informa no tempo, no espaço e no repertório dos indivíduos (SAMPSON, 2012; SUTTLES, 1972). De outra forma, comunidades são mosaicos de fronteiras cognitivas e físicas que se sobrepõem<sup>1</sup> (DELANTY, 2012). Logo, ambos os aspectos são importantes na compreensão de processos sociais marcados por características das comunidades. Não busco uma definição única para comunidade, utilizando-a de forma intercambiável com vizinhanças ao longo da tese, algo recorrente em estudos criminológicos (WILCOX et al., 2018). São especialmente relevantes as características organizacionais e interacionais em nível vicinal, ou seja, suas configurações sociais, seguindo a sociologia *eliasiana* (ELIAS, 1993).

A relevância das comunidades no estudo de fenômenos sociais não é, contudo, recente. A tese clássica de Émile Durkheim segundo a qual o indivíduo se realizaria como tal na vida em sociedade, em que a consciência coletiva seria um resgate dos valores da solidariedade orgânica, está dentre as primeiras referências (DURKHEIM, 1999). Na literatura criminológica, o campo de pesquisas sobre comunidades e crimes (*C&C*) foi iniciada na Escola de Chicago na primeira metade do século XX. Os estudos conduzidos no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago naquela época se concentravam em questões relacionadas ao avanço

---

<sup>1</sup> As referências sobre o poder explicativo de fenômenos sociais a partir das comunidades nesta tese são em sua grande maioria centradas na sociologia urbana norte-americana. Como proposta epistemológica de organização do argumento teórico desta tese, as comunidades são a unidade analítica e reúnem características simbólicas, logo cognitivas, e materiais (SAMPSON, 2012). Os processos sociais que operam *intra e intercomunidades* são privilegiados na compreensão dos resultados coletivos como o controle do crime. Essa discussão será retomada no capítulo 1.

da urbanização e da industrialização e das mudanças sociais que as acompanhavam. O avanço da incidência criminal era um dos problemas centrais e, sob a chave analítica das mudanças nas comunidades, se tornaria uma agenda de pesquisa especialmente influente na criminologia em todo o mundo. Essa agenda é denominada como perspectiva ecológica. Nesta tese, apresento uma análise que retoma questões centrais à ecologia do crime e procuro contribuir para essa tradição de pesquisa, a qual deveria ter maior protagonismo no Brasil.

Comunidades não são um objeto frequente nos estudos sobre crime no Brasil. Ao menos não o são como deveriam ser. Os registros criminais no país são tão alarmantes que contrastam com a falta de relevância que assumem na agenda acadêmica: entre 2007 e 2017, as estimativas apontam que ocorreram cerca de 618 mil homicídios no país, uma taxa média de 29 mortes por grupos de 100 mil habitantes no período (CERQUEIRA et al., 2019). Apenas 34 municípios brasileiros possuem população atual superior à quantidade de homicídios registrados nesse período (IBGE, 2013). E a trajetória é de crescimento nesse período: cerca de 36% de aumento desde 2007 até 2017 (CERQUEIRA et al., 2019). Ou seja, a situação tem se deteriorado ao longo desse período.

Esses dados revelam a dificuldade da sociedade brasileira em lidar com seus conflitos, em mediar assimetrias de poder e, talvez o que mais chama a atenção, a incapacidade de reconhecer a violência como uma das marcas constitutivas da história do nosso país. Identificar e diagnosticar o problema é o passo inicial para a sua superação. Nesta tese, argumento que as comunidades são parte imprescindível na compreensão da incidência criminal e, ainda, das suas possíveis soluções. Com mais de 65 mil homicídios por ano (CERQUEIRA et al., 2019), parece muito pouco continuar a construir diagnósticos e a propor soluções com base apenas em aspectos relacionados a ofensores e ofendidos. É igualmente insuficiente depositar o ônus e o bônus na (in)eficiência das agências do sistema de justiça criminal. Assim, discuto como características estruturais podem ser mais bem exploradas para compreender a incidência criminal e propor medidas de intervenção. Com efeito, esse estudo incorpora aspectos das análises individuais, baseadas em ofendidos, ofensores e sistema de justiça criminal, mas avança na problematização das configurações sociais construídas em níveis meso e macroestruturais e seus impactos sobre a incidência criminal. Ao final, discuto possíveis implicações para políticas públicas a partir dessa mirada, a perspectiva ecológica do crime.

No contexto latino-americano, a utilização do modelo da eficácia coletiva é ainda incipiente. Parte disso se deve aos custos envolvidos em pesquisas com desenho específico para investigar processos em nível comunitário. São necessários dados de um número elevado de respondentes localizados em número razoável de vizinhanças. Entretanto, existem estudos que

oferecem considerações importantes para a utilização do modelo da eficácia coletiva na América Latina. Na Colômbia, merece destaque a análise de Cerda e Morenoff (2009) utilizando dados de Medellín. No Chile, Nuñez e seus colaboradores (2012) analisaram dados sobre Santiago. De maneira comparativa, Chouhy (2016) analisou dados sobre Argentina, Chile, Equador, Peru e Uruguai. Utilizando métodos qualitativos de análise, Arias e Montt (2018) apresentam resultados sobre abordagens semelhantes realizadas em Santiago (Chile), Bogotá (Colômbia) e Lima (Peru).

No caso brasileiro, os principais estudos criminológicos com enfoque ecológico foram produzidos no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP, da Universidade Federal de Minas Gerais. O CRISP/UFGM realizou diversas pesquisas de vitimização no país desde o início dos anos 2000, dentre elas a última edição da Pesquisa Nacional de Vitimização financiada pelo Ministério da Justiça entre 2010 e 2011. O primeiro estudo a utilizar o conceito de desorganização social e oferecer conclusões sobre sua extensão para a eficácia coletiva foi realizado por Villareal e Silva (2006). Analisando dados de Curitiba, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, Oliveira (2009) e Oliveira e Rodrigues (2013) utilizam o modelo sistêmico e também oferecem considerações sobre a utilização do conceito de eficácia coletiva no Brasil. Prates (PRATES, 2009), Cruz (2010), Rocha (2017) e Oliveira e Rodrigues (2017), por sua vez, discutem as limitações da generalização do modelo no contexto brasileiro.

Fora do contexto mineiro, Carneiro e Young (2007), Zaluar e Ribeiro (2009) e Zaluar (ZALUAR, 2010) analisam o modelo ecológico em São Paulo e no Rio de Janeiro respectivamente. Tomados em conjunto, os argumentos desses autores ajudam a formar o que se denominou como *paradoxo* brasileiro à aplicação da teoria da eficácia coletiva. Serão apresentados os principais argumentos sobre essa perspectiva, os quais se somam às críticas discutidas na seção anterior e que delineiam as limitações teóricas e metodológicas que a eficácia coletiva tem demonstrado ao longo do tempo. O enquadramento dessas limitações ao contexto brasileiro informou as opções metodológicas deste estudo de uma forma geral, como veremos no capítulo 5.

Os problemas sociais não são igualmente distribuídos no território. Existem processos e dinâmicas estruturais que ajudam a compreender a diferenciação ecológica entre as comunidades e os seus problemas. Algumas comunidades concentram a maior parte dos crimes de uma cidade ao longo do tempo. A concentração criminal passa a ser uma característica duradoura desses espaços. As implicações desse fenômeno são diversas, tais como a estigmatização de espaços, dos moradores e de suas rotinas de vida, a depreciação comercial de imóveis, a seletividade na atuação e a rotulação por parte dos agentes do sistema de justiça

criminal. Por exemplo, pesquisas relatam como a prisão faz parte da rotina de vida dos moradores de comunidades que concentram crimes (AUYERO; BERTI, 2016) e como representam, em última instância, um mecanismo político de gestão da pobreza (WACQUANT, 2009). Nesse ponto, parece-me que um passo atrás é necessário para evidenciar a abordagem desta tese: a relação entre concentração criminal e classe social não é do tipo causal. Essa é, na verdade, uma associação errônea incentivada pelo senso comum. Uma das principais contribuições do campo de *C&C* é a inclusão de variáveis que explicam a incidência criminal a partir de propriedades de grupos sociais, verdadeiros mecanismos que mediam a influência de características estruturais típicas como renda, bens e itens de conforto. Também aqui a categoria de configurações sociais é uma chave analítica importante: não procuro estabelecer relações de causa e efeito, mas compreender as correlações que distinguem as configurações sociais entre as comunidades do Distrito Federal e o impacto destas sobre resultados coletivos, como o controle social e o crime. Numa palavra, o caminho analítico é figuracional ou correlacional, mas não causal.

Alguns locais concentram mais crimes do que outros. No caso do Distrito Federal, as regiões onde moram cerca de 31% da população concentraram 50% dos homicídios em 2014 (SSPDF, 2018a)<sup>2</sup>. Mais do que isso, foram essas mesmas regiões que concentraram 47% dos desempregados (CODEPLAN, 2015), 52% dos abandonos escolares (SEDF, 2018)<sup>3</sup>, 44% das reprovações escolares (SEDF, 2018)<sup>4</sup>, 61% dos analfabetos acima de 15 anos (CODEPLAN, 2015) e 46% dos casos de gravidezes de crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos (CODEPLAN, 2017)<sup>5</sup>. Serão coincidências? Essa superposição de problemas sociais é aleatória? Pelo contrário. Um dos objetivos desta tese é demonstrar como essa sobreposição de problemas sociais representa resultados coletivos dessas comunidades e do Distrito Federal como um todo. E esses resultados respondem à uma lógica de mútua interação, em que há efeitos relacionais entre os fenômenos e os próprios territórios. Afastando qualquer inclinação determinística, procuro

---

<sup>2</sup> Para fins de comparação com os dados da saúde, utilizo como referência os dados de 2014 na segurança e na educação. Os dados posteriores ao ano de 2014 não foram disponibilizados pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal. São considerados os dados referentes às seguintes regiões: Gama, Brazlândia, Planaltina, Paranoá, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Estrutural, Itapoã e Fercal.

<sup>3</sup> Dados referentes ao total de abandonos registrados em escolas públicas e privadas, nos ensinos médio e fundamental, no Distrito Federal no ano de 2014.

<sup>4</sup> Dados referentes ao total de reprovações registradas em escolas públicas e privadas, nos ensinos médio e fundamental, no Distrito Federal no ano de 2014.

<sup>5</sup> Os dados estão disponíveis no Anuário Estatístico do Distrito Federal e foram complementados com dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação junto à Secretaria de Estado de Saúde e da PDAD 2017.



evidenciar a conformação de ciclos viciosos que repetem determinadas configurações sociais no Distrito federal. Essas configurações tendem a intensificar os efeitos de cada um dos problemas sociais isoladamente. Além disso, são conformadas trajetórias que caracterizam as comunidades ao longo do tempo e impactam as histórias de seus moradores, simbólica e materialmente. Os ciclos viciosos são centrais à compreensão das configurações sociais que possibilitam a concentração criminal no Distrito Federal.

Mas como funcionam esses ciclos viciosos? Por exemplo, como discutirei em detalhe no capítulo 6, a capacidade de controle social está diretamente relacionada à supervisão de crianças e adolescentes exercida por familiares e vizinhos. E as chances de uma pessoa ser vítima de um crime, abandonar os estudos, evadir-se da escola ou mesmo engravidar precocemente são maiores em comunidades com menor capacidade de controle social. Tanto os problemas quanto a capacidade de evitá-los estão relacionados a características que extrapolam o indivíduo. Os mecanismos construídos coletivamente, nos grupos sociais, como as vizinhanças, influenciam as rotinas de vida das pessoas. Nesta tese, demonstro como a capacidade de controle social está relacionada às diferenças nas configurações sociais das comunidades no Distrito Federal.

Uma das marcas principais dos processos e das dinâmicas estruturais que influenciam os resultados coletivos é sua duração ao longo do tempo. A incidência de problemas sociais, como o crime, proporciona o surgimento de efeitos de dependência ao longo do tempo. Ou seja, os problemas são concentrados, exercem influência mútua entre si e o fazem de forma duradoura com o passar dos anos. Os dados acima relativos ao ano de 2014 poderiam ser um ponto fora da curva, como se tornou comum descrever resultados indesejados. Mas o filme evidencia o que a foto não é capaz: revela a permanência da concentração ao longo do tempo. Entre 2008 e 2016, cerca de 46% dos homicídios, 49% dos abandonos e 42% das reprovações escolares ocorreram nas mesmas regiões que concentraram em média nesse período 31% da população. Já no caso das gravidezes de meninas menores de 19 anos, 46% dos casos foram registrados nessas regiões no período entre 2011 e 2014. Essas regiões concentram diferencialmente mais problemas sociais do que o restante dos territórios do DF. Mas, por quê? Quais as possíveis razões por trás desses dados?

O objetivo central desta tese é compreender os impactos dos efeitos vizinhança sobre a variação da incidência criminal no Distrito Federal. A argumentação é construída por meio de uma retomada da análise de mecanismos estruturais e seus processos na explicação criminológica no Brasil. Para tanto, apresento evidências empíricas de que diferentes configurações sociais, como a eficácia coletiva e o cinismo legal, ajudam a explicar a variação da incidência criminal nas vizinhanças do Distrito Federal. Essas configurações sociais são

compreendidas como resultados de interações sociais, dirigidas à realização de objetivos sociais comuns (p.ex. como evitar o crime), e que são dotadas de propriedades específicas, que as diferenciam de desígnios individuais. As comunidades se distinguem por mecanismos de socialização e de controle social próprios, os quais são impactados por processos sociais de diferentes tipos. A tese é construída em torno da análise desses processos sociais.

Logo, em primeiro lugar, são importantes características socioeconômicas e demográficas como densidade populacional, renda, heterogeneidade étnico-racial, faixa etária, instabilidade residencial, dentre outros. Em segundo lugar, existem dinâmicas macrosociais relevantes, como industrialização, urbanização, imigração e migrações internas. Em terceiro lugar, os laços sociais, os valores e as normas, componentes da dimensão simbólica dessas comunidades, além do funcionamento das instituições, são considerados na composição das configurações sociais que diferenciam comunidades no Distrito Federal. Nesta tese, apresento evidências empíricas em favor da relevância das configurações sociais sobre variação criminal no Distrito Federal, ressaltando características de interações sociais como trocas de favores, disposição de intervir e coesão social, além do cinismo legal. Não se trata do nível de pobreza das comunidades, mas das interações que tomam parte os moradores, incluídas as relações com agências públicas.

A tese está dividida em duas partes que se complementam. A primeira parte conta a história da construção da perspectiva ecológica sobre o crime. Em grande medida, apresento essa tradição de pesquisas iniciada pela sociologia urbana da Escola de Chicago e que se tornou um dos campos mais influentes da Criminologia nos Estados Unidos. O objetivo principal é analisar a *rationale* da ecologia criminal, detalhando como os principais conceitos são apresentados e utilizados em pesquisas empíricas, particularmente no que se denomina atualmente *C&C*. Para tanto, começo com um breve histórico do surgimento dos estudos criminais na Escola de Chicago, ressaltando a importância intelectual de autores como Robert Park, Clifford Shaw e Ernest Burgess. Em seguida, percorro o desenvolvimento da Teoria da Desorganização Social, de Shaw e McKay (1942), assim como as suas interpretações posteriores. São analisadas as contribuições de Ruth Kornhauser (1978) que estimulou uma retomada do interesse na perspectiva ecológica do crime após décadas de hegemonia do paradigma individualista metodológico. Além disso, com *Social Sources of Delinquency* (1978), Kornhauser promoveu um reposicionamento conceitual e metodológico das pesquisas ecológicas, defendendo o que chamou de teorias puras do controle.

A sequência cronológica de elaboração do argumento ecológico encontra no trabalho de Robert Bursik Jr e Harold Grasmick (1993) outro momento relevante. Entre as décadas de

1980 e 1990, os autores desenvolveram as bases analíticas para os chamados modelos sistêmicos do crime. Com *Neighborhoods and Crime* (1993), o campo assiste à aplicação de novas técnicas analíticas, assim como a emergência dos laços sociais e da divisão das interações sociais em uma tipologia de ordens sociais (privada, paroquial e pública) ao centro da agenda de pesquisa. São incorporadas novas dimensões da vida social que se somam às características estruturais usualmente utilizadas, como instabilidade residencial, heterogeneidade socio-étnico-racial e densidade populacional. A incorporação dos laços sociais como categoria analítica representaria a fronteira de avanço da perspectiva ecológica nas décadas seguintes. A intensidade, a frequência e os tipos de laços sociais são temas frequentes à época. Em suma, a desorganização social, a crítica de Kornhauser e os modelos sistêmicos estão organizados no capítulo 1.

A teoria da eficácia coletiva oferece os principais elementos analíticos desta tese. Baseada nos estudos de Robert Sampson e seus colaboradores, essa teoria desenvolve sua argumentação a partir dos trabalhos anteriores da perspectiva ecológica do crime (SAMPSON; GROVES, 1989; SAMPSON et al., 1997; MORENOFF et al., 2001). A principal contribuição da teoria é a especificação de processos sociais que informam o desenvolvimento da capacidade de realizar controle social por comunidades. Esses processos sociais são fortemente influenciados por condicionantes estruturais e são refletidos em comportamentos como a disposição de intervir em prol da comunidade, a participação cívica das pessoas e a expectativa compartilhada de definições morais, como o que é e o que não é um problema coletivo, como crimes. Essas expectativas compartilhadas são centrais não apenas por definir problemas, mas por antecipar a capacidade de mobilizar esforços em superá-los. A eficácia coletiva representa uma propriedade social, própria de grupos de pessoas, de interferir em resultados coletivos. E para os pesquisadores dessa área, o crime é um dos resultados mais impactados pela eficácia coletiva. Logo, a teoria da eficácia coletiva está organizada no capítulo 3.

O desenvolvimento teórico foi incremental e o acúmulo analítico é retratado ao longo da Parte I. O fio condutor da discussão teórica é o refinamento do argumento da desorganização social, segundo o qual características estruturais se traduzem em mecanismos sociais que interferem, com efeitos próprios, na vida social e, conseqüentemente, na incidência criminal. Em relação ao objetivo geral da tese, a contribuição da Parte I pode ser resumida em dois pontos principais. Em primeiro lugar, a reconstrução dos argumentos teóricos da perspectiva ecológica é essencial à compreensão dos estudos atuais no campo. São estabelecidos os seus pressupostos, as linhas de argumentação e as motivações por trás da análise das relações entre as variáveis e o contexto social. Logo, a apresentação do estado da arte da trajetória intelectual

da perspectiva ecológica serve, ademais, como forma de legitimar o estudo do crime a partir do contexto social.

Em segundo lugar, a Parte I descreve as alternativas metodológicas utilizadas nos estudos de *C&C*. É comum que a abordagem metodológica seja discutida em capítulos específicos que antecedam a apresentação dos resultados em teses e dissertações. Apesar de fazê-lo, analiso como as escolhas metodológicas foram importantes ao desenvolvimento da perspectiva ecológica, e o faço ainda na Parte I. Essa escolha está relacionada ainda a tornar tão explícitos quanto possível os caminhos metodológicos utilizados na tese a fim de possibilitar eventuais críticas e novos estudos na área. Particularmente, a utilização de múltiplas fontes de dados, como pesquisas de vitimização, entrevistas e grupos focais, é problematizada ao longo da tese.

Com efeito, analiso dados da Pesquisa Distrital de Vitimização, um survey desenvolvido em conjunto com agências oficiais<sup>6</sup> e aplicado nas áreas urbanas do Distrito Federal em 2018. Foram entrevistadas 4.961 pessoas, por amostragem e com representatividade por unidades territoriais incluídas nas regiões administrativas, as unidades integradas de segurança pública. O survey incorpora questões utilizadas em levantamentos anteriores, inclusive na Pesquisa Nacional de Vitimização financiada pelo Ministério da Justiça e realizada pelo CRISP/UFGM e pelo Instituto Datafolha. Além disso, foram realizadas 34 entrevistas e 2 grupos focais com diferentes atores da Estrutural um bairro marcado pela vulnerabilidade social e que dista nove quilômetros do centro de Brasília. Ao todo, foram realizadas 53 horas de gravações, entre maio de 2016 e junho de 2019, com moradores, professores, diretores de escolas, policiais militares, lideranças comunitárias, conselheiros tutelares, adolescentes e crecheiras.

As primeiras entrevistas foram realizadas em maio de 2016, algumas com as mesmas pessoas, e as últimas entrevistas foram concluídas em junho de 2019. Os entrevistados foram selecionados por conveniência. Sou especialmente grato ao apoio da equipe do Centro Social Santa Clara<sup>7</sup> - CSSC, que me permitiu participar de algumas de suas atividades e conhecer

---

<sup>6</sup> O questionário da PDV foi elaborado pela equipe de técnicos da SSPDF, grupo ao qual fiz parte no período entre janeiro de 2015 e fevereiro de 2016. A aplicação do questionário foi realizada no final de 2017 por uma empresa contratada para, além dessa tarefa, tabular os dados. Além disso, os estatísticos da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, foi responsável pela elaboração da amostragem tendo como referência a experiência acumulada com a realizada das Pesquisas Distritais por Amostra de Domicílios, as PDADs. Essas questões serão retomadas no capítulo 5.

<sup>7</sup> O Centro Social Santa Clara é uma organização religiosa vinculada à Igreja Católica que oferece aulas de maternal e educação infantil para crianças da Estrutural. Está localizado na entrada do Setor Santa Luzia, próximo ao antigo aterro sanitário na Estrutural.

aqueles que seriam meus interlocutores em diversos momentos e, em outros, sugeririam novos participantes. Tipicamente, as entrevistas aconteciam nas casas das pessoas ou em seus locais de trabalho, como no caso de conselheiros tutelares, policiais militares, professores e as crecheiras. Os grupos focais foram realizados em julho de 2018 com mães de alunos do CSSC num espaço cedido no local. Durante as entrevistas, eram registradas breves notas no caderno de campo, preservando, sempre que possível, os termos e expressões utilizados. Após cada entrevista, eram realizadas anotações detalhadas, buscando descrever os tópicos discutidos, bem como as dinâmicas percebidas, as reticências, os ditos e os não-ditos e as retóricas utilizadas. Todas as entrevistas foram semiestruturadas e tratavam de tópicos variados, como os motivos de mudança para o bairro, as características do bairro, as percepções sobre violências no bairro e estratégias de controle social e de mobilização locais. A partir de janeiro de 2019, a implantação do projeto de gestão compartilhada entre a polícia militar e a secretaria de educação do CED 1 passou a ser um tema relevante que foi discutido em diferentes entrevistas.

De forma complementar, foram utilizados dados estatísticos das áreas de educação e saúde obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação, além de informações oficiais sobre crimes obtidos junto à Secretaria de Segurança Pública. Para a análise dos dados estatísticos, utilizei o software Stata, versão 14. O NVIVO, versão 12, foi o recurso para a análise qualitativa das entrevistas e dos grupos focais. Além disso, os mapas foram construídos por meio do QGIS, versão 2.18 e do Google Earth. O detalhamento das opções metodológicas será feito ao longo da análise dos resultados e estará reunido no capítulo 5.

A Parte II reúne as evidências empíricas e a discussão dos resultados tanto da PDV quanto das entrevistas e grupos focais. Nas seções que compõem a Parte II, analiso os impactos dos efeitos vizinhança sobre a variação da incidência criminal no Distrito Federal. Inicialmente, no capítulo 4, apresento as características de processos sociodemográficos da ocupação do DF, como forma de situar o contexto local em relação ao país e à região Centro-Oeste. São destacadas dinâmicas relacionadas à urbanização e às transições demográficas do DF. Além disso, analiso dados sobre a incidência de homicídios e dos crimes contra o patrimônio e contra a pessoa investigados na PDV. Essas análises são realizadas tanto para o DF quanto para as suas regiões administrativas de forma desagregada. Com isso, é possível discutir tendências de distribuição criminal em diferentes bairros, segundo características sociodemográficas como raça, gênero, faixa etária e renda, além de contextualizá-las em termos demográficos.

Os apontamentos metodológicos são apresentadas no capítulo 5, em que discuto as abordagens utilizadas ao longo do trabalho de campo. A estratégia analítica se desdobra a partir das seguintes perguntas de pesquisa: *I) a variação da incidência de crimes contra a pessoa*

*e contra o patrimônio é significativa entre comunidade do DF? II) As diferenças na variação da incidência de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio estão relacionadas às condições estruturais das comunidades do DF? III) As diferenças na variação da incidência de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio estão relacionadas a características das formas de organização social das comunidades do DF? Se sim, essas características exercem efeito de mediação sobre os impactos dos efeitos estruturais? IV) Existem relações causais entre as características estruturais e as formas de organização social no DF? Se sim, existem padrões de organização social relacionadas às características sociais no DF?* Tomadas em conjunto, as respostas a essas questões justificam a utilização da perspectiva ecológica no contexto do Distrito Federal.

Como as comunidades importam na compreensão da variação criminal? Esse é o fio condutor da discussão dos resultados apresentados no capítulo 6. Os argumentos em torno da aplicação da perspectiva ecológica fora do contexto norte-americano são reunidos nas seções finais do capítulo. São discutidas as limitações da aplicação do modelo da eficácia coletiva no contexto brasileiro. O argumento central é de que a hipótese do paradoxo brasileiro (VILLARREAL; SILVA, 2006; ZALUAR; RIBEIRO, 2009) deve ser reconsiderada de forma a incluir características distintas de organização social informadas por processos sociais específicos do contexto local. As implicações imediatas dizem respeito à centralidade das relações entre Estado e sociedade no contexto brasileiro, como evidenciam a relevância no cinismo legal. De uma forma geral, as variáveis relacionadas à infraestrutura refletem processos sociais dependentes da atuação estatal, com particular atenção para a atuação das polícias. Além disso, argumento em favor da utilização de métricas construídas tomando a realidade brasileira como referência, enfatizando mecanismos de controle social informal que não sugerem risco ou percepções de risco aos moradores.

No capítulo 7, analiso como o controle social é construído a partir de formas de organização social realizadas na Estrutural, uma comunidade com cerca de 35 mil habitantes distante 14 quilômetros do centro do DF. A Estrutural reúne os elementos principais do desafio analítico imposto à teoria da eficácia coletiva no contexto brasileiro. Os moradores da Estrutural estão dentre os que mais interagem entre si, conhecem os vizinhos, trocam favores mutuamente e apresentam elevado índice de coesão social. Contudo, os moradores da Estrutural são mais frequentemente vítimas de crimes violentos em comparação com o restante do DF. Por meio de entrevistas e grupos focais, analiso como o controle social é percebido e realizado coletivamente nessa comunidade. Além disso, as estratégias de proteção contra o crime são discutidas, informando particularmente a dimensão informal do controle social. Recursos locais

como formas de manifestação social, o fenômeno das mães-crecheiras, o fechamento do aterro sanitário e o projeto de gestão compartilhadas de uma escola da região são temas analisados neste capítulo. A diversidade de mecanismos de controle social informal evidenciada no trabalho de campo sugere limitações ao quadro analítico da eficácia coletiva no contexto brasileiro. Além disso, serve como sugestões de caminhos para análises futuras.

Ao cabo, tomados em conjunto, os oito capítulos desta tese se dedicam ao avanço da produção criminológica no Brasil. Em particular, o destaque para a perspectiva ecológica serve ainda ao desenvolvimento de ferramentas analíticas que propiciem o acompanhamento de resultados coletivos, como a proteção contra o crime, a partir de múltiplas perspectivas, meso e macroestruturais. Entretanto, a motivação central é contribuir com a redução da tragédia diária que interrompe a vida de dezenas de milhares de pessoas todos os anos e compromete a qualidade de vida outras tantas multidões no Brasil.

PARTE I

PERSPECTIVA ECOLÓGICA: A EVOLUÇÃO DE UMA  
IDEIA



## CAPÍTULO 1. O CONTEXTO SOCIAL NA EXPLICAÇÃO CRIMINOLÓGICA

Se o trabalho com vizinhanças pode ter bases científicas, isto ocorre porque existem forças sociais na vida comunitária – forças como condições geográficas, desejos humanos, consciência comunitária – que podem ser estudadas, descritas, analisadas e, em última medida, mensuradas<sup>8</sup>. Robert Park (1925 apud Park et al., 1968:143).

### 1.1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das bases teóricas desta tese se confunde com a própria realização das diferentes etapas do trabalho de campo. À medida que os resultados das análises estatísticas se consolidavam, novas abordagens se impunham à interpretação daquilo que os dados sugeriam. O mesmo ocorreu com cada nova entrevista realizada ou grupo focal concluído. Como antecipo na seção anterior, esta tese tem como fio condutor a busca de respostas à questão: *como os efeitos vizinhança impactam a variação da incidência criminal no Distrito Federal?* Logo, o primeiro passo que assumi foi o resgate da literatura relacionada à perspectiva ecológica do crime. Essa tradição de pesquisa se cristalizou no campo de *Communities & Crimes*, contexto acadêmico em que a ideia de desorganização social se desenvolveu e informou, dentre outros modelos, a Teoria da Eficácia Coletiva.

Neste capítulo, descrevo a evolução de uma ideia: comunidades importam na compreensão de fenômenos sociais. Como Robert Park argumenta no trecho que serve de epígrafe a este capítulo, as forças sociais diferenciam a vida nas comunidades e, mesmo sendo abstratas, impactam nos eventos cotidianos. Esse trecho ilustra a preocupação com uma abordagem sistemática dos fenômenos sociais a partir das comunidades como unidade de análise. Ainda incipiente no início do século XX, a abordagem se beneficiou do contexto social que Chicago oferecia com intensos processos de industrialização, de urbanização, com volumosos fluxos do campo para a cidade e ainda movimentos imigratórios de diferentes partes do mundo. O chamado de Park seria atendido por gerações posteriores de pesquisadores que utilizariam a cidade de Chicago como laboratório para o desenvolvimento da perspectiva ecológica.

Essa trajetória intelectual assume como central a relevância do contexto social, dos espaços geográficos, seus significados e sentidos, na explicação sociológica e criminológica. Se,

---

<sup>8</sup> Tradução do original: “If neighborhood work can have a scientific basis, it is because there are social forces in community life – forces like geographical conditions, humans wishes, community consciousness – that can be studied, described, analyzed, and ultimately measured”. N.T.

em 1925 como Park se ressentia, a perspectiva ecológica era precária nos métodos utilizados, a análise dos avanços posteriores revela a incorporação de novas técnicas de coleta de dados e abordagens analíticas. Neste capítulo, tenho como objetivo principal apresentar o quadro analítico das teorias do controle, suas origens, conceitos, pressupostos, discussões internas, suas limitações analíticas e as abordagens metodológicas utilizadas. As similitudes assim como as divergências entre as teorias serão especialmente destacadas. Para tanto, iniciarei neste capítulo com a contextualização do surgimento e as principais formulações da Teoria da Desorganização Social, conforme proposto por Shaw e McKay (1942). A centralidade adquirida pela variação das formas de organização social na explicação de problemas sociais é um ponto de especial relevância. Em seguida, discuto a crítica purista que Ruth Kornhauser (1978) apresentou à Teoria da Desorganização Social. Uma das principais contribuições da autora foi a *reorganização* do campo das teorias do controle por meio de sua defesa do contexto em detrimento das motivações individuais. A repercussão dos argumentos de Kornhauser foi decisiva para a retomada do modelo proposto por Shaw e McKay quase quarenta anos antes.

Na seção seguinte, analiso como os modelos sistêmicos avançaram em relação à Teoria da Desorganização Social. A definição de novas métricas para variáveis sociais, a utilização de novas técnicas de coleta de dados e a incorporação do conceito de ordens sociais (HUNTER, 1985) promoveram importantes mudanças no campo de estudos. A partir dos modelos sistêmicos, a abordagem dos efeitos vizinhança foi incorporada pela análise criminológica. Foi justamente a perspectiva ecológica utilizando os efeitos vizinhança que influenciou os primeiros estudos sobre eficácia coletiva.

Em seguida, no capítulo 2, apresento o conceito de eficácia coletiva a partir do estudo inicial de Sampson et al. (1997). Serão detalhadas as variáveis utilizadas, os principais resultados e a abrangência dessa abordagem no contexto norte-americano, além de Chicago, onde foi desenvolvida. Discuto as limitações da aplicação desse quadro analítico em outros países a partir de extensa revisão de estudos em outros países. Particularmente, a hipótese do paradoxo latino-americano é discutida. Como modelo alternativo, apresento o conceito de cinismo legal que, apesar de ser inspirado nos conceitos e nos métodos das teorias do controle, oferece outro sentido à relação entre as formas de organização social e a variação da incidência criminal.

## 1.2 CONTROLE E DESORGANIZAÇÃO SOCIAL: RECONSTRUINDO O ARGUMENTO CONTEXTUAL

Diferentes abordagens teórico-analíticas se dedicaram ao estudo do crime, suas causas e consequências. Reconhecendo sê-lo um fenômeno complexo<sup>9</sup>, pesquisadores têm buscado evidenciar diferentes níveis analíticos em que o crime se manifesta, discutindo as formas e os momentos em que se manifesta durante a trajetória das pessoas (SAMPSON; LAUB, 1990) em diferentes grupos sociais (PETERSON; KRIVO; HAGAN, 2006), ora privilegiando características individuais (AKERS, 1977; SUTHERLAND, 1973) ora estruturais (SHAW; MCKAY, 1942), e ainda destacando a influência de dinâmicas histórico-políticas (CULLEN et al., 2008). Inspirada na tradição de estudos de sociologia urbana da Escola de Chicago, as chamadas teorias do controle estão dentre as principais perspectivas criminológicas ao lado das teorias da associação diferencial ou aprendizado social<sup>10</sup> e do conflito<sup>11</sup>.

As teorias do controle possuem alguns pressupostos que lhes são especialmente caros. Em primeiro lugar, assumem que as motivações para crimes são relativamente constantes entre os indivíduos (considerados isoladamente), pois se dirigem a satisfazer necessidades e desejos (como o hedonismo ou evitar danos) que todos possuem (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990). Além disso, supõem que os limites aos crimes são estabelecidos a partir de relações sociais cujos valores compartilhados privilegiam o interesse coletivo em detrimento do individual. Numa retomada da sociologia de Émile Durkheim, os laços sociais representam o amálgama que une

---

<sup>9</sup> Para uma revisão das diferentes teorias criminológicas, ver Cullen et al., (2008). Especificamente em relação à perspectiva ecológica, ver a revisão de Kirk e Laub (2010) e o recente livro de Wilcox et al., (2017).

<sup>10</sup> Diferentes abordagens já foram utilizadas em diferenciar as teorias criminológicas e suas influências ao longo do tempo. Todas essas tentativas trazem consigo críticas por fundamentalmente deixarem de tratar de aspectos dessas teorias. Num exercício de difícil realização diante da diversidade de julgadores em seus campos de atuação, busco apenas retomar os argumentos centrais comuns à perspectiva ecológica e, em alguma medida, diferenciá-los dos termos teóricos gerais de outras perspectivas. Ao falar da Associação Diferencial, refiro-me ao campo teórico inspirado nas formulações iniciais de Edwin Sutherland (1942, 1973). Essa perspectiva assume, tempos depois, outras formulações como o aprendizado social. Sobre o tema, dentre outros, ver os trabalhos de Ronald Akers (1977; 2009) e Ross Matsueda (2006, 2017).

<sup>11</sup> De forma semelhante à nota anterior, ao tratar das Teorias do Conflito, estou tratando de um referencial comum a perspectivas que se diferenciaram ao longo do tempo, que no caso é o trabalho de Robert Merton (1938). Grosso modo, o argumento original é descrito nos mecanismos de “pressão social” que levariam a estados anômicos ou de mal funcionamento das estruturas sociais, particularmente sobre os integrantes das classes sociais menos abastadas diante da impossibilidade de alcançar o sonho americano. Essa perspectiva assume terminologias como teorias da anomia social ou teorias materialistas (para uma distinção, ver SHOEMAKER (2010), CULLEN et al., (2008) e AGNEW (1992).

os indivíduos em sociedade e lhes confere sentido (DURKHEIM, 1999)<sup>12</sup>. Assim, os crimes ocorrem quando esses limites ou controles são inexistentes ou não se impõem sobre os comportamentos individuais.

### 1.2.1. Ecologia humana em Shaw e McKay

Nesta taxonomia, a designação teorias do controle é gênero e a Teoria da Desorganização Social<sup>13</sup> - TDS, pode ser considerada espécie<sup>14</sup>. Por enfatizar características estruturais na explicação de crimes, a TDS é uma abordagem macrossociológica alinhada com a ideia de ecologia humana, ou seja, o estudo da *cidade* e seus espaços a partir de características estruturais que lhes distinguem, particularmente processos sociais de médio e longo alcance e a concentração de problemas sociais (PARK; BURGESS; MCKENZIE, 1968).

A origem da TDS é atribuída a Clifford Shaw e Henry McKay, com a publicação em 1942 de *Juvenile Delinquency and Urban Areas*<sup>15</sup>. Na obra, os autores analisam o crime como um produto social marcado por processos coletivos e não associados a desígnios (ou mesmo patologias) individuais<sup>16</sup>. A variação da incidência criminal nos bairros de Chicago foi explicada a partir dos efeitos de diferentes características em nível vicinal, como pobreza, heterogeneidade étnica, densidade populacional, instabilidade residencial, dentre outros. A hipótese principal era que bairros socialmente desorganizados possuíam menor capacidade de realizar controles sociais, pois os laços sociais eram frágeis e os valores eram compartilhados em contextos de conflito cultural, o que favorecia a existência e a transmissão de comportamentos criminosos (1942).

---

<sup>12</sup> Na tentativa de definir o termo comunidade, Robert Park assume a sua inclinação durkheiminiana nos seguintes termos: “The community is the name we give to this larger and most inclusive social milieu, outside of ourselves, our family, and our immediate neighborhood, in which the individual maintains not merely his existence as an individual, but his life as a person” Park (1925 apud Park et al., 1968:59).

<sup>13</sup> No restante da tese, utilizarei *TDS* para me referir à Teoria da Desorganização Social.

<sup>14</sup> Para abordagens mais detalhadas sobre a diferenciação dentre as teorias do controle, ver os trabalhos de autores como Albert Reiss (1951), Travis Hirschi (1969) e Gottfredson e Hirschi (1990) que destacam a relevância do autocontrole e, conseqüentemente, dos laços sociais (e dos processos de socialização) como explicações para crimes e outros comportamentos desviantes.

<sup>15</sup> Para uma versão com dados atualizados de Chicago e expandidos para outras 20 cidades, ver a edição de 1969 do livro (Shaw e McKay, 1969). Os autores compilaram diferentes bases de dados, incluindo os endereços de jovens infratores do Condado de Cook entre 1900 e 1965, os quais foram plotados manualmente nos mapas da cidade. É de se lembrar o contexto não-informatizado em que a coleta desses dados foi realizada.

<sup>16</sup> Os efeitos composicionais e vizinhança serão discutidos na Seção 1.4.3 deste capítulo e também no capítulo 5.

Os autores recorreram à Teoria das Zonas Concêntricas de Ernest Burgess<sup>17</sup> (1925), professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, para descrever como (elevada concentração em alguns bairros) e por quê (desorganização social) o crime se distribuía na cidade. A ideia das zonas concêntricas foi uma tentativa de analisar empiricamente o crescimento das áreas urbanas de Chicago no início do século XX. Como categoria analítica, tratava-se de uma racionalização sobre os padrões em meio à desorganização de um crescimento não planejado. Esses padrões seriam por si só processos de expansão que levavam em consideração a *posição* no tempo e no espaço de outros indivíduos e instituições (PARK, 1915).

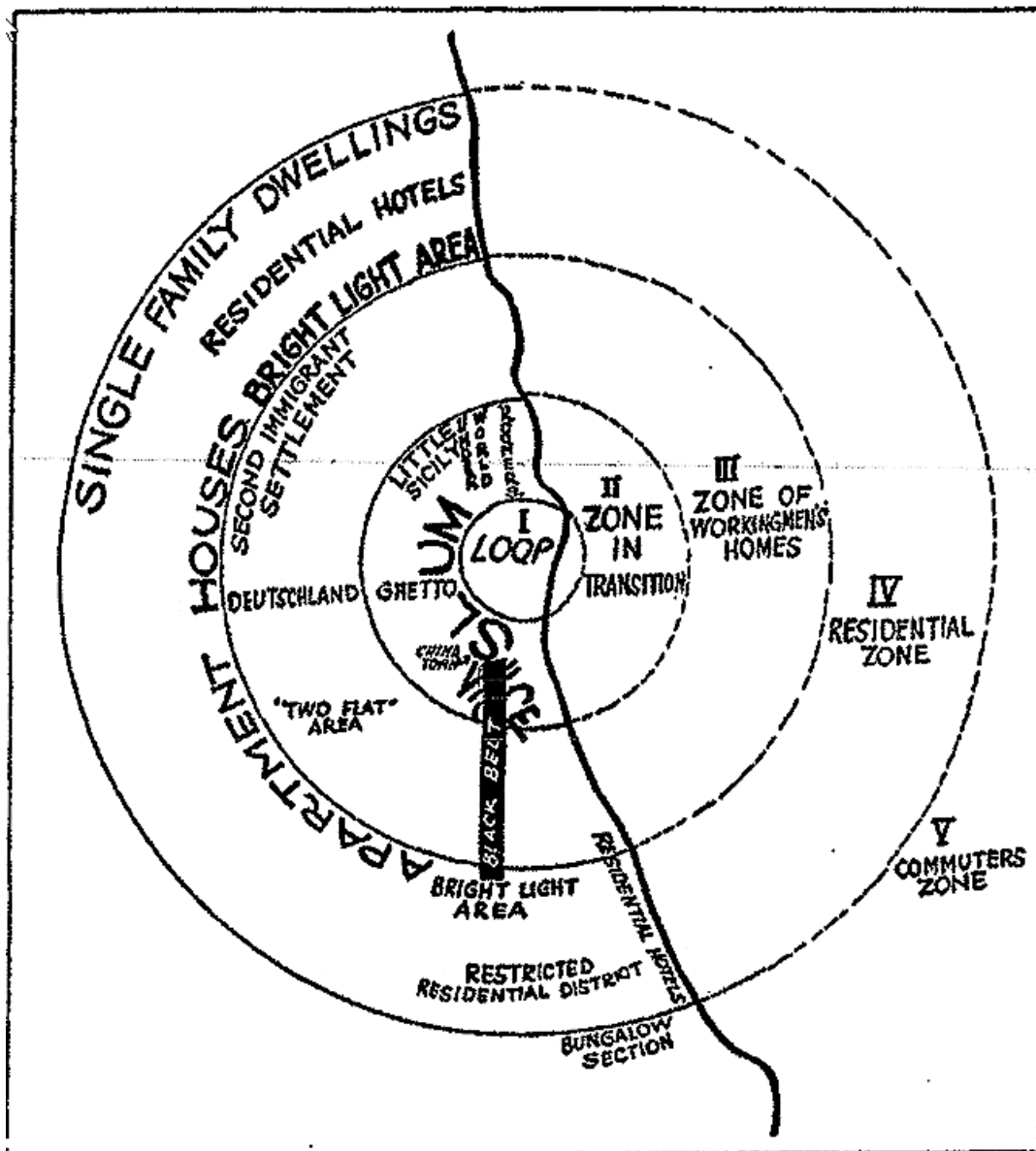
Em termos gerais, a teoria estabelece que a ocupação dos territórios no contexto urbano é caracterizada pelos fluxos de expansão radial a partir de distritos comerciais. Assim, foram diferenciados cinco tipos de zonas com características físicas, sociais e demográficas distintas. A Zona 1 (“The Loop”) compreendia o distrito comercial e representava o centro das atividades econômicas, sociais e culturais da cidade. A Zona 2 era denominada “área de transição”, onde coexistiam áreas comerciais e residências. Essa região era descrita como “espaços degradados e de pobreza”. A próxima área, Zona 3, era habitada por trabalhadores industriais e do comércio que conseguiram “escapar” da zona de transição. Na sequência, a Zona 4 era composta por residências de melhor qualidade, ao passo que a Zona 5 era descrita pelos subúrbios e cidades mais distantes. Em termos gerais, o contexto urbano é descrito como um mosaico de comunidades formado por processos (denominados “sucessões” e “expansões”) de competição ecológica entre os moradores, numa lógica semelhante a disputas biológicas<sup>18</sup> (PARK; BURGESS; MCKENZIE, 1968, cap. 2).

---

<sup>17</sup> O livro foi editado por Park, McKenzie e Burgess, tendo esse último também escrito o capítulo 2, *The Growth of the City: An Introduction to a Research Project*, em que a Teoria das Zonas Concêntricas é apresentada. A edição consultada do livro é de 1968.

<sup>18</sup> Park recorre a metáforas relacionadas à biologia em diversas passagens do texto. Na seção intitulada *Social Organization and Disorganization as Processes of Metabolism* está registrada a seguinte passagem: "These questions may best be answered, perhaps, by thinking of urban growth as a resultant of organization and disorganization analogous to the anabolic and katabolic processes of metabolism in the body...The natural rate of [population] growth may be used to measure the disturbance of metabolism caused by any excessive increase...marked variations, as any great excess of males over females, or of females over males, or in the proportion of children, or of grown men or women, are symptomatic of abnormalities in social metabolism" (PARK; BURGESS; MCKENZIE, 1968, p. 54).

Figura 1. Áreas urbanas. Extraído de Burgess (1925 apud Park et al. (1968), p. 55)



Shaw e McKay (1942) encontraram evidências de que a maior concentração de problemas sociais estava nas zonas de transição. Não apenas crimes, mas também mortalidade infantil, tuberculose e pobreza se concentravam nessas áreas. Usando dados de crimes e prisões no período entre 1900 e 1933, os autores evidenciam uma tendência gradual de redução da incidência criminal<sup>19</sup> à medida que aumenta a distância em relação ao centro da cidade (SNODGRASS, 1976). Além disso, as taxas de delinquência variavam de acordo com as regiões

<sup>19</sup> Nessa obra, os autores utilizam dados de jovens do sexo masculino que tenham sido levados a cortes juvenis. A taxa de delinquência foi medida pelo percentual de jovens (entre 10 e 16 anos) com processos criminais em cortes juvenis. Logo, os dados consideram o local de moradia não de cometimento de crimes. Ver Shaw e McKay (1942, capítulo 3).

da cidade e não em virtude de características étnico-raciais, à época um argumento de forte impacto no campo criminológico<sup>20</sup>.

Outra discussão relevante era a relação entre delinquência e condições econômicas. Para Shaw e McKay, o padrão de incidência criminal é influenciado por processos ecológicos (como migrações, mobilidade residencial, existência de engajamento em associações comunitárias etc.), os quais também influenciam a estruturação de condições econômicas das comunidades no contexto urbano. Logo, os autores não estabelecem uma relação direta entre status econômico (classe social) e crime, apesar de ser esta uma interpretação equivocada que comumente lhes é atribuída (BURSIK, 1988).

Os processos ecológicos impactam a incidência de crimes, segundo a TDS, por meio de diferentes formas de organização social, as quais seriam responsáveis pela “quebra dos controles sociais” particularmente nas zonas de transição. Como destaca Shoemaker (2010), o conceito de desorganização social varia bastante na literatura, entretanto lhe são centrais os efeitos da quebra dos controles sociais (formais e informais) e a inabilidade de organizações (família, escolas, igrejas), grupos e indivíduos para resolver problemas coletivamente. Décadas adiante, uma das reformulações de maior impacto da TDS, a noção de eficácia coletiva, discutirá o controle do crime a partir da capacidade e dos mecanismos de ativação da ação coletivas em comunidades (Sampson et al., 1997).

A reflexão de Shaw e McKay (1942) sobre o impacto do influxo de imigrantes na Chicago do início do século XX ilustra a *rationale* da TDS. Para os autores, o aumento de imigrantes se concentrava em regiões empobrecidas e fisicamente deterioradas da cidade, como consequência de processos de competição e dominação que marcavam a ocupação da cidade. Logo, os imigrantes respondiam às condições ambientais dos diferentes bairros, restando-lhes as zonas de transição que além de terem aluguéis mais baratos ficavam fisicamente próximas a possíveis empregos.

Por outro lado, os imigrantes traziam consigo diferentes “valores” para essas áreas, o que ensejava conflitos culturais que culminavam no enfraquecimento dos laços e da capacidade de organização dessas comunidades. Esse contexto dificultava a supervisão de crianças e adolescentes, dificultando a sua “socialização em condições de controle social” (SHAW; MCKAY, 1942). Tomadas em conjunto, essas são as condições de produção e reprodução de *valores criminais* que, em choque com os valores sociais dominantes, contribuíam para a concentração de crimes (e outros problemas sociais) no contexto urbano. Numa palavra, os

---

<sup>20</sup> A esse respeito ver, por exemplo, Jonassen (1949).

autores atribuíam às comunidades (enquanto unidade de análise) e não aos moradores as características que favoreciam a incidência criminal, tornando central a discussão dos efeitos contextuais no estudo criminológico. Em última instância, as condições estruturais influenciavam a construção de laços sociais nas zonas de transição, atenuando a capacidade de controle social dessas comunidades particularmente sobre o comportamento de crianças e adolescentes, o que contribuía com o aumento da incidência de crimes e outros problemas sociais.

Os autores também discutiram as condições de reprodução de comportamentos desviantes, no que foi denominado posteriormente de modelo criminológico misto (CULLEN; WILCOX, 2015; KORNHAUSER, 1978). Particularmente influenciada pelos estudos desenvolvidos por Shaw desde 1926 no *Institute for Juvenile Research* (SHAW, 1930; SNODGRASS, 1976), a noção de transmissão cultural de valores criminais é parte importante e, por vezes, pouco discutida da TDS. Mais tarde, esses argumentos foram desenvolvidos por Edwin Sutherland nos nove princípios de sua teoria da associação diferencial (SUTHERLAND; CRESSEY, 1955, p. 77–79).

Em termos gerais, Shaw e McKay (1942) observaram que os indicadores criminais nas zonas de transição eram elevados e estáveis ao longo do tempo, o que propiciava a criação de um contexto de exposição à violência. Logo, crianças e adolescentes estariam expostos a *tradições criminais* repassadas por adultos e outros jovens que estimulavam e reforçavam comportamentos desviantes. O repertório de casos documentados pelos autores descreve como a convivência nesses bairros era marcada, por exemplo, por conflitos familiares, gangues e prisões<sup>21</sup>. A “conformidade” com os valores convencionais representaria um sistema diferente, cuja relação com a delinquência seria uma consequência direta. É especialmente útil expor o raciocínio dos autores de forma literal:

(...) Em áreas de baixas taxas de delinquentes, existe mais ou menos uniformidade, consistência e universalidade dos valores e atitudes convencionais em relação ao respeito às crianças, conformidade com as leis e outros assuntos relacionados. Enquanto isso, nas áreas de taxas elevadas foram

---

<sup>21</sup> Em outra publicação, *The Jack Roller* (1930), Shaw descreve como Stanley (um jovem de pouco mais de 16 anos) sobrevive nas ruas de Chicago entre crimes, violências e diversas passagens pela polícia. Em particular, Shaw destaca como as condições de moradia, a desestruturação familiar, a condição de imigrante (Stanley era filho de imigrantes poloneses) e o “reforço positivo” de grupos de criminosos e dos irmãos mais velhos influenciaram nas escolhas de Stanley. Para o autor, a dimensão do aprendizado social ou da transmissão cultural era uma das explicações para o envolvimento criminal.



desenvolvidos sistemas de valores morais conflitantes e em competição entre si<sup>22</sup> SHAW; McKAY (1942, p. 170).

Em suma, a TDS é marcada por três características principais. Em primeiro lugar, Shaw e McKay (1942) enfatizam o papel das comunidades na explicação da incidência criminal. Partindo da abordagem da ecologia social (PARK; BURGESS; MCKENZIE, 1968), os autores exploram como processos sociais (p.ex. industrialização, urbanização e imigração) operam em nível vicinal em relação ao crime, particularmente por meio da análise da variação de características estruturais (como heterogeneidade étnica, instabilidade residencial, densidade populacional e pobreza). Assim, as comunidades se colocam como unidades de análise criminológica com propriedades distintas dos indivíduos. Em segundo lugar, os autores destacam a relevância dos laços sociais e dos valores no controle do crime. Apesar de não ser expressamente dita, a noção de que o crime é um fenômeno social, assim como o compartilhamento de valores como a proteção contra o crime, inspira tanto a discussão original da TDS quanto suas reformulações posteriores (SAMPSON, 2012). Por fim, os autores ainda descrevem como a transmissão de tradições criminais enfraquece a capacidade de controle social, influenciando a incidência criminal.

---

<sup>22</sup> Tradução nossa do original: “In the areas of low rates of delinquents there is more or less uniformity, consistency, and universality of conventional values and attitudes with respect to child care, conformity to law, and related matters; whereas in the high-rate areas systems of competing and conflicting moral values have developed”. N.T.

### 1.3 “CONTEXT IS EVERYTHING”: A CONTRIBUIÇÃO DE RUTH KORNHAUSER À TEORIA CRIMINOLÓGICA

Os modelos da anomia estão refutados. Os modelos do desvio cultural não possuem, de fato, fundamento. O estudo da delinquência se beneficiaria caso se dedicasse à uma formulação mais definitiva dos modelos do controle, à uma ligação mais adequada das teorias do controle microssociais e macrossociais e para os seus testes mais rigorosos<sup>23</sup>. Ruth Kornhauser (1978, p.253).

Uma revisão do desenvolvimento das teorias de controle do crime não seria possível sem incluir a crítica de Ruth Kornhauser. Todos os campos científicos, particularmente nas Ciências Sociais, possuem obras que são indispensáveis à sua própria constituição. Em *C&C*, esse papel provavelmente é desempenhado por *Social Sources of Delinquency - SSD*, escrito em 1978 por Ruth Kornhauser. Curiosamente, esta seria sua única obra completa publicada, o que já bastaria para impactar decisivamente as abordagens criminológicas em nível macrossocial desde então.

Na obra, a autora submete as principais teorias criminológicas à rigorosa revisão em termos epistemológicos e metodológicos. O trecho que serve como epígrafe à esta seção faz parte da conclusão de *SSD* e demonstra, de forma enfática, tanto a defesa das teorias macrossociais do controle quanto a crítica que Kornhauser apresenta àquelas que eram as perspectivas hegemônicas no campo criminológico à época. Além de representar uma *reorganização* intelectual da criminologia norte-americana (CULLEN; WILCOX, 2015), a obra representou um ponto de inflexão em defesa das abordagens estruturais. Para Stafford, a autora promoveu um “chamado para estudos sobre as explicações estruturais (ecológicas ou situacionais) da delinquência”, tendo em vista que por mais de uma década o campo criminológico tinha sido dominada pelo paradigma individualista (STAFFORD, 1981, p. 232 apud BURSİK JR, 2015, p. 106).

O trabalho de Kornhauser influenciou<sup>24</sup> o próprio desenvolvimento do campo criminológico. Por exemplo, Robert Sampson divide sua trajetória intelectual entre antes e

---

<sup>23</sup> Tradução a partir do original: “Strain models are disconfirmed. Cultural deviance models<sup>23</sup> are without foundation in fact. To the more definitive formulation of control models, to the more adequate linking of macrosocial and microsocial control theories, and to their more rigorous testing, the study of delinquency might profitably turn”. N.T.

<sup>24</sup>*Social Sources of Delinquency* (1978) foi fruto da Tese de Doutorado que Kornhauser defendeu no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. O impacto do trabalho da autora para a Criminologia Americana é, contudo, amplamente reconhecido. Recentemente, Cullen et al., (2015) organizaram um volume que se dedica a

depois de ter lido *SSD*, resumindo o princípio central de seu trabalho na expressão que intitula essa seção (SAMPSON, 2012, p. 83). De forma semelhante, Bursik Jr (2015) afirma ter seguido o chamado de Kornhauser por elaborações mais detalhadas sobre os mecanismos estruturais na explicação criminológica, inspirando-lhe no desenvolvimento dos modelos sistêmicos da delinquência (Bursik, 1988).

Esta seção apresentará (1) a crítica de Kornhauser (1978) às teorias do conflito (AGNEW, 1992; MERTON, 1938) e da associação diferencial (SUTHERLAND, 1942, 1973), que tomadas em conjunto representam uma rejeição de abordagens relacionadas a motivações individuais relacionadas ao crime; e (2) a defesa dos argumentos estruturais (desorganização social) de Shaw e McKay que, criticando a hipótese de transmissão de valores criminais, exploram a centralidade da existência de controles na explicação criminológica. Em outras palavras, esta seção discute a defesa do paradigma do controle social, em oposição às motivações individuais como explicação criminológica.

### 1.3.1. Criticando as motivações individuais

Como dito na introdução, *SSD* representou uma retomada da perspectiva contextual na explicação criminológica. Em sua construção analítica, Kornhauser examinou os principais argumentos das teorias da associação e do conflito, as quais caracterizou como sendo teorias baseadas em motivações individuais para o crime. Como resumem Cullen e Wilcox (2015), a autora percebia nessas teorias uma tentativa de explicar a variação do crime a partir da variação nas motivações de comportamentos criminais, quer seja por aspirações por status social ou virtude econômica (no caso das teorias do conflito) ou pelos efeitos de comportamentos aprendidos que valorizam o crime (no caso da associação diferencial). Ou seja, apesar de divergirem quanto às origens das motivações, as duas perspectivas conduziriam à explicação criminal a partir do grau ou intensidade de *motivação* dos indivíduos em relação à delinquência.

A crítica de Kornhauser (1978) às motivações como explicação criminológica pode resumida em torno de três argumentos principais. Em primeiro lugar, assim como Hirschi (1969), a autora defendia que os indivíduos não eram uma tábula rasa, pois traziam consigo necessidades e vontades de forma natural, como bens materiais, conforto, segurança, prazer etc. Logo, os indivíduos agiam para alcançar esses objetivos, os quais se renovavam de maneira dinâmica. Assim, as motivações para comportamentos individuais e sociais, como o crime, seriam diversas e ubíquas no contexto social. Ou seja, as motivações seriam suficientemente

---

reflexões e a críticas do trabalho de Kornhauser. Sobre os argumentos em favor de uma abordagem macrosocial, ver especialmente os capítulos 8, 9 e 10.

elevadas socialmente, o que as tornariam invariáveis e, portanto, insuficientes para explicar a variação criminal (CULLEN; WILCOX, 2015; KORNHAUSER, 1978).

Por exemplo, Kornhauser (1978) argumentava que Merton além de “seguir o caminho motivacional” ainda elegeu um tipo de necessidade como superior às demais: o sucesso nas condições materiais<sup>25</sup>. Para a autora, supor que o processo de socialização elevaria os bens materiais, numa expressão direta do *American Dream*, em relação às demais necessidades era um equívoco por desconsiderar a diversidade dos próprios indivíduos. Além disso, o argumento tenderia a privilegiar um tipo de frustração às demais no contexto social, novamente numa referência à diferenciação de status entre as necessidades. Em última medida, Kornhauser (1978) acreditava que todos tinham necessidades não atendidas, que não havia uma hierarquia intrínseca entre essas necessidades e que, mesmo que houvesse, a variação na frustração de necessidades seria universal ou onipresente, impedindo que os conflitos fossem mecanismos causais na explicação criminológica.

Em segundo lugar, tratando da associação diferencial, a crítica de Kornhauser (1978) estava no próprio papel da cultura na explicação criminológica (MATSUEDA, 2015; SWIDLER, 1986). A autora se opunha à percepção de cultura como conjunto de valores, ou seja, a noção de que os grupos sociais compartilhavam valores e normas distintos entre si, os quais levariam a comportamentos delinquentes. Nos termos da autora “os conceitos de cultura e subcultura foram tão abusados nas explicações sobre delinquência que, se eles fossem retirados do vocabulário de criminologistas, o estudo da delinquência se beneficiaria de suas ausências<sup>26</sup>” (1978, p.253). À época, o debate em torno da “cultura da pobreza” era candente nos meios acadêmicos criminológicos e o forte posicionamento de Kornhauser (1978) contribuiu com a redefinição da noção de cultura<sup>27</sup> na explicação criminológica (MATSUEDA, 2015).

---

<sup>25</sup> Robert Merton é um dos principais críticos da abordagem estrutural sobre as causas da delinquência. O desvio seria, segundo o autor, uma reação individual a determinadas circunstâncias sociais. Dois elementos são centrais em sua análise: objetivos culturalmente definidos e as formas socialmente aceitáveis de buscar esses objetivos. As privações relativas observadas em trajetórias individuais são catalisadoras de comportamentos desviantes. Para mais detalhes sobre a abordagem *mertoniana*, ver Merton (1938). Para uma revisão crítica sobre as Teorias do Desvio, ver Hirschi (1969).

<sup>26</sup> Tradução a partir do original: “so abused have been the concepts of culture and subculture in explanations of delinquency that if these terms were struck from the lexicon of criminologists, the study of delinquency would benefit from their absence”. N.T.

<sup>27</sup> Para uma crítica a respeito dos argumentos “culturais” de Kornhauser, ver Matsueda (1988, 2015) e Sampson e Wilson (1995). Retomarei essa discussão na seção seguinte deste capítulo, contudo me parece suficiente dizer que um dos custos da reformulação da *TDS* por Kornhauser foi a dissociação de estudos conciliando condições estruturais e elementos culturais em um mesmo modelo. O argumento da atenuação cultural foi, no mínimo, duramente criticado na literatura criminológica.

A influência da sociologia *parsoniana* era evidente no trabalho de Kornhauser. A noção de cultura utilizada pela autora era baseada em valores nucleares que ofereciam orientações para a vida em sociedade, espécies de soluções para situações concretas, como cometer ou não um crime (MATSUEDA, 2015). Como pano de fundo, estava a suposição normativa do repúdio ao crime, ou seja, o ideal de se viver em uma comunidade sem crimes (WARNER, 2003). Apesar de reconhecer a existência de subgrupos na sociedade, Kornhauser argumentava que falhas na socialização informavam o nível de (não)aderência dos indivíduos aos valores comuns da sociedade, levando a contextos de desorganização cultural (noção que também acompanha a ideia de desorganização social). A variação na desorganização cultural no contexto urbano estaria associada a condições estruturais, como pobreza, heterogeneidade cultural, desconfiança mútua, instabilidade institucional e outras características estruturais das comunidades.

Logo, essas falhas na socialização de crianças e adolescentes permitiriam a atenuação de valores sociais nos diferentes grupos sociais, como a perda de controle por parte de pais (família), professores (escolas) e vizinhos, amigos e parentes (comunidade). Os processos de atenuação cultural impediam a comunicação e obstruíam a busca por valores comuns, estimulando a diversidade cultural em relação, por exemplo, a comportamentos criminais (SAMPSON; WILSON, 2005, 1995). Contudo, para Kornhauser, não se tratava de uma nova cultura que se opunha aos valores do grupo, em que, por exemplo, “pessoas pobres em comunidades pobres não criam para si valores morais diferentes<sup>28</sup>” (1978, p. 77), eles apenas utilizavam “padrões provisórios que são existencialmente relevantes” (Idem, p. 77). Dessa forma, comportamentos criminais eram explicados pela atenuação cultural, cujos processos seriam causados por condições estruturais associadas a falhas na socialização. Por exemplo, a existência de gangues era entendida a partir de mecanismos de controle sociais enfraquecidos por processos de atenuação cultural. Esses processos se conectavam com o próprio conceito de cultura empregado pela autora e resumiam o núcleo do terceiro ponto de crítica de Kornhauser.

### 1.3.2. Por uma teoria “pura” do controle social

Se não a variação nas motivações, então o que poderia explicar as diferenças nos comportamentos criminais? Essa foi a questão que Kornhauser enfrentou na segunda parte de SSD. E a resposta estava na variação dos controles sociais que inibiam comportamentos criminais, particularmente os controles em nível macrossocial. Retomando o modelo de Shaw e McKay (1942), a autora argumentava que a desorganização social comprometia a qualidade de

---

<sup>28</sup> Tradução a partir dos trechos originais: poor people in poor communities do not create for themselves different moral values e provisional standards that are existentially relevant. N.T.

vida dos moradores e, em última medida, estabelecia condições sociais distintas, em que ganhavam espaço processos de desestruturação social (laços sociais fracos, inabilidade de realizar valores comuns) e atenuação cultural (enfraquecimento dos controles sociais internos e sociais). Em contrapartida, nas comunidades socialmente organizadas, os controles sociais formais e informais eram robustos, havia consensos morais e compartilhamento de valores, o que inibia comportamentos criminosos (CULLEN; WILCOX, 2015).

O argumento da atenuação cultural substituiu, no modelo de Kornhauser, a ideia de transmissão de valores criminais. Para a autora, o modelo de Shaw e McKay (1942) era ambivalente e sobrevalorizava o papel da cultura na explicação criminológica. Nos termos de Kornhauser:

[Shaw e McKay] desfocaram sua teoria do controle ao juntá-la com um modelo cultural do desvio, o qual enfatizava a ‘transmissão cultural’ da delinquência por gangues e, com isso, deixaram de desenvolver o seu modelo do controle de forma clara e precisa<sup>29</sup>. (KORNHAUSER, 1978, p. 61).

Além dos pressupostos teóricos destacados na seção anterior, a diferença entre atenuação cultural e transmissão cultural é, ainda, metodológica. O *conteúdo* da cultura não seria uma variável na explicação criminológica. Os contextos em que comportamentos criminosos são valorizados existiriam como respostas a condições estruturais, ou seja, não eram baseados em valores prévios que os sustentavam. Entretanto, a cultura era vista como dinâmica e variável, podendo ser mais ou menos acentuada. Logo, a *intensidade* da cultura era uma variável na explicação criminológica (WARNER; SAMPSON, 2015). Em outras palavras, metodologicamente, não há variação no que seja cultura, mas na intensidade com que se lhe aderem os diferentes grupos, tendo em vista que as pessoas compartilham os mesmos valores numa sociedade e, ainda, que existem processos de atenuação cultural informados por condições estruturais.

Esse é o ponto de inflexão proposto por Kornhauser (1978): uma retomada da TDS de Shaw e McKay (1942), mas dessa vez como uma teoria pura do controle social. Para tanto, a autora definiu as variáveis exógenas do modelo de desorganização social: status socioeconômico, mobilidade residencial (aumento e declínio da população) e heterogeneidade étnico-racial (percentual de imigrantes e negros). Como pano de fundo teórico, analisou como essas características estruturais influenciavam a capacidade de realizar objetivos sociais comuns (p.ex.

---

<sup>29</sup> Tradução do original: [Shaw e McKay] blurred their control theory by merging it with a cultural deviance model which emphasized the ‘cultural transmission’ of delinquency by the delinquent gangs, and thus neglected to develop their control model clearly and precisely. N.T.

como evitar o crime), por meio de mecanismos de socialização e controle social. Por exemplo, era esperado que circunstâncias de elevada mobilidade residencial reduzissem as condições de socialização de crianças e adolescentes por familiares e vizinhos, o que influenciaria a internalização de controles internos relacionados aos valores sociais. Logo, o enfraquecimento das condições de controle social favoreceria comportamentos criminosos.

Além disso, comunidades empobrecidas seriam marcadas por *instituições instáveis*, em que as conexões com as pessoas eram precárias. A desorganização cultural, nesse contexto, seria causada pela ausência de referenciais sociais importantes à socialização em valores comunitários. As organizações comunitárias não conseguiam oferecer condições de melhoria para os moradores desses bairros e os relegariam a circunstâncias de isolamento social<sup>30</sup> (WILSON, 1987), por não estabelecerem relações intermediárias entre si. Em conjunto, também no contexto comunitário, a capacidade de realizar controle social dos moradores dessas comunidades (já precária no ambiente familiar) tendia a ser enfraquecida.

Ao cabo, Kornhauser ofereceu um modelo de controle social que fez ressurgir o interesse pela abordagem macrosocial do crime (CULLEN; WILCOX, 2015; SAMPSON; GROVES, 1989). Além disso, essa abordagem serviu de inspiração para o surgimento dos Modelos Sistêmicos (BURSIK JR; GRASMICK, 1993; BURSIK, 1988) e da Teoria da Eficácia Coletiva (SAMPSON, 2012; SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997). A importância dessa inflexão purista de Kornhauser não é acessória. Ela representa um importante referencial de consulta sobre as limitações analíticas que modelos baseados na TDS podem incorrer, uma espécie de armadilha teórico-metodológica. Retomar as conclusões de SSD foi, para o desenvolvimento desta tese, um passo necessário para a sua ordenação lógica.

---

<sup>30</sup> Particularmente em relação à mobilidade residencial, o insight de Kornhauser (1978) seria posteriormente revisitado no hoje clássico livro de William Julius Wilson, *The Truly Disadvantaged* (1987).

#### 1.4 MODELOS SISTÊMICOS DO CRIME: A RELEVÂNCIA DOS LAÇOS SOCIAIS

Durante as décadas 1980 e 1990, os modelos sistêmicos se tornaram a perspectiva dominante na área de *C&C* nos Estados Unidos (Cullen e Wilcox, 2015). A crítica de Kornhauser (1978) repercutiu no campo criminológico e estimulou o desenvolvimento de modelos explorando as diferentes dimensões *puras* do controle social. Antes disso, contudo, a abordagem contextual havia perdido espaço na explicação criminológica, o que Byrne e Sampson (1986) descreveram como “um descarte da Teoria da Desorganização Social de Shaw e McKay, a qual fundou essa área de pesquisa<sup>31</sup>”. Em 1993, Robert Bursik Jr e Harold G. Grasmick publicaram *Neighborhoods and Crime: The Dimensions of Effective Community Control* e ofereceram uma extensa revisão do estado da arte no campo criminológico. Assim, essa seção tem como objetivo apresentar as principais características dos modelos sistêmicos, suas inovações e contribuições para a teoria criminológica.

Em relação aos objetivos da tese como um todo, a reformulação sistêmica privilegia três aspectos centrais à compreensão das configurações sociais que diferenciam comunidades e importam para a análise criminológica. O primeiro aspecto é o foco na capacidade de auto regulação das comunidades (BURSIK JR; GRASMICK, 1993). Para tanto, os modelos sistêmicos avançam rumo à decomposição da capacidade de controle social das comunidades em diferentes níveis explicativos, as ordens sociais. Partindo das relações privadas, passando pelas relações de médio alcance na comunidade, aqui chamadas paroquiais, e chegando ao contexto público-normativo, a capacidade de controle social tem nas expectativas afetivas seus meios de supervisão. A dimensão afetiva está relacionada a instituições sociais, como a família e a escola, em que as pessoas se conhecem e interagem, criando laços fortes de relacionamento (GRANOVETTER, 1983). Mas essa é apenas uma face da moeda: os laços fortes são acompanhados dos laços fracos, que nos modelos sistêmicos ganham evidência. Como discutirei adiante, os laços fracos são uma importante chave analítica para interpretar diferentes formas de interação social relacionadas à categoria coesão social, não necessariamente relacionada à intensidade dos laços (fortes ou fracos) mas às conexões que são construídas (ARIAS, 2019).

Em segundo lugar, os modelos sistêmicos assumem os processos de socialização como centrais à prevenção de crimes. A efetividade das instituições sociais em incluir crianças e adolescentes em seus conjuntos de normas, valores e práticas é uma dimensão importante desde Shaw e McKay (1942). Entretanto, os modelos sistêmicos extrapolam a família (ordem privada)

---

<sup>31</sup> Tradução a partir do original: a dismiss of Shaw and McKay's Theory of Social Disorganization, which gave birth to this area of res. N.T



como instituição central e incorporam medidas relacionadas à comunidade, como escolas, igrejas e outros grupos sociais (ordem paroquial), e agências públicas de controle, como prisões, tribunais e polícias (ordem pública). Numa palavra, os modelos sistêmicos expandem o foco analítico e iluminam como as configurações sociais de comunidades que concentram a maior parte dos crimes também se relacionam com as condições gerais da sociedade em que se inserem.

Nesta tese, a problematização da dimensão pública nos modelos ecológicos é central. Talvez ainda mais relevante no contexto latino-americano, a dimensão pública do controle está diretamente relacionada à concentração de crimes numa comunidade, inclusive impactando a capacidade de controle social informal. Não se pode assumir como pressuposto uma direção única entre crime e capacidade de controle. Por meio de uma abordagem figuracional, como a que utilizo nesta tese, o alerta de 30 anos atrás feito por Bursik e Grasmick torna-se ainda mais atual. Ou seja, a concentração de criminal ao longo do tempo impacta a incidência criminal no futuro.

O último aspecto importante dos modelos sistêmicos é de natureza metodológica e decorre da decomposição das configurações sociais em diferentes ordens. Com essa distinção, tornou-se necessário diferenciar características individuais e coletivas de forma a evidenciar as propriedades específicas destas em detrimento daquelas. Nesse ponto, os efeitos vizinhança se distanciam dos efeitos composicionais. E a desorganização social é submetida ao primeiro teste por meio de um desenho de pesquisa que incluiu suas principais hipóteses e categorias analíticas. A perspectiva ecológica é, com isso, impulsionada novamente ao centro da agenda criminológica.

#### **1.4.1 Principais características: socialização, instituições e capacidade de controle social**

Os modelos sistêmicos do crime tiveram como pano de fundo teórico a retomada da ênfase nas comunidades locais e seus processos como fatores explicativos para resultados coletivos como a concentração de crimes (BERRY; KASARDA, 1977; KASARDA; JANOWITZ, 1974). Essa abordagem explorou a noção de desorganização social de Shaw e McKay (1942), incorporando críticas formuladas à abordagem original (KORNHAUSER, 1978). Além disso, foram apresentados novos conceitos, discutidos processos relacionados ao controle social em diferentes níveis de análise e elaborados designs de pesquisa dirigidos à análise de efeitos contextuais sobre o crime (BURSIK JR; GRASMICK, 1993, cap. 2; SAMPSON; GROVES, 1989).

A teoria sistêmica da organização comunitária definiu as comunidades locais como “sistemas complexos de redes de amizades e parentesco, além de laços formais e informais” os

quais são “baseados na vida familiar e na socialização primária” (KASARDA; JANOWITZ, 1974, p. 329). A estrutura social seria, assim, composta por diferentes dimensões ecológicas, institucionais e normativas. É marcante a influência da sociologia durkheimiana na especificação do compartilhamento de sentidos e significados no contexto social por meio de processos de socialização, em que falhas nesses processos conduziam a estados anômicos (DURKHEIM, 1999). Logo, a teoria sistêmica se opunha à ideia de que mudanças nas comunidades seriam oriundas de fatores exógenos influenciando comportamentos sociais. Essa abordagem, originada na sociologia de autores como Ferdinand Tönnies (1957) e Louis Wirth (WIRTH, 1938), defendia que processos como urbanização e industrialização alterariam a caracterização da sociedade, substituindo laços primários e enfraquecendo relações de amizade.

Nesse sentido, o argumento sistêmico explorava como as redes sociais eram construídas e se desenvolviam de forma dinâmica e local, ou seja, a frequência e a intensidade nos contatos entre as pessoas e a participação em organizações comunitárias. Por exemplo, os efeitos do tamanho da população e sua densidade sobre a participação na vida comunitária eram relativizados. A ênfase passou a ser conferida a outros aspectos que interferiam no desenvolvimento de relações densas nas comunidades, como a instabilidade residencial (ou a medida mais frequente, o tempo de moradia).

Os modelos sistêmicos argumentavam, ainda, que a capacidade de controle social era determinada pela densidade e pela intensidade das redes formais e informais que uniam os moradores como uma comunidade (BURSIK JR; GRASMICK, 1993). Um dos resultados das dinâmicas em nível vicinal eram os comportamentos criminais, ou seja, o crime era visto como um produto de processos que operavam em nível vicinal e que impactavam nos processos de socialização. Por exemplo, Bursik (1988, p. 521) observou que mudanças demográficas e populacionais, a heterogeneidade social e a instabilidade residencial interferiam na capacidade de controle social pois (a) dificultavam o estabelecimento de instituições de controle social em comunidades nas quais os moradores eram “desinteressados” e esperavam oportunidades para se mudarem; (b) dificultavam o desenvolvimento de relacionamentos entre pessoas em “constante fluxo”; (c) mitigavam a comunicação entre os moradores, dificultando o estabelecimento de objetivos comuns e o desígnio de resolver problemas coletivos.

#### **1.4.2 Ordens sociais e crime: a decomposição do controle social**

A capacidade de controle social foi dividida em três níveis diferentes a partir do trabalho de Albert Hunter (1985): privado, paroquial e público. O primeiro nível consistia em relações primárias marcadas por redes de relacionamentos afetivos. No contexto privado, os principais

agentes de socialização eram familiares e amigos, em que características como rupturas familiares ganhavam atenção (SAMPSON; GROVES, 1989). O estabelecimento de laços primários em comunidades cujos moradores, por exemplo, vivessem em famílias de pais separados ou que se mudassem com frequência seria mais difícil de ser realizado, o que tornaria as interações superficiais e transitórias. Logo, mecanismos de controle social que operassem em nível privado, como autoestima, suporte e respeito mútuos e ameaças, tornar-se-iam menos efetivos pelas características dos laços primários. Em geral, quanto mais intensos os laços entre familiares e amigos, maior seria a capacidade de controle social nessa comunidade.

O segundo nível de controle social, denominado paroquial, era realizado primariamente por organizações comunitárias, associações de moradores e instituições como escolas ou igrejas (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990). A capacidade de regulação nesse nível refletia a habilidade de supervisão de comportamentos nas comunidades como forma de alcançar objetivos comuns, como o controle do crime. Por não ter a base sentimental do contexto privado, os processos de controle social eram também diferentes. Por exemplo, Greenberg e seus colaboradores destacaram que a supervisão podia ocorrer pela vigilância informal (observação casual e corriqueira da vizinhança), regras de locomoção (evitar áreas vistas como mais inseguras) e intervenções diretas (por exemplo, questionar estranhos na vizinhança ou corrigir em caso de comportamentos vistos como inaceitáveis) (GREENBERG; ROHE; WILLIAMS, 1982).

Assim como na descrição em nível privado, a instabilidade residencial e a heterogeneidade impactavam a capacidade e a frequência com que essa supervisão ocorria, assim como o tempo de moradia no bairro (KASARDA; JANOWITZ, 1974). Por exemplo, era esperado que os moradores não interferissem em conflitos que envolvessem pessoas desconhecidas, o que se tornava mais frequente em comunidades com menos estabilidade e mais heterogêneas (GREENBERG; ROHE; WILLIAMS, 1982). Pesquisas focadas em nível paroquial têm demonstrado a relevância da participação social e do engajamento cívico na explicação criminológica, como é o caso do novo paroquialismo (CARR, 2005; LEVERENTZ; WILLIAMS, 2017).

O nível público representava o espaço das instituições burocrático-formais de controle social, como as polícias, políticos e outros serviços públicos. A capacidade de mobilizar recursos externos e utilizá-los na melhoria das condições de vida em uma comunidade tendia a fortalecer mecanismos de controle social tanto formais quanto informais (BURSIK, 1988; CARR, 2005). Para Bursik e Grasmick (1993), a teoria da desorganização social pouco explorou as dinâmicas de controle social em nível público, se limitando a estudos sobre as ordens privada e paroquial.

Logo, a existência de comunidades estáveis e com densas redes de relações sociais entre os moradores e que, ainda assim, registravam elevados indicadores criminais representava uma contradição ao modelo teórico. Sob o ponto de vista sistêmico, a explicação estava na capacidade diferencial de mobilização de recursos públicos e melhorias entre as comunidades, o que está relacionado ao conceito de laços fracos de Granovetter (1983). Para o autor, os efeitos da especialização ou do conteúdo dos laços, mais do que sua força ou intensidade, eram especialmente relevantes para a composição da *fábrica social* e das trocas em níveis macro e microsociais (GRANOVETTER, 1983, p. 1376).

Assim, a mobilização de recursos externos à comunidade para, por exemplo controlar crimes, não dependia da intensidade dos laços sociais entre os moradores dentro da comunidade, mas dos contatos com outros indivíduos, grupos e instituições, como a polícia ou a mídia. As comunidades locais eram consideradas produtos de estruturas sociais amplas, em que as redes de relações sociais nos diferentes níveis se cruzavam e para compor o tecido social que lhes distinguia e caracterizava (KASARDA; JANOWITZ, 1974) e era localizado num determinado espaço físico.

Notadamente, a reformulação sistêmica da teoria da desorganização social enfatizava a efetividade da socialização como forma de normalização de comportamentos. Em outras palavras, a capacidade dos processos de socialização de limitar comportamentos desviantes era central à teoria do controle, trazendo implicações às diferentes ordens sociais. Com isso, diferentes instituições sociais ajudavam a compor a capacidade de controle social dos grupos sociais, desde os níveis privado (p.ex., família) e paroquial (p.ex., escolas, igrejas, associações comunitárias), até o nível público (p.ex., instituições do sistema de justiça criminal, políticos, lideranças comunitárias). Especificamente, a dimensão pública do modelo sistêmico na explicação criminológica merece melhores elaborações quanto às suas possíveis implicações.

#### **1.4.3 Efeitos vizinhança e efeitos composicionais: definições metodológicas**

Era central para os modelos sistêmicos a noção de que processos sociais fossem influenciados por características estruturais, ou seja, não resultavam de atributos individuais (BURSIK, 1988; SHAW; MCKAY, 1942). Numa palavra, estudos sobre efeitos vizinhança buscavam (e ainda buscam) compreender como vizinhanças influenciam comportamentos individuais e, conseqüentemente, resultados coletivos (KIRK; LAUB, 2010). O controle social se torna possível a partir dos esforços coletivos em regular comportamentos com o objetivo de melhorar condições de vida, como por exemplo a redução de crimes. Logo, sob esse ponto de vista, a explicação criminológica retoma o desígnio normativo sobre o controle social e o crime

como algo a ser evitado (KORNHAUSER, 1978). Os processos sociais em nível vicinal possuem características que lhes são específicas, o que Harré (1981) denominou como propriedades emergentes<sup>32</sup>. Tais propriedades definem o que chamo de efeitos vizinhança nesta tese.

Mas, em termos metodológicos, como diferenciar os efeitos da variação dessas propriedades emergentes dos efeitos das características individuais sobre a incidência criminal?<sup>33</sup> Por exemplo, é possível que a variação nas taxas criminais ocorra em função de uma maior concentração de pessoas *dispostas* a cometer crimes em determinadas regiões da cidade. Nesse caso, as explicações se dariam em função dos tipos de pessoas (e características como faixa etária, cor ou etnia) e não das características das vizinhanças (BURSIK JR; GRASMICK, 1993). Essa discussão é comumente descrita na literatura a partir da diferenciação entre os efeitos composicionais<sup>34</sup> e os efeitos vizinhança. O primeiro conjunto de efeitos está relacionado a características dos indivíduos tomados isoladamente a partir de, comumente, respostas obtidas em surveys.

Já os efeitos vizinhança ou contextuais refletem processos com propriedades derivadas de grupos de pessoas comumente localizadas em um mesmo espaço. Um dos exemplos recorrentes na literatura é o de rendimento escolar. Diferenças entre características individuais - como faixa etária, sexo e raça - e coletivas, como a qualidade (ou o método de ensino) de professores e as condições de escolas - podem afetar o rendimento dos alunos. Os modelos analíticos buscam diferenciar os efeitos de cada conjunto de variáveis a partir de unidades de análise distintas. No primeiro caso, tomando os alunos como referência, busca-se compreender

---

<sup>32</sup> A noção de propriedades emergentes é especialmente cara para o campo de C&C. Inspirado na definição de fato social durkheimiana, o conceito se refere à irredutibilidade do todo a suas partes, ou seja, existem características sociais que não são manifestadas pelos indivíduos mesmo quando considerados isoladamente (HARRÉ, 1982, p.142). Os estudos criminológicos são profícuos em apresentarem exemplos de propriedades emergentes que não precariamente medidas a partir de comportamentos individuais, tais como: nos estudos sobre gangues, o impacto da oferta de estruturas legítimas e ilegítimas na comunidade sobre a delinquência juvenil; a efetividade de organizações comunitárias como agências de controle social formal ou informal sobre o comportamento delincente; a relação dessas organizações com outras agências na comunidade e da própria comunidade com agências que estão fora da vizinhança e o impacto sobre a capacidade de controle. Em suma, a tradução das propriedades emergentes nos estudos criminológicos tem sido realizada por meio da interpretação dos efeitos composicionais e não dos efeitos vizinhança propriamente ditos. As limitações dessa abordagem repercutem tanto na construção metodológica quanto na interpretação dos resultados obtidos.

<sup>33</sup> Existem diferentes formas de conceituar e medir efeitos vizinhança. De acordo com os objetivos de pesquisa, o pesquisador pode caracterizar e medir se e como vizinhanças afetam resultados coletivos como crimes. Para uma revisão da literatura a respeito, ver KIRK; LAUB (2010).

<sup>34</sup> Tradução a partir do original *compositional effects*. N.T. Podem ser, ainda, denominados como efeitos individuais.

quais os efeitos de diferenças de faixa etária, sexo e raça sobre o rendimento escolar. Tomados em conjunto, esses efeitos são chamados composicionais por se referirem a características intrínsecas à composição dos indivíduos analisados;

No caso seguinte, as salas de aula de uma escola ou mesmo diferentes escolas em uma cidade passam a ser a unidade de análise, em que se buscam analisar os efeitos de características como natureza pública ou privada, condição rural ou urbana, número de alunos por turma, dentre outras, sobre o rendimento escolar. Logo, esses são os chamados efeitos vizinhança ou contextuais, os quais, em modelos estatísticos, são calculados a partir de técnicas que “controlam” as características individuais. A diferenciação entre esses efeitos requer designs específicos e comumente mais dispendiosos, o que os torna menos comuns na literatura<sup>35</sup> (BURSIK JR; GRASMICK, 1993, p. 28; RAUDENBUSH; BRYK, 2002). Assim, os modelos sistêmicos se propõem a diferenciar os efeitos composicionais dos efeitos contextuais a partir de designs específicos para “captar” as nuances de cada dimensão. Esse caminho metodológico será particularmente relevante para as análises que apresentarei no próximo capítulo.

Nesse sentido, o estudo de Robert Sampson e Byron Groves (1989) se fez seminal por analisar características individuais e medidas das propriedades emergentes de vizinhanças a partir de uma mesma fonte de dados. Com efeito, foi o primeiro teste *completo* dos argumentos elaborados por Shaw e McKay mais de quarenta anos antes. A base de dados utilizada foi o *British Crime Survey* de 1982 que reunia quase onze mil questionários de moradores de 238 zonas eleitorais. Os autores utilizaram uma definição administrativa (zonas eleitorais) na representação das vizinhanças, argumentando em favor da proximidade com o que seriam as comunidades locais (SAMPSON; GROVES, 1989, nota de rodapé nº 6).

Assim, as variáveis ecológicas foram: a) composição socioeconômica<sup>36</sup>, com informações sobre escolaridade, posições no mercado de trabalho e renda; b) estabilidade residencial, descrita pelo percentual de residentes na comunidade; c) heterogeneidade étnico-racial, composta por um índice com percentuais de diferentes categorias; d) redes de amizades locais, descrita pela média de amigos na vizinhança; e) participação em reuniões na vizinhança; e f) capacidade de supervisão, descrita pelo percentual de moradores que percebiam grupos de jovens envolvidos com desordens na vizinhança; g) composição familiar, a partir de dados de divorciados e famílias

---

<sup>35</sup> Essa discussão será retomada no capítulo 5, em que serão analisadas questões relevantes na estimação de efeitos de composição e vizinhança, tais como viés de seleção e causalidade (de fenômenos não observáveis) na modelagem de dados hierárquicos.

<sup>36</sup> Os dados foram padronizados (utilizando *z scores*) e somados em nível individual para depois serem agregados nas zonas eleitorais.

chefiadas por um adulto com crianças; h) urbanização, descrevendo o local no contexto urbano. Como se percebe, foram incluídas variáveis referentes aos três níveis de organização social descritos pela perspectiva sistêmica.

Em termos gerais, os resultados da análise de Sampson e Groves (1989) ofereceram suporte à teoria sistêmica da desorganização social. As variáveis criminais utilizadas foram vitimizações sofridas pelos respondentes, percepções sobre crimes e envolvimento como autores de crimes contra a propriedade e contra outras pessoas. Os resultados demonstraram a associação entre características estruturais (como status socioeconômico) e os indicadores criminais. As variáveis de desorganização social (supervisão, participação social e laços de amizade) funcionaram como mediadores dos efeitos das características estruturais em alguns casos, restando outras questões relativas à operacionalização das variáveis a serem exploradas (foi o caso de violências cometidas pelos entrevistados). Em relação aos crimes contra a propriedade, as variáveis de desorganização social se destacaram (particularmente laços de amizade). Além disso, a supervisão de jovens foi uma das principais variáveis do estudo nos modelos analisados. A abordagem de Sampson e Groves (1989) serviu de referência para diversos outros estudos nos Estados Unidos, como Lowenkamp et al. (2003), Bursik (1999), Vélez (2001) e Warner (1999, 2007), e em outros países como o Brasil (SILVA, 2014; VILLARREAL; SILVA, 2006).

Em suma, a retomada da perspectiva da desorganização social na explicação criminológica ocorre por meio do foco na densidade das redes entre moradores e instituições locais e da ênfase nas relações entre representantes locais e atores, instituições e agências externos. Além disso, tanto a definição de vizinhança (limites geográficos, tradições, identidades e valores) quanto as unidades de análise utilizadas (setores censitários, zonas eleitorais, distritos policiais etc.) passam a ser problematizadas para considerar os limites geográficos e simbólicos do contexto urbano. As variáveis comumente utilizadas são obtidas de levantamentos censitários (como status socioeconômico, instabilidade residencial, heterogeneidade étnico-racial, domicílios chefiados por mulheres, escolaridade), entrevistas e surveys (como participação em organizações locais, frequência de contatos entre os vizinhos e com representantes públicos que refletem a natureza dos laços sociais na e entre comunidades), além de dados criminais oficiais e de surveys específicos de vitimização (Sampson e Groves, 1989; Bursik, 1988; Bursik e Grasmick, 1993).

## 1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento das teorias do controle como explicações criminológicas se confunde com o surgimento dos estudos urbanos na Universidade de Chicago. A delinquência se tornou um dos temas centrais na agenda de pesquisa dos pesquisadores da área no início do século XX. A cidade de Chicago se tornara um “laboratório a céu aberto” (PARK et al., 1968). Diferentes processos sociais se concentravam na região e informavam fenômenos diversos. Dentre eles, o intenso crescimento populacional, a urbanização e a diversificação da matriz econômica foram especialmente importantes.

A população da cidade de Chicago cresceu de forma exponencial entre 1840 e 1910. Esse crescimento foi proporcionalmente maior do que o da região de Northeastern<sup>37</sup> e do país como no período. Por exemplo, enquanto a população de Chicago passou de 5 mil em 1840 para quase 2 milhões e 200 mil habitantes em 1910, um crescimento de mais de 437 vezes, a população da região foi multiplicada por 77 e a do país por 5 (FORSTALL, 1990).

Os fluxos migratórios internos e externos são parte da explicação do crescimento populacional intenso. Numa época em que conflitos civis se espalhavam pela Europa Ocidental e Oriental, a busca pelo *American Dream* se tornou uma opção para milhões de imigrantes. Internamente, as migrações para Chicago eram influenciadas, ainda, pelo desenvolvimento econômico da cidade. Em 1840, mais de 80% da força de trabalho estava alocada no setor primário. Em 1930, cerca de 60 % da força de trabalho se concentrava no setor terciário e 30% no setor secundário da economia (FORSTALL, 1990). Além do crescimento populacional e da mudança da matriz produtiva da cidade, o padrão de ocupação territorial se modificava intensamente. Já em 1900, a cidade de Chicago era marcada por cerca de 96% de ocupação urbana. Na mesma época, o Estado de Illinois possuía 54% de ocupação urbana e os Estados Unidos 40%.

As mudanças nos contextos econômico, social e demográfico da cidade não seriam deixadas em segundo plano nos estudos urbanos e, dentre eles, os criminológicos, desenvolvidos na cidade de Chicago. Na época, a influência do positivismo das Ciências Naturais se fez sentir na produção das Ciências Sociais. Um exemplo disso é a noção de ecologia humana. Numa analogia direta com a Biologia, a ecologia humana buscava compreender as relações humanas localizadas no tempo e no espaço, na forma como eram influenciadas por forças seletivas,

---

<sup>37</sup> Os dados são do Censo dos Estados Unidos (FORSTALL, 1990). A região Northeastern inclui, além do condado em que a cidade de Chicago se localiza, Cook County, outros cinco condados. A denominação da região é Northeastern Planning Commission Region.



distributivas e alocativas do ambiente (PARK; BURGESS; MCKENZIE, 1968, p. 63). Ora, não se tratava de uma escolha aleatória de palavras, mas do uso de conceitos informados pela lógica das Ciências Naturais. É nesse contexto que os estudos urbanos têm seu início em Chicago. E a influência sobre os temas centrais, como imigrantes, pobreza, profissões e delinquência seria demonstrado nos conceitos e nos métodos utilizados.

Neste capítulo, apresentei como a teoria da desorganização social foi informada pelo contexto social que procurava explicar. O esforço de Shaw e McKay foi, originalmente, o de explicar os efeitos de processos sociais que se concentravam na cidade de Chicago sobre as rotinas de vida dos seus habitantes. O crescimento populacional, a intensificação da urbanização e a mudança na matriz econômica eram as condicionantes estruturais da teoria da desorganização social. A desorganização social foi conceituada como uma das implicações do esgarçamento do tecido social como consequência do cruzamento desses processos sociais nas comunidades de Chicago. As influências sobre os comportamentos das pessoas estavam relacionadas à redução da capacidade de realizar o controle social, inclusive por meio da transmissão de valores antissociais.

A *rationale* da teoria da desorganização social tornou-se referência para um campo de estudos específico na Criminologia, o *Communities & Crime*. A ideia de desorganização social foi retomada ao longo do tempo em diferentes modelos explicativos. Com Kornhauser (1978), a capacidade de controle social nas comunidades é interpretada a partir das condições de socialização, particularmente de crianças e adolescentes. Para a autora, como demonstrei, a atenuação cultural não equivaleria ao surgimento de novos valores. O ideal de uma sociedade livre de crimes seria, para a autora, compartilhado por todos os indivíduos socializados adequadamente. Mais tarde, os modelos sistêmicos diferenciam níveis de interações sociais e, com isso, os efeitos diferenciais das condições estruturais sobre o controle social em diferentes ordens sociais. A centralidade dos laços sociais e a diferenciação dos efeitos composicionais e contextuais serão centrais para a formulação da teoria da eficácia coletiva.

Não apenas os contextos sociais mudaram ao longo do desenvolvimento das teorias do controle. As técnicas de pesquisa utilizadas se tornaram mais sofisticadas. Com Sampson e Groves (1989), a teoria da desorganização social foi submetida ao seu primeiro teste envolvendo variáveis específicas para os diferentes níveis de análise. Isso foi possível pelo design na coleta dos dados e pelas técnicas de análise que diferenciaram os efeitos estatísticos dos indivíduos e das propriedades das comunidades. Como Bursik e Grasmick (1993) argumentaram, o impulso dos modelos sistêmicos veio ainda da influência de outras áreas, como a análise de redes sociais (GRANOVETTER, 1983), das associações comunitárias (KASARDA; JANOWITZ, 1974) e

das ordens sociais (HUNTER, 1985). Como discutirei no capítulo seguinte, essas influências informam o desenvolvimento de modelos criminológicos utilizados a partir da década de 1990. Os contextos sociais e os fenômenos estudados são diferentes, mas o pano de fundo teórico se mantém orientado na perspectiva contextual. Comunidades são a unidade de análise principal na teoria da eficácia coletiva, mas já o eram mais de cinquenta anos antes nos estudos de Shaw e McKay (1942).

## CAPÍTULO 2. TEORIA DA EFICÁCIA COLETIVA

Em *Neighborhoods and Crime*, Bursik e Grasmick (1993, p. 30) revelaram uma curiosa anedota dos bastidores das reuniões da *American Society of Criminology*. No diálogo que travaram naquele encontro, em meados dos anos 1980, disseram-lhes que a desorganização social seria a herpes da Criminologia, pois “uma vez que pensa ter acabado de vez, os sintomas surgem novamente”. Eles não poderiam antecipar o que viria a seguir. Não apenas retomada, mas a perspectiva ecológica seria deslocada para o centro do debate criminológico com o desenvolvimento do conceito da eficácia coletiva. Informada por influências de outras disciplinas, como a Psicologia e a Economia, a Teoria da Eficácia Coletiva – *TEC*, avançou sobre as críticas formuladas à desorganização social e aos modelos sistêmicos e propôs alternativas metodológicas e analíticas para as dificuldades enfrentadas.

No capítulo anterior, descrevi as teses, os problemas e os resultados elaborados na tradição ecológica de investigação criminológica desde 1930 até o início da década de 1990. A imaginação dos pesquisadores foi animada, em particular, pela constatação de que os crimes e as desordens são desigualmente distribuídos nas vizinhanças ao longo do tempo. Mais do que isso, as evidências empíricas se amontoavam em indicar que os crimes se concentravam em bairros marcados por privações materiais, heterogeneidade étnico-racial e imigrantes. Além disso, comumente envolviam jovens negros de baixa escolaridade, oriundos de lares monoparentais em regiões de grande instabilidade residencial.

Mas, *por quê?* continuam a se indagar, ainda hoje, estudiosos de diferentes correntes criminológicas. Como explicar incidências criminais discrepantes entre comunidades com características semelhantes? São todas as comunidades com características como as descritas acima que concentram desproporcionalmente os diferentes tipos de crime? E outros problemas sociais, são também diferencialmente concentrados nesses territórios? Em especial no estabelecimento de explicações sistemáticas e de médio alcance, estas questões sugerem que as características de uma comunidade se antecipam como fatores de risco e não como polos de relações causais (SAMPSON, 2006; CULLEN et al., 2011). Ou seja, as configurações sociais revelam-se como facilitadoras de processos sociais que estão relacionados aos resultados coletivos, como a capacidade de regulação social e o controle do crime.

Na tentativa de responder tais questões, faz-se necessário um raciocínio de tipo específico que, acredito, se aproxima da imaginação sociológica formulada por Wright Mills (2009). Ao insistir no argumento ecológico, a *TEC* se permite investigar como as comunidades importam na explicação criminal. É, assim, uma continuidade à indagação originalmente formulada por

Shaw e McKay cinquenta anos antes e retomada por diferentes autores ao longo do tempo. Entretanto, a TEC é também disruptiva em diferentes aspectos.

Neste capítulo, apresento como a *TEC* analisa os mecanismos sociais relacionados às configurações sociais que informam propriedades imanentes dos grupos sociais e que se realizam em capacidades diferenciais de exercer controle social nas comunidades. A eficácia coletiva é a derivação de um quadro analítico que enfatiza a importância dos controles sociais informais, das expectativas compartilhadas e do conteúdo dos laços sociais. Nas seções que seguem, demonstrarei como funcionam os mecanismos de ativação da eficácia coletiva. Antecipo que não se trata de algo que se tem ou acumula, mas que se realiza, por assim dizer um processo social. Além disso, apresento os conceitos e as evidências empíricas da *TEC* desde a sua formulação original, além de, em seguida, discutir as limitações e as possibilidades de generalização da teoria. Ao final do capítulo, analiso a hipótese do paradoxo brasileiro à *TEC*. Em relação ao argumento central desta tese, este capítulo situa a discussão teórica e apresenta o enquadramento analítico que utilizo na análise empírica dos dados do Distrito Federal.

## 2.1. MUDANÇAS NO TECIDO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: A LOCALIZAÇÃO DO GLOBAL?

As relações sociais mudam com o passar do tempo. Novas sociabilidades se (re)constituem a partir de formas incipientes de comunicação e de mecanismos de sociação. Os processos que tomam parte na produção dessas novas sociabilidades podem ser distinguidos em diferentes níveis: local, nacional, regional e global (ELLIOTT; TURNER, 2012). Há autores que vaticinam a morte da sociedade, em que o social extrapolaria os limites do Estado-Nação tradicional, tornando-se fluido e diverso. Longe de ser recente, a preocupação com os efeitos da urbanização e da industrialização sobre as relações sociais foi registrada por expoentes sociólogos como Durkheim, Weber, Simmel, Tönnies, dentre outros. O paradigma clássico da sociologia urbana erigida a partir de Chicago está associado às profundas mudanças proporcionadas por estes processos a partir do final do século XIX (WIRTH, 1938). Com efeito, a emergência de novos discursos sobre a sociedade traz implicações decisivas sobre a produção científica nas Ciências Sociais. A explicação criminológica não está alheia à nova realidade social.

No campo das teorias criminológicas do controle, a TEC buscou captar as mudanças no tecido social que marcam as sociedades contemporâneas (SAMPSON et al., 1997). As pessoas não se relacionam como a décadas atrás. Os vizinhos não mais se conhecem pelo nome. Aliás, paisagens urbanas dominam as cidades do país, em que condomínios verticais são cada vez mais comuns. Crianças e adolescentes se comunicam entre si por meio de tecnologias móveis, tornando o virtual uma dimensão presente até em encontros presenciais. Com a internet, as distâncias diminuíram e os moradores de um bairro passaram a estar conectados com as realidades de outras cidades, outras regiões no país e mesmo do mundo. Nesse contexto, pesquisadores passaram a questionar as definições de organização e controle social, além de apontarem para novas formas de explicação da incidência criminal (VELEZ, 2001; WARNER, 2003).

Conforme discuto no capítulo anterior, um dos pontos centrais da teoria sistêmica é a relação entre a densidade e a frequência dos laços sociais, em diferentes tipos ou ordens de interações, e a capacidade de exercer controle social. Logo, vizinhanças em que as pessoas se conhecessem e interagissem com maior frequência, particularmente em níveis paroquial e público, teriam mais condições de controlar comportamentos desviantes e, assim, registrariam menos crimes. *Entretanto, à luz da teoria sistêmica, como compreender a realidade de bairros coesos e com fortes laços sociais e que, ainda assim, registram muitos crimes? Como incorporar as mudanças nas formas de sociabilidade da sociedade contemporânea na investigação*

*criminológica? Como investigar relações de confiança e controle social na era da sociedade de risco (BAUMAN, 2005; BECK, 2011)?*

As respostas de Sampson e seus colaboradores são inequívocas. As mudanças sociais ensejam novos mecanismos sociais que alteram as formas de organização social, mantendo o contexto local como central na explicação criminológica. Isso se dá por meio da capacidade de reprodução da vida social ensejada por novas *propriedades do social*, que podem, inclusive, ser promotoras produtoras de desigualdades sociais duradouras. São novas formas de sociabilidade que permitem, no tecido social contemporâneo, realizar o controle social. Para os autores, não nos tornamos menos capazes de resolver problemas coletivos, como crimes, apenas o fazemos por *caminhos* diferentes.

A noção de mecanismo social é importante na caracterização desses *caminhos*. Sampson define mecanismo social como sendo “um processo contextual que explica determinado fenômeno, tendo como objetivo principal o estudo empírico das causas e consequências de comportamentos sociais que variam entre vizinhanças” (2012, p. 58). Merece destaque o enquadramento da definição de mecanismo social de forma comparada entre as unidades analíticas estudadas, no caso as vizinhanças. Logo, importa, para essa perspectiva teórica, a variação dos mecanismos sociais entre as vizinhanças, permitindo considerações sobre categorias analíticas como confiança, coesão e eficácia. Os mecanismos sociais são formulações teóricas cuja observação e manipulação empíricas são difíceis. A estratégia analítica para observá-los é a elaboração de indicadores que reflitam as características dos mecanismos<sup>38</sup> a serem estudados.

A compreensão dessa nova realidade a partir das lentes dos mecanismos sociais requer que se desenvolvam métodos adequados de investigação, sejam definidas formas de identificação das unidades de análise, o papel dos vieses de seleção deve ser considerado e, em última medida, seja discutida a natureza da inferência causal no mundo social (Sampson, 2011). Ou seja, a investigação sociológica deve buscar sustentação teórica e metodologias que possibilitem a compreensão do social nesses novos termos. A ênfase no contexto social é uma das marcas da formulação de Sampson e seus colaboradores para a eficácia coletiva. Inspirado pela tradição da Escola de Chicago, o autor se insere no que denomina *paradigma contextualista*<sup>39</sup>, partindo

---

<sup>38</sup> É esse o caso da eficácia coletiva, como discutirei em seguida. Para mais detalhes, ver Sampson 2012, cap. 3 e Wikström e Sampson, 2003.

<sup>39</sup> Sampson articula dez princípios para o estudo que realiza sobre os efeitos vizinhança em Chicago e descritos em *Great American City*, publicado em 2012. O primeiro princípio diz respeito a “relentlessly focus first and foremost on social context, especially as manifested in urban inequalities and neighborhood differentiation” (Sampson, 2012, p. 67).

da noção de que “nenhum fato social faz sentido abstraído de seu espaço - por vezes geográfico - e tempo social<sup>40</sup>” (ABBOTT, 1997<sup>41</sup>, apud SAMPSON, 2012, p. 68).

Numa palavra, a retomada da perspectiva ecológica e da vizinhança como categoria analítica na explicação criminológica encontrou na TEC um impulso para o seu desenvolvimento (CULLEN et al., 2011). A definição de vizinhança<sup>42</sup> é expressão da ênfase ecológica nessa mirada analítica: uma “população de pessoas e instituições que interagem de forma variável num mesmo lugar”<sup>43</sup> (SAMPSON, 2011, p. 228). Com isso, o aspecto geográfico e espacial é colocado em primeiro plano. As vizinhanças são definidas como unidades de análise pelo componente espacial, enquanto as características das relações sociais representam fatores ou variáveis a serem considerados em primeiro plano<sup>44</sup>. As vizinhanças não compreendem necessariamente comunidades, em relação ao compartilhamento de valores e laços sociais, apesar de às vezes ser este o caso. Contudo, vizinhanças não limitam comunidades e vice-versa, não sendo possível reduzir uma à outra. Ao cabo, as vizinhanças são definidas de acordo com o desenho metodológico, podendo compor um mosaico de unidades ecológicas que se sobrepõem e que variam de acordo com o recorte de interesse<sup>45</sup>.

---

<sup>40</sup> Tradução a partir do original: “no social fact makes any sense abstracted from its context in social (and often geographic) space and social time”. N.T.

<sup>41</sup> Não por acaso, Sampson cita Andrew Abbott ao enunciar o paradigma contextualista. Os pesquisadores foram contemporâneos no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, tendo sido Abbott um dos principais articuladores da sociologia processual. Essa perspectiva analisa a ontologia processual da vida social. Para mais informações sobre a sociologia processual, ver Abbot, 2016 e Abbott 1997. Sobre a articulação entre a sociologia processual e o paradigma contextual, ver Sampson, 2011.

<sup>42</sup> Essa definição guarda estreita relação com a conceituação de Park (1916), para quem a vizinhança seria uma subseção de uma “comunidade maior”, formando a base para a mais simples e elementar forma de associação na organização da cidade (PARK, 1916, p. 580).

<sup>43</sup> Tradução a partir do original: “A variably interacting population of people and institutions in a common place”. N.T.

<sup>44</sup> Por exemplo, densidade e frequência das interações sociais, participação cívica, desordem, densidade organizacional, identidade e capacidade para ação coletiva são variáveis que diferenciam vizinhanças. Recursos econômicos, diversidade étnica, estabilidade residencial são antecedentes estruturais. Crime e medo são consequências.

<sup>45</sup> São comumente utilizadas as definições administrativas oficiais na caracterização de vizinhanças. No Brasil, os setores censitários definidos pelo IBGE são a principal referência. Em grande medida, isso se deve à disponibilidade de dados sobre essas unidades, o que também se aplica, em pesquisas nacionais, a municípios e estados. Há um crescente interesse em novas técnicas de coleta de dados que focam em blocos, ruas e segmentos de ruas, por meio de estratégias que aliam o georreferenciamento de dados a estatísticas espaciais. Como exemplos, ver HIPPEL, 2016; O'BRIEN, 2016; O'BRIEN; SAMPSON; WINSHIP, 2015; WICKES et al., 2017.

## 2.2. A EVOLUÇÃO DE UMA IDEIA: CONTEXTUALIZANDO A EFICÁCIA COLETIVA

A Escola de Chicago inspirou diversas explicações sobre as causas de crimes. Por um lado, a tese da transmissão cultural de valores desviantes por meio de interações sociais em grupos sociais inspirou a chamada teoria da associação diferencial (AKERS, 2009, 1977; SUTHERLAND, 1942). Por outro lado, o argumento de que o enfraquecimento dos controles sociais informais possibilitaria comportamentos criminosos instigou a trilha de investigações do que se denominaria teorias do controle, campo em que se insere a TEC.

A TEC é um desenvolvimento do argumento original da Escola de Chicago que torna aguda a relevância do contexto na explicação criminológica. A perspectiva analítica se distingue, por exemplo, nas perguntas a serem respondidas. A motivação do comportamento criminoso de um indivíduo cede espaço a questões de nível macrossocial. Partindo da realidade estadunidense, Sampson e seus colaboradores engajaram-se em explorar as implicações dessa perspectiva, oferecendo um dos estudos mais abrangentes sobre a tese da desorganização social (SAMPSON; GROVES, 1989; CULLEN; WILCOX, 2015). Os autores encontraram evidências que associavam a densidade e a frequência dos laços sociais das vizinhanças com a capacidade de exercer controle social informal. Contudo, Sampson ofereceria outra abordagem sobre a variação de processos sociais relacionados ao controle social e a ocorrência de crimes.

Diferentes comunidades desafiavam a lógica oferecida pelos modelos sistêmicos. Como explicar vizinhanças em que os vizinhos comumente se conheciam, logo com constantes envolvimento e interações, mas que concentravam muitos crimes? E, ainda, em contraste, havia vizinhanças afluentes que, apesar de os vizinhos não se conhecerem e interagirem com pouca frequência, registravam poucos crimes. A própria operacionalização de desorganização social era confusa em sua formulação original, confundindo-se com aquilo que buscava explicar<sup>46</sup>. As formas de mensuração eram baseadas em registros ainda não sistemáticos, além de que a tese da transmissão de valores culturais era outro ponto de crítica à teoria de Shaw e McKay (1942). Em relação aos modelos sistêmicos, o foco na densidade e na frequência das interações era desafiado por limitações empíricas como os guetos das grandes cidades.

Os modelos teóricos devem refletir as mudanças nas formas como as pessoas se relacionam na sociedade contemporânea. A ideia idílica de comunidades locais marcadas por relações próximas entre vizinhos, ansiosos por fazerem amigos e constituírem duradouras redes locais, não representavam o contexto social do final do século XX. Para Sampson e seus

---

<sup>46</sup> Sampson argumenta em favor da ideia de “organização social diferencial”, tendo em vista que os esforços coletivos para alcançar objetivos comuns são variáveis e podem coexistir com o conflito SAMPSON (2006).



colaboradores, as relações comunitárias hodiernas são marcadas por expectativas compartilhadas entre vizinhos que envolvem confiança, mas não dependem da frequência das interações. Logo, a possibilidade de contar com os vizinhos quando problemas surgirem seria mais importante do que a criação de laços de amizade e compadrio nas comunidades locais. Ora, nessa lógica, não se trata de fazer amigos, mas de criar uma rede que possibilite mobilização entre os vizinhos em caso de problemas comuns à comunidade, como crimes e desordens. Assim, a capacidade de controlar crimes não estaria associada apenas à densidade e à frequência dos laços entre vizinhos.

Nessa perspectiva, o controle social se refere à capacidade de auto regulação de uma unidade social (como uma vizinhança) de acordo com princípios compartilhados coletivamente (KASARDA; JANOWITZ, 1974; SAMPSON, 2012). Trata-se de um resultado alcançado, comumente, por comunidades coesas e que compartilham expectativas. A este respeito, Sampson argumenta que:

Importa o que eu penso que os outros pensam, tornando a teoria da eficácia coletiva um tipo de regra moral ou de dissuasão – um mecanismo generalizado de ‘conhecimento comum’ que vai além de qualquer ato individual de controle. ‘Não dedurar’, por exemplo, é uma norma social sobre não intervir ou contatar as autoridades, uma forma de *contra-eficácia coletiva* que pode coexistir com laços pessoais fortes e é reforçada pelas interações sociais na vizinhança<sup>47</sup>. (SAMPSON, 2013, p. 26).

Na formulação da TEC, as comunidades são arenas para a realização de valores comuns e manutenção de controles sociais. Esses controles decorrem da disposição dos moradores em agir coletivamente. Os laços sociais são importantes como substrato para o surgimento da eficácia coletiva, contudo não são suficientes para a realização do controle social. Essa distinção é central ao modelo da eficácia coletiva. Como apresento no trecho acima, a opinião das pessoas em uma comunidade possui um significado recíproco, de mútua referência. Esse significado orienta a ação, os comportamentos e as disposições das pessoas. Esse “conhecimento comum” não apenas influencia o controle social como também define o que é tolerável e o que não é. A coesão social precisa ser ativada para se tornar útil socialmente, não podendo ser considerada

---

<sup>47</sup> Tradução do original: It matters what I think others think, making collective efficacy theory a kind of deterrence or moral rule – a generalized mechanism of “common knowledge” that goes beyond any single act of control. ‘Don’t Snitch’, for example, is a social norm about not intervening or contacting the authorities, a form of anti-collective efficacy that can co-exist with strong personal ties and is reinforced by neighborhood social interactions. N.T.

um produto acumulável, como um estoque de recursos sociais. Essa visão utilitarista pode ser percebida, por exemplo, nos conceitos de capital social de Coleman (1994) e Putnam (2000)<sup>48</sup>.

Uma outra forma de tratar o capital social é oferecida por Portes (1998). Para o autor, o capital social é visto como “expectativas de ação numa coletividade”. Trata-se de propiciar condições de pertencimento numa comunidade, ao ponto de tornar a possibilidade de intervir em prol da coletividade um recurso possível e, mais do que isso, provável. Dentre as possibilidades de intervenção coletiva, estão atitudes de supervisão de crianças e adolescentes na vizinhança, realização de manifestações para melhoria de bens e serviços públicos, troca de favores entre moradores ou mesmo chamar a polícia em casos de crimes ou desordens. É importante destacar que na formulação original da teoria da eficácia coletiva a intervenção por meio de agentes públicos (como chamar a polícia) é apenas uma das possibilidades de realização de controle social e não necessariamente a primeira delas.

### 2.2.1. Afinal, o que é eficácia coletiva?

A eficácia coletiva é definida como a conexão entre confiança mútua, coesão social e a disposição de intervir em favor do bem comum (SAMPSON et al., 1997). É um conceito que, orientado para tarefas específicas, reflete a capacidade de exercer controle social informal com base em expectativas compartilhadas e engajamento mútuo (SAMPSON, ROBERT J, MORENOFF, JEFFREY D., EARLS, 1999)<sup>49</sup>. A eficácia coletiva representa a capacidade de *agência* das vizinhanças, que junto com redes locais, participação comunitária e normas culturais compõe o capital social vicinal (Sampson e Graif, 2009). Logo, a eficácia coletiva não é o mesmo que capital social, podendo inclusive se manifestar em contextos com poucos laços sociais fortes (SAMPSON; RAUDENBUSH, 1999).

A *rationale* do conceito é inspirada na ideia de auto eficácia elaborada por Albert Bandura (1977, 1997). Para o autor, a auto eficácia se refere ao argumento que a capacidade de realização de uma atividade marca comportamentos dos indivíduos e interfere na realização de resultados. Em nível vicinal, o resultado é coletivo e a crença na capacidade de realização se

---

<sup>48</sup> Para Coleman, capital social diz respeito a condições em que as relações entre as pessoas tornam possível a realização de objetivos sociais que não seriam possíveis na ausência dessas condições (COLEMAN, 1994). Já para Putnam, capital social compreende “características de organização social, como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo” (PUTNAM, 1993, p. 36).

<sup>49</sup> Uma definição alternativa pode ser expressa por “crenças compartilhadas na capacidade dos vizinhos em agir conjuntamente para atingir um determinado fim (Morenoff et al, 2001:521). Ou ainda: “o processo de ativação ou conversão dos laços sociais entre vizinhos a fim de alcançar objetivos coletivos, como ordem pública ou controle do crime” (Sampson, 2010, p. 802).

inicia com a própria definição dos problemas entre as pessoas de uma comunidade a partir de valores comuns. Portanto, a eficácia coletiva não se resume à soma de julgamentos individuais, mas reflete uma propriedade coletiva que emerge das interações e do funcionamento de grupos sociais (Bandura, 1997).

As vizinhanças com elevada eficácia coletiva são marcadas por duas características principais: a) os problemas locais são definidos de formas semelhantes pelos moradores e b) existe disposição de intervir para resolver esses problemas. Assim, o conceito captura as dimensões cultural e de ação social presentes na teoria social, em que *eficácia* representa a capacidade de agência dos sujeitos (e de fazer algo diante de “problemas do grupo”) e *coletiva* sugere o compartilhamento de expectativas de controle social, o que se demonstra na definição dos problemas e das possíveis medidas a serem tomadas.

O conceito de eficácia coletiva pressupõe uma definição específica de controle social. Segundo Sampson et al. (1997), o controle social é uma capacidade ativada de acordo com o surgimento de situações ou problemas que lhe exijam. O que diferencia as comunidades é a capacidade de ativar os controles sociais informais, como por exemplo corrigir crianças matando aula, intervir em brigas na vizinhança, chamar a polícia diante de um crime ou mesmo reunir pessoas em favor de mais infraestrutura na vizinhança (SAMPSON et al., 1997). Os moradores, por sua vez, sentem-se à vontade para agir dessa forma por confiarem nos vizinhos, ou seja, a probabilidade de ativação dos controles sociais informais está associada à “confiança mútua e solidariedade entre os vizinhos” (SAMPSON et al., 1997:919).

A coesão e o suporte social *dependem* de interações que se repetem e de expectativas sobre o futuro. Além disso, o controle social é visto como um desafio coletivo. As diferenças nas formas de organização social de uma comunidade são fatores importantes na capacidade de realizá-lo. O controle social não é atribuível a um indivíduo, depende principalmente das relações sociais entre os moradores (Sampson, 2012). Em contraste com os modelos sistêmicos, o foco na abordagem teórica da eficácia coletiva deixa de ser a intensidade e a frequência dessas interações e passa a ser os seus mecanismos, as formas de ativação desses controles. Para Sampson, é necessário reconhecer a mudança nas relações sociais contemporâneas, em que os vizinhos buscam poder contar uns com os outros e não jantarem juntos aos domingos<sup>50</sup> (2012:153).

---

<sup>50</sup> Essa discussão está relacionada à forma de ativação dos laços sociais. Nesse ponto, Sampson e seus colaboradores foram influenciados pelas pesquisas de Granovetter (1983). Grosso modo, o autor demonstrou como laços fracos (conexões menos próximas e frequentes) são essenciais para o estabelecimento de recursos sociais, como referências de emprego. Os laços fracos, nessa perspectiva, são importantes por conectarem grupos sociais distantes.

A eficácia coletiva é conceituada, ainda, como um processo social que media os efeitos da estrutura social, particularmente das desvantagens concentradas<sup>51</sup>. Essa afirmação busca situar o conceito no contexto dinâmico dos mecanismos sociais. Não apenas um mecanismo, mas uma propriedade específica que marca e distingue a organização social de uma comunidade (SAMPSON, 2008). A eficácia coletiva possibilita a ativação de interações sociais, como laços entre vizinhos e atores institucionais, em favor de objetivos coletivos, como o controle do crime. Logo, a eficácia coletiva é uma forma específica de organização social com características próprias relacionadas à uma dada estrutura social, marcada por um contexto cultural e com implicações para a ação social dirigida a casos específicos. Como argumentei anteriormente, a eficácia coletiva não é um ativo que se acumula em determinados bairros (PORTES, 1998). É, na verdade, uma propriedade acionada em casos concretos como resposta a necessidades práticas. Para os teóricos da eficácia coletiva, o amálgama de ações diversas como a supervisão de crianças brincando na rua, o compartilhamento de informações sobre pessoas estranhas passando em frente à sua casa, ligar para polícia caso perceba um crime em andamento ou mesmo organizar uma manifestação contra o fechamento da escola ou do quartel dos bombeiros da vizinhança, é o consenso mínimo sobre o problema e a disposição de intervir em problemas da comunidade.

### 2.2.2. Como observar a eficácia coletiva?

A estratégia analítica a TEC assume os efeitos vizinhança como perspectiva principal. Os processos sociais são localizados e influenciados ao longo do tempo pelas formas de organização social. E a eficácia coletiva é antes de tudo um processo social, uma propriedade que se desenvolve em meio a relações de confiança mútua e expectativas compartilhadas numa comunidade. Logo, *a eficácia coletiva é uma variável que distingue vizinhanças*, assim como também o são, por exemplo, a densidade e frequência das interações sociais, participação cívica, desordem, densidade organizacional, e capacidade para ação coletiva. Como um mecanismo social, a eficácia coletiva é uma formulação teórica, cujos indicadores se referem a práticas, sentidos e ações relacionados ao controle social. A eficácia coletiva é, ainda, um processo

---

<sup>51</sup> O conceito de desvantagens concentradas se refere a um índice calculado a partir de dados censitários para cada vizinhança. São considerados: percentual de indivíduos abaixo da linha da pobreza, percentual de domicílios que recebem benefícios sociais do Governo, percentual de domicílios chefiados por mulheres, percentual de desempregados e percentual de indivíduos com menos de 18 anos. O resultado é padronizado por meio da estatística z, obtida a partir da subtração do valor obtido em relação à média e, depois, pela divisão pelo desvio padrão da distribuição.

observável em nível comunitário, vicinal. Ou seja, não se reduz a comportamentos individuais tomados em conjunto.

A eficácia coletiva, como um processo que opera em nível vicinal, portanto ecológico, é um fenômeno coletivo a ser observado por meio de metodologias de análise próprias. A *ecometrics* foi desenvolvida por Raudenbush e Sampson (1999) para a observação de fenômenos coletivos, como a eficácia coletiva, as redes sociais, cinismo moral e infraestrutura organizacional (SAMPSON, 2011). Trata-se da adaptação de recursos psicométricos para a compreensão e a análise de propriedades coletivas, um método próprio para medir características da “ecologia social” (RAUDENBUSH E SAMPSON, 1999).

No seminal artigo de 1997, Sampson e seus colaboradores utilizaram uma escala com dez itens para medir a eficácia coletiva em 343 bairros de Chicago. A dimensão de controle social informal foi representada por cinco itens com respostas de tipo Likert compreendendo muito provavelmente até dificilmente para questões como: “Como você acredita poder contar com seus vizinhos para intervir caso i) crianças estivessem matando aula e vagando na rua; ii) crianças estivessem pichando um prédio; iii) crianças desrespeitando um adulto; iv) uma briga começasse em frente à sua casa; v) o quartel dos bombeiros mais próximo de sua residência estivesse ameaçado de cortes orçamentários”<sup>52</sup>. Já a dimensão coesão social e confiança foi medida por cinco itens, a partir da concordância (escala de cinco pontos, desde concordo fortemente a discordo fortemente) com: “i) as pessoas nesse bairro estão dispostas a ajudar os vizinhos; ii) essa vizinhança é coesa; iii) as pessoas nessa vizinhança são confiáveis; iv) as pessoas nessa vizinhança geralmente não se dão bem; v) as pessoas nessa vizinhança não compartilham os mesmos valores”<sup>53</sup>. Na composição dos construtos, os dois últimos itens foram codificados de maneira invertida.

### 2.2.3. The Project on Human Development in Chicago Neighborhoods (PHDCN)

---

<sup>52</sup> Tradução a partir do original: Residents were asked about the likelihood that their neighbors could be counted on to intervene in various ways if (i) children were skipping school and hanging out on a street corner, (ii) children were spray-painting graffiti on a local building; (iii) children were showing disrespect to an adult, (iv) a fight broke out in front of their house, and (v) the fire station closest to their home was threatened with budget cuts (Sampson et al, 1997, p. 920). N.T.

<sup>53</sup> Tradução a partir do original: i) People around here are willing to help their neighbors; ii) this is a close-knit neighborhood; iii) people in this neighborhood can be trusted; iv) people in this neighborhood generally don't get along with each other; v) people in this neighborhood do not share the same values (Sampson et al, 1997, p. 921). N.T.

A *ecometrics* teve no PHDCN um ambiente propício para o seu desenvolvimento. O PHDCN foi planejado inicialmente com o objetivo de analisar fatores de risco para o cometimento de crimes sob uma perspectiva de trajetória de vida. Robert Sampson participou do desenvolvimento do programa de pesquisa e contribuiu com a elaboração de um design que contemplava os efeitos vizinhança de maneira separada. Como o próprio Sampson (2012, p. 72-76) destacou, o financiamento<sup>54</sup> do projeto foi possível como consequência da visibilidade que as elevações de taxas criminais receberam em algumas das principais cidades americanas. As implicações políticas do projeto estavam associadas à oferta de subsídios científicos para políticas públicas.

Em termos de dados primários, o PHDCN compreendeu um survey longitudinal que acompanhou mais de 3.800 famílias, durante três ondas aplicadas em nível comunitário. Chicago foi dividida em 343 vizinhanças que eram maiores do que setores censitários e menores do que bairros. Em média, essas vizinhanças reuniam 8.000 moradores e agregavam entre dois e três setores censitários homogêneos em termos de características estruturais consideradas relevantes, como raça, renda, densidade e estrutura familiar. Ao todo, foram 8 anos de pesquisa com intervalos de dois anos e meio cada, entre 1994 e 2002 (SAMPSON, 2012). Para contemplar diferentes composições étnico-raciais, foram criadas regras de estratificação da amostra, resultando em 80 vizinhanças (MATOS, 2018). A partir dessa definição, foram selecionados aleatoriamente pessoas com idades entre seis meses e 18 anos. Foram coletadas informações sobre saúde, temperamento, personalidade, funcionamento cognitivo, identidade étnica, desenvolvimento moral, estrutura familiar etc. No decorrer da aplicação dos questionários, caso as famílias se mudassem, os pesquisadores buscavam-nas, chegando inclusive a entrevistar pessoas em lugares como Porto Rico e México.

Para contemplar os objetivos comunitários do projeto, os pesquisadores utilizaram surveys, observações, entrevistas e estudos temáticos. O survey foi respondido por 8.782 adultos, residentes das 343 vizinhanças em 1995. Os itens do questionário refletiam conceitos como controle social informal, laços sociais, confiança e participação comunitária. O método para as observações das vizinhanças foi baseado na *systematic social observation* - SSO (SAMPSON; RAUDENBUSH, 1999), e consistia no registro por meio de notas, vídeos e fotos de características das vizinhanças. Além disso, foram realizadas entrevistas com 2.800 líderes

---

<sup>54</sup> O financiamento foi privado, fornecido pela Fundação Catherine T. MacArthur, e público, pelo National Institute of Justice.

comunitários e desenvolvidos outros estudos temáticos (carta perdida e participação cívica<sup>55</sup>) durante a realização do projeto.

#### 2.2.4. O quadro analítico da Teoria da Eficácia Coletiva: cinco pontos principais

A eficácia coletiva foi um conceito construído a partir da interpretação dos dados do PHDCN. Apesar de seguir a lógica analítica dos modelos anteriores, a TEC inovou ao apresentar um construto que mediava a relação entre características estruturais e a incidência criminal em nível comunitário. As dimensões controle social informal e confiança/coesão social foram pensadas como construtos distintos (SAMPSON et al., 1997). Os indicadores foram obtidos a partir de agregações das respostas individuais em cada uma das vizinhanças analisadas. Por meio da *ecometrics*, essas medidas foram construídas em relação às médias e variâncias intra e entre vizinhanças (BRUNTON - SMITH; STURGIS; LECKIE, 2017)<sup>56</sup>. Na formulação original, esses construtos buscavam captar propriedades distintas das vizinhanças.

Durante a análise dos resultados, Sampson et al. (1997) observaram uma elevada correlação entre os indicadores em nível vicinal (0,80). Essa relação, contudo, não era observada em nível individual, ou seja, indicava um fenômeno que operava entre os grupos de pessoas e não entre os indivíduos. Os pesquisadores foram levados a extrair um fator a partir dos dois construtos para evitar os riscos de colinearidade nos modelos com as demais variáveis (SAMPSON et al., 1997). Tais variáveis incluíam estabilidade residencial, desvantagens concentradas e concentração de imigrantes e tiveram como fonte os dados do censo. Considerando como variáveis dependentes violência percebida, vitimização violenta e homicídios, a eficácia coletiva mediou parcialmente o impacto das características estruturais em todos os modelos, com destaque para a vitimização violenta. Estudos posteriores indicaram os efeitos da eficácia coletiva sobre fenômenos como comportamento sexual de risco entre adolescentes (BROWNING et al., 2008), saúde mental de adolescentes (BROWNING et al., 2013), confiança na polícia (NIX et al., 2015) e medo do crime (SARGEANT et al., 2017; SARGEANT, 2012).

Os resultados demonstram o sentido empírico da formulação do conceito de eficácia coletiva. Como defende Sampson (2012, p. 71), o processo de construção teórica é feito de avanços, quedas, retrocessos e lágrimas. Para o autor o próprio desenho da estratégia de

---

<sup>55</sup> Para mais detalhes sobre a metodologia e os resultados desses experimentos, ver, respectivamente os capítulos 9 e 8 de Sampson (2012).

<sup>56</sup> Retomaremos essa discussão de forma detalhada no capítulo 5. Para uma abordagem comparativa sobre métodos de estimação do construto ver Brunton-Smith et al., (2017).

pesquisa, dos surveys e das técnicas de análise estão imbricados numa perspectiva teórica. Assim, as características da construção teórica da eficácia coletiva podem ser alinhadas em cinco pontos principais.

Em primeiro lugar, a teoria da eficácia coletiva é coerente com os pressupostos das teorias do controle originadas na tradição de estudos urbanos da Escola de Chicago, campo em que se insere. Enfatizando a vizinhança como unidade de análise, a TEC avançou no desenho de pesquisa e nas técnicas de interpretação dos dados. Com isso, foi possível diferenciar propriedades coletivas, características individuais e suas relações com outras variáveis na explicação criminológica. Assim como a formulação dos itens do construto foi influenciada pela psicologia social de Bandura, a *ecometrics* inspira-se na tradição psicométrica para conferir subsídios analíticos à ecologia social, campo que ainda carece de avanços metodológicos.

Em segundo lugar, a TEC incorporou variáveis relevantes ao contexto social em que se desenvolveu. Os anos 1970 e 1980 foram marcados por movimentos econômicos de desindustrialização, cujos efeitos foram particularmente sentidos em Chicago, cidade caracterizada pela indústria automobilística e seus derivados. Essas consequências impactaram diferencialmente os grupos sociais, sendo que os negros e os pobres foram especialmente penalizados. É nesse contexto que Wilson desenvolve a noção de desvantagens concentradas que marcava os espaços conhecidos como guetos (WILSON, 1987). Dentre as características dos guetos, está o isolamento social de comunidades negras agravado pela mudança de trabalhadores de classe média para bairros com melhores empregos e mais oportunidades. Para Wilson (1987), o isolamento social ganha contornos espaciais e culturais, tendo em vista que a diminuição dos contatos e das interações motivadas por mudanças de classe social impactava mais os negros do que os brancos.

O conceito de desvantagens concentradas foi incorporado na TEC e se mostrou crucial na diferenciação das condições estruturais das vizinhanças americanas desde a década de 1990. Sob o ponto de vista cultural, esse contexto trouxe adaptações nos comportamentos dos moradores dos guetos. O número de famílias chefiadas por mulheres aumentou nessas comunidades. Essa característica é uma das variáveis que compõem as desvantagens concentradas. Além disso, a instabilidade residencial também foi incorporada nos modelos de eficácia coletiva. Quanto menor o tempo de convívio em uma comunidade, mais difícil seria para conhecer as pessoas e compartilhar valores e crenças. Logo, a capacidade de exercer controle social tendia a diminuir. Essas três variáveis, desvantagens concentradas, instabilidade residencial e composição familiar, foram inseridas na explicação criminológica no contexto da TEC (SAMPSON; GROVES, 1989; SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997).



Em terceiro lugar, a TEC seguiu o “caminho puro” das teorias do controle. Em outras palavras, Sampson e seus colaboradores reiteraram as críticas formuladas por Kornhauser sobre o papel desempenhado pelas motivações individuais na determinação de indicadores criminais. O contexto e os mecanismos sociais possibilitam uma análise holística para a interpretação de dinâmicas sociais. Os processos que subjazem a essas dinâmicas informam resultados coletivos como a capacidade de exercer controle social e evitar crimes. Em última medida, são os mecanismos da vida social, em vez dos atributos individuais, que permitem a reprodução da vida social (SAMPSON, 2012, p. 67) e, dessa forma, a interpretação de dinâmicas sociais como a concentração de crimes. A TEC se alinhou à perspectiva de estruturas e processos como fundantes à ação social, em contraposição ao individualismo metodológico como explicação do social. Por mais de reconhecesse a causalidade da ação individual, a TEC defendeu a lógica e a causalidade de processos e mecanismos sociais, como a eficácia coletiva (SAMPSON, 2013).

Em quarto lugar, a intensidade e a frequência das interações sociais são elementos importantes, mas não suficientes para o controle do crime. A TEC reconhece a ambivalência das redes de interações sociais, ou seja, as redes sociais são consideradas como caminhos utilizados inclusive por criminosos. Como Granovetter destacou (1983), os laços fracos são essenciais na conexão entre grupos sociais e na produção de resultados coletivos. Essa formulação parece mais próxima ao contexto social contemporâneo, em que a lógica das interações nas vizinhanças não pressupõe relações de intimidade entre as pessoas. Pelo contrário, a TEC assume que as pessoas esperam contar umas com as outras quando for necessário. Para tanto, não são necessárias relações de compadrio. A eficácia coletiva é, assim, ativada para casos específicos, de acordo com situações concretas. A TEC se dedica à ativação e ao conteúdo dos laços sociais, não à densidade das relações (SAMPSON, 2013). Com isso, a eficácia coletiva atualiza o modelo sistêmico ao contexto social contemporâneo, rompendo com a nostalgia da “vila urbana” de décadas atrás (SAMPSON, 2012).

Por fim, a capacidade de ativar o controle social está associada às expectativas compartilhadas. As pessoas não se sentiriam à vontade para chamar a atenção de alguém que estivesse contrariando alguma regra na vizinhança se não se sentissem amparadas pelos demais. A confiança mútua está diretamente relacionada à disposição de intervir. É relevante o papel de normas sociais informais, em que raciocínios do tipo *o que eu penso que os outros pensam* é relevante (SAMPSON, 2013). As expectativas para serem compartilhadas supõem conhecimentos comuns sobre o funcionamento do grupo social. Sem isso, não há controle social. As possibilidades de ação envolvem desde a correção de atitudes de crianças até a mobilização de recursos externos, como chamar a polícia ou reunir um grupo de pessoas para pedir melhorias

para o bairro. Essa concepção de disposição para intervir em casos concretos aproxima a TEC do conceito de capital social formulado por Portes (1998), em que as expectativas por ações são construídas coletivamente. Além disso, os problemas também são definidos socialmente, o que pressupõe um consenso mínimo na vizinhança. Ao cabo, problemas e soluções caminham juntas no modelo analítico da TEC.

## 2.3. CRITICANDO A TEORIA DA EFICÁCIA COLETIVA: LIMITAÇÕES E AGENDAS FUTURAS DE PESQUISA

A TEC representou um avanço em relação às demais formulações das teorias do controle. Desde o seu surgimento, tornou-se umas das principais abordagens conceituais e metodológicas no campo de *C&C* (WILCOX; CULLEN; FELDMEYER, 2018). Não obstante, os limites dessa abordagem teórica têm sido disputados na literatura e suas inconsistências debatidas entre diferentes autores. Nessa seção, discuto as principais críticas à TEC, assim como as limitações à aplicação de seu quadro analítico.

### 2.3.1. A definição de vizinhança

Um dos pontos discutidos sobre TEC é a definição de vizinhança. A discricionariedade em definir os contornos da vizinhança a partir de registros oficiais (como por exemplo setores censitários) foi questionada na literatura (HIPPI, 2016a; HIPPI et al., 2017). Quais as referências empíricas para definir vizinhanças? Há um limite populacional? Quais características de homogeneidade devem ser consideradas?

De uma forma geral, o avanço tecnológico tem permitido a variação nas unidades de análise em nível vicinal. Desde escolhas micro (por exemplo, blocos ou hot spots), meso (por exemplo, setores censitários) ou até macro (como regiões ou áreas), a definição de vizinhança tem sido colocada em questão. Blocos e segmentos de rua, por exemplo, tem sido testados na literatura como agregadores coletivos com propriedades específicas (KIRK; LAUB, 2010).

Os resultados têm sido diversos de acordo com o tipo de crime ou variável resposta considerados (HIPPI, 2007). Contudo, de uma forma geral, o número de observações por unidade de análise<sup>57</sup> e a motivação teórica (por exemplo, se o tipo de crime for raro ou pouco notificado, como violências sexuais, ou mesmo muito frequente, como furtos ou desordens) são pontos essenciais a serem considerados (SAMPSON et al., 2002). A questão da interdependência espacial entre unidades geográficas também deve ser considerada na definição das vizinhanças (KUBRIN; WEITZER, 2003), com evidências de que existem relações hierárquicas inclusive

---

<sup>57</sup> Por exemplo, no estudo original de Sampson et al. (1997), foram consideradas pelo menos 25 observações por vizinhança. Dentre os pressupostos de modelos hierárquicos, o número de observações por unidade de agregação é o principal, podendo impactar no número de variáveis analisadas, nos efeitos observados e, conseqüentemente, no aumento de erros de interpretação dos resultados. Para uma discussão detalhada, ver SAMPSON; RAUDENBUSH (1999).

entre unidades espaciais, como por exemplo entre vizinhanças e segmentos de ruas (SCHNELL; BRAGA; PIZA, 2017).

### 2.3.2. A abordagem neomarxista

A crítica neomarxista é dirigida à abordagem dos efeitos vizinhança, em geral, e à ideia de mecanismo social, em particular<sup>58</sup>. São questionadas as condições de organização social como fator explicativo num contexto neoliberal (BRENNER et al.; MAYER, 2003; SLATER, 2013; WACQUANT, 2009). Em contraposição à ideia de que lugares importam na dinâmica social, são apresentadas questões como: “Por que as pessoas vivem onde elas vivem nas cidades?” (SLATER, 2013).

Nesta perspectiva, a abordagem da eficácia coletiva se alinha com o discurso do capital social como solução de problemas coletivos por meio do crescimento econômico e da participação democrática propiciada pela mobilização horizontal e da reciprocidade (MAYER, 2003). Logo, as políticas baseadas nessa visão de capital social seriam, na verdade, uma nova forma de governança de áreas periféricas dos centros urbanos. Em vez de segregação e desigualdade social, o conceito de capital social tem sido utilizado de forma mais ampla para descrever a “complexidade que o neoliberalismo” impõe a realidade de comunidades pobres (MAYER, 2003, p. 111). A proposta neomarxista coloca a teoria da disputa de classes e acumulação de capital em primeiro plano. Em vez de entender como os lugares influenciam as condições de vida das pessoas, o sentido é invertido e se torna: as condições de vida das pessoas influenciam onde elas vivem.

Um dos exemplos da perspectiva neomarxista é a análise sobre evasão escolar e efeitos vizinhança conduzida por Slater (2013, p.132). Para o autor, a diferença de rendimento escolar entre vizinhanças não é uma propriedade da vizinhança, mas uma “propriedade do sistema escolar”, da capacidade do Estado em oferecer escolas públicas de qualidade e das condições econômicas dos alunos e seus familiares (por exemplo, alguns alunos abandonam a escola para ajudar no sustento da família). Slater argumenta que os efeitos vizinhança são um instrumento de acusação, que desconsidera o que ocorre na sociedade em geral, como consequência do conflito de classes.

---

<sup>58</sup> Seguindo a argumentação de Wacquant (2008), é possível estender a crítica neomarxista à sociologia urbana da Escola de Chicago de uma maneira mais geral. O ponto central da contenda é o tratamento das vizinhanças como uma entidade isolada, ignorando o papel do Estado. O contexto contemporâneo, marcado por pesadas burocracias estatais com elevado poder de decisão sobre a distribuição de recursos públicos e, conseqüentemente, sobre a infraestrutura urbana das vizinhanças, parece ecoar essas críticas.

Em suma, a crítica neomarxista aponta o deslocamento analítico das questões econômicas e estruturais como uma tergiversação em relação ao que deveria ser o foco das discussões e, principalmente, das intervenções coletivas<sup>59</sup>. Nesse ponto, a crítica neomarxista avança sobre a perspectiva dos efeitos vizinhança como instrumento analítico insuficiente para dar conta daquilo que ocorre fora das vizinhanças em termos macroestruturais.

### 2.3.3. Eficácia coletiva como exógena à estrutura social

A capacidade de mediação da eficácia coletiva é contestável (CHOUHY, 2016). Corolário da crítica anterior, a TEC faz uma suposição de caráter geral que pode ser assim resumida: as condições estruturais antecedem as formas de organização social, por isso, o nível de eficácia coletiva pode mediar os efeitos de características estruturais sobre resultados coletivos como a incidência criminal. *A lógica da mediação só faz sentido nesse cenário*. Caso contrário, o nível de eficácia coletiva pode influenciar também as características estruturais. Seria necessário, nesse caso, distinguir os efeitos recíprocos (como a eficácia coletiva influencia a incidência criminal e vice-versa) dos efeitos de mediação propriamente ditos. Por exemplo, moradores de vizinhanças com baixa eficácia coletiva podem, por esse motivo, desejar mudar de bairro e o fazer assim que encontrarem uma possibilidade. Nessa hipótese, não seriam apenas as características estruturais, mas a falta de eficácia coletiva que motivaria a mudança de mais pessoas, o que levaria a maior instabilidade residencial e, por conseguinte, menor eficácia coletiva, segundo o modelo teórico. O exemplo da condição oposta pode também impor obstáculo ao modelo da TEC: vizinhanças com maior eficácia coletiva possuem maior capacidade de mobilização de recursos externos, como postos policiais e escolas, o que pode aumentar a eficácia coletiva.

Com efeito, é necessário explorar melhor as relações entre eficácia coletiva e características estruturais. O sentido endógeno, exógeno ou bidirecional entre as variáveis representa uma fronteira para o avanço teórico do campo de *C&C*. Sampson (2008) argumenta, ao analisar essa questão, que as relações de reciprocidade não se limitam à eficácia coletiva e características estruturais. Crime e eficácia coletiva também possuem lógicas de *mutualidade*,

---

<sup>59</sup> A crítica neomarxista aponta problemas na *disseminação* de conceitos como capital social e efeitos vizinhança por obnubilarem a discussão sobre as causas estruturais da pobreza e a responsabilidade estatal e de suas políticas sobre a solução de problemas. É como se, em vez de objetivar equidade social, buscassem a inclusão social e o caminho fosse deslocado de intervenções macroestruturais para o estímulo à mobilização social de moradores como forma de desenvolver capital social. Para uma discussão detalhada, ver SLATER (2013).

o que não implica dizer mais crimes predizem menos eficácia coletiva. Não faz sentido teórico ou mesmo empírico, segundo o autor. O raciocínio seria semelhante a supor que características estruturais seriam endógenas à eficácia coletiva.

#### 2.3.4. Como discriminar efeitos entre processos sociais?

Outro ponto a se destacar é a capacidade limitada de diferenciar os efeitos da eficácia coletiva daqueles de outros processos sociais. Laços sociais, redes sociais, confiança, capital social, enfim, diferentes conceitos quando *analiticamente construídos na forma de processos sociais*<sup>60</sup> tendem a apresentar efeitos que se sobrepõem. Os procedimentos estatísticos permitem captar diferenças que são, antes de tudo, conceituais. Por exemplo, Sampson (2006, p. 106) argumenta que não é possível supor que crime seja o mesmo que pobreza apenas porque o percentual de desempregados e de indivíduos abaixo da linha de pobreza se alinham à taxa de crimes violentos quando se conduz uma análise de componentes principais (o que de fato ocorre com os dados do PHDCN). Não se trata do modelo estatístico utilizado, mas do conceito a que se referem as variáveis analisadas.

De toda forma, a dificuldade em distinguir os efeitos de processos sociais em nível vicinal persiste (KUBRIN; WEITZER, 2003). Ainda que seja própria de estudos ecológicos incipientes, isso não faz desaparecer as dificuldades em interpretar resultados semelhantes. Existe, assim, a necessidade de avançar no desafio teórico-metodológico de discriminação da validade de construtos referentes a processos sociais, como a eficácia coletiva.

#### 2.3.5. Qual é o papel da tecnologia?

Qual o papel da tecnologia na interpretação de comunidades? Qual o papel da tecnologia em criar comunidades mais seguras? Como as novas tecnologias produzem sociabilidades? Essas questões não se apresentam apenas à TEC, mas que igualmente lhe impõem desafios. A densidade e a frequência das interações sociais não são suficientes ao desenvolvimento da eficácia coletiva, mas certamente desempenham um papel nesse contexto. Com o avanço das tecnologias móveis e outras formas de interação virtual, algo que diferencia o contexto atual daquele em que a TEC foi desenvolvida, seria possível supor que as fontes de eficácia coletiva mudaram? Por exemplo, a disseminação de grupos de trocas de mensagens de celular facilita as interações entre as pessoas? Ou ainda, esses mesmos grupos disseminam informações sobre alternativas de controle social, como acionar por ali policiais ou vizinhos em

---

<sup>60</sup> Isto é, quando esses conceitos não representam agregados de comportamentos individuais. Grosso modo, a abordagem de *ecometrics* evita essa postura metodológica.

caso de problemas, aumentando a capacidade de controle social? Essas são questões ainda pouco exploradas no contexto da TEC e, acredito, em grande parte das pesquisas criminológicas, e que merecem maior atenção.

Para Sampson (2006), os recursos estruturais e a densidade de organizações não-governamentais (ou seja, indutora do que denomina participação cívica) são os principais fatores associados ao surgimento da eficácia coletiva. Contudo, estudos incipientes têm demonstrado, segundo o autor, a possibilidade de estímulo a interações presenciais derivado de uma maior digitalização da sociedade.

Outra linha de argumentação é sobre a metodologia de investigação do social utilizada no estudo de efeitos vizinhança, a *ecometrics*. A definição de características sociais, como eficácia coletiva ou laços sociais, é conduzida de maneira independente da unidade de análise, permitindo sua adaptação a diferentes *métricas*<sup>61</sup> (Sampson, 2013). Ainda assim, é de se esperar que mais análises avancem em relação ao desenvolvimento da eficácia coletiva em face das novas tecnologias, explorando as potencialidades das novas formas de interação social sobre o tecido social.

### 2.3.6. E o papel das agências do sistema de justiça criminal na TEC?<sup>62</sup>

O controle social é central para o modelo explicativo das teorias do controle. A capacidade de exercer o controle social é uma das principais características dessa abordagem teórica, quer seja em nível privado (p.ex., no contexto familiar) ou paroquial (p. ex. em associações ou grupos comunitários). Entretanto, pouca atenção é dispensada ao controle realizado em nível público, o chamado controle formal, aqui considerado como as práticas de aplicação da lei e manutenção da ordem exercidas por agentes do sistema de justiça criminal. Uma das razões para a centralidade do controle social informal nas teorias do controle é sua origem nas interações sociais em nível comunitário, o que estaria mais relacionado à formas vicinais de organização social (KUBRIN; WEITZER, 2003). As instituições responsáveis pelo

---

<sup>61</sup> Ao abordar essa questão, Sampson (2013) defende o avanço dos recursos tecnológicos como fontes adicionais de compreensão do social. A possibilidade de criação de bancos de dados em tempo real, para o autor, tem acumulado informações sem precedentes, com georreferenciamento, imagens de alta qualidade e registros de deslocamentos. O exemplo utilizado pelo autor é o avanço da “criminologia visual” a partir do georreferenciamento de vizinhanças com imagens por plataformas como o Google Street View.

<sup>62</sup> O tema desta seção será retomado adiante neste capítulo quando tratarmos do cinismo legal. A ideia de que os mecanismos de controle formal estão associados ao próprio papel que a cultura desempenha nas teorias do controle é um dos pontos centrais das “abordagens rivais” da teoria da eficácia coletiva para o contexto latino-americano.

controle formal seriam “organizadas” fora dos contextos locais, em órgãos centrais, o que as distanciaria da lógica local das interações sociais.

O papel do controle social formal no modelo explicativo das teorias do controle deve ser mais explorado. Os recursos e os equipamentos públicos não são igualmente distribuídos no território. Como destacam Kubrin e Weitzer (2003), o controle social formal é importante por duas razões principais. A primeira se refere ao efeito direto do policiamento sobre a incidência de crimes e desordens. Há uma seletividade na atuação policial que interfere tanto na priorização de certos bairros em detrimento de outros (construção da agenda), quanto na forma como as agências policiais desempenham diferencialmente suas atividades nas vizinhanças. Por exemplo, o “excesso” de controle formal pode interferir na rotina de comunidades por meio da concentração de pessoas presas num mesmo bairro, pela reincidência dessas prisões e pelas consequências do encarceramento, que envolvem ruptura de laços familiares, capacidade de geração de renda, instabilidade familiar, isolamento social, dentre outros (KUBRIN; WEITZER, 2003).

Por outro lado, o controle social formal interfere nas práticas de controle social informal nas vizinhanças. Por exemplo, a diferença entre poder contar ou não com a polícia para solucionar problemas locais cotidianos influencia a disposição em intervir coletivamente, o medo do crime, a percepção de desordens e, em última medida, as interações sociais que promovem laços entre vizinhos, como trocas de favores, conversas na porta de casa e supervisão de crianças (VELEZ, 2001).

Um terceiro argumento em suporte ao controle social formal é o papel das agências de justiça criminal como violadoras de direitos. Essa dimensão é particularmente relevante para o contexto latino-americano, em que a letalidade policial tem crescido e se mantido acima de outras regiões do mundo (CERQUEIRA et al., 2017). Nesse ponto, não se trata de poder contar com as polícias, mas de não ser vitimado por agentes que deveriam manter a ordem. Na esteira da argumentação dos pontos anteriores, há evidências de que alguns grupos sociais são desigualmente impactados pela violência policial, tanto no contexto estadunidense (ANDERSON, 1999; PATTILLO-MCCOY, 1998), quanto no contexto latino-americano (ARIAS; BARNES, 2016; AUYERO; BERTI, 2016; CERQUEIRA et al., 2017). Logo, a capacidade de exercer controle social deve considerar a ordem de prioridades e a forma de atuação das agências do sistema de justiça criminal, assim como a incidência da letalidade policial em diferentes vizinhanças.



## 2.4. GENERALIZAÇÕES DA EFICÁCIA COLETIVA

A teoria da eficácia coletiva é uma das abordagens mais influentes na literatura criminológica. Desde que o estudo original de Sampson et al. (1997) foi publicado, o conceito de eficácia coletiva foi utilizado em diferentes áreas do conhecimento, como políticas públicas, saúde coletiva e educação (MATTOS, 2018). Sobre o impacto da teoria no campo criminológico, pesquisas indicam que *Neighborhood and Violent Crimes* foi o segundo artigo mais citado em periódicos especializados em criminologia e editados em língua inglesa no período entre 2001-2005, e Robert Sampson, o autor com o maior número de menções (COHN; FARRINGTON, 2012)<sup>63</sup>. Uma busca livre com o nome do artigo em um dos principais indexadores acadêmicos retornou mais de onze mil citações diretas<sup>64</sup>.

O modelo da eficácia coletiva foi utilizado em diferentes cidades norte-americanas. Pratt e Cullen (2005) conduziram uma meta-análise considerando mais de duzentos estudos empíricos, realizados entre 1960 e 1999, que se valem do conceito de eficácia coletiva nos Estados Unidos. Os resultados indicaram uma associação de -0,30 ( $p < 0.05$ , -.26 até -.35) com indicadores criminais dentre os estudos analisados. Buscando estabelecer uma “relevância explicativa” sobre incidência criminal entre as variáveis analisadas, os autores sugerem que a eficácia coletiva está à frente de composição familiar, pobreza e raça (PRATT; CULLEN, 2005).

Na esteira da influência *doméstica*, o quadro analítico da eficácia coletiva tem sido utilizado em outros contextos fora dos Estados Unidos. Um dos estudos mais conhecidos foi conduzido em Estocolmo, onde os resultados foram coerentes com o esperado pela teoria (SAMPSON; WIKSTRÖM, 2008). Sampson e Wikström (2006) demonstraram que eficácia coletiva mediou o efeito de variáveis estruturais e, de forma significativa, se mostrou associada a menores taxas de crimes em Estocolmo. De maneira semelhante a Chicago, a eficácia coletiva foi estimulada por estabilidade residencial e reduzida por desvantagens concentradas. Apesar das diferenças sociais, econômicas e políticas entre Chicago e Estocolmo, os resultados foram semelhantes e ofereceram suporte à teoria fora do contexto estadunidense. Foram ainda realizados estudos em países como China (JIANG; LAND; WANG, 2013; KIM, 2018; ZHANG; MESSNER; ZHANG, 2017), Austrália (HIPPEL; WICKES, 2018; MAZEROLLE; WICKES;

---

<sup>63</sup> O trabalho de Sampson juntamente com John Laub sobre trajetórias de vida e delinquência, “Crime in the making” (SAMPSON; LAUB, 1995), foi o mais citado no período analisado.

<sup>64</sup> A consulta foi realizada no Google Scholar com o nome do artigo e buscando apenas as citações diretas. Ver: <https://scholar.google.com>, acesso em 05 de julho de 2019.

MCBROOM, 2010; WICKES et al., 2013), Japão (ICHIKAWA; FUJIWARA; KAWACHI, 2017), dentre outros países.

No contexto latino-americano, a utilização do modelo da eficácia coletiva é ainda incipiente. Parte disso se deve aos custos envolvidos em pesquisas com desenho específico para investigar processos em nível comunitário. São necessários dados de um número elevado de respondentes localizados em número razoável de vizinhanças. Entretanto, existem estudos que ofereceram considerações importantes para a utilização do modelo da eficácia coletiva na América Latina. Na Colômbia, merece destaque a análise de Cerda e Morenoff (2009) utilizando dados de Medellín. No Chile, Nuñez e seus colaboradores (2012) analisaram dados sobre Santiago. De maneira comparativa, Chouhy (2016) analisou dados sobre Argentina, Chile, Equador, Peru e Uruguai. Utilizando métodos qualitativos de análise, Arias e Montt (2018) apresentam resultados sobre abordagens semelhantes realizadas em Santiago (Chile), Bogotá (Colômbia) e Lima (Peru).

No caso brasileiro, os principais estudos criminológicos com enfoque ecológico foram produzidos no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP, da Universidade Federal de Minas Gerais. O CRISP/UFMG realizou diversas pesquisas de vitimização no país desde o início dos anos 2000, dentre elas a última edição da Pesquisa Nacional de Vitimização financiada pelo Ministério da Justiça entre 2010 e 2011. O primeiro estudo a utilizar o conceito de desorganização social e oferecer conclusões sobre sua extensão para a eficácia coletiva foi realizado por Villareal e Silva (2006). Analisando dados de Curitiba, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, Oliveira (2009) e Oliveira e Rodrigues (2013) utilizaram o modelo sistêmico e também ofereceram considerações sobre a utilização do conceito de eficácia coletiva no Brasil. Prates (PRATES, 2009), Cruz (2010), Rocha (2017) e Oliveira e Rodrigues (2017), por sua vez, discutiram as limitações da generalização do modelo no contexto brasileiro.

Fora do contexto mineiro, Carneiro e Young (2007), Zaluar e Ribeiro (2009) e Zaluar (ZALUAR, 2010) analisaram o modelo ecológico em São Paulo e no Rio de Janeiro respectivamente. Tomados em conjunto, os argumentos desses autores ajudaram a formar o que se denominou como *paradoxo* brasileiro à aplicação da teoria da eficácia coletiva. Nesta seção, apresentarei os principais argumentos sobre essa perspectiva, os quais se somam às críticas discutidas na seção anterior e que delineiam as limitações teóricas e metodológicas que a eficácia coletiva tem demonstrado ao longo do tempo. O enquadramento dessas limitações ao contexto brasileiro informou as opções metodológicas deste estudo de uma forma geral, como veremos no capítulo 5.

#### 2.4.1. Caracterizando o paradoxo latino-americano

O estudo de Zaluar e Ribeiro (2009) sobre os subúrbios cariocas foi o primeiro a utilizar o termo *paradoxo* para indicar as limitações da aplicação do modelo da eficácia coletiva no Brasil<sup>65</sup>. Na descrição dos subúrbios cariocas feita pelas pesquisadoras fluminenses, as formas de sociabilidade foram marcadas pela elevada confiança mútua entre os vizinhos que não apenas se conheciam e trocavam favores com frequência, mas também se ajudavam (ZALUAR; RIBEIRO, 2009, p. 196). A capacidade organizacional dos moradores de vizinhanças pobres do Rio de Janeiro é demonstrada, segundo as autoras, “pelas escolas de samba, blocos de carnaval, times de peladeiros e associações de moradores” (Idem, p. 193). Contudo, a coesão social e a “capacidade organizativa” não se traduziam em “cultura cívica de participação” e, conseqüentemente, não mitigavam crimes e violências por três motivos centrais: ausência de serviços públicos básicos, violência e corrupção policiais e a ascendência de traficantes e milicianos nas comunidades.

O paradoxo seria, segundo as autoras, expresso pela reduzida disposição de intervir em comportamentos desordeiros e criminosos dos jovens da vizinhança, o que estaria motivado pelo medo de represálias. Em outras palavras, o paradoxo foi descrito por meio da chave do capital social negativo (BROWNING; FEINBERG; DIETZ, 2004): justamente as comunidades com maior coesão social e capacidade organizativa eram aquelas em que os moradores estavam menos dispostos a intervir coletivamente e, ainda mais, eram os locais com maior incidência criminal. Apesar de se conhecerem, conversarem com frequência e trocarem favores, os moradores de bairros pobres do subúrbio carioca não conseguiam, na leitura das autoras, evitar a elevada incidência criminal. O paradoxo se traduzia na incapacidade de transformar a coesão social em proteção contra crimes em comunidades marcadas por privações materiais e outras desvantagens.

---

<sup>65</sup> Anos antes, em 2004, Browning et al., (2004) utilizaram lógica argumentativa semelhante em artigo intitulado *The Paradox of Social Organization: Networks, Collective Efficacy, and Violent Crime in Urban Neighborhoods*.

#### 2.4.2. Mas qual paradoxo? Por um balanço da produção acadêmica latino-americana sobre a eficácia coletiva

Outras pesquisas evidenciaram características do contexto brasileiro que desafiam a lógica da eficácia coletiva. Essas características podem ser organizadas em torno de quatro pontos principais. Inicialmente, o nível de coesão social está associado com mais crimes e não o oposto, como supõe a tese da desorganização social, (VILLARREAL; SILVA, 2006; DA CRUZ, 2010). Esse é o ponto central da tese do paradoxo. Sobre essa relação, o estudo pioneiro de Villareal e Silva (2006) sugeriu que o padrão de ocupação de grandes centros urbanos de países em desenvolvimento, como em Belo Horizonte, tem sido marcado por uma lógica de sobrevivência das comunidades mais pobres, em que os moradores interagem com frequência com os seus vizinhos. Como exemplo, os autores utilizaram a participação em mercados informais (Idem, p. 1747). Logo, os processos de urbanização das metrópoles latino-americanas seriam marcadamente diferentes daqueles da realidade norte-americana.

Os fluxos migratórios do campo para as grandes cidades são recebidos nas periferias desses centros, onde as pessoas conseguem ocupar terrenos, normalmente de forma ilegal. Logo, esses aglomerados urbanos são marcados pela precariedade de serviços públicos e pela inexistência de planos de ocupação territorial. Muitas vezes, os próprios moradores demarcam lotes, constroem suas casas, dividem as ruas (ARIAS; MONTT, 2018), improvisam esgotamento sanitário, acesso à água e eletricidade (YACCOUB, 2010). Essas práticas geram uma espécie de legado da informalidade que se perpetua com o passar do tempo (PORTES; HOFFMAN, 2003). É nesse contexto social que se desenvolvem as interações captadas como “coesão social” em comunidades pobres dos grandes centros urbanos latino-americanos.

Em segundo lugar, corolário do ponto anterior, outras dinâmicas demográficas funcionam de maneira diversa no contexto latino-americano. É o caso, por exemplo, da estabilidade residencial. O modelo teórico da eficácia coletiva pressupõe que a estabilidade residencial permite a construção de laços sociais e o compartilhamento de valores e normas, permitindo maior eficácia aos controles sociais vicinais (SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997). Contudo, no contexto latino-americano, a estabilidade residencial parece estar associada ao mesmo fenômeno que a coesão social faz parte. Em Belo Horizonte, o tempo de residência na vizinhança se apresentou associado ao maior nível de coesão social (VILLARREAL; SILVA, 2006) e, também, a maiores chances de vitimização por roubo e furto (DE OLIVEIRA; RODRIGUES, 2013). Em Medellín, as vizinhanças localizadas no terço com maior estabilidade residencial apresentaram 236% mais risco de vitimização por homicídio em comparação com o terço inferior (CERDÁ; MORENOFF, 2009, p. 21). Além disso, a mobilidade residencial em

vizinhanças pobres se mostrou reduzida, sendo comum que os filhos saiam de casa para morar próximo a seus familiares, os quais funcionam como redes de apoio mútuo em contextos de precariedade. Novamente, a hipótese de maior mobilidade residencial em comunidades pobres não pareceu se confirmar no contexto brasileiro (ROCHA, 2017).

Em terceiro lugar, o papel desempenhado pela heterogeneidade étnico-racial em modelos vicinais de desorganização social não tem se mostrado relevante no contexto latino-americano. Novamente, a proposição é de que comunidades mais coesas compartilham valores e normas semelhantes, o que seria mais difícil de ocorrer em vizinhanças compostas por mosaicos étnico-raciais (SHAW; MCKAY, 1942). O impacto das variáveis relacionadas à composição étnico-racial não foram significativos em Belo Horizonte, Curitiba e Rio de Janeiro (DE OLIVEIRA; RODRIGUES, 2013; VILLARREAL; SILVA, 2006) e em outros países da América Latina, como Argentina, Uruguai, Peru, Chile e Colômbia (CHOUHY, 2016). Novamente, os processos sociodemográficos em curso ao sul do continente americano são diversos daqueles do norte. A imigração é um fenômeno mais prevalente nos Estados Unidos e, ainda hoje, faz parte da dinâmica populacional do país. No Brasil, por outro lado, os efeitos das migrações internas parecem ser mais importantes e, certamente, se configuram em condições de menor heterogeneidade étnica, inclusive envolvendo “pessoas que falam a mesma língua” (ZALUAR; RIBEIRO, 2009, p. 186). Em relação à composição racial, a variância nos bairros pobres é reduzida, sendo essas vizinhanças majoritariamente negras.

Em quarto lugar, o contexto de consolidação de direitos sociais de prestação de serviços públicos é bastante diverso na América Latina em comparação com os Estados Unidos. O modelo sistêmico, do qual se apropria parcialmente a teoria da eficácia coletiva, supõe a realização do controle social em diferentes ordens, desde a privada, a paroquial e a pública (HUNTER, 1985). As vizinhanças mais coesas seriam marcadas por sociabilidades baseadas na integração social, em que o compartilhamento de valores e normas e a definição de problemas comuns são, juntamente com a disposição de se engajar em ações em prol da coletividade (engajamento cívico, nos termos de Sampson, 1997), processos sociais que caminham juntos. Houve, ainda, a construção de um novo tipo de paroquialismo (CARR, 2003; LEVERENTZ; WILLIAMS, 2017), que busca expandir a extensão das conexões entre o comunitário e o público, o local e o contexto social mais amplo. A dimensão pública do controle social parece desempenhar um papel mais relevante do que se supunha anteriormente (BURSIK JR; GRASMICK, 1993), dificultando sua distinção da ordem paroquial. Por exemplo, a partir do trabalho etnográfico realizado em Beltway, Carr argumenta que os comportamentos de supervisão, tipicamente considerados como de controle social informal, são adotados por meio

de “recursos” públicos ou facilitados por eles, como o programa de patrulha noturna e os grupos de resolução de problemas na vizinhança (CARR, 2003).

A ideia do novo paroquialismo antecipa para o contexto estadunidense algo que parece ocorrer com maior intensidade na América Latina: os mecanismos de controle social formal e informal são interdependentes e não-excludentes. Essa afirmação pode parecer simplória, mas reflete as diferenças de consolidação de direitos entre esses dois contextos. A definição da eficácia coletiva supõe, nos termos de Sampson (2012, p. 152) “um nível mínimo de interação social e confiança mútua” que não requer que as pessoas sejam “amigas umas das outras, os mecanismos institucionais são suficientes”. Seguindo nessa lógica, o autor exemplifica como as estratégias diárias dos moradores em resolver problemas cotidianos funcionam para concluir que “a capacidade dos moradores em realizar o controle social (o que inclui ligar para a polícia) é prevista como um mecanismo influenciando as oportunidades de crimes na vizinhança”<sup>66</sup> (Idem: 152).

Mais do que argumentar sobre o funcionamento do controle social informal como processo social, o autor revela o lugar das agências do sistema de justiça criminal, nesse caso a polícia, na hierarquia de recursos de controle à disposição dos moradores no contexto estadunidense. O que se evidencia no trecho é que chamar as polícias é um recurso que vem, pelo menos, depois de estratégias informais de controle social<sup>67</sup>. Com efeito, os mecanismos formais de controle social influenciam as estratégias informais, na medida em que funcionam como uma espécie de retaguarda institucional. Não se trata de supor que por lá essas instituições são exemplos de efetividade na preservação de direitos. Longe disso, há muitas evidências indicando problemas estruturais, imparcialidade e violações no funcionamento do sistema de justiça criminal ao longo do tempo (HAGAN, 2012; SPARROW, 2016; STUART, 2016; ZIMRING, 2017). Ainda assim, parece ser um pressuposto da eficácia coletiva a possibilidade de poder contar com a dimensão pública de controle, ao ponto que esse recurso surge quase que como um dado *apriorístico* em grande parte da criminologia norte-americana (ARIAS; MONTT, 2018).

No contexto latino-americano, a relação entre as dimensões formal e informal de controle é, também, de interdependência. Não apenas em relação ao controle social dirigido a

---

<sup>66</sup> Tradução a partir do original: “The capacity of residents to exercise social control (which includes calling the police) is thus expected to be a mechanism influencing opportunities for interpersonal crime in a neighborhood” (SAMPSON, 2012, p. 152). N.T.

<sup>67</sup> Talvez isso se dê, como argumentam Zaluar e Oliveira (2009), por um histórico de mais vivência de participação cívica e associativismo na dimensão pública nos Estados Unidos.

crimes, mas as rotinas das pessoas parecem estar mais associadas ao funcionamento e à seletividade do aparato público (ARIAS; MONTT, 2018; O'DONNELL; WOLFSON, 1993). Particularmente em comunidades pobres, os moradores dependem de agências estatais para o provimento de necessidades básicas, como saneamento básico, moradia, educação, alimentação, saúde e segurança. Em condições de extrema precariedade, como em algumas periferias latino-americanas, as relações entre o Estado e as comunidades locais estão imbricadas, inclusive na realização do controle social.

A capacidade de mobilizar recursos externos à comunidade é também um diferencial importante nas realidades vicinais (PRATES, 2009). Contudo, poder contar com a polícia, ou com outros recursos públicos, é uma realidade que varia bastante na América Latina. Nesse sentido, Arias e Montt (2018) defendem que a legitimidade das polícias é central na diferenciação das vizinhanças e conseqüentemente na capacidade de controle social desses territórios. Essa variável se torna ainda mais relevante em contextos de maior prevalência de violações por parte de policiais (CERDÁ; MORENOFF, 2009) ou mesmos da ascendência de grupos organizados como milícias e traficantes de drogas sobre o funcionamento das comunidades (ZALUAR; RIBEIRO, 2009). Logo, a relação entre o controle formal e o informal parece ser especialmente distendida e assimétrica no contexto latino-americano, em que a dependência estatal é mais frequente e profunda, tornando-se estruturalmente imbricada no funcionamento da fábrica social.

#### 2.4.3. Reconstruindo o paradoxo latino-americano: uma proposta analítica

O principal aspecto do paradoxo latino-americano da desorganização social está relacionado à dificuldade em transformar laços e coesão social em contextos menos suscetíveis a crimes e violências. Sob o ponto de vista teórico, é de fato um paradoxo. A convivência entre organização social, crimes e desordens não é uma característica exclusiva da América Latina. Em 2004, Browning et al. (2004) propuseram o modelo das coexistências negociadas para descrever comunidades socialmente organizadas e que conviviam com elevada incidência criminal. Utilizando dados do PHDCN<sup>68</sup>, os autores questionaram o pressuposto normativo que associava os laços sociais a comportamentos não-criminosos. O modelo das coexistências negociadas reconheceu que os laços sociais promovem relações de confiança, solidariedade e expectativas comuns entre os moradores de uma vizinhança, mas não apenas isso. A partir de evidências de pesquisas etnográficas (ANDERSON, 1999; PATTILLO-MCCOY, 1998;

---

<sup>68</sup> A base de dados foi a mesma utilizada por Sampson et al (1997).

VENKATESH, 1997), os autores argumentaram que os ofensores se beneficiavam dos laços sociais das comunidades que participavam (CERDÁ; MORENOFF, 2009). Além disso, os ofensores podiam gerar capital social diretamente por meio das interações com os demais membros da comunidade, conforme a literatura sobre gangues registra (VENKATESH, 1997; ZALUAR, 2010). Logo, o capital social é ambivalente, não sendo como que um a priori pró-social. Em última medida, existem tipos de capital social com características distintas entre si, inclusive negativas<sup>69</sup> (PORTES, 1998).

O modelo de Browning et al. (2004) contribuiu com o avanço do conhecimento criminológico em pelo menos dois sentidos principais. Em primeiro lugar, o estudo demonstrou limitações do modelo teórico da eficácia coletiva utilizando dados do PHDCN, ou seja, os dados coletados no estudo original realizado em Chicago por Sampson et al. (1997). A coexistência entre tipos sociabilidades orientadas por tipos de capital social distintos reconheceu, em última medida, diferentes formas de organização social e suas complexidades. Empiricamente, a distinção entre os efeitos das variáveis frequência das interações<sup>70</sup> e eficácia coletiva demonstrou que se tratam de fenômenos distintos. Enquanto a frequência das interações não teve efeito significativo sobre os riscos de vitimização, a eficácia coletiva foi negativa e significativa, conforme esperado. Entretanto, quando os efeitos da eficácia coletiva foram controlados, a frequência das interações passou a influenciar de maneira positiva e significativa os riscos de vitimização. Ou seja, quando a eficácia coletiva foi controlada, a coesão social esteve associada a mais crimes. Além disso, quando são analisadas as interações entre as duas variáveis, os resultados indicaram que a eficácia coletiva teve seu efeito mediador reduzido à medida que aumentava a frequência das interações. Em suma, os fenômenos descritos pelas relações entre as variáveis ofereceram suporte para a lógica do modelo das coexistências negociadas, reconhecendo diferentes formas de organização social.

Em segundo lugar, esse estudo representou uma crítica à inflexão purista das teorias do controle (CULLEN; WILCOX, 2015; KORNHAUSER, 1978). O modelo original de Shaw e

---

<sup>69</sup> Portes é comumente citado por enfatizar o chamado 'dark side of social capital'. Em oposição ao lado bom do capital social (bright side), existem circunstâncias em que a densidade das interações sociais estão associadas a práticas antissociais. A esse respeito, ver Portes (1998).

<sup>70</sup> Os autores propõem a categoria network interaction/reciprocated Exchange para medir a frequência das interações e das trocas entre vizinhos. Os itens utilizados foram: com que frequência você e as pessoas dessa vizinhança: a) Participam de festas ou outras confraternizações em que membros da vizinhança são convidados; b) visitam as casas uns dos outros ou se encontram na rua; c) pedem conselhos sobre assuntos pessoais como a criação dos filhos ou vagas de emprego; d) fazem favores uns para os outros. (BROWNING; FEINBERG; DIETZ, 2004, p. 514)



McKay (1942) foi duramente criticado pela ambiguidade ao assumir a transmissão de valores culturais na perspectiva ecológica (WHYTE, 1943). Com a retomada da perspectiva da desorganização social a partir da defesa feita por Kornhauser (1978), as teorias do controle passaram a considerar a influência das características estruturais sobre a dimensão cultural, por meio da noção de atenuação cultural (SWIDLER, 1986). Na formulação de Sampson (2012), a relevância explicativa foi conferida ao contexto e seus processos. Logo, as evidências apresentadas por Browning et al. (2004) representaram um contraponto ao paradigma contextualista. Apesar de não o refutar (e sequer pretender fazê-lo), o estudo evidenciou os efeitos de processos locais, como a transmissão cultural, sobre as chances de vitimização. E o fez no contexto norte-americano.

Recentemente, Oliveira e Rodrigues (2017) apresentaram resultados preliminares de um estudo que demonstrou uma relação negativa e significativa entre coesão social e risco de vitimização contra o patrimônio (roubo ou furto) e contra a pessoa (agressões) com representatividade em todo o Brasil. Ou seja, os resultados seriam coerentes com os pressupostos teóricos da desorganização social e da eficácia coletiva. As autoras propuseram uma composição da variável coesão social que a distinguisse de relações de interdependência, como trocas de favores. Inspirada no estudo de Browning et al. (2004), essa alternativa foi diferente, por exemplo, do caminho adotado por Villareal e Silva (2006) e Cerda e Morenoff (2009). A variável *realização de favores*, por sua vez, foi associada a mais crimes nos modelos analisados. Considerando apenas comunidades pobres (com mais desvantagens concentradas), o efeito da coesão social foi nulo. O argumento das autoras se contrapôs à hipótese do paradoxo latino-americano e sugeriu a utilização de medidas específicas de coesão social, conforme aquelas utilizadas no PHDCN.

Tomadas em conjunto, as evidências desses estudos sugerem que o paradoxo latino-americano deve ser reconsiderado. Por um lado, o modelo das coexistências negociadas demonstrou que mesmo nos Estados Unidos a teoria da eficácia coletiva encontra dificuldades em explicar diferentes formas de organização social. Nesse caso específico, a alternativa apresentada foi a convivência com o modelo da transmissão cultural. Em outros estudos, entretanto, foram mobilizadas categorias como o cinismo legal (KIRK; PAPACHRISTOS, 2011; SAMPSON; BARTUSCH, 1998). Uma contribuição importante oferecida por ambos os estudos foi a distinção entre os fenômenos representados pela frequência das interações e a confiança e a coesão social. As sugestões metodológicas oferecidas por Oliveira e Rodrigues (2017) parecem ser um passo importante em distinguir esses processos no contexto brasileiro. Em última medida, o paradoxo à tese da desorganização social e da eficácia coletiva não é uma

exclusividade do contexto latino-americano, apesar de parecer se referir a fenômenos com maior prevalência e concentração nessa região em comparação com os Estados Unidos.

Por outro lado, a utilização de modelos puristas para a explicação de realidades sociais complexas se revelou uma alternativa limitada. No contexto latino-americano, outros processos sociais ajudam a informar a construção de sociabilidades que se referem a formas de organização social que não cabem no modelo normativo rígido das teorias do controle. O reconhecimento da ambivalência dos laços sociais, conforme descrito por Browning et al. (2004) a partir da tipologia de Portes (1998), parece ser especialmente relevante para o contexto latino-americano. A prevalência de grupos criminosos organizados e milícias seria motivo bastante para a inclusão de novas variáveis nos modelos criminológicos (ZALUAR; RIBEIRO, 2009). Além disso, a prestação de serviços públicos, os mecanismos de resolução de conflitos e a atuação dos órgãos do sistema de justiça criminal não podem ser considerados como um recurso adicional no contexto latino-americano. Esses aspectos não são dados, precisam ser problematizados, pois interferem nos processos sociais captados pelo modelo da desorganização social.

Em suma, as limitações apresentadas pelos estudos que problematizaram o paradoxo latino-americano ao paradigma da desorganização social e da eficácia coletiva são instigantes. As evidências revelaram limitações desse modelo teórico às complexidades da própria realidade social. Essas limitações foram identificadas em diferentes bairros e cidades norte-americanas, assim como em diferentes bairros e cidades latino-americanas. A distinção de fenômenos sociais diferentes captados por medidas semelhantes, como a frequência das interações e a própria eficácia coletiva, ofereceu caminhos para avançar na compreensão da realidade social em ambos contextos. Apesar das especificidades que marcam o contexto latino-americano, o modelo teórico da eficácia coletiva permite avanços na explicação criminológica na região.

## 2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teorias buscam explicar a realidade. São esforços sistemáticos em responder questões relevantes numa sociedade. Pesquisadores, antes de tudo, buscam resolver problemas. Nas Ciências Sociais, não é diferente e o espírito analítico é animado por questões que interferem na vida das pessoas. A Teoria da Eficácia Coletiva se dedica a explicar condicionantes da incidência criminal por meio da análise da variação das configurações sociais em diferentes comunidades. De fato, como afirmei no início deste capítulo, Bursik e Grasmick (1993) não tinham condições de prever o impulso ao modelo da desorganização social que viria com a TEC. Contudo, eles anteciparam a necessidade de que modelos teóricos captassem as mudanças na sociedade contemporânea, as novas formas de interação social e suas consequências. Uma das principais contribuições da TEC é oferecer uma interpretação do fenômeno criminal enquadrada a partir de novas sociabilidades. As mudanças na fábrica social impactaram as formas de organização social. As pessoas não se relacionam como a décadas atrás e as explicações do social devem se adaptar a essas novas realidades.

A capacidade de controle social é influenciada pelas configurações das comunidades. Essas configurações são atravessadas por características estruturais que informam mecanismos sociais com propriedades específicas, diferentes das características individuais. Comunidades são dotadas de propriedades que as distinguem. A capacidade de controle social é um dos resultados possíveis das configurações sociais. O modelo da TEC defende que existem expectativas compartilhadas entre os moradores, inclusive sobre crimes e desordens, que conferem conteúdo moral a decisões, como a disposição de intervir em prol da coletividade. Numa atualização do funcionamento das interações sociais em relação ao controle social, a TEC argumenta que a possibilidade de contar com os vizinhos quando problemas surgirem substitui a nostalgia de comunidades de amigos. Nesta lógica, não se trata de fazer amigos, mas de criar uma rede que possibilite mobilização entre os vizinhos em caso de problemas comuns. *A eficácia coletiva é uma métrica para a ação coletiva na sociedade contemporânea e, como tal, impacta na capacidade de controle social e na incidência criminal.*

Diferentes estudos utilizaram o modelo da TEC fora do contexto dos EUA. No contexto latino-americano, os resultados das pesquisas apontaram para a existência de um paradoxo: as comunidades mais coesas são as que concentram mais crimes. Apesar de incipientes, estas pesquisas questionam as métricas utilizadas para medir as variáveis e os seus efeitos sobre crimes, desordens e medo do crime, além de problematizar os processos macroestruturais de formação das comunidades locais. A heterogeneidade étnico-racial parece

não exercer influência nos modelos latino-americanos. E a construção das relações entre o Estado e sociedade, particularmente na prestação de serviços básicos como saúde, educação, saneamento e segurança, parece exercer efeitos inesperados no modelo da TEC. Neste sentido, a tese do novo paroquialismo e a marginalização política ganham relevância explicativa no contexto regional.

Neste capítulo, apresentei os mecanismos de funcionamento da eficácia coletiva e os principais resultados de pesquisas realizadas nos EUA e no contexto latino-americano. O impacto da eficácia coletiva sobre a capacidade de controle social foi demonstrado no contexto norte-americano. Foram apresentadas exceções, como o modelo das coexistências negociadas (BROWNING, 2009), em que configurações sociais caracterizadas pela presença de gangues, baixo status socioeconômico e elevada frequência nas interações sociais ajudam a explicar a coexistência entre elevados indicadores criminais e elevada eficácia coletiva. Na esteira da tese do capital social negativo, o modelo das coexistências negociadas evidencia a ambivalência dos laços sociais. Afinal, a frequência de interações sociais não distingue os contatos entre moradores daqueles com criminosos. Estes são localizados socialmente e, por óbvio, interagem em suas comunidades. Essas formas de interação e as implicações sobre a capacidade de controle social no contexto do Distrito Federal serão discutidos nos próximos capítulos.

PARTE II

CONFIGURAÇÕES SOCIAIS, ESTRUTURA E CRIME NO  
DISTRITO FEDERAL



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, 1960.

*Vou-me embora pra Brasília,  
sol nascido em chão agreste.  
Como quem vai para uma ilha.  
A esperança mora a oeste.*

*Vou-me embora pra Brasília,  
por determinação celeste.  
Pouco me importa a distância,  
lá encontrarei minha infância.*

*(Não foi lá que meu avô,  
pra encantar crianças grandes,  
num misto de magia e mágoa,*

*um dia pôs fogo na água?)*

*Vou-me embora pra Brasília.  
Porque neste azul marítimo  
a paisagem me faz mal.  
Por excesso de azul e sal.*

*Vou-me embora pra Brasília  
que já nos meus olhos brilha,  
porque é a única cidade  
onde não haverá saudade.*

Cassiano Ricardo (1895-1974)

## CAPÍTULO 3. DISTRITO FEDERAL NO CONTEXTO NACIONAL: CARACTERIZANDO PROCESSOS ESTRUTURAIS EM NÍVEL LOCAL

### 3.1 INTRODUÇÃO

A composição sociodemográfica de uma sociedade influencia a incidência criminal. A Demografia e a Criminologia possuem pontos de intersecção – epistemológicos, inclusive – em distintos níveis de análise, individual, meso e macroestrutural (SOUTH; MESSNER, 2000). Algumas características demográficas, como faixa etária, sexo e raça são comumente associadas à exposição a crimes. As formas de interpretação dessas relações podem ser divididas em duas perspectivas principais: composicionais e contextuais. A primeira considera as características demográficas como variáveis de controle, incluídas em modelos analíticos para evitar resultados espúrios entre as variáveis teóricas e as variáveis dependentes. Já a abordagem contextual desloca as características demográficas para o lado esquerdo das equações de regressão e as considera, por si só, variáveis teóricas. É o caso, por exemplo, da tese do tamanho de famílias em diferentes gerações (EASTERLIN, 1987), as rupturas familiares (SAMPSON; GROVES, 1989) e a tese da invariância racial e o isolamento social (SAMPSON; WILSON, 1995).

A questão fundamental por trás da tese da desorganização social é o papel do contexto social na explicação criminológica. Mesmo antes de Shaw e McKay formularem sua teoria, as perguntas relacionadas a este tema animavam os pesquisadores. De que forma características estruturais, como a quantidade de imigrantes, o nível de desvantagens concentradas ou a densidade populacional influenciam as interações sociais em diferentes comunidades? Como são conformados mecanismos sociais que, como a eficácia coletiva, impactam o controle social em nível local? Ou ainda como esses mecanismos sociais interferem na incidência criminal? Estas são questões que se complementam e revelam dois momentos analíticos distintos: o primeiro diz respeito à caracterização das configurações sociais locais, em que aspectos estruturais estão no plano principal. O segundo momento é o impacto dessas configurações sociais sobre comportamentos individuais e, em última medida, sobre diferentes instâncias relacionadas à qualidade de vida nas comunidades locais.

Nesta tese, o enfoque central está na relação entre o contexto social e a incidência criminal. Logo, é necessário situar o contexto sociodemográfico do Distrito Federal em relação ao cenário nacional. Neste capítulo, tenho como objetivo principal o primeiro momento analítico, ou seja, descrever as características macroestruturais do Distrito Federal, seus processos peculiares e singularidades. Ao final, este será o pano de fundo para a discussão sobre as configurações sociais que distinguem as comunidades locais do DF. Para tanto, utilizo dados

sobre as transições demográficas, incluindo os movimentos migratórios e os padrões de ocupação dos espaços urbanos desde 1960 até 2010. Os padrões criminais são construídos tendo as séries históricas de homicídios como referenciais para a comparação com os dados nacionais. Em nível local, utilizo os dados desagregados de homicídios e da PDV 2018 para diferenciar as regiões administrativas. Assim, são utilizadas informações dos censos populacionais, das Pesquisas Distritais de Amostras por Domicílio (PDADs), dos registros policiais da Secretaria de Segurança Pública, dos homicídios consolidados pelo Ministério da Saúde e, ainda, da Pesquisa Distrital de Vitimização de 2018.

Assim, este capítulo está dividido em cinco seções, contando com esta introdução. A primeira seção trata da caracterização das transições demográficas nacional e do DF. A relevância dos movimentos migratórios para uma cidade que, como o DF, foi planejada como instrumento de interiorização do país, é retratada nesta seção. A segunda seção apresenta os dados sobre homicídios do DF em comparação com os dados nacionais e por regiões administrativas. Na terceira seção, os dados da PDV 2018 são apresentados e discutidos com tendências gerais e desagregação por regiões administrativas. Por fim, as considerações finais discutem as principais características dos processos macroestruturais que impactam a capacidade de controle social em diferentes comunidades do Distrito Federal.



### 3.2 CRESCIMENTO POPULACIONAL, TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

A transição demográfica é um dos fenômenos sociais de maior impacto numa sociedade. Como lembram Alves e Cavenaghi (2012), ocorre apenas uma vez na história de cada sociedade. A delimitação dos marcos das transições demográficas é disputada na literatura, mas segue, comumente, uma sequência de processos relacionados aos níveis de mortalidade e de fecundidade, movimentos migratórios e, conseqüentemente, crescimento populacional e alterações na estrutura etária da população (ALVES; CAVENAGHI, 2012; CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014). Seguindo a divisão em etapas sugerida por Vasconcelos e Gomes (2015), a transição demográfica comumente é precedida por um período em que tanto a mortalidade quanto a fecundidade são elevadas. Como consequência, o crescimento populacional tende a ser reduzido e a estrutura etária jovem.

A segunda etapa é caracterizada pela redução acelerada da mortalidade, com especial incidência sobre a faixa etária inferior. A taxa de fecundidade tende a aumentar em virtude das transformações sociais, como a urbanização e a industrialização, o que acarreta crescimento populacional acelerado. A estrutura etária se torna mais jovem, a expectativa de vida aumenta e a razão de dependência se acentua. A etapa seguinte, por sua vez, tem como variável demográfica preponderante a redução acentuada da fecundidade. Logo, com a consolidação da redução das taxas de mortalidade, o crescimento populacional tende a reduzir substancialmente. Além disso, observa-se uma tendência de envelhecimento da população, com redução da razão de dependência e aumento da expectativa de vida. O formato da estrutura etária da população tem um achatamento no meio e se aproxima de um losango.

Por fim, a etapa final da transição demográfica, é marcada pela consolidação da redução da natalidade e da mortalidade. A população tende a cessar o seu crescimento e tem cada vez menor participação de sua porção ativa, particularmente pelo aumento do índice de envelhecimento. A razão de dependência de idosos aumenta e a expectativa de vida alcança seu nível mais elevado. Como destacam Camarano et al., (2014), com o avanço desta fase demográfica, o debate deixa de ser sobre o crescimento populacional e passa a ser sobre o envelhecimento e o declínio populacional. Ou seja, o tamanho da população cede espaço na discussão demográfica para a modificação na estrutura etária, o que está relacionado ao envelhecimento e a baixas taxas de fecundidade.

Diferentes dinâmicas econômicas e sociais impactam a evolução dos processos demográficos em diferentes níveis de análise, como regiões, Estados e Municípios. O sentido

dessas relações não é unilateral, mas de mútua implicação, em que as mudanças demográficas também interferem no funcionamento de processos específicos na sociedade. Existe vasta literatura analisando a transição demográfica no Brasil em relação a processos de secularização, transformações estruturais, institucionais e culturais, como o papel social da mulher, ao longo das diferentes gerações (ALVES; CAVENAGHI, 2012; CAMARANO, 2014). A análise das transições demográficas é uma dimensão essencial na compreensão de diferentes fenômenos sociais. Utilizando o quadro analítico descrito acima, apresentarei as características dos movimentos demográficos em nível nacional, regional e local, tendo como referência o Distrito Federal. Em sua recente história, o DF registra marcos menos evidentes das transições demográficas e, como é esperado em análises utilizando unidades espaciais menores, como regiões administrativas, momentos demográficos bastante distintos.

### 3.2.1 O contexto nacional

A primeira etapa na transição demográfica brasileira foi marcada pelas imigrações internacionais. Sabendo da precariedade dos dados censitários anteriores a 1940, Camarano et al., (2014) sugerem que a duração dessa etapa foi de 1872 a 1940. No período, a população estimada cresceu de 10 milhões para 41 milhões, com uma taxa média anual de 2% (GRAHAM; MERRICK, 1981; IBGE, 1940). Segundo estimativas, cerca de 3,5 milhões de imigrantes entraram no país entre 1890 e 1930 (IBGE, 1940), o que contribuiu para o aumento populacional no período. Em relação à estrutura etária, a população ficou mais jovem (36,5% abaixo de 16 anos em 1872 e 45% em 1940), também como influência das imigrações internacionais (CAMARANO et al., 2014).

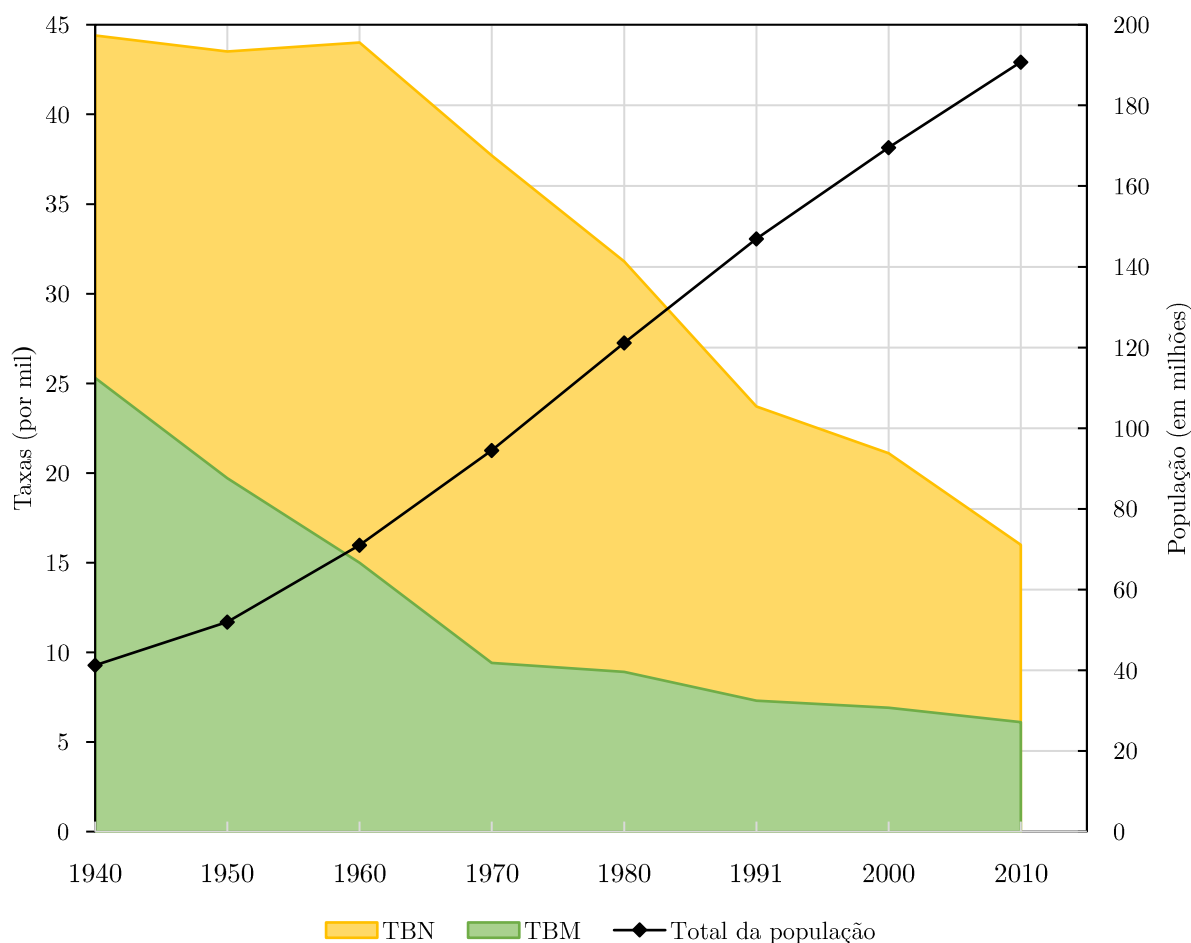
A transição demográfica nacional ingressou, na passagem para os anos 1940, na fase conhecida como *baby boom* (CAMARANO et al., 2014). Com duração até 1970, o período foi marcado pela acelerada redução da taxa de mortalidade. Essa foi a variável demográfica preponderante no período. Particularmente, a mortalidade infantil apresentou considerável redução, mudando de patamar: se, em 1940 a taxa era superior a 150 mortes por mil crianças nascidas vivas, em 1970 foi próximo a 115 (IBGE, 1999). Dentre as possíveis razões para essa redução, estão os avanços nas técnicas de imunização e utilização de medicamentos, controle de agentes transmissores de doenças e avanço na estrutura de saneamento básico (CAMARANO et al., 2014).

Noutra frente, a da fecundidade, as taxas se elevaram e se mantiveram acima de 5,8 filhos por mulher no período (ALVES; CAVENAGHI, 2012). Como consequência, o crescimento populacional foi elevado no período. No gráfico 1, a inclinação da linha indica a intensidade do

crescimento populacional que o país vivenciou entre 1950 e 1960: a taxa média anual foi de 3,2% no período. Justamente na década de 1960 é quando a distância entre as taxas brutas de natalidade e mortalidade alcança a maior diferença. Ou seja, esse é o momento em que o crescimento natural da população alcançou o último pico no país até os dias atuais.

Em relação à estrutura etária, o Brasil era um país *jovem* e de *jovens* (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014). Em 1970, a mediana da idade era de 19 e mais de 42% da população tinha menos de 15 anos (IBGE, 1973). O índice de envelhecimento foi de 12% em 1970, ou seja, para cada 100 jovens havia 12 idosos no país (IBGE, 1973). Além disso, a expectativa de vida ao nascer chegou a 53 anos em 1970. Marcava-se ali o segundo marco da transição demográfica no país.

**Gráfico 1.** População, Taxas Brutas de Mortalidade (TBM) e Natalidade (TBN), Brasil, 1940-2010.



**Fontes:** Censos Demográficos, IBGE (1940 a 2010), estatísticas do registro civil e projeções demográficas.

A terceira etapa da transição demográfica nacional foi marcada pela redução acentuada da fecundidade. Num período iniciado com o milagre econômico e no auge do governo militar, o debate demográfico se deu em torno das consequências do crescimento populacional

(CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014). Entre 1970 e 2000, o número médio de filhos por mulher caiu para menos da metade no país, de 5,8 para 2,3 (IBGE, 2013). Com a consolidação da redução da mortalidade (ver gráfico 1), a população do país cresceu menos, a uma taxa de média anual inferior a 2%. Ainda assim, a população quase dobrou no período, saindo de 94 milhões em 1970 para 170 milhões na virada do século.

A população envelheceu gradualmente, aumentando a participação dos mais velhos em detrimento dos mais jovens entre 1970 e 2000. Ou seja, a pirâmide populacional achatou-se, registrando a seguinte distribuição por idades: 29% (menos de 15 anos), 62% (15 a 59 anos) e 9% (acima de 59 anos). Esses dados sugerem o início do momento conhecido como bônus demográfico, ou seja, o período em que a população considerada ativa (15 a 59 anos) é superior à razão de dependência total (ALVES, 2008). A partir de 2000, a razão de dependência foi de 61,7%, o que indica o início da janela de oportunidades socioeconômicas no país.

Essas oportunidades podem ser aproveitadas caso a população ativa seja absorvida em atividades produtivas, o que depende de inúmeros fatores, como políticas públicas de saúde, trabalho e emprego. O índice de envelhecimento chegou a 28% em 2000, mais do que o dobro de 1970 (12,4). Com efeito, a representação da faixa etária entre 15 e 59 anos no total da população no período foi o principal responsável pela redução da razão de dependência. O terceiro estágio da transição demográfica nacional é, assim, configurado entre 1970 e 2000 com uma população que cresce a taxas cada vez menores, com crescimento relativo da população com idade ativa e a redução da taxa de dependência.

Os dados do censo de 2010 indicam que as dinâmicas demográficas seguem rumo à quarta etapa da transição. Por um lado, a taxa de fecundidade tem consolidado a redução de décadas anteriores. O número médio de filhos foi de 1,8, portanto inferior ao que se considera suficiente para assegurar a reposição populacional, que seria de 2,1 (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014)<sup>71</sup>. Neste sentido, Camarano et al., (2014) destacam que a taxa líquida de reposição foi de 0,86 em 2010, tendo implicado em uma redução parcial da taxa de natalidade. Caso a fecundidade não varie, a tendência de redução do crescimento passa a estar embutida na dinâmica populacional do país. Com a manutenção das baixas taxas de mortalidade, a taxa de crescimento populacional foi de 1,2% ao ano desde 2000. A estimativa da população foi de quase 191 milhões de habitantes em 2010, um aumento de quase 20 milhões desde 2000.

---

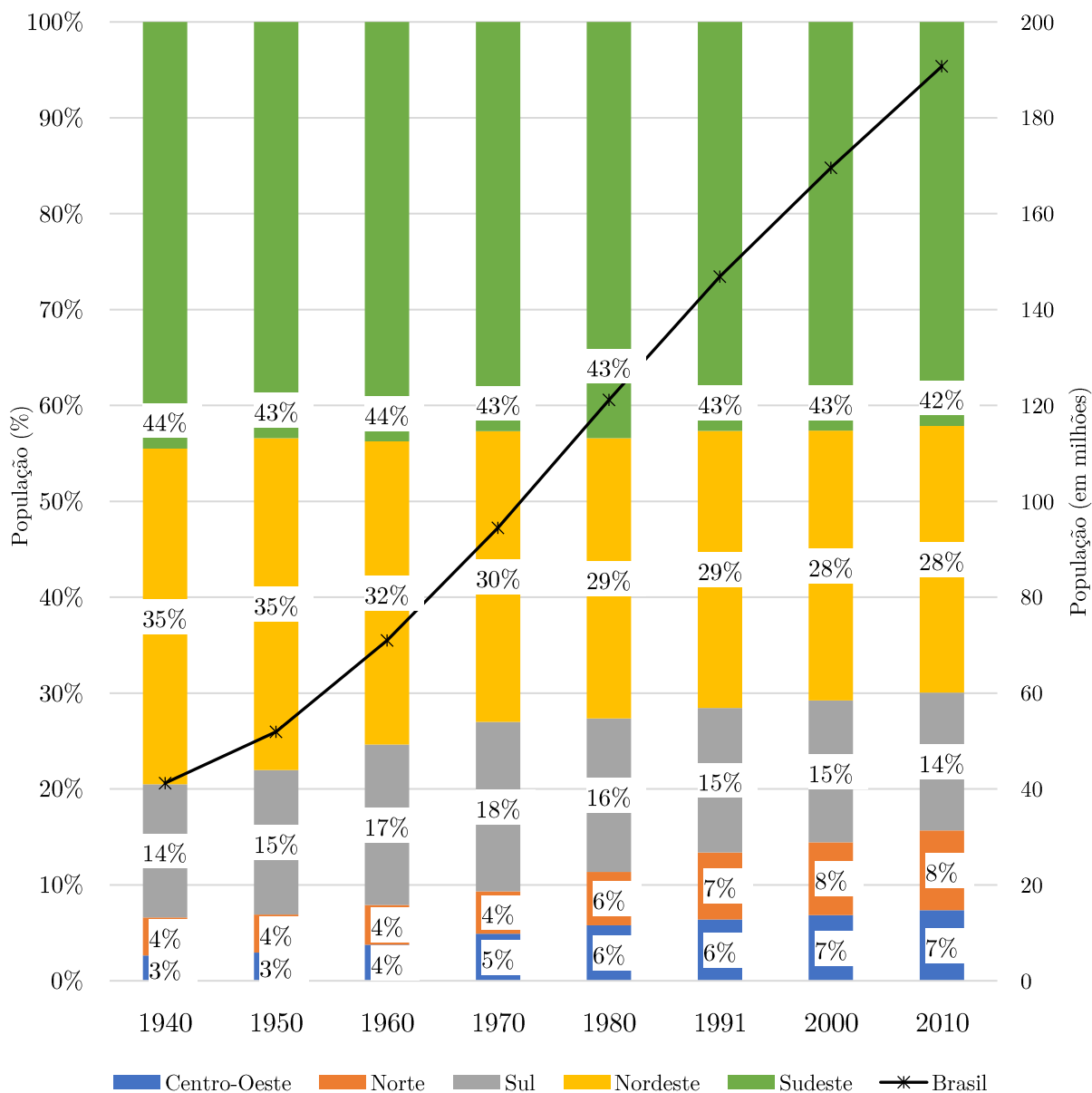
<sup>71</sup> Tecnicamente, a reposição populacional é medida pela taxa líquida de reposição. Quando os nascimentos superam as mortes, o saldo positivo é maior do que 1,0. Deve ser considerado, ainda, o saldo migratório. A referência à taxa de fecundidade total acima de 2,1 é uma aproximação em relação aos pais (2,0) e a fração, uma compensação em relação aos que não sobrevivem à idade reprodutiva.

A estrutura etária envelheceu no período entre 2000 e 2010. A razão de dependência total chegou a 54% em 2010, tendo recuado de 62% em 2000 (IBGE, 2000). O índice de envelhecimento passou de 29% para 48% no período, como resultado tanto da redução do percentual de jovens quanto do aumento de idosos (IBGE, 2010). Isso significa que o rápido envelhecimento da população se tornou a principal característica do levantamento censitário de 2010. Com efeito, o debate demográfico se deslocou para os impactos do declínio populacional, a queda da fecundidade e o envelhecimento da população. Por fim, estima-se que a população brasileira deixará de crescer a partir de 2043 (IBGE, 2013), quando então se consolidará a etapa final do processo de transição demográfica no país.

### 3.2.2 O contexto regional

A análise dos dados censitários indica que os momentos demográficos são mais evidentes em nível nacional do que em nível regional. O crescimento populacional não foi o mesmo ao longo do tempo no país e nas diferentes regiões geográficas. Em 1940, a população do país era de pouco mais de 41 milhões de habitantes, com concentração nas regiões litorâneas, particularmente no Sudeste (44%) e no Nordeste (35%) do país. Ao longo do tempo (ver gráfico 2), a participação do Sudeste na distribuição populacional do país se manteve praticamente estável em torno de 43%. Já a população da região Nordeste saiu de 35%, em 1940, e chegou a 28%, em 2010, uma redução parcialmente explicada pelos movimentos migratórios da segunda metade do século XX.

Gráfico 2. Distribuição da população brasileira por regiões (em percentuais), 1940-2010



Fonte: Censos Demográficos, IBGE (1940 a 2010).

Uma das principais alterações na distribuição populacional do país entre 1940 e 2010 ocorreu na participação das regiões Norte e Centro-Oeste. Desde 1960, essas foram as regiões que registraram maiores taxas de crescimento populacional no país. A interiorização do país se dirigia para essas regiões e ganhou fôlego, no caso do Centro-Oeste, com a construção de Brasília a partir de 1956. Entre 1960 e 2010, as regiões Norte e Centro Oeste mais do que duplicaram a sua participação no total da população brasileira, passando de 3,9% e 3,0% para 8,3% e 7,4%, respectivamente. As duas regiões viram suas populações serem multiplicadas mais de cinco vezes no período, superando o número de 14 milhões de habitantes em 2010 em cada região. No mesmo período, o Brasil registrou incremento populacional de 268% (IBGE, 2010). Ou seja,

houve uma leve desconcentração populacional que, se no caso da região Sudeste foi tímida, teve na região Nordeste a principal redução em favor, principalmente, das regiões Norte e Centro Oeste no período analisado.

A oscilação das taxas de crescimento entre as regiões antecipa que os momentos demográficos foram distintos ao longo do território do país. Na região Centro-Oeste, o impacto das imigrações internacionais foi reduzido (GRAHAM; MERRICK, 1981). Logo, a primeira etapa de transição demográfica claramente identificada ocorreu a partir de 1940 e se estendeu até 1970. Neste período, a população da região Centro-Oeste cresceu a taxas anuais médias de 4,9%. O último pico de crescimento populacional da região ocorreu entre 1950 e 1960, sendo que, em média, o crescimento anual foi de 5,7% por ano naquela década.

A partir dos dados divulgados em 1970, é possível perceber a redução da taxa de mortalidade como componente demográfico preponderante no crescimento populacional na região (ver tabela 1, a qual utiliza a mortalidade infantil como indicador da mortalidade total). Seguindo a tendência nacional, entre 1940 e 1970, a mortalidade infantil recuou 33% no Centro-Oeste, saindo de 133 para 89,7. Esta última foi a superior apenas à taxa da região Sul na década de 1970. Como se observa nos dados abaixo, a redução da mortalidade infantil se consolida ao longo do tempo no país, com sucessivos decréscimos nas décadas seguintes.

**Tabela 1.** Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos), segundo regiões do Brasil. 1940-2010

Região/Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Centro-Oeste	133,0	119,0	115,0	89,7	69,6	32,9	22,3	15,9
Norte	166,0	145,4	122,9	104,3	79,4	44,4	32,8	21,0
Sul	118,0	109,0	96,0	81,9	58,9	26,9	16,9	11,6
Nordeste	187,0	175,0	164,1	146,4	79,4	70,3	35,9	19,1
Sudeste	140,0	122,0	110,0	96,2	57,0	31,1	20,1	13,4
Brasil	150,0	135,0	124,0	115,0	82,8	44,4	26,1	16,0

Fonte: IBGE (1999), 1940-1980. MS/SVS - SINASC e SIM, 1991 a 2010. Estimativas populacionais do IBGE

A taxa de fecundidade se manteve estável em torno de 6 filhos por mulher em média por ano 1940 e 1970 (ver tabela 2). A estrutura etária da população registrou cerca de 45% de menores de 15 anos, com apenas 3% acima de 60 anos (ver tabela 3). Como no contexto nacional no período, o crescimento populacional foi acelerado pela redução da mortalidade, o que caracterizou a primeira transição demográfica da região Centro-Oeste. No período, o processo

de transição demográfica da região Centro-Oeste mostrou-se em uma posição intermediária em relação às regiões Sul e Sudeste, por um lado, e Norte e Nordeste, de outro lado (VASCONCELOS; GOMES, 2012).

**Tabela 2.** Taxa de fecundidade total segundo regiões do Brasil. 1940-2010

Região/Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Centro-Oeste	6,3	6,8	6,7	6,4	4,5	2,6	2,2	1,8
Norte	7,1	7,8	8,3	8,2	6,5	4,0	3,0	2,3
Sul	5,9	5,9	6,0	5,4	3,6	2,5	2,1	1,7
Nordeste	7,2	7,6	7,5	7,5	6,1	3,4	2,5	1,9
Sudeste	6,0	5,7	5,8	4,6	3,5	2,3	2,1	1,7
Brasil	6,2	6,2	6,3	5,8	4,4	2,7	2,3	1,8

Fonte: IBGE (1985 e 2004).

A etapa seguinte da transição demográfica no Centro-Oeste iniciou em 1970, mas ganhou força em 1980. A marca deste período foi a redução da fecundidade. Entre 1970 e 2000, o número médio de filhos por mulher reduziu de 6,4 para 2,2 filhos na região (ver tabela 2). No mesmo período, o Brasil saiu de 5,8 para 2,3. Ou seja, a redução da fecundidade foi mais intensa na região Centro-Oeste do que no país como um todo (66% em comparação com 60%). De forma semelhante ao recuo da mortalidade infantil, o Centro-Oeste ocupa uma posição intermediária nos anos 2000 na comparação com as demais regiões, se colocando entre o Norte e o Nordeste, de um lado, e o Sul e o Sudeste, de outro. Ainda assim, como os dados da tabela 2 indicam, a redução da fecundidade nas regiões do país é crescente ao longo do tempo, o que sugere uma mudança não apenas social e econômica, mas cultural e que envolve, dentre outros aspectos, o avanço do secularismo e a mudança no papel social da mulher (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014).

A mortalidade infantil consolidou sua redução, passando de 89,7 em 1970 para 22,3 em 2000 (ver tabela 1). No período, a população da região cresceu de 4,6 milhões para mais de 11,6 milhões, a uma taxa anual de 3,11%. Como comparação, apenas a região Norte cresceu a taxas anuais superiores no período (3,8%). Em parte, o crescimento populacional da região Centro-Oeste foi impactado pelos movimentos migratórios rumo ao recém-criado Distrito Federal, particularmente na década de 1970.

A estrutura etária da população foi, assim como a tendência nacional, marcada pelo envelhecimento populacional. Entre 1970 e 2000, o índice de envelhecimento passou de 8% para 22%, como reflexo da redução dos jovens (-31%) e, especialmente, do aumento dos idosos



(+80%). Ainda assim, a população da região Centro-Oeste era mais jovem do que a média nacional, que registrou índice de envelhecimento de 29% em 2000. A população ativa representou 63% na região Centro-Oeste em 2000, muito próxima à média nacional de 62%.

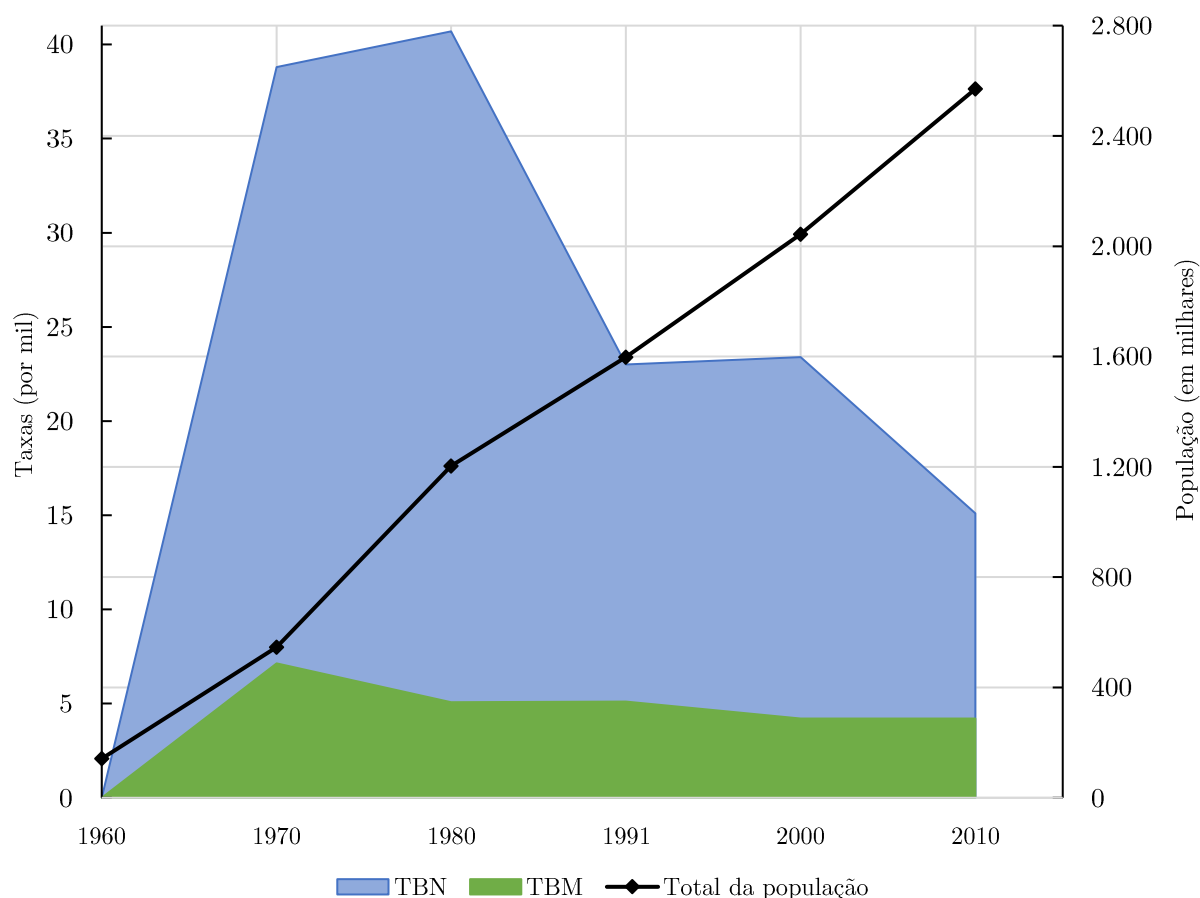
Os dados do Censo de 2010 indicaram certa similaridade da transição demográfica na região Centro-Oeste em relação aos dados nacionais. Ou seja, as variáveis preponderantes foram a redução da fecundidade e da mortalidade, particularmente nas idades mais avançadas. A taxa de fecundidade foi de 1,8 filhos por mulher e a taxa de mortalidade infantil 15,9. Ambos indicadores muito próximos aos nacionais, respectivamente 1,8 e 16 (ver tabela 3). O crescimento populacional médio por ano entre 2000 e 2010 foi de 1,93%, passando de 11,6 milhões para mais de 14 milhões de habitantes. Em relação à estrutura etária, houve um envelhecimento da população. O índice de envelhecimento chegou a 37%, mas ainda inferior ao nacional que foi de 46% no período.

### 3.2.3 O Distrito Federal

A segunda metade do século XX foi um período em que os processos de industrialização, urbanização e crescimento populacional se intensificaram no Brasil. A construção de Brasília a partir de 1956 contribuiu com a interiorização do país. Em termos demográficos, o país vivia um estágio marcado pela redução dos níveis de mortalidade e a aceleração do crescimento populacional, ou seja, a segunda etapa da transição demográfica do país (CAMARANO et al., 2014; VASCONCELOS; GOMES, 2015). Esse será, naturalmente, o ponto de partida da análise das transições demográficas no DF.

O gráfico 3 apresenta as taxas brutas de natalidade e mortalidade para o Distrito Federal entre 1970 e 2010. O pico de crescimento populacional no DF foi registrado entre 1960 e 1970, quando a cidade cresceu 14,4% por ano em média. A população da nova capital acompanhou o sentido de crescimento da população nacional, contudo não se tratava de uma transição demográfica *comum*. Particularmente entre 1960 e 1970, o incremento populacional foi influenciado por movimentos migratórios, que na época assumiram o sentido rural-urbano (ver tabela 3 abaixo). Os fluxos migratórios são fatores importantes na composição da estrutura etária, na fecundidade e na mortalidade que caracterizam a transição demográfica no DF. Na década seguinte, o crescimento natural foi o maior já registrado, o que se observa na diferença entre os nascimentos e os óbitos na capital.

**Gráfico 3.** População, Taxas Brutas de mortalidade (TBM) e Natalidade (TBN), do Distrito Federal, 1960<sup>1</sup>-2010



**Fonte:** Censos Demográficos, IBGE (1960 a 2010), estatísticas do Registro Civil e projeções demográficas.

**Nota:** <sup>1</sup>Em 1960, considero apenas os dados populacionais, tendo em vista que os demais registros para o ano de 1960 não estão disponíveis.

De uma forma geral, as tendências demográficas do Distrito Federal são próximas àquelas observadas no Centro-Oeste e no país (ver tabela 3 abaixo). Entre 1970 e 2000, observa-se que a fecundidade caiu para menos da metade (5,6 para 2,2), acompanhando as tendências regional e nacional. Em relação à mortalidade infantil, a redução foi ainda mais intensa de 80,8 para 15,3 (cerca de 81% de queda).

A estrutura etária da população era ainda muito jovem no DF em 1970, com mais de 42% na faixa etária inferior a 15 anos. No outro extremo etário, apenas 2% da população do DF tinha mais de 60 anos, em comparação com 3% do Centro-Oeste e 5% do país como um todo. Um dos reflexos das migrações naquela época era a concentração da população na faixa entre 15 e 59 anos, com 55,6% da população. Entre 1970 e 2000, a população do DF seguiu a tendência nacional e envelheceu: a razão de dependência foi de 80% para 51%, uma redução maior do que a nacional e semelhante à regional.

**Tabela 3.** Indicadores de estrutura etária, fecundidade e mortalidade. Brasil, região Centro-Oeste e Distrito Federal. 1970-2010

<b>Indicadores/Ano</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Brasil</b>					
<i>População residente</i>	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.755.799
Estrutura etária					
< 15 anos	42%	38%	35%	30%	24%
15 a 59	53%	56%	58%	62%	65%
> 60	5%	6%	7%	9%	11%
Dependência econômica					
<i>Razão de dependência</i>	89%	79%	72%	62%	54%
<i>RD (jovem)</i>	79%	68%	60%	48%	37%
<i>RD (idoso)</i>	9%	11%	12%	14%	17%
<i>TBN</i>	37,7	31,9	23,4	20,3	15,8
<i>TBM</i>	9,4	8,9	7,7	6,1	6,3
<i>TFT</i>	5,8	4,4	2,7	2,3	1,8
<i>TMI</i>	115	82,8	44,4	26,1	16,0
<b>Centro-Oeste</b>					
<i>População residente</i>	4.629.640	7.003.515	9.412.242	11.616.745	14.058.094
Estrutura etária					
< 15 anos	45%	41%	35%	30%	24%
15 a 59	52%	55%	60%	63%	67%
> 60	3%	4%	5%	7%	9%
Dependência econômica					
<i>Razão de dependência</i>	92%	82%	67%	59%	50%
<i>RD (jovem)</i>	87%	75%	59%	47%	37%
<i>RD (idoso)</i>	6%	7%	8%	11%	13%
<i>TBN</i>	34,6	40,7	24,4	20,9	16,5
<i>TBM</i>	8,6	5,9	6	5,1	5,4
<i>TFT</i>	6,4	4,5	2,6	2,17	1,8
<i>TMI</i>	89,7	69,6	32,9	22,3	15,9
<b>Distrito Federal</b>					
<i>População residente</i>	546.015	1.203.333	1.598.415	2.043.169	2.570.160
Estrutura etária					
< 15 anos	42%	38%	33,9%	28%	24%
15 a 59	55%	59%	62,1%	66%	69%
> 60	2%	3%	4,0%	5%	8%
Dependência econômica					
<i>Razão de dependência</i>	80%	68%	61%	51%	46%
<i>RD (jovem)</i>	76%	64%	55%	43%	34%
<i>RD (idoso)</i>	4%	4%	6%	8%	11%
<i>TBN</i>	35,1	40,7	23	23,4	17,1
<i>TBM</i>	7,4	5,4	5,1	4,2	4,2
<i>TFT</i>	5,6	3,6	2,3	2,2	1,7

<i>TMI</i>	80,8	65,1	27,1	15,3	12,3
Tx. Cresc. Médio Anual	1960-1970	1970-1980	1980-1990	1990-2000	2000-2010
<i>Brasil</i>	2,9%	2,5%	1,8%	1,6%	1,2%
<i>Centro-Oeste</i>	5,6%	4,2%	2,7%	2,4%	1,9%
<i>Distrito Federal</i>	14,4%	8,2%	2,6%	2,8%	2,3%

**Fonte:** IBGE, Censos Demográficos (1970 a 2010). MS/SVS - SINASC e SIM, 1991 a 2010. IBGE (1971, 1973, 1985, 1999 e 2000, p.52), para 1970-1980. Disponíveis em <https://tinyurl.com/ybbg5gp7>.

O período entre 2000 e 2010 foi marcado pelo envelhecimento da população, seguindo a tendência nacional. O índice de envelhecimento no DF era de 18% em 2000 e cresceu para 33% em 2010. Isso significa que de cada grupo de 100 jovens existiam 33 idosos no DF em 2010. A média nacional no período foi de 46. Ou seja, em comparação com a média nacional, os números do DF indicam que a estrutura etária é menos envelhecida do que a nacional, apesar de ter avançado substantivamente nas duas décadas anteriores (VASCONCELOS; GOMES, 2015). A taxa bruta de natalidade recuou para 17,1 em 2010 no DF, ao passo que o número médio de filhos por mulher foi de 1,7. Assim, a transição demográfica do Distrito Federal foi intensificada na passagem para 2010, apesar de que a taxa de crescimento populacional é ainda superior à média nacional.

### 3.2.4 Movimentos migratórios no Distrito Federal

Nas décadas entre 1960 e 1980, as migrações no país como um todo foram caracterizadas por deslocamentos de áreas rurais para áreas urbanas (BRITO, 2006, 2009). A construção de Brasília fez surgir na região Centro-Oeste um novo incentivo para o influxo de migrantes. A população urbana superou a rural em 1960 no país como um todo. Tratou-se de um processo macroestrutural com implicações profundas nas relações sociais no país, cuja intensidade foi muito superior à dos países capitalistas desenvolvidos (BRITO, 2009). Entre 1960 e 1980, a população urbana cresceu de 19 milhões para 82 milhões, uma taxa de crescimento anual de 4,8% no período, tendo sido multiplicada por 2,6. Isso significa que no período, a cada ano, 2,5 milhões de pessoas se somavam às populações das cidades. Como define Brito (2009), o pano de fundo dos movimentos migratórios do período opunha, de um lado, um Brasil agrícola e tradicional, à uma imagem de modernidade do Brasil urbano e industrial.

Os desequilíbrios regionais eram diversos e os processos de urbanização estavam longe de ser homogêneos no país. No região Centro-Oeste, a população urbana superou a rural apenas na década de 1970. O ritmo de crescimento da população urbana na região, contudo, foi mais intenso do que a média nacional entre 1950 e 1991. Nesse período de 40 anos, a população

urbana foi multiplicada por 19, crescendo em uma média anual de 16%, passando de cerca de 400 mil em 1950 para mais de 7,5 milhões em 1991. Esse crescimento foi mais acelerado do que todas as demais regiões por três décadas, entre 1950 e 1980, quando foi inferior ao registrado na região Nordeste.

No caso do Distrito Federal, a trajetória da urbanização chegou próximo ao limite ainda em 1970 (ver gráfico 4). Planejada para ser uma ocupação urbana, a nova cidade despertou mais interesse do que o esperado. Antes do início da construção da cidade em 1956, existiam cidades ainda pouco povoadas na região e que seriam incorporadas pelo DF, como Planaltina e Brazlândia. O primeiro levantamento censitário realizado em Brasília ocorreu em 1959. O Censo Experimental recebeu essa denominação por ter servido como teste para os instrumentos de coleta e para a adoção, pioneira no país, de processos de amostragem nos censos populacionais (IBGE, 1959). Além de servir como experimento metodológico, o Censo de 1959<sup>72</sup> cumpriu um papel importante em documentar a mudança da capital federal para o interior do país.

O Censo de 1959 estimou a população de Brasília em 64.314 habitantes. Em comparação com 1957, a população foi multiplicada 4,3 vezes, partindo de 12.283 (IBGE, 1959). A população era majoritariamente urbana (53% viviam no Plano Piloto), composta por homens (66%), jovens (73% na faixa etária até 29 anos), de baixa escolaridade (43% eram analfabetos), que moravam na cidade há menos de 12 meses (69%), vindos de Goiás (38%) ou do Nordeste (27%) e empregados no setor secundário (65%), principalmente na construção civil (IBGE, 1959). Em suma, o Censo de 1959 foi importante por revelar o *ponto de partida* da composição sociodemográfica do Distrito Federal. Tomados em conjunto, os dados do Censo de 1959 indicam o perfil daqueles que se lançavam rumo às obras da capital federal.

Os dados censitários das décadas seguintes demonstraram que o DF *nasceu* urbano. O formato do gráfico 4 sugere a peculiaridade do processo de urbanização da cidade. Em 1960, a população do Distrito Federal passou de 140 mil habitantes, o que representou mais do que o dobro da população estimada 16 meses antes<sup>73</sup>. Isso significa que a capital recebeu, em média,

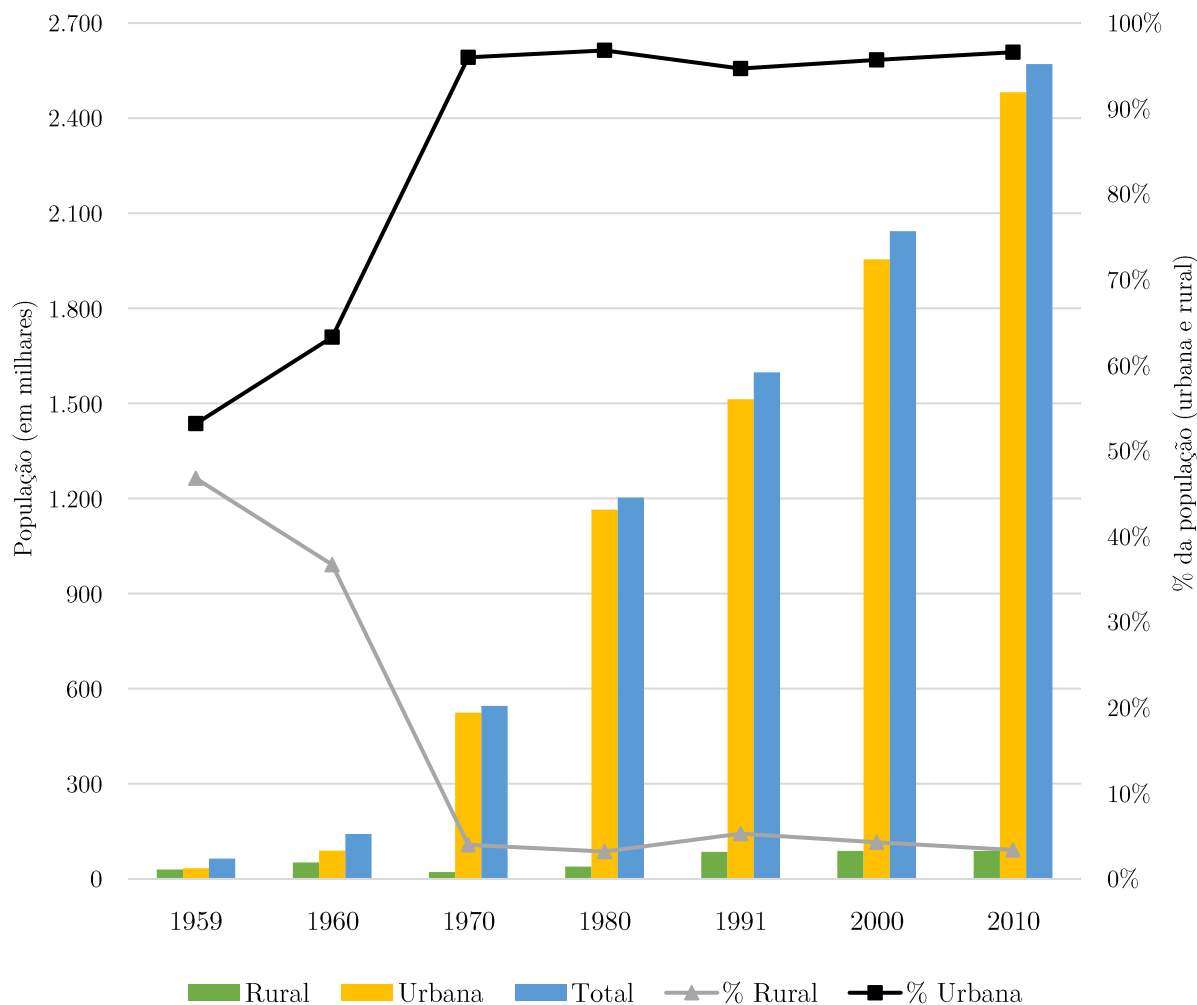
---

<sup>72</sup> Os registros do Censo de 1959 revelam as estratégias de organização do trabalho dos recenseadores e a própria dinâmica espacial da cidade em formação. Havia acampamentos, como a Central da NOVACAP, a Candangolândia, a Praça dos Três Poderes e o Plano Piloto, além de Núcleos Provisórios, como o Bandeirante (conhecida como Cidade Livre e que se tornaria a região administrativa do Núcleo Bandeirante), e Núcleos Estáveis, compreendendo a cidade de Planaltina (unidade autônoma que seria incluída no território do DF), o povoado de Taguatinga e Brazlândia. O território foi dividido em 105 glebas, cujo levantamento foi realizado por 117 funcionários do então Conselho Nacional de Estatística.

<sup>73</sup> A data de referência do Censo de 1960 foi 1º de setembro de 1960, ao passo que o Censo Experimental teve como marco o dia 17 de maio de 1959.

quase cinco mil pessoas por mês nesse período. A partir de 1970, a população urbana superou 95% da população total do DF, patamar que manteve desde então.

**Gráfico 4.** Distribuição da população do Distrito Federal por situação de domicílio, 1959<sup>1</sup>-2010



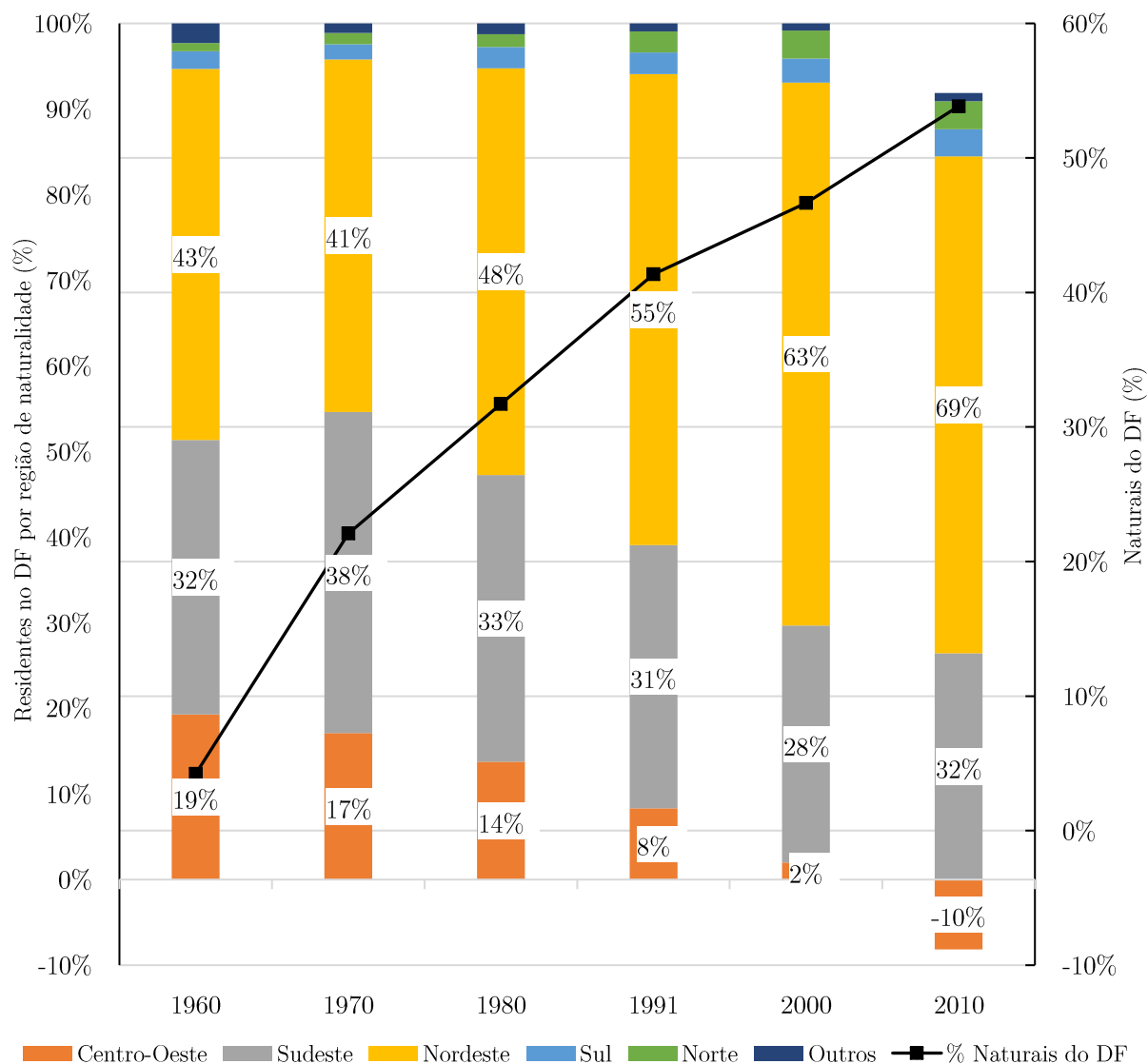
**Fonte:** Censos Demográficos, IBGE (1960 a 2010) e Censo Experimental de Brasília, IBGE (1959).

**Nota:** <sup>1</sup>As informações do Censo Experimental de 1959 foram inseridas para possibilitar a comparação com o contexto regional e nacional. No cálculo da população urbana em 1959 foi considerada apenas os residentes do Plano Piloto. Os resultados devem ser interpretados com cautela, considerando que os números absolutos iniciais são reduzidos.

No cenário nacional, o padrão de migrações até 1970 foi marcado pela lógica do êxodo rural. No caso do Distrito Federal, o fluxo migratório com origem no Nordeste foi importante desde a construção da cidade, se tornando maioria entre os imigrantes do DF a partir de 1970. Os emigrantes da região Sudeste também se destacaram na composição da população do DF ao longo do tempo. Em grande medida, a emigração de naturais de Minas Gerais contribuiu para essa participação do Sudeste. Quando são consideradas as UF's de origem, Minas Gerais manteve um percentual sempre superior a 20% dos imigrantes do DF desde 1960 (CODEPLAN,

2013). Em 1960, os naturais de Goiás respondiam por 18% dos imigrantes do DF, percentual que foi reduzindo ao longo do tempo até culminar no déficit migratório observado em 2010. Como destaca Caiado (2006), a partir da década de 1970 o transbordamento populacional do Distrito Federal é crescente rumo às regiões lindeiras, o que ajuda a compreender a estruturação da RIDE.

**Gráfico 5.** Saldo migratório por regiões do país e composição da população residente no Distrito Federal, segundo naturalidade - 1960 a 2010



**Fonte:** Censos Demográficos, IBGE (1960 a 2010).

**Notas:** Utilizo a UF de naturalidade do imigrante como referência desde 1960 até 2010. São considerados os residentes em sua totalidade, incluindo os imigrantes internacionais.

Os naturais do Distrito Federal tornaram-se maioria na população residente na cidade apenas em 2010. Ainda assim, mais de 46% dos residentes no DF não nasceram na cidade. Esse dado indica a relevância das migrações nas dinâmicas sociais no Distrito Federal. As referências

simbólicas, materiais e afetivas a outras regiões do país e do mundo são comuns aos moradores do DF. Dificilmente um brasileiro não teve de insistir na resposta sobre sua *real* naturalidade ao ser perguntado onde havia nascido. *Mas, de Brasília? Nascido em Brasília?* Era a continuação típica, seguindo a surpresa inicial, de conversas travadas por quem nasceu no Distrito Federal. Como eu, muitos ainda são instados a responder sobre seu local de nascimento ao se dizerem moradores do Distrito Federal. Não apenas como uma anedota, o relato se presta a situar a centralidade dos processos migratórios nas dinâmicas sociais do Distrito Federal. Ao mudar de referencial de análise e adotar as subdivisões do DF, essas dinâmicas vão revelar novas configurações locais.

### 3.2.5 O contexto demográfico nas Regiões Administrativas

Nas seções anteriores, as dinâmicas demográficas foram apresentadas partindo do contexto nacional para o local desde 1960. Essa análise ao longo do tempo permitiu situar aspectos dos movimentos demográficos em relação ao Distrito Federal como um todo. Entretanto, a perspectiva analítica desta tese privilegia os contextos locais e suas configurações sociais. Com isso, nesta seção discuto os diferentes estágios demográficos no interior do Distrito Federal, utilizando as regiões administrativas como referências.

Analisando a fecundidade no Brasil, Miranda-Ribeiro e Garcia (2016) constataram as diferentes transições de grupos de mulheres a partir de dados educacionais. De forma semelhante, apresentarei os diferentes estágios de transição, em termos de fecundidade, mortalidade e estrutura etária, para o Distrito Federal. Para tanto, utilizo os microdados da PDAD, realizada entre 2015 e 2016, e as estatísticas vitais do Ministério da Saúde como referências. Inicialmente, os dados foram agregados por regiões administrativas e, posteriormente, em quatro macrorregiões definidas segundo faixas da renda per capita média mensal estimadas para 2015<sup>74</sup>. A utilização dos dados com referência a 2015 não permitiu a agregação por áreas de ponderação ou setores censitários em virtude do nível de desagregação

---

<sup>74</sup> As macrorregiões foram definidas por grupos de Regiões Administrativas, segundo a renda per capita média mensal calculada a partir dos dados da PDAD (2015), utilizando o valor do salário mínimo vigente à época, R\$ 880,00. Assim, os grupos são: Grupo I – Renda Baixa (até R\$880): Paranoá, Recanto das Emas, Varjão, SCIA, Itapoã e Fercal; Grupo II – Renda Média-Baixa (entre R\$ 881 e R\$ 1.760): Gama, Brazlândia, Sobradinho II, Planaltina, Ceilândia, Samambaia, São Sebastião, Riacho Fundo I e II, Candangolândia e Santa Maria; ; Grupo III - Renda Média-Alta (entre R\$ 1.761 e R\$ 4.400): Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro, Águas Claras, Jardim Botânico, SIA, Vicente Pires e Sobradinho I; Grupo IV – Renda Alta (acima de R\$ 4.400): Brasília, Lago Sul, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Park Way.



dos dados de natalidade e mortalidade. Além disso, esse modelo analítico foi adotado por outros autores, como Vasconcelos e Gomes (2015) e Nunes e Costa (2007).

### 3.2.5.1 Análise da fecundidade

Os dados da tabela 4 corroboram, para o Distrito Federal, os resultados encontrados por Miranda-Ribeiro e Garcia (2012) para o Brasil como um todo e por Vasconcelos e Gomes (2015) para a Área Metropolitana de Brasília. Os estágios de transição demográfica, em termos de fecundidade, são muito distintos nas diferentes vizinhanças do Distrito Federal. Em grande medida, essa diversidade indica a discrepância do papel social da mulher em diferentes contextos censitários. Como defendem Camarano et al. (2014, p. 111), a redução da fecundidade está relacionada a mudanças sociais importantes, como o incremento da participação da mulher no mercado de trabalho, mudanças nos arranjos familiares, como a nupcialidade, o secularismo e mudanças na escolaridade. O primeiro estágio demográfico é marcado pelos elevados indicadores de fecundidade. No Brasil, essa fase foi ainda marcada pela fecundidade precoce, em que as mulheres tinham filhos muito cedo (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

O segundo estágio demográfico tem como variável preponderante a redução da fecundidade a níveis muito baixos. No Brasil como um todo, este estágio ocorreu entre 1970 e 2000 (ver tabela 3). No Centro-Oeste e no Distrito Federal, apesar de haver iniciado em 1970, foi na década seguinte que o segundo estágio demográfico ganhou fôlego e produziu os principais impactos. Entretanto, esse movimento não foi homogêneo. Por exemplo, no caso do DF, as vizinhanças de renda baixa e média baixa ainda vivenciam, em 2015, o primeiro estágio demográfico (ver tabela 4). As taxas de fecundidade são respectivamente 1,97 e 1,84 nas regiões mais empobrecidas (grupos I e II), contrastando com 1,3 das regiões centrais e ricas do DF (grupos III e IV). Os extremos opõem, em termos de RAs, cidades como a Fercal (2,7) e a Estrutural (2,55), com um número médio de filhos por mulher superior a 2,5, ao Lago Norte (1,1) e o Sudoeste (1,05), com números inferiores a 1,2 por mulher.

**Tabela 4.** População e indicadores de estrutura etária, fecundidade e mortalidade segundo regiões do DF por renda per capita média mensal, 2015

Indicadores	Grupo I Baixa (< 1 SM)	Grupo II Média baixa (1 – 2SM)	Grupo III Média alta 2 e 5 SM)	Grupo IV Alta (> 5 SM)
População residente	314.289	1.547.806	696.244	348.234
%	10,8%	53,3%	24,0%	12,0%
Estrutura etária				
<i>Idade (mediana)</i>	25	33	37	40
< 15 anos	25,3%	20,1%	16,5%	11,9%
15 - 59 anos	67,7%	66,7%	67,0%	63,6%
> 60 anos	7,0%	13,3%	16,5%	25,0%
<i>Índice de Envelhecimento</i>	27,7%	66,2%	100,0%	210,1%
Dependência econômica				
<i>Razão de dependência</i>	47,7%	50,1%	49,3%	58,0%
<i>Razão de dependência jovem</i>	37,4%	30,1%	24,6%	18,7%
<i>Razão de dependência idoso</i>	10,3%	19,9%	24,6%	39,3%
Taxa de Fecundidade Total	1,97	1,84	1,73	1,27
Taxa Bruta de Natalidade	18,90	16,12	15,84	11,73
Taxa de Mortalidade Infantil	8,40	11,62	9,97	8,81
Taxa Bruta de Mortalidade	3,22	4,00	4,49	4,51
Renda Domiciliar Média mensal (R\$)	2.456,48	3.540,46	7.823,80	15.253,43
Renda per capita média mensal (R\$)	673,07	1.158,74	2.535,08	6.076,59

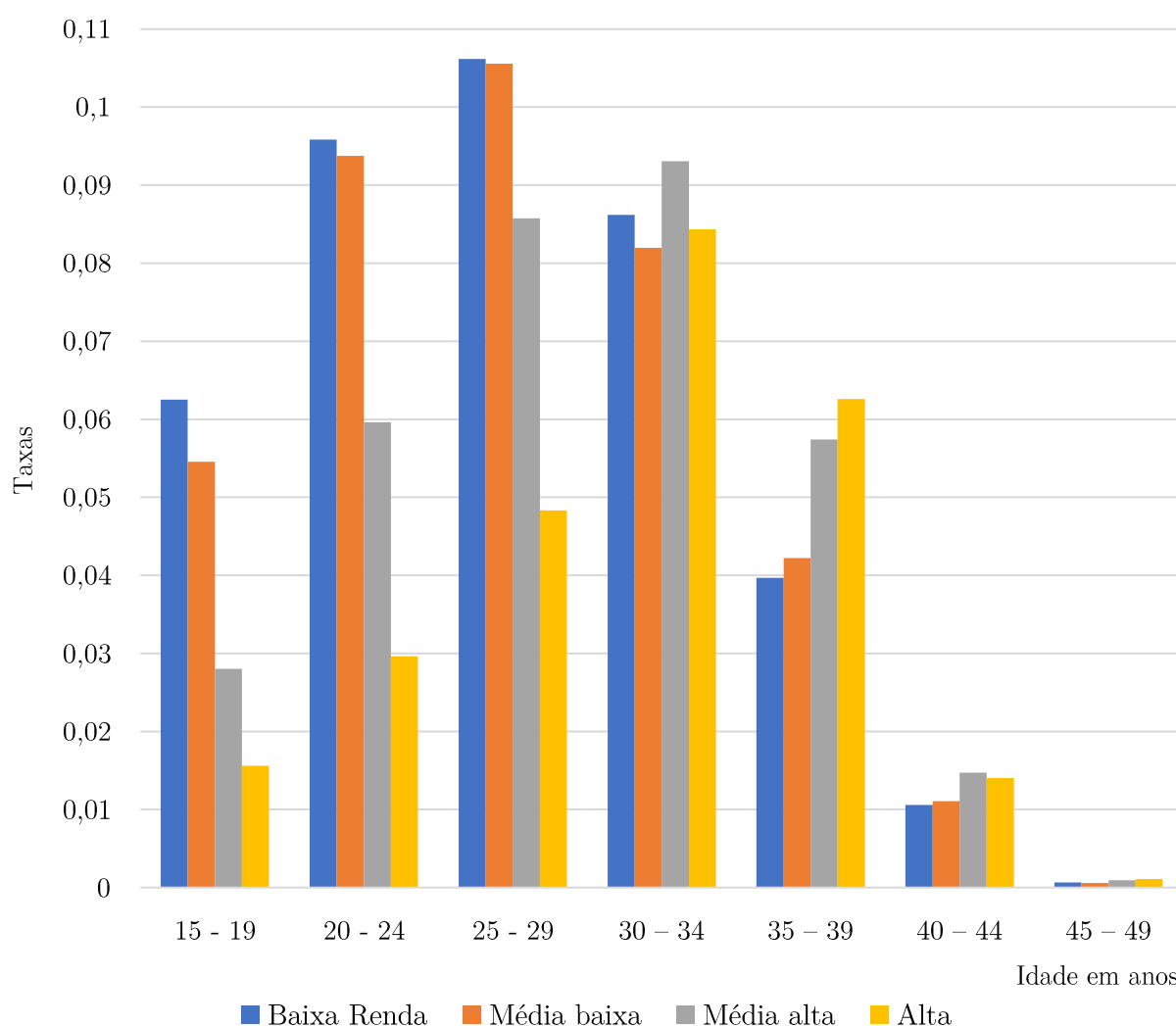
**Fonte:** MS/SISNAC (2015), MS/SIM (2015) e Microdados da PDAD (2015).

A fecundidade também apresenta padrões distintos em termos etários de acordo com as macrorregiões (ver gráfico 6). As mulheres de baixa e média baixa renda têm mais filhos e em idades mais jovens, o que marca uma fecundidade precoce. Desde a adolescência até os 29 anos, são mais pronunciadas as taxas de fecundidade específicas nas regiões mais pobres, com concentração na faixa de 20 a 24 anos. Por outro lado, moradores de áreas dos grupos III e IV encontram o ápice da fecundidade na faixa etária de 30 a 34 anos e se mantêm acima das demais nas idades mais avançadas. No caso do grupo IV, a taxa específica é superior às demais na faixa de 35 a 39 anos. Ou seja, a fecundidade é particularmente tardia nessas vizinhanças.

As diferenças ficam evidentes, por exemplo, na comparação entre as taxas específicas de mulheres de 15 a 19 anos de baixa renda e aquelas de alta renda com idade entre 35 e 39 anos.

Os indicadores são muito próximos, em torno 0,063; contudo, a diferença entre os momentos de vida evidencia as distintas transições demográficas. Em conjunto com a intensidade da fecundidade, esses indicadores demonstram que enquanto as comunidades de baixa e média baixa rendas estão passando pelo primeiro estágio da transição demográfica, em termos de fecundidade, as comunidades de alta renda estão já se encontrando num estágio mais avançado da segunda transição. Em termos de RAs, o Paranoá e a Fercal demonstram padrões muito precoces de fecundidade e mantêm taxas superiores às demais regiões até os 34 anos.

**Gráfico 6.** Taxas específicas de fecundidade por faixa etária, por regiões do DF segundo renda per capita média mensal, 2015



Fontes: MS/SISNAC (2015) e Microdados da PDAD (2015).

A relação entre fecundidade e escolaridade das mulheres foi demonstrada por Vasconcelos e Gomes (2015). Por um lado, a fecundidade precoce está associada à prevalência de baixa escolaridade em jovens de comunidades pobres. Nos estratos popular e popular agrícola, considerados aqueles com tipos de ocupação mais precários, cerca de 18% das mulheres

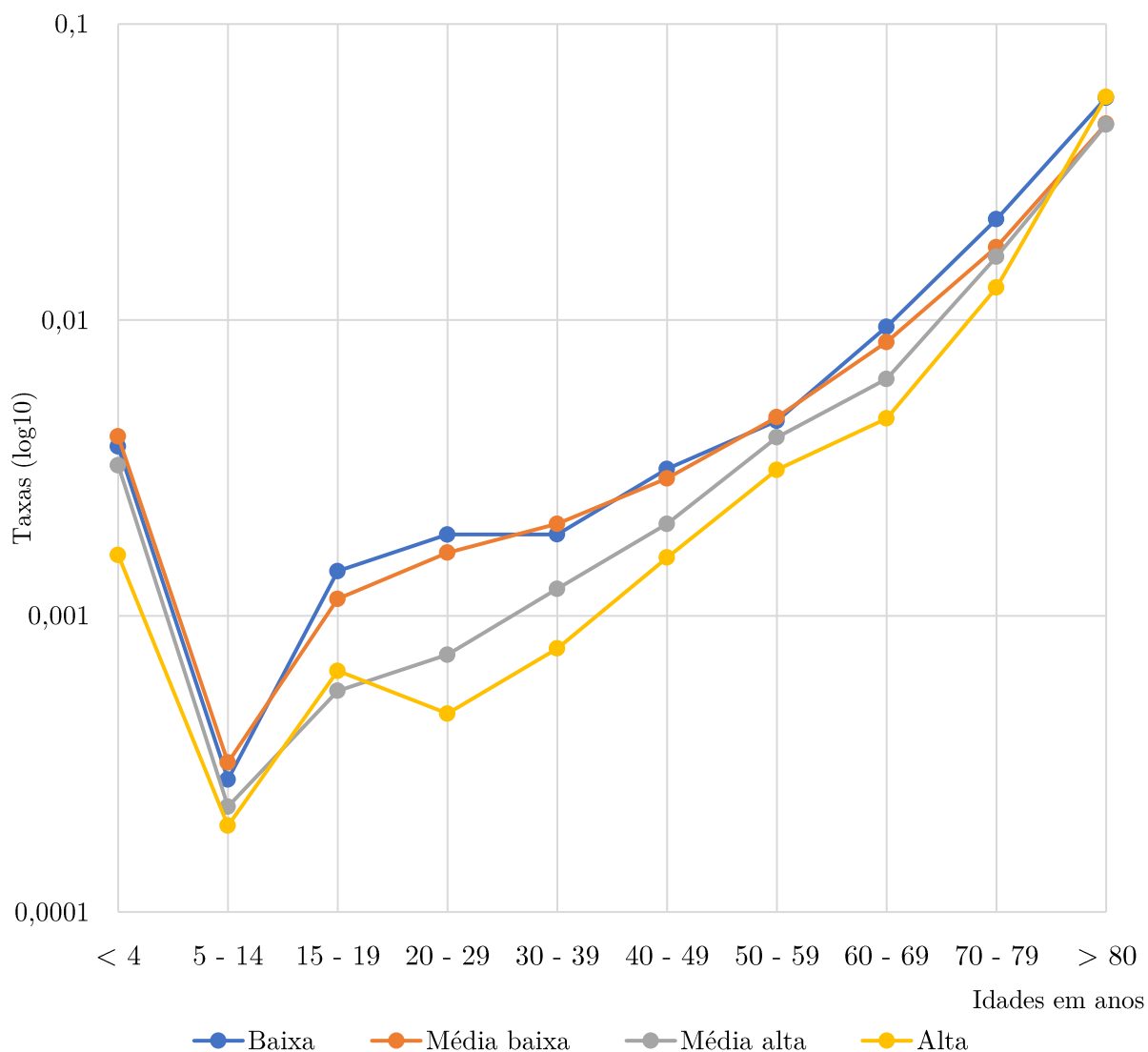
entre 15 e 19 anos possuem pelo menos o ensino médio completo. Esse número é mais do que o dobro no estrato superior, com 40%.

Por outro lado, a fecundidade tardia é sugerida pela relação entre escolaridade em todas as faixas etárias. Enquanto 84% das mulheres de 15 a 49 anos do estrato superior possuem pelo menos o ensino médio completo, esse número é de 34% no estrato popular agrícola. Os dados sobre anos de escolaridade não foram apresentados no estudo das autoras, mas os dados nacionais sugerem que a relação entre fecundidade tardia e tempo de escolaridade é discrepante no país como um todo. Neste sentido, Miranda-Ribeiro e Garcia (2012, p. 14), utilizando dados de 2010, demonstraram que a fecundidade total de mulheres com onze anos ou mais de estudos é duas vezes e meia menor do que mulheres com até três anos de escolaridade, respectivamente 3,43 e 1,34. Além disso, 55,7% dos partos das mulheres com mais de onze anos de estudos era de primeira ordem, ou seja, o primeiro filho. No caso das mulheres com até três anos de estudos, 55,1% dos partos eram de terceira ou quarta ordem (Idem, p. 12).

#### 3.2.5.2 *Análise da mortalidade*

De forma semelhante à fecundidade, a análise da mortalidade nas regiões do Distrito Federal indica a diversidade de estágios demográficos no contexto da capital. As desigualdades socioeconômicas ficam ainda mais evidentes. A primeira tendência que se nota é o distanciamento da mortalidade do estrato mais abastado em todas as faixas etárias. Iniciando na infância, quando todas as regiões possuem valores mais elevados, o ponto de partida do grupo IV é inferior aos demais. Nesse ponto, a taxa específica de mortalidade é menos da metade de todos os demais grupos, mesmo do grupo III. A exceção nessa tendência é a faixa etária de 15 a 19 anos, quando a taxa do grupo IV supera aquela do grupo III.

**Gráfico 7.** Taxa específica de mortalidade, por faixas etárias, segundo regiões do DF por renda per capita média mensal, 2015



Fontes: MS/SIM (2015) e Microdados da PDAD (2015).

Outra expressão das desigualdades socioeconômicas é a proximidade entre as regiões dos grupos I e II. As taxas dessas duas regiões foram sempre superiores às registradas pelas demais regiões, com exceção da faixa de 80 anos ou mais. Entre 15 e 39 anos, as taxas específicas de mortalidade no grupo I foram sempre mais do que o dobro do que o registrado no grupo IV, sendo 4 vezes maior na faixa de 20 a 29 anos. Como destacam Vasconcelos e Gomes (2015, p. 161), os riscos associados à mortalidade de jovens adultos estão relacionados principalmente a causas externas, como agressões e acidentes de trânsito. Em 2014, agressões responderam por 44% das mortes nesta faixa etária no DF e 15% foram causados por acidentes de transporte. Em 2015, esses percentuais foram, respectivamente, de 40% e 16%. Neste sentido, a discrepância

nas taxas de homicídio por regiões administrativas antecipa as consequências da diversidade de condições socioeconômicas no DF, cujos efeitos são mais intensos em comunidades pobres.

Em relação à mortalidade infantil, a região de menor renda per capita apresentou a menor taxa em termos agregados do DF: 8,4 óbitos por grupos de mil nascidos vivos (ver tabela 4 acima). Em comparação com 2014 (MS, 2014; 2015), houve significativas reduções nas taxas de mortalidade infantil de cidades como Recanto das Emas, (- 55%, passando de 17,4 para 7,9) e Paranoá (-55%, passando de 14 para 6,3), ao passo que o Park Way registrou um aumento de 140% (passando de 9,2 para 22,4). Não há, nos registros disponíveis da Secretaria de Saúde do DF, informações sobre possíveis causas associadas a alterações epidemiológicas. Já em relação à taxa bruta de mortalidade, os indicadores foram mais elevados em regiões de alta renda, tendo em vista uma maior incidência de óbitos nas faixas etárias mais elevadas, que existem em número inferior nas regiões de baixa e média baixa renda (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

Em suma, os indicadores de mortalidade nas regiões agregadas do Distrito Federal são distintos. A mortalidade infantil foi menor nas regiões de baixa renda em comparação com as demais em 2015. Contraditoriamente, o indicador foi muito próximo ao das regiões centrais do DF, com mais acesso a recursos. Já nos locais do grupo III foram registradas as maiores taxas de mortalidade infantil. Quando se avança na faixa etária, a mortalidade de jovens e jovens adultos, entre 15 e 34 anos, foi maior nas regiões periféricas (baixa e média baixa rendas), tendo como principais causas agressões e acidentes de trânsito. Por sua vez, a mortalidade na faixa etária superior foi mais pronunciada nas regiões de alta e média alta renda, como decorrência de uma população já bastante envelhecida.

### 3.2.5.3 Análise da estrutura etária

A estrutura etária de uma população é resultado das dinâmicas de fecundidade, mortalidade e movimentos migratórios. A partir dos dados de 2015, é possível diferenciar o Distrito Federal em dois contextos distintos. De um lado, as regiões de alta e média alta rendas possuíam populações mais envelhecidas, com a mediana da idade superior a 37 anos (ver tabela 4). O índice de envelhecimento foi superior a 100%, indicando que a população com idade acima de sessenta anos é superior àquela mais jovem, com menos de quinze anos. No caso da região de alta renda, a proporção de idosos foi mais do que o dobro daquela de jovens, chegando a 210%. Como comparação, nas regiões de alta renda do DF, o percentual da população na faixa etária superior foi maior do que o dobro da média nacional, respectivamente 25% e 12%. A razão de dependência foi superior às demais em virtude da elevada população na faixa etária superior, o que se reflete na razão de dependência de idosos superior à de jovens. O baixo nível

de fecundidade e de migração contribuem para o envelhecimento da população (VASCONCELOS; GOMES, 2015). Essa configuração é típica de estágios mais avançados de transição demográfica, cujas pirâmides etárias têm base estreita e topo mais alargado, em virtude do aumento da longevidade.

De outro lado, as regiões de baixa e média baixa renda se mostraram ainda jovens, com a mediana das idades em 25 e 33 anos, respectivamente (ver tabela 4). O índice de envelhecimento na região de baixa renda foi de apenas 28%. O indicador sugere que para cada grupo de 100 jovens na população dessas regiões existiam 28 idosos. A razão de dependência é de 47,7%, com maior participação da faixa etária inferior (25,3%) do que dos idosos (7%). Por sua vez, o grupo de média baixa renda possuía índice de envelhecimento de 66,2% e razão de dependência de 50,1%. As regiões de média-baixa renda concentraram a maior parte da população (53,3%) e, com isso, possuíam médias próximas às do DF como um todo. Ainda que as características nessas regiões sejam de menor fecundidade/natalidade e menor razão de dependência jovem, essas regiões estavam mais próximas às regiões de baixa renda do que das demais.

Os movimentos migratórios foram pouco relevantes para a estrutura etária das regiões do DF. Ao todo, menos de 31 mil pessoas se mudaram para a capital entre 2010 e 2015. Deste total, em média 18% estão na faixa etária abaixo de 15 anos, 76% entre 15 e 59 anos e apenas 6% acima de 60 anos (PDAD, 2015). Entretanto, os dados não eram homogêneos entre as regiões. A região de baixa renda recebeu proporcionalmente mais pessoas jovens dos que as demais regiões: foram 22% de menores de 15 anos, ao passo que as demais receberam 21% (grupo II), 17% (grupo III) e 16% (grupo IV). No extremo oposto, a relação não se manteve. Dos migrantes para as regiões de baixa renda em 2014, 2,4% tinham idade superior a 60 anos, ao passo que aqueles que se mudaram para as demais regiões foram 1,2% (grupo II), 1,7% (grupo III) e 1% (grupo IV). Ou seja, apesar de os números absolutos serem pouco expressivos em relação ao total da população, os dados indicaram que a região de baixa renda recebeu proporcionalmente menos população na faixa economicamente ativa no período, o que tende a elevar a razão de dependência. Em relação à estrutura etária, contudo, os impactos foram bem menores.

Com efeito, a estrutura etária das regiões do Distrito Federal repetiu a oposição evidenciada nos dados de fecundidade. A população jovem era concentrada nas regiões de baixa e média baixa rendas. Como exemplo, o estrato de baixa renda reuniu 11% da população total e concentrou 14% do total de menores de 19 anos do DF. No extremo oposto, a relação foi de ainda maior concentração: o estrato de renda alta concentrou 12% da população total e reuniu

18% da população com mais de 60 anos do DF. Existia um gradiente de envelhecimento da população que segue das regiões mais pobres e mais jovens para as regiões mais ricas e mais velhas do Distrito Federal. Essa diferença pode ser atribuída às diferenças nas taxas de fecundidade e de natalidade, além da maior incidência da mortalidade juvenil em regiões mais pobres.

Em suma, os territórios do Distrito Federal se encontravam em diferentes estágios demográficos. Como um todo, a capital apresentou índices bastante reduzidos de fecundidade e de natalidade, os quais, associados à consolidação dos indicadores de mortalidade, indicavam um estágio avançado rumo à redução do crescimento populacional. Este estágio foi definido por Camarano et al. (2014, p.62), como marcado por “famílias de filho único, elevada expectativa de vida ao nascer e nas idades avançadas, redução da população e da força de trabalho e superenvelhecimento”. Entretanto, as configurações demográficas são diversas e, assim como em outros contextos do país, o detalhamento geográfico permite a diferenciação das regiões do Distrito Federal. Tendo as regiões definidas a partir da renda per capita mensal média, foram caracterizados quatro estratos que, sob o ponto de vista demográfico, se apresentaram em duas realidades distintas. O gradiente dos indicadores demográficos no DF seguia das regiões centrais e ricas para as periféricas e mais vulneráveis econômica e socialmente. As primeiras foram marcadas por baixíssimas taxas de fecundidade e de natalidade, além de taxas de mortalidade específicas e brutas também reduzidas. O resultado foi a redução do crescimento populacional e a modificação da estrutura etária, com índices de envelhecimento acima de 100%.

De outro lado, as regiões de baixa renda possuíam populações jovens e taxas de natalidade mais elevadas. Em média, eram quase 2 filhos por mulher em idade fértil nessas regiões. No caso das regiões mais pobres, os indicadores de mortalidade infantil foram especialmente satisfatórios e inferiores às demais regiões em 2015. O mesmo não se pode dizer para a mortalidade de jovens adultos que alcançou as taxas mais elevadas do DF. Esse é o mosaico demográfico que se desenha no Distrito Federal.



### 3.3 HOMICÍDIOS EM PERSPECTIVA

#### 3.3.1 Considerações iniciais

Crimes são fenômenos complexos. Muitas são as condicionantes que informam as causas e as consequências de um crime. Os homicídios são os casos mais dramáticos dentre os crimes. Quanto mais informações, com diferentes formas de coleta e análise, melhor para compreender seus padrões, tendências e formas de intervenção. No Brasil, existem duas principais fontes de informações sobre homicídios: o sistema de saúde e o de segurança pública. O sistema de saúde é organizado pelo Ministério da Saúde por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Os dados são coletados pelas secretarias estaduais e municipais de saúde, que levam em consideração os critérios da Classificação Internacional de Doenças – CID-10. Nesse caso, os médicos legistas são os principais responsáveis no preenchimento de informações sobre os óbitos, como causa básica, faixa etária, cor da pele etc. Os homicídios são organizados a partir de causas denominadas “agressões de terceiros”, apesar de que pesquisadores incluem as categorias intervenções legais e operações de guerra na categorização dos homicídios (CERQUEIRA, 2013). O SIM reúne informações desde 1975, tendo sido digitalizado em 1979<sup>75</sup>. Dentre suas vantagens, estão a possibilidade de realizar análises de séries históricas e a relativa padronizações de categorias entre os diferentes lugares.

Os dados sobre homicídios também são coletados por agências de segurança pública. As secretarias estaduais de segurança pública e/ou defesa social são comumente encarregadas de coletar esses dados junto às polícias estaduais. Apenas em 2018, foram definidos critérios nacionais para a classificação de homicídios<sup>76</sup>. Antes disso, os dados sobre homicídios eram divulgados pelos órgãos estaduais de segurança e compilados por pesquisadores em publicações como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que existe desde 2007. Esses dados apresentavam divergências nas classificações dos óbitos e não eram disponibilizados de forma regular. Por exemplo, as publicações do Anuário trazem os dados divididos em grupos segundo

---

<sup>75</sup> Para revisões detalhadas sobre a evolução do SIM e o registro de homicídios, ver

<sup>76</sup> O Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, foi instituído pela lei nº 13.675/2018 e criou o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas, Munições e de Material Genético, de Digitais e de Drogas – SINESP. A Portaria nº 229/2018 definiu critérios para a padronização das classificações de dados a serem enviados pelos entes federados sobre crimes que envolvessem comunicações de mortes.

critérios como a qualidade definida a partir da correlação com os registros do Ministério da Saúde<sup>77</sup>.

No caso do Distrito Federal, existem divergências entre os dados da saúde e da segurança pública. Na classificação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os dados do Distrito Federal foram classificados nos grupos 1 e 2, os de melhor qualidade, desde 2007. Isso não implica dizer que os dados são completos e sem falhas de coleta e processamento. Segundo estimativa de Cerqueira (2013), cerca de 18,3% dos casos de homicídios no país não foram contabilizados nas estatísticas oficiais desde 1996 até 2010 em virtude de classificações equivocadas. Esse número equivale a cerca de 8.600 homicídios. No caso do Distrito Federal, contudo, o número estimado foi de 119 casos não contabilizados, o que equivale a 0,75% do total registrado no período. O Distrito Federal foi a unidade da federação com a menor taxa de mortes indeterminadas do país, com 0,1 por grupos de 100 mil habitantes. Como exemplo, a Bahia registrou taxa de 12,9 e o Rio de Janeiro, 18,1 (CERQUEIRA, 2013, p. 26). Não apenas registros errados, mas também incompletos são comuns em boletins de saúde e de segurança pública. Assim, é razoável supor que os dados sobre homicídios no Distrito Federal permitem análises confiáveis.

Tendo essas ressalvas em consideração, os dados sobre homicídios serão analisados a partir de ambas as fontes. No caso da saúde, utilizarei os dados para comparação em nível nacional em regional. Por sua vez, os dados obtidos junto à Secretaria de Segurança do DF permitirão análises entre as 31 regiões administrativas e seus agregados territoriais. Apesar de diferentes, as taxas obtidas das duas fontes indicam tendências próximas, particularmente para os anos mais recentes.

### 3.3.2 Os dados nacionais

Segundo dados do Ministério da Saúde, os casos de homicídio alcançaram a marca de 63.743 no Brasil em 2017. Isso equivale à uma taxa estimada de 30,7 mortes por grupos de 100 mil habitantes<sup>78</sup> (ver o gráfico 8). Em relação a 2016, o crescimento foi de cerca de 2% no número de casos. Nos últimos dez anos, o crescimento foi de 15%. Nesse período, mais de 568 mil pessoas foram vítimas de homicídio no Brasil. Essa tendência de crescimento foi observada

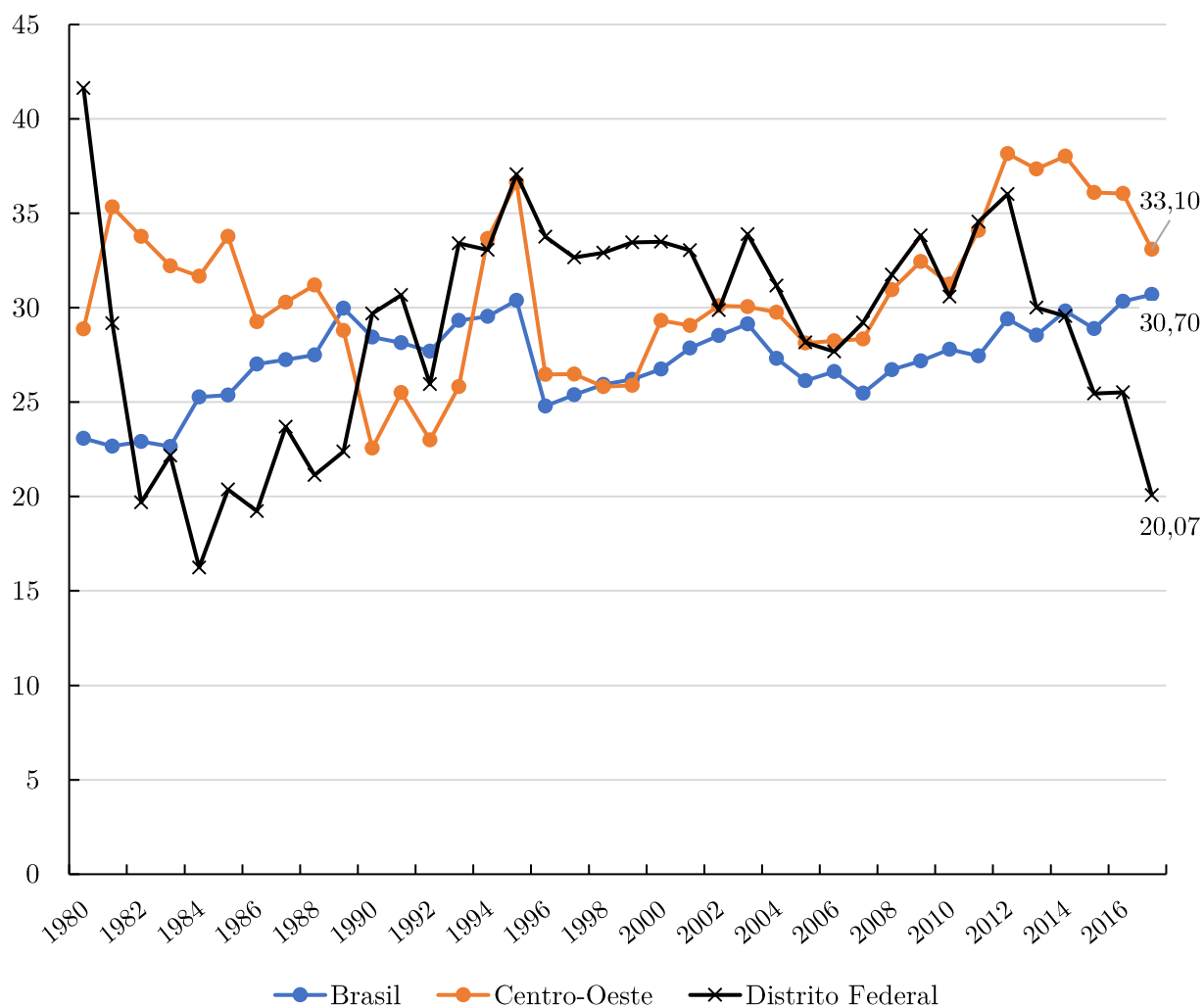
---

<sup>77</sup> A respeito, ver a nota metodológica que acompanha o Anuário 2018. Disponível em [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/FBSP\\_calculo\\_grupos\\_qualidade\\_dados\\_homic%C3%ADdio\\_2018.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/FBSP_calculo_grupos_qualidade_dados_homic%C3%ADdio_2018.pdf), acessado em 14 de janeiro de 2019.

<sup>78</sup> Nesta seção, as taxas serão utilizadas para grupos de 100 mil habitantes.

desde a década de 1980, quando a taxa de 25 mortes por 100 mil foi alcançada. Na década seguinte, em 1996, houve uma mudança na classificação de mortes, que passou do CID 9 para a CID 10. Foram detalhadas novas circunstâncias nas declarações de óbito preenchidas pelos médicos legistas. A redução observada entre 1995 e 1996 se deve principalmente à implantação da nova classificação nos registros de saúde. Desde então, a tendência de crescimento foi interrompida em 2004, o que coincide com o início da vigência do Estatuto do Desarmamento que restringiu o acesso a armas de fogo no país (CERQUEIRA et al., 2013). Entretanto, a partir de 2008 a tendência de crescimento foi retomada e permanece até 2018.

**Gráfico 8.** Taxas de homicídios do Brasil, Centro-Oeste e Distrito Federal, por grupos de 100 mil habitantes. 1980-2017



Fonte: DATASUS/MS.

Os dados para o Centro-Oeste (CO) e o Distrito Federal (DF) seguem tendências semelhantes. A partir dos anos 1990, as taxas do CO e do DF se mantiveram superiores à média nacional e acima de 25,0. Na década seguinte, as taxas mudaram de patamar e superaram

a marca de 30,0. A partir de 2012, a taxa de homicídios foi decrescente no DF, o que impactou nos dados do CO. Entre 2012 e 2017, a redução foi de 15,6% no CO e de 47,1% no DF. Novamente, o impacto da redução no DF foi o principal responsável pela queda na região, tendo em vista que no período apenas o Mato Grosso do Sul também apresentou queda (discreta) na taxa de homicídios na região. São necessárias investigações mais detalhadas para indicar as causas da redução observada no DF, entretanto dentre as hipóteses estão mudanças na governança das agências policiais, com o estabelecimento de metas e indicadores de acompanhamento, o que pode estar associado a mudanças nas estratégias de investigação de homicídios e policiamento ostensivo, além de transições demográficas.

As taxas de homicídios são ainda muito elevadas no Brasil. Os números representam realidades sociais de eloquentes conflitualidades. São representações de configurações sociais que, ao menos nos últimos 30 anos, parecem conviver com a violência como forma estruturante de interações sociais. Por exemplo, esse é o argumento de Machado da Silva com o conceito de sociabilidades violentas. A noção de que a violência é constitutiva de relações sociais é captada pela naturalização de práticas violentas na vida cotidiana como forma de lidar com conflitos, levando à configuração de uma nova ordem social que coexistiria com a ordem legal (MACHADO DA SILVA, 1995; MISSE, 1997). Em certos grupos sociais, essa coexistência é ainda mais pronunciada. A tabela abaixo apresenta os dados de homicídios de forma comparada por características sociais das vítimas de homicídios no Brasil, no Centro-Oeste e no DF.

**Tabela 5.** Taxas de homicídios do Brasil, Centro-Oeste e Distrito Federal, segundo características sociais - 2015 a 2017

	Brasil	Centro-Oeste	Distrito Federal
<i>Sexo</i>			
Homens	57,3	66,0	45,9
Mulheres	4,4	6,0	3,6
<i>Raça</i>			
Negros	40,1	43,5	31,6
Branços	15,6	20,3	11,1
<i>Faixa etária</i>			
15 a 34 anos	63,0	68,6	41,8
> 35 anos	19,2	26,0	17,7
Total	30,0	35,1	23,6

**Fontes:** MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Foram considerados os óbitos por residência registrado nas seguintes categorias do CID 10: X85-Y09, Y35 e Y36. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2017.

**Notas:** Os casos ignorados de faixa etária, sexo e raça não foram considerados. Taxas calculadas por grupos de 100 mil habitantes. Os dados de 2017 são preliminares.

A incidência de homicídios é desigual em diferentes grupos sociais. Segundo características sociais, as vítimas mais frequentes de homicídios são homens, jovens e negros (ver tabela 5). O DF apresentou taxas inferiores às médias nacional e regional em todos os grupos sociais no compilado de 2015 a 2017<sup>79</sup>. Em comparação com o CO, a razão das taxas para homens e mulheres é inferior no DF, o que, no caso, indica que as mulheres são vítimas mais frequentes de homicídios no CO do que no DF. Quanto à raça, o DF registrou taxa de homicídios de negros cerca de 3 vezes superior ao de brancos, enquanto no CO esse número foi 2 vezes superior. Esse indicador sugere um cenário de maior desigualdade racial no DF. Por fim, quanto à faixa etária, os mais jovens são diferencialmente mais vítimas de homicídios em todos os cenários. No DF, a taxa de homicídios de jovens foi 2,4 vezes maior do que a daqueles com idade superior a 35 anos. No país como um todo, a razão foi de 3,3 vezes.

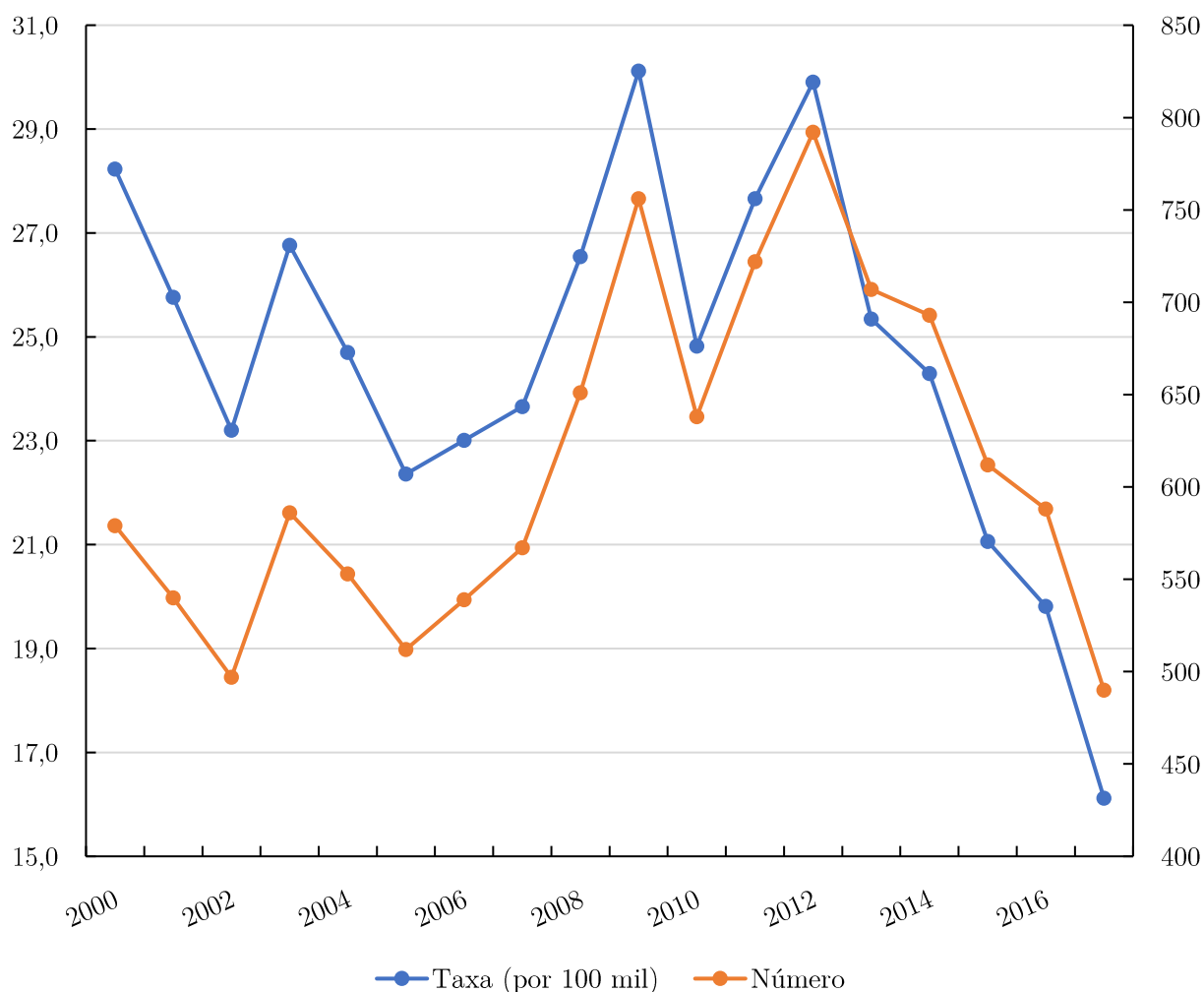
---

<sup>79</sup> A opção de utilizar os dados agregados para os últimos três anos é uma estratégia de minimizar eventuais oscilações espúrias em dados anuais.

### 3.3.3 Homicídios nas Regiões Administrativas do DF

Segundo os dados da Secretaria de Segurança Pública<sup>80</sup>, o Distrito Federal registrou 4.604 homicídios entre 2011 e 2017, uma média de 658 por ano. Em 2017, houve 490 homicídios, o menor número desde 1992. A taxa de homicídios chegou a 16,1 mortes por 100 mil habitantes, a menor da série histórica registrada no DF. No século XXI, as taxas de homicídio oscilaram entre 22 e 30, mudando de patamar a partir de 2015 e se consolidando abaixo de 20 desde então (ver o gráfico 9).

**Gráfico 9.** Taxa e número de homicídios no Distrito Federal - 2000 a 2017



**Fonte:** Banco Millenium-GPQD/CCTD/SGI/SSPDF. Estimativas populacionais: 2011, 2013 e 2015 - PDAD/CODEPLAN. Nos demais períodos, as estimativas foram construídas a partir da TMGCA. População

<sup>80</sup> Nesta seção, são utilizados os dados da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal com o objetivo de analisar a incidência por Regiões Administrativas, o que não é possível, com o recorte de 31 regiões, com os dados do Ministério da Saúde utilizados na seção anterior. Deve-se notar, ainda, que são considerados apenas os casos de homicídios. No período, os latrocínios e as lesões corporais seguidas de morte totalizaram 191 casos, ou seja, cerca de 4% do total de homicídios.

total do DF: estimativas populacionais enviadas para o TCU - IBGE: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

A variação das taxas de homicídios não foi uniforme nas diferentes regiões nos últimos 7 anos (ver tabela 6). Os extremos estiveram no intervalo entre -100% (Cruzeiro, Park Way e Jardim Botânico), sendo que as três regiões não registraram homicídios em 2017, e +64,6% (SIA). Em termos gerais, a redução de foi de 41,7% em todo o DF, sendo que apenas 5 regiões aumentaram as taxas de homicídio no período (Riacho Fundo, Brasília, Candangolândia, Sobradinho e SIA). Dentre as 23 regiões que registraram queda na taxa de homicídios entre 2011 e 2017, em 20 a redução foi superior a 20%. Na comparação entre 2016 e 2017, os extremos variaram entre 160% (Candangolândia) e -100% (Sudoeste e Jardim Botânico), sendo que 9 regiões registraram aumento e 20 reduziram as taxas de homicídio. Em termos gerais, a redução no DF foi de 18,6%.

**Tabela 6 .** Taxas de homicídios no Distrito Federal, por Regiões Administrativas - 2011/2017.

Região Administrativa	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Σ11-17	Δ 11-17	Δ 16-17
Brasília	7,6	9,4	9,2	8,4	10,9	7,3	8,3	8,8	9,4%	15,1%
Gama	32,2	35,1	27,4	41,6	25,4	29,9	28,5	31,4	-11,3%	-4,7%
Taguatinga	16,2	20,0	16,4	15,2	16,9	13,7	8,9	15,4	-44,8%	-34,8%
Brazlândia	56,7	35,8	39,1	21,4	40,5	36,4	20,9	35,7	-63,0%	-42,5%
Sobradinho	15,2	16,3	9,4	14,2	31,9	24,1	21,0	18,9	37,9%	-12,7%
Planaltina	55,0	43,9	46,9	33,0	29,4	32,6	30,1	38,2	-45,2%	-7,6%
Paranoá	58,9	49,7	47,6	70,2	53,4	72,2	25,1	53,9	-57,3%	-65,1%
Núcleo Bandeirante	13,3	21,6	25,3	12,7	4,2	12,8	4,3	13,5	-67,9%	-66,6%
Ceilândia	31,9	38,1	36,1	29,6	23,3	18,8	15,5	27,1	-51,3%	-17,6%
Guará	8,3	15,0	11,7	4,7	12,0	2,9	2,0	7,8	-75,6%	-28,8%
Cruzeiro	6,4	3,2	0,0	6,5	6,8	0,0	0,0	3,3	-100,0%	0,0%
Samambaia	29,7	38,7	23,6	27,2	15,1	17,5	16,8	23,3	-43,4%	-4,0%
Santa Maria	45,2	39,6	44,8	33,8	42,2	28,3	26,5	37,1	-41,4%	-6,6%
São Sebastião	52,7	52,4	43,5	44,3	25,1	40,1	30,0	40,6	-43,2%	-25,2%
Recanto das Emas	28,1	47,8	28,8	32,2	26,5	31,1	12,2	29,2	-56,3%	-60,7%
Lago Sul	0,0	0,0	3,3	0,0	0,0	3,6	3,6	1,5	0,0%	2,8%
Riacho Fundo	11,3	27,5	29,3	7,7	12,5	7,3	11,7	15,1	3,2%	61,4%
Lago Norte	3,0	0,0	2,9	2,8	11,0	2,7	2,6	3,6	-13,4%	-3,1%
Candangolândia	25,1	6,1	47,4	49,2	32,0	13,3	34,6	29,8	37,7%	159,8%
Águas Claras	11,8	21,9	6,7	7,8	7,9	2,0	3,7	8,3	-68,4%	85,2%
Riacho Fundo 2	32,4	13,1	10,1	24,4	9,7	20,6	10,5	16,6	-67,6%	-49,1%
Sudoeste	0,0	0,0	1,9	3,8	0,0	1,9	0,0	1,1	0,0%	-100,0%
Varjão do Torto	66,5	0,0	32,3	33,9	0,0	24,9	13,0	24,8	-80,4%	-47,6%
Park Way	5,1	15,2	0,0	0,0	5,0	0,0	0,0	3,6	-100,0%	0,0%
Estrutural/SCIA	102,7	125,0	91,2	46,3	62,5	44,8	45,2	71,7	-55,9%	0,9%
Sobradinho 2	25,5	9,4	10,3	24,2	19,9	22,5	23,1	19,3	-9,3%	2,7%
Jardim Botânico	4,2	4,1	4,0	0,0	0,0	3,6	0,0	2,2	-100,0%	-100,0%
Itapoã	69,2	41,4	20,1	42,6	44,6	30,9	27,8	38,8	-59,8%	-10,1%
SIA	122,5	180,9	150,2	351,1	50,3	151,0	201,7	171,1	64,6%	33,6%
Vicente Pires	11,8	12,8	8,3	12,4	4,1	11,0	8,2	9,8	-30,4%	-25,2%
Fercal	-	-	47,6	47,9	36,2	60,8	97,9	57,9	0,0%	61,2%
Total	27,7	29,9	25,3	24,3	21,1	19,8	16,1	23,2	-41,7%	-18,6%

**Fontes:** Banco Millenium-GPQD/CCTD/SGI/SSPDF. Estimativas populacionais: 2011, 2013 e 2015 - PDAD/CODEPLAN. Nos demais períodos, as estimativas foram construídas a partir da TMGCA. População total do DF: estimativas populacionais enviadas para o TCU - IBGE: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

**Notas:** Fercal, Candangolândia e SIA possuem populações inferiores a 20 mil habitantes, o que sugere cautela na interpretação das taxas anuais. No caso do SIA, mesmo no agregado das populações entre 2011 e 2017 o número é inferior a 10 mil habitantes. No período, foram registrados 25 homicídios no SIA.

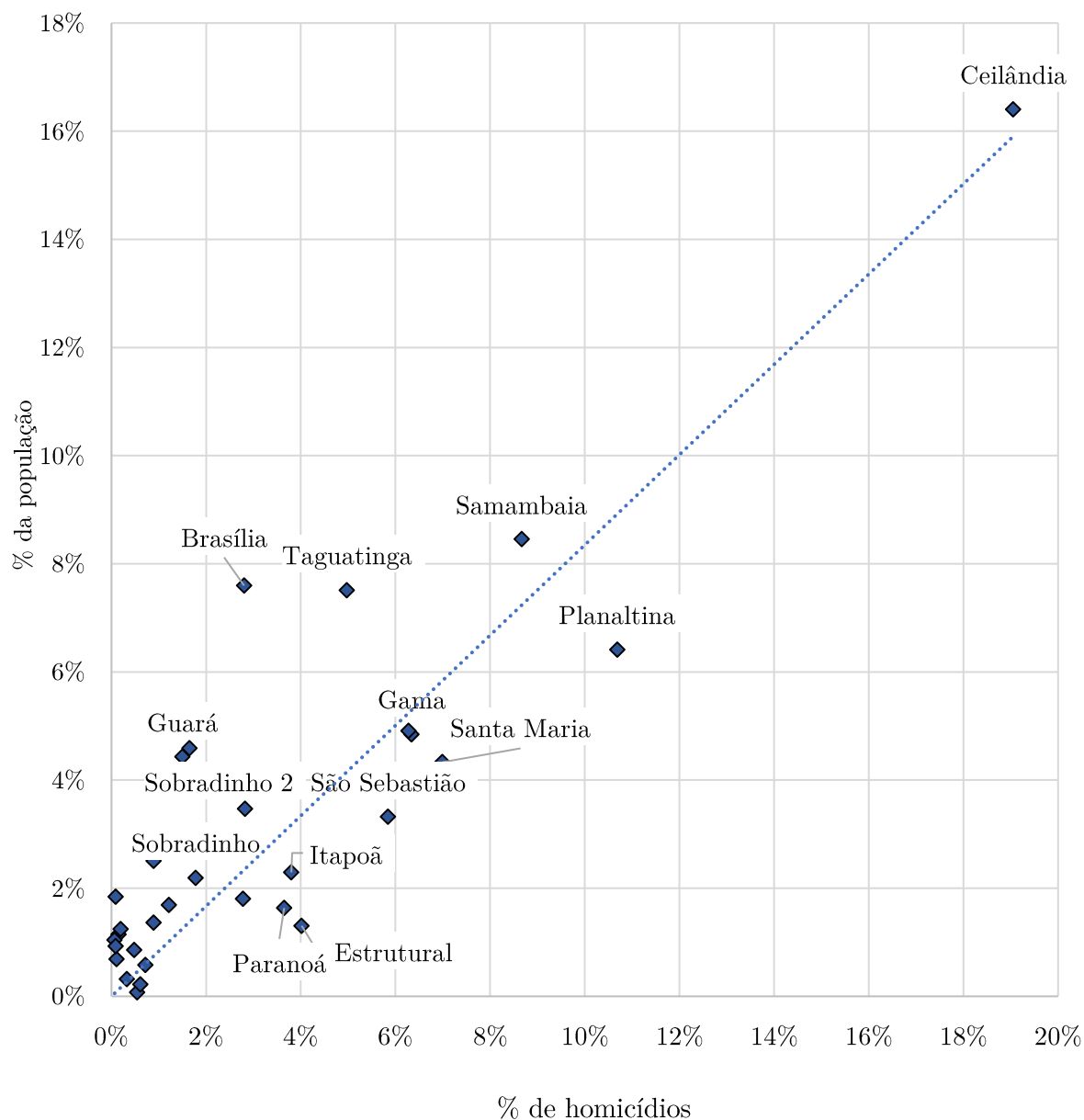


Os homicídios estão concentrados em determinados territórios ao longo do tempo no Distrito Federal. Entre 2011 e 2017<sup>81</sup>, as regiões que concentraram 31,2% da população registraram 51,5% dos homicídios do DF<sup>82</sup>. Essas regiões se encontram abaixo da linha de tendência (em azul) no gráfico 10. Estrutural (2,7), Planaltina (1,9) e São Sebastião (1,8) foram as regiões que concentraram, proporcionalmente, mais homicídios em relação à população no DF em 2017. Nos últimos sete anos, essas regiões se mantiveram dentre aquelas com maior concentração de homicídios: Estrutural (3,1), Paranoá (2,2), São Sebastião (1,8) e Planaltina (1,7).

---

<sup>81</sup> A opção por utilizar o período entre 2011 e 2017 foi uma estratégia para captar o período em que os homicídios registraram queda no Distrito Federal e, além disso, permite a diferenciação dos dados pelo maior número de regiões administrativas. Deve ser lembrado que as últimas regiões criadas e cujos dados estão disponíveis foram a Fercal (2012) e Vicente Pires (2009). De toda forma, a análise da série histórica desde 2000 demonstra a tendência de concentração de homicídios em cidades afastadas do centro da cidade, repetindo aquelas com maior proporção em relação à população.

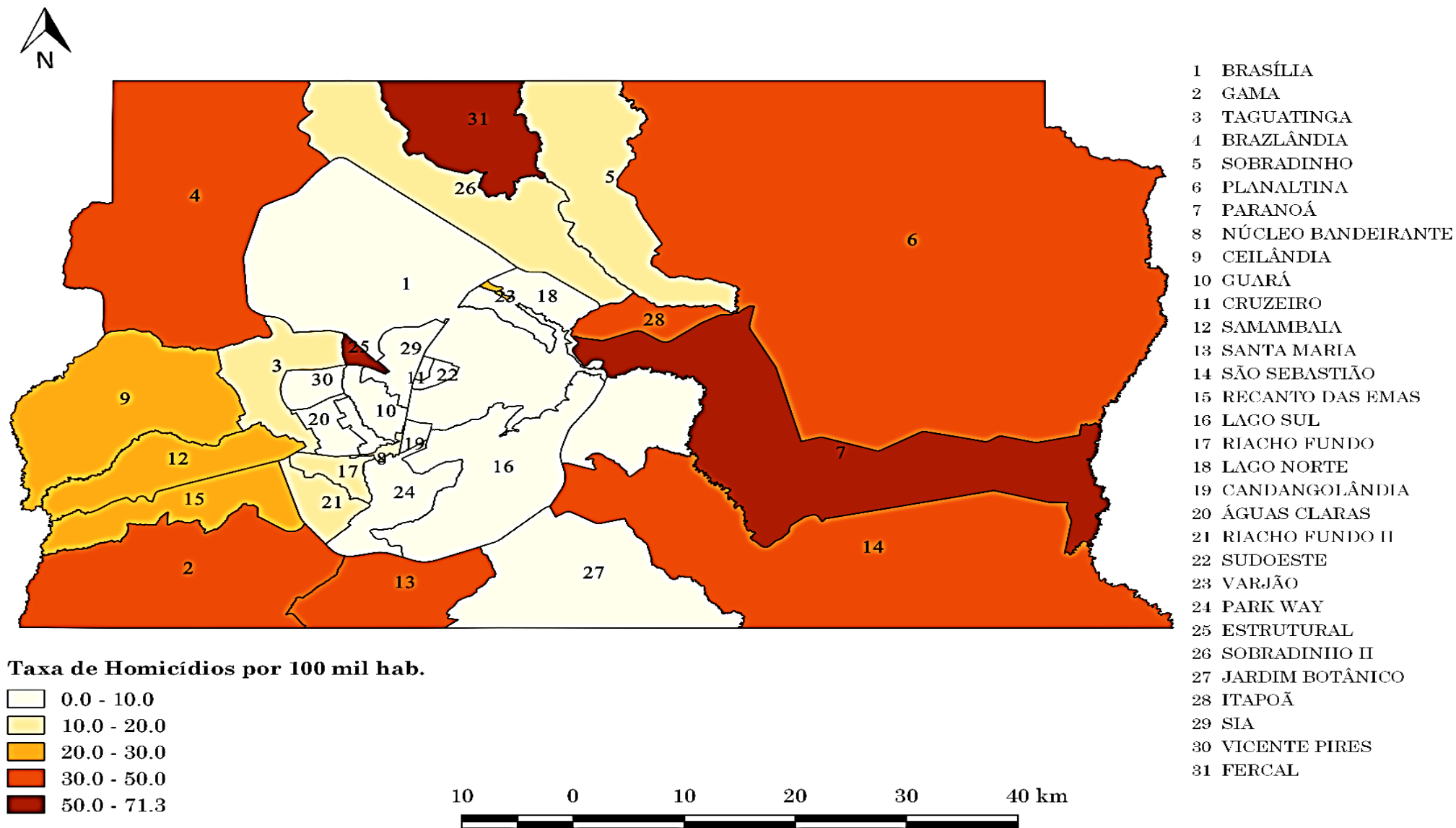
<sup>82</sup> Os dados sobre homicídios não estão disponíveis por unidades geográficas menores, como setores censitários ou blocos de ruas. Entretanto, não parece haver razão para afastar a hipótese da Lei da Concentração de Crimes () para o DF. Segundo esta hipótese, cerca de metade dos crimes de uma cidade estão concentrados em cerca de 4% do território. Grosso modo, esta hipótese é testada a partir da contagem do número de incidentes (dados de vitimização) nas  $N$  áreas geográficas (comumente segmentos de ruas), ao que se segue o cálculo de um parâmetro como a curva de Lorenz, o índice de Gini ou o Poisson-Gamma (para eventos raros como homicídios). A esse respeito, ver WEISBURD, 2015, BRAGA; ANDRESEN; LAWTON (2017), MOHLER et al., (2019), WEISBURD (2018) e WEISBURD; AMRAM (2016).

**Gráfico 10.** Razão entre homicídios e população nas regiões administrativas do DF, 2011-2017

**Fonte:** Banco Millenium-GPQD/CCTD/SGI/SSPDF. Estimativas populacionais: 2011, 2013 e 2015 - PDAD/CODEPLAN. Nos demais períodos, as estimativas foram construídas a partir da TMGCA. População total do DF: estimativas populacionais enviadas para o TCU - IBGE: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

No extremo inferior, as regiões com menor proporção de homicídios em relação à população foram as mesmas em 2017 e no compilado dos últimos 7 anos: Sudoeste, Lago Sul e Jardim Botânico, todas com menos de 0,1 nos dois períodos analisados. Logo, a desigual incidência de homicídios no território do Distrito Federal é duradoura ao longo do tempo e cria uma clivagem espacial que distingue, de um lado, as regiões periféricas e afastadas do centro como sendo as mais violentas, e, de outro, as regiões centrais e menos violentas. O mapa abaixo reproduz a distribuição dos homicídios no DF.

Figura 2. Taxa de homicídios por Regiões Administrativas do DF, 2011-2017



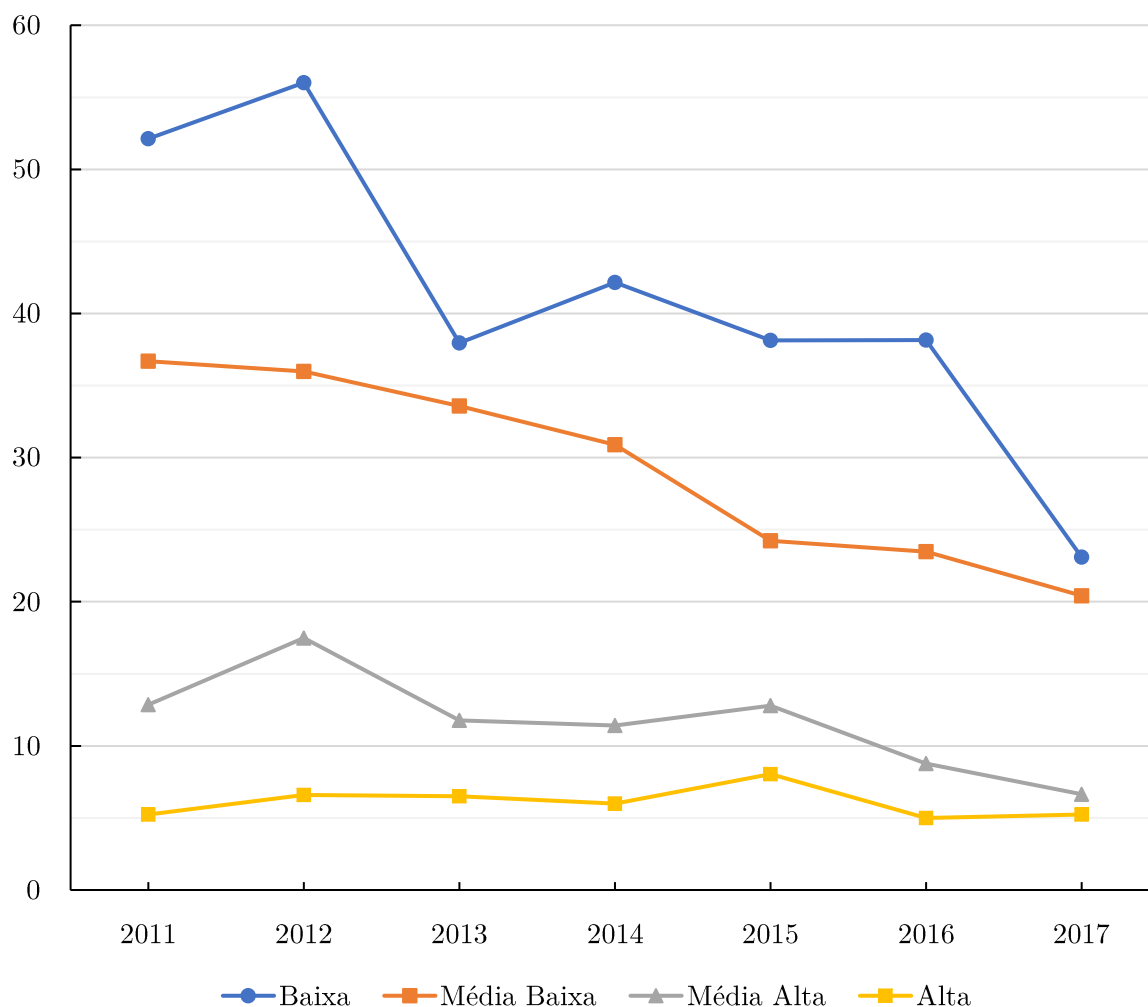
Fonte: Banco Millenium-GPQD/CCTD/SGI/SSPDF. Estimativas populacionais: 2011, 2013 e 2015 - PDAD/CODEPLAN. Nos demais períodos, as estimativas foram construídas a partir da TMGCA. População total do DF: estimativas populacionais enviadas para o TCU - IBGE: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Elaborado pelo autor usando o QGIS 3.4.8.

A redução dos homicídios registrada desde 2012 tem provocado uma pequena desconcentração dos homicídios no DF. A população das regiões com maior proporção de homicídios passou de 30,4% do total, em 2011, para 31,3% em 2017. O percentual de homicídios recuou de 53,7% para 51,7%. Logo, a razão diminuiu em 7%, passando de 1,8 para 1,6 no período. A taxa de homicídios nessas regiões caiu, em média, 52%, de 55,6 para 26,4 mortes. No mesmo período, o DF como um todo recuou 41,7% (ver tabela 6). Assim, em termos espaciais, a tendência de redução dos homicídios tem sido mais intensa nas regiões proporcionalmente mais violentas do Distrito Federal.

As taxas de homicídios impactam diferencialmente os grupos sociais nas regiões administrativas do DF. Organizadas segundo renda<sup>83</sup> per capita mensal, as regiões são caracterizadas por cenários distintos (ver gráfico 11). Dois grupos distintos são formados e consolidados ao longo do tempo. De um lado, estão as regiões de baixa e média baixa renda com as taxas mais elevadas. As regiões de baixa renda registraram uma taxa média de 40,3 nos últimos 7 anos. Isso representa cerca de 6,6 vezes a taxa das regiões de alta renda e 3,5 as de média alta renda. A redução da taxa de homicídios foi mais intensa nas regiões de baixa renda (56%), alcançando o patamar abaixo de 25 mortes. As regiões de média baixa rendas registraram redução de 44% na taxa de homicídios de 2011 a 2017. O novo patamar em que essas regiões se encontravam em 2017 equivale aos números que o DF como um todo registrava há 15 anos.

---

<sup>83</sup> Utilizo as definições descritas na seção 4.2.5 deste capítulo. Ver nota de rodapé nº 72.

**Gráfico 11.** Taxa de homicídios no Distrito Federal, segundo faixas de renda. 2011 - 2017

**Fonte:** Banco Millenium-GPQD/CCTD/SGI/SSPDF. Estimativas populacionais: 2011, 2013 e 2015 - PDAD/CODEPLAN. Nos demais períodos, as estimativas foram construídas a partir da TMGCA. População total do DF: estimativas populacionais enviadas para o TCU - IBGE: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Por outro lado, as regiões de renda mais elevada registraram taxas sempre inferiores a 13 mortes, com exceção de 2012, quando a taxa das regiões de média alta foi de 17,5. A redução da taxa nas regiões de média alta renda foi de 48%, chegando a 6,6 mortes, muito próxima à taxa das regiões de alta renda que se manteve estável no período. Como comparação, se as regiões de renda mais elevadas fossem consideradas como capitais de Estados<sup>84</sup>, teriam registrado uma taxa média de 6,2 homicídios em 2017, o que as aproximaria de São Paulo (6,4) como sendo a capital mais segura do país (FBSP, 2018).

<sup>84</sup> A comparação com municípios não é apropriada em virtude das contagens distintas feitas pelo Ministério da Saúde e as Secretarias de Segurança.

### 3.4 A PESQUISA DISTRITAL DE VITIMIZAÇÃO

As pesquisas de vitimização são desenvolvidas para investigar a quantidade, os tipos e as circunstâncias que envolvem as vitimizações criminais e outros fenômenos relacionados, como medo e insegurança. No caso da Pesquisa Distrital de Vitimização de 2018, foram consideradas as informações de respondentes com 16 anos ou mais. A amostragem da PDV foi representativa para todo o Distrito Federal, tendo sido construída a partir da agregação de setores censitários em torno de unidades espaciais denominadas Unidades Territoriais de Informação em Segurança Pública – as UISPs<sup>85</sup>. Essas unidades de análise socioespacial buscaram captar características mais homogêneas das comunidades locais, a partir de informações sobre a densidade urbana, os limites naturais e a contiguidade em relação à delimitação de regiões administrativas e de setores censitários. Assim, a coleta de informações realizada por outras agências oficiais, como a Codeplan para as RAs e o IBGE para os setores censitários, pode ser utilizada na análise das UISPs.

As informações coletadas em pesquisas de vitimização permitem realizar estimativas sobre o perfil de vítimas, ambientes e horários, além de avaliar o impacto do fenômeno criminal sobre a vida dos indivíduos. Essas informações não são disponíveis em boletins de ocorrência. Tomados em conjunto, os dados de pesquisas de vitimização complementam os dados oficiais e permitem conferir maior precisão aos diagnósticos sobre problemas criminais e, com isso, orientar medidas de intervenção mais eficazes. A PDV 2018 foi realizada entre os meses de setembro e novembro de 2018, tendo sido entrevistadas 5.232 pessoas. Foram consideradas as informações sobre os casos de vitimização dos respondentes, ou seja, as perguntas são do tipo: *Nos últimos 6 meses, você foi vítima de roubo de veículo*. Ao não considerar as experiências dos demais moradores do domicílio, espera-se captar as experiências pessoais e não a vitimização vicária (BORGES, 2013; CARNEIRO, 1999).

#### 3.4.1 Vitimização no Distrito Federal

Considerando os dados de 2018, mais de um quarto da população (25,6%) entrevistada no DF foi vítima de algum crime nos últimos 6 meses. Os dados se aproximaram de estimativas

---

<sup>85</sup> Os critérios metodológicos de criação das UISPs, bem como da amostragem da PDV 2018, serão discutidos no capítulo 4. Por ora, é importante destacar que o conjunto das UISPs é representativo do Distrito Federal, tendo sido composto a partir de 3.877 setores censitários do IBGE. A área média das UISP é de 1,31 km<sup>2</sup> (SSPDF, 2018, mimeo).

anteriores realizadas no DF<sup>86</sup> e no país como um todo. Em 2012, a Pesquisa Nacional de Vitimização estimou que 21% dos entrevistados teriam sido vítimas de crimes em todo o país, sendo que no DF o percentual foi de 20,3% (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012)<sup>87</sup>. Além disso, a prevalência<sup>88</sup> de crimes contra o patrimônio<sup>89</sup> (19,5%) foi superior aos crimes contra a pessoa<sup>90</sup> (10,1%), o que reitera evidências relatadas na literatura nacional (BORGES, 2013; CARNEIRO, 1999) e internacional (LAURITSEN et al., 2012; LAURITSEN et al., 2013). Em 2015, a Pesquisa Distrital de Vitimização questionou sobre incidentes ocorridos nos últimos 12 meses. A prevalência registrada à época foi de 24%, o que demonstrou certa estabilidade ao longo desse curto período.

---

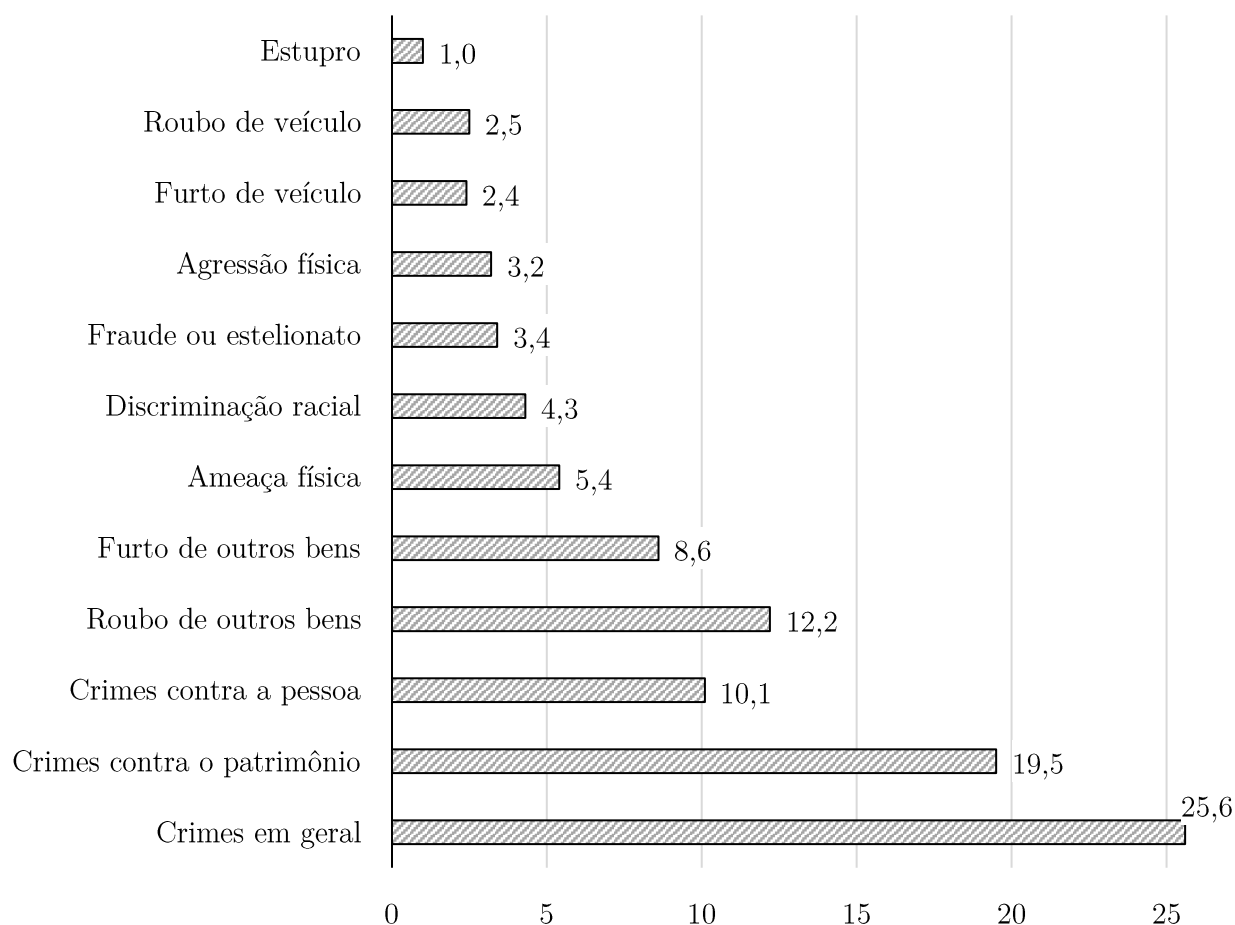
<sup>86</sup> Foram realizadas pesquisas de vitimização em 2015, 2017 e 2018 no Distrito Federal. Alguns critérios metodológicos foram diferentes entre elas.

<sup>87</sup> A comparação entre os resultados das duas pesquisas deve ser realizada com cautela. Houve diferenças entre os questionários e na sequência de questões sobre subnotificação. Enquanto a Pesquisa Nacional questionava sobre a notificação à polícia nos casos de vitimização em perguntas separadas para cada caso, a PDV apresentava as questões sobre notificação nas opções de resposta da vitimização. É possível que essa metodologia possa ter impactado as respostas de forma a aumentar os casos de vitimização em função da “sugestionabilidade” em responder sobre a notificação sequencialmente.

<sup>88</sup> A taxa de prevalência representa o número de pessoas vítimas de pelo menos um crime dividido pela população de interesse nos últimos seis meses. Por sua vez, a taxa de vitimização contabiliza o número de eventos criminais dividido pela população de interesse nos últimos seis meses. Essa distinção é especialmente útil para séries históricas e para a comparação da ocorrência de crimes em determinados grupos. Para mais informações sobre o tema, ver LAURITSEN; CORK (2017) e LAURITSEN; REZEY (2013).

<sup>89</sup> Foram considerados roubos de veículos, roubos de outros bens, furtos de veículos, furtos de outros bens e fraudes ou estelionatos.

<sup>90</sup> Foram consideradas agressões físicas, discriminações raciais, estupros e ameaças.

**Gráfico 12.** Taxa de prevalência criminal no Distrito Federal - 2018

**Fonte:** Pesquisa Distrital de Vitimização (2018). A taxa foi calculada por grupos de 100 entrevistados.

Dentre os tipos criminais analisados, os crimes contra o patrimônio foram os mais frequentes e, dentre estes, os roubos de bens que não os veículos se destacaram. Neste caso, a prevalência foi de 12,2, o que equivale a dizer que de cada 100 entrevistados 12 tiveram algum bem roubado pelo menos uma vez nos últimos seis meses, sem contar os veículos. Esse número foi superior, inclusive, aos casos de crimes contra a pessoa somados (ver gráfico 12). Os furtos de outros bens que não veículos incidiram em 8,6% dos entrevistados. A participação de roubos e furtos de celulares correspondeu a parcela importante desses casos, o que, apesar de não investigado na PDV 2018, foi demonstrado na análise dos dados oficiais (SSP, 2018). Já em relação aos crimes contra a pessoa, a maior prevalência foi de ameaça física. Cerca de 5,4% dos entrevistados relataram casos de ameaças, sendo seguido por discriminações raciais (4,3%), agressões físicas (3,2%) e estupros (1,0%).

As taxas de vitimização e de prevalência criminais são comparadas na tabela 7. A análise dessas medidas é importante na compreensão da incidência e do risco de diferentes tipos de violência de acordo com recortes sociais. Os dados estão organizados por crimes contra o



patrimônio e crimes contra a pessoa, considerando categorias como sexo, faixa etária, cor da pele, escolaridade, estado civil e renda.

Em primeiro lugar, não foram encontradas diferenças significativas<sup>91</sup> quanto ao sexo dos entrevistados tanto em relação à prevalência (homens 20,1% e mulheres 19%) quanto à vitimização (homens - 31,4%, e mulheres - 27%). Logo, o número médio de vitimizações por vítimas, ou seja, a concentração criminal, foi semelhante para crimes contra o patrimônio (homens - 1,56, e mulheres - 1,42) e crimes contra a pessoa (homens - 1,39, e mulheres, 1,37). Quando a análise é conduzida por cada tipo criminal, apenas furto de veículo e ameaças foram significativas ( $p < 0,05$ ) em relação ao sexo com incidência mais pronunciada sobre homens em ambos os casos. Isso equivale a dizer que a frequência obtida variou substancialmente em relação ao esperado considerando o nível de significância de 95% apenas para os casos de furto de veículo e ameaças.

Em segundo lugar, diferenças significativas foram observadas em relação à faixa etária tanto nas taxas de vitimização quanto na prevalência. As categorias de faixa etária funcionaram como dois grupos distintos, sem diferenças significativas nas taxas de prevalência entre si. De um lado, os mais jovens (14 a 24 anos - 22,8, e 15 a 34 anos - 24,0) registraram as taxas mais elevadas. De outro lado, as faixas etárias superiores tiveram as menores taxas: 17,2 - 45 a 59; e 14,0 para aqueles acima de 60 anos. A tendência de oposição entre os dois grupos foi também observada na comparação das taxas de vitimização contra o patrimônio, com a ressalva de que as taxas das faixas superiores não foram significativamente diferentes em relação às demais. Nos dois casos, a faixa etária de 35 a 44 anos não apresentou diferença significativa.

Em relação aos crimes contra a pessoa, os entrevistados mais jovens, na faixa de 14 a 24 anos, apresentaram os riscos mais elevados de serem vítimas, tanto em termos de casos repetidos (vitimização de 20,1%) quanto de apenas um caso (prevalência de 14,5%). As diferenças foram significativas entre os extremos das faixas etárias analisadas, ou seja, de 14 a 24 e acima de 60 anos. A elevada média de vitimizações por pessoa na faixa etária acima de 60 anos (1,52) no caso de crimes contra a pessoa sugere que o padrão de violências sofridas nesta faixa etária foi mais fortemente relacionado à repetição de diferentes tipos de crimes contra a pessoa. Por outro lado, o percentual de vítimas únicas dentre aqueles com menos de 24 anos foi de 20% quase o dobro daqueles com idade acima de 60 anos, que foi de 12%. Além disso,

---

<sup>91</sup> São utilizados, nesta seção, testes de dois passos com o nível de significância 0,05 na comparação entre as proporções das colunas. Os testes são ajustados com a correção Bonferroni em cada subtabela. Assim, sempre que forem citadas diferenças estatisticamente significativas, esses são os referenciais utilizados.

apesar de representarem 19% da amostra, aqueles com idade superior a 60 anos concentraram mais de 24% dos casos com quatro ou mais vitimizações por crimes contra a pessoa.

Em suma, tomados em conjunto, os dados relacionados à faixa etária parecem estar associados aos tipos de violências mais frequentes de acordo com os hábitos e as rotinas das pessoas de acordo com a sua idade. Neste sentido, as hipóteses da teoria das atividades rotineiras (COHEN; FELSON, 1979) podem ser úteis na explicação dessas variações, particularmente em relação aos fatores de exposição (no caso dos mais jovens) e menor capacidade de proteção e proximidade com os agressores (para o caso da faixa etária mais elevada).

**Tabela 7.** Taxas de prevalência e de vitimização para crimes contra o patrimônio e contra a pessoa no DF, por características socioeconômicas - 2018

<i>Características</i>	Crimes contra o patrimônio			Crimes contra a pessoa		
	Vitimização <sup>1</sup>	Prevalência <sup>2</sup>	Concentração <sup>3</sup>	Vitimização	Prevalência	Concentração
<i>Sexo</i>						
Homem	31,4	20,1	1,56	14,8	10,7	1,39
Mulher	27,0	19,0	1,42	13,2	9,6	1,37
<i>Faixa Etária*</i>						
14 a 24 anos	32,0*	22,8*	1,40	20,1*	14,5*	1,38
25 a 34 anos	36,9*	24,0*	1,54	16,5	11,6	1,42
35 a 44 anos	28,8	20,3	1,42	13,7	10,6	1,30
45 a 59 anos	26,3	17,2*	1,53	11,8	8,8	1,33
60 anos ou mais	21,6	14,0*	1,54	8,1*	5,3*	1,52
<i>Estado civil*</i>						
Casado (inclui união estável)	27,8*	18,5	1,50	11,2*	8,1*	1,38
Não-casado	30,1*	20,8	1,44	17,4*	12,8*	1,36
<i>Cor da pele</i>						
Branca	28,6	18,9	1,51	8,9*	6,5*	1,38
Preta	29,5	21,3	1,39	21,2*	17,2*	1,23
Parda	28,5	18,8	1,52	14,0	9,8	1,42
Amarela	29,7*	23,6	1,26	19,4*	12,7*	1,52
Indígena	51,7*	33,3	1,55	35,0*	16,7*	2,10
<i>Renda Mensal<sup>5</sup></i>						
Baixa	25,1	16,9	1,48	15,8	11,6	1,36
Média baixa	32,5*	21,5*	1,51	16,3*	11,1*	1,46
Média alta	25,0	17,4	1,43	11,6	9,2	1,26
Alta	26,9	17,9	1,50	8,0*	6,8*	1,18

**Fonte:** Pesquisa Distrital de Vitimização (2018). As taxas foram calculadas por grupos de 100 pessoas.

**Notas:** <sup>1</sup>A taxa de vitimização contabiliza a razão entre o número de eventos criminais e a população de interesse nos últimos seis meses.

<sup>2</sup>A taxa de prevalência representa a razão entre o número de pessoas vítimas de pelo menos um crime e a população de interesse nos últimos seis meses.

<sup>3</sup>A concentração é calculada a partir da razão entre o número de vitimizações pelo número de vítimas, considerando a população de interesse nos últimos seis meses.

<sup>4</sup>Renda mensal diz respeito à renda per capita média mensal, conforme descrito na seção anterior deste capítulo. Ver a nota de rodapé nº 72.

\*Diferenças significativas em nível de probabilidade de 95% ( $p < 0,05$ ), considerando ao menos uma das demais categorias de referência.

Em terceiro lugar, os solteiros apresentaram taxas de vitimização e prevalência mais elevadas nos dois grupos de crimes em comparação com os casados. No caso dos crimes contra o patrimônio, a taxa de vitimização dos solteiros (30,1%) não foi significativamente diferente em relação aos casados (27,8%). Entretanto, em todos os demais casos, a significância foi observada na diferença entre casados e solteiros. Quanto aos crimes contra a pessoa, esse resultado foi coerente com o esperado a partir dos registros da literatura (BORGES, 2013; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012), particularmente em relação a maior exposição ao risco dos solteiros (COHEN; FELSON, 1979). Contudo, no caso dos crimes contra o patrimônio, esperava-se que os casados fossem as vítimas mais frequentes de crimes, tendo em vista a faixa etária e a maior renda. Uma das possibilidades está relacionada à elevada incidência de roubos de outros bens, categoria em que os celulares se destacam como alvos preferenciais de criminosos. A concentração de crimes revela que as repetições são mais frequentes para os casados do que para os solteiros, o que pode estar relacionado aos tipos preferenciais de crimes associados ao estado civil e às suas diferentes rotinas.

Em seguida, a análise segundo a raça declarada pelos entrevistados indicou uma significativa diferença em detrimento dos pretos em relação aos demais. Considerando que os resultados referentes aos indígenas e aos amarelos foram baseados em números reduzidos de casos (sempre inferiores a 30 ocorrências, ou seja, cerca de 0,5% da amostra), o que sugere possíveis relações espúrias, as taxas de vitimização e prevalência dos pretos foram sempre superiores às demais, sugerindo mais riscos associados a esse grupo social. No caso dos crimes contra o patrimônio, a taxa de prevalência dos pretos (21,3) foi significativamente diferente e superior em relação a brancos e pardos. O mesmo padrão foi observado na taxa de vitimização contra a pessoa dos pretos (21,2%). Como exemplo, nos casos de discriminação racial, a taxa de prevalência dos pretos foi de 11,5%, sendo seguida pelos pardos com 3,6%.

Em relação aos crimes contra o patrimônio, a diferença entre os pretos e os demais foi menor, mas ainda assim os pretos são vítimas mais frequentes de crimes. Apesar de não serem encontradas diferenças significativas, a taxa de prevalência dos crimes contra o patrimônio dos pretos (21,3%) foi superior às demais, o que também ocorre em relação à vitimização (29,5%). A análise da média de vitimizações por vítimas sugere que os pretos concentram menos crimes do que os demais. Como comparação, o percentual de vítimas com apenas uma vitimização por crimes contra o patrimônio dentre os pretos foi de 68%, ao passo que o percentual dentre os brancos foi de 62,8%. Essa diferença foi crescente à medida que o número de vitimizações por vítimas aumentava – por exemplo, o percentual de brancos com duas vitimizações por vítima foi de 1,6%, ao passo que o de negros foi 0,9%. Possivelmente, a explicação está associada à

diferenciação em termos de classe social entre os pretos e os demais, o que se revela particularmente nos crimes contra o patrimônio. Em conjunto, esses dados indicaram um desproporcional risco de vitimização associado à dimensão racial, que teve como vítima mais frequente de crimes os pretos em comparação com as demais raças. A discrepância observada nos crimes contra a pessoa explicita o entrelaçamento entre classe social e raça no contexto brasileiro.

Por fim, a análise quanto à renda revelou dois cenários distintos. Em relação aos crimes contra a pessoa, as regiões de alta renda apresentaram diferenças inferiores e significativas em relação às demais. A taxa de prevalência foi de 6,8% e a de vitimização 8,0%, ambas bastante inferiores às demais regiões. A reduzida concentração criminal (1,18) revelou que além de menos frequentes os crimes contra a pessoa nas regiões de alta renda possuíam menos vítimas repetidas. No sentido oposto, as regiões de média baixa renda concentraram o maior percentual de vitimizações por vítimas (1,46) dos crimes contra a pessoa. Além disso, nessas regiões foram registradas as taxas mais elevadas de vitimização (16,3%). Como comparação, cerca de 48% das vítimas de crimes contra a pessoa na faixa de média baixa renda eram vítimas únicas. Já nas regiões de alta renda esse percentual foi de 73%. Ou seja, a repetição dos crimes contra a pessoa foi significativamente superior nas regiões menos abastadas do DF. Cerca de 6,6% das vítimas de crimes contra a pessoa das regiões de renda média baixa e baixa foram vítimas pelo menos 3 vezes. Nas regiões de renda alta e média alta o percentual foi de 3,4%.

Um dos crimes contra a pessoa que mais se destacou na comparação segundo renda foram os estupros. Cerca de 22,2% dos casos ocorreram nas regiões de baixa renda (sendo que concentram 12,2% da população), com taxa de vitimização de 2,3. Ao passo que as regiões de alta renda registraram 5,5% dos casos (comparando com 14,2% de concentração da população), e taxa de vitimização de 0,2. Ou seja, as chances de vitimização por estupro foram desproporcionalmente maiores em regiões mais pobres, o que revela o impacto de características estruturais nos diferentes territórios e grupos sociais.

O outro cenário se refere aos crimes contra o patrimônio. Dessa vez, as regiões de média baixa renda são a categoria de referência para a diferença superior e significativa em relação às demais. As taxas de prevalência (21,5%) e de vitimização (32,5%) dos crimes contra o patrimônio foram significativamente superiores às demais regiões. Diferentemente do que se poderia supor em relação aos crimes contra o patrimônio, as regiões menos abastadas registraram maior concentração criminal do que as regiões mais ricas. A incidência de furtos e roubos de celulares foi preponderante nessa distribuição. O percentual de vítimas únicas entre as faixas de renda foi muito próximo entre si, girando em torno de 44%. O mesmo se verificou

com o número de repetições de vítimas desses crimes. Nas regiões de baixa e média baixa renda, cerca de 5% foram vítimas pelo menos 3 vezes. Já nas regiões de média alta e alta renda o percentual foi de 5,5%.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto urbano brasileiro está distante de ser uniforme em termos macroestruturais. Os espaços urbanos formam um mosaico de características demográficas, sociais, econômicas e políticas. Tais diferenças interferem decisivamente nos resultados sociais de suas populações. Como essas configurações sociais interferem sobre os comportamentos individuais está dentre os objetivos dos capítulos seguintes. Neste capítulo, discuti a caracterização das diferenças estruturais do DF em relação aos contextos nacional e regional por meio de dados demográficos e criminais. Inicialmente, o Brasil caminha para o estágio mais avançado das transições demográficas. O país deixará de crescer a partir de 2043, segundo estimativas do IBGE. Apesar de serem mais evidentes em escalas mais amplas, as marcações dos momentos demográficos são distintas em níveis regional e local. A diversidade na transição demográfica é marcante entre as regiões, os Estados e os Municípios. As dinâmicas entre fecundidade, mortalidade e migrações não seguem os mesmos padrões ou tendências nos diferentes territórios ao mesmo tempo.

A região Centro-Oeste mais do que dobrou sua participação na população total do país entre 1940 e 2010. A taxa de fecundidade reduziu ao longo do tempo, chegando a 1,8 filhos na região em 2010. A mortalidade infantil também caiu, atingindo 15,9 em 2010. A estrutura etária da população tem seguido o sentido do envelhecimento da população, que chegou a 37% em 2010. Em termos demográfico, é razoável situar o Centro-Oeste em uma posição intermediária em comparação com as demais regiões, se colocando entre o Norte e o Nordeste, de um lado, e o Sul e o Sudeste, de outro. Assim, há uma espécie de clivagem espacial entre as regiões do país em termos demográficos.

O Distrito Federal, por sua vez, tem uma história mais curta e marcada por movimentos migratórios em sua composição populacional. Desde 1960, a estrutura etária da população da nova capital envelheceu, as taxas de fecundidade e de mortalidade infantil reduziram e o crescimento populacional, por conseguinte, também diminuiu. Ainda assim, a taxa de crescimento populacional do DF ainda é superior à média nacional (2,3% contra 1,2%) em 2010.

Nas subdivisões do DF, as discrepâncias se tornaram ainda mais evidentes. Seguindo uma divisão por grupos de renda, as transições demográficas assumiram momentos específicos entre as regiões do DF. Enquanto a mediana da idade nas regiões de alta renda foi de 40 anos em 2015, as regiões de baixa renda registraram 25 anos. Apenas 7% da população de regiões de baixa renda possuía mais de 60 anos, ao passo que esse percentual foi de 25% no extremo oposto

censitário. A clivagem que o Centro-Oeste representou em nível nacional encontrou paralelo em nível local. As regiões centrais e ricas se diferenciaram das periféricas em termos demográficos. Aquelas foram marcadas pelo reduzido crescimento populacional e modificação da estrutura etária com índices de envelhecimento acima de 100%. As regiões pobres ainda têm crescimento populacional ainda acelerado, estrutura etária jovem e índice de envelhecimento muito baixo. As dinâmicas demográficas são distintas entre as regiões do DF e possuem marcas de classe nos espaços físicos da capital.

As dinâmicas criminais também se diferenciaram de acordo com os locais. Os homicídios têm seguido trajetória ascendente em nível nacional desde a primeira metade dos anos 2000. No Centro-Oeste e no DF, as trajetórias oscilaram nesse período, até registrarem tendência de redução desde 2012. A redução no DF foi mais intensa (47,1%) do que a do CO (5,6%) entre 2012 e 2017. Um padrão se estabeleceu na análise dos dados: homens, negros e jovens foram diferencialmente mais impactados pela violência homicida no país, no CO e no DF. O amálgama que aproxima essas características sociais é de difícil definição, mas certamente inclui fatores de múltiplas dimensões.

Em nível local, as diferenças na violência homicida insistem em sobressair. Entre 2011 e 2017, as regiões que concentraram menos de um terço da população registraram mais da metade dos casos de homicídio da capital no período. Por exemplo, a Estrutural teve uma taxa de homicídios média de 71,7 casos por grupos de 100 mil habitantes nesses sete anos. Assim como a Estrutural, outras regiões com números elevados de homicídios registraram tendência de redução no período. Contudo, a concentração dos casos não reduziu no DF. Isso equivale a dizer que mesmo num contexto geral de redução os homicídios continuam sendo mais frequentes nas mesmas regiões que eram há sete anos. Os dados sobre renda completam esse quadro: são as regiões de baixa renda que concentram os homicídios no DF. Por exemplo, a taxa média de homicídios nas regiões de baixa renda do DF foi 6,6 vezes superior à média da taxa das regiões de alta renda na capital. Se as regiões de baixa renda do DF formassem um município, a taxa de homicídios que registraram em 2017 seria equivalente à taxa que o DF como um todo registrou em 2002. Em 2017, a taxa do DF seria cerca de 80% inferior àquela marca.

Os dados da PDV 2018 revelaram um cenário complementar àquele da violência homicida. Cerca que mais de um quarto da população do DF foi vítima de pelo menos um crime nos seis meses anteriores à pesquisa em 2018. Dentre os tipos criminais analisados, os crimes contra o patrimônio foram os mais frequentes. Os homens foram vítimas mais frequentes de crimes contra o patrimônio e contra a pessoa. Os jovens, os solteiros e os pretos foram os



recortes sociais mais frequentes. Quanto à renda, as pessoas de baixa e média baixa rendas foram vítimas mais frequentes de todos os tipos criminais analisados.

Os dados demográficos e criminais permitem a distinção de contextos distintos entre as regiões do país e do DF. O passo seguinte será investigar como as características estruturais são impactadas por dinâmicas sociais em nível local. Esse é o tema dos capítulos seguintes.

## CAPÍTULO 4. APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

### 4.1 INTRODUÇÃO

Esta tese percorreu caminhos metodológicos em muitos casos diferentes daqueles originalmente pensados. Como é comum em pesquisas nas Ciências Sociais, as diferenças entre o projeto de qualificação e o final da tese são marcantes. Em grande medida, essa evolução é esperada (THOMAS, 2006) e este capítulo que ora se inicia é dedicado a apresentar as escolhas metodológicas realizadas neste percurso, inclusive o meu papel como pesquisador na coleta e na análise dos dados (LEVERENTZ, 2014).

Este capítulo está dividido em duas partes. A primeira apresenta a estratégia de pesquisa e, em seguida, discute os dados estatísticos da Pesquisa Distrital de Vitimização realizada entre 2017 e 2018. São apresentadas informações sobre a amostragem utilizada na PDV, assim como os critérios de correção amostral. Em seguida, discuto as etapas de identificação de dados perdidos e os critérios adotados para as imputações realizadas no banco de dados. A organização das variáveis dependentes e independentes é o tema da seção seguinte, em que apresento as motivações teóricas e as operações estatísticas para construção das medidas. Por fim, demonstro os modelos estatísticos utilizados nos modelos de eficácia coletiva e de cinismo legal.

A segunda parte deste capítulo é dedicada às entrevistas e aos grupos focais. Inicialmente, apresento as etapas iniciais do trabalho de campo na Estrutural, enfatizando as escolhas que levaram aos recortes que utilizo na tese. Os objetivos por trás da seleção dos interlocutores e os critérios de análise dos dados são o tema da seção seguinte. Por fim, apresento o sumário das variáveis analisadas a partir das entrevistas e dos grupos focais.

## 4.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Esta tese foi construída a partir de uma abordagem multimétodos, que envolveu técnicas quantitativas e qualitativas de pesquisa. A pergunta central desta tese foi: *como os efeitos vizinhança impactam a variação da incidência criminal no Distrito Federal?*

A partir da discussão teórica da eficácia coletiva, foram apresentadas as seguintes questões adicionais:

I) *A variação da incidência de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio é significativa entre as vizinhanças do DF?*

II) *As diferenças na variação da incidência de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio estão relacionadas às condições estruturais das vizinhanças do DF?*

III) *As diferenças na variação da incidência de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio estão relacionadas a características das configurações sociais das vizinhanças do DF? Se sim, quais os efeitos sobre o impacto das características estruturais sobre a incidência criminal?*

IV) *Quais são as relações entre as características estruturais e as configurações sociais no DF?*

V) *Como compreender o paradoxo entre controle social informal e coesão social a partir das interações sociais em vizinhanças do DF?*

Logo, a complementaridade entre as diferentes abordagens metodológicas se dedica a oferecer evidências às respostas dessas questões. Nas seções seguintes, detalho as abordagens quantitativa e qualitativa.

## 4.3 ABORDAGEM QUANTITATIVA

### 4.3.1 A Pesquisa Distrital de Vitimização - PDV

A Pesquisa Distrital de Vitimização foi realizada no período de junho a dezembro de 2018<sup>92</sup> com representatividade por Unidades Territoriais de Informações em Segurança Pública – as UISPs, e Regiões Administrativas. A PDV foi composta por um questionário composto

---

<sup>92</sup> Para a realização das entrevistas, foi contratada empresa especializada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal - SSPDF. A aplicação dos questionários era supervisionada pelos profissionais da Subsecretaria de Gestão da Informação da SSPDF. Foram realizadas checagens aleatórias sobre a qualidade dos dados. Sobre as informações de divulgação da pesquisa, ver: <http://www.ssp.df.gov.br/pesquisa-distrital-de-seguranca-publica-2/>, acesso em 23 de janeiro de 2019. Após a realização do tratamento dos dados, foram excluídos casos e o banco utilizado contou com 4.961 respondentes.

por 158 questões objetivas, divididas em 10 blocos, totalizando 5.232 respondentes<sup>93</sup>. Dentre as questões apresentadas, estavam informações socioeconômicas, como idade, cor e raça, escolaridade, renda e religião, além de perguntas sobre vitimização criminal, os locais onde ocorreram, assim como quando (últimos 6 meses) e qual era o perfil do agressor. Os crimes analisados foram de 10 naturezas distintas: roubo de veículo, furto de veículo, roubo de outro bem, furto de outro bem, agressão física, acidente de trânsito, violência sexual, discriminação racial, fraudes ou estelionatos e ameaças. Juntam-se a esses dados, questões sobre percepção de segurança e seus impactos no comportamento dos entrevistados e informações relativas à atuação das polícias, como a avaliação do trabalho e vitimizações cometidas por policiais. Foram também coletadas informações sobre as condições de vida na vizinhança, com questões relativas à coesão social, formas de organização e moralidade sobre violências, além da confiança em instituições, como igreja, forças armadas, poderes legislativo e judiciário, além de prisões, polícias e bombeiros.

A amostragem da pesquisa foi construída pela CODEPLAN segundo critérios de estratificação em múltiplas etapas com possibilidade de substituição durante a visita do pesquisador. Foram estabelecidas 88 UISPs<sup>94</sup> como unidades de agregação. As UISPs foram definidas a partir de agregações de setores censitários, tendo como referência a base cartográfica do IBGE disponível para 2017. Na construção dos limites das UISPs, foram considerados os limites naturais, a densidade e a homogeneidade urbanas, além das áreas das regiões administrativas<sup>95</sup>. Dessa forma, a agregação das UISPs compôs “grupos” de entrevistas representativas de Regiões Administrativas.

### 4.3.2 Dados perdidos

O problema dos dados ausentes é uma questão recorrente na análise de dados estatísticos. As opções sobre como lidar com os dados ausentes são amplamente discutidas na literatura (ENDERS, 2010; LITTLE; RUBIN, 2014; SCHAFER; GRAHAM, 2002). Dentre as alternativas disponíveis, a eliminação dos casos com um ou mais valores ausentes nas variáveis de análise (*listwise*) é a opção utilizada como padrão pelos softwares estatísticos. Apesar de conveniente, a exclusão de todos os casos comumente não é possível por implicar em perdas

---

<sup>93</sup> O questionário da PDV está disponível no Anexo I.

<sup>94</sup> Conforme será detalhado adiante, após o tratamento dos dados, foram excluídos casos e o número de UISPs efetivamente utilizado foi de 77.

<sup>95</sup> Essas informações estão em documento produzido pela Subsecretaria de Gestão da Informação da SSP. A versão disponibilizada foi uma cópia impressa.

substanciais de informações sobre a realidade estudada. Outra opção é a análise de dados disponíveis, chamada de exclusão *pairwise*, que utiliza as informações dos dados disponíveis sem dispensar as observações com dados faltantes. Ainda assim, há o revés de serem consideradas apenas as informações dos dados existentes no cálculo de variâncias e correlações. Outras opções estão disponíveis, como a imputação pela média, por regressão e utilizando a última observação realizada (LOCF). Essas opções se baseiam na utilização de referenciais para estimar as respostas ausentes. Por exemplo, no caso da imputação pela média, é utilizado o valor médio das observações existentes, de acordo com definições adotadas pelo pesquisador como subgrupos, para estimar os dados ausentes. Os problemas mais comuns nesses casos são a subestimação da variância, o enviesamento na relação entre as variáveis e a inflação de erros do tipo I e II (ENDERS, 2010).

Um dos modelos mais utilizados para contornar essas limitações é a imputação múltipla (RUBIN, 1987). Desde sua proposição por Donald Rubin, o modelo tem sido discutido e aperfeiçoado em contextos específicos como na psicologia (SCHAFER; GRAHAM, 2002), na saúde pública (RAGHUNATHAN, 2004) e na sociologia (ALLISON, 2000), além das revisões no campo da estatística propostas pelo próprio Rubin (RUBIN, 1996). A imputação múltipla tem como pressupostos a aleatoriedade no mecanismo de ausência dos dados e a existência de correlação entre as variáveis imputadas e as covariáveis utilizadas no modelo de imputação.

Em termos gerais, a imputação múltipla é iniciada com a identificação do padrão de ausência de dados. Esse padrão pode ser totalmente ao acaso (MCAR), ao acaso (MAR) e não-aleatório (NMAR). Raramente o padrão dos dados é definido como totalmente ao acaso, sendo mais recorrentes os casos de dados ao acaso que não utilizam o mecanismo de não-resposta, algo que na maioria dos casos não se conhece<sup>96</sup>. Com isso, o modelo de imputação é construído. Recomenda-se a utilização de todas as covariáveis a serem utilizadas nos modelos de estimação, além das variáveis associadas com os dados perdidos e aquelas que sejam preditoras (correlacionadas) com as variáveis com dados perdidos (BUUREN; GROOTHUIS-OUUDSHOORN, 2010). Além disso, autores sugerem que não sejam incluídas preditoras com dados ausentes nos modelos (ALLISON, 2000; STATA CORP, 2013).

---

<sup>96</sup>O mecanismo de não-resposta é o resultado de uma análise que estabelece as motivações que levaram à ausência de dados, o que permite estabelecer um padrão de funcionamento para o banco de dados. Por exemplo, em pesquisas sociais, as questões relacionadas aos valores dos rendimentos familiares mensais costumam apresentar percentuais de dados ausentes mais elevados do que as demais variáveis. Isso pode estar relacionado à vexação ou mesmo ao sentimento de privacidade em não revelar dados pessoais. Sem a definição da motivação e o padrão de funcionamento nas respostas na população estudada, é impossível definir o mecanismo de não-resposta.

O mecanismo de funcionamento da imputação múltipla consiste na criação de um número  $m$  de conjuntos de dados imputados que serão analisados separadamente e, depois, agrupados para compor um banco de dados com os resultados finais estimados (RUBIN, 1987). Essas são as chamadas regras de Rubin. O número de imputações ( $m$ ) é de acordo com as frações de dados ausentes nas variáveis a serem estimadas. O principal problema de serem utilizados números reduzidos de imputações é a inflação do intervalo de confiança das estimativas e a consequente redução do poder das análises (GRAHAM et al.; 2007). Segundo Jansen et al. (2006), a imputação múltipla é eficaz com valores a partir de 3 imputações. Já White et al. (2011) argumentam que o número de imputações deve ser igual ao percentual de casos incompletos na base de dados. Por fim, o manual do Stata recomenda pelo menos 20 imputações (STATACORP, 2013) para cada um dos níveis de agregação (DE LEEUW; MEIJER, 2008; MAAS; HOX, 2005).

A análise e o agrupamento dos conjuntos das estimativas dos parâmetros utilizaram fórmulas que levam em consideração a variância dentro das imputações e a variância entre as imputações. Em relação à variância entre as imputações, a fórmula foi definida como a média aritmética das  $m$  variâncias amostrais descritas como:

$$\bar{U} = \frac{1}{m} \sum_{i=1}^m \hat{U}_i$$

em que  $\hat{U}_i$  representa a variância do  $m$ -ésimo conjunto dos dados imputados (STATACORP, 2013).

Já a variância entre as imputações pode ser descrita a partir da fórmula:

$$T = \bar{U} + \left(1 + \frac{1}{m}\right) B$$

sendo que  $B$  é obtido pela fórmula:

$$B = \frac{1}{m-1} \sum_{i=1}^m (\hat{Q}_i - \bar{Q})^2$$

Tomadas em conjunto, as fórmulas indicam a variabilidade de uma estimativa em relação a todas  $m$  imputações. Observa-se que  $\left(1 + \frac{1}{m}\right)$  representa a correção para o conjunto de números infinitos de imputações (STATACORP, 2013). A fórmula indica a relevância do número de imputações ( $m$ ) sobre o conjunto da variância entre as imputações. Ao cabo, a indicação do número de imputações que represente o percentual de dados perdidos é a busca por uma matriz de variância-covariância válida.

O incremento na variância das estimativas é apresentado no *output* dos cálculos realizados no software estatístico. No caso do STATA 14.2, as estatísticas utilizadas são o VIF e o RVI. O VIF (*variance inflation fator*) representa o incremento na variância e comumente vem associado à medida de tolerância, obtida pela razão do VIF tendo 1 como numerador. A literatura registra como referência que VIF superiores a 10 são preocupantes (HAIR et al., 2009; TABACHNICK; FIDELL, 2012). O VIF é, ainda, um dos referenciais para a indicação de multicolinearidade entre as variáveis incluídas no modelo.

O RVI (*relative variance increase*) está associado a casos de não-resposta imputados sobre a variável dependente. O aumento da variância ocorre pela perda de informação derivada da não-resposta. Como referencial, quanto menor o RVI, menor é o efeito dos dados perdidos sobre a variância das estimativas encontradas nos modelos analisados.

#### 4.3.2.1 O método MICE

O método MICE – *multivariate imputation using chained equations*, é um algoritmo desenvolvido para a realização de imputações de dados multivariados a partir do método da cadeia de Markov Monte Carlo (MCMC). São utilizadas as informações do conjunto de todos os dados imputados na estimação dos modelos, ou seja, todas as variáveis a serem incluídas nos modelos (inclusive aquelas que serão imputadas) são utilizadas na imputação das demais variáveis. O algoritmo é um amostrador Gibbs que consiste numa técnica de simulação Bayesiana que amostra as distribuições condicionais a fim de obter a distribuição do conjunto dos dados (PLUMPTON et al., 2016; WHITE et al., 2011). O método é recomendado para conjuntos de dados com um percentual de dados perdidos de 10% ou mais (NEWMAN, 2014).

Como método de estimação, o MICE busca que os modelos sejam estimados de forma mais eficiente e menos enviesada do que outros modelos como o de dados completos (WHITE et al., 2011). Uma das características do MICE é sua capacidade de estimar diferentes tipos de variáveis (contínuas, categóricas, ordinais etc.) com distribuições também diversas (poisson, linear, binomial). Além disso, o método reduz da subestimação da variabilidade amostral, tendo em vista que a cada iteração o modelo seja ajustado segundo o procedimento bayesiano envolvido.

O método MICE funciona por meio de iterações. Iniciando pela variável com menor número de dados ausentes, o modelo de imputação segue sendo realizado com as variáveis completas. Em seguida, a próxima variável com menos dados perdidos é estimada a partir das variáveis completas e os valores estimados na iteração anterior. O ciclo é completado quando todas as variáveis são estimadas pela *enésima* vez definida no modelo. O conjunto de dados é

salvo a cada  $n$  ciclos de estimação. O número de ciclos também é definido previamente no modelo (Rubin, 1987).

O primeiro critério utilizado na análise dos dados perdidos foi o número de observações por unidades de agregação, as vizinhanças. A literatura indica um número mínimo de 20 observações por unidade de agregação em dados hierárquicos em pesquisas em Ciências Sociais (CHOUHY, 2016; MAAS; HOX, 2005; PEUGH, 2010; SAMPSON; RAUDENBUSH, 1999; VILLARREAL; SILVA, 2006; WOLTMAN et al., 2012). Sendo assim, considerando as entrevistas ponderadas pelo peso amostral, não foram consideradas as observações do Park Way, Fercal e Varjão. Além disso, foram realizadas modificações nas UISPs da Candangolândia, Jardim Botânico, Lago Sul, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo I, de forma a aglutiná-las para atingir o número mínimo de observações por vizinhança. Com efeito, foram consideradas 77 vizinhanças com um mínimo de 60 e o máximo de 525 entrevistas em cada. A estratificação do banco de dados utilizado na análise foi a seguinte:

**Tabela 8.** Descrição da estrutura do banco de dados da PDV 2018

Região Administrativa	Nº de UISPs	Nº de entrevistas
Brasília	3	253
Gama	4	180
Taguatinga	8	360
Brazlândia	2	125
Sobradinho	2	228
Planaltina	4	206
Paranoá	1	178
Núcleo Bandeirante	1	192
Ceilândia	5	525
Guará	7	289
Cruzeiro	1	60
Samambaia	4	215
Santa Maria	4	174
São Sebastião	3	110
Recanto das Emas	4	170
Lago Sul	2	137
Riacho Fundo I	2	201
Lago Norte	1	109
Candangolândia	1	254
Águas Claras	4	167
Riacho Fundo II	2	78
Sudoeste/Octogonal	2	156
Estrutural/SCIA	1	102



Sobradinho II	2	78
Jardim Botânico	2	165
Itapoã	1	101
Vicente Pires	5	148
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>4.961</b>

Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018.

A análise do padrão de dados perdidos foi realizada após a composição das variáveis de interesse (latentes). Com isso, o percentual de dados perdidos foi inflado em virtude da utilização de casos com dados perdidos e não após a imputação desses casos. Essa decisão foi motivada pelo elevado número de preditores nas equações de imputação quando os itens dos construtos eram considerados isoladamente. Como exemplo, as variáveis relacionadas ao cinismo legal eram compostas por 25 itens, tendo sido reduzidas a quatro variáveis latentes. Já as variáveis relacionadas à eficácia coletiva eram compostas por 11 itens e foram reduzidas a duas variáveis latentes.

Os principais problemas relacionados à utilização das variáveis antes da composição dos construtos são a impossibilidade de convergência (principalmente no caso de variáveis categóricas) e o elevado tempo de processamento. O modelo com todos os preditores não convergiu, tendo sido interrompido após 49 horas de processamento<sup>97</sup>. Sendo assim, adotei procedimentos relatados na literatura a fim de viabilizar as imputações (GRAHAM, 2008; PLUMPTON et al., 2016). Nesse sentido destaco as orientações de Graham:

O problema em utilizar essa estratégia é como lidar com os dados parciais na escala. Schafer & Graham (2002) sugeriram que construir uma escala baseada em dados parciais pode causar problemas em algumas situações, mas pode ser aceitável em outras. Na minha experiência, construir uma escala baseada em dados parciais é aceitável (a) se uma proporção relativamente alta das variáveis é utilizada para compor a escala (e nunca inferior à metade das variáveis), (b) quando as variáveis são consistentes com o campo de amostragem do modelo (Nunnally, 1967) e (c) quando as variáveis possuem um alpha de Cronbach relativamente alto<sup>98</sup>. Graham (2008, p. 565).

<sup>97</sup> Considerando um computador com desempenho médio: Intel i7, 3.6GHz, 16 Gb RAM.

<sup>98</sup> Tradução do original: The problem with using this strategy is how to deal with the partial data on the scale. Schafer & Graham (2002) suggested that forming a scale score based on partial data can cause problems in some situations but may be fine in others. In my experience, forming a scale score based on partial data will be acceptable (a) if a relatively high proportion of variables are used to form the scale score (and never fewer than half of the variables), and (b) when the variables are consistent with the domain sampling model (Nunnally 1967), and (c) when the variables have relatively high coefficient alpha. N.T.

Além disso, utilizei os passos sugeridos por Plumpton et al., (2016) quanto à inclusão das escalas estimadas como itens a serem imputados e componentes da própria escala como preditores sempre que não redundassem em predições perfeitas (STATA CORP, 2013). Além disso, optei por incluir os pesos amostrais como covariáveis (WULFF; EJLSKOV, 2017). O número de imputações no banco de dados utilizado nas análises foi 20, tendo em vista o maior percentual de dados faltantes registrados na base de dados – desvantagens concentradas – (WHITE et al., 2011) e o número mínimo de imputações segundo o modelo MICE (STATA CORP, 2013). Como exemplo, as análises foram realizadas com o banco de dados acrescido de 20 conjuntos de observações, o que totalizou mais de 67 mil observações.

#### 4.3.2.1.1. O padrão de dados perdidos

A maioria das variáveis de interesse registraram dados perdidos (ver tabela 9 abaixo). Com exceção de sexo, faixa etária, região administrativa e UISP, todas as demais variáveis estavam incompletas. Não houve dados perdidos nas variáveis dependentes. Seguindo as orientações de Hair et al., (2009) e Tabachnick e Fidell (2012), foram analisados os padrões de dados perdidos por meio das correlações entre os dados ausentes das variáveis de interesse e o percentual dos dados perdidos por observações, além da distribuição desses dados nas variáveis de interesse. As variáveis com percentuais de dados perdidos superiores a 10% poderiam apresentar problemas aos modelos (HAIR et al., 2009; TABACHNICK; FIDELL, 2012), o que foi o caso das variáveis desvantagens concentradas (ver tabela 9). No caso das desvantagens concentradas, o percentual registrado era esperado em virtude da relutância em responder questões sobre renda, conforme registrado em pesquisas sobre renda e desigualdade social (BAGOLIN et al., 2016; BENDER FILHO et al., 2010). Considerando as 28 variáveis de interesse, 6 observações apresentaram dados perdidos em todas as variáveis. Essas observações não foram consideradas nas estimações dos modelos desta tese.

**Tabela 9.** Descrição dos dados perdidos das variáveis de interesse da PDV 2018

Variável <sup>1</sup>	Dados Perdidos	% de Dados Perdidos
Cor da Pele	35	0,71
Estado Civil	14	0,28
Frequência religiosa	14	0,28
Desvantagens Concentradas	860	17,34
Instabilidade residencial	136	2,74
Presença da polícia militar	5	0,10
Presença de gangues	7	0,14
Violência policial	11	0,22

Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018.

**Nota:** <sup>1</sup>Os dados são relativos às variáveis em nível individual. Ver seção 5.2.4.

Em virtude da modelagem de dados hierárquicos, analisei ainda os percentuais dos dados perdidos das variáveis de interesse por UISPs e RAs. Os resultados não indicaram um enviesamento na aplicação dos dados e a consequente implicação de conclusões espúrias para as unidades de agregação. Não houve concentração de casos perdidos superior a 4% em nenhuma UISP. Sendo assim, optei por não realizar exclusões de novas observações, a fim de manter o maior número possível de informações. A base utilizada passou a contar com 4.961 observações, distribuídas em 77 UISPs. Em média, 64,4 pessoas foram entrevistadas em cada UISP. O número mínimo de observações por UISP foi de 23 e o máximo 254 (SNIJDERS; BOSKER, 1993). Todas as análises utilizaram o peso amostral como forma de correção.

#### 5.3.2.2 Os resultados das imputações

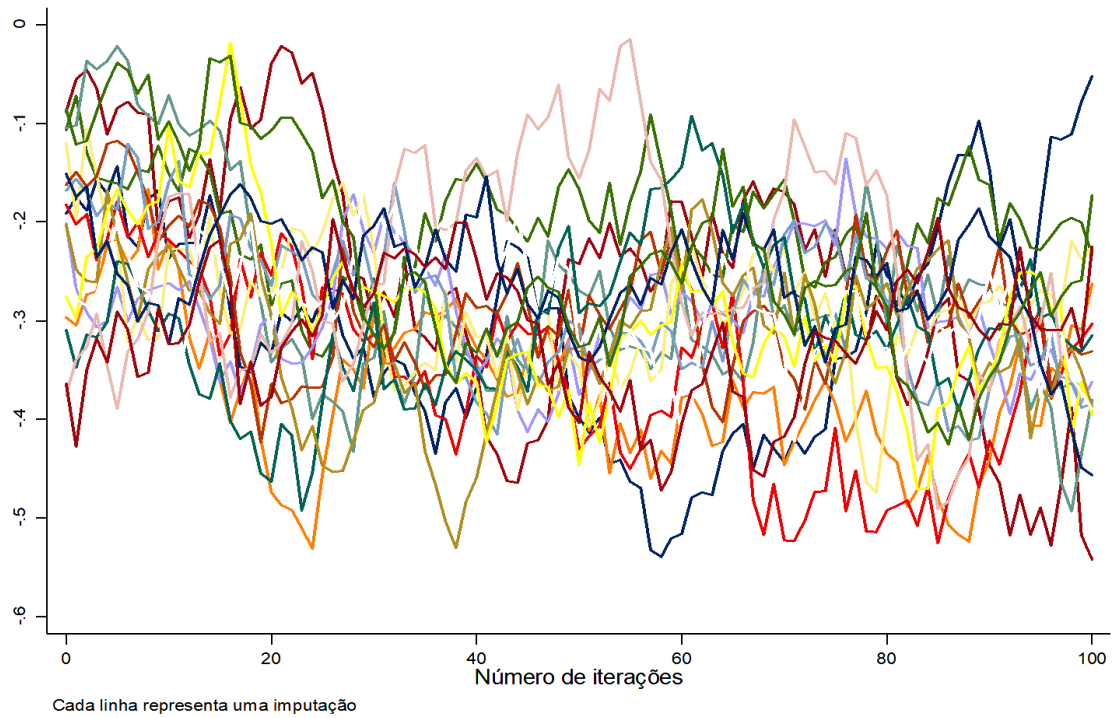
Os resultados das imputações também foram analisados quanto à convergência das iterações. Como o modelo MICE opera por meio de iterações que levam em consideração os dados completos e os valores já imputados, as possibilidades de erros de convergência são consideráveis em modelos mais complexos. Não foi o caso da base de dados analisada, tendo sido possível convergir para a estimação dos dados ausentes. Foi utilizada a sintaxe dos comandos *mi impute chained*, com os respectivos métodos aplicáveis a cada tipo de variável<sup>99</sup>, do software STATA 14.2. O tempo de processamento foi de pouco mais de uma hora.

Os dados foram comparados os valores estimados de cada uma das variáveis com dados perdidos e os valores efetivamente observados. Esse procedimento é recomendado para identificar se os dados imputados não divergem sobremaneira dos dados observados, particularmente em casos em que o percentual de dados perdidos não é elevado, por exemplo, inferior a 50% (GRAHAM, 2008). As imagens abaixo demonstram, para a variável com maior percentual de dados perdidos (desvantagens concentradas0 as médias e os desvios-padrão dos valores imputados.

---

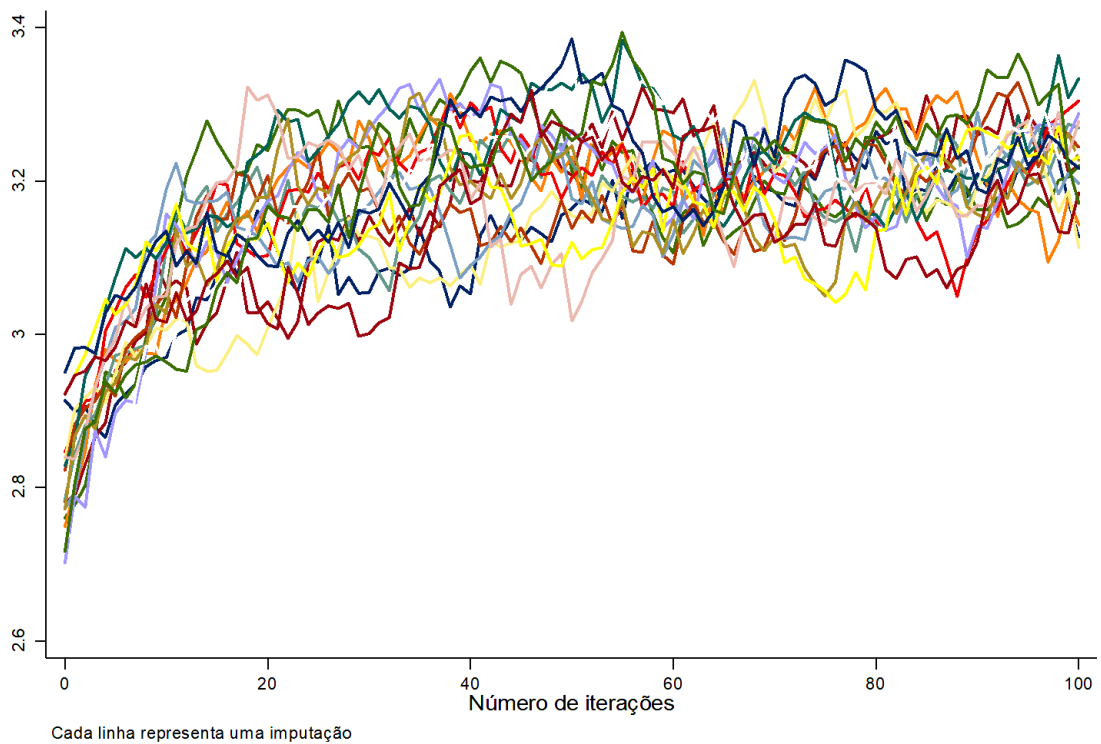
<sup>99</sup> Os métodos levam em consideração a distribuição das variáveis segundo o seu tipo, como contínuas (regressão e regressões binomiais negativas), binárias (regressões logísticas), categóricas (regressões logísticas ordinais e multinomiais e ainda a Poisson). Para mais detalhes, ver Statacorp (2013).

**Figura 3.** Média dos valores imputados de desvantagens concentradas em nível vicinal



Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018.

**Figura 4.** Desvio-padrão dos valores imputados de desvantagens concentradas em nível vicinal

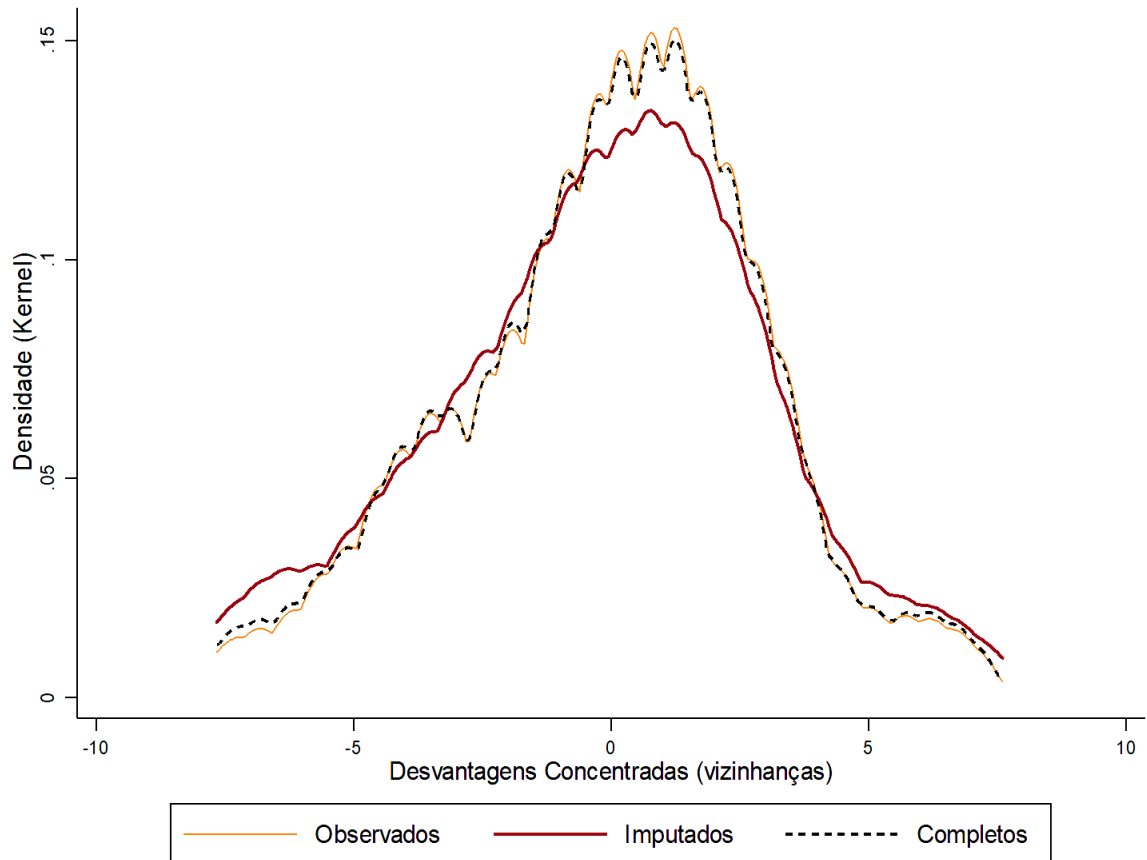


Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018.

Como se observa, o processo de convergência ocorreu de forma satisfatória. Não são observadas variações acentuadas nos valores da variável ao longo das simulações. Os intervalos foram de -0,55 e -0,02 para a média e de -2,7 e -3,4 para o desvio-padrão. Ou seja, a variação entre as iterações foi em torno de 0,35 no valor da média e de 0,7 no valor do desvio-padrão da variável desvantagens concentradas, justamente a que possuía o maior percentual de dados perdidos. Essas análises foram conduzidas com todas as variáveis imputadas e não foram observadas diferenças significativas entre os dados analisados.

Além disso, é importante considerar as variações em relação aos dados efetivamente observados. Não há uma forma única na literatura indicando referenciais de qualidade das imputações (SSCC, 2018). Entretanto, são sugeridas estratégias como: comparação das tabelas de frequências para variáveis binárias e categóricas; comparação das médias e dos desvios-padrão para as variáveis contínuas; comparar o formato das distribuições. Logo, foram realizadas as três estratégias para todas as variáveis analisadas. Não foram encontrados indícios de variações espúrias durante as estimações. Como exemplo, a imagem abaixo demonstra as frequências com as distribuições dos dados completos, imputados e apenas observados da variável desvantagens concentradas. É possível observar a proximidade entre as linhas que representam os dados observados e os completos. Já os imputados apresentam poucas diferenças (0,023, no máximo) em relação aos demais, sobretudo no centro.

**Figura 5.** Comparativo das distribuições de dados imputados, observados e completos da variável desvantagens concentradas



Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018.

As estatísticas descritivas dos dados completos estão na tabela 10 e as correlações entre as variáveis na tabela 11. Não houve oscilações importantes entre as estatísticas descritivas dos dados observados e aqueles imputados (EDDINGS; MARCHENKO, 2012). A maior diferença foi na média das variáveis instabilidade residencial (-0,04) e desvantagens concentradas (+0,1), ambas nas vizinhanças.

**Tabela 10.** Estatísticas descritivas das variáveis imputadas

Variável	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo	Obs.
<i>Variáveis Dependentes</i>					
Vitimização contra pessoas	0,18	0,39	0	1	4961
Vitimização contra patrimônio	0,10	0,30	0	1	4961
<i>Variáveis independentes – Nível 1</i>					
Sexo (ref. Homem)	0,47	0,50	0	1	4961
Faixa etária (ref. Jovem)	0,19	0,39	0	1	4961
Estado Civil (ref. Casado)	0,47	0,50	0	1	4961
Cor da pele (ref. Preto)	0,16	0,37	0	1	4961
Frequência religiosa (ref. Baixa)	0,40	0,49	0	1	4961
Desvantagens Concentradas	0,03	0,97	-4,02	3,60	4961
Coesão social	0,00	0,98	-1,65	3,47	4961
Controle social informal	0,00	1,02	-2,66	2,18	4961
Cinismo legal	-0,01	1,01	-1,45	4,99	4961
Incivilidades	-0,02	1,01	-3,11	3,53	4961
Desordens físicas	-0,02	1,02	-2,51	3,66	4961
Comércio informal	-0,01	1,02	-2,35	3,74	4961
Instabilidade residencial	-0,02	0,97	-1,03	2,93	4961
Presença de gangues	-0,01	1,03	-2,09	3,25	4961
Violência policial	-0,02	1,02	-1,31	4,51	4961
Presença da polícia militar	0,00	0,93	-1,94	5,63	4961
Avaliação dos serviços públicos	0,01	0,96	-3,27	4,19	4961
Satisfação com as polícias	0,01	1,01	-2,88	2,55	4961
<i>Variáveis independentes - Nível 2</i>					
Desvantagens Concentradas	0,11	0,97	-2,61	2,59	77
Coesão social	-0,01	0,99	-0,92	2,81	77
Controle social informal	0,02	1,02	-1,60	1,27	77
Cinismo legal	0,00	1,01	-0,72	4,67	77
Incivilidades	-0,01	1	-1,55	1,83	77
Desordens físicas	0,00	1,01	-0,98	2,71	77
Comércio informal	-0,04	1	-1,17	2,33	77
Instabilidade residencial	-0,03	0,97	-0,40	2,52	77
Presença de gangues	0,04	1,04	-0,56	2,47	77
Violência policial	0,00	1,02	-0,36	4,02	77
Presença da polícia militar	-0,05	0,93	-0,41	5,56	77
Avaliação dos serviços públicos	-0,03	1	-3,14	3,42	77
Satisfação com as polícias	-0,04	1	-2,26	1,73	77

**Fonte:** Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018. <sup>1</sup>Em nível individual, as variáveis estão centralizadas em relação às UISPs, ou seja, em relação aos demais valores do grupo em que se inserem. <sup>2</sup>No caso das vizinhanças, as variáveis estão centralizadas em relação aos valores de toda a amostra. A esse respeito, ver a seção 5.2.4. Nos modelos, as variáveis foram padronizadas.

**Tabela 11.** Correlações entre as variáveis em nível vicinal, incluindo as variáveis dependentes.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1 Desvantagens Concentradas	1														
2 Controle social informal	-0,15***	1													
3 Coesão social	0,02***	0,12***	1												
4 Cinismo legal	0,11***	-0,04***	0,05***	1											
5 Incivildades	0,20***	-0,10***	0,14***	0,12***	1										
6 Comércio Informal	0,10***	-0,05***	0,10***	0,11***	0,57***	1									
7 Presença de gangues	0,12***	0,00	0,04***	0,06***	0,26***	0,18***	1								
8 Violência policial	0,09***	-0,09***	0,07***	0,17***	0,24***	0,23***	0,23***	1							
9 Desordens físicas	0,27***	-0,10***	0,07***	0,12***	0,51***	0,42***	0,27***	0,29***	1						
10 Avaliação dos serviços públicos	-0,11***	0,07***	-0,02	-0,11***	-0,26***	-0,17***	-0,16***	-0,14***	-0,30***	1					
11 Instabilidade residencial	0,01***	-0,03***	-0,13***	0,00	-0,07***	-0,06***	-0,03***	-0,03***	-0,03***	0,01***	1				
12 Presença da polícia militar	-0,01***	-0,04***	0,06***	0,02***	0,02***	0,02***	-0,03***	0,03***	-0,06***	0,18***	0,04***	1			
13 Crimes contra o patrimônio	0,04***	0,00	0,04***	0,06***	0,13***	0,08***	0,11***	0,08***	0,08***	-0,09***	-0,00**	-0,03***	1		
14 Crimes contra a pessoa	0,06***	0,02***	0,06***	0,09***	0,12***	0,07***	0,12***	0,12***	0,10***	-0,09***	0,01***	-0,00**	0,17***	1	
15 Satisfação com as polícias	-0,06***	0,06***	0,02	-0,12***	-0,14***	-0,11***	-0,13***	-0,20***	-0,18***	0,24***	0,02	0,20***	-0,05***	-0,05***	1

Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018.

† p < 0.10, \* p < 0.05, \*\* p < 0.01, \*\*\* p < 0.001



### 4.3.3 Teoria de Resposta ao Item (TRI)

A TRI é amplamente utilizada em estudos nas áreas de educação e de psicometria e representa uma alternativa à Teoria Clássica dos Testes (TCT). Grosso modo, a TRI considera condicionantes à resposta de itens, como a dificuldade das questões e a coerência entre as respostas. Por meio de pressupostos específicos, a TRI estabelece relações entre uma resposta e traços latentes, ou seja, variáveis hipotéticas (DEMARS, 2010; PASQUALI; PRIMI, 2003). Os pressupostos são unidimensionalidade, independência local, adequação do modelo, além do tamanho da amostra. Inicialmente, a unidimensionalidade está relacionada à característica unidimensional do traço latente, ou seja, as variáveis construídas se referem a uma única dimensão ou habilidade. Uma das formas de se testar a unidimensionalidade é o valor dos *eigenvalues* da escala pretendida, a partir de correlações policóricas, além dos gráficos de escarpa (DEMARS, 2010).

Por sua vez, a independência local diz respeito às correlações entre os itens que compõem o traço latente. Tais correlações se devem ao traço latente e não são influenciadas pelos traços não considerados. A adequação do modelo é uma necessidade técnica de utilizar a modelagem específica para análise de acordo com a natureza dos itens, tais como 1PL, 2PL, 3PL, crédito parcial (GPC) ou respostas graduadas (GRM). Por fim, o tamanho da amostra recomendado para modelos politômicos, ou seja, com mais de duas categorias de respostas, é de pelo menos 500 respondentes (REEVE; FAYERS, 2005).

Existem diferentes métodos de estimação dessas variáveis segundo a TRI, de acordo com os itens respondidos, podendo ser dicotômicos e politômicos (mais de duas categorias de respostas). Os métodos compreendem os padrões de respostas dos itens que participam do traço latente e o número de itens (DEMARS, 2010). No caso das variáveis analisadas nesta tese, utilizou-se o modelo proposto por Samejima (2016) em 1969, que utiliza itens com categorias ordenadas, como é o caso de escalas likert. A fórmula é descrita pela equação abaixo (DEMARS, 2010):

$$P_{ik}^*(\theta) = \frac{\exp^{a_i(\theta - b_{ik})}}{1 + \exp^{a_i(\theta - b_{ik})}}, \quad \theta_i \sim N(0, 1)$$

$$P_{ik}^* = (Y_{ij} \geq k | a_i, b_i, \theta_j)$$

Em que  $P_{ik}^*(\theta)$  é a probabilidade de resposta na categoria  $k$  do item  $i$  (dados o  $\theta$  e os parâmetros do item). O \* indica a probabilidade de selecionar uma categoria ou superior e não apenas a categoria.

$a_i$  é a discriminação do item  $i$ ;

$b_{ik}$  é o limite (ou limites) para a categoria  $k$  do item  $i$  (pode ser considerado o nível de dificuldade do item).

Os dados perdidos não são considerados no cálculo das probabilidades e das variáveis latentes. Em termos práticos, quanto mais dados perdidos, o desvio padrão associado à estimativa daquele sujeito será maior. É necessário analisar o padrão dos dados perdidos, a fim de considerar possíveis interferências no resultado das estimativas. Para todas as variáveis, foram considerados modelos de estimação concorrentes, como a análise fatorial, e não foram encontradas diferenças importantes. Para tanto, foram comparadas as variâncias totais explicadas, o padrão de correlação das variáveis (por meio do teste de Kaiser-Meyer-Olkin), os critérios de Kaiser (eigenvalue) na extração das variáveis e a confiabilidade do fator (alfa de Cronbach) dos pares de variáveis extraídas pelos dois modelos.

O único a ser notado foi a variável “satisfação com as polícias”. Isso se deve principalmente à apresentação da opção “nunca utilizei este serviço” às questões sobre avaliação dos órgãos do sistema de justiça criminal. Logo, o percentual de não-respostas aumentou, alcançando 35% das observações. Ainda assim, foram estimados modelos com a mesma variável extraída por meio da TRI antes e depois dos dados imputados. Os resultados serão discutidos na interpretação dos modelos.

#### 4.3.4 Centralização das variáveis

A centralização das variáveis é uma estratégia de análise relacionada com o modelo estatístico escolhido, a modelagem hierárquica. Isso se deve à mudança na interpretação dos resultados do intercepto e do coeficiente (ENDERS; TOFIGHI, 2007a; KREFT; DE LEEUW; AIKEN, 1995; RAUDENBUSH; BRYK, 2002; WOLTMAN et al., 2012). Em uma equação de regressão, o intercepto pode ser considerado como o valor da variável dependente quando a variável independente é zero. Já o coeficiente representa o valor esperado de mudança na variável dependente a partir da mudança de uma unidade da variável independente. Entretanto, em várias circunstâncias o valor zero é pouco significativo, como é o caso da eficácia coletiva. O que significaria confiança nula em uma vizinhança? Ou ainda coesão social de valor zero?

A centralização das variáveis em modelos hierárquicos é relevante sempre que uma variável não possui um ponto zero verdadeiro. Assim, como em uma equação de regressão padrão, o intercepto passa a representar o valor da variável dependente quando todos os preditores são zero. Trata-se, portanto, de uma transformação em busca de significado analítico.

Além disso, a centralização das variáveis permite distinguir os efeitos relacionados aos níveis de análise. Em se tratando de modelos hierárquicos, assume-se uma estrutura em que os dados em nível inferior (indivíduos) estão aninhados em unidades de agregação (vizinhanças, no caso UISP). Logo, a centralização das variáveis permite distinguir os efeitos possíveis entre esses dois níveis de análise: indivíduos X indivíduos, indivíduos X vizinhanças, vizinhanças X indivíduos e vizinhanças X vizinhanças (BELL et al., 2018; WU; WOOLDRIDGE, 2005). Nesta tese, o interesse está no efeito das vizinhanças (p.ex. eficácia coletiva, cinismo legal, desvantagens concentradas) sobre resultados individuais (vitimização contra o patrimônio e contra pessoas). Para tanto, é necessário isolar os chamados efeitos composicionais<sup>100</sup> dos efeitos contextuais.

As duas abordagens<sup>101</sup> utilizadas na centralização de variáveis nesta tese foram a centralização em relação às vizinhanças (UISPs) e em relação à toda a amostra, conforme as definições de Raudenbush e Bryk (2002) e discutidas em diversos outros estudos (BELL; JONES; FAIRBROTHER, 2018; ENDERS; TOFIGHI, 2007b; GRILLI; RAMPICHINI, 2018; KREFT; DE LEEUW; AIKEN, 1995; SNIJDERS; BOSKER, 2012; WOLTMAN et al., 2012; WU; WOOLDRIDGE, 2005). No primeiro caso, a operação realizada foi a subtração do valor de cada observação do valor médio das observações da vizinhança (UISP) em que se inserem (ver equação I abaixo). A variável resultante foi incluída em nível individual (RAUDENBUSH; BRYK, 2002; RAUDENBUSH; SAMPSON, 2002) e o seu intercepto representa o valor médio do grupo em relação à variável dependente para cada observação.

A centralização em torno de toda a amostra foi obtida pela subtração entre o valor de cada observação e o valor da média geral. Essa transformação não altera a adequação do modelo e o intercepto representa o valor médio em relação à variável dependente para todos os indivíduos da amostra. Ou seja, a centralização em torno de toda a amostra representa a

---

<sup>100</sup> A esse respeito, ver ainda a seção 2.4.3 do capítulo 2. Grosso modo, os efeitos composicionais podem ser divididos em dentro dos grupos (diferença entre duas unidades aninhadas num mesmo grupo, mas que diferem em uma unidade da variáveis preditora) e entre grupos (diferença entre a resposta média de duas escolas que diferem em uma unidade em relação à média da variável de grupo).

<sup>101</sup> Existem diferentes abordagens para a centralização de variáveis. Para mais detalhes, ver HOFMANN; GAVIN, (1998) e RAUDENBUSH et al., (2011).

variância da variável dependente entre os indivíduos de forma ajustada. Uma vantagem adicional da utilização dessa estratégia é a redução de multicolinearidade (HOFMANN; GAVIN, 1998).

As duas abordagens são descritas pelas seguintes fórmulas:

$$(I) X_{ij}^* = X_{ij} - \bar{X}_i, \text{ centralização pela média geral; e}$$

$$(II) X_{ij}^{**} = X_{ij} - \bar{X}_{ij}, \text{ centralização pela média do grupo } j$$

Em que:  $X_{ij}^*$  é o resultado da centralização pela média geral e  $X_{ij}^{**}$ , o resultado pela média do grupo  $j$ ;

$X_{ij}$  é o valor do indivíduo  $i$ ;

$\bar{X}_i$ , é a média geral de todos os indivíduos; e

$\bar{X}_{ij}$  é a média do indivíduo  $i$  no grupo  $j$ .

Em conjunto, essas duas abordagens permitem uma interpretação melhor ajustada de efeitos contextuais, o que se alinha com os objetivos desta tese (RAUDENBUSH; BRYK, 2002). Logo, sempre que uma variável teórica foi incluída em nível vicinal, a variável equivalente era incluída em nível individual de forma centralizada em relação aos grupos. Essas variáveis funcionam como controles dos efeitos composicionais (ENDERS; TOFIGHI, 2007b; HEISIG; SCHAEFFER; GIESECKE, 2017). Os coeficientes obtidos em nível 2 serão interpretados como os efeitos contextuais puros sobre a vitimização no DF (GRILLI; RAMPICHINI, 2018; RAUDENBUSH; BRYK, 2002; WU; WOOLDRIDGE, 2005).

#### 4.3.5 Variáveis dependentes

Os crimes foram medidos a partir da prevalência criminal<sup>102</sup>, ou seja, o número de casos únicos de vitimizações no período de seis meses que antecedem a entrevista (LAURITSEN; CORK, 2017; LAURITSEN; REZEY, 2013). Dessa forma, não foram consideradas vitimizações repetidas em relação ao indivíduo ou à residência. O questionário da PDV 2018 foi preciso ao indicar a quem se refere em cada tipo criminal, sempre iniciando as perguntas com “Nos últimos 6 meses, você foi vítima de...”. Assim, considere a prevalência criminal em relação ao indivíduo e não aos demais moradores da residência. Essa distinção é importante, pois tendo o respondente como vítima o efeito recall é reduzido em comparação com o respondente como proxy para os demais moradores da residência. Segundo Piquet (2000),

---

<sup>102</sup> Sobre a distinção entre prevalência e vitimização, ver a seção 4.5. Para mais detalhes, ver UNODC; UNECE, (2010).

a diferença nas taxas de vitimização chega a 2,8 vezes em pesquisas de vitimização realizadas no Brasil que consideram os demais moradores.

Além disso, os crimes foram considerados com a condição de o respondente residir há pelo menos um ano na residência. Apesar de não haver uma questão seguinte aos casos de vitimização que direcionasse o local em que o crime ocorreu, essa opção buscou restringir os casos de vitimizações ocorridos no período de interesse das entrevistas no local de moradia. Ainda assim, o design do questionário não permitiu a delimitação por bairros como seria o ideal para os objetivos desta tese. É possível que sejam captadas relações espúrias como crimes ocorridos em outros bairros que não o de moradia do respondente. As interpretações dos modelos levam em consideração essa limitação.

A literatura registra diferentes interpretações para os padrões de incidência de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio e os impactos dos efeitos vizinhança (LAURITSEN; CORK, 2017; MARCUS; LAWRENCE, 1980; SCHNELL et al., 2017). Assim, foram construídas duas variáveis dependentes. A primeira se referiu aos crimes contra pessoas, a ser denominada vitimização contra pessoas. Inicialmente, as pessoas foram questionadas sobre terem sido vítimas nos últimos seis meses de agressões físicas, violências sexuais, discriminação racial e ameaça contra a integridade. Em caso de respostas afirmativas, receberam o código 1 (sim) e 0 (não) para as negativas. Em seguida, os casos afirmativos foram selecionados segundo o critério de moradia há pelo menos 1 ano na residência. Essa condição de sucesso está associada ao período da vitimização, ou seja, foram selecionadas apenas as vitimizações ocorridas nos últimos seis meses sofridas por moradores que residem há pelo menos um ano na vizinhança<sup>103</sup>. Novamente, os casos afirmativos receberam o código 1 (sim) e as negativas 0 (não). Por fim, o conjunto de quatro questões foi agregado em nível individual para compor a prevalência dos crimes contra a pessoa.

A segunda variável dependente foi composta pelos crimes contra o patrimônio. De forma semelhante aos crimes contra a pessoa, os entrevistados respondiam se nos últimos 6 meses foram vítimas de crimes, que nesse caso se referiam a roubo de veículo, roubo de outros

---

<sup>103</sup> A diferença nos percentuais de prevalência por crimes contra o patrimônio foi de 1% (o que equivale a 49 casos) sem o critério do tempo mínimo de moradia. Para os crimes contra a pessoa, o percentual foi de 0,46% ou 23 casos. Todos os modelos foram testados com as duas opções de variáveis dependentes. Os resultados não apresentaram diferenças substanciais na maioria dos modelos, com alterações na significância da instabilidade residencial no caso dos crimes contra o patrimônio. Essa questão será discutida na interpretação dos modelos. Sendo assim, optou-se por manter o critério do tempo mínimo de moradia para reduzir a possibilidade de captar resultados espúrios de crimes ocorridos em outras vizinhanças por moradores recém-chegados na vizinhança em que foi entrevistado.

bens, furto de veículos, furto de outros bens e fraudes/estelionatos. Caso as respostas fossem afirmativas e os respondentes residissem a pelo menos 1 anos na vizinhança, as variáveis receberiam o código 1. Caso contrário, eram codificadas como 0. Ao final, o resultado das cinco questões foi agregado em nível individual para compor a prevalência dos crimes contra o patrimônio. As estatísticas descritivas das variáveis dependentes estão na tabela 10.

#### 4.3.6 Variáveis independentes

As formas como efeitos vizinhança impactam a incidência criminal no Distrito Federal são interpretadas a partir de diferentes teorias. Como antecipei no início da tese, a Teoria da Eficácia Coletiva é a principal perspectiva analisada, mas não é a única. O questionário da PDV 2018 permite que sejam incluídas variáveis relacionadas ao cinismo legal, atividades rotineiras e prevenção situacional. O impacto dessas variáveis sobre os efeitos das características estruturais será testado nos diferentes modelos analisados. Todas as variáveis independentes foram centralizadas, conforme descrito na seção 4.2.4.

##### 4.3.6.1 *Desvantagens concentradas e instabilidade residencial*

O conceito de desvantagens concentradas é um indicador de bem-estar relacionado à uma área geográfica. Por ser uma medida mais abrangente, o indicador não se limita à renda, incluindo desemprego, assistência social e densidade infantil (AMCHP, 2013). Na literatura norte-americana, são comumente utilizadas cinco variáveis oriundas do censo nacional: percentual de indivíduos abaixo da linha de pobreza, percentual de indivíduos beneficiários de programas de assistência social, percentual de domicílios chefiados por mulheres, percentual de desempregados e percentual de pessoas abaixo de 18 anos (AMCHP, 2013). Diferentes análises criminológicas utilizaram o conceito de desvantagens concentradas na investigação de efeitos vizinhança (SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997; SHJARBACK; NIX; WOLFE, 2017; WARNER, 2003), tendo encontrado relações positivas entre vitimização e desvantagens concentradas.

Na literatura nacional, a noção de desvantagens concentradas foi capturada por diferentes estudos. Por exemplo, Misse (1999, 2006) argumentou que a acumulação social de desvantagens é um dos elementos que retroalimentam a acumulação social da violência juntamente com a sujeição criminal e as estratégias aquisitivas de mercados ilegais que transacionam mercadorias políticas. No contexto brasileiro, a rápida urbanização com baixa capacidade de absorção da população pelos serviços básicos se prolonga no tempo e é agravada pelos apelos da sociedade de consumo num contexto de desigualdade de renda. A ocupação dos territórios está diretamente relacionada ao acúmulo de desvantagens sociais ao longo do tempo.

Queiroz Ribeiro (2004) argumentou que a precarização do emprego e a consequente perda de renda contribui para a formação de espaços de exclusão, em que os efeitos do empobrecimento social são visíveis por meio da desestruturação do universo familiar, do isolamento social e da estigmatização dos bairros. As ações cívicas passam a ser limitadas em espaços em que surgem outras prioridades como a própria sobrevivência. Para o autor, a marginalização social se converte, assim, em exclusão territorial.

Na PDV 2018, diferentemente do questionário de anos anteriores, não foram incluídas questões relacionadas à ocupação, densidade infantil e assistência social. Os itens utilizados na composição da variável desvantagens concentradas foram: renda mensal do entrevistado, renda mensal do chefe da família, escolaridade e domicílios chefiados por mulheres. As rendas foram medidas em faixas que variavam em 8 níveis (menos de um salário mínimo até superior a 20 salários), sendo que no caso em que o respondente era o chefe de família foram substituídos os valores. A escolaridade foi medida em 8 níveis que variavam desde analfabetos até pós-graduação. Os domicílios chefiados por mulheres foram dicotomizados, sendo 1 a condição de sucesso. Em seguida, as variáveis foram invertidas e obtidos os valores padronizados (*z scores*). Dessa forma, quanto maiores os escores, mais elevado o nível de desvantagens concentradas. Os valores foram então agregados em nível vicinal para compor a variável utilizada nos modelos (SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997; VILLARREAL; SILVA, 2006).

Além disso, a instabilidade residencial também foi analisada. De forma semelhante ao raciocínio das desvantagens concentradas, a hipótese é que a formação de laços sociais que possibilitem coesão e o compartilhamento de valores está relacionada ao maior tempo de moradia na vizinhança (SAMPSON; GROVES, 1989). Sendo assim, questionou-se aos entrevistados sobre o tempo de moradia na vizinhança medido em anos. Foi utilizado como critério o referencial de menos de três anos de moradia como referência para a variável. Logo, a variável foi dicotomizada, sendo aqueles com menos de três de moradia na vizinhança (codificados como 1) considerados como instáveis e aqueles com tempo superior a três anos não-instáveis (codificados como 0).

#### 4.3.6.2 Eficácia Coletiva

A construção das variáveis relacionadas à eficácia coletiva foi baseada em pesquisas anteriores, em especial aquelas conduzidas por Sampson (RAUDENBUSH; SAMPSON, 2002; SAMPSON, 2012, 2006; SAMPSON et al., 1997) e que tinham a América Latina como contexto (ARIAS; MONTT, 2018; BROWNING et al., 2004; CERDÁ; MORENOFF, 2009; CHOUHY, 2016; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2017; VILLARREAL; SILVA, 2006). No estudo de 1997 (p. 520), Sampson et al., apresentaram a eficácia coletiva em função de três dimensões: coesão

social, confiança e controle social informal, sendo este impactado pela disposição de intervir coletivamente. Na construção da variável, os autores demonstraram que essas três dimensões eram correlacionadas e *carregaram* num mesmo construto.

Nesta tese, contudo, a construção foi diferente. O conceito de eficácia coletiva foi captado em duas dimensões distintas. O controle social informal se referiu à dimensão de *eficácia* do conceito (SAMPSON, 2006, 2012), em que está incluída a capacidade de ativar redes e recursos em torno de objetivos coletivos comuns. O compartilhamento de expectativas e a disposição de agir são decisivos na construção do conceito. No Distrito Federal, foram utilizados os seguintes itens: “você acha que os moradores interfeririam (p.ex.: chamar os pais, ligar para a polícia, ligar para o conselho tutelar) nas seguintes situações: crianças/adolescentes matando aulas; briga em frente à sua casa; adolescentes consumindo drogas ilícitas; (Sim) (Não) (Talvez)”. As respostas foram recodificadas como Não=1, Talvez=2 e Sim=3. Os escores mais elevados representam maior controle social informal.

A dimensão coletiva do conceito foi captada na variável coesão social. A variável se refere às trocas sociais entre os vizinhos. Os itens utilizados foram: “você já pediu coisas emprestadas a um vizinho, como livros, revistas, louça, ferramentas, receitas ou comida?”, “você já ajudou um vizinho ao tomar conta da sua casa enquanto este se ausentou e cuidou de coisas como regar as plantas, recolher o correio ou alimentar animais de estimação?”, “você já convidou um vizinho para ir a sua casa para tomar café ou outro tipo de convívio?”, “você já assinou abaixo-assinados/petições pedindo melhorias para o bairro?”. As respostas possíveis eram nunca, raramente, de vez em quando, frequentemente e muito frequentemente. As respostas foram recodificadas em três pontos: Nunca/Raramente = 1; De vez em quando = 2; Frequentemente/Muito frequentemente = 3. As respostas foram recodificadas em 3 pontos, sendo que os escores mais elevados representam maior coesão social.

As duas dimensões da eficácia coletiva foram obtidas por meio da TRI em construções separadas:

*Controle social informal*: a dimensionalidade dos dados foi analisada utilizando o gráfico de escarpa dos *eigenvalues* da matriz de correlações policóricas. O gráfico demonstrou um fator dominante, com inflexão após o primeiro fator, o que ofereceu subsídio ao pressuposto da unidimensionalidade. Considerando a análise fatorial exploratória com fatoraçoão pelo eixo principal, com rotação oblíqua (promax 4), o fator dominante apresentou apenas um *eigenvalue* superior a 1, com variância explicada de 62%, e valores individuais entre 0,78 e 0,80. O KMO verificou a adequação da análise, tendo sido de 0,69, o que é considerado satisfatório (HUTCHESON; SOFRONIOU, 1999). Todos valores individuais de KMO foram superiores a



0,66, o que é bastante superior ao limite aceitável de 0,5 (FIELD, 2014). A análise de confiabilidade da escala resultou em alfa de Cronbach pouco satisfatório ( $\alpha=0,67$ ).

Além disso, utilizando a proposta de aplicação do modelo de Mokken de Harouin et al., (2011) para validação de variáveis latentes, o coeficiente de Loevinger ( $H^s$ ) da variável controle social informal foi  $H^s=0,44$ , ( $p<0,001$ ,  $z=49,14$ ), o que é considerado um resultado satisfatório (HARDOUIN et al., 2011). O critério de monotonicidade variou entre -7 e -8 e 125, o que não sugere possível violação do pressuposto (HARDOUIN et al., 2011).

*Coesão social*: a variável apresentou 1 fator dominante na análise do gráfico de escarpa. O *eigenvalue* representou variância explicada de 55%, com valores individuais entre 0,47 a 0,82. A adequação do modelo indicou  $KMO = 0,73$ , o que é apenas aceitável (HUTCHESON; SOFRONIOU, 1999). Todos valores individuais de KMO foram superiores a 0,71, o que é bastante superior ao limite aceitável de 0,5 (FIELD, 2014). A análise de confiabilidade da escala resultou em alfa de Cronbach satisfatório ( $\alpha=0,71$ ). Além disso, o  $H^s=0,43$ , ( $p<0,001$ ,  $z=67,17$ ), o que é considerado um resultado satisfatório. O critério de monotonicidade variou sempre abaixo de -12, o que não sugere violação do pressuposto (HARDOUIN et al., 2011).

#### 4.3.6.3 *Cinismo legal*

O cinismo legal é um conceito relacionado às atitudes frente às normas sociais e às leis (SAMPSON; BARTUSCH, 1998). Está relacionado à legitimidade institucional das agências do sistema de justiça criminal (KIRK; PAPACHRISTOS, 2011). As percepções sobre a disponibilidade do sistema legal e de seus agentes em atender as demandas das pessoas fazem parte das medidas utilizadas na construção do cinismo legal. A primeira formulação sobre o cinismo legal foi proposta por Sampson e Bartusch em 1998, com o objetivo de analisar diferentes contextos sociais, inclusive de segregação racial e de desvantagens concentradas, em que o cinismo e a percepção de injustiças sociais surgiriam com força. Para os autores, o contexto vicinal influenciaria os horizontes cognitivos sobre comportamentos e expectativas de comportamentos. Nesse ponto, a lógica de construção do conceito é semelhante ao da eficácia coletiva, ou seja, partindo de expectativas compartilhadas de fundo cultural (SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997). Uma característica importante do conceito proposto por Sampson e Bartusch (1998) é a diferenciação entre cinismo legal e satisfação com as polícias. São dimensões distintas de fenômenos relacionados, sendo que esta última se refere à “habilidade em responder de forma eficiente e justa aos problemas criminais do bairro” (Idem, p. 786).

Na formulação de Kirk e Papachristos proposta em 2011, o cinismo legal foi definido como uma lente ou conjunto de ferramentas culturalmente construídas por meio do qual “os indivíduos interpretam o funcionamento e a utilidade da lei e de seus agentes” (2011, p. 1207). A intenção foi focar nas percepções sobre o sistema de justiça criminal e seus agentes. Os autores incluíram questões relacionadas às polícias no conceito: “as leis são feitas para serem quebradas”, “a polícia não faz um bom trabalho em prevenir o crime nesta vizinhança” e “a polícia não é capaz de manter a ordem nas ruas e calçadas desta vizinhança”. Logo, a proposta de Kirk e Papachristos não diferenciou a satisfação com as polícias em uma medida única. A correlação entre as duas propostas para o cinismo legal foi de 0,75 (KIRK; PAPACHRISTOS, 2011, p. 1207, nota 13).

As duas propostas analíticas para o cinismo legal incluíram nos modelos uma variável relacionada à tolerância ao desvio. Na definição de Sampson e Bartusch (1998), trata-se de uma variável que indicava a moralidade de se engajar em certas formas de comportamentos desviantes, inclusive violências. Os autores indicaram essa como sendo uma variável indicativa de um cinismo moral, anômico. Kirk e Papachristos (2011) incorporaram essa medida de forma semelhante em seu estudo. Logo, é possível resumir o conceito de cinismo legal em dimensões distintas: o cinismo em relação ao sistema legal, o cinismo em relação à moralidade de comportamentos desviantes, um indicativo de integração social, além da satisfação com as polícias.

No Distrito Federal, a PDV 2018 apresentou questões diferentes em relação aos estudos sobre cinismo legal. Foi possível compor uma medida para o cinismo legal aproximando as perspectivas teóricas de Sampson e Bartusch (1998) e de Kirk e Papachristos (2011). Assim, foram incluídas questões relacionadas a tolerância a xingamentos e a agressões (componente moral) com a confiança na polícia militar (disponibilidade do sistema de justiça criminal). Tanto o cinismo moral, ou seja, a moralidade de se engajar em comportamentos desviantes, conforme proposto por Sampson e Bartusch (1998), quanto o cinismo em relação ao sistema legal, foram captados por meio da variável cinismo legal. Além disso, foi criada uma variável controle sobre a avaliação do serviço policial com o objetivo de medir a percepção da eficiência das polícias. Todas as variáveis foram construídas por meio da TRI individualmente. De forma preliminar, foram conduzidas análises quanto ao carregamento dos itens das escalas e à adequação conceitual. O resultado é descrito a seguir, sendo que a hipótese é que as variáveis guardem uma relação direta com os indicadores criminais.

*Cinismo legal:* os seguintes itens perguntavam a concordância dos respondentes: “é justificável quando alguém agride com tapas ou socos o cônjuge quando descobre uma traição”, “quando

um desconhecido dá em cima da(o) sua(seu) companheira(o) na sua frente, é justificável agredi-lo fisicamente”, ”, “um casal, durante uma discussão, ofender-se com xingamentos e palavrões é normal”, “se algum desconhecido esbarra em você na rua e não lhe pede desculpas, xingá-lo é aceitável”. Esses itens tinham como respostas: 1 – discordo, 2 – não concordo e nem discordo e 3 – concordo. Além disso, foi questionado o quanto o entrevistado confiava na polícia militar, numa escala de 0 a 10. Esse item foi codificado em 3 pontos e invertido, de forma que escores mais elevados indicam maior desconfiança em relação à polícia militar.

A análise da unidimensionalidade foi realizada, inicialmente, a partir do gráfico de escarpa. Utilizando os eigenvalues da matriz de correlações policóricas, foi demonstrado apenas um fator dominante, com inflexão após o primeiro fator. Com a análise fatorial exploratória com fatoração pelo eixo principal, rotação oblíqua (promax 4), o fator dominante apresentou variância explicada de 31%, e valores dos fatores individuais entre 0,20 e 0,52. O KMO foi de 0,61, o que indica adequação pouco satisfatória da fatorabilidade da escala (HUTCHESON; SOFRONIOU, 1999). Todos os valores individuais de KMO foram superiores a 0,60, o que é superior ao mínimo aceitável de 0,5 (FIELD, 2014). A análise de confiabilidade da escala apresentou alfa de Cronbach baixo ( $\alpha=0,47$ ). Além disso, a validação de variáveis latentes para modelos baseados na TRI utilizando o modelo de Mokken indicou  $H^s=0,19$ , ( $p<0,001$ ,  $z=21,02$ ), o que é considerado um resultado fraco (HARDOUIN et al., 2011). O critério de monotonicidade variou abaixo de 11, o que sugere observação do pressuposto (HARDOUIN et al., 2011).

*Satisfação com as polícias:* os entrevistados responderam as seguintes questões: “como você avalia o trabalho dos órgãos de segurança pública em relação aos seguintes serviços:” “rapidez e qualidade no atendimento emergencial da polícia militar”, “abordagem da polícia militar em revista pessoal”, “trabalho da polícia civil na investigação de crimes” e “rapidez e qualidade no atendimento e na elaboração dos documentos como registros de ocorrências e nada consta feitos pela polícia civil”. As opções de resposta eram: “péssimo (1)”, “ruim (2)”, “regular (3)”, “bom (4)”, “ótimo (5)” e “nunca utilizei esse serviço”. As respostas foram então recodificadas em três pontos, de forma que o maior escore indica melhor satisfação com o trabalho das polícias. A opção “nunca utilizei esse serviço” foi considerada uma não-resposta.

A análise do gráfico de escarpa indicou um fator dominante, com inflexão após o primeiro fator. Ainda quanto à unidimensionalidade da escala, a análise fatorial exploratória com fatoração pelo eixo principal, rotação oblíqua (promax 4), o fator dominante apresentou variância explicada de 59% (eigenvalue = 2,35). Os coeficientes individuais foram superiores a 0,74. O KMO foi de 0,70 o que indica adequação apenas aceitável da fatorabilidade da escala

(HUTCHESON; SOFRONIOU, 1999). Todos os valores individuais de KMO foram superiores a 0,68. A análise de confiabilidade da escala apresentou alfa de Cronbach baixo ( $\alpha=0,73$ ). Quanto à validação de variáveis latentes para modelos baseados na TRI utilizando o modelo de Mokken, o  $H^s=0,48$ , ( $p<0,001$ ,  $z=54,5$ ), o que é considerado um resultado satisfatório (HARDOUIN et al., 2011). O critério de monotonicidade variou abaixo de 60, o que sugere observação do pressuposto (HARDOUIN et al., 2011).

#### 4.3.6.4 Desordens na vizinhança

As características das vizinhanças são utilizadas em pesquisas criminológicas como preditoras de fenômenos como medo do crime (SILVA, 2014), percepção de risco (SLOVIC, 1987) e vitimização (RODRIGUES; DE OLIVEIRA, 2012; SILVA, 2004a). O argumento principal defende que as diferentes desordens estão associadas a mais crimes. Logo, nesta tese, as variáveis relacionadas à desordem na vizinhança foram divididas em escalas distintas, todas sob a hipótese de guardarem uma relação positiva com os indicadores de crimes contra o patrimônio e contra a pessoa. As variáveis são descritas a seguir.

*Desordens físicas:* a variável diz respeito a indicadores ambientais da vizinhança. Os itens considerados foram: “pelo que você percebe, na sua vizinhança existem: 1) Prédios, casas ou galpões abandonados? 2) Terrenos ou lotes vagos cheios de lixo e entulho ou com mato alto, cercados ou não? Carros abandonados, arrebentados ou desmontados nas ruas e quadras? 3) Lixo espalhado pela rua. As opções de respostas eram: não, pouco, mais ou menos e muito, sendo que os escores mais elevados indicam mais desordens físicas na vizinhança.

O fator dominante, demonstrado no gráfico de escurpa, apresentou variância explicada de 61%, e valores dos fatores individuais entre 0,75 e 0,82. O KMO foi de 0,65, o que indica adequação razoável da fatorabilidade da escala (HUTCHESON; SOFRONIOU, 1999). Todos os valores individuais de KMO foram superiores a 0,62, o que é superior ao mínimo aceitável de 0,5 (FIELD, 2014). A análise de confiabilidade da escala apresentou alfa de Cronbach satisfatório ( $\alpha=0,67$ ). Em seguida, a validação de variáveis latentes para modelos baseados na TRI utilizando o modelo de Mokken indicou  $H^s=0,47$ , ( $p<0,001$ ,  $z=49,61$ ), o que é considerado um resultado satisfatório (HARDOUIN et al., 2011). O critério de monotonicidade variou abaixo de 10, o que sugere observação do pressuposto (HARDOUIN et al., 2011).

*Comércio ilegal:* a variável descreve práticas comerciais ilegais na vizinhança, buscando captar a condicionantes do cenário urbano brasileiro. Assim, questionou-se aos entrevistados se: “nos últimos 6 meses, o senhor viu ou ficou sabendo de: 1) Pessoas oferecendo ligação clandestina de tevê a cabo? 2) Vendedores ambulantes, camelôs nas ruas; e 3) Flanelinhas ou guardadores

de carros? As opções de resposta eram: não, poucas vezes, algumas vezes e muitas vezes. Logo, os escores mais elevados indicam mais comércio ilegal na vizinhança nos últimos 6 meses.

Os resultados indicaram variância explicada de 52%, com cargas fatorais que variaram entre 0,57 e 0,81. A fatorabilidade da escala foi indicada por  $KMO = 0,57$ , sendo os valores individuais superiores a 0,54 (FIELD, 2014; HUTCHESON; SOFRONIOU, 1999). O alfa de Cronbach foi satisfatório ( $\alpha=0,52$ ). Por fim, o  $H^s=0,32$ , ( $p<0,001$ ,  $z=33,56$ ), o que é considerado um resultado satisfatório (HARDOUIN et al., 2011). O critério de monotonicidade variou abaixo de 8, o que sugere observação do pressuposto (HARDOUIN et al., 2011).

*Incivildades:* a variável está relacionada a comportamentos desviantes na vizinhança. Os itens considerados foram: “nos últimos 6 meses, o senhor viu ou ficou sabendo de: 1) Pessoas pedindo esmolas nas ruas? 2) Animais domésticos (como cães e gatos) abandonados nas ruas? 3) Ruídos ou música alta?” As opções de resposta eram: não, poucas vezes, algumas vezes e muitas vezes. Logo, os escores mais elevados indicam mais incivildades na vizinhança nos últimos 6 meses.

Os indicadores de construção da variável foram: variância explicada de 56%, com cargas fatoriais entre 0,72 e 0,78;  $KMO = 0,64$  (0,62 a 0,67) (FIELD, 2014; HUTCHESON; SOFRONIOU, 1999);  $\alpha=0,63$ ;  $H^s=0,38$ , ( $p<0,001$ ,  $z=43,46$ ), com critérios de monotonicidade abaixo de 5, o que sugere não-observação do pressuposto.

#### 4.3.6.5 Avaliação dos serviços públicos

De forma semelhante às desordens, a avaliação dos serviços públicos indica as condições de vida na vizinhança. A percepção sobre a qualidade dos serviços públicos está associada, em pesquisas criminológicas, à capacidade de mobilização social, organização política e ao nível de participação cívica dos moradores (SAMPSON, 2012). Em comunidades com serviços percebidos como mais bem avaliados, espera-se que os indicadores criminais sejam reduzidos em relação às vizinhanças com serviços mais mal avaliados. Assim, foram considerados os seguintes itens: “como o senhor avalia os seguintes serviços em sua vizinhança ou proximidade: 1) pavimentação e manutenção das ruas; 2) tamanho e manutenção das calçadas; 3) espaços de esporte, cultura e lazer; 4) policiamento nas ruas; e 5) organização do trânsito, como placas, passarelas e faixas de pedestres”. As opções de resposta foram: péssimo, ruim, regular, bom, ótimo e não existe. Os escores mais elevados indicam melhor avaliação dos serviços públicos na vizinhança.

Os indicadores de construção da variável foram: variância explicada de 49%, com cargas fatoriais do único fator retido entre 0,50 e 0,80;  $KMO = 0,74$  (0,68 a 0,86) (FIELD,

2014; HUTCHESON; SOFRONIOU, 1999);  $\alpha=0,71$ ;  $H^s=0,37$ , ( $p<0,001$ ,  $z=73,83$ ), com critérios de monotonicidade acima de 80, o que sugere a não-observação do pressuposto.

#### 4.2.6.6 Trabalho da polícia militar

As polícias militares são responsáveis pelas atividades de policiamento ostensivo no modelo brasileiro. São as agências de segurança pública mais presentes nas rotinas das vizinhanças. Com o objetivo de analisar os efeitos da presença policial sobre a incidência criminal, foi criada uma variável específica (*presença da polícia militar*). Foi questionado se nos últimos 6 meses o entrevistado havia visto policiais militares de carro na vizinhança. As opções de resposta eram: nenhuma vez, raramente, algumas vezes, frequentemente e muito frequentemente. Os escores mais elevados indicam mais presença da polícia militar na vizinhança, o que se espera ser relacionado a menos crimes.

Adicionalmente, foi utilizada uma variável que questiona sobre violências causadas por policiais na vizinhança (*violência policial*). Teoricamente, espera-se que essa variável esteja associada à maior incidência criminal. O item considerado foi: 1) “nos últimos 6 meses, o senhor viu ou ficou sabendo de policiais ameaçando ou agredindo pessoas na vizinhança?”. Essa variável foi denominada violência policial. As opções de resposta eram: não, poucas vezes, algumas vezes e muitas vezes. Os escores mais elevados indicavam maior frequência de ambos os casos.

#### 4.2.6.7 Presença de gangues

Os efeitos da presença de gangues foram analisados a partir de um item que questionou os entrevistados: “nos últimos 6 meses o senhor viu ou ficou sabendo da presença de gangues ou facções criminosas na vizinhança”? As opções de resposta eram: não, poucas vezes, algumas vezes e muitas vezes. Os escores mais elevados indicavam maior frequência de gangues ou facções criminosas na vizinhança. Espera-se que a presença de gangues seja relacionada com mais crimes contra o patrimônio e contra a pessoa nas vizinhanças.

Por fim, foram considerados como controle em nível individual variáveis relacionadas a sexo, faixa etária, estado civil e frequência religiosa.

### 4.3.7 Modelos estatísticos

#### 4.3.7.1 Modelos de intercepto aleatórios<sup>104</sup>

---

<sup>104</sup> Esses modelos são conhecidos como intercepto livre ou random intercept models (RABE-HESKETH; SKRONDAL, 2012).

A variação da vitimização entre as vizinhanças do Distrito Federal é o ponto central desta tese. O problema de pesquisa está situado em nível vicinal e não nos indivíduos. Logo, a estratégia analítica deve considerar a natureza do problema e dos dados. Quanto aos dados, o nível de agregação será representado pelas UISPs, em torno das quais as respostas individuais serão agregadas. Os modelos hierárquicos estão difundidos nas Ciências Sociais e nas pesquisas criminológicas (PEUGH, 2010; RABE-HESKETH; SKRONDAL, 2012; RAUDENBUSH; SAMPSON, 2002) e se preocupam com a natureza dos dados.

Os indivíduos localizados em uma mesma unidade de agregação (p.ex.: UISP) tendem a ser mais semelhantes entre si, inclusive por receberem os mesmos “estímulos” em nível contextual. A condição hierárquica dos dados favorece a inflação da correlação entre medidas que não consideram os efeitos contextuais (RAUDENBUSH; BRYK, 2002). Além disso, o erro do tipo I tende a aumentar em virtude da subestimação dos desvios-padrão particularmente nas variáveis agregadas. Logo, a relação entre a natureza dos dados e do problema deve ser considerada no modelo estatístico empregado.

Os modelos hierárquicos não assumem a independência entre as respostas numa mesma unidade de agregação, ou seja, consideram a correlação entre essas unidades como um dos fatores na análise. Isso tende a reduzir os desvios-padrão. Não apenas a correlação entre essas unidades, mas a própria estrutura hierárquica dos dados permite isolar os efeitos composicionais dos contextuais. Isso se deve à diferenciação da variância da variável dependente em dois tipos: entre grupos e dentro dos grupos (ENDERS; TOFIGHI, 2007b; HEISIG; SCHAEFFER; GIESECKE, 2017; KREFT; DE LEEUW; AIKEN, 1995).

A decomposição das variâncias permitiu que, no caso desta tese, possa ser compreendido como a variação da vitimização entre as vizinhanças do DF é impactada por variações em configurações locais, como o nível de desvantagens concentradas, de eficácia coletiva e de cinismo legal. Além disso, esses modelos permitiram avaliar o impacto das variações das configurações locais, mesmo quando foram controladas as características individuais, o que é conhecido como efeitos contextuais puros (CHOUHY, 2016).

O modelo estatístico utilizado nas análises é dado pelas seguintes equações (RABE-HESKETH; SKRONDAL, 2012):

$$Y_{ij} = b_{0j} + b_{1j}X_{ij} + e_{ij}, \text{ equação para o nível 1}$$

$$b_{0j} = \gamma_0 + \gamma_1 W_j + u_{1j}, \text{ equação para o nível 2}$$

Em que:

$j = 1 \dots 77$ ; representa as vizinhanças;

$Y_{ij}$  é o valor da variável resposta do indivíduo  $i$  no grupo  $j$ ;

$X_{ij}$  representa o valor de todas as variáveis independentes para o indivíduo  $i$  no grupo  $j$ ;

$b_{1j}$  representa os coeficientes de regressão das variáveis independentes em nível 1.

$b_{0j}$  é o intercepto para cada nível de agregação. Em sua versão exponenciada, indica as chances de  $Y=0$  para  $X=0$  e  $u=0$ .

$e_{ij}$  é o resíduo em nível individual, cuja distribuição é assumida como logística com média 0 e variância  $N(0, \sigma_e^2)$ .

$\gamma_0$  representa o intercepto em função de cada grupo;

$\gamma_1$  representa os coeficientes de regressão das variáveis independentes em nível 2.

$W_j$  representa o valor de todas as variáveis independentes para o grupo  $j$ .

$u_{ij}$  representa o intercepto aleatório do grupo  $j$ , sendo que  $u_j \sim N(0, \sigma_u^2)$ , ou seja, segue uma distribuição normal com média 0 e variância  $\sigma_u^2$ . Indica o efeito de pertencer ao grupo  $j$ .

Sabendo que as variáveis dependentes desta tese são dicotômicas, os modelos estatísticos utilizados são logísticos. Utilizando o software Stata 14.2, a sintaxe pertence aos *mixed-effects logit models* de interceptos aleatórios. Para tanto, a função logit é representada pela fórmula (STATA CORP, 2013):

$$\text{logit}(\pi_{ij}|1-\pi_{ij}) = b_{0j} + b_1 X_{ij} + u_j + e_{ij},$$

sendo que  $b_{0j}$  representa o intercepto descrito na equação para o nível 2, conforme fórmula acima, e as respostas binárias são determinadas na equação com os seguintes limites:

$$Y_{ij} = \begin{cases} 1 & \text{se } Y^*_{ij} > 0 \\ 0 & \text{demais casos} \end{cases}$$

Foram realizados cálculos de ajuste dos modelos por meio dos *likelihood tests* (LR), além dos critérios da estatística Akaike, que demonstra as diferenças de adequação dos modelos entre modelos hierárquicos. Os resíduos de correção intraclasse (ICC) foram calculados e apresentados como formas de adequação dos modelos. O ICC é uma medida que indica a proporção da variância da variável dependente que é explicada pela variação de medidas em nível agregado (RAUDENBUSH; BRYK, 2002). Assim, sempre que uma nova variável é incluída nos modelos analíticos, o ICC também é considerado na interpretação da adequação do modelo.



#### 4.4 ABORDAGEM QUALITATIVA

A pesquisa foi desenhada com enfoque multimétodos. Compreendidos como caminhos para a compreensão de fenômenos sociais situados num contexto espacial (GÜNTHER et al., 2008; KIRSCHBAUM, 2013), os métodos são escolhas iminentes ao campo e ao objeto de estudo. Por envolver um tema de pesquisa consolidado em outros países, a generalização da eficácia coletiva no contexto brasileiro representou um desafio metodológico adicional. O desenvolvimento da teoria da eficácia coletiva no contexto norte-americano tem sido marcado por escolhas metodológicas de natureza quantitativa, inclusive por meio de formulações próprias, como a *ecometrics* de Sampson et al., (1997). Contudo, diferentes estudos contribuíram com o debate criminológico da eficácia coletiva a partir de abordagens qualitativas (SAMPSON; RAUDENBUSH, 1999; ST. JEAN, 2008). Nesta tese, procurei superar a dicotomia entre métodos *quali* e *quanti* e estabelecer pontes entre diferentes técnicas que pudessem contribuir com a compreensão do mesmo fenômeno: a construção de controle social em comunidades locais a partir de suas configurações sociais.

Logo, a proposta original envolveu a realização de entrevistas e grupos focais como meios de acessar dinâmicas relacionadas à supervisão de crianças e adolescentes. Dentre os mecanismos de controle social informal, a supervisão de crianças e adolescentes parecia ser especialmente singular no contexto brasileiro ao ponto de justificar o trabalho de campo na vizinhança. Essa singularidade foi sugerida pela análise dos dados quantitativos, cujos resultados indicavam diferenças entre a disposição de agir coletivamente nos casos de violências, crimes e ameaças e nos casos que envolviam a regulação de comportamentos de crianças e adolescentes. A proteção social oriunda da mobilização comunitária se mostrou diferente e significativa nos modelos estatísticos no contexto brasileiro para o controle desses grupos em particular, o que certamente chamou a atenção.

Assim, os interlocutores foram selecionados inicialmente a partir de escolas da Estrutural, envolvendo professores, diretores, orientadores educacionais, além dos pais e mães e os próprios alunos. Os objetivos específicos foram dirigidos a *coletar e analisar dados qualitativos sobre vitimizações na Estrutural. A proposta foi explorar como relatos, experiências próprias e vicárias, dos sujeitos e de vizinhos, na própria cidade e em outros espaços (tais como no local de trabalho, na escola etc.), impactavam a percepção sobre vitimizações no contexto da Estrutural.*

As primeiras entrevistas foram realizadas após a solicitação formal de autorização para realizar atividades da pesquisa nas escolas públicas do bairro. A análise desses pedidos demorou

mais de vinte e cinco dias, período em que conheci o Centro Social Santa Clara. Em duas ocasiões, acompanhei grupos religiosos durante a entrega de doações de alimentos e roupas em uma das igrejas da cidade. Numa dessas visitas, conheci a Lúcia, que organizava trabalhava na creche mantida pela igreja na entrada do Santa Luzia. Naquele dia, saí com a sugestão de procurar o padre pois a aceitação da Lúcia em conversar comigo não seria suficiente para acompanhar a rotina da creche.

Algumas semanas depois, fui recebido pelo padre que recebeu o meu pedido de realização da pesquisa com alguma reserva inicial. Segundo ele mesmo me diria horas depois, ‘tem gente que vem aqui, mas não deixa o lugar de onde veio e assim é melhor não vir’, numa indicação de que havia recebido pessoas que atrapalhavam a rotina da creche. Por ser um estranho, logo procurei entender o que seriam as atitudes indesejadas sugeridas pelo padre. Alguns episódios foram ilustrativos<sup>105</sup> e sugeriram que indicações de distanciamento em relação às crianças ou aos funcionários não eram bem vistas. Aprendi a importância de tomar o café da manhã na chegada de minhas visitas, algo que ‘muito estranho não fazia por sabe lá que tipo de frescura’, como Sônia, a cozinheira da creche, me revelou numa de nossas conversas. Comentar sobre a poeira que insistia em subir a cada carro que passava também não era visto com bons olhos. O mesmo para o constante cheiro da fumaça produzida pelo lixo queimado por alguns moradores de casas vizinhas.

As primeiras entrevistas foram realizadas em maio de 2016 com mães de crianças do Santa Clara. Lúcia mantinha a relação de mães e pais da escola organizada, o que facilitou o meu acesso. Várias entrevistas foram acompanhadas por Lúcia, que aproveitava a minha visita às casas das famílias para ‘atualizar as informações do cadastro socioeconômico da família’, segundo ela. Outras entrevistas, particularmente aquelas em que repeti as famílias, não foram acompanhadas por Lúcia. Após a realização de algumas entrevistas, o escopo da pesquisa foi modificado e passou a incluir outros aspectos além da supervisão de crianças e adolescentes. Outros objetivos específicos passaram a integrar o projeto:

- Registrar e analisar os discursos sobre formas de organização social construídas em resposta a vitimizações (corolário do objetivo anterior). A proposta explorou como os moradores se organizavam, engajavam e mobilizavam em iniciativas coletivas para lidar com riscos de vitimização, as quais não se limitavam, mas incluíam: participação em reuniões de grupos comunitários,

---

<sup>105</sup> Esses episódios são discutidos em detalhe no capítulo 6.

realizar denúncias sobre criminosos, chamar a polícia, intervir em brigas (ou outros conflitos) entre vizinhos.

- Coletar e analisar dados qualitativos sobre a mobilização de recursos internos e externos à comunidade e a prestação de serviços públicos na Estrutural. A proposta é explorar como as políticas públicas impactam percepções sobre vitimizações e medo do crime na cidade a partir de entrevistas com moradores, lideranças comunitárias e funcionários de escolas, hospitais e policiais.

Assim, a abordagem qualitativa se delineou em torno de três pontos centrais: supervisão de crianças e adolescentes, isolamento social e mobilização social. Os espaços de interseção entre os temas foram vários, conforme discutido no capítulo 6. Em conjunto, esses elementos se mostraram centrais para a construção do controle social na Estrutural.

#### 4.4.1 Técnicas da pesquisa qualitativa

As técnicas de pesquisa qualitativa utilizadas foram:

*Entrevistas semiestruturadas:* o objetivo principal foi compreender o ambiente sócio urbano da cidade, suas dinâmicas de sociabilidade, os diversos agentes e grupos sociais envolvidos, e principalmente as modalidades de interação social associadas ao controle social na Estrutural. A amostra foi selecionada por conveniência e, em cada grupo, por bola de neve. Foram realizadas entrevistas com moradores, professores, diretores de escolas, policiais militares, lideranças comunitárias, conselheiros tutelares e crecheiras. Quatro pessoas foram entrevistadas duas vezes, pois se dispuseram a responder novas questões. Em todos esses casos, pontos do roteiro original acabavam sendo respondidos novamente. Tipicamente, as entrevistas aconteciam nas casas das pessoas ou em seus locais de trabalho, como no caso de conselheiros tutelares, policiais militares, professores e as crecheiras.

Ao todo, foram realizadas 53 horas de gravações, com 34 pessoas, entre maio de 2016 e junho de 2019. No período de julho de 2016 e agosto de 2017, não foram realizadas entrevistas pois foi o período em que realizei a etapa sanduíche da pesquisa nos Estados Unidos. O tamanho da amostra foi determinado pela saturação, ou seja, o ponto a partir do qual novos temas deixam de emergir de novas coletas de dados (CRESWELL; CLARK, 2017; MORSE; FIELD, 1995). O roteiro das entrevistas semiestruturadas encontra-se no Apêndice I. As características dos participantes das entrevistas estão na tabela 12 abaixo.

Tabela 12. Características dos participantes de entrevistas e grupos focais.

N	Categoria	Escolaridade	Estado		Idade	Filhos	Parentes na vizinhança	Tempo de moradia na vizinhança	Número de entrevistas	Grupo Focal
			Civil	Sexo						
1	Mães/Pais	Fund. incompleto	Casado	Mulher	56	3	**	**	2	Sim
2	Mães/Pais	Sup. incompleto	Separada	Mulher	39	2	8	17	2	Sim
3	Mães/Pais	Ensino Médio	Casado	Homem	28	1	0	28	2	Sim
4	Mães/Pais	Ensino Médio	Solteiro	Mulher	32	1	3	25	1	Sim
5	Mães/Pais	Analfabeta	Separada	Mulher	33	6	0	9	1	**
6	Mães/Pais	Fund. incompleto	**	Mulher	28	2	0	6	1	Sim
7	Mães/Pais	Sup. incompleto	Solteiro	Mulher	32	2	3	17	1	Sim
8	Mães/Pais	Fund. incompleto	Separada	Mulher	26	3	2	12	1	Sim
9	Mães/Pais	Ensino Médio	Separada	Mulher	25	3	3	14	1	Sim
10	Mães/Pais	Ensino Médio	Casada	Mulher	21	2	2	10	1	**
11	Mães/Pais	Fund. incompleto	Casado	Homem	28	4	4	**	1	**
12	Mães/Pais	Sup. incompleto	Separado	Homem	26	3	8	11	1	**
13	Conselheiro tutelar	Superior	Casado	Homem	42	2	**	25	1	**
14	Conselheiro tutelar	**	Casado	Homem	32	2	**	16	1	**
15	Conselheiro tutelar	Ensino Médio	Solteiro	Homem	**	0	**	19	1	**
16	Crecheira	Fund. incompleto	Separada	Mulher	56	2	2	6	1	**
17	Crecheira	Analfabeta	Casada	Mulher	38	3	0	7	1	**
18	Crecheira	Analfabeta	Casada	Mulher	28	2	0	10	1	**
19	Liderança comunitária	Ensino Médio	Casada	Mulher	46	1	6	20	1	**
20	Liderança comunitária	**	Casada	Mulher	40	2	8	22	1	**
21	Liderança comunitária	Ensino Médio	Casada	Mulher	42	3	8	19	1	**
22	Liderança comunitária	**	Casada	Mulher	42	4	8	11	1	**
23	Comerciante	Ensino Médio	Casado	Homem	38	**	**	4	1	**

---

24	Comerciante	Ensino Médio	Casado	Homem	**	**	**	2	1	**
25	Policial Militar	Pós-graduação	Casado	Homem	36	**	**	**	**	**
26	Policial Militar	Superior	Casado	Homem	32	**	**	**	**	**
27	Policial Militar	Superior	Solteiro	Homem	28	**	**	**	**	**
28	Professor	Superior	Solteiro	Mulher	33	**	**	**	**	**
29	Professor	Superior	Solteiro	Mulher	32	**	**	**	**	**
30	Professor	Superior	Casado	Mulher	38	**	**	**	**	**
31	Professor	Superior	Casada	Mulher	46	**	**	**	**	**
32	Professor	Superior	Solteiro	Homem	**	**	**	**	**	**
33	Professor	Superior	Solteiro	Homem	**	**	**	**	**	**
34	Professor	Superior	Solteiro	Homem	**	**	**	**	**	**

---

*Grupos focais:* foram realizados dois grupos focais pelo pesquisador e uma auxiliar. Essa etapa contou apoio financeiro do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Tendo em vista o foco da teoria da eficácia coletiva na supervisão de jovens e adolescentes, os dois grupos focais foram realizados com mulheres com filhos em idade escolar. Cada grupo focal contou com quatro mulheres, selecionadas por conveniência. Os dois grupos focais foram realizados em casas de uma das participantes de cada grupo. As dificuldades de deslocamento e, particularmente, de afastamento do trabalho ou de encontrar quem cuidasse dos filhos condicionaram a realização dos grupos focais. Ambos foram realizados em sábados à tarde, por serem horários mais convenientes para elas.

Assim, foram exploradas questões relacionadas à "divisão do trabalho doméstico por gênero", em que cabe às mães a supervisão dos filhos. Além disso, as condições de supervisão dos comportamentos de menores na comunidade, discutindo questões relacionadas à frequência com que intervêm em situações envolvendo brigas, discussões, crianças faltando a escola, dentre outros. O roteiro detalhado está no Apêndice II. As características das participantes dos grupos focais estão na tabela 12 acima.

#### 4.4.2 Critérios de análise

##### 4.4.2.1 Caderno de campo, notas e conceitos

O registro das atividades de pesquisa foi realizado em cadernos de campo desde a formatação do projeto inicial. As anotações eram sobre assuntos diversos como teorias, abordagens metodológicas, indagações sobre novos temas e, principalmente, registros sobre atividades do trabalho de campo. Eram frequentes anotações de termos, expressões e lugares em diferentes momentos do trabalho de campo, os quais serviram à reflexão posterior. No caso das entrevistas, eram registradas breves notas nos cadernos de campo, preservando, sempre que possível, os termos e expressões utilizados. Além disso, gravei diversos áudios sobre momentos do trabalho de campo, em que aproveitava o *impacto inicial* daquela experiência para elaborar sobre possíveis implicações ao projeto como um todo. Após cada entrevista, eram invariavelmente realizadas anotações detalhadas, buscando descrever os tópicos discutidos, bem como as dinâmicas percebidas, as reticências, os ditos e os não-ditos e as retóricas utilizadas.

O propósito de manter os registros dos cadernos de campo, os áudios do pesquisador e as anotações detalhadas está relacionado à proposta aplicada de desenvolvimento conceitual (GLASER; STRAUSS, 2017). Dessa maneira, a formulação de generalizações ou padrões e tendências a partir dos casos concretos me parece ser facilitada. Por vezes, as anotações eram utilizadas para questionar a teoria, e vice-versa, desafiando suas fronteiras a partir de evidências

do campo. Enquanto pesquisador, esses registros formaram um percurso que envolveu a compreensão teórica e o refinamento metodológico imbricados e superpostos no trabalho de campo. O conjunto de anotações e áudios serviram, ainda, como um registro das opções feitas pelo pesquisador, o que servirá a análises futuras, secundárias ou longitudinais, e ainda à conferência das informações e conclusões da pesquisa por outros pesquisadores.

Dois recursos principais foram utilizados para o registro das atividades de pesquisa. O primeiro foi dedicado à revisão da literatura, às fontes de informações e ao registro de todas as atividades planejadas e realizadas. Para tanto, utilizei planilhas do Excel para controlar, registrar e planejar as etapas da pesquisa. Esse catálogo foi denominado *Matriz de Controle e Revisão* e era subdividido em seis planilhas com informações sobre artigos e livros consultados, websites, vídeos e áudios, log de atividades realizadas (com horários de início e término) e planejadas. A última planilha registrava as informações relevantes de cada fonte, a referência bibliográfica e o local de salvamento no computador. Por meio de hiperlinks, esses registros facilitavam consultas posteriores, a associação com os registros de leituras, anotações em arquivos específicos e no caderno de campo. A imagem abaixo demonstra uma das telas do catálogo:

**Figura 6.** Imagem da Matriz de Controle e Revisão

ID	Área de Pesquisa ou Interesse	Sub-área de pesquisa	Último nome, primeiro nome	Data de publicação	Tipo (artigo, livro, capítulo de livro, tese)	Referência completa	Hyperlink para o texto	Hyperlink para o fichamento
21	Eficácia coletiva e violência	Etnografia/capital social	Nero, 2010	01/01/2010	MA Thesis	Nero, M. (2010) Collective Efficacy as it Relates to Public Safety in the Olmder Neighbourhood', MA Thesis, Department of Anthropology, San José State University	<a href="#">Nero, 2010/Nero, 2010.pdf</a>	
22	Eficácia coletiva	Violência doméstica	Browning, 2002	01/01/2002	Artigo	Browning, C. (2002). The Span of Collective Efficacy: Extending Social Disorganization Theory to Partner Violence. <i>Journal of Marriage and Family</i> , 64(4), 833-850. Retrieved from <a href="http://www.jstor.org/stable/3509086">http://www.jstor.org/stable/3509086</a>	<a href="#">Browning/Browning, 2002.pdf</a>	
23	Eficácia coletiva	Desorganização social	Warner, 2007	01/01/2007	Artigo	Warner, Barbara D. "Social Disorganization Theory." <i>The Blackwell Encyclopedia of Sociology</i> . Ritzer, George (ed). Blackwell Publishing, 2007. Blackwell Reference Online. 16 December 2016.	<a href="#">Warner/Warner, 2007.pdf</a>	
39	Eficácia coletiva	Latin America	Cerda & Morenoff, 2008		Anais de conferência	Cerda, M., Morenoff, J., Duque, L. F., & Buika, S. L. (2008). The limits of collective efficacy: Investigating the influence of neighborhood context on levels of violence. In American Sociological Association Annual Meeting, Boston, MA. Available	<a href="#">.../Biblioteca - Livros, artigos e reports por autor e data/Cerda et al. 2008 (limites da eficacia Coletiva)/Cerda et al., 2008.pdf</a>	<a href="#">Revisão da literatura/Teoria da Eficácia Coletiva/Cerda &amp; Morenoff, 2007.docx</a>

Em particular para as referências bibliográficas, foi utilizado o software Mendeley Desktop, versão 1.19.5. O recurso de notas do software foi integrado aos registros de leituras, funcionando como um gerenciador de anotações. Essa etapa foi especialmente útil na escrita da tese.

O segundo recurso utilizado para o registro das atividades de pesquisa foi o software NVIVO, versão 12. Como se sabe, o NVIVO é um software dedicado à análise de dados qualitativos, com possibilidades de integração com diferentes ferramentas de registro e interpretação dos dados. Nesta tese, o NVIVO foi útil tanto ao registro quanto à análise dos dados. Em relação ao registro, as anotações do caderno de campo, os áudios e as anotações detalhadas foram inseridos no programa como documentos. Essa transcrição dos cadernos de campo para o programa pode causar estranheza num primeiro momento, mas se mostrou útil em diferentes formas. Em primeiro lugar, a própria transcrição permitiu uma reflexão sobre a anotação e um retorno ao contexto que a envolveu. Logo, as anotações detalhadas ganharam novos insights que apenas o retorno às evidências e às interpelações do pesquisador permitiriam.

Em segundo lugar, a associação entre as anotações do caderno de campo com outras evidências, registros da literatura, imagens e áudios facilitou o trabalho analítico como um todo. Tendo sido responsável por todas as transcrições, o registro no NVIVO era sempre o passo seguinte à transcrição, cujos nós, casos e referências estavam inicialmente delineados. Por fim, os procedimentos no NVIVO facilitaram o cumprimento dos objetivos de pesquisa. Mais do que isso, a adequação dos objetivos, o apontamento de limitações do trabalho de campo e a necessidade de mais subsídios para determinado objetivo foram facilitados. Como exemplo, ao final do trabalho de campo, o projeto de gestão das escolas entre as secretarias de educação e de segurança se tornou um tema recorrente nas entrevistas ao ponto de configurar um elemento importante na interpretação de outros processos sociais. Logo, a sua inclusão no planejamento da pesquisa foi um desafio adicional ao projeto. Após uma das primeiras conversas com Marlene, em 2017, o caderno de campo trazia a seguinte anotação: “E se a polícia tivesse chegado a tempo, seria diferente?” após o relato sobre a ausência de disciplina nas escolas e da falta de apoio do Estado. Naquele dia, houve uma confusão na escola entre dois garotos de 12 ou 13 anos e a professora acabou se machucando. Os policiais foram chamados, mas não houve o atendimento. Esse registro se refere a um dos pontos importantes das estratégias de controle social por meio da supervisão de crianças e adolescentes. Ao alcance de um clique na tela do programa, a busca nos registros do caderno de campo foi realizada e a conversa com Marlene revelada. Esse retorno no caderno físico talvez não teria sido possível.

No caso das anotações do caderno de campo, foi utilizada a ferramenta *Memos*, para manter os registros dessas informações. Essa distinção é importante, pois os *Memos* são reflexões ou apontamentos do pesquisador, ou seja, processos críticos que não incorporam trechos dos participantes. Os *Memos* foram subdivididos em cinco grupos: eventos gerais, conceitos



(teorias), questões emergentes, casos importantes e procedimentos de pesquisa. Essa estrutura de anotações orientou a formulação dos argumentos principais da análise de dados.

#### 4.4.2.2 Condição de pesquisador

A Estrutural fez parte do meu passado profissional. Tenho pela vizinhança uma relação afetiva que permanece na memória. Logo que me formei no curso de formação de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, em 2005, fui designado para trabalhar no 4º Batalhão, que naquela época também era responsável pelo policiamento da Estrutural. Entre 2006 e 2008, desempenhei diversas funções naquela unidade, sendo uma delas o subcomando da companhia que cuidava da Estrutural. Desde então, retornei poucas vezes à cidade. Nesses 8 anos, a cidade mudou bastante e talvez a diferença mais visível seja relacionada às melhorias na infraestrutura, como destacaram vários moradores durante as entrevistas. A cidade também expandiu seus limites e aumentou sua população. Isso foi impactante nos primeiros contatos da pesquisa em 2016.

É necessário situar o meu lugar de fala, pois é por meio da condição de pesquisador-policia que enxergo o meu objeto de estudo e lido com suas idiossincrasias e nuances. Logo, *as reflexões desta tese não foram realizadas apesar da minha profissão, mas sobretudo em virtude dela*. São estes os referentes que utilizo para conferir significado a análises que faço do social. Confesso que desde a elaboração do projeto desta pesquisa, a Estrutural figurava em algum lugar no meu inconsciente como uma referência importante. Mesmo que não tivesse realizado o trabalho de campo na vizinhança, acredito que teria recorrido às vivências que tive na Estrutural como referências de comunidades semelhantes. Contudo, tão logo se impuseram contradições para a aplicação do modelo da eficácia coletiva, as evidências apontaram para vizinhanças pobres, periféricas do contexto urbano do DF.

A passagem para incluir a Estrutural nas demais etapas da pesquisa foi-me natural. Não é tarefa simples precisar quando a pesquisa de campo começou e quando ela terminou. Os primeiros contatos que fiz na Estrutural trouxeram à tona uma espécie de nostalgia, em relação ao período que vivi na cidade, e surpresa, dadas as dimensões das mudanças que observava. Tanto a proximidade afetiva quanto o distanciamento físico-temporal fazem parte do fazer sociológico nesta pesquisa, e, em grande medida, informam as escolhas e as análises que foram feitas (MILLS, 2009). Como argumenta Peirano, os limites entre as escolhas, o início e o fim de uma pesquisa de campo, enfim, são momentos arbitrários que dependem de muitos fatores, dentre eles “a potencialidade do estranhamento, o insólito da experiência, a necessidade de examinar por que alguns eventos vividos ou observados nos surpreendem” (PEIRANO, 2014,

p. 379). Muito da *nova* Estrutural contrastava com a minha *velha* Estrutural, a cidade que vivi há 8 anos.

O caminho do estranhamento não é simples. É necessário se colocar em perspectiva em relação ao outrora familiar, negando fronteiras intelectuais e da experiência empírica na medida em que se apresentam na realidade. Os achados desta pesquisa são frutos dos diálogos com os sujeitos, as pessoas que se dispuseram a conversar comigo, e também das experiências que vivenciei na cidade Estrutural, nos limites de suas ruas e esquinas. Em última medida, busquei afastar a naturalização de categorias frequentes ao mundo policial na interpretação dos dados sobre controle social na vizinhança. O caminho foi o de refletir sobre aqueles modos de vida, alguns diferentes e outros nem tanto, captados pelas percepções que construí a partir do que foi comigo compartilhado em entrevistas e grupos focais. Em última medida, as escolhas que fiz buscaram descrever, na linguagem escrita, “a eficácia social das ações de forma analítica” (PEIRANO, 2014), ou seja, os sentidos práticos ou subjetivos de ações nos modos de vida das pessoas.

Foram raros os momentos em que utilizei direta e conscientemente minha condição de policial durante o trabalho de campo. Por óbvio, durante as entrevistas com os policiais militares, isso antecedeu e facilitou o acesso aos dirigentes locais do batalhão. Nenhum dos entrevistados ou participantes dos grupos focais me questionou sobre minha profissão, algo que não teria problema em revelar. Contudo, não gostaria que as questões fossem respondidas ao policial e não ao pesquisador, por isso a escolha feita. Na maior parte das vezes, essa era uma questão muito mais interna do que exposta aos meus interlocutores. Uma passagem do caderno de campo exemplifica esse ponto:

Hoje, quinta-feira, 26 de maio de 2016, fiz a primeira entrevista no Santa Luzia. Havia marcado de encontrar com Lucia às 17h na entrada do Santa Luzia para, de lá, seguirmos até o CSSC. No trajeto entre a entrada da Estrutural e o ponto marcado, me dei conta que nunca havia entrado na cidade sozinho e... desarmado. Na verdade, sempre que estive na Estrutural foi a bordo de uma viatura, logo com outros dois ou três colegas também armados. Essa sensação em relação à cidade também era nova: sentia medo. Não sei precisar em relação a que exatamente, mas isso passava pela circunstância, pelo desconhecido e pelas novidades. Logo antes da chegada à entrada do Santa Luzia, havia um trecho ruim do asfalto que sempre alagava quando chovia. Havia chovido naquele dia e eu descobri os buracos do asfalto que motivavam a longa fila de caminhões, principalmente, que levavam resíduos para o aterro. Estando atrás de um desses caminhões, querendo que chegasse logo o ponto de encontro, vejo dois meninos vindo no sentido contrário em suas bicicletas. Gelei. Sentia-me sem ter o que fazer, preso entre

dois caminhões e com vários buracos dificultando qualquer opção de fuga. Eles vinham na direção do meu carro olhando fixamente para mim e o carro. Pensei: ‘já era’. Enquanto já pensava no que fazer caso eles estivessem armados, eles se aproximaram e... passaram por mim. Ao passo que a adrenalina começou a diminuir, tive tempo de gravar um áudio relatando tudo aquilo.

Essa nota revela que a ameaça real estava em mim, habitava as minhas pré-noções sobre a situação, as pessoas e o local. Não seria possível continuar a realizar o trabalho de campo sem problematizar essas *limitações*. Todas as entrevistas que realizei na cidade foram precedidas de autoquestionamentos sobre medo e preconceitos como aqueles ilustrados acima. A condição de pesquisador-policia enseja, em especial, essa transposição ou, ao menos, uma inserção refletida sobre o fazer científico naquele contexto. Desde então, sempre transcrevi minhas percepções sobre as expectativas e as experiências efetivamente vivenciadas. Sempre que visitei a Estrutural foi da mesma forma: no meu carro, desarmado e sozinho.

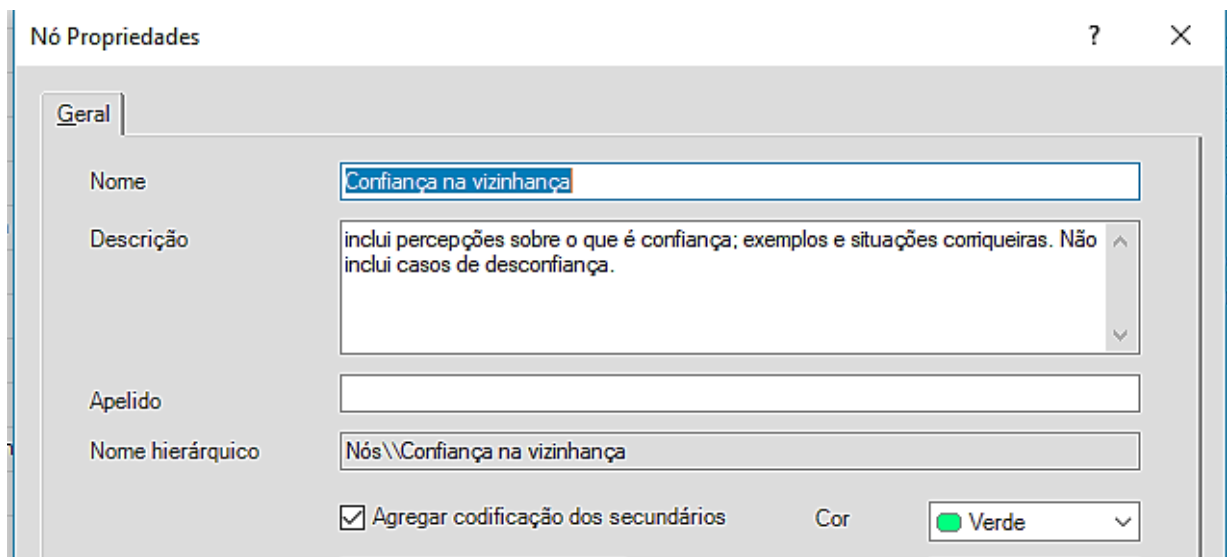
#### 4.4.2.3 Codificação

A análise dos dados se valeu do método de desenvolvimento aplicado (GLASER; STRAUSS, 2017; HEATH; COWLEY, 2004). Depois de coletados, os dados das entrevistas e dos grupos focais também foram transcritos e inseridos no programa. Os recursos do NVIVO permitem a criação de numerosos links entre documentos, transcrições, casos, notas, mapas mentais, dentre outros. A agilidade do acesso aos dados e às anotações facilitaram o estabelecimento de conexões que, de outra forma, como em meio físico, exigiram esforço muito maior. Em última instância, o programa permite o acompanhamento e o registro de como a literatura, as evidências e a análise do pesquisador foram realizados.

No NVIVO, os dados foram analisados indutivamente para criar esquemas de códigos para os temas emergentes. A intenção foi privilegiar o ponto de vista dos participantes. De uma forma geral, as transcrições das entrevistas e dos grupos focais foram feitas em processadores de texto, como o Word e o Google Docs. Depois de revisadas, as transcrições eram incluídas como *Dados*, em pastas criadas para a data de realização de cada atividade. O mesmo procedimento foi realizado com as anotações do caderno de campo, os áudios e as imagens.

Em seguida, as transcrições foram codificadas em *Nós*. Os nós funcionam como rótulos que aglutinam as informações em categorias definidas teoricamente (BRINGER; JOHNSTON; BRACKENRIDGE, 2004). Cada nó pode ser aplicado aos diferentes tipos de arquivos aceitos pelo programa e podem ser subdivididos em pastas aninhadas, espécies de *sub nós* (estrutura de árvore). A figura abaixo apresenta um exemplo de descrição de um nó da tese.

Figura 7. Propriedades de um nó no NVIVO 12.



O processo de categorização das informações no programa é dinâmico. O estágio inicial é caracterizado pela identificação de conceitos repetidos em diferentes documentos. Comumente, esta etapa envolve a análise de diferentes documentos em busca de padrões ou tendências (HUTCHISON; JOHNSTON; BRECKON, 2010). Os códigos iniciais são tentativas de interpretar os dados e a forma mais comum no NVIVO é a categorização em nós. A cada novo documento analisado, surgem novos conceitos e novos nós são criados ou modificados para incluir as características observadas. A criação de cada novo nó é registrada nas suas propriedades, como forma de distinção em relação aos demais. Esse formato permite o intercâmbio entre os nós. A imagem abaixo descreve trechos de documentos associados a um mesmo nó. Na direita, são representados por etiquetas coloridas os conceitos a que cada nó se refere.

Figura 8. Informações de um nó no NVIVO 12.

Nome	Arquivos	Referências	
Confiança na vizin	5	13	
Conflito Leste e o	1	4	
Conhecer vizinhos	4	9	
Controle social inf	7	40	
Desconfiança na vi	2	2	
Escolas militares	0	0	
Fechamento do lix	5	6	
Isolamento social	2	2	
Medo	5	9	
Mobilização social	7	12	
Motivo mudança E	6	27	
Parentes na vizinh	3	4	
Relação com a pol	3	4	
Santa Luzia	1	1	
Supervisão de jov	8	29	
Trabalhar nessa es	0	0	

**Motivo mudança Estrutural**

Acho que foram chegando pessoas que não compactuavam com certas coisas erradas e meio que foram deslocando as pessoas que faziam as coisas erradas. Por exemplo, aqui na rua tinha uma boca, né, e já não tem mais. Aquela pessoa não conseguiu firmar aqui porque as outras pessoas não aceitavam. Não eram a favor, mas não falavam direto. Acho que a maioria das pessoas deixavam os "errados" deslocados, desconfortáveis. Eu acho que parte muito de como você trata as pessoas, da postura. E os novos tinham essa postura de não aceitar o errado.

Referência 6 - 2,46% Cobertura

No geral, eu acho que tudo mudou pra melhor! Você pensa só: até um tempo atrás a gente não tinha pavimentação, não vinha telefone até aqui, teve a cabo, essas coisas sabe. Eu lembro que o telefone fixo foi chegar aqui por volta de 2008. Não tinha nem luz, era tudo gambiarra. Foi feito pracinha, escola. Antigamente era bem difícil, não dava. E tudo isso foi dando segurança pra gente.

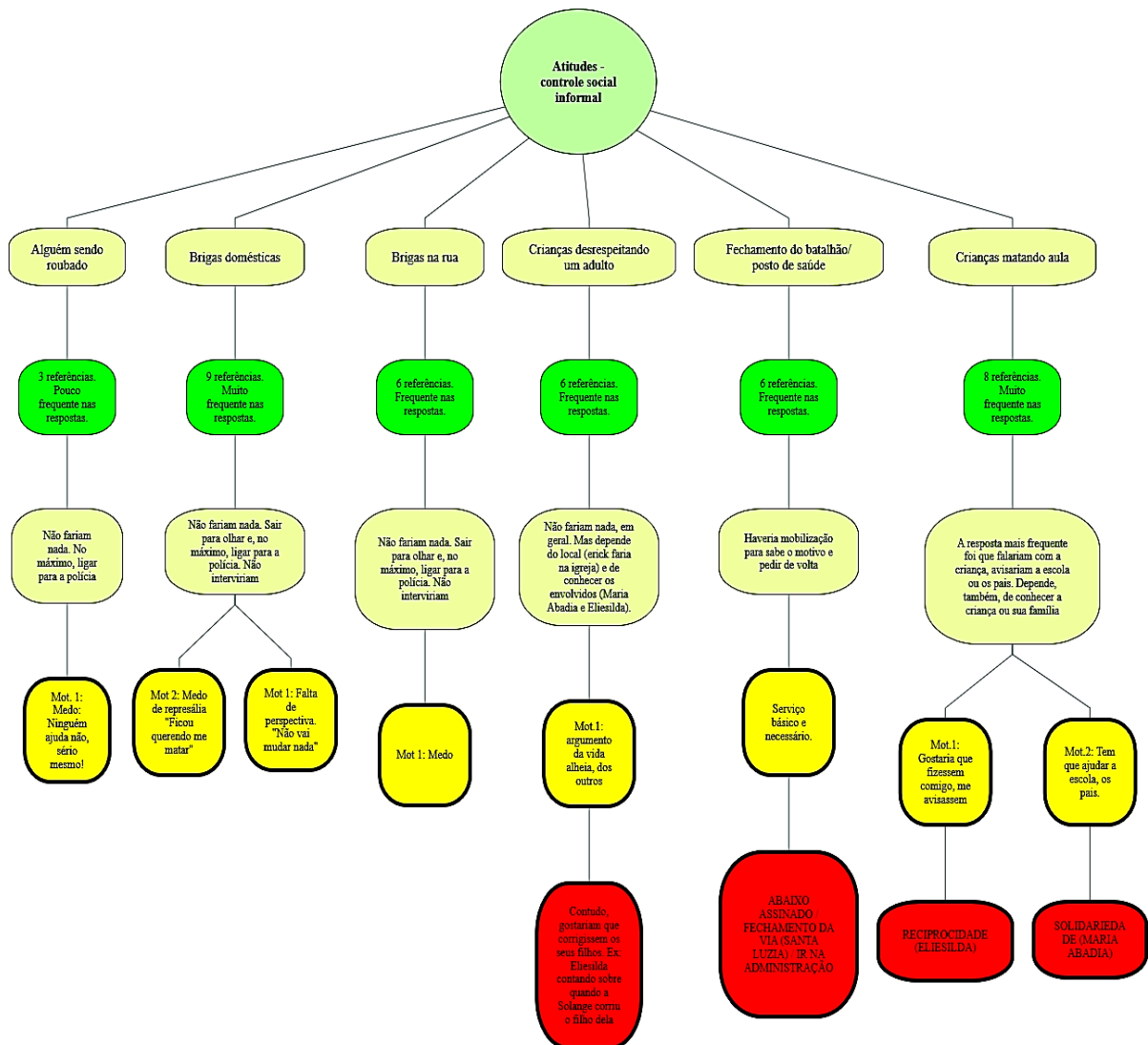
Referência 7 - 1,41% Cobertura

Que eu me lembre não. Lógico que não está 100%, ainda tem muito pra melhorar, principalmente para os jovens, mas está melhor do que antes. Tem que ocupar os jovens com curso, ocupação, essas coisas, mas melhorou bastante.

Os dados podem ser incluídos em mais de um nó ao mesmo. Isso sugere estruturas conhecidas como *Relacionamentos*, que indicam dimensões subjacentes a um mesmo conceito. Esse recurso é especialmente para serem estabelecidos padrões e tendências mais amplos. Dentre as técnicas utilizadas no desenvolvimento de conceitos, a codificação axial se destaca por permitir o relacionamento entre as menores partes do nós em categorias gerais. É um processo de reestruturação dos dados em torno de dimensões comuns (BRINGER; JOHNSTON; BRACKENRIDGE, 2004). A função de códigos de referência (linhas coloridas na imagem acima) se mostrou útil nesse ponto, por permitir a visualização gráfica da superposição de dados em nós distintos.

Os atributos dos nós podem ser reunidos em tabelas, exportados em gráficos e alimentam relatórios de análise. Alguns são mais conhecidos, como os mapas mentais (figura 13).

Figura 9. Mapa mental da categoria controle social informal. NVIVO 12.



## CAPÍTULO 5. EFICÁCIA COLETIVA E CINISMO LEGAL: CONFIGURAÇÕES SOCIAIS NAS VIZINHANÇAS DO DISTRITO FEDERAL

### 5.1 INTRODUÇÃO

Nos capítulos anteriores, a perspectiva ecológica do crime foi apresentada a partir da tradição teórica da Escola de Chicago, bem como os contextos social, econômico e demográfico em que se situam o Distrito Federal. Na trajetória de desenvolvimento da Teoria da Eficácia Coletiva, foram discutidas as suas raízes na Teoria da Desorganização Social e as principais críticas aos Modelos Sistêmicos do Crime. A contextualização do Distrito Federal em termos nacionais, regionais e nas regiões administrativas demonstrou as diferenças em relação às transições demográficas, à ocupação dos territórios segundo características sociais e econômicas, além da desigual incidência de homicídios, conforme registrado tanto pelo Ministério da Saúde quanto pela Secretaria de Segurança Pública do DF, e de outros crimes de acordo com a Pesquisa Distrital de Vitimização de 2018.

Neste capítulo, o objetivo é analisar o impacto dos efeitos vizinhança sobre a variação da incidência criminal no Distrito Federal a partir dos dados da PDV 2018. Dois modelos teóricos distintos serão testados: o modelo da eficácia coletiva, cujas variáveis representam fatores de proteção social e como tal deverão ser associadas a menos crimes, e o modelo do cinismo legal, que por representar a descrença em relação à lei e aos seus agentes deverá ser associado a mais crimes. Os dois modelos serão analisados para o conjunto de crimes contra o patrimônio e crimes contra a pessoa. Ambos os modelos são originados no campo das teorias do controle e se aplicam à explicação contextual em pesquisas criminológicas.

Assim, as contribuições deste capítulo para o debate criminológico são: 1) *generalização do modelo teórico da eficácia coletiva para o contexto latino-americano*; e 2) *teste de modelos concorrentes de explicação contextual sobre a variação da incidência criminal*. Nesse último ponto, serão incluídas variáveis que funcionarão como controles de eventuais relações espúrias, como a presença de gangues, a avaliação dos serviços públicos, a percepção de desordens físicas, incivildades, comércio informal e satisfação com o trabalho policial.

Com isso, este capítulo se divide em seis seções distintas, incluída esta introdução. A segunda seção apresenta as fontes de eficácia coletiva, ou seja, as condicionantes contextuais relacionadas às variáveis teóricas utilizadas (controle social informal e coesão social). Nas duas seções seguintes, serão apresentados os modelos hierárquicos para crimes contra o patrimônio e crimes contra a pessoa tanto para eficácia coletiva quanto para cinismo legal. Na quinta seção, discuto os resultados dos modelos e apresento as principais implicações para a generalização

dessas perspectivas teóricas no contexto brasileiro, propondo uma reformulação do paradoxo brasileiro da eficácia coletiva. Por fim, nas considerações finais, sumário os resultados apresentados neste capítulo.

## 5.2 PRODUZINDO EFICÁCIA COLETIVA

Como as características estruturais das vizinhanças impactam a eficácia coletiva? De outra forma, como as condicionantes socioeconômicas interferem na capacidade que as pessoas têm de agir coletivamente em prol da comunidade para resolver problemas locais? Segundo a teoria da eficácia coletiva, as vizinhanças com maiores níveis de desvantagens concentradas, em que o tempo de moradia dos moradores é menor e que reúnem mais desordens e incivildades, tendem a ter capacidade reduzida de eficácia coletiva (SAMPSON, 2012). Para o DF, as características estruturais impactaram de forma diferente as variáveis relacionadas à eficácia coletiva. A tabela 13 apresenta os resultados para controle social informal e coesão social de forma separada.

Inicialmente, os modelos indicaram que uma parcela relevante da variação da eficácia coletiva no DF foi relacionada a diferenças entre as vizinhanças. O ICC<sup>106</sup> de cada um dos modelos indicou a dimensão desse impacto. No caso do controle social informal, cerca de 10% foi relacionado a características das vizinhanças, ao passo que para coesão social o percentual foi de 7%. Tais valores são inferiores aos reportados (21%) em Chicago por Sampson et al., (1997), o que pode estar relacionado a diferenças na construção das variáveis. Contudo, outras pesquisas indicaram percentuais próximos aos encontrados no DF, como é o caso de Sampson e Raudenbush (1999, p. 9), que verificaram também em Chicago 14% para controle social informal, e Chouhy (2016), que registrou valores entre 8% e 14% nas variáveis construídas em países da América do Sul.

---

<sup>106</sup> Os resíduos de correção intraclasses (ICC) são calculados e apresentados como formas de adequação dos modelos. O ICC é uma medida que indica a proporção da variância da variável dependente que é explicada pela variação de medidas em nível agregado (RAUDENBUSH; BRYK, 2002). Ou seja, o ICC indica a proporção da variância associada às variáveis associadas às vizinhanças do DF.



**Tabela 13.** Regressões hierárquicas para fontes de eficácia coletiva no Distrito Federal. Modelos de intercepto aleatório. Coeficientes

	Controle Social Informal		Coesão Social	
	Coef.	<i>z</i>	Coef.	<i>z</i>
<i>Nível individual</i>				
Homem	-0,05	(-1,55)	-0,01	(-0,43)
Jovem	-0,04	(-0,85)	-0,11*	(-2,50)
Casado	0,08 <sup>†</sup>	(1,87)	0,04	(1,16)
Preto	0,06	(1,21)	0,01	(0,35)
Frequência religiosa ref. baixa	-0,07*	(-2,52)	-0,04	(-1,21)
Desvantagens conc. (ind.)	0,04	(0,56)	0,05	(0,78)
Instabilidade residencial (ind.)	-0,00	(-0,02)	0,15	(0,82)
Incivildades (ind.)	0,33**	(3,12)	-0,23*	(-2,50)
Desordens físicas (ind.)	-0,01	(-0,16)	0,11	(1,31)
Comércio ilegal (ind.)	-0,18 <sup>†</sup>	(-1,71)	0,09	(1,02)
Avaliação de serviços públicos (ind.)	-0,00	(-0,05)	0,11 <sup>†</sup>	(1,80)
<i>Nível vizinhanças</i>				
Desvantagens concentradas	-0,12 <sup>†</sup>	(-1,51)	-0,02	(-0,90)
Instabilidade residencial	-0,03	(-0,14)	-0,25	(-1,40)
Incivildades	-0,39**	(-2,95)	0,36**	(3,26)
Desordens físicas	-0,02	(-0,21)	-0,13	(-1,26)
Comércio ilegal	0,22 <sup>†</sup>	(1,94)	-0,09	(-0,84)
Avaliação de serviços públicos	0,02	(0,26)	-0,08	(-1,07)
Intercepto (Nível 2)	-1,35***	(-11,86)	-1,52***	(-11,84)
AIC	14422,07		14261,17	
FMI (Max) <sup>107</sup>	0,18		0,26	
RMI (Média)	0,04		0,05	
F	5,23		10,36	
ICC (modelo irrestrito)	0,10		0,07	
ICC	0,07		0,05	
Log Likelihood	-7189,12		-7108,58	
$\chi^2$	52,35		78,41	

Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018. Estatística *z* em parênteses. Observações em nível 2 (N=77) e em nível 1 (N=4961). Os testes de verossimilhança foram realizados em relação aos modelos irrestritos. <sup>†</sup>  $p < 0.10$ , \*  $p < 0.05$ , \*\*  $p < 0.01$ , \*\*\*  $p < 0.001$

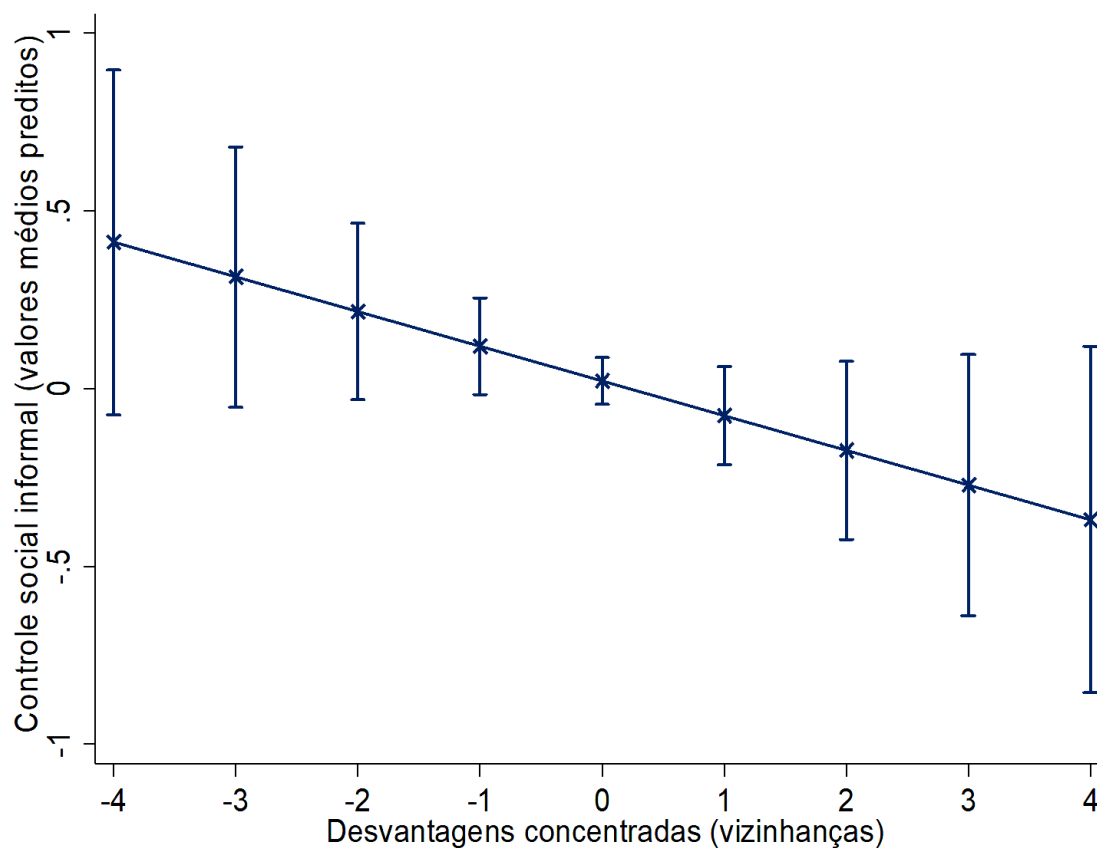
Foram realizados testes para avaliar o ajuste dos modelos. Houve redução na variância não-explicada em ambos os modelos. A redução foi pouco maior no caso do controle social

<sup>107</sup> Conforme White et al. (2011), foram conduzidas 21 imputações para os modelos relacionados às fontes de eficácia coletiva. O FMI reportado é referente às análises com os 21 conjuntos de imputações.

informal, que passou de 10 para 7%. Ou seja, houve uma redução de 30% na variância não-explicada nesse caso, ao passo que no modelo da coesão social foi de 29% - que passou de 7 para 5%. Além disso, foram realizados testes de verossimilhança entre os modelos hierárquicos e os seus equivalentes com modelos de regressão simples. Os modelos hierárquicos apresentaram melhor ajuste em comparação com as regressões simples nos dois casos: para coesão:  $\chi^2(1)=143,59, p<0,05$ ; e para controle social informal  $\chi^2(1)=216,65, p<0,05$ . Por fim, os modelos hierárquicos irrestritos foram comparados com os modelos completos. Novamente, o ajuste dos modelos completos demonstrou ser mais adequado: coesão social:  $\chi^2(1)=78,41, p<0,05$ . E controle social informal:  $\chi^2(1)=52,35, p<0,05$ . Logo, esses resultados sugerem que as variáveis estruturais são importantes preditoras da eficácia coletiva em nível vicinal no DF, o que confere subsídio para a continuidade das análises.

As vizinhanças mais empobrecidas são mais impactadas na capacidade de realizar controle social informal. E o fazem de forma aderente à argumentação da teoria da eficácia coletiva. Os moradores desses bairros tendem a ter menor capacidade de monitorar o comportamento de crianças e de intervir em problemas locais, como brigas ou ameaças ou crianças matando aulas ( $b=-0,12, p<0,1$ ). O sentido das desvantagens concentradas no caso da coesão social foi negativo ( $b=-0,02, p = 0,8$ ), mas não foi significativo. Esses resultados são parcialmente coerentes com o que argumenta a teoria da eficácia coletiva, tendo em vista a significância no caso da coesão. Com efeito, para cada 1 unidade de aumento nas desvantagens concentradas, o nível de controle social informal reduz 0,12 (mantendo constantes as demais variáveis). A figura 10 demonstra as estimativas do impacto das desvantagens concentradas sobre o controle social informal no DF.

Figura 10. Estimativas dos efeitos das desvantagens concentradas sobre o controle social informal no DF. Intervalo de confiança de 95%.



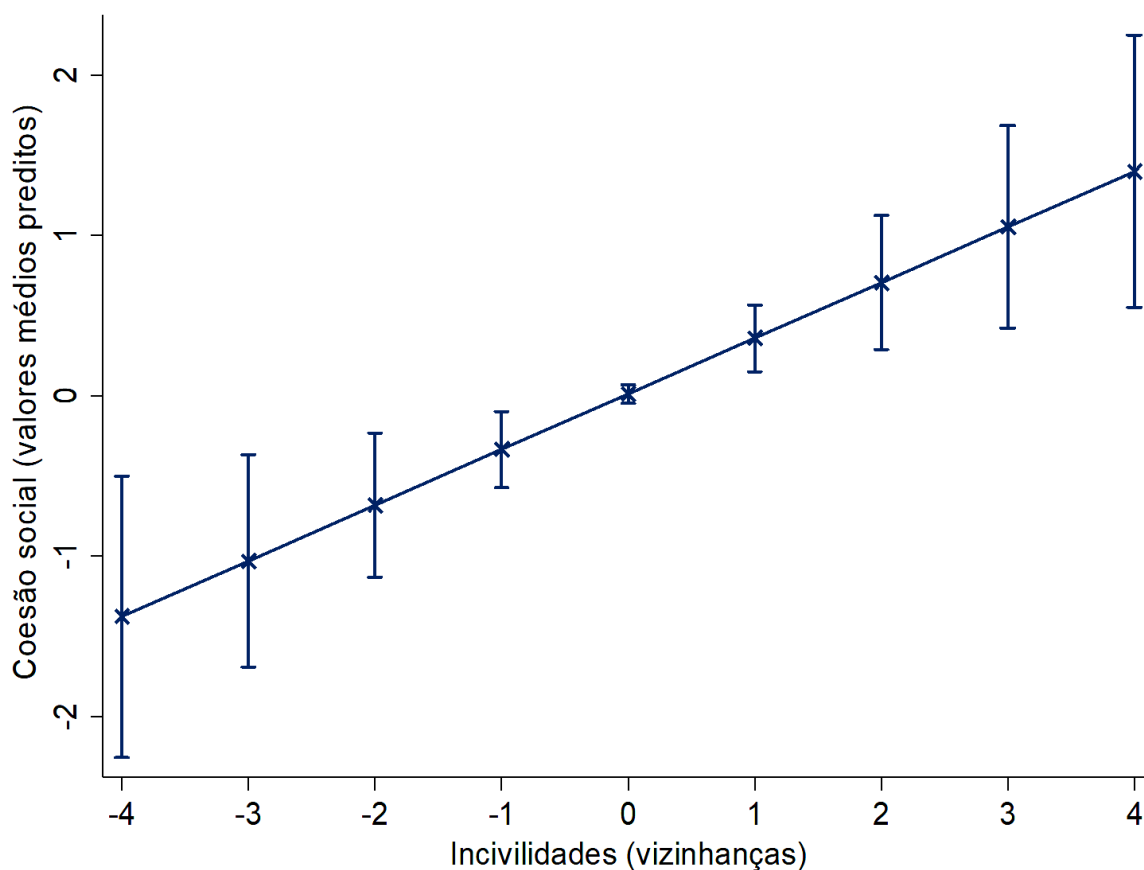
Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018.

Como se observa, no Distrito Federal, as vizinhanças mais pobres são diferencialmente mais afetadas em sua capacidade de agir coletivamente de forma eficaz contra problemas locais, como argumenta a teoria da eficácia coletiva. As variáveis relacionadas à organização das vizinhanças indicaram resultados distintos sobre o controle social informal. Por um lado, as incivildades ( $b=-0,39$ ,  $p<0,05$ ) foram associadas à menor capacidade de realizar o controle social informal. Por outro lado, a presença de comércios ilegais na vizinhança exerceu influência significativa e positiva ( $b=0,22$ ,  $p<0,1$ ) sobre a capacidade de controle social. Esses resultados indicam que a presença de pessoas pedindo esmolas, ruídos ou música alta e animais domésticos abandonados foram os aspectos ambientais que mais limitaram a capacidade informal de regular comportamentos nas vizinhanças do DF. Já atividades informais como ambulantes e camelôs, além de pessoas oferecendo ligações clandestinas de tevê a cabo e flanelinhas foram associadas de forma positiva com o controle social informal.

A coesão social foi impactada, em nível contextual, apenas pelas incivildades ( $b= 0,36$ ,  $p<0,05$ ). De forma oposta à relação com o controle social informal, as incivildades

tendem a estimular a coesão social nas vizinhanças do DF. Em conjunto com o resultado do modelo de controle social informal, essa foi a variável que mais impactou a eficácia coletiva no contexto analisado. Esse resultado antecipa a constatação de que o controles social informal e a coesão social são fenômenos distintos e, por vezes, operam em sentidos diferentes. A figura 11 demonstra o impacto das incivildades sobre a coesão social. Como se observa, o incremento da coesão social foi mais acentuado do que a redução do controle social informal na figura anterior, o que expressa o coeficiente mais elevado.

**Figura 11.** Estimativas dos efeitos da instabilidade residencial sobre a coesão social no DF. Intervalo de confiança de 95%.



Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018.

Em suma, os resultados sobre as fontes de eficácia coletiva demonstraram que as características estruturais impactam significativamente as configurações locais no Distrito Federal. As comunidades mais pobres e com mais incivildades tendem a possuir menor capacidade de realização do controle social informal. De forma diferente, a coesão social das comunidades do DF é impactada positivamente pelas incivildades, numa indicação de que essas interações sociais em contextos de maior precariedade são mais prevalentes. A instabilidade

residencial, as desordens físicas e a avaliação dos serviços públicos não foram significativas para as duas variáveis. Assim, o contexto brasileiro, representado pelo Distrito Federal, demonstrou aderência ao modelo teórico da eficácia coletiva, destacando a relação negativa entre desvantagens concentradas e controle social informal e coesão social. A pobreza tende a reduzir a eficácia de ações coletivas no Distrito Federal. Os efeitos sobre cada variável serão analisados em detalhe na seção 5.5 deste capítulo. Antes disso, investigarei a questão inversa na próxima seção: será a eficácia coletiva um fator de proteção para os impactos de características estruturais, como as desvantagens concentradas, nas vizinhanças do Distrito Federal?

### 5.3 EFICÁCIA COLETIVA E CRIMES CONTRA A PESSOA: MODELOS CONCORRENTES

A relação entre as configurações sociais, como a eficácia coletiva e o cinismo legal, e a variação da incidência de crimes contra a pessoa<sup>108</sup> é o objetivo principal desta seção. Serão apresentados os resultados de sete modelos estatísticos para esses dois tipos de crimes. O primeiro modelo é o irrestrito, em que será analisada a variância associada a preditores contextuais. O segundo analisará o impacto das desvantagens concentradas e da instabilidade residencial sobre a incidência criminal. Em seguida, serão inseridas as variáveis relacionadas à eficácia coletiva – controle social informal e coesão social. O quarto modelo analisará as variáveis teóricas associadas ao cinismo legal para, em seguida, incluir as variáveis associadas a violências policiais e presença de gangues. O sexto modelo incorporará variáveis relacionadas a características ambientais e situacionais relacionadas a desordens, incivildades e comércio informal. Por fim, o modelo completo reunirá todas as variáveis citadas nos modelos anteriores. Todos os modelos incluem os controles em nível individual das variáveis teóricas centralizadas em torno da média dos grupos (UISP) em que se inserem, a fim de obter os efeitos contextuais puros dessas variáveis. Para tornar comparáveis os resultados entre os modelos, utilizarei as medidas padronizadas das variáveis teóricas.

#### *Modelo 1 – Irrestrito*

Os resultados de todos os modelos estão na tabela 14. O modelo irrestrito (1) indica a adequação da estratégia hierárquica para os dados da PDV 2018 e se relaciona à primeira pergunta de pesquisa: *a variação da incidência criminal é significativa entre vizinhanças do DF?*

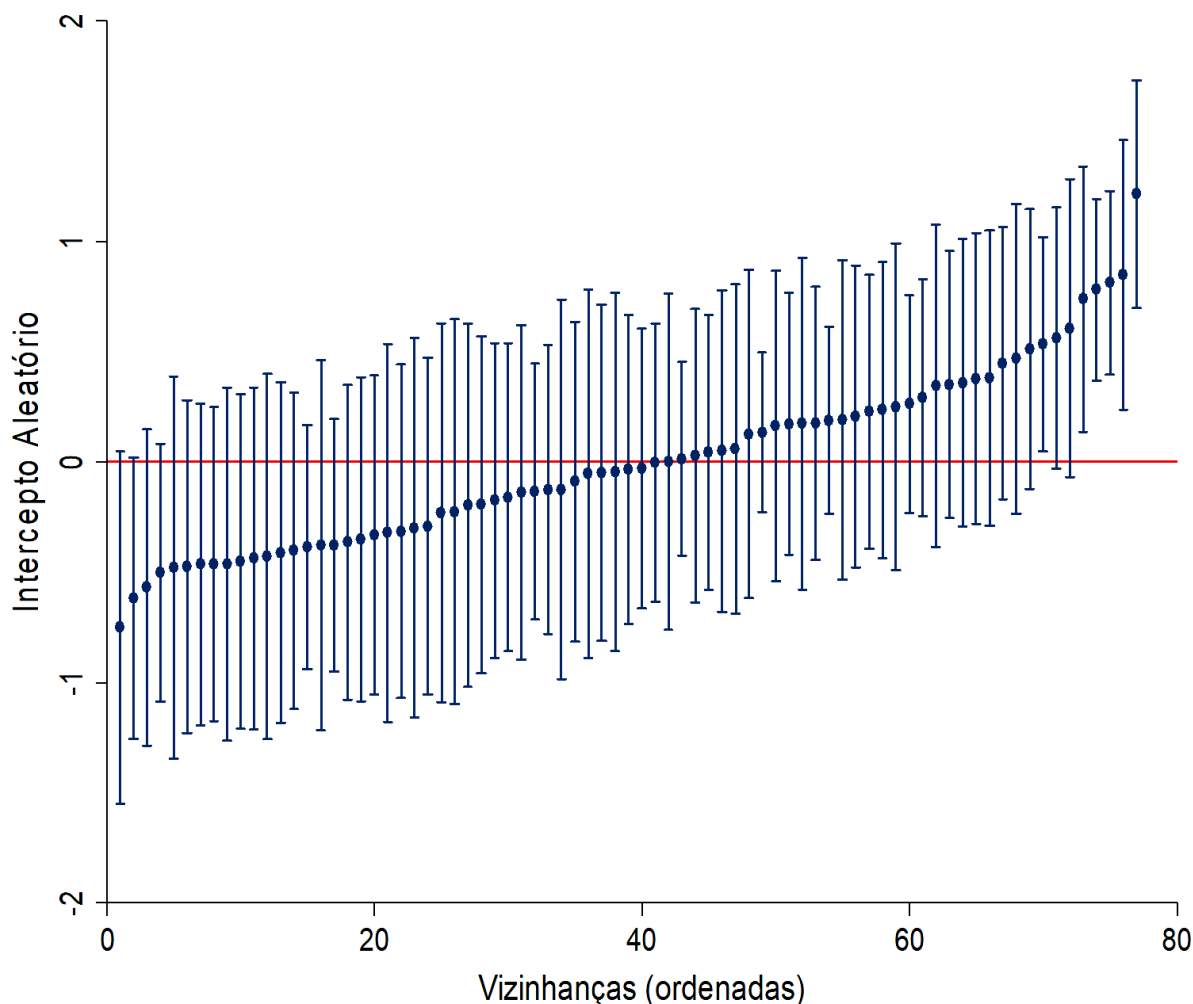
O resultado é significativo e sugere a adequação da aplicação da abordagem ecológica no contexto brasileiro. O ICC indica que 8% da variação dos crimes contra a pessoa está relacionado ao contexto vicinal, ou seja, aos efeitos vizinhanças. A dimensão do ICC está relacionada ao número de vizinhanças e à homogeneidade dentre as unidades nessas vizinhanças. O resultado se aproxima de modelos em países da América do Sul (CHOUHY, 2016). Metodologicamente, esse resultado é um incentivo para prosseguir investigando as condicionantes estruturais que explicam essa variação. O teste da razão de verossimilhança<sup>109</sup>

<sup>108</sup> Os crimes contra a pessoa considerados foram agressões físicas, violências sexuais, discriminação racial e ameaça contra a integridade, sempre nos últimos seis meses. Para mais informações, ver a seção 5.2.5 no capítulo 5.

<sup>109</sup> O teste de verossimilhança ou *likelihood ratio test* compara o ajuste entre dois modelos, sendo que a hipótese nula é a variância zero na comparação entre os parâmetros, ou seja, não há diferença significativa entre os modelos. A comparação assume a distribuição uni-caudal da tabela de significância qui-quadrado (RABE-HESKETH; SKRONDAL, 2012, p. 88-89). Comumente, um maior número de preditores tende a ajustar melhor o modelo e a significância desse ajuste é aferida a partir da tabela.

em relação ao modelo simples ( $\chi^2(1)=24,4$ ,  $p<0,05$ ) demonstrou um melhor ajuste do que o modelo hierárquico.

**Gráfico 13.** Modelo Irrestrito de crimes contra a pessoa no DF. Intercepto aleatório por vizinhanças. 2018.



Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018.

O gráfico 13 demonstra a variação das probabilidades de crimes contra a pessoa em razão dos efeitos contextuais nas 77 vizinhanças analisadas no Distrito Federal. A dispersão em relação à linha horizontal<sup>110</sup> indica a incidência dos crimes contra a pessoa, considerando o intervalo de confiança de 95%, nessas vizinhanças. Todos os casos em que o intervalo de confiança não sobrepõe a linha são significativamente diferentes da média em nível de 5%. Assim, os dois extremos chamam a atenção. Do lado esquerdo, mais próximo de 0, está o Lago Sul com o menor intercepto para esses crimes. Isso equivale a dizer que a probabilidade de ser

<sup>110</sup> Nesse caso, a linha horizontal representa a média em log-odds de ser vítima de crimes contra a pessoa. A interpretação, contudo, é semelhante à linha de regressão contínua linear.

vítima de crimes contra a pessoa no Lago Sul é, em média, a menor do DF. No extremo oposto, estão a Estrutural e vizinhanças de Taguatinga, Ceilândia e Planaltina, todos com interceptos positivos. No caso da Estrutural, o valor do intercepto médio é cerca de 1,8 vezes o valor médio do Lago Sul. Esses resultados indicam a discrepância da variação desse tipo de crimes, considerando apenas o local de moradia, ou seja, sem considerar as demais variáveis individuais e contextuais dos modelos seguintes.

### *Modelo 2 – Estrutural*

O modelo 2 está relacionado à segunda pergunta de pesquisa: *as diferenças na variação da incidência criminal estão relacionadas às condições estruturais das vizinhanças do DF?* Para tanto, foram incorporadas as variáveis desvantagens concentradas e instabilidade residencial. Segundo a literatura, a expectativa é que vizinhanças em que as condições materiais sejam mais precárias também registrem indicadores criminais mais elevados, ou seja, os crimes contra a pessoa são mais frequentes em vizinhanças pobres.

Conforme esperado, a variável desvantagens concentradas revelou uma relação positiva e significativa com a probabilidade de crimes contra a pessoa. Os resultados indicaram que residir em uma vizinhança com uma unidade acima da média de desvantagens concentradas aumenta o risco de ser vítima de crime contra a pessoa, em média, em 34% (OR=1,34,  $z=2,52$ ,  $p<0,05$ ). Essa relação se mantém, com oscilações na dimensão e na significância do coeficiente, em alguns dos modelos analisados, indicando a existência de relação entre desvantagens concentradas e crimes contra a pessoa nas vizinhanças do DF.

Por sua vez, a instabilidade residencial foi significativa (OR=0,47,  $z=-2,33$ ,  $p<0,05$ ) no modelo Estrutural, contudo no sentido oposto ao esperado. Esse resultado indicou que quanto menor o tempo de moradia numa vizinhança, menos chances de vitimização por crimes contra a pessoa. O teste de verossimilhança indicou uma melhor adequação em relação ao modelo irrestrito ( $\chi^2(9) = 45,23$ ,  $p<0,05$ ). O percentual de variância não-explicada foi de 7%, uma redução de 12,5% em relação ao modelo irrestrito. Isso equivale a dizer que a inserção das variáveis desvantagens concentradas e instabilidade residencial melhoraram o ajuste do modelo, aumentando o poder de predição do percentual de variação dos crimes contra a pessoa.

### *Modelo 3 – Eficácia Coletiva*

O modelo 3 está relacionado à terceira pergunta de pesquisa: *as diferenças na variação da incidência criminal estão relacionadas a características das configurações sociais das vizinhanças do DF? Se sim, quais os efeitos sobre o impacto das características estruturais sobre a incidência criminal?* A eficácia coletiva foi mensurada a partir de duas variáveis distintas que



buscam captar configurações sociais singulares da realidade do DF. Assim, este modelo inicia a discussão sobre o paradoxo da eficácia coletiva no contexto brasileiro, tendo em vista o comportamento das variáveis.

Inicialmente, a inclusão das variáveis associadas ao controle social informal e à coesão social melhoraram o ajuste do modelo. Em comparação com o modelo irrestrito, o ICC reduziu de 8% para 6%, ou seja, 25% de redução da variância não-explicada dos crimes contra a pessoa no DF. Esse resultado foi confirmado pelo teste de ajuste do modelo ( $\chi^2(13) = 57,60$ ,  $p < 0,05$ ). A principal contribuição veio com a coesão social. Contrariando o modelo da TEC, a variável foi associada de forma significativa a mais crimes em todos os modelos analisados, o que já havia sido relatado na literatura sobre o tema na América Latina (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2017; VILLARREAL; SILVA, 2006). A dimensão do efeito da variável chamou a atenção: residir em uma vizinhança com uma unidade acima da média de coesão social em relação às demais foi associado a, em média, 129% mais chances de vitimização por crimes contra a pessoa no DF (OR=2,29,  $z=3,94$ ,  $p < 0,001$ ). Por sua vez, o controle social informal não foi significativo em nenhum dos modelos analisados (OR = 1,05,  $z=0,24$ ,  $p > 0,1$ ). Esse resultado também foi diverso do esperado teoricamente.

Por fim, foi analisada a interação entre as duas variáveis (modelos não demonstrados), conforme sugerido na literatura (BROWNING, 2009). Quando inseridas isoladamente, as variáveis mantiveram o sentido e significância demonstrados no modelo conjunto entre as duas. Isso sugere que os mecanismos são independentes no oferecimento de condições de proteção contra crimes. Caso contrário, teria havido alterações nessas características. A inclusão do produto entre as duas variáveis em nível vicinal não foi significativa e impactou positivamente a variável coesão social (cujo coeficiente aumentou de 2,29 para 2,32,  $p < 0,001$ ). Esse resultado sugere que o efeito da coesão social é fortalecido pelo controle social informal. Tomados em conjunto, esses indicadores indicam que a eficácia coletiva aumenta as chances de vitimização contra a pessoa, ou seja, não é um fator de proteção operando em nível vicinal no DF.

#### *Modelo 4 – Cinismo Legal*

O modelo 4 inclui as variáveis associadas ao cinismo legal e oferece novas evidências para as respostas à terceira questão de pesquisa. O quadro teórico do cinismo legal foi representado por uma variável que combinou percepções sobre as leis e os seus agentes (KIRK; PAPACHRISTOS, 2011) e tolerâncias a desvios (SAMPSON; BARTUSCH, 1998). Além disso, foi incluída uma variável como controle para a satisfação com as polícias. Os modelos teóricos que informaram essas variáveis supõem que: a) quanto maior o cinismo legal, mais chances de

vitimização em uma vizinhança; e b) quanto melhor a satisfação com as polícias, menos chances de vitimização em uma vizinhança.

Os resultados confirmaram parcialmente as suposições teóricas. O cinismo legal foi a variável com maior capacidade de prever as chances de crimes contra a pessoa nas vizinhanças do DF em todos os modelos analisados. Nas vizinhanças em que comportamentos como “agredir o cônjuge quando descobre uma traição”, “xingar um desconhecido que lhe esbarra na rua sem pedir desculpas” ou “um casal que se ofende com xingamentos durante discussões” são considerados mais justificáveis (estando uma unidade acima da média em relação às demais vizinhanças), assim como em vizinhanças em que a confiança na polícia militar é menor, a probabilidade de um morador ser vítima de crimes contra a pessoa foram 360% maiores ( $p < 0,001$ ). Esse resultado demonstra a estreita relação entre a tolerância a desvios (como xingamentos e agressões) e a desconfiança na polícia militar com os crimes contra a pessoa no DF.

No caso da satisfação com as polícias, verificou-se uma probabilidade maior (72%,  $p < 0,05$ ) de vitimização associada a mais satisfação e não oposto. Em vizinhanças com melhor satisfação com as polícias, considerando atividades como rapidez e qualidade no trabalho emergencial da polícia militar e no atendimento para registro de ocorrências da polícia civil, as chances de vitimização por crimes contra a pessoa foram maiores (OR=1,72,  $z=2,50$ ,  $p < 0,05$ ). A comparação do modelo com simulações em que as variáveis eram incluídas separadamente (modelos não apresentados) sugeriu a manutenção do sentido da relação. O teste de verossimilhança indicou melhor ajuste do que o modelo irrestrito ( $\chi^2(11)=55,90$ ,  $p < 0,05$ ).

**Tabela 14.** Regressões Logísticas Hierárquicas para Crimes Contra a Pessoa no Distrito Federal, 2018. Razão de Chances (Odds Ratio)

Nível vizinhanças <sup>1</sup>	1	2	3	4	5	6	7	8
	Irrestrito	Estrutural	Eficácia Coletiva	Cinismo Legal	Desordens	Violências	Serv. públicos	Completo
		OR (z)	OR (z)	OR (z)	OR (z)	OR (z)	OR (z)	OR (z)
Desvantagens concentradas		1,34* (2,52)	1,31† (1,87)	1,15 (1,20)	1,14 (0,84)	1,13 (0,91)	1,24† (1,68)	1,19 (1,15)
Instabilidade residencial		0,47* (-2,33)	0,66 (-1,38)	0,73 (-1,13)	0,66 (-1,20)	0,66 (-1,21)	0,43** (-2,90)	1,05 (0,18)
Coesão social			2,29*** (3,94)					1,63* (2,27)
Controle social informal			1,05 (0,24)					0,70† (-1,92)
Cinismo legal				4,60*** (6,04)				3,32*** (3,62)
Satisfação com as polícias				1,72* (2,50)				1,95*** (3,44)
Incivilidades					1,34 (0,99)			0,98 (-0,07)
Desordens físicas					0,76 (-1,00)			0,48** (-3,07)
Comércio ilegal					1,47 (1,41)			1,30 (1,29)
Gangues na vizinhança						0,98 (-0,09)		1,40* (2,04)
Violência policial na vizinhança						1,92* (2,32)		1,62† (1,72)
Presença da polícia militar							1,12 (0,52)	0,81 (-1,12)
Avaliação de serviços públicos							0,65***	0,72***

							(-4,60)	(-2,59)
Intercepto (vizinhanças)	0,51	0,45***	0,41***	0,35***	0,45***	0,44***	0,40***	0,17**
	(-4,61)	(-4,79)	(-5,05)	(-4,75)	(-4,81)	(-4,72)	(-4,79)	(-2,95)
FMI máximo (MI)	0,00	0,17	0,19	0,17	0,26	0,24	0,19	0,24
RVI médio (MI)	0,00	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02
F	,	10,10	8,41	10,39	8,60	10,67	7,15	7,33
AIC	3241,65	3169,19	3152,45	3139,74	3128,03	3110,26	3153,03	3060,66
ICC	0,08	0,07	0,06	0,03	0,06	0,06	0,05	0,01
Log Likelihood	-1618,82	-1573,59	-1561,23	-1554,87	-1547,01	-1540,13	-1559,52	-1497,33
$\chi^2$	24,90	45,23	57,60	55,90	63,95	78,70	59,30	121,50

Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018. Estatística z em parênteses. Observações em nível 2 (N=77) e em nível 1 (N=4961).

†  $p < 0.10$ , \*  $p < 0.05$ , \*\*  $p < 0.01$ , \*\*\*  $p < 0.001$

<sup>1</sup> Os resultados em nível individual não foram apresentados. Entretanto, todos os resultados refletem os modelos completos com imputações, incluindo os controles em nível individual (variáveis teóricas centralizadas e sexo, faixa etária, estado civil, frequência religiosa e cor da pele) e o peso de correção da amostra.

### Modelo 5 – Desordens

O modelo 5 inseriu variáveis relacionadas às condições de organização das vizinhanças. As desordens físicas, incivildades e a presença de comércio informal foram incluídas como variáveis teóricas associadas a mais chances de vitimização. Segundo a literatura (VILLAREAL e SILVA, 2006), indicadores de desordens físicas e sociais são associadas positivamente com a vitimização, tendo em vista as características de organização das vizinhanças. No caso do DF, a expectativa é que essa relação também seja observada.

Os resultados indicaram que, para crimes contra a pessoa, essas variáveis não foram significativas no modelo 5. A alteração da variância explicada em comparação com o modelo Estrutural foi semelhante a outros modelos, o que salienta a capacidade explicativa dessas variáveis ainda que não tenham sido significativas. Ou seja, as variáveis dos modelos 2 (Estrutural) e 5 (Desordens) foram relacionadas entre si, contudo a capacidade de explicação das variáveis estruturais foram mais pronunciadas. No modelo completo, essa relação será novamente demonstrada. O modelo se apresentou melhor ajustado do que o modelo irrestrito ( $\chi^2(15)=63,95$ ,  $p<0,05$ ), inclusive pelo percentual de redução (-25%) da variância não-explicada em relação ao modelo estrutural.

### Modelo 6 – Violência policial e gangues

Neste modelo, foram incluídas variáveis relacionadas à presença de gangues e violência policial. A motivação do modelo é investigar se vizinhanças com maior presença de gangues e mais casos de policiais ameaçando ou agredindo pessoas também são mais suscetíveis à vitimização por crimes contra a pessoa (BROWNING et al, 2003). Dentre as variáveis consideradas no modelo, as agressões e as ameaças de policiais resumiram os casos mais significativos. Com efeito, vizinhanças em que o nível de agressões e ameaças por policiais estiveram uma unidade acima da média das demais vizinhanças foram associadas a 92% mais chances da vitimização por crimes contra a pessoa (OR=1,92,  $z=2,32$ ,  $p<0,05$ ). Esse resultado se manteve nos demais modelos, sugerindo que o efeito esperado da violência policial se sustentou mesmo quando outras variáveis foram inseridas no modelo.

A presença de gangues na vizinhança não foi significativa no modelo 6, o que levou à investigação das interações entre as variáveis, ou seja, o produto entre as duas variáveis se tornam uma variável por si. Quando foram incluídas isoladamente nas equações logísticas (resultados não apresentados), essas variáveis mantiveram os resultados apresentados no modelo 6, com apenas a violência policial se mantendo significativa (passando de OR = 1,85,  $p < 0,05$  para OR = 1,93,  $p < 0,05$ ). Ou seja, a capacidade explicativa da violência policial se mostrou mais pronunciada, sugerindo a possibilidade de que as variáveis se refiram a fenômenos

semelhantes. Por fim, o modelo se apresentou melhor ajustado do que o modelo irrestrito ( $\chi^2(13)=78,70$ ,  $p<0,05$ ).

#### *Modelo 7 – Avaliação dos serviços públicos*

O modelo 7 investigou a relação entre a percepção sobre a prestação de serviços públicos e a probabilidade de vitimização por crimes contra a pessoa. A principal motivação para incluir essas variáveis é investigar se existem relações entre a capacidade de mobilização de recursos externos às vizinhanças e as chances de vitimização contra a pessoa no DF. A hipótese é que seja observada uma relação negativa entre as variáveis, ou seja, uma melhor avaliação dos serviços públicos estaria associada a menos chances de vitimização contra a pessoa (VILLAREAL e SILVA, 2006).

Para tanto, foram incluídas variáveis relacionadas a serviços públicos em geral, como pavimentação e calçadas, organização do trânsito, policiamento e espaços de esporte e lazer além de serviços de segurança pública, como a presença de policiais de carro nas vizinhanças. No caso dos serviços públicos em geral, os resultados foram muito significativos e associados a menos crimes (OR=0,65,  $z=-4,60$ ,  $p<0,001$ ). Ou seja, moradores das vizinhanças com melhor avaliação dos serviços públicos possuíam menor probabilidade de serem vitimizados por crimes contra a pessoa. Em média, essa relação foi de 35% menos chances. Já no caso da presença da polícia militar na vizinhança o resultado não foi significativo. O modelo foi considerado melhor ajustado do que o modelo irrestrito ( $\chi^2(13)=59,30$ ,  $p<0,05$ ).

#### *Modelo 8 – Completo*

O último modelo apresentado na tabela 14 reuniu todas as variáveis dos modelos anteriores. O modelo completo permitiu observar o comportamento das variáveis explicativas em interação, ou seja, a estimativa da predição dos crimes contra a pessoa leva em consideração relações entre as variáveis independentes. Inicialmente, o resultado que chamou a atenção foi a perda de significância das desvantagens concentradas. O efeito da variável reduziu e se tornou pouco significativo, passando de 1,34 ( $p <0,05$ ) para 1,18 ( $p>0,1$ ). Esse resultado indica que as demais covariáveis limitaram o efeito das desvantagens concentradas sobre os crimes contra a pessoa no DF.

A principal variável teórica seria a eficácia coletiva. O efeito esperado era que a eficácia coletiva representasse um fator protetivo para as vizinhanças do DF. Os resultados, contudo, foram contraditórios. Por um lado, a coesão social foi significativa no modelo completo e se mostrou relacionada a mais crimes (OR=1,63,  $z=2,27$ ,  $p<0,05$ ). O controle social informal foi significativo no modelo completo (OR=0,70,  $z=-1,92$ ,  $p<0,1$ ), indicando que vizinhanças em que os moradores intervêm mais em assuntos da comunidade e agem mais em prol da

coletivamente possuem 30% menos chances de serem vítimas de crimes contra a pessoa (considerando uma unidade acima da média em relação às demais vizinhanças). Apesar da cautela necessária na interpretação do nível de significância, esse resultado revelou que a capacidade de controle social informal exerceu um efeito protetivo nas vizinhanças do DF, conforme o esperado no modelo teórico da eficácia coletiva.

Em seguida, o cinismo legal manteve o forte efeito sobre as chances de vitimização por crimes contra a pessoa (OR=3,32,  $z=3,62$ ,  $p<0,001$ ). Ou seja, a relevância do cinismo legal se manteve mesmo com a inclusão de outras covariáveis no modelo completo. Já a satisfação com as polícias demonstrou um efeito significativo no modelo completo (OR=1,95,  $z=3,44$ ,  $p<0,001$ ). Esses dois resultados indicaram a adequação do cinismo legal na interpretação da variação da incidência criminal nas vizinhanças do DF e sugeriu novas análises dos indicadores do trabalho policial. Nesse sentido, os resultados sobre a presença da polícia militar (OR=0,81,  $z=-1,12$ ,  $p<0,1$ ) e violência policial na vizinhança (OR=1,62,  $z=1,72$ ,  $p<0,1$ ) foram interessantes. A primeira variável representou fator de proteção e demonstrou esse sentido, apesar de não ter sido significativa. Já a violência policial foi significativa e sugeriu que residir em uma vizinhança com uma unidade acima da média em relação às demais vizinhanças está associado a 62% mais chances de se tornar vítima de crimes contra a pessoa. A investigação da interação entre as variáveis (modelos não apresentados) sugeriu que, apesar das interações não serem significativas, o poder explicativo dessas variáveis não foram limitadores mútuos, ou seja, se fortaleceram e indicaram estarem captando fenômenos distintos em curso nas vizinhanças do DF.

Por fim, a avaliação dos serviços públicos se manteve significativa (OR=0,72,  $z=-2,59$ ,  $p<0,001$ ) e associada a menos crimes contra a pessoa, ao passo que as desordens físicas se tornaram significativas no modelo completo (OR=0,48,  $z = -3,07$ ,  $p < 0,01$ ), sendo, contudo, associadas a menos crimes. Esse resultado foi diferente do esperado no modelo teórico. Por sua vez, a presença de gangues na vizinhança se mostrou significativa (OR=1,40,  $z=2,04$ ,  $p<0,05$ ). Ou seja, vizinhanças em que os moradores percebem a presença de gangues possuem mais chances de vitimização por crimes contra a pessoa.

O melhor ajuste do modelo foi demonstrado pelo teste de verossimilhança ( $\chi^2(29)=121,50$ ,  $p<0,05$ ) e pela redução da variância não-explicada em nível vicinal, que alcançou 1% (ICC = 0,01), ou seja, uma redução de 88% em relação ao modelo original.

Em suma, os resultados do modelo completo indicaram que as vizinhanças do DF com mais chances de vitimização por crimes contra o patrimônio foram aquelas com maior coesão social e menor controle social informal entre os moradores, ou seja, locais em que os moradores

se conheciam, mas não supervisionavam crianças e adolescentes ou menos interviram em conflitos domésticos ou brigas na rua. Além disso, as vizinhanças em que os moradores percebiam que o sistema legal estava menos disponível para eles, ou seja, em que o cinismo em relação à aplicação da lei foi mais presente também registraram mais chances de vitimização por crimes contra a pessoa. Nesse ponto, uma questão contraditória foi observada: vizinhanças em que a satisfação com o trabalho policial foi mais elevada também possuíam mais chances de vitimização. Outra característica que se mostrou associada a mais chances de vitimização por crimes contra a pessoa foi a presença de gangues e de violência policial. Por fim, vizinhanças com mais desordens físicas também foram associadas a mais chances de vitimização por estes tipos criminais.



#### 5.4 EFICÁCIA COLETIVA E CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO: MODELOS CONCORRENTES

Esta seção reúne os resultados dos modelos relacionados aos crimes contra o patrimônio<sup>111</sup>. De forma semelhante aos crimes contra a pessoa, os resultados serão apresentados a partir do modelo irrestrito, passando pelos modelos estrutural (desvantagens concentradas e instabilidade residencial), eficácia coletiva, cinismo legal, desordens, violência e corrupção policiais e gangues e avaliação dos serviços públicos. Como será destacado, existem diferenças entre os padrões de incidência dos crimes contra o patrimônio e os crimes contra a pessoa. Apesar disso, a relevância da abordagem ecológica se mantém, evidenciando como as configurações locais são impactadas por fatores estruturais e suas dinâmicas. Os resultados compilados são apresentados na tabela 15.

##### *Modelo 1 – Irrestrito*

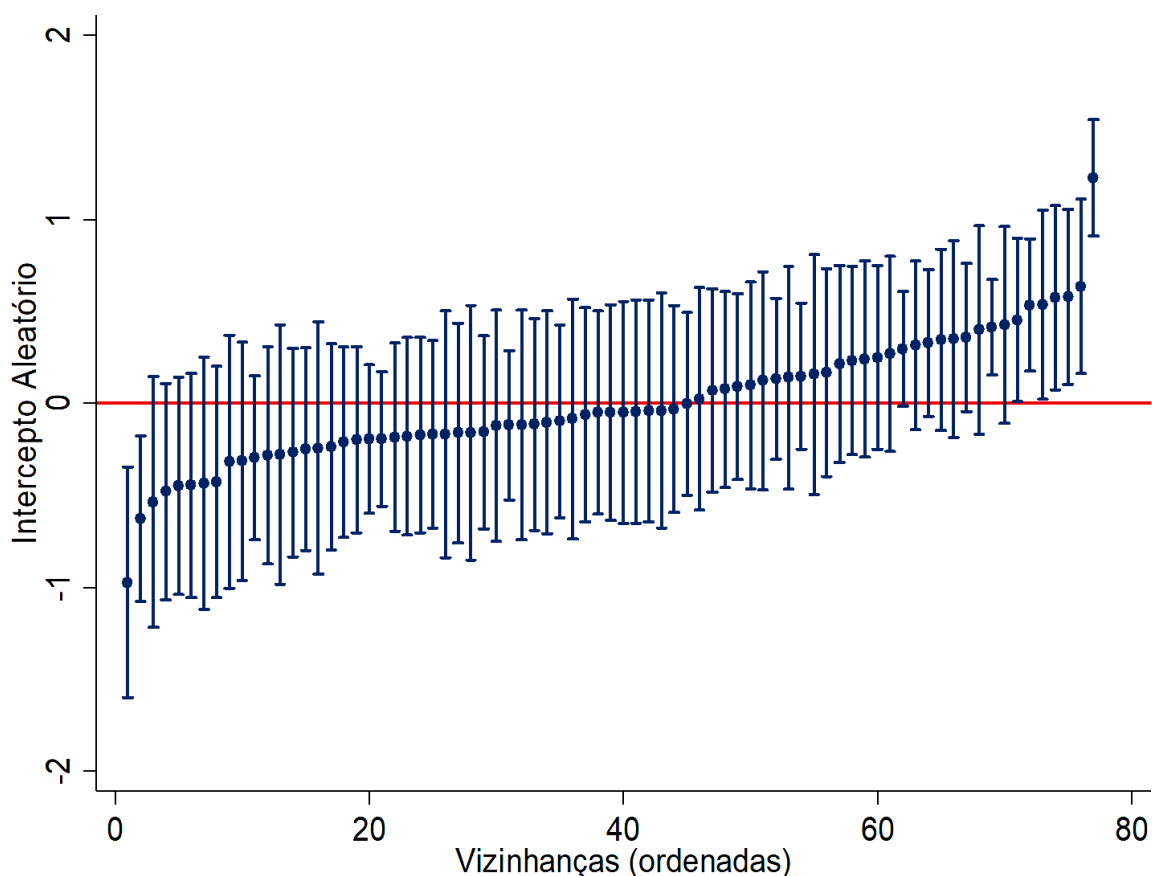
De forma semelhante aos crimes contra a pessoa, o modelo irrestrito está associado à primeira pergunta de pesquisa: *a variação da incidência de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio é significativa entre as vizinhanças do DF?* Os resultados indicam que a variação dos crimes contra o patrimônio decorrente de características das vizinhanças do DF foi estimada em 6% (ICC=0,06). A análise desses resultados sugere que os crimes contra o patrimônio são mais comuns e mais homogêneos entre as vizinhanças, o que explica um percentual menor do que o observado para os crimes contra a pessoa (8%). Como destacado no capítulo 3, os crimes contra o patrimônio responderam por 19% dos casos reportados na PDV, ao passo que os crimes contra a pessoa representaram 10%.

Uma forma de demonstrar a variação dos crimes contra o patrimônio entre as vizinhanças do DF é a sua representação gráfica (ver o gráfico 14). Como existe menor variação entre as vizinhanças, a inclinação da linha de tendência é menos acentuada do que nos crimes contra a pessoa. A extensão do intervalo de confiança está associada à variação dentro das vizinhanças. Nesse caso, quanto menor o número de observações, o desvio tende a aumentar. É justamente o que se percebe no gráfico 14, em que os casos com mais observações (como aqueles do lado direito) possuem menores intervalos de confiança.

---

<sup>111</sup> Os crimes contra a pessoa considerados foram roubo de veículo, roubo de outros bens, furto de veículos, furto de outros bens e fraudes/estelionatos, sempre nos últimos seis meses. Para mais informações, ver a seção 5.2.6 no capítulo 5.

**Gráfico 14.** Modelo Irrestrito de crimes contra o patrimônio no DF. Intercepto aleatório por vizinhanças. 2018



Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018.

Outra informação reveladora do gráfico 14 é o padrão de concentração de crimes em determinadas vizinhanças. No extremo direito, estão as vizinhanças com mais crimes contra o patrimônio, que no caso são representadas por vizinhanças em Samambaia Sul, Estrutural, Sol Nascente, QNQ e Taguatinga. Como exemplo, em Samambaia Sul, 45% dos entrevistados havia sido vítima de crimes contra o patrimônio, em comparação com a média geral de 19%. Pelos motivos apresentados, a dispersão dessa vizinhança em relação às demais é típica de uma observação *outlier*. No outro extremo, as vizinhanças com menos crimes contra o patrimônio foram registradas no Recanto das Emas, Vicente Pires, Sudoeste, Setor O e Cruzeiro. Por exemplo, no caso dessa vizinhança do Recanto das Emas, nenhum entrevistado reportou ter sido vítima de crimes contra o patrimônio.

Além disso, chama a atenção a discrepância entre os valores dos extremos. O valor do intercepto médio para a vizinhança localizada em Samambaia Sul é cerca de 2,3 vezes superior ao da vizinhança localizada no Recanto das Emas. Essa diferença na variação dos crimes contra

o patrimônio está relacionada às características ambientais, assim como observado nos crimes contra a pessoa. Por fim, a avaliação de ajuste do modelo indicou que, em comparação com o modelo simples, o resultado modelo hierárquico foi melhor ajustado ( $\chi^2(1)=40,54$ ,  $p<0,05$ ).

### Modelo 2 – Estrutural

O modelo Estrutural oferece subsídios para a investigação de respostas para a seguinte pergunta de pesquisa: *as diferenças na variação da incidência de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio estão relacionadas às condições estruturais das vizinhanças do DF?*

Inicialmente, a inclusão das variáveis associadas às condições estruturais (instabilidade residencial e desvantagens concentradas) melhorou o ajuste do modelo. A variância não-explicada foi reduzida em 33% (de 6 para 4%). O teste de ajuste também foi satisfatório: ( $\chi^2(7)=14,50$ ,  $p<0,05$ ). A relação entre as características estruturais e a variação dos crimes contra o patrimônio foi confirmada apenas para desvantagens concentradas. Nesse caso, o resultado evidenciou que residir em uma vizinhança com uma unidade acima da média de desvantagens concentradas aumentou o risco de ser vítima de crime contra o patrimônio, em média, em 34% (OR=1,40,  $z=3,63$ ,  $p<0,001$ ). Além de significativo, esse resultado se manteve nos demais modelos analisados, indicando a relevância da variável na interpretação dos efeitos vizinhança sobre a incidência de crimes contra o patrimônio no DF. Numa palavra, moradores de comunidades mais pobres estão diferencialmente mais sujeitos a serem vítimas de crimes contra o patrimônio em virtude das características da vizinhança em que residem.

A instabilidade residencial foi significativa (OR=0,49,  $z=-2,19$ ,  $p<0,01$ ), mas no sentido oposto ao esperado. O resultado indicou que o menor tempo de moradia na vizinhança esteve associado a menos chances de crime contra o patrimônio nos últimos 6 meses, ou seja, o tempo de moradia parece se relacionar à incidência criminal de forma diferente do modelo teórico norte-americano nas vizinhanças do DF. Em vez de representar um fator de exposição ao risco, o reduzido tempo de moradia se traduz em fator de proteção no cálculo dos crimes contra o patrimônio no DF.

### Modelo 3 – Eficácia coletiva

Este modelo permite analisar o impacto de configurações sociais, como a capacidade de realizar controle social informal e a coesão social entre vizinhos, sobre a variação da incidência de crimes contra o patrimônio nas vizinhanças do DF. Este é o núcleo da terceira pergunta de pesquisa: *as diferenças na variação da incidência de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio estão relacionadas a características das configurações sociais das vizinhanças do DF? Se sim, quais os efeitos sobre o impacto das características estruturais sobre a incidência criminal?*

Segundo a TEC, ambas as variáveis funcionariam como fatores de proteção contra o avanço desses crimes. Contudo, os resultados sugerem que, assim como nos modelos para os crimes contra a pessoa, essas configurações sociais foram associadas a dinâmicas específicas e não representaram fatores de proteção. Pelo contrário, a coesão social entre vizinhos no DF foi relacionada à maior incidência de crimes contra o patrimônio. A dimensão desse efeito foi de cerca de 60% (OR=1,60,  $z=2,02$ ,  $p<0,05$ ), ou seja, residir em vizinhanças que estivessem uma unidade acima da média de coesão social entre as demais vizinhanças foi associado a maior probabilidade de ser vítima de crimes contra o patrimônio. No caso dos crimes contra a pessoa, essa relação era de 129% mais chances com significância de 0,001.

Logo, o impacto da coesão social foi mais intenso nos crimes contra a pessoa. Em conjunto, esses resultados indicaram que a coesão social, composta por interações e trocas de favores entre vizinhos, além da participação na vida comunitária da vizinhança, não reduziu crimes no DF. Esse resultado contraria a TEC e parece se alinhar com a hipótese do paradoxo brasileiro da desorganização social (ZALUAR; RIBEIRO, 2009). Essa análise será retomada na discussão sobre os resultados.

O controle social informal não foi significativo (OR=0,92,  $z=-0,51$ ,  $p>0,1$ ) no modelo 3. Esse resultado será mantido no modelo completo, indicando uma relação negativa, conforme esperado. Convém destacar que o controle social informal reuniu a dimensão da eficácia do conceito, em que a disposição de intervir em prol da coletividade foi analisada. Os resultados, contudo, sugeriram que essa dimensão, da forma como foi mensurada, não foi representativa do contexto social brasileiro como um fator de prevenção de crimes contra o patrimônio.

Foram analisadas, por fim, a interação entre essas duas variáveis. A hipótese é que as variáveis atuassem de maneiras distintas em relação aos crimes contra o patrimônio quando consideradas isoladamente. Contudo, de acordo com os resultados obtidos (não apresentados), o controle social informal não foi significativo quando inserido isoladamente e a coesão social manteve sua capacidade de predição. Logo, os resultados não foram alterados. Quando o produto entre as duas variáveis foi considerado, o resultado tornou a coesão social ainda mais significativa (passando de 1,59 para 1,61,  $p<0,05$ ) e o controle social se manteve não-significativo. A interação em si também não foi significativa. Com isso, os resultados indicaram que as variáveis não representaram limitações entre si e, além disso, tenderam a aumentar o coeficiente da coesão social. Os fenômenos a que se referem não limitaram a incidência de crimes contra o patrimônio e, no caso da coesão social, indicaram um preditor de mais crimes. O modelo apresentou ajuste adequado em comparação com o irrestrito ( $\chi^2(11)=20,21$ ,  $p<0,05$ ).

**Tabela 15.** Regressões Logísticas Hierárquicas para Crimes Contra o Patrimônio no Distrito Federal, 2018. Razão de Chances (Odds Ratio)

Nível vizinhanças <sup>1</sup>	1	2	3	4	5	6	7	8
	Irrestrito	Estrutural	Eficácia Coletiva	Cinismo Legal	Desordens	Violências	Serv. públicos	Completo
		OR (z)	OR (z)	OR (z)	OR (z)	OR (z)	OR (z)	OR (z)
Desvantagens concentradas		1,34** (3,21)	1,28** (2,60)	1,26* (2,56)	1,18 (1,41)	1,36** (2,78)	1,33** (2,65)	1,42** (2,83)
Instabilidade residencial		0,46* (-2,26)	0,56† (-1,88)	0,55† (-1,93)	0,57 (-1,58)	0,53† (-1,95)	0,47* (-2,27)	0,61 (-1,60)
Coesão social			1,59† (1,95)					1,38 (1,39)
Controle social informal			0,89 (-0,66)					0,76 (-1,56)
Cinismo legal				2,08*** (3,39)				1,37 (1,41)
Satisfação com as polícias				1,40† (1,92)				1,49* (2,50)
Incivilidades					1,06 (0,25)			0,90 (-0,44)
Desordens físicas					0,96 (-0,23)			0,85 (-0,96)
Comércio ilegal					1,39 (1,47)			1,35 (1,53)
Gangues na vizinhança						0,73† (-1,78)		0,68** (-1,80)
Violência policial na vizinhança						1,49* (1,98)		1,16 (0,63)

Presença da polícia militar							0,84	0,73*
							(-1,18)	(-2,80)
Avaliação de serviços públicos							0,80*	0,77**
							(-2,28)	(-2,60)
Intercepto (vizinhanças)	0,38	0,31***	0,29***	0,26***	0,30***	0,30***	0,25***	0,20***
	(-6,25)	(-5,97)	(-5,94)	(-5,54)	(-6,12)	(-5,96)	(-5,81)	(-5,29)
FMI máximo (MI)	0,00	0,12	0,13	0,12	0,15	0,12	0,12	0,13
RVI médio (MI)	0,00	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,02	0,01
F	,	2,71	2,77	3,41	4,15	5,67	3,76	4,43
AIC	4873,75	4862,74	4859,32	4850,78	4826,57	4809,04	4844,16	4777,53
ICC	0,06	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,01
Log Likelihood	-2434,87	-2420,37	-2414,66	-2410,39	-2396,29	-2389,52	-2405,08	-2355,77
$\chi^2$	40,54	14,50	20,21	24,48	38,58	45,35	29,79	79,10

**Fonte:** Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018. Estatística z em parênteses. Observações em nível 2 (N=77) e em nível 1 (N=4961).

†  $p < 0.10$ , \*  $p < 0.05$ , \*\*  $p < 0.01$ , \*\*\*  $p < 0.001$

<sup>1</sup> Os resultados em nível individual não foram apresentados. Entretanto, todos os resultados refletem os modelos completos, incluindo os controles em nível individual (variáveis teóricas centralizadas e sexo, faixa etária, estado civil, frequência religiosa e cor da pele) e o peso de correção da amostra.

#### Modelo 4 – Cinismo legal

O modelo 4 investigou a relação entre as variáveis relacionadas ao cinismo legal e a variação da incidência de crimes contra o patrimônio entre as vizinhanças do DF. Logo, tratou-se de uma investigação associada à seguinte pergunta de pesquisa: *as diferenças na variação da incidência de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio estão relacionadas a características das configurações sociais das vizinhanças do DF? Se sim, quais os efeitos sobre o impacto das características estruturais sobre a incidência criminal?*

Inicialmente, as variáveis relacionadas ao conceito do cinismo legal apresentaram resultados contraditórios entre si. Por um lado, o cinismo legal sugeriu uma moralidade permissiva a comportamentos desviantes e menor confiança no sistema de justiça criminal, o que por sua vez estaria relacionado a mais crimes. Os resultados foram coerentes com essa hipótese e indicaram associação positiva aos crimes contra o patrimônio com dimensão de 108% mais chances (OR=2,08,  $z=3,39$ ,  $p<0,001$ ) (para vizinhanças com uma unidade acima da média dessa variável em relação às demais vizinhanças). Isso equivale a dizer que residir em vizinhanças em que a desconfiança na polícia militar era maior e que comportamentos como injúrias, xingamentos e agressões eram mais toleráveis esteve associado a mais chances de vitimização por crimes contra o patrimônio no DF.

Por outro lado, a satisfação com as polícias foi incluída no modelo do cinismo legal como uma medida de acesso e disponibilidade das agências do sistema de justiça criminal. O *proxy* foi o trabalho das polícias militar e civil. Contudo, os resultados indicaram que a avaliação do trabalho das polícias foi associada a mais crimes e não o oposto (OR=1,40,  $z=1,92$ ,  $p<0,1$ ). Apesar do nível de significância, esse resultado foi semelhante ao verificado para os crimes contra a pessoas, sugerindo que a variável esteve relacionada a fenômenos distintos que não apenas o acesso às polícias. O teste de ajuste do modelo demonstrou melhor ajuste do que o modelo irrestrito ( $\chi^2(9)=24,48$ ,  $p<0,05$ ).

#### Modelo 5 – Desordens

O modelo 5 considerou condições ambientais das vizinhanças, como desordens físicas, além do comércio informal e incivildades. Essas variáveis são correlacionadas com as desvantagens concentradas e a instabilidade residencial<sup>112</sup>, o que pode ajudar a explicar os resultados não significativos também para os crimes contra o patrimônio. Esse foi o único modelo em que as desvantagens concentradas não são significativas. O ajuste do modelo

---

<sup>112</sup> Ver tabela 11.

( $\chi^2(13)=38,58$ ,  $p<0,05$ ) e a redução da variância não-explicada (-50%) sugeriram que essas variáveis operaram como controles de possíveis efeitos espúrios das demais variáveis no modelo.

#### *Modelo 6 – Violências*

A motivação do modelo foi investigar se vizinhanças com maior presença de gangues e mais casos de policiais ameaçando ou agredindo pessoas também eram mais suscetíveis à vitimização por crimes contra o patrimônio (BROWNING et al, 2003). As variáveis relacionadas à presença de gangues e à violência policial na vizinhança tiveram resultados contraditórios entre si. Inicialmente, a presença de gangues na vizinhança foi incluída como um preditor associado a mais crimes, em virtude das dinâmicas criminais associadas a esses grupos. Contudo, os resultados indicaram que as vizinhanças com uma unidade acima da média na percepção de gangues na vizinhança em relação às demais possuem 27% menos chances de vitimizações contra o patrimônio no DF (OR=0,73,  $z=-1,78$ ,  $p<0,1$ ). Esse resultado foi inesperado e diferente daquele verificado para os crimes contra a pessoa. Logo, a presença de gangues pareceu ser um fator de proteção em casos de crimes contra o patrimônio e um fator de exposição ao risco em casos de crimes contra a pessoa entre as vizinhanças do DF.

Por sua vez, as agressões e ameaças feitas por policiais foram associadas a mais crimes contra o patrimônio, conforme esperado. Nesse caso, a dimensão do efeito da variável foi de 49%, ou seja, residir em vizinhanças em que agressões e ameaças feitas por policiais eram, em média, uma unidade acima da média em relação às demais vizinhanças implicava em 49% mais chances de vitimização por crimes contra o patrimônio (OR=1,49,  $z=1,98$ ,  $p<0,05$ ). Esse resultado foi coerente com o encontrado para os crimes contra a pessoa, indicando que desvios nas polícias são bons preditores para as probabilidades de vitimização entre as vizinhanças do DF. Quanto ao ajuste do modelo, o teste de verossimilhança foi satisfatório ( $\chi^2(13)=45,35$ ,  $p<0,05$ ) e a redução da variância não-explicada foi de 50%.

#### *Modelo 7 – Avaliação dos serviços públicos*

A motivação para a inclusão da avaliação dos serviços públicos dirigiu-se a investigar se existiam relações entre a capacidade de mobilização de recursos externos às vizinhanças e as chances de vitimização contra a pessoa no DF. No modelo 7, a avaliação dos serviços públicos foi coerente com o esperado e esteve associada a menos riscos de vitimização (OR=0,74,  $z=-2,80$ ,  $p<0,01$ ). Esse resultado foi semelhante com o encontrado para os crimes contra a pessoa, demonstrando a relevância de equipamentos e serviços públicos como fatores protetivos contra a incidência criminal no DF. Logo, vizinhanças em que os moradores avaliaram melhor os serviços públicos locais possuíam menos chances de incidência de crimes contra o patrimônio no DF.



Por sua vez, a presença da polícia militar não foi significativa ( $OR=0,84, z=-1,18, p>0,1$ ). Esse resultado contrariou a expectativa teórica que pressupunha uma relação negativa entre a presença da polícia militar e incidência de crimes contra o patrimônio no DF. Logo, a capacidade dissuasória da presença da polícia militar sobre esses tipos de crimes não se confirmou no DF. O modelo apresentou ajuste satisfatório ( $\chi^2(11)=29,79, p<0,05$ ).

#### *Modelo 8 – Completo*

O modelo final dos crimes contra o patrimônio relacionou todas as covariáveis dos modelos anteriores e coloca à prova as hipóteses que lhes sustentam. E os resultados foram diferentes daqueles observados para os crimes contra a pessoa. Em primeiro lugar, as desvantagens concentradas se mantiveram relevantes e significativas ( $OR=1,42, z=2,83, p<0,01$ ). Mesmo com a inclusão de novas covariáveis, o efeito das desvantagens foi mantido: moradores de vizinhanças mais pobres foram mais expostos aos crimes contra o patrimônio, com cerca de 42% mais chances de vitimização (em termos médios, considerando uma unidade acima na comparação entre as vizinhanças). A instabilidade residencial deixou de ser significativa no modelo completo ( $OR=0,61, z=-1,60, p>0,1$ ).

Em segundo lugar, as variáveis teóricas relacionadas à eficácia coletiva e ao cinismo legal não foram significativas no modelo completo. O mesmo se verificou para as variáveis relacionadas às condições ambientais de organização dos bairros. As incivildades, as desordens físicas e o comércio ilegal também não foram significativas no modelo completo. Esses resultados indicaram que os mecanismos de proteção e exposição ao risco associados a essas variáveis não foram relevantes para os crimes contra o patrimônio, o que contrastou com os resultados dos crimes contra a pessoa.

Já no caso das variáveis relacionadas a serviços públicos e policiamento, os resultados foram significativos. Os mecanismos relevantes à análise da variação da incidência dos crimes contra o patrimônio nas vizinhanças do DF foram estreitamente relacionados à atuação do poder público. Por um lado, a avaliação de serviços públicos como iluminação, pavimentação, calçamento, esporte e lazer e organização do trânsito, demonstrou relação negativa e significativa com a probabilidade de crimes contra o patrimônio ( $OR=0,77, z=-2,60, p<0,01$ ). Ou seja, moradores de vizinhanças em que esses serviços foram melhor avaliados possuíam, em média, 23% menos chances de serem vítimas de crimes contra o patrimônio, considerando uma unidade acima da média em comparação com outras vizinhanças. A presença da polícia militar, por meio do policiamento de carro, também demonstrou relação negativa com os crimes contra o patrimônio ( $OR=0,73, z=-2,60, p<0,05$ ). Ou seja, o fator protetivo dessa forma de

policiamento foi associado à redução de 27%, em média, nas chances de vitimização por crimes contra o patrimônio.

Por outro lado, a avaliação do trabalho das polícias militar e civil demonstrou associação positiva e significativa com os crimes contra o patrimônio (OR=1,49,  $z=2,50$ ,  $p<0,05$ ). A rapidez no atendimento de ocorrências, na realização de abordagens e a qualidade no trabalho de investigação e registro de ocorrências foi associada a 49% mais chances de vitimização contra o patrimônio nas vizinhanças do DF.

Por fim, a presença de gangues nas vizinhanças do DF foi associada a menos crimes contra o patrimônio (OR=0,68,  $z=-1,80$ ,  $p<0,01$ ). Esse resultado é diferente do observado no modelo completo dos crimes contra a pessoa. De acordo com esses indicadores, a presença de gangues parece representar um fator de proteção para crimes contra o patrimônio nas vizinhanças do DF, indicando uma relação oposta aos crimes contra a pessoa. Numa palavra, grupos criminosos favorecem crimes contra pessoa ao mesmo tempo em que dificultam crimes contra o patrimônio nos bairros em que se concentram. Quanto ao ajuste do modelo completo, o teste de razão de verossimilhança em relação ao modelo irrestrito demonstrou resultado satisfatório ( $\chi^2(31)=79,10$ ,  $p<0,05$ ).

## 5.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A variação da incidência criminal foi associada a diferenças nas características das vizinhanças do DF. O argumento ecológico nos estudos sobre crime, conforme defendido inicialmente por Shaw e McKay (1942), desloca a atenção dos indivíduos para vizinhanças e os processos macrossociais. Assim como nos EUA, as evidências demonstraram que as características das vizinhanças são responsáveis por 8% da variação dos crimes contra a pessoa e 6% dos crimes contra o patrimônio. Essa diferença indica que as vizinhanças são mais homogêneas em relação aos crimes contra o patrimônio, ou seja, a prevalência entre as vizinhanças varia menos para esse tipo criminal. Esses resultados reiteram a pertinência da abordagem ecológica para os estudos sobre crimes no contexto brasileiro. Não apenas sobre as causas, mas também para interpretações sobre as consequências da incidência criminal e sugestões de possíveis intervenções.

Um dos objetivos desta tese era avançar na compreensão dos impactos de configurações locais, como a eficácia coletiva e o cinismo legal, sobre os crimes contra o patrimônio e contra a pessoa. A tabela 16 resume os principais resultados obtidos a partir dos modelos completos de cada variável dependente.

**Tabela 16.** Resumo dos resultados das estimativas da tese, segundo variáveis teóricas.

<b>Variáveis (Nível Vizinhanças)</b>	<b>Pessoa</b>	<b>Patrimônio</b>
<i>Eficácia coletiva</i>		
Coesão social	63%*	--
Controle social informal	-30%†	--
<i>Cinismo legal</i>		
Cinismo legal	232%***	--
Satisfação com as polícias	95%***	49%*
<i>Serviços públicos</i>		
Avaliação de serviços públicos	-28%***	-23%**
Presença da polícia militar	--	-27%**
Violência policial	62%†	--
<i>Presença de gangues</i>		
Gangues	40%*	-32%**
<i>Desvantagens Concentradas</i>		
	--	42%**

Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018. Os resultados apresentados consideram os modelos completos de cada tipo criminal.

†  $p < 0.10$ , \*  $p < 0.05$ , \*\*  $p < 0.01$ , \*\*\*  $p < 0.001$

Como se observa, os efeitos esperados das variáveis relacionadas à eficácia coletiva foram parcialmente confirmados no contexto brasileiro. As duas variáveis, coesão social e

controle social informal, apresentaram relações distintas com os tipos de crimes analisados. A porção eficácia do conceito, ou seja, o controle social informal, demonstrou associação negativa com os dois tipos de crimes, tendo sido significativo apenas no caso dos crimes contra a pessoa. Já a coesão social foi positivamente associada, sendo significativa nos crimes contra a pessoa. Esses resultados são diferentes dos pressupostos teóricos, mas convergentes com pesquisas realizadas no contexto latino-americano (OLIVEIRA, 2009; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2017; VILLARREAL; SILVA, 2006). São evidências semelhantes a estas que compõem o argumento do chamado paradoxo brasileiro da eficácia coletiva (ZALUAR; RIBEIRO, 2009). *Mas será que estamos diante de um paradoxo verdadeiramente brasileiro? Quais são as características do contexto brasileiro que definem esse paradoxo?* A seção seguinte buscará contribuir com o debate sobre o paradoxo brasileiro da eficácia coletiva.

### 5.5.1 Problematizando o paradoxo brasileiro da eficácia coletiva

Algumas vizinhanças concentram mais crimes do que outras e o fazem de forma duradoura ao longo do tempo. O que está por trás dessas evidências que tanto influenciam a vida das pessoas em diferentes cidades? A tradição de pesquisas iniciada por Shaw e McKay (1942) coloca em primeiro plano a vizinhança como unidade de análise na investigação criminológica. A perspectiva ecológica assume que existem propriedades coletivas que influenciam a incidência criminal nas comunidades locais. Uma dessas propriedades é a capacidade de exercer controle social formal e informal, cuja variação seria um decisivo preditor da oscilação da incidência criminal. Logo, nessa perspectiva, as vizinhanças seriam fontes de proteção social produzida a partir dos laços interpessoais que marcam a vida dos moradores.

Na formulação original de Shaw e McKay (1942), as vizinhanças desorganizadas seriam marcadas pela heterogeneidade de valores, aderência a normas e por precárias condições materiais de vida. Além disso, essas localidades seriam menos coesas e as relações sociais menos duradouras. Assim, as condições de regulação de comportamentos ficariam comprometidas, contribuindo com uma maior incidência criminal. Como argumento no capítulo 2, uma das principais críticas à teoria da desorganização social se voltou à própria definição de desorganização social (BURSIK JR, 2015). Vizinhanças organizadas seriam também coesas, marcadas pela frequência, intensidade e densidade das relações sociais entre os vizinhos. Além disso, por vezes havia uma confusão sobre os indicadores de desorganização que apontavam para desordens sociais. O risco, como salienta Bursik e Grasmick (1998), é definir o que se quer explicar, a variação criminal, a partir de algo que, em última medida, pode ser considerado parte do objeto, as desordens.

O argumento principal do paradoxo latino-americano da eficácia coletiva destaca a contradição de que comunidades marcadas por laços sociais fortes, densos e frequentes, ou seja, com elevada coesão social, também sejam aquelas que concentrem mais crimes (CERDÁ; MORENOFF, 2009; DE OLIVEIRA; RODRIGUES, 2013; SILVA, 2014; VILLARREAL; SILVA, 2006; ZALUAR, 2010; ZALUAR; RIBEIRO, 2009). Assim, a capacidade de controle social da coesão teria efeito limitado nessas comunidades. A esse respeito, Reiss Jr argumentou que:

O efeito vizinhança sobre o crime opera, portanto, em várias formas correlacionadas em comunidades de baixo status. A estrutura e a organização de uma vizinhança selecionam desproporcionalmente domicílios e indivíduos não-relacionados, os quais foram redes que criam e subsidiam a delinquência e os crimes de adultos (...). A densidade da presença de homens de alto risco numa vizinhança exerce um efeito incremental porque cria fortes redes entre pares e uma subcultura que oferece suporte à delinquência como uma solução para os seus problemas comuns relacionados a status. A extensão das redes entre pares aumenta a taxa de prevalência por meio do recrutamento para a delinquência e a pronta disponibilidade de co-ofensores nessas redes aumenta as taxas individuais de desvios (REISS JR, 1986, p. 17)<sup>113</sup>.

A crítica de Reiss Jr expõe o paradoxo da convivência entre densas redes sociais e elevados indicadores criminais a partir de evidências de pesquisas etnográficas em comunidades pobres do Estados Unidos. Segundo os parâmetros da desorganização social, eram vizinhanças coesas e, ainda assim, violentas. Em grande medida, a proposição do modelo sistêmico, como em Bursik e Grasmick (1993), e da teoria da eficácia coletiva, segundo Sampson et al. (1997), são respostas teórico-metodológicas às inconsistências da teoria da desorganização social. Distante de estarem resolvidas, essas questões foram enfrentadas e possuem vasta literatura baseada em evidências empíricas de diferentes contextos, inclusive o brasileiro. A relação positiva entre frequência de contatos entre vizinhos e indicadores criminais não é uma exclusividade brasileira. Na verdade, os resultados evidenciam a necessidade de avançar nas implicações das configurações locais para a aplicação da teoria da eficácia coletiva. O que

---

<sup>113</sup> Tradução a partir do original: The neighborhood effect on crime thus operates in several related ways in low-status communities. A neighborhood's structure and organization disproportionately select households and unrelated individuals who form networks that create and support delinquency and adult crime (...). The density of settlements of high-risk males in the neighborhood has an incremental effect because it creates strong peer networks and a subculture that supports delinquency as a solution to their common status problem. The extensive peer network increases the prevalence rate through recruitment into delinquency, and the ready availability of co-offenders in these networks increases individual rates of offending. N.T.

distingue o contexto brasileiro e caracteriza o paradoxo em relação à teoria da eficácia coletiva são configurações sociais específicas, forjadas a partir de redes de relações sociais construídas ao longo do tempo e atravessadas por condicionantes econômicas, demográficas e políticas. A partir das evidências empíricas desta tese, argumento que o paradoxo brasileiro da eficácia coletiva pode ser *reconsiderado* a partir de três pontos principais.

Em primeiro lugar, a coesão social e o controle social informal se referem a fenômenos distintos da realidade social. A coesão social se refere aos laços sociais construídos localmente como recursos de sobrevivência a condições materiais e estruturais precárias. São favores mútuos que marcam trocas sociais baseadas em necessidades básicas, em que prevalecem as relações privadas, de natureza interpessoal. A coesão social é descrita como laços fortes (BRIGGS, 2003; GRANOVETTER, 1983), marcados por contextos de isolamento social e privação material. Logo, a coesão social está associada a elementos estruturais, relacionados a condições materiais como desvantagens concentradas, desordens e incivildades, sendo uma característica distintiva de vizinhanças mais pobres.

Por sua vez, o controle social informal é associado à vida coletiva e orientado para atividades específicas da vizinhança, como intervir em brigas ou no comportamento de adolescentes e crianças. São essenciais a confiança mútua e a disposição de agir, indicando que a variável opera em nível paroquial e até público, configurando-se como laços fracos que conectam grupos e mobilizam recursos externos à vizinhança (BRIGGS, 2003). O controle social informal está associado a variáveis como a presença de gangues e violências policiais. Isso não equivale a dizer que a variável não está relacionada às características estruturais, contudo essas variáveis não são discriminantes do surgimento do controle social informal no contexto brasileiro.

Em outros contextos, coesão social e controle social informal são variáveis próximas e correlacionadas, referindo-se a processos tão imbricados que chegam a compor uma mesma escala, como a eficácia coletiva (WILCOX et al., 2018). Esse não é o caso brasileiro. Existem espaços de intersecção entre as variáveis, afinal, por exemplo, é de se esperar que um morador se sinta mais à vontade para chamar a atenção de um adolescente matando aula se o conhecer ou mesmo seus pais. Entretanto, essa relação está longe de ser necessária. Na verdade, no contexto brasileiro, essas variáveis possuem efeitos opostos sobre a variação da incidência criminal. Isso indica que existem outras dinâmicas em curso que não se referem apenas à proteção social obtida a partir da participação coletiva de moradores.

Em segundo lugar e corolário do ponto anterior, os diferentes efeitos da coesão social e do controle social informal sobre a incidência criminal não representam um fenômeno

exclusivamente brasileiro ou mesmo latino-americano (BROWNING, 2009; BROWNING et al., 2004). O que parece ser marcante no Brasil é o peso relativo inferior do controle social informal em relação à coesão social no conjunto das vizinhanças. Ou seja, os efeitos da coesão social sobrepõem os efeitos do controle social informal nas vizinhanças brasileiras, tendo o DF como referência. Essa é uma característica evidenciada pela análise das interações entre as variáveis, em que a coesão social é mais pronunciada tanto para os crimes contra o patrimônio quanto para os crimes contra a pessoa.

Em terceiro lugar, os mecanismos formais de controle social não podem ser tomados como um a priori no contexto brasileiro. Trata-se de uma dimensão decisiva na compreensão da variação da incidência criminal no contexto brasileiro. A participação do Estado, suas agências e seus atores nas comunidades locais variam muito de acordo com o público e o território atendidos. Em contextos de profunda desigualdade social e marginalização política, os agentes estatais são parte tanto da solução quanto do agravamento de problemas (ARIAS, 2019).

No caso das agências do sistema de justiça criminal, o acesso a informações, as regras de engajamento e os mecanismos de controle são aspectos de limitações da produção de controle social formal em diferentes vizinhanças de acordo com suas características de classe social, raça, gênero, dentre outras. Os efeitos das variáveis cinismo legal e satisfação com as polícias sobre as chances de vitimização são indicativos da dependência em relação ao Estado num contexto de desigualdade. A marginalização política impacta diretamente a capacidade de mobilizar recursos externos em vizinhanças pobres, o que é agravado pela atuação de grupos criminosos organizados e policiais corruptos e violentos (ARIAS; MONTT, 2018; ZALUAR, 2010). Tomadas em conjunto, a presença de gangues, a precária atuação estatal e, particularmente, a baixa qualidade do trabalho policial são condicionantes que impactam a capacidade de realização da proteção social por meio da participação comunitária em nível vicinal.

Em suma, o paradoxo brasileiro da eficácia coletiva pode ser mais bem caracterizado se forem consideradas as naturezas distintas dos fenômenos captados pela coesão social e o controle social informal. Ambos refletem condições específicas de construção social marcadas por processos que resultaram em profunda desigualdade social. Nesse contexto, a coesão social representa mecanismos de sobrevivência a condições precárias de vida, com propriedades relacionadas a laços fortes de natureza privada (GRANOVETTER, 1983). O controle social informal está associado à regulação de comportamentos e à disposição em intervir em prol da coletividade, conectando grupos e acionando recursos externos à comunidade, em suma, servindo como laços fracos de natureza paroquial e pública. Logo, o peso relativo maior da

coesão social sobre o controle social informal fala mais sobre o contexto brasileiro por revelar a prevalência de processos sociais forjados em relações de desigualdade social. Além disso, a marginalização política é um fator pouco destacado nas análises ecológicas sobre o crime no Brasil e que merece ser enfatizado. As circunstâncias de isolamento social que marcam comunidades pobres foram mais significativas e importantes na predição de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio no DF.

#### 5.5.1.1 *Situando a coesão social no DF*

A coesão social medida a partir da frequência de contatos entre vizinhos não parece indicar um mecanismo eficaz na produção de controle social e, conseqüentemente, de redução criminal. Como argumentei anteriormente, essa foi uma das principais críticas ao modelo sistêmico. O foco na frequência de contatos interpessoais não reconhecia que a realidade social passou por mudanças desde os anos 1980. Nos termos de Sampson, a sociedade moderna abandonou a idílica noção de aldeia global, em que as pessoas se baseavam no conhecimento direto dos vizinhos. Para o autor, as pessoas desejam confiar nos vizinhos e não necessariamente “jantar com eles” (SAMPSON, 2012, p. 151). Assim, a eficácia coletiva assume que essas novas sociabilidades na contemporaneidade interferem na produção de controle social e que os laços interpessoais com vizinhos não são os indicadores mais adequados.

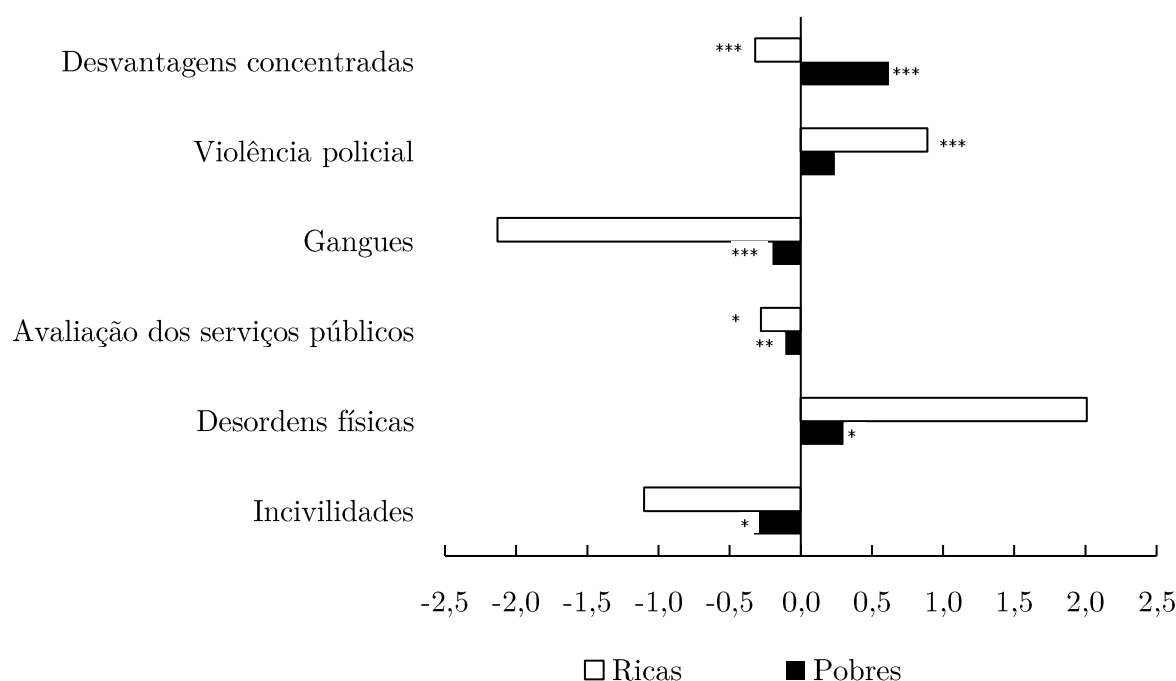
A variável coesão social foi construída a partir desta crítica como referência. Tendo em vista as limitações do questionário da PDV, foram incluídos itens que se referiam à troca de favores entre vizinhos (relações privadas) e à vida comunitária (dimensão paroquial), como a assinatura de petições pedindo melhorias na vizinhança. Os resultados indicaram que a coesão social foi associada de forma significativa a mais crimes contra o patrimônio e contra a pessoa. Evidenciou-se uma correlação positiva entre desvantagens concentradas e coesão social, a qual se mantém nos modelos em nível vicinal. Diante disso, procurei investigar as condições de surgimento da coesão social tendo como foco as características estruturais. A hipótese foi que comunidades mais pobres seriam associadas a um maior nível de coesão social em virtude da prevalência de laços interpessoais privados discutida na literatura (BROWNING, 2009; BROWNING et al., 2004; ZALUAR; RIBEIRO, 2009). Para tanto, utilizei como referência a variável desvantagens concentradas na divisão das vizinhanças em dois grupos, considerando os percentis de 25% das vizinhanças de cada extremo. Os resultados dessas comparações foram reveladores sobre as configurações locais no contexto brasileiro, em que a desigualdade e não apenas a pobreza é o fator preponderante.

Conforme demonstrado no gráfico 15, percebe-se que a coesão social foi mais pronunciada nas vizinhanças com o mais elevado nível de desvantagens concentradas no DF.



Além disso, a relação oposta foi observada em comunidades com os menores indicadores. Ou seja, as condições de surgimento da coesão social no DF foram associadas à menor renda mensal e à escolaridade do entrevistado, assim como à renda mensal do chefe da família e ao percentual de domicílios chefiados por mulheres. Essa relação foi significativa em ambos os casos, com indicadores de -0,32 ( $p < 0,001$ ) vizinhanças mais ricas e 0,62 ( $p < 0,001$ ) para as vizinhanças mais pobres. Esses resultados indicaram que residir em uma vizinhança com uma unidade acima da média dentre as vizinhanças mais pobres do DF foi associado a 0,62 acima da média de coesão social. Se a vizinhança estiver dentre as mais ricas, a coesão social foi menos pronunciada, na ordem de -0,32. Quando retomamos o resultado para o conjunto da população (ver tabela 13 na seção 5.2), a discrepância se revela. Antes não-significativa, a variável associada à pobreza se tornou significativa nos dois extremos, indicando realidades que opunham vizinhanças, seus modos de vida e, conseqüentemente, as chances de vitimização. Logo, não se trata da pobreza apenas, mas da sua desigual distribuição entre as vizinhanças do DF.

**Gráfico 15.** Fontes de coesão social por tipos de vizinhanças, segundo desvantagens concentradas.



**Fonte:** Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018.

**Notas:** São considerados os valores dos coeficientes de regressão em cada equação, por tipo de vizinhança, considerando as variáveis de interesse. As vizinhanças são definidas considerando os 25% superior (N=19) e inferior (N=20) de desvantagens concentradas.

†  $p < 0,10$ , \*  $p < 0,05$ , \*\*  $p < 0,01$ , \*\*\*  $p < 0,001$

Além disso, dentre as vizinhanças mais pobres, aquelas com mais desordens físicas ( $b= 0,30$ ,  $p<0,05$ ) e com pior avaliação dos serviços públicos ( $b= -0,11$ ,  $p<0,01$ ) também foram associadas a maior nível de coesão social. Esses resultados sugerem que vizinhanças com indicadores de desordem como lixo espalhado nas ruas, prédios e casas abandonadas e terrenos ou lotes vazios cheios de entulhos são mais propícias a trocas de favores entre os vizinhos. As vizinhanças com piores serviços públicos apresentam a mesma relação. Por sua vez, as incivildades foram associadas a menos coesão social ( $b= -0,33$ ,  $p<0,05$ ).

A presença de gangues tendeu a reduzir a coesão social em vizinhanças com elevada concentração de desvantagens ( $b= -0,2$ ,  $p<0,001$ ). Além de significativo, esse resultado indicou que a presença de grupos criminosos nas vizinhanças reduz a interação social entre vizinhos no DF. A violência policial foi significativa apenas para vizinhanças mais ricas ( $b= 0,89$ ,  $p<0,001$ ), tendo sido a variável mais relevante. Nesse caso, as vizinhanças que estavam uma unidade acima da média dentre as vizinhanças mais ricas do DF registraram mais coesão social, em média.

Tomados em conjunto, esses resultados sugerem que essa medida de coesão social foi associada a mecanismos de sobrevivência em condições de precariedade estrutural e, como defenderei em seguida, de marginalização política. Ou seja, não se trata da confiança nos vizinhos orientada por expectativas compartilhadas e dirigida a problemas específicos, como supõe a eficácia coletiva. A coesão social, colocada dessa forma, está mais próxima de uma “solidariedade interna de classe social” (ZALUAR, 2010), um enfeixamento de estratégias para enfrentar dificuldades estruturais e básicas de sobrevivência diária num tecido social esgarçado.

Como demonstram os resultados das variáveis relacionadas a condições materiais precárias, como desvantagens concentradas, desordens físicas e avaliação de serviço públicos, a coesão social foi mais acentuada entre vizinhos de comunidades pobres do DF. A exceção ficou por conta das incivildades que foram significativas e associadas a menos coesão social. Ora, se a coesão social for um mecanismo de proteção social nas vizinhanças do DF, ela não está relacionada ao controle social da incidência criminal, mas a condições de sobrevivência em contextos específicos, numa espécie de solidariedade interna de classe social. Assim, o efeito sobre a redução criminal não é o esperado, oferecendo subsídio ao paradoxo brasileiro da eficácia coletiva.

#### 5.5.1.2 Detalhando o controle social informal no DF

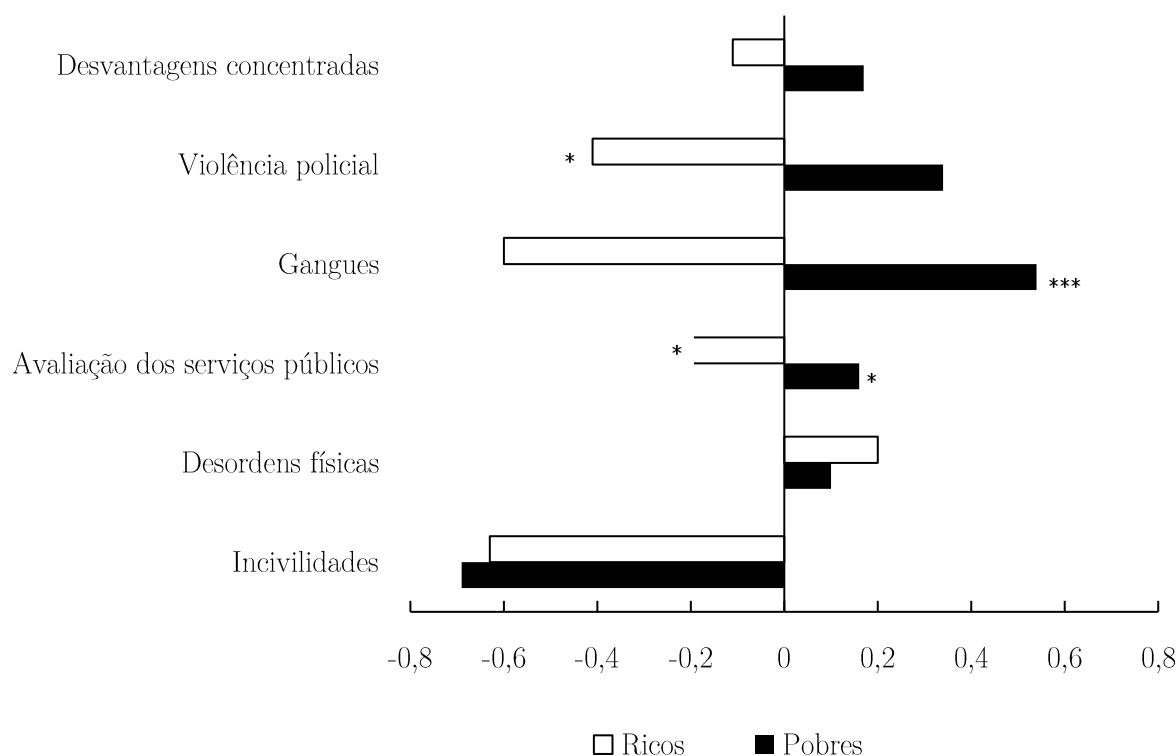
Desde a crítica purista de Ruth Kornhauser no final dos anos 1970, evidenciava-se que o controle social informal era uma chave analítica importante para diferenciar as vizinhanças e em suas capacidades de controlar o crime. Mais do que relações privadas, argumentava a autora,

a participação de instituições sociais, como escolas, igrejas, associações comunitárias, na regulação de comportamentos era central no controle do crime (KORNHAUSER, 1978). Desde então, diferentes foram as formas de operacionalizar o controle social informal. A teoria da eficácia coletiva reconhece que a coesão social não é suficiente para produzir controle social por não se referir a “expectativas de ação dentro de uma coletividade” (PORTES, 1998). Não se trata de um “estoque” a ser utilizado, mas de uma capacidade a ser acionada em casos concretos, como corrigir crianças matando aula, intervir em brigas na vizinhança, chamar a polícia diante de um crime ou mesmo reunir pessoas em favor de mais infraestrutura na vizinhança (SAMPSON et al., 1997). Esse é o núcleo da noção de controle social informal.

No contexto brasileiro, o controle social informal apresentou resultados convergentes com o esperado segundo a teoria da eficácia coletiva. Apesar de o sentido ser negativo em relação aos crimes, a significância foi pouco pronunciada em todos os modelos analisados (ver tabelas 14 e 15). Diante disso, utilizei o mesmo método de divisão das vizinhanças segundo desvantagens concentradas. A hipótese é que o controle social informal será associado a vizinhanças com melhores condições estruturais, logo, com menos desvantagens concentradas, melhor avaliação dos serviços públicos, menos desordens e incivildades.

Inicialmente, os resultados não foram significativos para desvantagens concentradas (ver gráfico 16). Além disso, desordens físicas e incivildades também não foram significativas. Ou seja, a variação dessas variáveis nas vizinhanças mais pobres e mais ricas do DF não pareceu impactar a produção de controle social informal. A única exceção foi a avaliação dos serviços públicos que demonstrou ser positivamente associada ao controle social informal nas vizinhanças mais pobres ( $b = 0,16$ ,  $p < 0,05$ ) e com o efeito oposto nas vizinhanças mais ricas ( $b = -0,2$ ,  $p < 0,05$ ). Assim, quanto melhores os serviços públicos como pavimentação, calçamento, espaços de esportes e lazer, mais condições de controle social informal nas vizinhanças mais pobres.

**Gráfico 16.** Fontes de controle social informal por tipos de vizinhanças, segundo desvantagens concentradas.



Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018.

Notas: São considerados os valores dos coeficientes de regressão em cada equação, por tipo de vizinhança, considerando as variáveis de interesse. As vizinhanças são definidas considerando os 25% superiores (N=19) e inferiores (N=20) de desvantagens concentradas.

† p < 0.10, \* p < 0.05, \*\* p < 0.01, \*\*\* p < 0.001.

As variáveis relacionadas à presença de gangues e de violência policial foram significativas em contextos diferentes. No caso das vizinhanças mais pobres, a presença de gangues foi associada a mais controle social informal ( $b = 0,54$ ,  $p < 0,001$ ). A literatura sobre gangues oferece subsídios para interpretar esses resultados a partir das redes de proteção oferecidas por criminosos (ANDERSON, 1999; PATTILLO-MCCOY, 1998). Já a violência policial foi significativa nas vizinhanças mais ricas ( $b = -0,41$ ,  $p < 0,05$ ), indicando uma redução da capacidade de controle social informal em vizinhanças que registram maior percepção de casos de policiais agredindo as pessoas dentre as vizinhanças mais ricas. Esse resultado pode ser interpretado como uma consequência do medo de intervir na regulação de comportamentos em contextos em que policiais são agentes de violências.

Em suma, esses resultados indicam dois pontos principais. O primeiro reitera a distinção entre a coesão social e o controle social informal enquanto processos sociais coletivos. As diferenças observadas em relação às variáveis estruturais salientam que a coesão social é, particularmente, mais bem descrita a partir de condições estruturais como as desvantagens

concentradas. A coesão social demonstrou ser significativamente associada às desvantagens concentradas em ambos os casos e em sentidos opostos. Numa palavra, a coesão social é uma característica marcante de vizinhanças com condições mais precárias. Isso não ocorre com o controle social informal, que não demonstrou relação com as variáveis estruturais. Foram as variáveis relacionadas à presença de gangues e à violência policial aquelas que distinguiram a capacidade de produzir controle social informal entre os tipos analisados de vizinhanças.

### 5.5.1.3 Mas quais laços sociais? Analisando interações entre coesão social e controle social informal no DF

A coesão social e o controle social informal foram considerados isoladamente nas seções anteriores. Mas o que demonstram as interações entre essas variáveis? O principal resultado indica que os efeitos da coesão social são mais intensos do que aqueles do controle social informal no DF. Logo, se a chave analítica da eficácia coletiva é o controle social informal, o contexto brasileiro apresenta uma dificuldade adicional para a aplicação da TEC. Tal dificuldade não se encontra nos diferentes efeitos sobre a incidência criminal exercidos por diferentes tipos de laços sociais. A distinção essencial está no peso relativo inferior do controle social informal no conjunto das vizinhanças do DF.

A distinção de tipos de laços sociais tem objeto de estudo de diferentes autores. Uma das linhas de argumentação propõe a diferenciação em laços fracos e laços fortes. O interesse sobre o papel dos laços fracos em resultados sociais encontra sua origem em estudos seminais como o de Mark Granovetter (1983) e de Peter Blau e J. Schwartz (1984). Granovetter defendeu que o desenvolvimento de relações baseadas em contatos menos frequentes e íntimos desempenhava papel crítico na conexão entre grupos sociais. O argumento de Granovetter foi construído tendo como evidências empíricas indicações de emprego, mas inspirou análises sobre a incidência criminal, cujos resultados indicaram que laços fracos são associados a menos crimes (BELLAIR, 1997).

As pesquisas de Putnam sobre capital social contribuíram de diversas formas com a agenda de laços sociais. Por um lado, a diferenciação entre os laços fracos e os laços fortes foi sistematizada, assim como suas implicações na esfera pública em contextos de mudanças sociais intensas e desengajamento cívico (PUTNAM, 1993, 2000). Para o autor, os laços fracos conectam grupos distintos e são denominados *bridging social ties*, sendo ainda orientados por relações verticais. Os laços fortes são baseados na reciprocidade e em relações horizontais, construídas por interações frequentes e de intimidade, sendo chamados *bonding social ties*. Dentre as implicações para políticas públicas, estão a defesa por medidas que promovam mais

laços fracos, de conexão entre grupos sociais, como políticas de planejamento territorial baseadas em subsídios em favor da diversidade socioeconômica<sup>114</sup>.

Por outro lado, os resultados das pesquisas de Putnam ajudaram a divulgar a ambivalência dos laços sociais. Em última medida, não há nada que defina os laços sociais como aderentes às normas sociais hegemônicas na sociedade. Como argumenta Portes (1998, p. 15), é característico do enviesamento sociológico a tendência a ver emergir na sociabilidade coisas boas (Idem, p. 138). Entretanto, os mesmos recursos apropriados por pessoas e grupos e mobilizados em ações pró-sociais também o podem ser para o cometimento de crimes, por exemplo. A literatura sobre gangues demonstra como fortes laços sociais podem ter resultados sociais negativos (PATTILLO-MCCOY, 1998; VENKATESH, 1997; WHYTE, 1943). Logo, os laços sociais podem estar conectando grupos com objetivos diferentes daqueles perseguidos no restante da sociedade. Não se trata da intensidade dos laços, mas do conteúdo do que se conecta.

Browning et al., (2004) demonstraram como diferentes tipos de laços sociais possuem consequências distintas na capacidade de controle social em vizinhanças de Chicago. O modelo de coexistências negociadas assumiu que laços sociais, participação cívica e normas sociais contribuíam para a capacidade de regulação de vizinhanças, contudo rejeitou a suposição de que os laços sociais eram inerentemente positivos. Além disso, os autores também rejeitaram a ideia de que as redes criminosas possuíam capacidade de organização social. O modelo de coexistências negociadas representou, portanto, um paradoxo à teoria da eficácia coletiva em que os criminosos eram regulados e beneficiados pelos mecanismos convencionais de organização social (BROWNING et al., 2004, p. 509). Seguindo a tipologia de Portes (1998), os distintos laços sociais são baseados em, de um lado, relações de solidariedade e confiança e, de outro lado, trocas recíprocas. A eficácia coletiva se aproxima do primeiro tipo de laços sociais, enquanto o modelo sistêmico, do segundo.

Os resultados de Browning et al. (2004) descreveram condições em que laços sociais baseados em trocas recíprocas tendem a inibir o controle social. Os autores demonstraram como esses tipos de laços sociais integram diferentes grupos nas vizinhanças, inclusive grupos criminosos. A partir da análise da interação entre eficácia coletiva e trocas recíprocas, evidenciou-se a redução do efeito protetivo da eficácia coletiva sobre a incidência criminal. Os motivos dessa redução estavam associados, segundo os autores, ao enfraquecimento das

---

<sup>114</sup> Um dos casos mais estudados é o *Moving To Opportunity for Fair Housing* (MTO). Grosso modo, tratou-se de um experimento financiado pelo governo norte-americano para promover a mudança de vizinhança de famílias de bairros pobres. O objetivo do projeto foi investigar os impactos dessas mudanças sobre as condições socioeconômicas dessas famílias. Para mais informações, ver BRIGGS et al., (2010).

expectativas compartilhadas sobre o controle social, à inibição de medidas concretas como chamar a polícia ou intervir em comportamentos antissociais e, ainda, à proximidade estabelecida entre grupos criminosos e moradores, inclusive com o estabelecimento de ajudas, como proteção em casos de criminosos de fora da vizinhança (BROWNING, 2009; BROWNING et al., 2004).

O insight oferecido por Browning et al., (2004) é útil na interpretação da relação entre comunidades e crime no contexto brasileiro. Para tanto, utilizarei a interação entre a coesão social e o controle social informal nas seções seguintes.

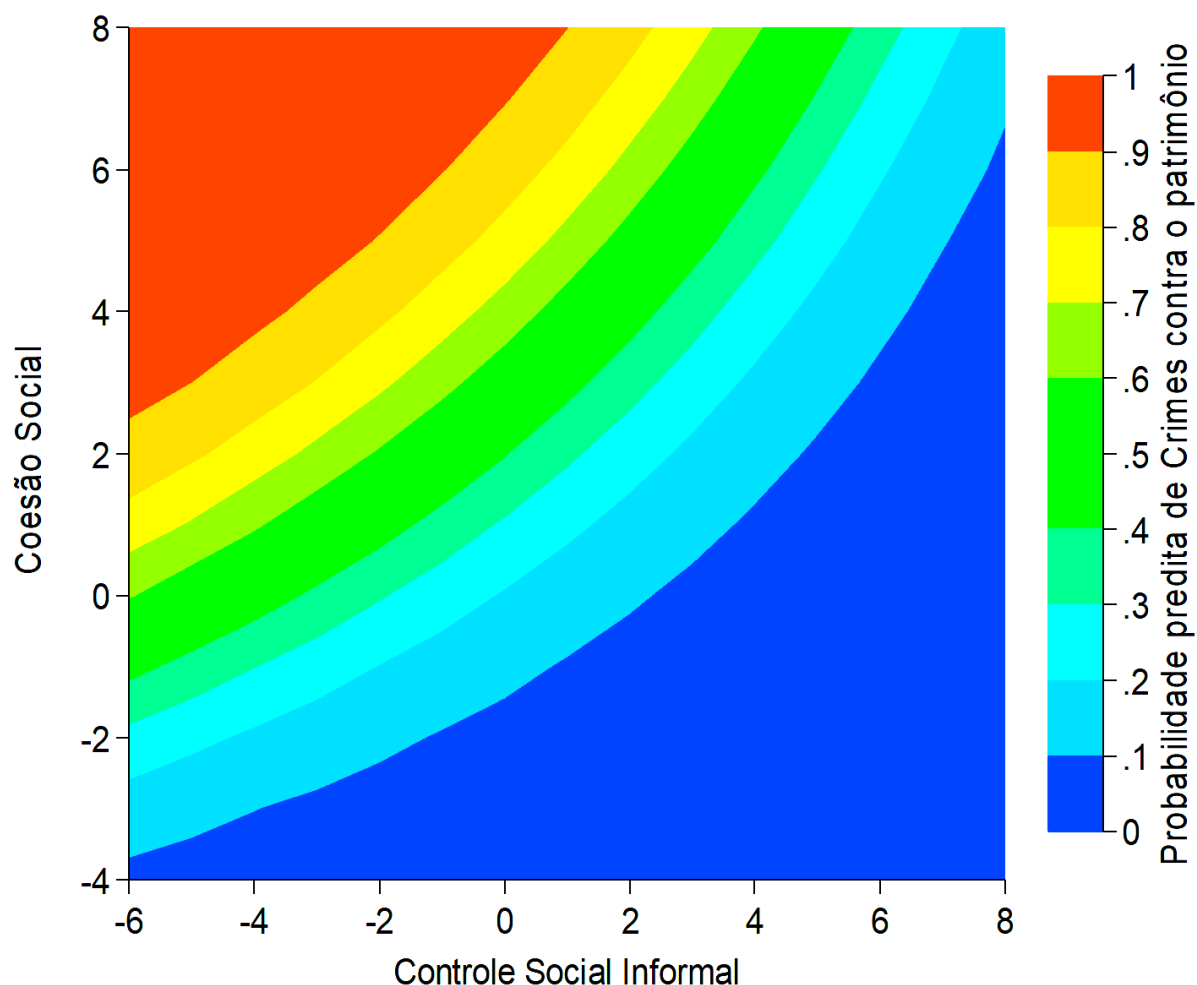
#### 5.5.1.4 Crimes contra o patrimônio

O gráfico 17 reproduz os efeitos dessas variáveis e da interação entre elas sobre a probabilidade de vitimização por crimes contra o patrimônio no DF<sup>115</sup>. Inicialmente, nota-se que existe uma relação positiva entre as variáveis, ou seja, à medida que aumenta a coesão social também cresce o controle social informal. Esse efeito é demonstrado pela correlação entre as variáveis ( $r=0,13$ ) e ainda pela inclinação ascendente das linhas do gráfico. A interação entre as variáveis foi responsável pela curvatura entre as linhas. Caso não tivesse sido incluída a interação, as linhas seriam retas. Outra constatação acerca da interação é que praticamente não houve alterações na dimensão e na significância dos efeitos das variáveis. Aliás, a coesão social se tornou mais significativa (passando de  $p=0,05$  para  $p=0,02$ ) após a inclusão da interação. Esse resultado indica que as variáveis não possuem efeitos de limitação consideráveis entre si.

---

<sup>115</sup> Foi utilizado o modelo apenas com os controles individuais das variáveis de interesse.

Gráfico 17. Efeitos das interações entre coesão social e controle social informal sobre probabilidade de vitimização por crimes contra o patrimônio no DF



Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018.

Os efeitos das variáveis sobre a probabilidade de crimes contra o patrimônio apresentaram sentidos opostos. Por um lado, a coesão social foi associada a mais crimes. Assim, mantendo o controle social informal constante no ponto zero, o aumento da coesão social exerceu o efeito de aumentar a probabilidade de vitimização por crimes contra o patrimônio (em média, uma unidade a mais na coesão social está associada a 80% mais chances –  $OR = 1,80$ ,  $z = 2,19$ ,  $p < 0,05$ ). O ponto de inflexão a partir do qual a probabilidade se tornou superior a 10% (cor azul escura) para a coesão social, considerando o controle social informal constante no ponto zero, é -1,54, ou seja, mais de um desvio-padrão abaixo da média da coesão social. Logo, mesmo em contextos com baixa coesão social, as chances de vitimização contra o



patrimônio foram elevadas. Quando são recuperados os valores das variáveis<sup>116</sup>, esse resultado demonstra a relevância relativa da coesão social em relação ao controle social informal.

Por outro lado, o controle social informal foi associado a menos crimes (OR=0,70,  $z=-1,93$ ,  $p<0,1$ ). Apesar da cautela que o nível de significância enseja, foi possível antecipar uma relação negativa entre o controle social informal e a probabilidade de vitimização por crimes contra o patrimônio no DF. Esse efeito é reduzido em comparação com a coesão social, o que se evidencia na dimensão (OR =1,80 e OR = 0,70), no nível de significância ( $p<0,05$  e  $p<0,1$ ) e na extensão da probabilidade ao longo dos valores efetivamente observados das duas variáveis<sup>117</sup>. Quando se manteve a coesão social constante no ponto zero, a redução da probabilidade de vitimização por crimes contra o patrimônio foi, em média, de 30% a cada unidade acrescida ao controle social informal. O ponto de inflexão em que a probabilidade foi menor do que 10% (cor azul escura) para o controle social informal é 2,5, ou seja, mais de dois desvios-padrões acima da média observada para a variável. Como exemplo, o maior valor observado nas vizinhanças do DF foi 1,27. Esse resultado indica que seriam necessários contextos de elevado controle social informal para exercer os efeitos protetivos esperados para crimes contra o patrimônio no DF.

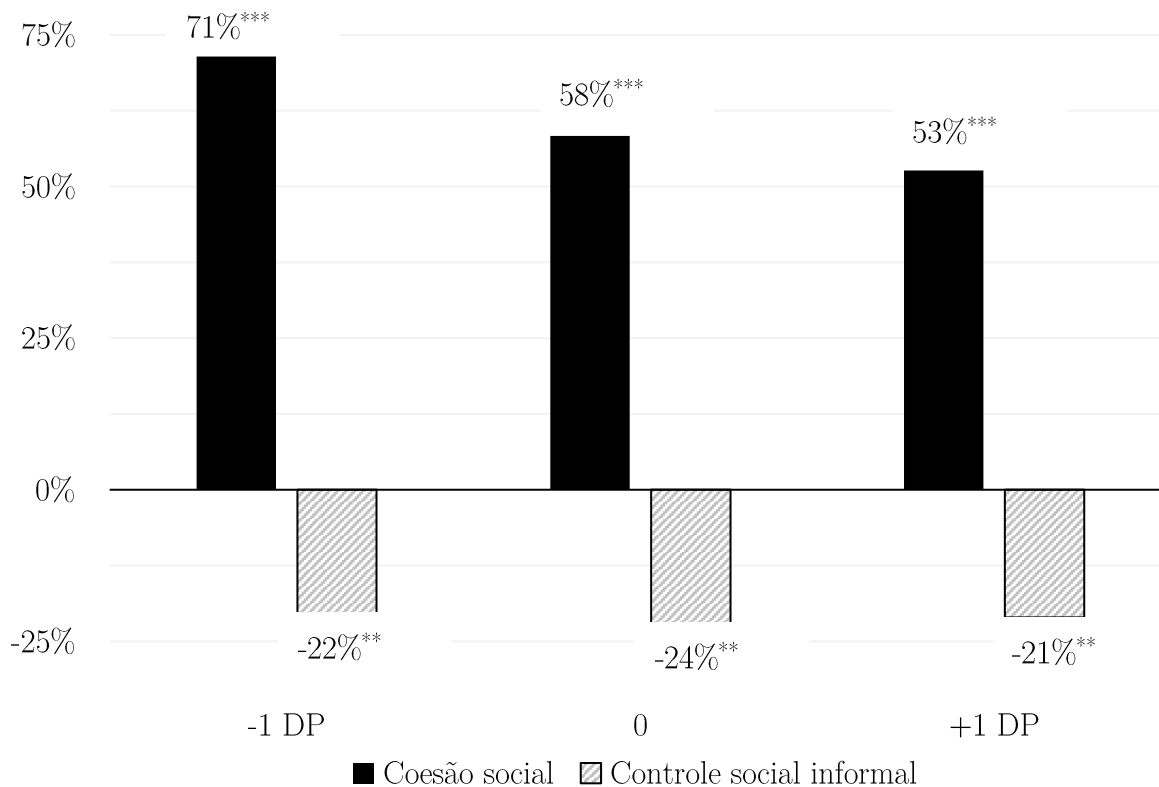
Outra forma de analisar a discrepância dos efeitos das duas variáveis no DF é descrita no gráfico 18. São apresentados os resultados de estimações que consideram constantes as variáveis de interesse. Por exemplo, se no ponto 0 do desvio-padrão as chances de vitimização são de aproximadamente 0,19 ( $p<0,001$ ) para ambas as variáveis, o valor indicado para cada variável quando se mantém um desvio-padrão acima representa o quanto variou o efeito dessa variável sobre os crimes contra o patrimônio, considerando o valor médio das demais covariáveis. Logo, o efeito da coesão social cresceu de 0,19 para 0,29, ou seja, um acréscimo de 53%. Já o efeito do controle social informal variou de 0,19 para 0,15, ou seja, se tornou menos relevante em 21%. Todas as variáveis foram padronizadas e possuem médias igual a 0 e desvio-padrão igual a 1, o que permite a comparação direta.

---

<sup>116</sup> Como demonstrado no capítulo 5, o controle social informal tem valor mínimo de -1,60 e máximo de 1,27. Já a coesão social apresenta resultados entre -0,92 e 2,81.

<sup>117</sup> Ver nota anterior.

**Gráfico 18.** Efeitos da eficácia coletiva sobre crimes contra o patrimônio no DF, incluindo interações entre as variáveis



**Nota:** Os modelos consideram, para cada variável de interesse, que as demais variáveis são mantidas constantes na média. Os percentuais são calculados em relação ao valor correspondente ao nível anterior de desvio-padrão.  
 \*\* p < 0.01, \*\*\* p < 0.001

A variação da coesão social demonstrou efeitos mais pronunciados do que o controle social informal em todos os cenários analisados. Isso equivale a dizer que a coesão social é uma característica que distinguiu de forma mais acentuada as vizinhanças do DF em relação às chances de serem vítimas de crimes contra o patrimônio. Em valores absolutos, como comparação, quando a coesão social assumiu o valor igual a 2, as chances de vitimização chegaram a 41%, considerando o valor médio do controle social informal. Considerando a situação inversa, quando a coesão social permaneceu em seu valor médio e o controle social informal assumiu o valor igual a 2, as chances de vitimização foram iguais a 11%.

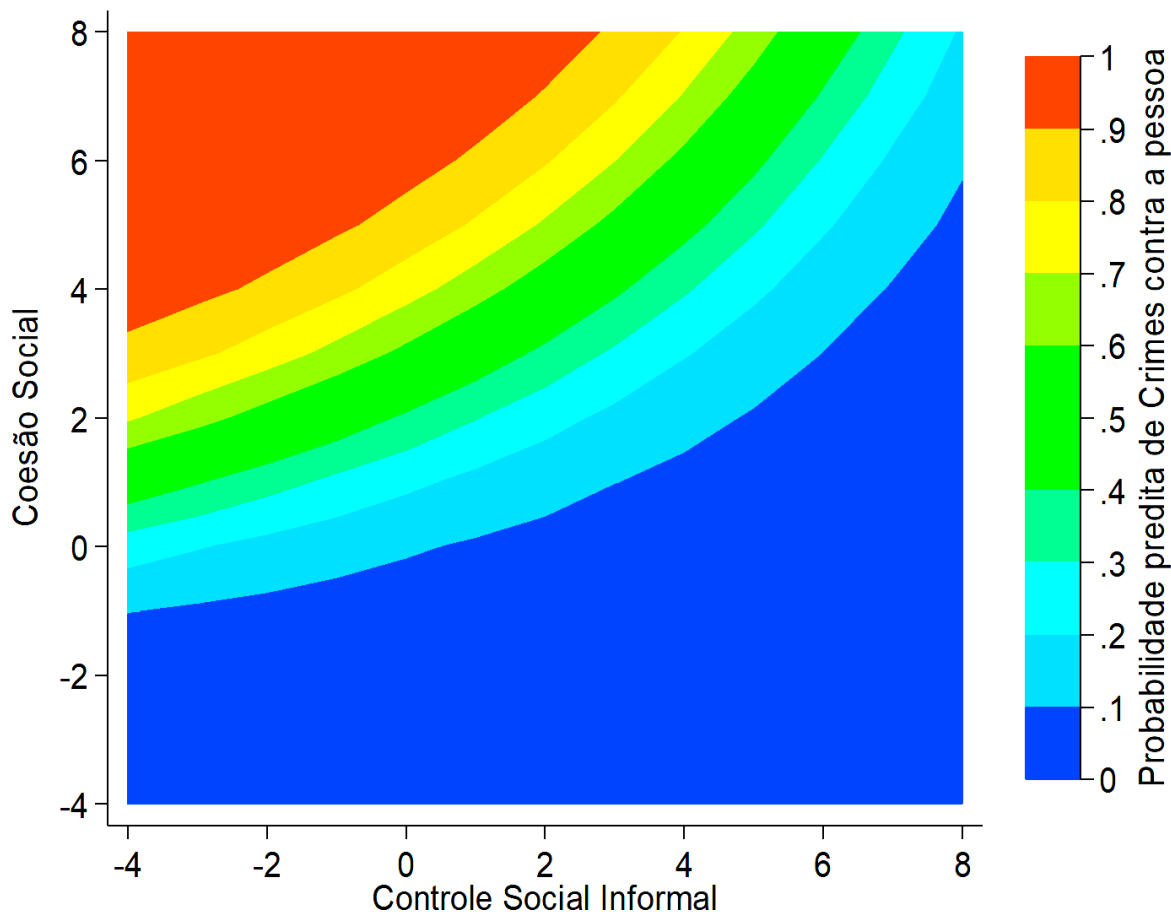
#### 5.5.1.5 Crimes contra a pessoa

No caso dos crimes contra a pessoa, a relação entre as variáveis foi semelhante àquela observada nos crimes contra o patrimônio. Entretanto, o impacto da coesão social se tornou ainda mais intenso e significativo (OR=2,45, z=4,11, p<0,001) ao passo que o controle social informal deixou de ser significativo (OR=0,77, z=-1,34, p>0,1). Nos modelos em que as variáveis eram incluídas isoladamente (não apresentados), a dimensão e o sentido dos efeitos

das variáveis sobre a probabilidade de vitimização por crimes contra o patrimônio permaneceram semelhantes, com exceção do controle social informal que perdeu significância com a inclusão da coesão social (passou de  $OR=0,63$ ,  $p < 0,05$  para  $OR=76$ ,  $p > 0,1$ ). Isso demonstrou a capacidade de predição da coesão social, sendo um limitador do impacto do controle social informal. Em comparação com os crimes contra o patrimônio, a coesão social foi mais relevante no modelo explicativo.

O gráfico 19 apresenta a interação entre as variáveis e as probabilidades de ser vítima de crimes contra a pessoa no DF. O produto entre as variáveis não foi significativo e tornou mais relevante e significativo os indicadores da coesão social. Com efeito, o aumento de uma unidade da coesão social aumentou, em média, 145% as chances de vitimização contra a pessoa, controlando para as demais variáveis. O ponto de inflexão a partir do qual a probabilidade de crimes contra a pessoa se torna superior a 10% (cor azul escura) para a coesão social, considerando o controle social informal constante no ponto zero, foi -0,1, ou seja, muito próximo à média da variável (que é igual a 0 por ter sido padronizada). Esse resultado foi diferente do observado para crimes contra o patrimônio. No caso dos crimes contra a pessoa, os contextos em que a coesão social foi mais pronunciada foram mais *necessários* ao aumento da probabilidade de vitimização.

**Gráfico 19.** Efeitos das interações entre coesão social e controle social informal sobre a probabilidade de vitimização por crimes contra a pessoa no DF



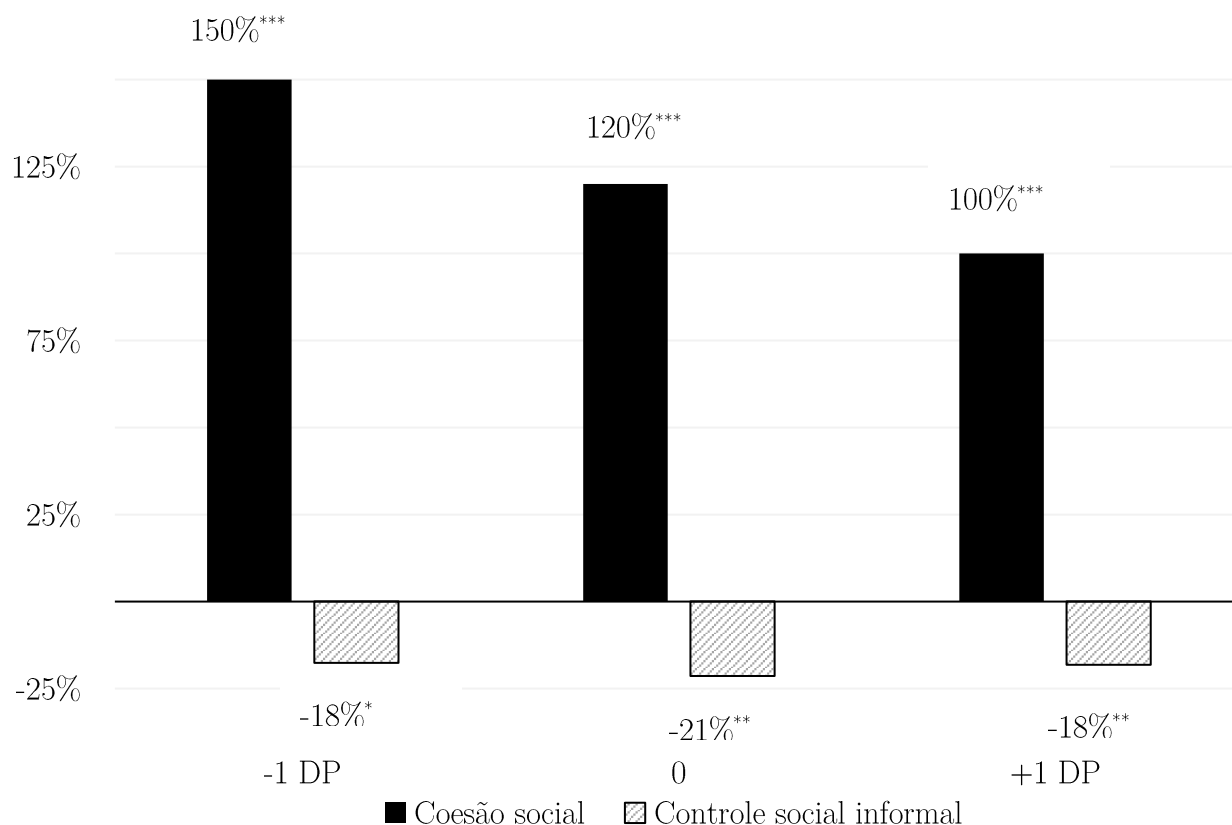
Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018.

O controle social informal, por sua vez, foi associado a menos crimes contra o patrimônio, contudo de forma não significativa. O ponto de inflexão a partir do qual a probabilidade de vitimização para o controle social se torna inferior a 10% (cor azul escura) foi, em média, 0,5, ou seja, menos de um desvio-padrão. Esse resultado destacou o quão reduzido foi o controle social informal em vizinhanças que concentraram mais crimes contra a pessoa (como exemplo, a correlação entre as variáveis é  $r=0,01$ , sendo que com a coesão social é de  $r=0,05$ ).

A análise das interações entre as variáveis demonstrou, ainda, outras dimensões dos impactos sobre a probabilidade de vitimização contra a pessoa (ver gráfico 20). No ponto médio de ambas as variáveis (0), a probabilidade predita foi de aproximadamente 11% ( $p<0,001$ ) para ambas as variáveis. Com um desvio-padrão acima da média de coesão social, o risco de vitimização subiu de 11% ( $p<0,001$ ) para 22%, ou seja, as chances dobraram. Por outro lado,

o aumento de uma unidade do controle social informal reduziu, em média, as chances de vitimização de 11% para 9%, ou seja, 18% de redução.

**Gráfico 20.** Efeitos da eficácia coletiva sobre crimes contra a pessoa no DF, com interações entre as variáveis



**Nota:** Os modelos consideram, para cada variável de interesse, que as demais variáveis são mantidas constantes na média. Os percentuais são calculados em relação ao valor correspondente ao nível anterior de desvio-padrão.

\*  $p < 0.05$ , \*\*  $p < 0.01$ , \*\*\*  $p < 0.001$ .

Com efeito, se o impacto da coesão social já era mais pronunciado e significativo do que o controle social para os crimes contra o patrimônio, no caso dos crimes contra a pessoa essa diferença foi ainda mais acentuada. Nos modelos analisados, a dimensão da coesão social foi pelo menos 5 vezes o equivalente do controle social informal. Além disso, a significância foi também mais destacada.

Em suma, os resultados indicaram que os efeitos da coesão social foram mais intensos e significativos sobre a probabilidade de ser vítima de ambos tipos de crimes analisados nesta tese. No caso dos crimes contra a pessoa, o impacto da coesão social foi ainda mais pronunciado, sendo associado, em média, a um aumento de 145% ( $p < 0,001$ ) nas chances de vitimização, em comparação com 80% ( $p < 0,05$ ) dos crimes contra o patrimônio. Apesar de exercer influência negativa sobre as chances de vitimização, o controle social informal não sobrepôs os efeitos da coesão social e sugeriu sua limitação na interpretação dos mecanismos de controle social no DF.

No caso dos crimes contra o patrimônio, o controle social informal foi associado à redução de 30% ( $p < 0,1$ ) na probabilidade de vitimização, não tendo sido significativo para os crimes contra a pessoa. De forma comparativa, as chances de vitimização nos pontos médios das variáveis relacionadas à eficácia coletiva foram de 19% e 11%, respectivamente, para crimes contra o patrimônio e contra a pessoa.

Em grande medida, a prevalência relativa da coesão social sobre o controle social informal no DF foi também a prevalência de laços fortes, de natureza privada, sobre laços fracos, de natureza paroquial e pública. Como argumenta Zaluar (2010), a solidariedade interna das classes sociais mais pobres se desenvolve como forma de apoio e proteção para enfrentar as dificuldades da pobreza. Ou seja, as pessoas interagem entre si como mecanismos de sobrevivência diante de condições precárias de vida. São pessoas que se ajudam em reparos domésticos, cuidam dos filhos dos vizinhos enquanto vão trabalhar, emprestam comida e dinheiro, levam os filhos uns dos outros para a escola ou para o ponto de ônibus. Essas são as prioridades, mormente privadas por tratarem de questões básicas. Durante o período de chuvas, são os vizinhos que ajudam a consertar telhados com goteiras, cavam o escoamento da água da chuva e podam árvores; proveem comida, cuidado e abrigo para os filhos dos vizinhos<sup>118</sup>. Nesses contextos, os objetivos da vida paroquial se moldam às necessidades básicas. Não se trata mais do apoio mútuo orientado ao controle social informal, mas antes disso ao atendimento de aspectos básicos, mas que parecem distantes na rotina diária das vizinhanças empobrecidas. O pano de fundo dessa configuração, como argumenta Zaluar (2010), é a profunda desigualdade social que esgarça o tecido social e impele os moradores de comunidades mais pobres a sobreviverem em condições precárias, contexto em que a solidariedade de classe social surge e se fortalece.

#### 5.5.1.6 Controle social formal e o cinismo legal

Um último aspecto parece caracterizar o paradoxo brasileiro da eficácia coletiva: a relevância dos efeitos da marginalização política sobre as chances de vitimização. Essa dimensão compõe, juntamente com as anteriores, as configurações sociais de comunidades brasileiras que condicionam o surgimento da proteção social por meio da mobilização comunitária. Numa palavra, a desigualdade social limita os mecanismos protetivos da coesão social e do controle social informal e influencia o acesso aos recursos formais das agências de justiça criminal.

---

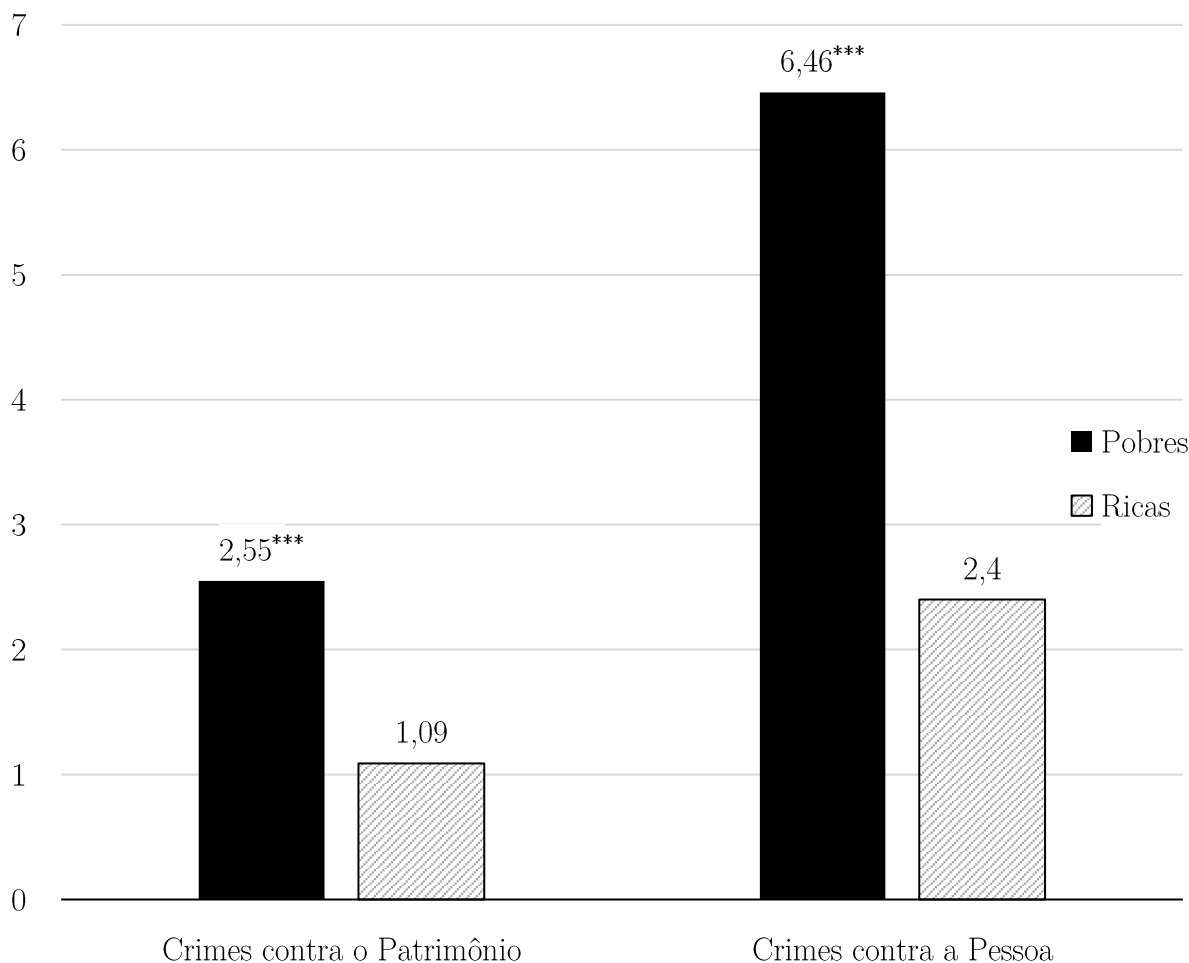
<sup>118</sup> As mães-crecheiras são exemplos de recursos de controle social informal na Estrutural. Articuladas em nível paroquial, são espaços de cuidado que respondem a necessidades práticas e cotidianas: a supervisão de crianças e o trabalho dos pais.

O cinismo legal, conforme discutido nas seções anteriores, é um conceito que busca descrever a disponibilidade e a legitimidade das agências do sistema de justiça criminal em nível vicinal. Em vizinhanças com elevado nível de cinismo legal, os moradores confiam menos na polícia como um recurso disponível e tendem a ser mais tolerantes com comportamentos desviantes, inclusive os seus próprios na resolução de problemas locais (KIRK; PAPACHRISTOS, 2011). Logo, os moradores passam a ser coniventes com práticas desviantes em virtude da indisponibilidade de recursos formais, o que é demonstrado pelo elevado nível de cinismo legal.

Os resultados dos modelos que consideraram o cinismo legal demonstram a relevância do conceito no contexto do DF para os crimes contra o patrimônio e contra a pessoa. Os efeitos do cinismo legal foram significativos mesmo quando controlando pela satisfação com o trabalho policial. Mas, quais são os efeitos do cinismo legal em comunidades ricas e pobres? A hipótese por trás dos modelos é que o cinismo legal seja significativo em vizinhanças com maior nível de desvantagens concentradas, tendo em vista o enfraquecimento de mecanismos de controle nessas comunidades. Utilizando a metodologia descrita nas seções anteriores, os resultados são inequívocos e demonstram como o cinismo legal é um mecanismo prevalente em vizinhanças específicas: as mais pobres.

O cinismo legal foi associado a mais crimes contra o patrimônio e contra a pessoa nas vizinhanças ricas e pobres do DF (ver gráfico 21). No caso dos crimes contra o patrimônio, o morador de uma vizinhança com uma unidade acima da média de cinismo legal, entre as vizinhanças mais pobres, possuía em média 155% mais chances de ser vítima de crimes contra o patrimônio (OR=2,55,  $z=2,77$ ,  $p<0,001$ ). Essa relação foi ainda mais acentuada para os crimes contra a pessoa: 546% mais chances (OR=6,46,  $z=5,31$ ,  $p<0,001$ ). Além disso, o cinismo legal não foi significativo, em nenhum dos modelos, nas vizinhanças mais ricas do DF. Esses resultados indicam que o cinismo legal é uma característica que distingue melhor a variação da incidência criminal nas vizinhanças pobres do Distrito Federal. Isso se deve ao nível e à variação de cinismo legal entre as vizinhanças: no caso das vizinhanças pobres, a média é de 0,11 e desvio-padrão 1,08, ao passo que nas vizinhanças ricas a média é de -0,18, com desvio-padrão 0,85. Ou seja, nas vizinhanças pobres, o cinismo legal assume valores mais elevados, em média, e, além disso, é mais heterogêneo.

**Gráfico 21.** Cinismo legal por tipo de crimes, segundo vizinhanças por desvantagens concentradas.



Fonte: Pesquisa Distrital de Vitimização, SSPDF. 2018.

Notas: Os modelos consideram além dos controles individuais, as variáveis desvantagens concentradas e instabilidade residencial. As vizinhanças são definidas considerando os 25% superiores (N=19) e inferiores (N=20) de desvantagens concentradas.

\*\*\* p < 0.001.

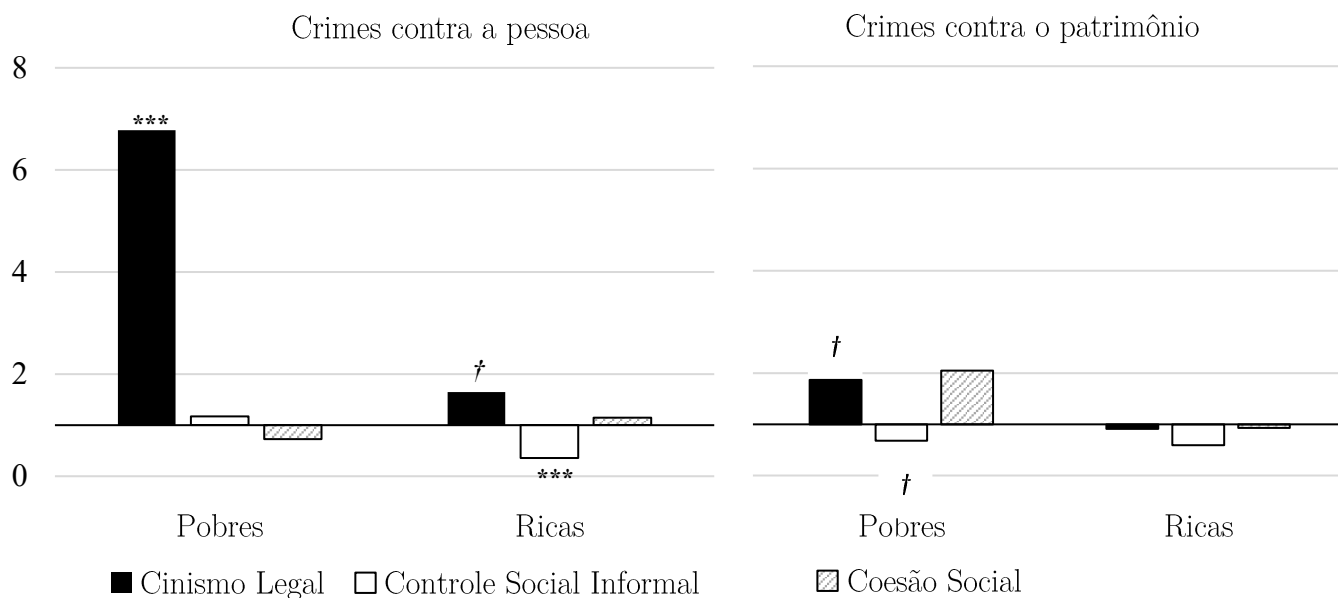
De forma adicional, foram analisados os efeitos da variável satisfação com as polícias nos dois tipos de comunidades. A hipótese era que essa variável seria um controle para interações anteriores com as polícias, eliminando possíveis relações espúrias (SAMPSON; BARTUSCH, 1998). Entretanto, a variável não foi significativa em nenhum dos quatro modelos analisados. Esse resultado sugere que a capacidade explicativa do cinismo legal está menos associada à avaliação do trabalho do policial e, possivelmente, se relacione aos demais componentes do sistema de justiça criminal.

Por fim, foram analisados modelos que relacionavam o cinismo legal e a eficácia coletiva em vizinhanças pobres e ricas do DF. A análise dos efeitos dessas variáveis em um mesmo modelo permite investigar as relações entre os fenômenos da proteção social por meio da



mobilização comunitária e a descrença no sistema de justiça criminal e nas leis. Como destacam Wilcox et al. (2018, p. 199), as evidências não são conclusivas sobre os impactos do cinismo legal sobre a eficácia coletiva nos Estados Unidos. Na prática, não se sabe se a eficácia coletiva é incentivada ou reprimida, e sob que circunstâncias, pelo cinismo legal.

**Gráfico 22.** Eficácia coletiva e cinismo legal por tipo de crimes, segundo vizinhanças por desvantagens concentradas.



**Notas:** Os modelos consideram além dos controles individuais das variáveis de interesse, as variáveis desvantagens concentradas e instabilidade residencial. As vizinhanças são definidas considerando os 25% superiores (N=19) e inferiores (N=20) de desvantagens concentradas.

No Distrito Federal, os efeitos do cinismo legal limitam<sup>119</sup> o impacto da eficácia coletiva sobre os crimes contra o patrimônio e contra a pessoa para o conjunto da população (ver modelos 4, 5 e 8 das tabelas 14 e 15). Esse resultado indica que, mesmo em vizinhanças com elevado nível de interações intrapessoais e privadas entre vizinhos (coesão social), o cinismo legal é relevante. Sendo ambas as variáveis correlacionadas com os tipos criminais analisados, seria de se esperar uma relação de intensificação do efeito entre elas, o que não ocorreu. Considerando os tipos de vizinhanças segundo desvantagens concentradas, o cinismo legal foi

<sup>119</sup> Os modelos que incluem cinismo legal e eficácia coletiva para o conjunto da população do DF indicam relação semelhante à demonstrada na comparação entre os modelos 4, 5 e 8 das tabelas 14 e 15. Tanto para crimes contra o patrimônio como para crimes contra a pessoa, o cinismo legal é significativo ao passo que o controle social perde significância (no caso dos crimes contra a pessoa) e a coesão social deixa de ser significativa nos crimes contra a pessoa e perde significância nos crimes contra o patrimônio, apesar de permanecer relevante (OR=1,57, z=2,25, p<0,05).

relevante em todos os modelos analisados, com exceção dos crimes contra o patrimônio nas vizinhanças mais ricas do DF. Reiterando os resultados do modelo que considera o cinismo legal isoladamente, a variável foi especialmente significativa em para os crimes contra pessoa em vizinhanças pobres. Ou seja, em vizinhanças pobres, as chances de ser vítima de agressões físicas, violências sexuais, ameaças e discriminações são maiores se houver mais descrença nas leis e as polícias forem consideradas menos disponíveis e ilegítimas.

O controle social informal foi significativo para os crimes contra a pessoa em vizinhanças ricas ( $OR=0,36, z=-3,77, p<0,001$ ) e para os crimes contra o patrimônio em vizinhanças pobres ( $OR=0,66, z=-2,26, p<0,05$ ). Por sua vez, a coesão social não foi significativa em nenhum dos modelos. Esses resultados indicam que o principal efeito do cinismo legal atinge a coesão social, ou seja, os efeitos da coesão social deixam de ser relevantes na predição criminal em contextos de elevado cinismo legal. Além disso, os resultados para o controle social informal são convergentes com o esperado e reiteram sê-lo o principal mecanismo de proteção social advindo da mobilização comunitária no DF.

Em suma, o cinismo legal representa uma configuração social associada, no caso brasileiro, à diferença de classe. Apesar de ser associado a mais crimes no DF como um todo, os efeitos do cinismo legal são mais intensos e significativos em vizinhanças pobres. Por exemplo, o efeito em vizinhanças pobres é quase 9 vezes maior do que em vizinhanças ricas no DF. As implicações dessa diferença estão associadas ao acesso aos órgãos do sistema de justiça criminal, às diferentes formas de atuação em vizinhanças ricas e pobres, além da capacidade de mobilizar recursos externos em cada uma das vizinhanças. Além disso, o impacto do cinismo legal não limita aos mecanismos formais de controle social. Ou seja, não se trata apenas de deixar de ligar para a polícia em vizinhanças pobres, enquanto esse recurso é mais acionado em vizinhanças ricas. Os mecanismos de controle informal, como chamar a atenção de crianças e adolescentes brigando na rua ou matando aula, são limitados em vizinhanças mais pobres. O efeito dissuasório da descrença no poder público e nos seus agentes também limita a capacidade de mobilização comunitária. No extremo oposto, nas vizinhanças mais ricas, os mecanismos de controle social demonstraram se mais acionados e, logo, exerceram impactos significativos sobre as chances de vitimização, particularmente, por crimes contra a pessoa.

## 5.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas sobre os impactos de configurações locais nas variações da incidência criminal em vizinhanças têm se consolidado como um campo criminológico específico. A área de *Communities & Crime* contribuiu, desde os insights iniciais de Shaw e McKay, com evidências que destacam a intrincada relação entre propriedades de grupos sociais e o controle social (WILCOX; CULLEN; FELDMEYER, 2018). No contexto brasileiro, essas evidências são ainda incipientes, limitando as interpretações sobre as dinâmicas criminais no país e as possíveis estratégias de intervenção. Os resultados apresentados neste capítulo permitem avançar na compreensão dos efeitos vizinhança no Distrito Federal.

A abordagem ecológica se mostrou adequada para a análise do contexto criminal do DF. Os resultados foram inequívocos e demonstraram que a variação da incidência criminal foi associada a diferenças nas características das vizinhanças do DF. Inicialmente, as configurações sociais que permitem o desenvolvimento de condições de proteção social variaram de acordo com características das vizinhanças. Cerca de 10% da variação do controle social informal e 7% da coesão social foram relacionadas a mecanismos que operam em nível vicinal, ou seja, apesar de impactarem nas volições individuais, possuem capacidade explicativa em própria nas vizinhanças. De maneira contundente, os resultados da variação de crimes contra o patrimônio (6%) e contra a pessoa (8%) também foram associados a características das vizinhanças. Em conjunto, essas evidências expressam a importância de serem consideradas dimensões coletivas, estruturais e que, portanto, extrapolam o indivíduo, na explicação da incidência criminal no contexto brasileiro.

As configurações sociais das vizinhanças do DF sustentam relações opostas entre a coesão social e controle social informal. Essas variáveis captam fenômenos distintos da realidade social no DF. Os laços fortes e privados que caracterizam a coesão social se diferenciam dos laços fracos do controle social informal na medida em que, particularmente, as desigualdades sociais se tornam mais agudas. Não se trata apenas da pobreza, mas da desigual concentração da pobreza no território. Duas vizinhanças são ilustrativas dessa diferença: Estrutural e Lago Sul. Ao passo que as desvantagens concentradas são, em média, de -1,18 na vizinhança do Lago Sul, na vizinhança da Estrutural o valor médio é de 0,88. No caso de crimes contra a pessoa, as chances de vitimização associadas a diferenças entre as vizinhanças são 1,8 vezes maiores na Estrutural em comparação com o Lago Sul. Isso sem considerar as demais características contextuais e individuais.

A inclusão das variáveis teóricas demonstrou outros aspectos das configurações sociais das vizinhanças do DF. Tais aspectos definem o paradoxo brasileiro da eficácia coletiva. No quadro analítico da eficácia coletiva, a relação positiva entre coesão social e incidência criminal não distingue as vizinhanças brasileiras de outras ao redor do mundo. Estudos como os de Browning et al. (2004) e Browning (2009) evidenciam circunstâncias em que a densidade de laços sociais afetam negativamente a capacidade de proteção das comunidades. De acordo com as evidências desta tese, o peso relativo inferior do controle social informal em relação à coesão social para o conjunto das vizinhanças do DF é algo decisivo e paradoxal. No contexto norte americano, enquanto a coesão social é residualmente associada a mais crimes, algo circunscrito a algumas comunidades pobres, o controle social informal permanece significativo. No caso brasileiro, os efeitos da coesão social são sempre mais intensos e significativos do que aqueles do controle social informal. Por exemplo, considerando os crimes contra a pessoa, os efeitos da coesão social são, em média, duas vezes maiores do que os do controle social informal. Para os crimes contra o patrimônio, essa relação chega a ser oito vezes superior. Além disso, as condições de surgimento da coesão social são reveladoras, haja vista que opõem vizinhanças ricas e pobres. Enquanto a coesão social é associada a mais desvantagens concentradas em comunidades pobres, a relação é a oposta em comunidades ricas, sendo que em ambos os casos os coeficientes foram significativos.

O cinismo legal foi o melhor preditor da incidência criminal nas vizinhanças do DF. Especialmente relevante nos crimes contra a pessoa, o cinismo legal foi associado a chances 232% maiores de vitimização. Por sua vez, a avaliação dos serviços públicos demonstrou redução média das chances de vitimização de cerca de 20% para os dois grupos criminais analisados. Esses resultados sugerem que o acesso a serviços públicos e a percepção de legitimidade e disponibilidade das agências do sistema de justiça criminal não podem ser tomados como uma realidade para todos. Sequer um a priori de nível mínimo. Os resultados das análises deste capítulo indicam que além das condições de produção do controle informal, os mecanismos formais de controle social diferenciam as vizinhanças do DF. O cinismo legal representa uma configuração social associada a diferenças de classe. Os efeitos do cinismo legal são mais intensos e significativos em vizinhanças pobres. Em última medida, a decisão de chamar a polícia para resolver um problema local envolve diversos outros fatores de acordo com a vizinhança a ser atendida.

## CAPÍTULO 6. CONTROLE SOCIAL NA ESTRUTURAL: ENTRE O PAROQUIAL E O PÚBLICO

*“O essencial não é aquilo que se fez do homem, mas sim aquilo que ele fez daquilo que fizeram dele”*  
(SARTRE, 1952, p. 55).

### 6.1 INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, demonstrei como configurações sociais específicas impactam a incidência criminal nas vizinhanças do DF. As propriedades vicinais que mais se destacaram foram a eficácia coletiva e o cinismo legal. Contudo, a eficácia coletiva demonstrou relevância limitada no contexto do DF. As duas variáveis utilizadas captaram fenômenos distintos e, por vezes, divergentes entre si. A coesão social medida como frequência de contatos foi associada a mais crimes contra o patrimônio e contra a pessoa. Isso equivale a dizer que residir em vizinhanças em que os moradores pedem ferramentas ou louças emprestadas aos vizinhos, cuidam da casa do vizinho quando ele se ausenta ou que os moradores participam de reuniões para pedir melhorias para o bairro não se traduz em maior proteção contra crimes. Pelo contrário, está relacionado a mais chances de vitimização. Apenas em contextos específicos, como nas vizinhanças de elevada renda e acesso a recursos, a coesão social foi relacionada a menos crimes. *O que ocorre nas interações entre os moradores que permite o surgimento da coesão social e não da proteção contra crimes? Será que as diferenças de classe são o único fator explicativo?*

Por sua vez, o controle social informal foi relacionado a menos crimes. A supervisão do comportamento de crianças e adolescentes e a disposição de intervir em brigas ou conflitos na vizinhança características associadas à maior proteção social. Contudo, de uma forma geral, os efeitos da coesão social prevaleceram sobre aqueles do controle social informal nas vizinhanças do DF. Mesmo na comparação entre vizinhanças que estão nos extremos das faixas de renda, o controle social informal não apresentou resultados significativos. Esse resultado sugere uma limitada capacidade de proteção social por meio da mobilização coletiva.

Neste capítulo, analisarei como as configurações sociais de uma vizinhança empobrecida do DF impactam a capacidade de realizar controle social por meio da ação coletiva dos seus moradores. O objetivo principal será avançar em relação aos resultados obtidos na análise da PDV e compreender as relações que envolvem a coexistência entre coesão social e incidência criminal no DF.

Esse parece ser o contexto da Estrutural, uma vizinhança marcada por precárias condições materiais e concentração criminal. Para tanto, utilizo dados coletados em 34 entrevistas realizadas no bairro entre 2016 e 2019<sup>120</sup> com moradores, professores de escolas públicas, mães de alunos das escolas locais, os próprios alunos, policiais militares, líderes comunitários e conselheiros tutelares. Ao longo desse período, procurei compreender por que a coesão social não se traduz em eficácia coletiva na cidade e o fiz a partir do questionamento dos sentidos assumidos pelos mecanismos centrais do conceito como expectativas compartilhadas, confiança mútua e disposição de intervir em prol da coletividade. Com isso, apresento argumentos sobre o paradoxo da eficácia coletiva no contexto brasileiro a partir da Estrutural. Apesar de não pretender generalizar conclusões a partir de evidências de uma vizinhança, acredito que os mecanismos relacionados ao controle social identificados na Estrutural podem servir como possibilidades interpretativas para outros contextos no Brasil. Será dedicada especial atenção à supervisão de jovens e adolescentes, conforme discutido pelos teóricos da eficácia coletiva nos Estados Unidos.

Este capítulo está dividido em seis seções além desta introdução. Na seção seguinte, apresentarei um breve histórico de formação da Estrutural. A terceira seção tem como objetivo situar o bairro no contexto demográfico, social e econômico do Distrito Federal. Na quarta seção, os dados criminais da vizinhança são apresentados a partir dos indicadores de homicídios e dos tipos analisados na PDV 2018. A quinta seção reúne análises sobre as dinâmicas comunitárias de controle social evidenciadas na vizinhança, enfatizando a distinção entre os níveis paroquial e público de mobilização de recursos. Em nível paroquial, serão discutidas estratégias de supervisão de crianças e adolescentes, a disposição de intervir em casos de problemas comunitários (inclusive crimes), o conhecer e o confiar nos vizinhos, além da mobilização social, como é o caso das mães crecheiras no bairro. Em nível público, discutirei a centralidade das agências formais de controle na resolução de conflitos locais e sua relação com o cinismo legal identificado em circunstâncias peculiares no bairro. Antes de apresentar as considerações finais, discuto como a presença de gangues na vizinhança foi evidenciada no trabalho de campo e suas possíveis interferências na produção de controle nas relações locais.

---

<sup>120</sup> As entrevistas não foram concentradas num período. As primeiras entrevistas foram realizadas no início de 2016 quando a formatação do projeto de pesquisa era finalizada para a banca de qualificação. Nos dois semestres seguintes, não foram realizadas entrevistas pois estive em Boston na etapa sanduíche da pesquisa. As próximas entrevistas foram realizadas em novembro de 2017 e seguiram desde então. Para mais detalhes sobre os procedimentos metodológicos, retomar o capítulo 5 desta tese.

Outro aspecto demonstrado no capítulo anterior foi a estreita relação entre essas configurações sociais, a incidência criminal e as desvantagens concentradas. Com efeito, a coesão social foi mais acentuada em comunidades pobres, ao passo que o controle social informal esteve mais presente em comunidades ricas. Será que estamos diante de um contexto em que a porção eficaz se opõe à porção coletiva exclusivamente em função do status socioeconômico? Será este o principal fator explicativo? Este será o tema da seção que remata este capítulo.

## 6.2 HISTÓRICO DA ESTRUTURAL

A Estrutural está localizada a 14 quilômetros do centro do Distrito Federal. O bairro recebeu esse nome por estar localizado às margens da rodovia DF 095 (ver figura 16 abaixo), comumente chamada de Via Estrutural. A rodovia liga o centro da capital à região oeste, a mais populosa do DF com cidades-satélites como Taguatinga e Ceilândia (HOLANDA et al., 2015). O bairro faz divisa com o Parque Nacional de Brasília e a 2ª Companhia de Suprimentos do Exército ao norte, com o córrego Cabeceira do Vale e à Colônia Agrícola 26 de Setembro ao oeste e o bairro conhecido como Cidade do Automóvel ao leste. A Estrutural faz parte do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA<sup>121</sup>, uma das 31 regiões administrativas que compõem o planejamento político-administrativo do DF. As primeiras sete regiões foram criadas em 1964, sendo seguidas por outras cinco em 1989 e mais sete entre 1992 e 1994. Apenas em 2004, o SCIA deixou de fazer parte do Guará e foi reconhecido como uma região administrativa autônoma.

---

<sup>121</sup> A Estrutural é o bairro residencial do SCIA. Por isso, os dados da PDV e da PDAD se referem à Estrutural, por serem realizadas em residências. As demais vizinhanças são eminentemente comerciais, com forte presença de concessionárias e revendedoras de veículos. Não à toa, a região é conhecida como Cidade do Automóvel.



Figura 12. Distância entre a Estrutural e a região central do DF.



A Estrutural surgiu como uma ocupação irregular composta em sua maioria por trabalhadores do aterro sanitário ainda no início da década de 1970. Existiam propriedades rurais na região, contudo a densidade populacional era ainda discreta. No início da ocupação, as condições de subsistência oferecidas pelo aterro sanitário foi a motivação para os deslocamentos de pessoas. Como destaca Dona Vanda, que está dentre as primeiras moradoras da Estrutural:

O lixo já andou por ali tudinho, nós andou ali tudinho trabalhando neste lixo (...) Dali veio, veio chegou perto da lagoa, parou e jogou do outro lado *pra* acolá e veio jogando, aí foi para o Jóquei Clube (...) e nós acompanhando. (SANTOS, 2014, p. 22).

O depósito de resíduos na região começou antes mesmo da constituição do aterro sanitário em 1975. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, a expansão do aterro sanitário atraía principalmente trabalhadores que dependiam do recolhimento de resíduos. Segundo Orrego (2013), estima-se que havia menos de mil pessoas na região no final dos anos 1980. As imagens abaixo demonstram a evolução da ocupação da região entre 1975 e 2014. Em 1975, é possível identificar o início dos assentamentos nas proximidades do aterro sanitário. Ao longo da Via



Estrutural, são identificadas moradias apenas na região próxima ao Cruzeiro, no extremo leste da cidade.

**Figura 13.** Ocupação da Estrutural em 1975



Fonte: SEGETH, 2018. Escala 1:25.000.

Em 1991, a área do aterro sanitário foi expandida para o norte e os loteamentos cresceram em dois polos distintos: a Vila Nova e a Vila Velha. Nessa época, uma nova lógica passou a orientar a ocupação do território: a busca por subsistência a partir do aterro sanitário cedeu espaço à busca por moradia. Poucos dependiam do aterro sanitário para a subsistência em meados da década de 1990 (SANTOS, 2014). Com o adensamento da cidade, os novos moradores vinham de outras regiões do país e do DF em busca de moradia.

Figura 14. Ocupação da Estrutural em 1991



Fonte: SEGETH, 2018. Escala 1:25.000.

A mobilização dos novos moradores dependia de estratégias como a ocupação dos lotes, as manifestações por regularização das terras ocupadas e as disputas contra as derrubadas. Essa foi a época da retirada dos moradores da chamada Vila Nova para a Vila Velha. A Vila Nova era próxima à rodovia e se estendia ao longo da região onde se instalaria a Cidade do Automóvel. A Vila Velha era próxima ao aterro sanitário e reunia os chacareiros e catadores de lixo. Os relatos sobre as tensões e disputas desse período descrevem as relações entre moradores antigos e os novos, além da atuação do governo sobre a região. Dona Fátima, uma das moradoras da Vila Velha, descreve o período da seguinte forma:

O pessoal começou ocupando onde hoje é a cidade do automóvel, aí eu lembro que o governo trouxe eles pra cá e a Arlete (vice-governadora) falou que era uma coisa provisória que depois eles iam sair daqui, era só até serem remanejados para uma outra área, mas eles ficaram pé aqui. E a ideia do governo era tirar todo mundo, toda Estrutural, mais aí quando juntou, acabou: o pessoal ficou pé. Foi duas forças que se juntou. Aí você me pergunta: Foi ruim? Foi ruim. Mas foi ruim por um lado, o ruim foi porque

trouxe junto violência, falta de tudo. Antigamente, tinha um ladrão, mas todo mundo já sabia quem era ele, depois a coisa ficou mais difícil. O lado bom foi que a Estrutural se fortaleceu, a gente ganhou força pra não sair mais daqui. Se não tivesse acontecido como aconteceu aqui, hoje não teria Estrutural. (SANTOS, 2014, p. 31)

A “luta por moradia” ajuda a explicar parte dos processos de mobilização social que se desenvolveram na Estrutural a partir da década de 1990 (SANTOS, 2014; SILVA, 2008). Diferentes coletivos foram criados em torno da moradia e da regularização de terras na cidade: Prefeitura Regional Comunitária - PRECES, Associação dos Moradores da Estrutural, Associação Comunidade do Lixão, dentre outras. Santos (2014) acompanhou reuniões da PRECES e descreve da seguinte forma a criação da associação: “ser liderança política na cidade era um título que precisava ser corroborado por um CNPJ” (SANTOS, 2014, p. 114). E completa a partir do relato de Ismael, o primeiro prefeito comunitário da Estrutural:

“(…) aí a secretária Evelise, que era a Secretária de Habitação, orientou a gente dizendo o seguinte: ‘Oh, o governo não recebe pessoas, vocês criam uma entidade que tenha personalidade jurídica e aí vocês começam a trabalhar’” (Idem, p. 115).

Com o passar do tempo, outras pautas se juntaram à moradia: asfaltamento, instalação de passarelas, regularização de entregas e correspondências pelos Correios, saneamento básica, energia elétrica, dentre outras (SANTOS, 2014). A figura abaixo demonstra os contornos da ocupação da Estrutural em 2014. O aterro sanitário chegou a ocupar um espaço de 201 hectares, com destinação de resíduos domésticos e de construção. Em 2018, o aterro passou a receber apenas resíduos de construção civil<sup>122</sup>, o que impactou a rotina da cidade, como discutirei adiante.

---

<sup>122</sup> A destinação dos resíduos domésticos na Estrutural foi objeto de ação civil pública em 1996 pelo Ministério Público do Distrito Federal. A sentença transitou em julgado em 2004, condenando o governo local ao encerramento das atividades. Em 2012, nova ação civil pública foi ajuizada em razão da presença de crianças no aterro da Estrutural. Apesar de condenado o governo local recorreu da decisão que ainda aguarda julgamento. Em 2018, o depósito de resíduos domésticos foi destinado para um aterro em Samambaia e o aterro da Estrutural passou a receber resíduos de construção civil.



Figura 15. Ocupação da Estrutural em 2014



Fonte: SEGETH, 2018. Escala 1:25.000.

Com uma população estimada em 35.730 pessoas (CODEPLAN, 2019), o bairro acumula problemas recorrentes de periferias de grandes centros urbanos. As condições precárias de emprego, o acesso à educação e transporte público se somam ao limitado atendimento de saúde, assistência social e segurança. Como argumenta Cardia, as periferias são marcadas pela superposição de carências que, na lógica urbana, tende a ser acirrada por uma espécie de competição entre as vizinhanças (CARDIA, 2004). Essas carências contribuem na compreensão das configurações sociais que marcam as condições de supervisão dos jovens, as oportunidades de socialização no mercado de trabalho e na capacidade de ação coletiva de comunidades. Ao longo do tempo, como argumenta Misse (2008), esses processos caracterizam contextos sociais férteis para a acumulação social da violência. Estas configurações e características serão discutidas nas seções seguintes.

### 6.3 A ESTRUTURAL NO CONTEXTO DEMOGRÁFICO DO DF

*‘Madalena<sup>123</sup> tem 22 anos e, naquela noite, seria mãe pela quarta vez. Seu filho, João, se juntaria a outros três irmãos para dividirem um quarto na casa da avó paterna, Dona Mara. Carlos, o pai de João, é catador de lixo e se envolveu, meses atrás, em uma confusão no Santa Luzia, onde morava até então. Depois que seu carro foi queimado na porta de casa, numa suposta retaliação, não sobraram muitas alternativas para Carlos e sua família. Dona Mara os receberia por algum tempo ‘até a vida melhorar’, como definira. O medo dela é que Carlos terminasse como seu irmão que fora morto há dois anos. Naquela quarta-feira, a bolsa de Madalena romperia no início da madrugada, próximo de uma da manhã. Depois de caminhar até o posto de saúde da Estrutural, saiu de lá com uma guia para o Hospital Regional da Asa Norte - HRAN, pois o atendimento não poderia ser feito ali. Já passava de cinco horas da tarde quando a cunhada de Madalena parou uma viatura policial e pediu ajuda. “O que mais me impressionou foi a calma dela”, relatou Paulo<sup>124</sup>, um dos policiais militares que ajudou, ao se deparar com Camila. O SAMU foi acionado, mas não pode enviar uma ambulância. Não havia nenhuma disponível. No caminho para o hospital, ainda na viatura policial, Madalena fez uma das poucas perguntas que faria aos policiais naquela noite: “Será que posso fazer a cirurgia para não ter mais filho?”. A recomendação havia sido registrada pelo médico do posto de saúde na guia que Madalena tinha nas mãos. Ela não sabia ler e ficou feliz em saber que a cirurgia havia sido indicada pelo médico. Ângelo nasceria apenas às sete horas da manhã do dia seguinte, pesando 2,8 quilos e medindo 49 centímetros. Infelizmente, a laqueadura não foi realizada. Madalena não soube dizer o porquê<sup>125</sup>.*

\*\*\*

Esse relato ocorreu nos últimos meses do meu trabalho de campo na Estrutural. Um dos policiais militares que entrevistei narrou com muitos detalhes o seu encontro com Madalena. Talvez por ter sido um dos seus primeiros serviços no bairro, para onde viera contra sua vontade, o fato ainda o marcava. A superposição de carências, com a precariedade dos serviços públicos em primeiro plano, é marcante na história de João e de sua mãe, Madalena. Contudo,

---

<sup>123</sup> Utilizo nomes fictícios para a maioria dos entrevistados como forma de proteger as suas identidades. Sempre que fizer de forma diferente, haverá uma nota indicando em contrário. Quando estiver tratando de personalidades públicas ou cujos relatos sejam de fontes secundárias, utilizarei os nomes verdadeiros.

<sup>124</sup> Policial militar, 35 anos, trabalhou na Estrutural por 4 anos até ser transferido para outra unidade.

<sup>125</sup> Registro do caderno de campo de 22 de maio de 2019. O emprego de marcações simples (‘ ’) indica trechos parafraseados a partir dos registros do caderno de campo ou das entrevistas. As marcações duplas (“ ”) indicam trechos retirados diretamente da transcrição das entrevistas e grupos focais.

a frequência com que outras características estruturais se juntam para descrever as trajetórias de moradores do bairro chama ainda mais atenção.

A análise sobre os dados do trabalho de campo na Estrutural é antes uma descrição da minha experiência na interlocução com diferentes atores do bairro. Não se trata de uma descrição do que pensam meus interlocutores, mas o que percebi em nossas interações. Além disso, descrevo minhas vivências *no* e *com* o bairro, as experiências de estar em novos espaços e interagir com os territórios e seus significados<sup>126</sup>. Nesse sentido, é importante situar o contexto socioeconômico da Estrutural em relação ao restante do DF como ponto de partida. Não busco estabelecer relações causais entre essas características e a capacidade de controle social no bairro. Pelo contrário, a composição resultante do enfeixamento dessas características fornece o esteio para configurações sociais que informam como os moradores se engajam coletivamente para oferecer proteção social uns aos outros. Logo, não se trata de descrever a precariedade ou a pobreza, num circunlóquio potencialmente infundável, mas de compreender como as pessoas interagem num contexto específico e produzem resultados sociais levando em conta essas configurações sociais<sup>127</sup> (ELIAS, 1993).

#### *Taxa de fecundidade*

O perfil demográfico da Estrutural é semelhante aquele das demais regiões de baixa renda do DF. Conforme se observa na tabela 17<sup>128</sup>, o bairro apresenta taxa de fecundidade (2,55) mais elevada do que as demais regiões de renda baixa do DF (1,97). Em relação à fecundidade específica, as mulheres da Estrutural são mães de forma mais precoce do que a média das regiões de baixa renda, com concentração na faixa etária de 20 a 24 anos. No caso de Madalena (citado no início desta seção) o primeiro filho nasceu quando ela tinha 17 anos, o segundo aos 19 anos e o seguinte aos 21 anos. Apenas o Paranoá e a Fercal apresentaram taxas específicas mais elevadas do que a Estrutural, sendo que os dados da Fercal devem ser

---

<sup>126</sup> As perspectivas metodológicas do trabalho de campo estão descritas no capítulo 5. É importante destacar o posicionamento assumido nas entrevistas e grupos focais antes que as análises sejam apresentadas. O risco de incorrer em reducionismos e associações espúrias está presente na pesquisa de uma forma geral. Contudo, assumo a preocupação em não assumir como dadas descrições alheias, como que me apropriando de algum 'dado da realidade' expresso por meus interlocutores. Longe disso, reconheço que sou parte nas interações que tomo parte e estabeleço, como minhas, as reflexões que apresento na tese. Os sujeitos com quem tive a oportunidade de interagir neste trabalho são, assim, partes nessas relações.

<sup>127</sup> Esse aspecto é central no conceito de figuração de Norbert Elias. A esse respeito, ver ELIAS (1999) e, para uma leitura contemporânea, ver ABBOTT (2016) e, para um estudo prático, ver SILVA; ELIAS (2010).

<sup>128</sup> Utilizo os mesmos critérios apresentados no capítulo 4. Assim, as regiões de baixa renda são aquelas com renda per capita média mensal de até R\$880 em 2015: Paranoá, Recanto das Emas, Varjão, Estrutural, Itapoã e Fercal. A Estrutural, como comparação, registrou a menor renda do DF: R\$ 521,80.

interpretados com cautela em virtude da população de menos de 10 mil habitantes. Em conjunto, esses resultados indicam que a Estrutural está passando pelo primeiro estágio da transição demográfica em termos de fecundidade. Madalena, afinal, não é um *outlier* no contexto de fecundidade local.

**Tabela 17.** População e indicadores de estrutura etária, fecundidade e mortalidade segundo renda per capita média para a Estrutural e regiões de Renda Baixa do DF, 2015

Indicadores	Grupo I <sup>1</sup>	
	Baixa (< 1 SM)	Estrutural
População residente	314.289	38.429
%	10,8%	1,3%
Estrutura etária		
<i>Idade (mediana)</i>	25	24
< 15 anos	25,3%	27,9%
15 - 59 anos	67,7%	67,0%
> 60 anos	7,0%	5,1%
Índice de Envelhecimento	27,7%	18,3%
Dependência econômica		
<i>Razão de dependência</i>	47,7%	49,3%
<i>Razão de dependência jovem</i>	37,4%	41,7%
<i>Razão de dependência idoso</i>	10,3%	7,6%
TFT	1,97	2,55
Taxa Bruta de Natalidade	18,90	24,85
TMI	8,40	7,20
TBM	3,22	3,60
Renda Domiciliar Média Mensal	R\$ 2.456,48	R\$ 1.972,99
Renda per capita média mensal	R\$ 673,07	R\$ 521,80
Naturais do DF	51,2%	47,5%

**Fontes:** MS/SISNAC (2015), MS/SIM (2015) e Microdados da PDAD (2015). <sup>1</sup>Inclusive a Estrutural.

#### *Taxa de Mortalidade*

Os dados sobre mortalidade da Estrutural revelam que a vizinhança possui uma taxa de mortalidade infantil inferior à média das regiões de baixa renda. O mesmo ocorre com as taxas específicas de mortalidade de pessoas a partir de 50 anos. Isso indica que as pessoas vivem mais tempo na Estrutural, em comparação com a média das regiões de baixa renda. A única exceção foi na faixa de 15 a 19 anos, em que a Estrutural está acima.

#### *Estrutura etária*

A análise da estrutura etária indica que a Estrutural possui uma população jovem, com mediana da idade (24 anos) inferior à média das regiões de baixa renda (25 anos). O índice de envelhecimento também é inferior (18,3% e 27,7%), revelando que para cada grupo de 100 jovens na população da Estrutural existem 18 idosos. Na média das regiões de baixa renda, esse número é de 28 idosos. A razão de dependência é um pouco superior à média das regiões de baixa em renda em virtude do maior percentual de pessoas com menos de 15 anos. A razão de dependência de idosos revela, ainda, que a proporção de idosos na Estrutural está abaixo da média das regiões de baixa renda.

De uma forma geral, a estrutura etária da Estrutural está próxima da média das regiões de baixa renda do DF. Contudo, a Estrutural possui proporção mais acentuada de jovens e menor de idosos. A pirâmide etária do bairro é típica de estágios iniciais de transição demográfica, em que a base é mais alargada e o topo mais estreito.

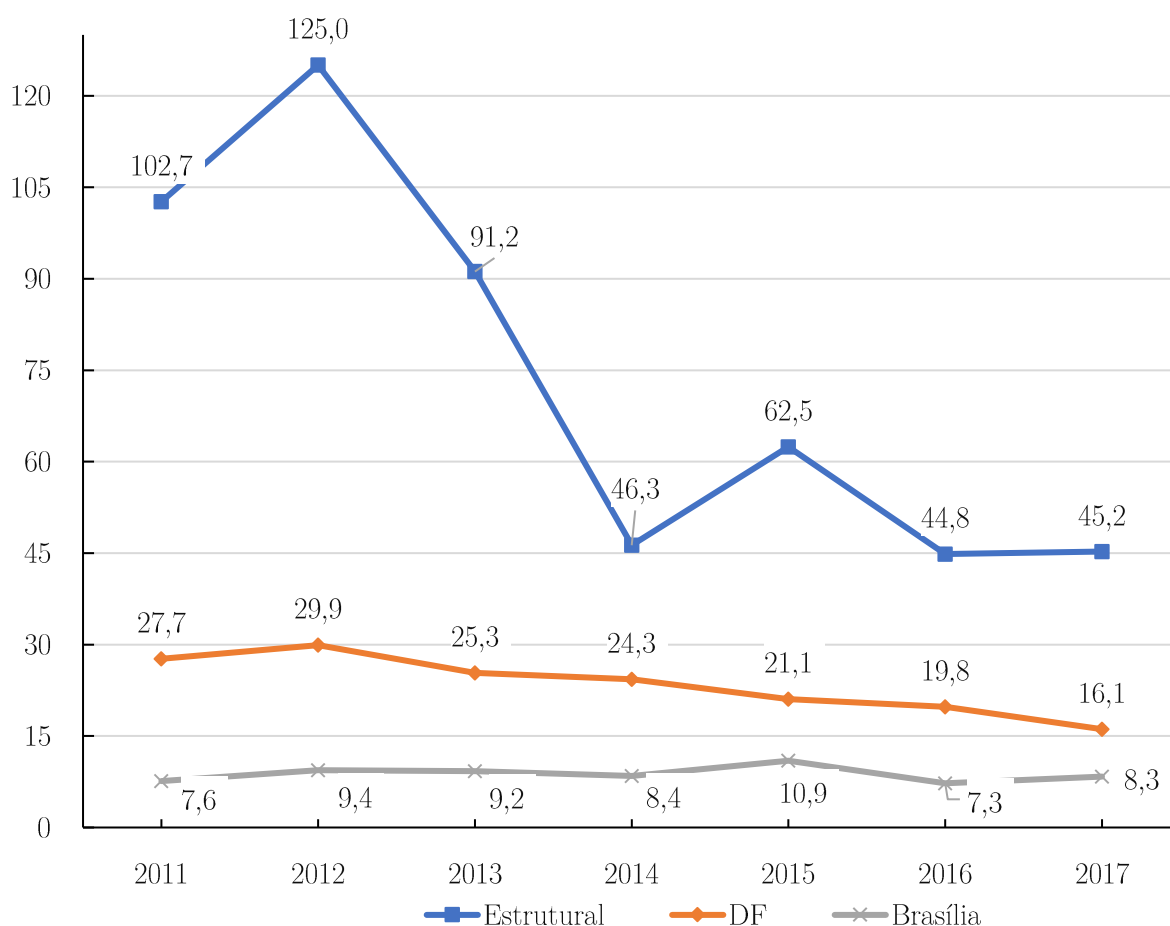


## 6.4 INDICADORES CRIMINAIS DA ESTRUTURAL

### 6.4.1 Homicídios na Estrutural

A Estrutural foi a região administrativa com maior concentração de homicídios no DF no período entre 2011 e 2017. Os dados revelam que nesse período a taxa média foi de 74 homicídios para grupos de 100 mil habitantes (SSPDF, 2018b). Apesar da trajetória de redução em todo o DF no período (ver gráfico 23), a Estrutural ainda mantém a taxa mais elevada entre todas as regiões da capital do país<sup>129</sup>. Em comparação com a média do DF, a Estrutural registrou uma taxa quase 3 vezes superior nesse período. Já em relação à Brasília, que reúne as Asas Sul e Norte, a relação é quase 6 vezes superior.

**Gráfico 23.** Taxa de homicídios no DF, Estrutural e Brasília, 2010-2017



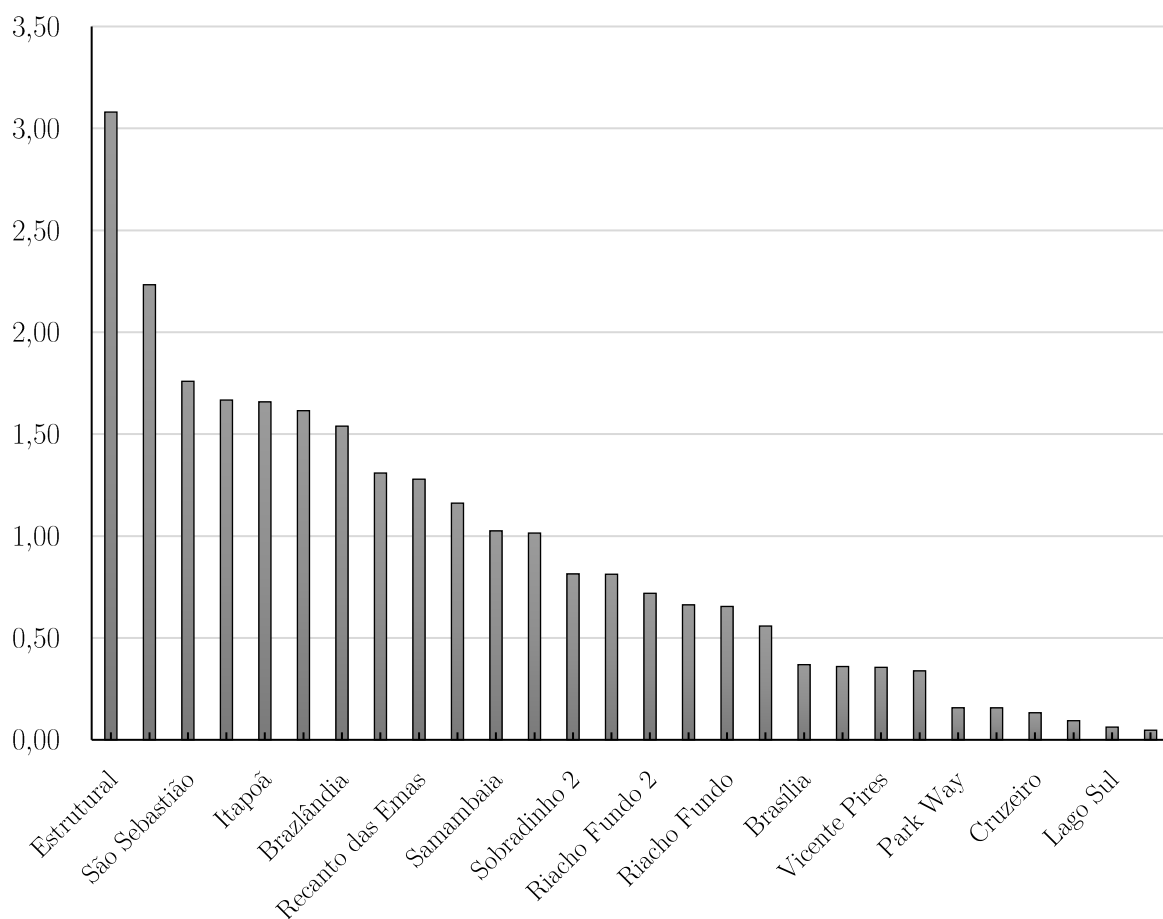
**Fontes:** Banco Millenium-GPQD/CCTD/SGI/SSPDF. Estimativas populacionais: 2011, 2013 e 2015 - PDAD/CODEPLAN. Nos demais períodos, as estimativas foram construídas a partir da TMGCA. População

<sup>129</sup> Considerando apenas as regiões com população superior a 20 mil habitantes, ou seja, não são consideradas Fercal, Candangolândia e SIA.

total do DF: estimativas populacionais enviadas para o TCU - IBGE: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. A região de Brasília inclui as Asas Sul e Norte.

A concentração dos homicídios na Estrutural fica mais evidente quando se considera a razão entre homicídios e população (ver gráfico 24 abaixo). Entre 2011 e 2017, o bairro concentrou, proporcionalmente, 3,1 vezes mais homicídios do que habitantes. O Paranoá foi a região seguinte com maior razão, registrando 2,2, sendo seguido por São Sebastião com 1,8. Como exemplo, o Lago Norte possuía uma população semelhante à da Estrutural no período (cerca de 260 mil habitantes, sendo 33 mil em média) e registrou 9 homicídios nesses 8 anos. Na Estrutural, foram 185 homicídios no período.

**Gráfico 24.** Razão entre homicídios e população nas regiões administrativas do DF, 2011-2017



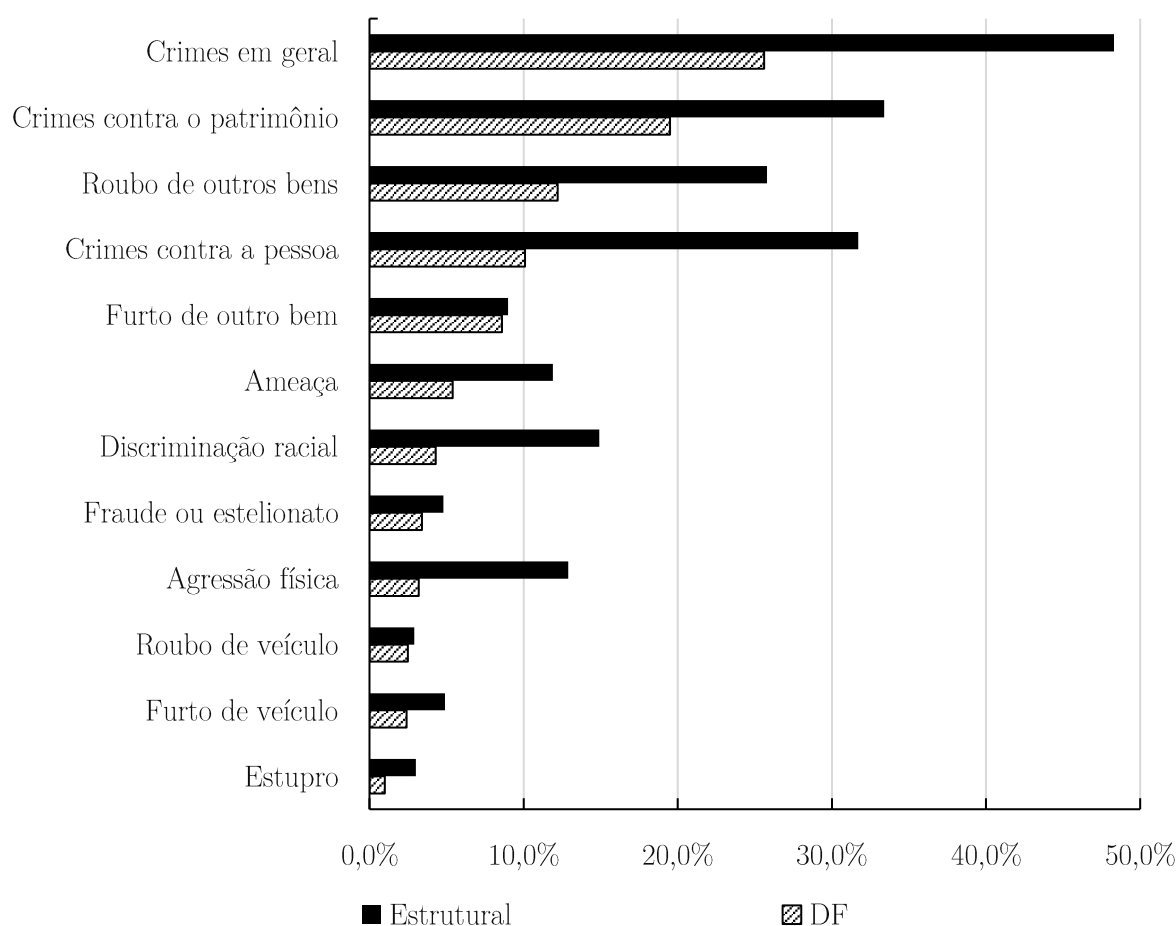
**Fontes:** Banco Millenium-GPQD/CCTD/SGI/SSPDF. Estimativas populacionais: 2011, 2013 e 2015 - PDAD/CODEPLAN. Nos demais períodos, as estimativas foram construídas a partir da TMGCA. População total do DF: estimativas populacionais enviadas para o TCU - IBGE: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

#### 6.4.2 Pesquisa de Vitimização: resultados da Estrutural

Os resultados da PDV são reveladores sobre a incidência criminal na Estrutural. Em todos os tipos criminais analisados, a taxa de prevalência na Estrutural foi superior à média do

DF (ver gráfico 25 abaixo). Quase metade dos entrevistados foram vítima de algum crime na Estrutural em 2018 (48,3%), sendo que a média do DF foi 25,6%. A Estrutural foi a vizinhança com maior taxa de crimes contra a pessoa no DF (31,7%), o que equivale a dizer que aproximadamente 1 em cada 3 entrevistados foi vítima de algum desses crimes no bairro. Apenas uma vizinhança em Samambaia Sul registrou taxa superior à da Estrutural (33,4%) nos casos de crimes contra o patrimônio (45,5%).

**Gráfico 25.** Taxa de prevalência criminal no DF e na Estrutural. 2018.



**Fonte:** Pesquisa Distrital de Vitimização (2018). A taxa foi calculada por grupos de 100 entrevistados.

Os crimes mais frequentes na Estrutural foram os roubos de outros bens (25,8%), em que se destacam os celulares. A taxa foi mais do que o dobro da média do DF. Chamou a atenção, também, o elevado percentual de pessoas que foram vítimas de discriminações raciais na vizinhança (15%), enquanto a média do DF foi mais de 3 vezes inferior (4,3%). Nos demais crimes contra a pessoa, as taxas do Arapoangas, em Planaltina, e de Samambaia Norte acompanharam a Estrutural dentre as mais elevadas. Por exemplo, o Arapoangas registrou taxa de 19,4% nos casos de ameaças e 17% das agressões físicas, enquanto Samambaia Norte, com 17,7% e 6%, e a Estrutural, 11,9% e 12,9%, vieram em seguida.

A comparação dos dados segundo características sociais também revelou contrastes com as demais regiões do DF (ver tabela 18 abaixo). As mulheres foram vítimas mais frequentes de crimes contra a pessoa na Estrutural, tanto em termos de vítimas únicas (35,5) quanto de vitimizações repetidas (58,1). Esses números salientam mais riscos para as mulheres na Estrutural do que em comparação com a média do DF nos crimes contra a pessoa. Para os crimes contra o patrimônio, os percentuais foram semelhantes aos observados no DF. Ainda assim, a concentração dos crimes contra o patrimônio foi mais acentuada para as mulheres na Estrutural, corroborando com a hipótese de maior risco para elas na Estrutural.

**Tabela 18.** Taxas de prevalência e de vitimização para crimes contra o patrimônio e contra a pessoa, por características socioeconômicas na Estrutural.

<i>Características</i>	Crimes contra o patrimônio			Crimes contra a pessoa		
	Vitimização <sup>1</sup>	Prevalência <sup>2</sup>	Concentração <sup>3</sup>	Vitimização	Prevalência	Concentração
<i>Sexo</i>						
Homem	51,7	37,9	1,36	44,8	27,6	1,63
Mulher	51,6	29,0	1,78	58,1	35,5	1,64
<i>Faixa Etária</i>						
16 a 24 anos	61,1	44,4	1,38	50,0	33,3	1,50
25 a 39 anos	50,0	38,9	1,29	66,7	38,9	1,71
40 a 59 anos	33,3	27,8	1,20	22,2	22,2	1,00
60 anos ou mais	0,0	0,0	0,0	20,0	20,0	1,00
<i>Estado civil</i>						
Casado (inclui união estável)	27,6	20,7	1,33	24,1	31,0	0,78
Solteiro	67,7	45,2	1,50	58,1	32,3	1,80
<i>Cor da pele</i>						
Branca	36,4	27,3	1,33	27,3	18,2	1,50
Preta	36,4	36,4	1,00	45,5	27,3	1,67
Parda	54,5	36,4	1,50	60,6	36,4	1,67
Amarela	66,7	33,3	2,00	33,3	33,3	1,00
Indígena	50,0	50,0	1,00	50,0	50,0	1,00
<i>Renda Mensal</i>						
Até 1 SM	50,0	31,3	1,60	127,1	35,4	3,59
Acima de 1 SM	50,0	41,7	1,20	50,0	16,7	3,00

**Fonte:** Pesquisa Distrital de Vitimização (2018). As taxas foram calculadas por grupos de 100 pessoas.

**Notas:** <sup>1</sup>A taxa de vitimização contabiliza a razão entre o número de eventos criminais e a população de interesse nos últimos seis meses.

<sup>2</sup>A taxa de prevalência representa a razão entre o número de pessoas vítimas de pelo menos um crime e a população de interesse nos últimos seis meses.

<sup>3</sup>A concentração é calculada a partir da razão entre o número de vitimizações pelo número de vítimas, considerando a população de interesse nos últimos seis meses.

<sup>4</sup>Renda mensal diz respeito à renda per capita média mensal. Foram considerados apenas 2 níveis de renda em virtude da representatividade da amostra para as demais faixas de renda.

Os jovens foram vítimas mais frequentes de crimes na Estrutural. A concentração foi mais intensa nas faixas etárias jovens para os crimes contra a pessoa (16 a 24 anos – 1,5 e 25 a 39 anos – 1,71) em comparação com os crimes contra o patrimônio (16 a 24 anos – 1,38 e 25 a 39 anos – 1,29) na Estrutural. Em comparação com a média do DF, a concentração na Estrutural foi mais acentuada nas faixas mais jovens. Esses resultados sugerem que o perfil etário mais jovem está exposto a mais riscos na Estrutural quando comparado com a média do DF. Nesse sentido, o resultado quanto ao estado civil é ainda mais acentuado. As taxas de vitimização e prevalência para ambos os tipos criminais são maiores dentre os solteiros do que os casados na Estrutural. A concentração criminal (1,80) revela que, no caso dos crimes contra a pessoa, os solteiros no bairro são vítimas mais frequentes e de forma repetida, em média.

Em relação à cor da pele, os pardos apresentaram as taxas mais elevadas, tendo em vista o reduzido número de pessoas que se declararam amarelos e indígenas. As taxas foram mais elevadas para vitimização do que a prevalência em ambos os tipos criminais. Os pardos e os pretos são vítimas mais frequentes e repetidas no caso dos crimes contra a pessoa. No caso dos crimes contra o patrimônio, os pardos apresentaram maior concentração criminal. Logo, os resultados sugerem que pretos e, principalmente, pardos estão mais expostos à incidência criminal na Estrutural, o que se aproxima da realidade da média do DF. Talvez, a principal diferença verificada seja as maiores taxas e concentrações para os pretos no conjunto da população quando comparados com a Estrutural.

Por fim, a análise quanto à renda assumiu como corte o indicador de 1 salário mínimo, tendo em vista o reduzido número de respondentes de estratos superiores de renda. Os resultados para os crimes contra o patrimônio foram diferentes dos crimes contra a pessoa. Os respondentes acima de 1 salário mínimo apresentaram taxa de prevalência mais elevada (41,7) do que os demais (31,3). Contudo, os mais pobres concentraram mais casos, ou seja, foram vítimas repetidas com maior frequência (1,60 x 1,20). Já em relação aos crimes contra a pessoa, a fragilidade daqueles de menor renda foi evidenciada. Além de taxas mais elevadas, a concentração criminal também foi mais acentuada. Isso equivale a dizer que aqueles com menos de 1 salário mínimo por mês foram vítimas mais frequentes e de forma repetida no caso crimes contra a pessoa.

Em suma, os dados da PDV destacaram o perfil de vitimização da Estrutural. No caso dos crimes contra o patrimônio, são os homens, jovens, solteiros, pardos ou pretos, com renda mensal superior a 1 salário mínimo. Por sua vez, a análise dos crimes contra a pessoa revela que são as mulheres, jovens e solteiras, pretas ou pardas e com renda inferior a 1 salário mínimo as vítimas mais frequentes na Estrutural.

\*\*\*\*

Os dados históricos, sociodemográficos e criminais da Estrutural caracterizam uma vizinhança periférica no contexto urbano do DF. Surgida a partir de ocupações irregulares de migrantes de outros estados e moradores de outras regiões do DF, a Estrutural é comumente associada ao aterro sanitário no imaginário social dos brasilienses (SANTOS, 2014). O bairro acumula indicadores sociais negativos. Em termos demográficos, as mulheres da Estrutural são mães mais jovens e possuem mais filhos do que a média do DF. Mesmo em relação às demais regiões do grupo de baixa renda, a vizinhança se destaca pela fecundidade precoce. A estrutura etária é concentrada na faixa etária mais jovem, com mediana da idade em torno de 24 anos. Apesar de registrar taxa de mortalidade infantil inferior à média do DF, os dados demográficos da Estrutural sugerem que a vizinhança está passando pelo primeiro estágio da transição demográfica.

Os dados criminais revelaram que a Estrutural foi a região com maior concentração de homicídios do DF entre 2011 e 2017, com média de 74 por 100 mil habitantes. Além disso, em todos os tipos criminais analisados na PDV 2018, o bairro registrou taxas de prevalência superiores à média do DF. No caso dos crimes contra a pessoa, a taxa de prevalência foi a maior do DF, indicando que 1 em cada 3 entrevistados foi vítima de algum desses crimes. No caso dos crimes contra o patrimônio, apenas uma vizinhança registrou taxa superior à da Estrutural.

Portanto, o senso comum poderia sugerir que a vida no bairro seria marcada por relações de desconfiança, em que os moradores seriam distantes uns dos outros e não se conheceriam. As pessoas se evitariam nas ruas porque os laços com estranhos deveriam ser evitados como forma de proteção. Nesse quadro hipotético, o cotidiano na vizinhança seria aquele típico de um tecido social esgarçado por mazelas sociais, em que imperariam relações efêmeras, desconfiadas e individualistas. Logo, seria a Estrutural um caso do que se convencionou descrever na teoria social como a morte do social? (BECK; CRONIN, 2014; ELLIOTT; TURNER, 2012; PUTNAM, 2000).

Não parece ser esse o caso. Na verdade, nada parece ser mais distante daquilo que presenciei no trabalho de campo no bairro ao longo dos últimos três anos. As configurações sociais da vizinhança são marcadas por processos relacionados à supervisão de crianças e adolescentes, ao controle social informal e à mobilização social e política (ELIAS, 1993). A coesão social no bairro é caracterizada pela frequência nos contatos e pelas trocas de favores. Nas seções seguintes, apresentarei alguns mecanismos de funcionamento dessas configurações sociais e discuto como o controle social é impactado pelos seus processos. Para tanto, o caminho

analítico não se dará *apesar* das características socioestruturais periféricas, mas especialmente *em virtude* delas na compreensão do social.



## 6.5 DINÂMICAS COMUNITÁRIAS DE CONTROLE SOCIAL

As vizinhanças importam na compreensão da variação da incidência criminal. Não se trata apenas das vontades individuais. Existem dinâmicas nos grupos sociais que informam a oscilação do crime. Diferentes conceitos foram formulados a partir de dinâmicas sociais para captar processos sociais que, em última medida, representavam reações a crimes e a desordens, medo do crime e inseguranças. No capítulo anterior, analisei os efeitos de alguns desses conceitos no DF, como eficácia coletiva, cinismo legal, desordens urbanas e subculturas criminais (BRUNTON-SMITH et al., 2014; KIRK; PAPACHRISTOS, 2011; PAPACHRISTOS et al., 2013; SAMPSON et al., 1997). Outros conceitos como as ordens sociais, o novo paroquialismo e o isolamento social influenciaram a explicação de como as características das vizinhanças impactam as chances de vitimização (CARR, 2003; HUNTER, 1985; WILSON, 1987). Em comum, trazem consigo a preocupação com os laços sociais dentro e fora das vizinhanças. A capacidade de mobilização de recursos internos e externos é central à realização do controle social, diferenciando vizinhanças e impactando as chances de vitimização entre elas (LEVERENTZ; WILLIAMS, 2017).

Os dados de entrevistas e grupos focais realizados desde maio de 2016 na Estrutural permitem avançar na compreensão das dinâmicas locais de controle social em pelo menos quatro pontos principais. Em primeiro lugar, o controle social realizado por meio de estratégias articuladas em nível paroquial se revelou central, extrapolando a dimensão pública em termos materiais e simbólicos. A supervisão de crianças e adolescentes é uma preocupação recorrente na vizinhança. O repertório de mecanismos dirigidos ao controle dos tempos, das atividades, das companhias, dos locais, das escolas de crianças e adolescentes é vasto na Estrutural. Uma das motivações é o risco de envolvimento com o crime, particularmente envolvendo drogas, quer seja como vítimas ou ofensores. Os relatos das redes de cuidado materializadas nas mães crecheiras e dos professores das escolas locais são reveladores.

Em segundo lugar e corolário do ponto anterior, o controle social em nível público repercutiu uma limitada capacidade de mobilização de recursos externos à vizinhança. A distribuição ecológica dos serviços públicos não privilegia as periferias do DF. A Estrutural é um bairro marcado por uma percepção de marginalização política e de cinismo legal, segundo as entrevistas. A percepção de que o Estado e seus serviços, a lei e seus agentes, estão indisponíveis ou pouco preparados para atenderem os moradores da vizinhança foi recorrente em diferentes relatos. O ceticismo não se limita às agências do sistema de justiça criminal, mas se estende a diferentes áreas do poder público. O histórico de ocupação do território de forma

irregular, desordenada e, em especial, em conflito com o poder público ajuda a situar o contexto de marginalização política do bairro. Ainda mais, formas peculiares de mobilização política e manifestações populares foram descritas pelos moradores. A interrupção do trânsito nas vias mais movimentadas é um exemplo originado ainda no início da ocupação da vizinhança. Os efeitos, contudo, parecem ter sido mais efetivos na regularização fundiária e em melhorias de infraestrutura do que em ações de controle criminal.

Outra face da marginalização política é o isolamento social destacado pelos moradores em diferentes ocasiões. Apesar de estarem geograficamente próximos a regiões centrais do DF, o bairro possui fronteiras pouco porosas, segundo os moradores. A sujeira no calçado dos ‘pés de toddy’ parece manchar os gestos, as atitudes, os comportamentos e as identidades dos meninos e meninas da Estrutural. Ao menos, é o que enfatizam alunos e professores de escolas que atendem a vizinhança, a maioria delas localizadas fora do bairro. A dimensão simbólica do local de moradia impinge sobre os moradores rótulos que os associam a classes perigosas, o que se demonstra desde as condições de trabalho até em espaços de lazer. Dentre as consequências, está a fragilidade de laços fracos com moradores de outras regiões, em que referências do outro, de uma outra realidade, passam a ser limitadas (BRIGGS, 2005). Esse encapsulamento é descrito por narrativas de preconceito, discriminação e vergonha trazidas por moradores.

Por fim, a presença de gangues na vizinhança impacta a capacidade de proteção social por meio da mobilização comunitária. Os indícios são indiretamente sugeridos por relatos que evidenciam o medo de represálias e casos de violência que insistem em ocorrer ‘com conhecidos’. De acordo com as interações evidenciadas, a presença de gangues tem especial impacto sobre estratégias de supervisão de crianças e adolescentes no bairro.

Nas seções seguintes, descreverei como esses pontos se intersectam e ajudam a caracterizar as configurações sociais da Estrutural e suas formas de controle social.

### **6.5.1 Controle social em nível paroquial: percepção de riscos e supervisão de crianças e adolescentes**

Essa pesquisa de campo começou em escolas da Estrutural. Além de ser uma forma de acesso ao *campo*, a investigação de mecanismos de supervisão de crianças e adolescentes encontra no ambiente escolar um espaço privilegiado de análise (AUYERO; BERTI, 2016; KORNHAUSER, 1978). Inicialmente, convém que se defina o que se denomina supervisão de crianças e adolescentes. Essa categoria pode ser amplamente caracterizada na tradição criminológica, entretanto será considerada como o emprego de mecanismos formais e informais de regulação de comportamentos, de forma a privilegiar a mobilização social como processo

principal. São práticas que operam, comumente, de forma deliberada para evitar riscos reais ou potenciais, como desordens, exposição a doenças, crimes, evasão escolar, dentre outros. Essas práticas refletem valores e normas que, por sua vez, são informados pelas vivências, experiências e crenças dos indivíduos do grupo social em que se inserem. Logo, a supervisão de crianças e adolescentes é atravessada por características das vizinhanças, as quais representam conjuntos de referências para ações individuais e coletivas de seus moradores (SAMPSON; GROVES, 1989).

Nesse sentido, as influências das características socioestruturais são importantes na definição de *como* e *porque* agir, quais comportamentos regular, os riscos a serem evitados e, ainda mais, a quem recorrer como auxílio. Com efeito, as variações na supervisão de crianças e adolescentes entre as vizinhanças são diversas e estão associadas tanto à definição de problemas quanto aos recursos disponíveis aos moradores. Por um lado, a definição dos problemas em nível comunitário pressupõe um compartilhamento de crenças entre os moradores. Por exemplo, em alguns bairros, expressões culturais como o grafitti e o rap seriam vistas como problemas ou indícios de problemas em outros bairros. Outros tantos exemplos serviriam para destacar como as referências culturais são distintas na definição dos problemas (PORTES, 1998; SWIDLER, 1986) Por outro lado, os recursos disponíveis também variam de bairro para bairro. Tanto a capacidade de mobilização social por parte dos moradores, quanto a disponibilização de serviços públicos, informam essa distribuição ecológica dos recursos.

As escolas são espaços centrais na construção do controle social. Os processos de socialização em instituições paroquiais, como escolas, igrejas, associações de bairro, grupos de esportes, dentre outras, contribuem com a aderência dos indivíduos aos valores comuns da sociedade por meio de práticas, linguagens e ritos (KORNHAUSER, 1978). Para os autores da teoria da eficácia coletiva, os mecanismos de regulação de comportamentos de crianças e adolescentes são indicadores da capacidade dos moradores de uma vizinhança em agirem coletivamente e intervirem em situações de riscos.

Contudo, o papel desempenhado pelo controle social informal parece ser diferente no contexto social brasileiro. No capítulo anterior, demonstrei que a capacidade de proteção social dos mecanismos de controle social informal contra crimes no DF foi pouco significativa. Isso não equivale a dizer que não existam tais interações nas vizinhanças do DF. O trabalho de campo revelou dois padrões distintos entre *a) situações que envolvessem riscos ou percepções de riscos e b) situações relacionadas à supervisão de crianças e adolescentes*. Foram poucos os relatos que evidenciaram a disposição dos moradores em intervirem diretamente em situações que envolvessem alguma percepção de risco. Brigas na rua ou domésticas, discussões entre

vizinhos, ameaças entre moradores são exemplos de situações vistas como do outro, alheias à ação coletiva direta. O recurso a ser mobilizado nesses casos foi, em última instância, o controle formal por meio da polícia. Já a supervisão de crianças e adolescentes demonstrou ser um caso à parte. Os moradores revelaram uma lógica de reciprocidade no controle social informal de crianças e adolescentes, sugerindo uma compreensão prévia sobre a fragilidade e a necessidade de cuidado nesses casos.

#### 6.5.1.1 Roubos, brigas e violências domésticas

A intervenção dos moradores da Estrutural nas situações propostas pela TEC foi diferente daquela esperada no modelo teórico. Nos casos que envolveram algum tipo de risco, como brigas domésticas, pessoas sendo roubadas na rua ou brigas de jovens na rua, as pessoas se mostraram menos dispostas a intervir. “*Ninguém faz nada, não*”, foi como resumiu Sara<sup>130</sup>. Essa *não-intervenção* expressa configurações sociais específicas, em que o controle social nos casos de riscos aos envolvidos se mostrou ancorado em mecanismos formais, como chamar a polícia. Esse foi o recurso mais lembrado durante o campo e, como lembra Miriam<sup>131</sup>, “*sem colocar a cabeça para fora de casa*”. A motivação desses comportamentos se mostrou relacionada a dois pontos principais. O primeiro foi o medo de represálias, que pareceu informar o receio de se envolver diretamente, ou seja, ‘o colocar a cabeça para fora de casa’. O relato de Seu José<sup>132</sup> demonstrou algumas possíveis consequências:

*Acho que ninguém faria nada. Eu mesmo não iria lá. Não gosto de entrar em briga dos outros, porque acaba sobrando pra pessoa. Já sobrou muito. Uma vez vi um cidadão batendo na mulher e eu fui apartar. Sabe o que deu? O cara passou foi mais de mês querendo me matar dizendo que eu era macho dela! Isso foi num final de semana, num sábado. Eu estava deitado e ouvi a zoada e saí de fora pra ver o que era. Ele tava puxando ela pelos cabelos e eu conhecia os dois, era tudo vizinho aqui, por isso fui lá. Depois de tudo, que ele ficou bom, sem pinga, ele falou pra todo mundo que eu era macho dela. Ficou querendo me matar! Me esperou um monte de vezes. Eu tive de dizer que queria matar ele também pra não dar mais nada. Não chegou a coisar porque ele mudou logo daqui. Se ele ficasse me ameaçando, eu ia matar ele, porque não ia morrer de graça. Tá vendc? Fui me meter e já ia sobrar pra mim. Hoje, se eu puder, eu ligo pra polícia. Não aparto, de jeito nenhum! Nem da minha família eu entro no meio mais.*

---

<sup>130</sup> 39 anos, dois filhos e moradora do Setor Leste da Estrutural.

<sup>131</sup> 32 anos, um filho e moradora do Setor Norte da Estrutural.

<sup>132</sup> Idade não informada, dois filhos e morador do Setor Oeste da Estrutural.

O incômodo com a situação é perceptível no relato de Seu José. Parece claro que há um problema naquela situação. Entretanto, esse incômodo cede espaço à autopreservação motivada pelo medo de represálias. No caso de roubos e brigas na rua, o risco se apresenta iminente e os comportamentos relatados sugerem distância e o não-envolvimento. Como destaca Miriam, “*eu iria curiar nos buracos da parede, mas não ia fazer nada. Hoje em dia, você não pode mais se meter em confusão dos outros (...) tanta gente morrendo de graça porque se meteu em briga alheia*”. O risco iminente torna o *outro* e o *alheio* ainda mais distantes. Além disso, os moradores evitam serem vistos ou se identificarem nesses casos. Mesmo quando o recurso formal é utilizado, procuram se preservar ocultando os nomes: “*olha, se for feio, ligo pra polícia. Posso até ligar, mas nem lá fora eu vou. Não coloco nem o rosto! E invento um nome qualquer. Deus me livre!*”, afirmou Edilson<sup>133</sup>. Mesmo quando colocados no lugar de serem eles as vítimas de roubos, os entrevistados disseram entender o comportamento dos vizinhos em não intervirem: “*é claro que gostaria! Mas aqui ninguém é bobo de ficar dando mole assim! Acharia bom, mas sei que ninguém faria nada*”, resumiu Lucas<sup>134</sup>.

O medo de represálias está relacionado à ambivalência dos laços sociais e, como discuto adiante, à presença de gangues na vizinhança. Não há nada de essencialmente pró-social num laço entre vizinhos (PATTILLO-MCCOY, 1998; ST. JEAN, 2008). As relações sociais numa vizinhança aproximam, tornam conhecidos, moradores de uma forma geral, o que inclui eventuais criminosos. Esse capital social negativo (BROWNING, 2009) foi descrito na Estrutural por meio de expressões como ‘a gente sabe quem é quem’ e ‘o pessoal dos *corré*’. São relações construídas ao longo do tempo e que representam recursos à disposição ou ‘uma garantia’ como descreveu Lucas:

*Eu tenho muitos conhecidos na Estrutural. E muitos deles mexem com coisa errada. Uma vez aconteceu assim: eu tava passando na rua e o pessoal tava parado na esquina. Eu sabia que o Chicão mexia com coisa errada. Eu tava indo pro trabalho então tava bem vestido. Pra não dar mole, fui falar com ele. A gente trabalhou junto na época do posto. Não é que eu confiasse nele, mas criou uma proximidade por conta dessa época. Eu sei que ele mexe com coisa errada, mas a gente não fala sobre isso. Falei com ele e saí. Não acho certo o que ele faz, mas prefiro ter essa relação com ele. É mais uma garantia, sabe? Nesse dia, perguntei como tava a quebrada, ele respondeu e eu continuei andando. O pessoal que tava com ele já tava me olhando e quando falei com o Chicão eles pararam.*

---

<sup>133</sup> 41 anos, um filho e morador do Santa Luzia da Estrutural.

<sup>134</sup> 28 anos, sem filhos e morador do Setor Leste da Estrutural.

Se você precisar de alguma coisa, você pode pedir pra ele?

*Eu sei que eu posso. Posso contar com ele. Eu evito, mas eu sei que posso contar. Às vezes, quando você está com raiva, você perde a cabeça e pode precisar.*

Essas relações de proximidade com criminosos na vizinhança são comumente registradas em pesquisas sobre violência urbana (MISSE, 2010; ZALUAR, 2012). É esperado que os moradores se conheçam e, em alguma medida, essas relações sejam acionadas em casos de necessidade. Como argumentam Almeida et al. (2008), a evitação e a convivência são estratégias de sociabilidade que demonstram a necessidade de estabelecimento de relações. Por vezes, continuam os autores, os moradores avaliam que “a melhor forma de estar seguro é justamente estar junto, respeitar sem julgar e estabelecer laços de confiança” (Idem, p. 127). Esse parece ser o caso de setores da Estrutural, conforme destacado no relato de Lucas.

O segundo ponto que parece motivar a indisposição em intervir é uma espécie de respeito à ordem privada expresso pela categoria ‘vida dos outros’. Isso fica especialmente evidente nos casos de violências domésticas. O espaço das ‘brigas de marido e mulher’ parece não poder ou não dever ser acessado por terceiros, uma vez que, como argumenta Miriam, “*vou me meter em briga de marido e mulher? Claro que não! E não foi nada sério porque no outro dia tava tudo junto de novo*”. A carga moral que estigmatiza as mulheres vítimas de violências de gênero ganha contornos ainda mais dramáticos nas franjas excludentes das periferias dos grandes centros urbanos, como na Estrutural. A desigualdade de gênero se soma à precariedade econômica e institucional, tornando mulheres e meninas mais dependentes e sujeitas aos castigos e ofensas dos homens. De alguma forma, evitar o envolvimento é uma forma de autopreservação, de evitar agressões ou mesmo de ser conhecido como o ‘enxerido do bairro’, aquele que cuida da ‘vida alheia, mas não vê o que precisa, só faz fofoca mesmo’, como na descrição que Miriam faz de seu vizinho.

A reificação do lugar subalterno do feminino nesse contexto foi presente em diferentes relatos. Como nos lembra Seu José acima, quando contradito, o algoz de sua vizinha atribuiu a ‘culpa’ da intervenção à uma escolha de sua mulher em ‘se deitar’ com o seu benfeitor. Ou ainda, como argumenta Carlos<sup>135</sup>:

*Acho que nada. Depende muito, se fosse da minha família eu falaria, mas vizinho... Briga de casal é complicado demais. Em 99% das vezes, a mulher tá errada. Se ela não gostasse daquela situação, ela dava um jeito e saía de casa. Não denuncia, nem nada! As mulheres não sabem caminhar com as próprias*

---

<sup>135</sup> Idade não informada, 4 filhos e morador do Santa Luzia da Estrutural.

*pernas. Meu pai mesmo, quando batia na minha mãe, ela não fazia nada. Eu e meus irmãos que entrávamos no meic.*

Mesmo quando perguntada se gostaria que um vizinho a defendesse caso estivesse sendo vítima de violência, Sara titubeou. A lógica da *não-intervenção* parece se somar à uma espécie de autopreservação de longo prazo:

*Num caso de necessidade, eu não importaria. Mas nunca chegou a esse ponto comigo. Eu não importaria se viessem na minha casa, mas não acharia bom se fosse sem precisão. Brigar todo mundo briga. Fala o que não quer e também faz coisas... Só quem sabe é quem tá lá..."*

Mas, o que houve com você? Ele (o ex-marido) te agrediu?

*Não foi agressão. Na hora pareceu, porque fez barulho e tava todo mundo gritando, eu e ele. Mas foi um tapa só. Pra um homem daquele tamanho, foi nada não. Tanto que depois ficamos bem. Ele era bom pro meu menino e pra mim também. Foi só uma briga boba.*

#### 6.5.1.2 Supervisão de crianças e adolescentes

A supervisão de crianças e adolescentes foi vista de forma diferente em relação aos demais itens da escala da eficácia coletiva na Estrutural. Os entrevistados demonstraram maior disposição em intervir em situações como crianças matando aula ou desrespeitando um adulto. Uma das motivações está associada à noção de reciprocidade (MAUSS, 2018). Ao analisar a complexidade dos sistemas de trocas em diferentes sociedades, Mauss revelou a presença reiterada de um sistema de reciprocidades de caráter interpessoal. Esse sistema ficou conhecido como *dádiva* e se baseia na *tríplice obrigação* coletiva de doação, recebimento e devolução de bens simbólicos e materiais (MAUSS, 2018). A teoria da *dádiva* supõe uma antecedência das obrigações de dar, receber e retribuir em relação às obrigações contratuais e legais. O vínculo social parte dessa tripla obrigação, sendo, portanto, a origem da ação social. As intervenções em favor da supervisão de crianças e adolescentes supõem uma espécie de obrigação moral. Logo, importa tanto o sujeito quanto sua condição de criança, que requer cuidados. Como relata Nice<sup>136</sup>:

*Eu ia reclamar! Já aconteceu comigo. Tem que falar, sabe? É tudo criança, tem que ajudar. Falar com o pessoal da escola, a família. A gente não pode fechar o olho. Se fosse com o meu filho, era o que eu esperava que fizessem.*

Já te avisaram?

---

<sup>136</sup> Idade não informada, dois filhos, moradora do Setor Oeste da Estrutural.

*Faz muito tempo. O Gabriel ainda estudava na Estrutural e minha vizinha me falou que ele tava na pracinha. Era horário de aula e o menino na pracinha? Fui lá correndo e coloquei ele pra ir pra escola!*

Achou ruim?

*Oxe, claro que não! Fiz foi agradecer ela. Tem muita coisa ruim aí fora. A gente que é mãe sabe. E uma tem que ajudar a outra. Eu faria o mesmo! Vergonha tem que ter de coisa ruim!*

A condição de criança é ressaltada num lugar de fragilidade, que exige cuidado, acompanhamento. Esse lugar do outro é reconhecido e destacado, mesmo que seja pela necessidade de uma intervenção. O interesse ou a obrigação podem existir, mas parecem estar em segundo plano. O outro, no caso a criança, surge em primeiro plano. O passo seguinte é solidariedade entre as mães que, na realidade da Estrutural, desempenham papel central nas interações de bairro. A prevalência de lares uniparentais chefiados por mulheres é de 19,3% na Estrutural (CODEPLAN, 2019), ao passo que a média em Brasília é de 12,1%<sup>137</sup>. Quando se situa a desigualdade socioeconômica entre as regiões, a tríade dar, receber e retribuir se expressa na supervisão de crianças e adolescentes como uma rede de cuidados mútuos. A reciprocidade fica evidente na expectativa de que ‘fizessem o mesmo que eu fiz’, do relato de Nice, ou ainda quando Miriam descreve a intervenção de uma amiga diante do comportamento do seu filho:

*Sim. A Solange, minha amiga, reclama muito. Uma vez, ele aprontou muito à noite e no outro dia, quando ele chegou, ela tava lá em casa. Ele chegou irritado, jogando a bicicleta no chão e foi pro quarto. Ela falou um monte de coisa pra ele. Ela sempre fala. Ela vê, é mãe e quis me ajudar.*

A solidariedade entre os vizinhos parece ser mais evidente nos casos de crianças matando aula, em que os vizinhos teriam ‘de ajudar a escola e os pais, pois hoje em dia está tudo muito difícil’, como continua argumentando Marlene<sup>138</sup>:

*Já aconteceu comigo. O filho de uma colega dizia que ia pra escola, mas voltava pra trás antes da parada. Eu vi e falei pra mãe dele. Ela corrigiu ele e parece que deu certo. Tem que ajudar, eu também sou mãe. Eu gostaria que alguém me avisasse se fosse um filho meu. Já aconteceu comigo, quando meu filho tava brigando na escola. Eu até agradei ela.*

As sociabilidades que informam essa preocupação mútua com crianças e adolescentes são construídas cotidianamente como recursos práticos de sobrevivência. São relações que chegam a ser esperadas nas interações diárias, no sentido que define relações de reciprocidade.

---

<sup>137</sup> Considerando o Grupo de Baixa Renda do DF, a média é de 21%. Já o Grupo de Alta Renda registrou 11,3%.

<sup>138</sup> 32 anos, 6 filhos e moradora do Santa Luzia da Estrutural.



Um exemplo de construção desses laços foi oferecido por Marlene. A vizinha que reveza com ela a responsabilidade de cuidar das crianças de ambas enquanto a outra trabalha se tornou sua amiga em meio a uma tragédia pessoal:

E como essa amizade começou?

*Foi quando a minha menina faleceu. Ela foi lá em casa me ajudar. Nem me conhecia direito. A minha menina tinha 25 dias. Foi assim: eu acordei, meu menino mais velho tava completando 4 anos, e quando fui acordar ela, ela já estava morta.*

O que houve?

*Ela tinha refluxo e de noite engasgou e morreu. Eu fiquei desesperada. Nunca tinha vivido uma cena daquela. Nem lembro o que fiz na hora. Ela que cuidou das coisas tudo pra mim.*

O sentido prático que esse contexto de desvantagens concentradas impõe ajuda a compreender as estratégias dos moradores. O relato de Marlene se somou a diversos outros para caracterizar a instrumentalidade de laços sociais motivados por necessidades básicas. No caso de Marlene, o fato de criar quatro crianças sozinha aumenta a expectativa e a necessidade de ajuda alheia. E essa não é uma realidade incomum na Estrutural. Como destaquei no início do capítulo, a taxa de fecundidade na vizinhança foi de 2,55 filhos por mulher em 2015. Nas regiões de alta renda, em que o estágio de transição demográfica está mais avançado, esse número é de 1,2 filhos por mulher, ou seja, menos da metade. Além disso, cerca de 28,4% dos lares da Estrutural em 2015 eram chefiados por mulheres (CODEPLAN, 2015). Juntos, esses números indicam a relevância do suporte entre as mulheres no bairro.

Na escala de prioridades, a supervisão de crianças e adolescentes surge com destaque. Por vezes, a premência do atendimento de necessidades básicas se dá em condições primárias que permitam que o ‘menino vingue’ e ‘não dê errado’. A divisão de trabalho em atividades relacionadas ao cuidado de crianças e adolescentes se transforma num fenômeno local, como o trecho de Marlene e sua vizinha antecipa. As *mães crecheiras* são exemplos disso e demonstram a capacidade de mobilização social na vizinhança.

#### *Mães crecheiras: o cuidado e o controle*

Após se recuperar de um câncer em 2014, Maria da Conceição decidiu retribuir a ‘graça recebida’ com o cumprimento da promessa que havia feito: cuidar de crianças. Hoje são 82

crianças de 2 a 9 anos atendidas por tia Tatá<sup>139</sup>, como ficou conhecida por conta de um dos garotos que não conseguia pronunciar seu nome. Mas também foi por necessidade que a creche foi aberta. Na época, os três netos da tia Tatá ficavam com ela enquanto os pais saíam para trabalhar no aterro. Segundo ela, ‘toda semana chegava mais um e nunca parou’. No caso da creche Abriu Deus a Janelinha, conhecida como ADJ, Liliana<sup>140</sup> cuida de 50 crianças com idades até 8 anos. A creche começou em 2016 e, como tia Tatá, o início foi improvisado e por necessidade das próprias crecheiras. As duas creches ficam no Santa Luzia, a uma distância de poucas ruas uma da outra.

Durante o trabalho de campo, conheci duas outras creches dentre as várias que existem no bairro<sup>141</sup>. Todas foram criadas por mulheres que tinham de conciliar o trabalho com a supervisão de crianças, quer sejam seus filhos, de familiares ou conhecidos. As mães-crecheiras são um fenômeno privado-paroquial que envolvem respostas sociais a situações da vida cotidiana. A busca de soluções não-públicas para equacionar o trabalho e família informa o surgimento das mães crecheiras. O imprevisto não minimiza o fato de que a alternativa é a completa falta de supervisão dessas crianças. Com efeito, isso ocorre com frequência na Estrutural. Muitas vezes, outras soluções são também improvisos como deixar as crianças menores sob o cuidado das crianças maiores.

---

<sup>139</sup> Maria da Conceição ou Tia Tatá é muito conhecida no Santa Luzia. Utilizo citações do caderno de campo a partir das conversas que tivemos. Com o seu consentimento, utilizo seu nome verdadeiro, dada a sua centralidade dentre as mães-crecheiras da vizinhança e pelo fato de que a creche é identificada pelo nome dela.

<sup>140</sup> De forma semelhante aos motivos da Tia Tatá, utilizo o nome verdadeiro de Liliana. Apesar de ser também conhecida por ADJ, a creche tem como referência sua organizadora, tornando-se a creche da Liliana.

<sup>141</sup> Creche Alecrim e Tia Nazaré. É difícil precisar a quantidade de mães-crecheiras na vizinhança. Não há registro oficial sobre essas iniciativas na Secretaria de Educação.

Figura 16. Fachada da creche da Tia Tatá.



Fonte: Arquivo pessoal.

Em alguns locais, as mães crecheiras são denominadas creches comunitárias e podem receber apoio financeiro público (ROSSETTI-FERREIRA; RAMON; SILVA, 2002), por meio de políticas públicas específicas. No DF, as diretrizes para o funcionamento das creches domiciliares são previstas em lei desde 2017 e contemplam desde ajuda financeira por criança atendida até a capacitação das monitoras e responsáveis. Entretanto, nenhuma das creches visitadas contam com apoio do governo. Na verdade, as mães crecheiras demonstraram orgulho em não ‘dependerem do governo’, que não lhes ‘ajuda com nenhum tostão’. Para Tia Tatá, isso se dá pois ‘eles (o governo) nem sabem que a gente existe’.

Logo, um ponto comum às mães crecheiras visitadas na Estrutural é a dependência de doações. Organizações não-governamentais, igrejas e embaixadas são alguns dos doadores citados nas entrevistas. Os registros em mídias sociais<sup>142</sup> e meios de comunicação<sup>143</sup> demonstram

<sup>142</sup> Por exemplo, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=tncGC6p1x48> e <https://www.facebook.com/watch/?v=1865371510414368>, ambas acessadas pela última vez em 20 de junho de 2019.

<sup>143</sup> Por exemplo, ver: <http://www.agenciadenoticias.uniceub.br/a-mae-que-transformou-o-barraco-em-uma-creche/>, <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/comportamento/da-dor-a-solidariedade-casal-cria-instituto-apos-perder-filha-e-neta>, <https://globoplay.globo.com/v/7237757/> e

as ações dos doadores. As doações de comidas são servidas às crianças e às equipes de monitores e outros itens, como roupas, sapatos, eletrônicos, são usados em bazares organizados pelas próprias mães-crecheiras. As roupas são separadas e organizadas por ‘estado de conservação’. O mesmo acontece com calçados e brinquedos, sendo todos vendidos a preços muito baixos. A renda serve para a manutenção diária da creche e melhorias de infraestrutura. Para Tia Tatá, “o pessoal compra porque precisa e acaba ajudando a comunidade”.

Outros atores da vizinhança, como policiais militares, contribuem com as mães-crecheiras. Novamente, Tia Tatá oferece seu exemplo:

*Foi Deus meu filho! Eles vieram aqui perto, nem sei pra quê, e pararam pra falar alguma coisa. Viram as crianças e saíram. Depois de um tempo, voltaram com mais camburões querendo saber das crianças. Isso era ainda no começo e tinha pouca criança, menos de cinquenta. Era tudo de madeirite ainda. Os ROTAM entraram e falaram com as crianças, brincaram... (...) pediram pra ajudar e eu falei que tudo bem. Não esperava..., mas depois voltaram com a Record e a creche apareceu na televisão. Eles sempre estão aqui com dinheiro, comida, brinquedo.*

Segundo ela, a reforma que fez na creche e que permitiu a construção de uma sala para ‘aulas para os adultos’ foi possível com o aumento das doações que a exposição na televisão gerou. Essa proximidade dos policiais militares das mães crecheiras não surpreende quando se considera o contexto local. O acesso às creches da Tia Tatá e da Liliana é especialmente difícil. Ficam na parte final do Santa Luzia, numa nova fronteira de ocupações. São ruas sem asfalto e marcadas por relatos de violência. É raro observar estranhos nas ruas, ao menos nas visitas que fiz. Os relatos de violências são comuns e contribuem para a fama do bairro. Liliana garante que todos a conhecem e nunca mexeram na casa dela. “Talvez porque a gente ajuda quem precisa, né?”, argumenta ela. Mas se recorda de diferentes casos de crimes que ocorreram na vizinhança. Em conjunto, a dificuldade de acesso e o estigma de violência do bairro dificultam o acesso de mais doadores. Os policiais militares estão com frequência na vizinhança e conhecem aquela realidade. Estando na vizinhança, é difícil não supor que apenas conhecer as mães crecheiras não seja um importante diferencial. A percepção de que outras agências públicas não chegam até aquela parte da vizinhança é compartilhada pelos moradores e pelos policiais. Como afirma Paulo, “muitas vezes, temos de acompanhar o pessoal da CEB, do SAMU aqui na entrada da cidade, imagina no Santa Luzia! Eles não vão sem a gente”. O mesmo ocorre com

os doadores de fora da comunidade. A ‘primeira parada’ é comumente no batalhão antes de seguirem para as creches.

Outro ponto que caracteriza a inserção social das mães crecheiras é o controle de vagas. A vinculação com a origem das creches se mantém na seleção e na continuidade de uma criança na creche. A necessidade de conciliação com atividades laborais é quase um imperativo para incluir uma vaga na creche. Na creche da Tia Tatá, não há obrigação de pagamento de mensalidade, mas ‘cada um ajuda com o que pode, quer seja comida, dinheiro ou brinquedos’. Apenas os filhos de mães solteiras moradoras do Santa Luzia e que trabalham fora de casa podem ficar na creche da Tia Tatá. Segundo ela, “*isso é um jeito de separar quem trabalha de quem não trabalha. Não posso ficar com o menino aqui pros pais ficarem dentro de casa*”. O raciocínio é semelhante ao de Liliana, que inclusive relatou ter ido nas casas de algumas crianças para ‘confirmar o que já suspeitava’, referindo-se a pais que estavam em casa enquanto as crianças estavam na creche.

As condições da Tia Tatá parecem ser coerentes com o contexto local. As mães crecheiras *são respostas* para as configurações locais e ajudam a compô-las ao longo do tempo. Durante o período em que estive na creche, algumas mães vieram buscar seus filhos. A pouca idade delas chamava a atenção. Eram meninas cujas adolescências foram interrompidas pela maternidade. O enredo das trajetórias daquelas meninas, segundo os relatos das mães crecheiras, é semelhante ao da Madalena, descrito na seção 7.3 deste capítulo. Durante o trabalho de campo, a letra de um rap chamou a atenção por tratar desse contexto de fragilidade das meninas da Estrutural que trabalham no aterro:

Conheci um cara, dizia que me amava,  
Depois me deixou, eu estava grávida,  
Não estava mais sozinha no mundo, agora tinha motivo, encontrei um novo  
rumo, não tinha mais o luxo de poder me lamentar  
Seria difícil, mais iria novamente lutar.  
Durante um tempo eu chorei,  
Mas meu filho nasceu e eu mudei.  
E quem era eu na fila de quem morre sem?  
Iguais a mim, pivete pretim  
Magrelin? vários  
Futuros precários  
Vivendo ali.  
Minha vida era assim  
Da minha mãe era assim  
Do pai que nem vi também era assim  
E o fim desse ciclo, Cadê?

No horizonte os urubus quero uma luz e outro caminho a seguir (VERONIKA et al., 2016)

Muitas dessas meninas acumulam desde muito cedo tarefas domésticas, cuidado com irmãos menores e afazeres da escola. É comum terem que trabalhar para ajudar no sustento familiar. Naquele contexto, o aterro era a opção de primeira hora. Com esse acúmulo de responsabilidades, algumas *liberdades* são conquistadas, como poder chegar em casa mais tarde e poder namorar. A iniciação sexual precoce é facilitada pela falta de supervisão dos pais. O passo seguinte é passar a morar com os namorados. Como afirma Tatá, “*porque cuidam da casa e dos irmãos, acham podem ter uma casa só delas*”. Mas a realidade de uma gravidez interrompe essa expectativa e o retorno para a casa dos pais (ou da mãe) passa a ser o recurso disponível. ‘A buchudinha não serve mais ao namorado’, é como define Liliana. Criar uma criança exige muito dessas meninas e as mães-crecheiras são um auxílio muito bem-vindo. “*Minhas mãezinhas são novas, novas demais*”, conclui Tatá, logo após citar os nomes das meninas que exemplificam a estória que acabara de contar.

#### *Ocupar o tempo e controlar as amizades*

Outro mecanismo de controle social informal é a busca em ocupar o tempo dos filhos. Os sentidos associados a esse tipo de controle se referem ao medo de envolvimento com a criminalidade e a um senso de produtividade na escola ou no trabalho. No primeiro caso, a relação com as amigadas da rua surge em primeiro plano. Existe uma percepção de uma disputa entre o *certo* e o *errado*, em que o desconhecido que está na rua, logo não em casa, é o portador de más influências. Não são apenas as pessoas (ou as amigadas) que ocupam o lugar do errado nessa disputa, alguns espaços são potencialmente mais perigosos. Como argumenta Júlia, “*isso de ficar na quadra até mais tarde não sai coisa que preste. Ficar fazendo o quê lá?*”. Essa exposição ao risco oferecido por pessoas e lugares informa as escolhas dos pais na supervisão de seus filhos na Estrutural. Como descreve Sara:

Quais os riscos de deixar seu filho brincar na rua?

*Várias coisas, sabe? Drogas também, né? Pra oferecer coisa boa é difícil e daí falam só experimentar e quando você vê... Então, apesar de a gente ter uma conversa boa em casa, tem que ter cuidado. Adolescente é curioso! Eu falo abertamente, que já fui adolescente e sei como é. Às vezes brinco, mas não dou brecha. Ocupo o tempo justamente por isso pra não ter oportunidade de amanhã ou depois experimentar essas coisas. Eu também gosto de mandar ele pra atividades pra conhecer gente nova, fora da Estrutural. Porque aqui a gente não tem muita oferta de cultura, informações novas... isso é bom porque vai abrir a mente dele pra outras coisas. Eu acredito que vai ser bom pra ele,*

*que existem coisas melhores pra ele, não apenas isso aqui. Gosto de mandar ele pro cinema, teatro, essas coisas.*

No relato de Sara, o risco causado pela falta de supervisão na rua é representado pelo uso de drogas. Outro aspecto importante é a companhia que está atrelada ao local. Não se trata apenas de ocupar o tempo, mas de oferecer uma oportunidade de conhecer *gente nova*. Essas conexões que permitem a interação por meio de laços fracos cumprem a dupla função de evitar riscos e oferecer oportunidades. Além disso, chama a atenção que esses laços sejam dirigidos a outras vizinhanças que não apenas a Estrutural. A percepção de *informações novas* estarem associadas a mudanças de vida, que *não apenas isso aqui*, ganha ainda mais relevo por não estar associada à vizinhança de moradia. Essa dualidade em relação aos espaços parece estar associada ao isolamento social (WILSON, 1987), catalisado pelo encapsulamento em relações locais condicionadas por características como as privações materiais (BRIGGS, 2003).

Outro sentido associado à supervisão por meio do controle do tempo é uma espécie de senso de produtividade na escola ou mesmo no trabalho. Algumas expressões como ‘se depender dele, fica o tempo todo no celular’ ou ‘essa é a idade de adquirir conhecimento’ captam essa preocupação das mães. Em situações em que são identificados problemas de comportamento anteriores, ocupar o tempo é também uma tentativa de ‘fazer o menino vingar’. No caso de Sara, seu filho mais velho tem 15 anos e, segundo ela, estava envolvido com más companhias. Ele não ligava mais para a escola, então a alternativa escolhida foi ‘ensinar uma profissão’ para ele:

Qual tipo de ajuda você recebe na vizinhança?

*Todo tipo de ajuda. De conversa e tudo. Meu irmão colcou ele (Gabriel) pra trabalhar no ferro velho dele. Toda tarde ele ia pra lá trabalhar com meu irmão. Ele chegava da escola e meu irmão vinha buscar ele. Eu tinha que ocupar o tempo dele, ensinar algo pro futuro dele.*

O senso de produtividade se expressa ainda no acúmulo de atividades dos filhos. Não apenas controlar os horários e as companhias, a rotina de crianças e adolescentes deve ser ocupada para o desenvolvimento de aptidões. Por vezes, esse recurso se mostrou relacionado a frustrações dos próprios pais e não apenas evitar riscos. ‘Nunca tive oportunidade de fazer reforço ou estudar inglês, quero que meu filho tenha o que não tive’, resume Julia. A perspectiva de mobilidade social por meio da educação está presente e se associa, novamente, a frequentar outros espaços que não a Estrutural:

*Se for por ele, fica o tempo todo no telefone celular. Eu sempre tento ocupar o tempo dele. Hoje mesmo, segunda, depois da aula, ele tem atividade no Guará. Ele tem acompanhamento lá na escola, aula de reforço e com a*

*psicopedagoga, pois ele tem déficit de atenção. Isso toda segunda e quinta, na terça é o reforço. Eu estou tentando encaixar alguma coisa na quarta agora. Se ele ficar à toa, ele fica o tempo todo no celular ou na casa dos amigos aqui próximo*

Em suma, a análise das entrevistas sugere que o controle social informal em casos que oferecem riscos às pessoas envolvidas está atrelado a mecanismos formais, como chamar a polícia. Foram citadas outras formas de intervenção como gravar um vídeo e entregar para a polícia ou mesmo identificar as pessoas e depois repassar para a polícia. A recorrência da mediação de agências formais revela a relevância do risco na motivação para a *não-intervenção* como primeiro recurso. Mesmo quando a situação causa incômodo, os moradores da Estrutural demonstram pouca disponibilidade em intervir diretamente e, quando o faz, buscam ocultar seus nomes como forma de autopreservação. Em relação à supervisão de crianças e adolescentes, a disposição de intervir foi muito presente. A reciprocidade na oferta de cuidado de crianças e adolescentes no bairro parece ser incentivada pela prevalência de lares uniparentais chefiados por mulheres.

#### 6.5.1.3 Conhecer e confiar nos vizinhos

Um ponto central nos estudos sobre os impactos dos efeitos vizinhança sobre a incidência criminal é compreender os laços sociais no bairro (WILCOX; CULLEN; FELDMEYER, 2018). As características das interações sociais são indicadores da capacidade de realizar controle em um grupo social. Para os teóricos da eficácia coletiva, os laços são analisados a partir do compartilhamento de valores no grupo e na disposição de intervir em prol da coletividade. É caro a essa perspectiva a característica de acionamento da eficácia coletiva por não se tratar de um estoque, ou seja, a capacidade de agência dos indivíduos é o que mobiliza recursos do grupo em casos concretos (SAMPSON, 2012). Logo, não basta conhecer ou confiar nos vizinhos, é necessário que eles sejam mobilizados em casos concretos. A passagem da coesão social para o controle social efetivo não é um dado da realidade, deve ser realizada na vida cotidiana.

Nesse sentido, a realização do controle social na Estrutural é impactada por alguns processos sociais locais. Inicialmente, é interessante notar como o sentido de comunidade parece ter mudado ao longo do tempo segundo o ponto de vista dos moradores do bairro. A percepção é que no passado as pessoas eram mais próximas, se ajudavam com maior frequência. Esse ponto fica especialmente evidente quando as pessoas responderam à pergunta: *o que mais mudou na sua vizinhança desde que você mudou para cá?* Se as mudanças na infraestrutura são os itens mais lembrados num primeiro momento, quando questionados sobre os vizinhos,



os entrevistados compõem uma espécie de nostalgia comunitarista que se aproxima da noção de *urban village* (PORTES, 1998). É como se antigamente, apesar das precárias condições materiais, as pessoas formassem comunidades mais coesas na Estrutural. Com ênfase Júlia:

*Primeiro tem que conhecer a pessoa. Não precisa conviver do tipo ficar na casa da pessoa o tempo todo. As próprias atitudes da pessoa te mostram como ela é. Quando você mora perto da pessoa, você acaba conhecendo. Às vezes, são atitudes bobas, pequenas. Um bom dia, um boa tarde. Hoje não tem mais isso.*

Além disso, existe a percepção de que os riscos eram menos presentes no passado. Com isso, o medo de represálias influencia a disposição das pessoas em agir coletivamente, particularmente em casos que representem riscos. Essa é uma característica que se alia ao crescimento do bairro e à chegada de novos moradores, que modificam as interações em nível vicinal. Por exemplo, Miriam nasceu na Estrutural e morou toda a sua vida no bairro. Quando questionada sobre as mudanças em relação à época em que era criança na Estrutural, ela respondeu:

Você conhece os seus vizinhos?

*Eu conhecia. Mudou muito. Eu conhecia todo mundo da Estrutural. Muita gente vendeu. Chegam novatos. O que mudou foi a bandidagem. Antigamente o pessoal respeitava quem morava perto. Pelo fato de entrar só novato, entra muito bandido novo, né? Daí eles não sabem quem você é, então não te respeitam.*

Mas o que é confiar no vizinho? Na maior parte dos casos, as respostas convergiram para o *poder contar* construído com a convivência ao longo do tempo. Não apenas o fato de morarem próximos, mas o que *passaram juntos* influenciam na confiança. A liberdade de poder pedir ajuda para um vizinho antecipa aqueles que são confiáveis dos que não o são. Como lembra Marcos<sup>144</sup>, “*tem gente que é positiva, do tipo ‘tô com você, pode contar’*. E o tempo também ajuda. Tem um vizinho que conheço desde a época dos barracos. A gente já se ajudava naquela época”. A percepção de poder contar é recíproca e não exige *estar sempre na casa um do outro*, como Júlia frisou acima. Entretanto, conhecer e conviver não são condições suficientes para o estabelecimento de relações de confiança. Justamente por conhecerem os vizinhos, alguns moradores não confiam. A ambivalência dos laços sociais revela que a proximidade e a convivência são instrumentos de relações de todo tipo, inclusive com criminosos. Como destaca Lucas, ‘você nunca sabe o que se passa na cabeça desse pessoal’ e, mesmo sabendo que *mexem*

---

<sup>144</sup> Conselheiro tutelar, 46 anos e pai de 6 filhos. Mora no Setor Oeste da Estrutural.

com coisa errada são seus vizinhos e ‘acabam se falando’. Essas relações são do tipo *conviver sem se envolver* (ALMEIDA; D’ANDREA; DE LUCCA, 2008) e estiveram presentes em diferentes momentos do trabalho de campo.

Os tipos de interações também importam. Não são suficientes a proximidade e a convivência. O acionamento desses recursos entre vizinhos é revelador sobre o contexto da Estrutural. As situações que oferecem risco ou a percepção de risco não parecem mobilizar os vizinhos. As características de precariedade material e concentração de desvantagens influenciam a disposição das pessoas em agir coletivamente. Ações como pedir açúcar emprestado, consertar a goteira de um telhado, instalar uma antena, emprestar dinheiro ou pedir uma carona para o trabalho são exemplos de situações em que os moradores do bairro comumente se disseram *disponíveis*, *dispostos* e com exemplos de casos recentes. ‘A gente sabe o que o outro passa e não custa ajudar se tiver em casa’, resume Marlene.

Entretanto, a passagem dessa disposição para situações como participar de abaixo-assinados, reuniões para tratar de segurança no bairro ou mesmo intervir em casos de violências com vizinhos não está clara. Pelo contrário, como os dados sobre a supervisão de crianças e adolescentes demonstraram, situações de risco percebido são dissuasórias. As situações de apoio mútuo entre vizinhos na Estrutural revelam mais formas de lidar com a precariedade material do que instrumentos de engajamento contra o crime. As trocas de favores não são claramente dirigidas ao controle criminal. São, antes disso, racionalizações diante de questões tão práticas quanto cotidianas, como ‘dividir os custos de um muro’ ou ‘fazer um mutirão para uma reforma doméstica’. Em alguma medida, os relatos dos moradores sugerem que suas rotinas são organizadas contando com a expectativa dessas ajudas mútuas, tornando-se ainda mais salientes em contextos de carências pronunciadas como é o caso do Santa Luzia.

Em suma, a frequência das trocas de favores entre vizinhos na Estrutural indica a proximidade entre os moradores. São muitos os exemplos que ilustram relações de confiança e proximidade construídos ao longo do tempo. Entretanto, essas interações não parecem ser dirigidas ao controle do crime.

#### 6.5.1.4 Mobilização social: a questão fundiária e as melhorias de infraestrutura urbana

Uma das formas mais comuns de manifestação na Estrutural é a interrupção do trânsito. As vias mais movimentadas, dentro e fora da cidade, são os locais mais utilizados. A DF 095 e as vias internas que levam ao aterro sanitário acumulam registros dessas manifestações. Como lembra Santos (2014, p. 119), “fechar a pista significava o estopim das tentativas de chamar a atenção do governo e sempre uma “carta na manga”, talvez uma das mais importantes linguagens entre a cidade e o governo”.

Na década de 1990, o fechamento das vias era um recurso que as lideranças locais utilizavam para pressionar o governo em busca da regularização fundiária e melhorias na infraestrutura. Segundo revela Ismael, líder comunitário da Estrutural, em entrevista para SANTOS (2014), houve momentos em que essas manifestações eram coordenadas com o próprio governo como uma forma de articulação política:

*Aí foi quando o Roriz chamou eu lá e falou assim: Oh, o Zé Edmar é um espinho na minha garganta, eu já quis ter arrumado a Estrutural pra vocês desde o primeiro momento, só que ele nunca quis, ele nunca quis, então assim, vamos combinar um negócio. você vai mobilizar sempre o povo, porque o Ministério Público me engessa, então vocês fazendo as manifestações que vocês sempre fizeram, ali passa muita autoridade, particularmente eles cobram de mim, aí eu tenho como fazer (...).*

*Nós tinha um dinheirinho pra comprar foguete, nós três horas da manhã nós combinava, nós vamos fechar a pista 2ª feira cedo, e nós já comprava foguete e espalhava para os quatro cantos da cidade, bastante foguete, e nós começava... quando era 4h da manhã estoura o primeiro e aí eu tinha que estourar o primeiro e naquela sequência até 5 e meia da manhã aí todo mundo ia estourando, pá, pá, pá, e nós já travava o trânsito e era combinado mesmo, quando a polícia ia chegar, nós já tinha fechado era tudo (SANTOS, 2014, p. 42-43).*

O recurso ao fechamento das vias ainda é utilizado em manifestações na cidade. A figura 21 foi tirada em 20 de março de 2019, durante ação do governo para desocupação de lotes irregulares no setor conhecido como ‘invasão da AC Coelho<sup>145</sup>’, no Santa Luzia. A estimativa oficial<sup>146</sup> é de que foram retiradas cerca de 300 famílias da região. Entretanto, esse recurso tem se tornado menos comum após a regularização da cidade em 2002<sup>147</sup>. Os registros mais recentes são de moradores do Santa Luzia e dizem respeito à regularização fundiária. Esses dados reforçam a percepção de que o Santa Luzia é a ‘a Estrutural de ontem’, numa indicação de que as duas regiões são vistas de formas diferentes pelos moradores. Afinal, não se trata de uma *única Estrutural*, mas de várias.

---

<sup>145</sup> O nome é referência à loja de materiais de construção que fica próxima à ocupação dos lotes.

<sup>146</sup> Segundo informações dos policiais militares do 15º Batalhão de Polícia Militar, que é responsável pelo policiamento da Estrutural.

<sup>147</sup> Em 2002, foi aprovada a Lei nº 530 que criou a Vila Estrutural e a declarou como Zona Habitacional de Interesse Social e Público – ZHISP. Com isso, os investimentos públicos em obras de infraestrutura na região foram ampliados. Como exemplo, cita-se o empréstimo firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, que destinou US\$ 115 milhões para obras na cidade.

**Figura 17.** Manifestação contra a retirada de moradores de ocupações irregulares no Santa Luzia



Fonte: arquivo pessoal.

A busca pela regularização fundiária era uma motivação central para a mobilização social na cidade. Para Marcos, os novos moradores não ‘viveram as lutas do passado’, ‘pegaram tudo de mão beijada’ e não *precisam* mais se mobilizar:

*Hoje, eu como prefeito comunitário chamo as pessoas pra reunião e elas não vêm. Assim, antes quando precisavam, enchia a sala. Hoje não. Tem muita gente que veio pra Estrutural depois que não sofreu o que a gente sofreu anos atrás. Pegou tudo de mão beijada... não se mobiliza, não faz nada. Aí fala assim: ‘eu comprei minha casa aqui’. Naquela época, a gente falava que conquistou porque na Constituição fala que todo brasileiro tem direito à moradia, né? Então a gente conquistou o direito de morar aqui.*

O impacto sobre as formas de mobilização social também se deu por meio das melhorias de infraestrutura do bairro. É como se ter passado pelas dificuldades do passado fizesse com que os moradores valorizassem mais as conquistas da cidade. Os novos moradores não vivenciaram isso, logo não ‘conseguem entender como era viver aqui no passado’: “como eu disse, faço parte da prefeitura comunitária da Estrutural e acho que antigamente as pessoas

se uniam mais. Tinha um movimento *pra* regularizar e as pessoas tinham interesse. Hoje, como tem tudo, asfalto, energia, ninguém *tá* nem *ai*”, como conta Marcos.

Um dos principais pontos mobilizados para descrever as mudanças na vizinhança diz respeito justamente à infraestrutura. Em diferentes áreas, a sequência de melhorias pode ser reconstruída nas trajetórias das pessoas, como no exemplo de Ivo<sup>148</sup>: “*primeiro a gente buscava água na lata no córrego, tinha os baldes que paravam água da chuva, depois veio as cisternas e os caminhões pipa, até o encanamento da CAESB de hoje em dia*”. A sequência *lata-balde-cisterna-pipa-CAESB* é replicada para outras áreas de carência, como a energia elétrica. Nesse caso, os relatos lembram que no início da Estrutural a iluminação era feita com velas, depois vieram os lampiões e os geradores, muitos optaram por gambiarras e, por fim, a instalação de postes pela CEB. Nesse caso, a sequência passa a ser *vela-lampiã-gerador-gambiarras-CEB*. Essas mudanças impactam as formas de organização social da vizinhança, particularmente pelas formas como as pessoas interagem com os espaços.

Uma mudança na infraestrutura parece ter sido especialmente simbólica para os moradores da Estrutural. Com a pavimentação e a definição de endereços, as correspondências passaram a ser entregues nas residências. Nem sempre foi assim. O relato de Marcos é revelador:

*A Estrutural tem mais infraestrutura de tudo hoje. Tá asfaltada, tem correio. Até o correio tá entrando na cidade! Já teve o tempo em que o correio deixava as coisas na entrada da cidade... tinha uma caixa postal e a gente tinha que ir lá buscar. Cada um tinha um endereço e os voluntários da cidade distribuíam as cartas nas caixas e até levava em algumas casas. Tinha que mostrar o documento pra pegar as cartas. Isso durou muito tempo. A moça voluntária na época atendia umas três vezes por semana e só de manhã.*

Logo, os relatos sugerem que a mobilização na Estrutural era mais intensa no passado. A regularização fundiária e as melhorias de infraestrutura teriam contribuído para o arrefecimento das iniciativas de mobilização na cidade. Existem novas formas de mobilização que se destacaram nos relatos dos moradores. Por exemplo, a utilização dos meios de comunicação foi um dos instrumentos citados por diferentes pessoas. “*Tem os meios de comunicação que a gente não tinha antes e usamos muito isso hoje*”, destaca Marcos. Deve ser incluído nessa categoria o acionamento da imprensa para denúncias, algo que os moradores citaram como algo ‘com mais resultado’.

A necessidade de uma motivação concreta, como era a regularização fundiária no passado, é revelada nas respostas à questão sobre como os vizinhos agiriam em casos de ameaças

---

<sup>148</sup> Conselheiro tutelar, 38 anos, sem filhos e morador do Setor Oeste da Estrutural.

de fechamento de um posto de saúde ou de um batalhão de polícia. Foi praticamente unânime a disposição de intervir em prol da comunidade. As formas de intervenção mais citadas foram assinar de abaixo-assinados, procurar a Administração regional, fechar as vias e chamar a imprensa como forma de manifestação. Em particular, a saúde é um dos serviços mais descritos como precários pelos entrevistados. Ainda assim, a abertura de um posto de saúde na cidade foi uma ‘conquista’ dos moradores e a ameaça do fechamento é repudiada prontamente. Como defende Lucas:

*Ter que ir no Guará pra ver um médico? Ninguém ia gostar. O pessoal ia fazer um abaixo-assinado pra não sair. Eu assinaria. Eu acho que iriam na administração também, querendo o motivo. Depois, ligariam pra alguma emissora denunciando se não conseguissem.*

### 6.5.2 Controle social em nível público: distribuição ecológica dos serviços públicos e marginalização política no DF

O papel do Estado é ainda pouco discutido nas análises criminológicas nos Estados Unidos (ARIAS, 2019). As formas de atuação dos agentes estatais, o acesso aos serviços públicos e mecanismos de controle da atuação do poder público são tomados como um dado a priori. Essa talvez seja uma das principais necessidades de referenciação contextual para a utilização do quadro analítico da eficácia coletiva no contexto brasileiro. A dependência em relação à ação estatal é um dado da realidade, o qual se agrava em contextos de acentuada desigualdade social (SANTOS, 2014). Não se trata de uma exceção, mas de algo corriqueiro em bairros com condições materiais precárias, como a Estrutural. Logo, a análise ecológica sobre o crime no contexto brasileiro deve levar em consideração a distribuição ecológica dos serviços públicos nos diferentes bairros.

O controle do crime na América Latina mantém a lógica de buscar estratégias cotidianas para enfrentar problemas locais. A capacidade de realizar controle social em áreas empobrecidas não inclui *até chamar a polícia* como Sampson teoriza a partir do contexto norte-americano (SAMPSON, 2012, p. 152). Na Estrutural, o acionamento de mecanismos públicos de controle social, como a polícia, o conselho tutelar e as escolas, reveste-se de centralidade na resolução de problemas cotidianos. Particularmente em casos de risco percebidos, os moradores demonstraram pouca disposição de intervir. Dentre as motivações, estão o medo de represálias, o receio de se intrometer na vida alheia e, ainda, uma espécie de descrença que os conflitos serão resolvidos. Nesse sentido, a explicação que surgiu em primeiro plano foi o cinismo legal em relação à capacidade e à disposição dos agentes públicos em intervir nos problemas do bairro.

A marginalização política se expressa por meio da dificuldade de acionar recursos externos à comunidade (CARR, 2005; LEVERENTZ; WILLIAMS, 2017). As conexões com pessoas que possam ajudar na resolução de problemas locais são escassas na Estrutural. Não apenas em relação ao poder público, mas especialmente em relação às agências estatais. São diversas as evidências sobre a marginalização política do bairro. Em primeiro lugar, está uma percepção de que a questão fundiária ocupou o centro das atenções do poder público em relação à Estrutural no passado. Com a regularização de parte dos lotes do bairro, vieram melhorias de infraestrutura urbana, o que teria, segundo entrevistados, dificultado a mobilização dos moradores para outras causas importantes para a Estrutural. Em segundo lugar, a percepção de isolamento social dos moradores em relação a outras comunidades se expressa em diferentes espaços, como a escola, e em diferentes situações, como a maneira como a cidade é retratada nos meios de comunicação. Logo, em terceiro lugar, a discriminação social é percebida pelos moradores principalmente em virtude do local em que moram, a Estrutural, e não em virtude de práticas ou gestos. Esse distanciamento entre o que as pessoas vivem cotidianamente na Estrutural e aquilo que os demais pensam sobre a cidade é motivo de sofrimento.

#### 6.5.2.1 O acesso à educação: “o Guará é refém da Estrutural”

As escolas são espaços privilegiados de controle social numa comunidade. O início do meu trabalho de campo na Estrutural ocorreu por meio das escolas. Uma frase foi marcante logo em uma das primeiras entrevistas: “o Guará é refém da Estrutural”. Regina, professora da Secretaria de Educação, emendou para explicar: “se não fossem os alunos da Estrutural no Guará, teríamos condições de fazer muito mais pelas crianças daqui”. A oposição entre eles e nós fica evidente, demonstrando que os alunos da Estrutural são estranhos ao contexto escolar do Guará. Além disso, o deslocamento físico desses alunos é um entrave ao pertencimento com um ambiente escolar que lhes é estranho. Logo, se as escolas são um espaço relevante no controle social, uma característica adicional da Estrutural chama a atenção: poucas escolas são localizadas no bairro.

São cinco escolas localizadas na Estrutural, além de uma creche conveniada. Conforme o mapa abaixo demonstra, essas escolas estão concentradas na Área Central da cidade.



Figura 18. Localização das escolas públicas da Estrutural.



Em média, 42% dos alunos da Estrutural que frequentaram a escola em 2018 o fizeram na própria Estrutural (CODEPLAN, 2019). Os demais se dividiram em escolas localizadas em regiões como Guará (22%), Cruzeiro (4%) e SIA (4%). Algumas tendências merecem destaque. Em relação à Educação Infantil, em média 63% das crianças não frequentam creches do sistema público. É possível que parte importante dessas crianças esteja indo para as creches comunitárias ou as mães crecheiras. Logo, pode-se afirmar que as crianças até 5 anos não precisam sair da Estrutural para estudarem.

Tabela 19. Localidade das escolas que os alunos da Estrutural por faixa etária.

	% Estrutural	% Guará	% Cruzeiro	% SIA
Educação infantil (0 a 5 anos)	32%	1%	2%	1%
Anos iniciais (6 a 10 anos)	80%	8%	5%	2%
Anos finais (11 a 14 anos)	32%	43%	5%	8%
Ensino Médio (15 a 17 anos)	16%	45%	7%	2%

Fonte: CODEPLAN, 2019.

A maior parcela (80%) dos alunos com idade entre 6 e 10 anos frequentam escolas na Estrutural. Dentre as escolas localizadas no bairro, três são de ensino fundamental para anos iniciais (Escola Classe 02, Escola Classe 01, CEF 02), uma para educação infantil (CEI 01) e uma para o ensino fundamental completo (CED 01). Na medida em que vão avançando na



escola, os alunos da Estrutural têm de se deslocar para outras cidades para estudarem. A partir de 11 anos, a maioria dos alunos estuda fora da cidade em que moram (68%). O Guará é o principal local (43%), seguido pelo SIA (8%) e o Cruzeiro (5%). No Ensino Médio, o percentual de alunos que moram e estudam na Estrutural cai drasticamente, alcançando apenas 16%. Isso equivale a dizer que de cada 10 alunos da Estrutural com idade entre 15 e 17 anos, menos de 2 estudam na cidade em que moram. Novamente, as escolas do Guará são aquelas que mais recebem alunos do Ensino Médio que moram na Estrutural (45%).

A presença de alunos da Estrutural em escolas do Guará não é recente. Desde o início do bairro, as escolas do Guará receberam os alunos da Estrutural. Inclusive, na estruturação administrativa da Secretaria de Educação, a Estrutural faz parte da Regional do Guará, o que equivale a dizer que as decisões são tomadas para as duas regiões em conjunto. Os professores descreveram como é trabalhar nas escolas que atendem os alunos da Estrutural em comparação com as demais escolas que trabalharam antes. O primeiro aspecto destacado é ausência dos pais no acompanhamento dos seus filhos na escola. É como se eles ‘largando os meninos na escola, tudo seria resolvido’, resume Karen<sup>149</sup>. Um dos maiores desafios enfrentados por Karen foi lidar com o contexto familiar dos seus alunos:

*Por exemplo, essa turma dos bagunceiros do 6º E. Eu aprendi muito com eles. Eles não são tão totalmente culpados por essa forma da vida deles, essa turbulência toda. Eles foram marcados por uma situação que eles não pediram. Fizeram isso por eles. Não teve ninguém trabalhando por eles. A comunidade, a escola anterior, essa mudança aqui pro SIA. Os pais estarem ausentes atrapalha tudo. Quando os pais estão dentro da escola, a escola é outra. A estrutura, as conversas, o comprometimento dos alunos e dos professores. A realidade passa a ser outra.*

Nesse sentido, o trabalho da escola se confunde com a função da escola no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes. Um exemplo disso é o estabelecimento de limites na escola. Cumprir horários, fazer tarefas, não conversar em sala de aula são exemplos que, para os professores entrevistados, representam limitações nas formas como seus alunos foram criados. A desestruturação familiar contribui para a ruptura de limites não apenas na escola.

*São vários, vou falar um deles. Eles me falam muito sobre as dificuldades em casa. Uma situação que me chamou a atenção foi de uma aluna que veio me dizer que o sonho dela era ver o pai. A mãe dela falava que o pai dela não ajudar a criá-la, abandonou a criança ainda pequena e ela disse que o sonho*

---

<sup>149</sup> 46 anos, professora há um ano no CEF 03, do SIA.

*dela era conhecer esse pai. Eu como professora não podia imaginar que uma aluna podia estar com aquele problema naquele dia. Era um trabalho em que eu pedia que eles apresentassem o sonho deles. Ela veio e me entregou um papel e pediu que não mostrasse pra ninguém. Eu tinha pedido que eles falassem o sonho deles, a aspiração para o futuro e esperava algo na área profissional, de carreira, e ela me disse isso. Ela tinha 12 anos, do 7º ano. Isso me chamou muito a atenção! Isso estava afetando ela, causa problemas e estava atrapalhando na escola, na vida dela. Ela falava que a mãe dela não era amiga dela, dizia que ela não desenvolvia, era burra.*

Outros exemplos mais sérios relatam casos de violências físicas e verbais dos alunos na escola. Os casos mais frequentes envolvem conflitos entre os alunos, mas também houve relatos que envolveram os professores. A frequência desses casos exigiu uma adaptação das formas de lidar dos próprios professores. Formas diferentes de lecionarem, conversarem com os alunos e de resolver problemas. Essas adaptações são vistas como necessárias para lidarem ‘com a cultura deles’, por exemplo, ‘falar palavrão é como se fosse um vício pra eles, são criados assim’, como destaca Karen. Há, inclusive, diferenças nos conflitos envolvendo meninas e meninos. O relato de Max<sup>150</sup> é revelador:

*O que me deixa mais chocado é como as brigas banais começam. É isso aqui ó (e fixa o olhar)! Só o olhar, só precisa um olhar pro outro. Daí começa: ‘tá me olhando por que?’ ‘ué, não pode te olhar não?’ ‘tá me xingando por que?’ ‘então cai pra dentro se você é homem’. É isso. É o que precisa. (...) Com as meninas é diferente, elas vem me contar antes. Eu desenvolvi isso com elas, sabe? Por exemplo, eu tava no intervalo e vi que uma tava encarando demais a outra. Elas estavam em grupos diferentes, mas ficavam se olhando e já percebi que tinha alguma coisa errada. Chamei todo mundo pra minha sala. Aí eu falei: ‘vou conversar com vocês juntas porque eu tô vendo o que vai acontecer. Vocês estão querendo brigar por que? Foi fofoca?’ a maioria das vezes é por causa de fofoca. Basta uma falar um pouco e a notícia correr, que a briga tá feita. Com os meninos é diferente. Eles não conversam, é briga de galo: um abre a crista e o outro abre crista maior e acabam saindo na porrada. Não tem pergunta.*

A distinção entre brigas de meninos e meninas é um saber construído ao longo do tempo. Requer, assim como outras práticas descritas pelos professores, convivência com os alunos. As formas de punição aos alunos que rompem limites da escola também variam com o tempo. Algumas foram recorrentes, como aplicar advertência, suspender os alunos das aulas, chamar os pais na escola. Outras foram específicas do CEF 3 e disseram respeito a

---

<sup>150</sup> 40 anos, professor há dois anos no CEF 3 do SIA.

especificidades dos alunos. A primeira foi relacionada a pichações na escola. Como descreve Max:

*Eu já peguei duzentos fazendo isso (roubando celular)! Não é que alguém me contou, eu já vi. Pichando a escola? Inúmeras vezes. Na última vez, eu tentei fazer algo diferente que não apenas chamar a polícia. Eu criei uma forma alternativa que é limpar. Quem picha tem que limpar.*

A segunda tocava num ponto relevante da rotina da escola. Muitos alunos demonstram o interesse de começarem logo a trabalhar e as indicações da escola para programas como o menor aprendiz e outros estágios são importantes nesses processos. Formalmente, a escola é responsável por atestar a frequência e as notas dos alunos que queiram participar desses programas. Na prática, isso se torna um instrumento para lidar com desvios na escola. Uma ligação da direção da escola para o empregador pode resultar no desligamento do emprego, o que nenhum dos alunos quer que ocorra. O interesse em trabalhar é uma nova perspectiva face à precariedade material em que vivem. Influenciados pelas facilidades do consumo disponíveis em meios de comunicação e mídias sociais, o acesso a condições que permitam alcançar os objetos de desejo é antecipado pelos alunos.

#### 6.5.2.2 Projeto de gestão compartilhada de escolas públicas: o caso do CED 1

No início de 2019, o novo governo apresentou como programa de seu governo a implantação de escolas com gestão compartilhada entre a polícia militar e a Secretaria de Educação. Na prática, as escolas escolhidas para o projeto passaram a ser denominadas *Escolas da Polícia Militar* e contaram com policiais militares na rotina escolar. A divisão do trabalho é descrita da seguinte forma pelo Governo: “a parte pedagógica ficará por conta de professores, diretores e orientadores”, ao passo que “os militares cuidarão da parte burocrática e da segurança como controle de entrada e saída, filas, controle dos pátios e corredores” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2019).

Uma das escolas selecionadas para o projeto foi o CED 1 da Estrutural<sup>151</sup>. Na época da implantação do projeto no bairro, parte do meu trabalho de campo ainda estava sendo realizada<sup>152</sup>. Um dos principais impactos na rotina da comunidade foi a percepção sobre a

---

<sup>151</sup> Além do CED 1, fazem parte do projeto piloto o CED 3, de Sobradinho, o CED 7, de Ceilândia, e o CED 308, do Recanto das Emas.

<sup>152</sup> Recordo que a percepção que tive foi de estar no lugar certo e na hora certa, pois teria a oportunidade de analisar os efeitos do projeto sobre o controle social na comunidade. Logo, percebi que os impactos do projeto eram mais amplos do que havia estabelecido no projeto desta tese e, apesar de ter realizado diversas entrevistas com professores e mães de alunos do CED 1, decidi estabelecer como limites as possíveis influências sobre o controle social naquela comunidade.

presença do Estado na vizinhança. Segundo alguns entrevistados, é como se a cidade tivesse sido ‘descoberta’ pelo governo após o anúncio do projeto. A movimentação de carros oficiais *na entrada da cidade*, onde fica o CED 1, atestaria essa percepção. Não apenas o número de policiais militares em viaturas aumentou, como também agentes da área de saúde e de assistência social passaram a ir à escola em função do projeto. As marcações de consultas médicas e odontológicas se tornaram mais fáceis, ao menos para os alunos da escola, segundo Miriam.

Com efeito, a descoberta parece ter ocorrido por parte dos moradores. Contudo, não foi uma descoberta da cidade, mas de oportunidades de reivindicações e, em última medida, de acionar a polícia em casos de necessidades. A visibilidade que o projeto trouxe para a cidade parece ter sido percebida como uma chance para o direcionamento de demandas represadas em diferentes áreas de governo. O CED 1 é a escola que integra o projeto mais próxima à região central de Brasília, o que a torna uma espécie de vitrine para as demais. As visitas de autoridades e outros interessados em conhecer o projeto têm o CED 1 como destino certo. E essa movimentação não tem passado despercebida pelos moradores da Estrutural. A visibilidade da escola e sua inserção nas agendas de visitas de autoridades de diferentes áreas tem impactado na mobilização dos moradores. Por exemplo, o relato de Marlene demonstra como a escola tem sido usada para pedir melhorias no transporte público:

*Olha, agora é diferente (...) vamos queimar os pneus e fechar a rua dos caminhões se não ajudarem a gente. No Santa Luzia tem gente do mesmo jeito, mas o pessoal é pobre e o governo não olha pra gente. Antes os ônibus não passavam aqui na pista do Santa Luzia porque os motoristas tinham medo. Daí juntou as mães lá na parada de ônibus um dia e começaram a reclamar. Assim, na hora de levar as crianças pra escola mesmo. Por que andar essa distância toda se os ônibus podiam vir até aqui? Fomos no administrador e ele ajudou daquela vez. Agora com a polícia na escola, tá cheio de autoridade aqui na Estrutural. Vamos pedir mais ônibus e que eles passem até na época da chuva. Quando chove, alaga tudo na pista e a desculpa é o buraco. Mas agora, com as autoridades vindo todo dia aqui na Estrutural, vamos queimar os pneus e quem sabe vai ter mais ônibus.*

O recurso à manifestação por meio do fechamento de vias não é novo na cidade. A novidade, contudo, é a percepção de uma oportunidade de chamar a atenção. Um dos efeitos do CED 01 ter sido incluído no projeto de gestão compartilhada das escolas foi a percepção de que os problemas da cidade seriam vistos. É como se a cidade entrasse no radar do governo. Para os moradores do Santa Luzia, isso se traduz, como destaca Marlene, na possibilidade de fazer com que os ônibus circulem com maior frequência nas paradas que levam ao bairro. Apesar

de ter entrevistado Marlene há mais de um ano, nossa conversa depois que o projeto de gestão compartilhada das escolas começou foi diferente. A praticidade com que respondia às minhas perguntas e cuidava do cabelo de sua filha mais nova, assim como outros afazeres domésticos que se seguiam, era a mesma. Mas Marlene estava diferente. Ela discorria com animação sobre a possibilidade de ter o ônibus parando próximo à sua casa. Não poupava detalhes sobre a última reunião que fizera com outras moradoras do Santa Luzia para ‘planejar’ a manifestação. Na mesma conversa, a mudança de comportamento do seu filho ficou em segundo plano. Depois de insistir, a descrição sobre como seu filho tem se portado em casa foi a seguinte:

*Olha, a diferença principal é que ele parece mais quieto. Me ouve mais, parece que tem mais respeito agora. O cabelo tá cortado e só anda com o tênis limpo. Eles exigem isso lá, então ele cuida. Ele mesmo.*

### 6.5.2.3 Cinismo legal

O cinismo legal na Estrutural foi caracterizado junto com uma série de disposições negativas em relação à prestação de serviços públicos na vizinhança. Um aspecto relevante na composição do cinismo legal é a persistência de casos de violência na vizinhança. Existe uma relação entre ter sido vítima de crimes ou ouvir casos de violência com pessoas próximas e a percepção de que as autoridades estão menos disponíveis para atendê-los. A elevada prevalência de casos de crimes contra o patrimônio e contra a pessoa na vizinhança tende a corroborar a percepção de falta de legitimidade do sistema de justiça criminal dentre os moradores. Em muitos casos, as violências sofridas ou percebidas são colocadas em meio a demandas de melhorias dos serviços públicos do bairro com um todo. Nesse caso, parece ser evidente a relação entre a percepção de serem marginalizados politicamente e a descrença nas agências do sistema de justiça criminal. Nesse sentido, os moradores foram questionados sobre o que poderia melhorar na vizinhança e a segurança foi um dos assuntos mais lembrados:

*Foi a violência. Hoje tá pior... antigamente era assim, normal. Pelo menos a gente andava aqui sem perigo, meia-noite, duas da manhã. Isso há 10 anos. Eu tinha 16 ou 17 anos, a gente saía escondido, aprontando, e não tinha perigo nenhum. Antes eu não tinha medo e hoje eu tenho. Hoje em dia é difícil sair de casa. Não sei se é porque já fui assaltada na rua, aqui na esquina, levaram meu celular então... E também muita estória de parente meu que já foi assaltado. Até aqui em casa já entraram.*

Sob o ponto de vista dos moradores, é inegável reconhecer que existe um nível de violência com o qual convivem no bairro. Os casos de violências sofridas pelos moradores e conhecidos se acumulam e, em alguns casos, passam a fazer parte da descrição dos espaços em alguns setores:

*Foi num prazo de meia hora. Eu levei o meu filho na creche, era sete e pouco da manhã, e quando eu voltei e fui na padaria. Começou a chover e eu fiquei esperando a chuva passar. Quando eu voltei para casa, a casa tava arrombada. Não levaram a TV porque tava chovendo. As coisas pequenas eles levaram. Minha carteira, celular... não levou documento. Acho até que foi vizinho, sabe? (Sara)*

*Eu mesmo não, mas o lugar que eu trabalha sim. Eu trabalhava num posto de gasolina (Shell) que foi assaltado 11 vezes. Tanto é que eu saí de lá por isso. A última vez foi um arrastão. Tinha a conveniência e o posto junto. Eles chegaram em 6 moleques. Um ficou vigiando perto da pista e os outros vieram com facões. Não machucaram ninguém, só levaram o dinheiro. Tudo garoto novo. Dois foram presos na mesma noite. (Lucas)*

*Eu tava numa lojinha comprando uma capinha para um celular e o cara entrou. Era na rua principal perto da pista. O cara entrou e tava muito drogado. Era de tarde, de 2 pra 3 da tarde. Ele não mostrou arma e só pediu o celular e o dinheiro. Ficou falando: passa, passa tudo. Levou o meu celular. Eu tava com meu filho de colo ainda e eu entreguei. (Miriam)*

*Comigo não. Só roubaram minha casa direto! Era sempre o meu bujão. Era só eu sair e quando voltava não tinha bujão, só o fogão. Foi um bocado de vez! 5 vezes foi pouco. (Marlene)*

A percepção de ineficiência pareceu estar associada às descrições de cinismo no bairro. A forma mais comum de revelar a descrença nas agências policiais foi por meio de experiências vivenciadas pelos entrevistados. A continuação corriqueira de frases que indicavam a presença de policiais nas ruas era ‘não há muito que eles possam fazer’ ou ‘eles vêm e depois volta tudo como era antes’. O relato do Seu José é exemplificativo:

*Não tem como reclamar de polícia aqui. Eles estão na rua, a gente vê. Agora, dizer que resolve alguma coisa é diferente. Tem muita gente ruim que só quer fazer o errado mesmo. Na hora que eles vão embora, tudo volta pra zona que era antes*

E como pode melhorar?

*Isso já não sei... Sabe que nem penso sobre isso mais? Sempre foi assim. Não acho que vá mudar um dia.*

A frequência de respostas como a oferecida por Seu José revela a relação entre descrença e eficiência das atividades policiais na vizinhança. Não se trata apenas de estar presente ou disponível, mas de atender as expectativas dos moradores em problemas concretos. Os casos de tráficos de drogas foram os crimes mais citados. Os pontos de compra e venda de drogas são conhecidos na cidade e não parece haver reação das agências policiais. Nas esquinas em que as pessoas se especializam no tráfico, ‘é fácil saber quem é quem’, como argumenta

Lucas. O trânsito de pessoas que não moram na vizinhança seria outra forma de denunciar que ‘algo está errado’ em alguns setores e em alguns horários. “*Volta e meia tem gente de tora, com carrão. Você sabe que não é da Estrutural. Chega na rua, para, nem desce e vai embora. Pega o que quer e depois se vai. Com certeza é pra comprar, né?*” argumenta Nice.

Ainda sobre o tráfico de drogas, Lucas apresenta o seguinte relato:

*É só olhar. Primeiro que eles ficam nas esquinas. A forma de andar e de conversar também é diferente. A forma de vestir também. O que o cara quer o quê quando fica andando num calor desse de jaquetão? É pra dizer que é bandido. Pra não mexerem com ele. (...)*

*Acho que aumentou muito. Muito menino novo, jovem mesmo. Eles nem disfarçam mais. Ficam na esquina da rua fumando. Você passa e eles não falam nada, num mexem com ninguém. Mas todo mundo sabe o que estão fazendo. É droga né? Na esquina da minha rua não tem, mas na de cima tem muito. Na outra rua tem, mas é mais discreto lá.*

A percepção de que ‘não escondem, é só olhar’ sugere que o trabalho policial na investigação desses tipos de crimes não tem sido bem avaliado. Na descrição das áreas mais perigosas do bairro, a presença de traficantes é lembrada com frequência. Não são feitas distinções de horários para o tráfico, são atividades que acontecem ‘a qualquer hora’. A noção de carreiras criminais também foi mobilizada em alguns exemplos. Desde problemas na estrutura familiar, com pais ausentes e influências negativas de pessoas envolvidas com o crime, alguns casos de violência são atribuídos pelo peso desse ‘histórico’ nas amizades e na família. Vejamos o relato do Seu José:

*Olha, eu não estudei com eles, mas o pessoal dessa casa (e aponta) aqui. Eles eram dois irmãos, o Guilherme e o Dejair. O mais velho, o Dejair, sempre foi o que fazia baderna na escola. Queria bater nos menores, xingava a professora e tudo mais (...) O Guilherme morreu depois de ter escapado duas vezes. Ele se envolveu com droga, pegou dívida com um pessoal pesado e foi indo.... fizeram ele. A primeira vez que ele escapou foi na rua debaixo. Ele levou três tiros. Um atravessou a boca e os outros pegou na barriga. Mas ele escapou. Ficou quieto um tempo, mas logo voltou a fazer coisa errada. A segunda vez tomou dois tiros e uma facada. Foi pro hospital e conseguiu voltar. Muita luta pra recuperar e mal tinha recuperado foi roubar um ônibus na via Estrutural. Os policiais tavam passando na hora e ele atirou nos caras. Dessa vez, levou só um tiro na perna e morreu lá mesmo. Então, o cara já tava todo errado e ainda vai atirar na polícia? Tem que meter bala mesmo. E tudo começou onde? Na família que era ruim*

Outros respondentes descrevem interações negativas com policiais. Apesar de terem sido menos frequentes, os relatos sugerem contextos que extrapolam a descrença e tangenciam

a rivalidade. Esses casos foram mais frequentes nas relações entre jovens e policiais na vizinhança. Alguns entrevistados demonstraram que existe um certo prestígio em não gostar da polícia entre os jovens. Essa construção é associada a algo mais amplo, inclusive de fora da Estrutural, como defende Sara:

*Os meninos têm guertinha com a polícia. Não gostam de policiais por não gostar mesmo. Na cabeça deles é como se os policiais fossem inimigos deles. Não sei de onde vem isso, porque as tretas que vejo são mais entre eles. Talvez seja até coisa da televisão, não sei.*

As experiências negativas não são limitadas aos jovens. Os xingamentos na realização de abordagens foram citados em outros relatos. A relação entre a violência cometidas por policiais e a legitimidade das polícias é comprometida:

*Mais ou menos, sabe? Às vezes eles abordam umas pessoas que não têm nada a ver com nada. Quando você é policial, você sabe quem é quem no bairro. E muitas vezes eles abordam outra pessoa e não o bandido. Eu mesmo fui abordado várias vezes. Sempre começam esculachando, xingando. Nunca me bateram, mas xingam.*

Os moradores foram perguntados sobre a contradição entre chamar os policiais sabendo que muitas vezes não resolve. As respostas sugeriram duas racionalizações distintas. A primeira é a noção de que é trabalho deles resolver esse tipo de problema. Ainda que existam problemas na eficiência das polícias, diferentes moradores mostraram pouca disposição de intervir em casos de crimes, particularmente aqueles que oferecessem riscos. Como demonstrado anteriormente, mesmo em casos de violências domésticas os moradores relutaram em agir diretamente. As categorias mais frequentemente acionadas nesse sentido foram ‘isso é coisa de polícia’ e ‘eles estão aí pra isso’. A pecha de ‘enxerido’ na vida dos outros também foi acionada na explicação dessa aparente contradição. Ainda que exista a percepção de ineficiência, os moradores não querem ser taxados de enxeridos em intervirem diretamente. Logo, o acionamento da polícia é a alternativa principal à ação direta.

A segunda está relacionada ao medo de represálias. A proximidade entre os moradores faz com que as interações sugiram precauções, inclusive no acionamento da polícia. A ambivalência dos laços sociais revela que as interações que unem os moradores são semelhantes. São vizinhos, conhecidos de conhecidos, pessoas que lhes ajudaram no passado e podem precisar de ajuda no futuro. A descrição de Júlia sobre seu vizinho é exemplificativa:

*Mas a boca já existia aqui?*

*Sim, isso. E conforme foram mudando novos vizinhos diferentes, esse cara se sentiu ameaçado de alguém denunciar. Porque, assim, era muito visível o que*



*ele fazia. Não tinha pudor mesmo! Todo mundo sabia. E os novos moradores foram inibindo.*

Como ele era como vizinho?

*Era só de bom dia. Não incomodava. Assim, fazia as coisas dele lá e... Mas não era um vizinho como outro qualquer. Eu não tenho relação com os vizinhos, assim, por conta do meu trabalho, mas com ele era diferente. Nessa época, ele tinha alguns problemas com outros vizinhos. Não lembro bem o que era. Não era denúncia, mas eu acho que a polícia começou a passar mais na rua e... ele precisou mudar.*

### 6.5.3 Presença de gangues na Estrutural

A presença de gangues na Estrutural é outro fator que impacta o controle social. A principal referência durante o trabalho de campo foi em relação aos conflitos entre os setores Leste e o Oeste (ver figura abaixo). Contudo, esse era um assunto que os entrevistados não tratavam diretamente. Havia uma reticência em conversar abertamente sobre fatos relacionados ao conflito entre as gangues da vizinhança. Por si só, a limitação em falar sobre o tema com um *estranho*, demonstra como as dinâmicas criminais influenciam as estratégias de controle social da vizinhança.

Figura 19. Divisão da Estrutural por setores.



Fonte: elaboração do autor a partir da base de dados da SEGETH 2015.



Essa espécie de assunto proibido era revelada, contudo, de forma indireta, em questões que tratavam de outros temas em primeiro plano. Por exemplo, ao serem questionados sobre a existência de lugares mais perigosos na vizinhança, alguns moradores indicavam algumas quadras em virtude de ‘tretas entre os meninos’, numa referência aos conflitos entre as gangues. Como afirma Ivo, que é morador do Setor Leste, “o Setor Oeste é mais violento. Não sei se é porque fica perto do aterro, mais escondido, mas é mais perigoso lá. O Leste é tranquilo e o Norte é médio, por ser perto do Santa Luzia”. É de se esperar que um morador de um setor considere o outro mais violento, tendo em vista que se sente mais seguro no seu próprio local de moradia.

Esses conflitos são também reconhecidos por policiais militares que trabalham na área. “Não é uma regra, mas sempre que acontece algo mais grave num desses dois setores, o Leste e o Oeste, a gente segue para o outro atrás dos suspeitos”, destaca Zé Carlos<sup>153</sup>. Dentre os casos mais frequentes, os policiais destacam roubos e agressões físicas, inclusive com homicídios. “Há poucos meses teve uma guerra entre esses meninos e morreram três. Foi lá no Santa Luzia, mas os de lá tinham ido caçar confusão no Leste” continua o policial. Para os policiais, os conflitos que envolvem lesões graves ou mortes raramente envolvem a polícia. ‘Quando a gente é chamado, tudo já está pronto, já aconteceu’, ou seja, não parece haver enfrentamento entre as gangues e os policiais.

Nos casos menos graves, contudo, a situação é descrita de forma diferente pelos policiais. Os roubos a ônibus coletivos são exemplos recorrentes da atuação desses grupos na Estrutural. Em diferentes momentos, os policiais demonstraram que essa é uma prioridade das suas ações no bairro. Para eles, a forma de agir nesses casos sugere que são ações coordenadas e que seguem um mesmo padrão: jovens encapuzados, às vezes com a participação de meninas, que realizam os assaltos em trechos das rotas que facilitam a fuga dos assaltantes, como próximo às ‘casinhas’ dos Setor Oeste, perto da antiga 12, no Setor Norte e, em alguns casos, na depois de os ônibus terem saído da cidade e entrado na via do Jockey.

Outro aspecto que se destaca nos relatos é a disputa por territórios. Como é registrado na literatura (ANDRADE, 2007), os conflitos são relacionados à lógica de ocupação de espaços entre os diferentes grupos. Por saberem da existência desses conflitos, os moradores racionalizam sobre o seu surgimento:

*As rixas começam assim. O cara de uma quadra vai roubar na outra quadra. Se os caras pegarem, não deixam passar. O que acontece é que o cara sai pra roubar longe de casa, ou seja, em outro setor. Mas todo mundo conhece alguém*

---

<sup>153</sup> Policial militar, 46 anos, trabalha na Estrutural há 8 anos.

*que acaba falando. Vão chegar na pessoa, mais cedo ou mais tarde (...) os moleques da antiga 12 vieram roubar aqui. Tudo novo. Vieram roubar aqui e o pessoal descobriu de onde eles eram. Aí começou essa coisa. Eles saíam daqui pra dar uns pipocos lá no Norte e os de lá vinham pra cá também. Morreu gente nessa época. Uns 3 ou 4.*

As pichações são outra demonstração das disputas por territórios. O reforço identitário por meio das ‘prezas’ ou nomes utilizados nas pichações é marcado pelo bairro e o grupo ao qual pertencem no contexto local. A necessidade de demonstrar o pertencimento a esses grupos exerce influência, por exemplo, na rotina das escolas. Como destaca Max:

*Outro lugar que vem muito o Leste e o Oeste são as pichações. As pichações sempre têm o nome e o local, Leste e Oeste. Acho que pra eles é mais importante, eles fazem mais questão de escrever o lugar do que o nome deles. Mas a questão da Leste e da Oeste nunca entrou mesmo na escola, do tipo um grupo da Leste e outro da Oeste aqui. Eles não se enfrentam aqui, mas eu sei de outras escolas em que são fortes.*

A gestão de conflitos na escola é impactada pela presença das gangues de outras formas, como continua a descrever Max:

*Eu acho que tem uma competição entre eles nessa coisa da pichação. Tem o negócio do território, da Leste e da Oeste. A primeira vez que ouvi isso foi até engraçado. No ano passado, um aluno estava dando muito problema na escola e eu tive de chamar a mãe dele. A mãe tava achando que essas influências tavam levando ele pro mau caminho. E a gente tava conversando sobre a possibilidade de mudar ele de escola, porque assim ele teria um tempo de adaptação. Daí eu falei pra mãe: “quem sabe ele indo pra um ambiente novo, com pessoas que ele não conhece, ele demora mais pra se envolver com coisa errada”. Ela concordou e a gente achou uma vaga numa outra escola, não lembro qual foi. E ele falou: “Tá doido? Posso ir pra lá não. Lá eles vão me passar”. “Por quê? O que você fez lá?”, perguntei e ele respondeu: “o pessoal da Leste está todo lá e sou da Oeste”. E daí? Perguntei e ele respondeu: “Nós tem guerra lá, se o pessoal me pegar já era”. “Como é essa guerra?” “A gente mata daqui e eles matam de lá e assim vai, só que eu ninguém vai pegar não”. Depois disso, não tivemos como mudar o garoto de escola.*

## 6.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O controle social é uma produção coletiva. As configurações sociais da Estrutural evidenciam algumas características que marcam essa construção numa comunidade periférica. O acúmulo de desvantagens impõe limitações que informam um certo pragmatismo nas interações cotidianas. Os favores mais frequentes entre os vizinhos estão relacionados a privações materiais, ao atendimento de necessidades básicas como a supervisão de crianças e adolescentes, pequenos consertos domésticos e empréstimos de pequenos valores e objetos.

Outros fatores marcam a proteção social por meio da mobilização comunitária na Estrutural. O controle social em nível paroquial revelou estratégias singulares na vizinhança. As mães crecheiras são exemplos de interações baseadas em ajudas mútuas entre vizinhos. Outros mecanismos de supervisão de crianças e adolescentes sugeriram redes de apoio centradas no papel da mulher na criação dos meninos e meninas do bairro. A reciprocidade e a exigência de cuidado são características marcantes dessas relações. A densidade das interações em torno do controle dos tempos, companhias e espaços que seus filhos frequentam ocupam espaço importante nas rotinas dessas mães.

A centralidade do controle público nos casos de riscos percebidos contrasta com a distribuição ecológica de serviços no bairro. A dependência em relação ao Estado é ainda pouco discutida no campo de estudo ecológico na criminologia norte-americana. No contexto brasileiro, esse é um dado da realidade. Os moradores da Estrutural têm nas agências de controle estatais talvez os primeiros recursos em casos de crimes e outros conflitos locais. Na verdade, quando muito, o recurso a ser utilizado é ‘chamar a polícia’. Isso não equivale a dizer que essas instituições sejam percebidas apenas sob o manto da legitimidade. Em diferentes momentos, as características das interações sociais descritas nas entrevistas sugerem uma descrença entre relação à lei e a seus agentes. Não apenas em relação aos serviços de segurança, é importante que seja destacado. O cinismo legal ficou evidente diante da recorrência de casos de violência, das experiências vividas em encontros com a polícia e, ainda, em virtude do medo de represálias em casos de risco direto.

Por fim, a presença de gangues na vizinhança foi descrita em diferentes oportunidades no trabalho de campo. As evidências não sugerem a existência de um conjunto normativo próprio, com valores e regras específicos competindo com a ordem hegemônica. Contudo, a presença de grupos criminosos na vizinhança revelam a ambivalência dos laços sociais e as limitações da densidade dos laços sociais nas periferias brasileiras. Muitas vezes, conhecer e confiar nos vizinhos implica em saber e, de certa forma, conviver com práticas ilegais. O

compartilhamento de espaços, redes de relacionamento e conhecidos faz com que a proximidade do convívio limite iniciativas de controle social como a intervenção direta em casos de conflitos envolvendo os vizinhos. Esse não parece ser o caso na Estrutural. Ainda que exista uma descrença em relação à disponibilidade dos serviços de segurança, o recurso mais citado é o acionamento da polícia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência é um dos assuntos mais prementes da realidade brasileira contemporânea. Poucos temas rivalizam com a relutância em ceder dos indicadores criminais nas últimas décadas. Os efeitos da persistência das elevadas taxas de crimes como homicídios, estupros, agressões e lesões corporais são particularmente mais graves para as classes mais desassistidas. Em alguns estratos sociais, a incidência de alguns tipos criminais deve ser encarada como uma questão de saúde pública, tão grave é a distorção epidemiológica. Logo, a busca por elementos que possibilitem uma melhor compreensão sobre as dinâmicas criminais na sociedade brasileira deve ser um esforço coletivo compartilhado pela comunidade científica e diferentes setores da sociedade. Assim, essa tese representa uma contribuição apenas para o debate criminológico e para a teoria social, com evidente viés aplicado na realidade do país. E o principal resultado desta pesquisa é: comunidades importam na compreensão da incidência criminal no contexto brasileiro.

Estas conclusões estão organizadas, assim como foi a apresentação da tese, em duas partes principais que naturalmente se complementam. A Parte I discutiu a revisão crítica dos referenciais teóricos da teoria da eficácia coletiva, bem como da tradição de pesquisa que lhe inspirou vinculada à Escola de Chicago. A Parte II, por sua vez, apresentou as evidências empíricas que subsidiaram as discussões apresentadas ao longo desta tese. Adicionalmente, são incluídas as limitações teórico-metodológicas e as sugestões para iniciativas futuras de pesquisas na área.

\*\*\*

A teoria da eficácia coletiva representou um novo fôlego à tese da desorganização social no campo criminológico. Desde Shaw e McKay (1942), diferentes abordagens ecológicas foram desenvolvidas em torno do paradigma estrutural na Criminologia. A relevância das comunidades na explicação criminológica encontrou vigor no modelo teórico da eficácia coletiva. A TEC assume que as mudanças sociais ensejaram novos mecanismos sociais que alteraram as formas de organização social no mundo contemporâneo. As novas propriedades do social mantêm a comunidades como arenas para a realização de valores comuns e manutenção de controles sociais. Os instrumentos são a disposição para agir coletivamente, baseada em expectativas comuns compartilhadas sobre problemas e soluções em nível local.

Numa palavra, a definição de eficácia coletiva é a conexão entre confiança mútua, coesão social e a disposição de intervir em favor do bem comum (SAMPSON et al., 1997). A eficácia coletiva representa a capacidade de ação das vizinhanças, em que junto com redes locais, participação comunitária e normas culturais compõe o capital social vicinal (Sampson e

Graif, 2009). Assim, a eficácia coletiva não é o mesmo que capital social, podendo inclusive se manifestar em contextos com poucos laços sociais fortes (SAMPSON; RAUDENBUSH, 1999). As vizinhanças caracterizadas pela eficácia coletiva são aquelas em que existe um certo consenso prévio entre os moradores sobre os problemas e os conflitos, além da disposição de coletivamente agir para mitigar esses problemas.

Foram destacadas cinco características centrais no desenvolvimento teórico da eficácia coletiva: a abordagem é coerente com os pressupostos das teorias do controle originadas na tradição de estudos urbanos da Escola de Chicago; incorporou variáveis relevantes ao contexto social em que se desenvolveu, como as desvantagens concentradas; trata-se de uma teoria pura do controle, ou seja, minimiza o papel desempenhado pelas motivações individuais na determinação de indicadores criminais; a intensidade e a frequência das interações sociais são elementos importantes, mas não suficientes para o controle do crime; e a capacidade de ativar o controle social está associada às expectativas compartilhadas.

Uma das características marcantes das pesquisas sobre eficácia coletiva é a investigação de sua capacidade de mediar os efeitos das estruturas sociais, principalmente das desvantagens concentradas. A eficácia coletiva possibilita a ativação de interações sociais, como laços entre vizinhos e atores institucionais, em favor de objetivos coletivos, como o controle do crime. Diferentes pesquisas demonstraram a relevância da eficácia coletiva no contexto norte-americano (PRATT; CULLEN, 2005), e em outros países como a China (JIANG; LAND; WANG, 2013; KIM, 2018; ZHANG; MESSNER; ZHANG, 2017), Austrália (HIPPI; WICKES, 2018; MAZEROLLE; WICKES; MCBROOM, 2010; WICKES et al., 2013), Japão (ICHIKAWA; FUJIWARA; KAWACHI, 2017), dentre outros.

\*\*\*

No contexto latino-americano, a utilização do modelo da eficácia coletiva é ainda incipiente. Dentre as pesquisas realizadas, alguns autores encontraram evidências de limitações à aplicação do conceito nos contextos locais (CERDÁ; MORENOFF, 2009; VILLARREAL; SILVA, 2006; ZALUAR; RIBEIRO, 2009). As configurações sociais locais representavam um paradoxo para o modelo teórico da eficácia coletiva, segundo esses autores. No caso brasileiro, Zaluar e Ribeiro (2009) descreveram como formas de sociabilidade são marcadas pela elevada confiança mútua entre os vizinhos que não apenas se conhecem e trocam favores com frequência, mas também se ajudam. Entretanto, a coesão social e a “capacidade organizativa” não se traduzem em “cultura cívica de participação” e, conseqüentemente, não mitigam crimes e violências por três motivos centrais: ausência de serviços públicos básicos, violência e corrupção policiais e a ascendência de traficantes e milicianos nas comunidades. Logo, o paradoxo seria



marcado pela reduzida disposição de intervir em comportamentos desordeiros e criminosos dos jovens da vizinhança, o que estaria motivado pelo medo de represálias.

Outras pesquisas se somam aos resultados das análises do subúrbio carioca para compor o quadro teórico e empírico do paradoxo latino-americano da eficácia coletiva. O nível de coesão social está associado comumente com mais crimes e não o oposto, como supõe a tese da desorganização social. Para Villareal e Silva (2006), o padrão de ocupação de grandes centros urbanos de países em desenvolvimento, como em Belo Horizonte, seria marcado por uma lógica de sobrevivência das comunidades mais pobres, em que os moradores interagem com frequência com os seus vizinhos. Outro ponto indefinido é o papel da instabilidade residencial no conjunto teórico. As evidências apresentadas nos estudos de Villareal e Silva (2006) e Oliveira e Rodrigues (2013) indicam que o tempo de residência na vizinhança foi associado a um maior nível de coesão social (VILLARREAL; SILVA, 2006) e, também, a maiores chances de vitimização por roubo e furto. Logo, a hipótese de maior mobilidade residencial em comunidades pobres não parece se confirmar no contexto brasileiro.

O papel desempenhado pela heterogeneidade étnico-racial em modelos vicinais de desorganização social não tem se mostrado relevante no contexto latino-americano. O impacto das variáveis relacionadas à composição étnico-racial não foram significativos em Belo Horizonte, Curitiba e Rio de Janeiro (DE OLIVEIRA; RODRIGUES, 2013; VILLARREAL; SILVA, 2006) e em outros países da América Latina, como Argentina, Uruguai, Peru, Chile e Colômbia (CHOUHY, 2016).

Por fim, o papel das agências do sistema de justiça criminal na produção do controle é pouco desenvolvido nos modelos teóricos norte-americanos (ARIAS, 2019). No contexto latino-americano, em contrapartida, a relação entre as dimensões formal e informal de controle é, também, de interdependência. Não apenas em relação ao controle social dirigido a crimes, mas as rotinas das pessoas parecem estar mais associadas ao funcionamento, e à seletividade, do aparato público (ARIAS; MONTT, 2018; O'DONNELL; WOLFSON, 1993). Particularmente em comunidades pobres, os moradores dependem do Estado para o provimento de necessidades básicas, como saneamento básico, moradia, educação, alimentação, saúde e segurança. Em condições de extrema precariedade, como em algumas periferias latino-americanas, as relações entre o Estado e as comunidades locais estão imbricadas, inclusive na realização do controle social. Os resultados da Estrutural foram coerentes com a crítica sobre a participação das agências estatais no modelo explicativo da eficácia coletiva.

\*\*\*

A abordagem ecológica foi adequada para a análise do contexto criminal do DF. Essa foi uma das contribuições centrais desta tese. Os resultados demonstraram que a variação da incidência criminal foi associada a diferenças nas características das vizinhanças do DF. As configurações sociais que permitem o desenvolvimento de condições de proteção social variaram de acordo com características das vizinhanças. Cerca de 10% da variação do controle social informal e 7% da coesão social foram relacionadas a mecanismos que operam em nível vicinal. Dito de outra forma, tanto o controle social informal quanto a coesão social possuem capacidade explicativa própria nas vizinhanças. Os resultados da variação de crimes contra o patrimônio (6%) e contra a pessoa (8%) também foram associados a características das vizinhanças. Logo, essas evidências expressam a importância de serem consideradas dimensões coletivas, estruturais e que, portanto, extrapolam o indivíduo, na explicação da incidência criminal no contexto brasileiro.

Contudo, as configurações sociais das vizinhanças do DF demonstraram relações opostas entre a coesão social e controle social informal. Essas variáveis captaram fenômenos distintos da realidade social no DF. Os laços fortes e privados que caracterizam a coesão social se diferenciam dos laços fracos do controle social informal na medida em que, particularmente, as desigualdades sociais se tornam mais agudas. Não se trata apenas da pobreza, mas da desigual concentração da pobreza no território. No caso dos crimes contra a pessoa, a oposição entre a coesão e o controle social informal foi evidente: a coesão social foi associada a mais crimes (OR=1,63,  $z=2,27$ ,  $p<0,05$ ) e o controle social a menos crimes (OR=0,70,  $z=-1,92$ ,  $p<0,1$ ). Ou seja, vizinhanças em que os moradores intervêm mais em assuntos da comunidade e agem mais em prol da coletivamente possuem 30% menos chances de serem vítimas de crimes contra a pessoa. Contudo, vizinhanças em que os moradores trocam mais favores entre si e se conhecem possuem 68% mais chances de serem vítimas de crimes contra a pessoa. No caso dos crimes contra o patrimônio, nenhuma das variáveis relacionadas à eficácia coletiva foi significativa, contrastando com a dinâmica dos crimes contra a pessoa.

De acordo com as evidências desta tese, o peso relativo inferior do controle social informal em relação à coesão social para o conjunto das vizinhanças do DF é algo decisivo e paradoxal. No contexto norte americano, enquanto a coesão social é residualmente associada a mais crimes, algo circunscrito a algumas comunidades pobres, o controle social informal permanece significativo. No caso brasileiro, os efeitos da coesão social são sempre mais intensos e significativos do que aqueles do controle social informal. Por exemplo, considerando os crimes contra a pessoa, os efeitos da coesão social são, em média, duas vezes maiores do que os do controle social informal. Para os crimes contra o patrimônio, essa relação chega a ser oito vezes

superior. Além disso, as condições de surgimento da coesão social são reveladoras, haja vista que opõem vizinhanças ricas e pobres. Enquanto a coesão social é associada a mais desvantagens concentradas em comunidades pobres, a relação é a oposta em comunidades ricas, sendo que em ambos os casos os coeficientes foram significativos.

Uma evidência importante do contexto brasileiro foi a relevância do cinismo legal. Essa variável foi a melhor preditora da incidência criminal nas vizinhanças do DF. Especialmente relevante nos crimes contra a pessoa, o cinismo legal foi associado a chances 232% maiores de vitimização. Em conjunto com a avaliação dos serviços públicos, os mecanismos formais de controle social diferenciam as vizinhanças do DF. O cinismo legal representa uma configuração social associada a diferenças de classe. Os efeitos do cinismo legal são mais intensos e significativos em vizinhanças pobres. Em última medida, a decisão de chamar a polícia para resolver um problema local envolve diversos outros fatores de acordo com a vizinhança a ser atendida.

\*\*\*

O trabalho de campo em umas vizinhanças mais pobres do DF permitiu investigar as singularidades que envolvem o controle social a partir de entrevistas e grupos focais. Quatro características principais foram destacadas. Um ponto inicial foi a distinção entre o controle social em nível paroquial e em nível público. A supervisão de crianças e adolescentes foi uma das dimensões centrais do controle social em nível paroquial, com intrincadas e diversas estratégias dirigidas ao controle dos tempos, das atividades, das companhias, dos locais, das escolas de crianças e adolescentes na Estrutural. Os riscos percebidos dizem respeito ao envolvimento com o crime, particularmente envolvendo drogas, quer seja como vítimas ou ofensores. O fenômeno das mães crecheiras revelaram a centralidade do cuidado em relações de reciprocidade entre mulheres na vizinhança.

O controle social em nível público está associado à uma limitada capacidade de mobilização de recursos externos à vizinhança. A distribuição ecológica dos serviços públicos não privilegia as periferias do DF. A Estrutural se mostrou um bairro marcado por uma percepção de marginalização política e de cinismo legal de seus moradores. A percepção de que o Estado e seus serviços, a lei e seus agentes, estão indisponíveis ou pouco preparados para atenderem os moradores da vizinhança foi recorrente em diferentes relatos. O ceticismo não se limita às agências do sistema de justiça criminal, mas se estende a diferentes áreas do poder público. A presença de gangues na vizinhança não contribui com o desenvolvimento de estratégias comunitárias de proteção social. Pelo contrário, os efeitos desses grupos limita a adesão a práticas cívicas de controle em nível público. O medo de represálias se mostrou

marcante nas entrevistas. Muitas vezes, conhecer e confiar nos vizinhos implica em saber e, de certa forma, conviver com práticas ilegais. O compartilhamento de espaços, redes de relacionamento e conhecidos faz com que a proximidade do convívio limite iniciativas de controle social como a intervenção direta em casos de conflitos envolvendo os vizinhos.

\*\*\*

A realização desta pesquisa envolveu escolhas que refletiram limitações teórico-metodológicas de diferentes tipos. É, antes de tudo, importante identificá-las para que novas iniciativas partam, pelo menos, desses pontos no aperfeiçoamento de resultados e conclusões. Um primeiro ponto que destaco é diz respeito a limitações metodológicas na definição das vizinhanças. O levantamento dos dados estatísticos foi possível a partir de dados oficiais coletados em unidades geográficas (UISPs) que agregavam conjuntos de setores censitários. A relação entre as UISPs não era homogênea, observando principalmente características geográficas. As referências populacionais são importantes na representação de unidades de agregação com significância em relação à homogeneidade e à identificação com os espaços. Em alguns casos, a representatividade populacional foi mais de três vezes superior à média das demais. Apesar de não haver uma regra de ouro na definição de vizinhanças em pesquisas ecológicas, seria interessante observar iniciativas de pesquisa semelhantes que utilizassem outras medidas de agregação. Existem pesquisas que relatam setores censitários, ruas e faces de ruas em suas metodologias (HIPP; WO; KIM, 2017).

Outra limitação metodológica diz respeito ao emprego das escalas de variáveis teóricas. A eficácia coletiva e o cinismo legal foram construídas a partir de itens que carregavam coerência teórica com os conceitos e os construtos originais. Os resultados obtidos foram significativos em relação a pesquisas anteriores. Ainda assim, é possível que relações espúrias tenham sido captadas na forma como os itens foram agregados e utilizados nos modelos estatísticos. Os cuidados metodológicos foram adotados, como os testes de multicolinearidade, heterocedasticidade, normalidade multivariada, dentre outros. Ainda assim, a utilização de escalas adaptadas e referenciadas localmente por meio de instrumentos específicos e técnicas que envolvessem pré-testes, juízes e validação por grupos de controle seriam interessantes na composição de medidas mais próximas dos construtos originais. Aliadas à possibilidade de maior amostragem em nível vicinal, essa medida tornaria ainda mais robustos eventuais resultados obtidos.

Corolário do item anterior, a utilização de itens relacionados às variáveis teóricas, em especial a eficácia coletiva e o cinismo legal, adaptados ao contexto brasileiro seria uma iniciativa relevante de pesquisa futura. Por exemplo, a composição de itens relacionados à

coesão social que permitissem a diferenciação entre trocas de favores de natureza material e não-materiais seria interessante. De forma semelhante, as medidas de controle social informal poderiam ser compostas por elementos que extrapolassem a supervisão de crianças e adolescentes. Talvez, a relevância da dimensão pública no contexto brasileiro sugeriria a inclusão de itens que tratassem do acesso à justiça, confiança nas instituições e outros casos concretos de crimes e conflitos e a disposição de intervir de moradores da vizinhança.

Nesta tese, foi privilegiada a inserção no contexto escolar em virtude da ênfase conferida pelo quadro analítico da eficácia coletiva à supervisão de crianças e adolescentes. Os resultados demonstraram a relevância dessa dimensão na construção de controle social em comunidades locais como a Estrutural. A dimensão pública do controle, por sua vez, poderia ter sido enfatizada no trabalho de pesquisa de campo.

Em grande medida, a generalização da teoria da eficácia coletiva tem na relevância do binômio marginalização política e dependência do controle público uma dificuldade adicional no contexto brasileiro. Seria interessante aprofundar as discussões sobre a construção do controle social por meio de estratégias de mobilização social em outras áreas descritas nas entrevistas como que ‘precisam melhorar muito’ na Estrutural. A saúde e a assistência social são exemplos que contribuíram para a composição do quadro institucional e a investigação de seus impactos sobre a dimensão pública do controle. Esse ponto ficou evidente quando o conselheiro tutelar Paulo descreveu a frequência com que as pessoas o paravam para pedir auxílio em questões diversas. Uma espécie de economia do acesso aos serviços públicos começava a ser evidenciada. Assim, acredito que iniciativas futuras de pesquisa sobre a eficácia coletiva no contexto brasileiro devam conferir especial atenção à essa economia do acesso aos serviços públicos, também em áreas como a saúde e a educação. O potencial de contribuição dessa abordagem seria imenso.

Outra iniciativa de pesquisa relevante é a mudança de local para o outro extremo do paradoxo da eficácia coletiva no Brasil. A realização de trabalho de campo em vizinhanças marcadas pela coexistência entre baixa coesão social, medida como frequência de contatos, e reduzidos indicadores criminais seria um ponto de comparação interessante. Será que os mecanismos que informam a produção do controle social na Estrutural seriam semelhantes nesses bairros? Qual seria o grau de dependência em relação ao controle público? O cinismo legal desempenharia papel relevante? A supervisão de crianças e adolescentes teria atenção de redes de moradores? O papel das mulheres nessa supervisão e, logo, no controle social informal seria diferente? Essas são questões que se apresentariam numa iniciativa de pesquisa em um bairro que contrastasse com a Estrutural.

\*\*\*

Um dos pontos mais relevantes desta pesquisa é sua dimensão aplicada à mudança social. O conjunto de resultados desta tese indica que, apesar da complexidade que envolve o fenômeno criminal, existem iniciativas com muito potencial baseadas nas comunidades locais. Um aspecto central é a relevância das vizinhanças na definição dos problemas. Compreender as causas e consequências do crime não depende de uma perspectiva analítica, mas de uma plêiade de abordagens complementares. A perspectiva ecológica é uma delas e os resultados desta tese são um exemplo concreto disso. Assim, nesta parte final das conclusões, eu apresento algumas questões que me parecem importantes na produção de resultados sociais como o controle do crime.

Uma eloquente constatação das evidências coletadas pode ser formulada da seguinte forma: se a definição dos problemas pode ser construída a partir de uma perspectiva estrutural, a proposta de soluções também o pode [e talvez o deva]. Essa é uma afirmação que se baseia, antes de tudo, na lógica de definição de problemas e formas de ação. No caso do fenômeno criminal, o contexto brasileiro requer ainda mais atenção e urgência. O quadro é suficientemente dramático, injusto e desigual. Foram mais de 60 mil homicídios em média nos últimos anos. Esse é o patamar assumido há algumas décadas, sem tendência sustentável de redução. Logo, o fenômeno criminal deve ser encarado de formas diferentes. Uma dessas formas é lidar com suas causas de forma estrutural e não apenas localmente, de maneira individualizada e particularizada. Por exemplo, uma das variáveis associadas à redução criminal foi o acesso a serviços públicos em geral. Além de indicar a relevância de outras políticas públicas que não apenas as de segurança na redução das chances de vitimização, os resultados sugere que existe a necessidade de democratizar o acesso aos serviços públicos de forma geral e isso não é exclusivo de alguns bairros. Contudo, alguns grupos sociais [no caso, onde é mais acentuada a concentração de desvantagens] são diferencialmente afetados pela dificuldade de acesso aos serviços públicos, logo o foco das ações deve se voltado prioritariamente aos locais em que moram essas pessoas.

A relevância das escolas na construção de controle social nas vizinhanças é imensa. Ainda assim, mais da metade dos alunos da Estrutural tem de se deslocar para outras regiões para frequentarem a escola. Não é razoável que o controle criminal seja considerado apenas 'coisa de polícia'. O enfrentamento das complexas causas do crime tem na escola um local privilegiado de atuação. Para tanto, o investimento de políticas públicas de educação deve ser referenciado por necessidades locais, mas incluir medidas globais como a redução da evasão e

dos abandonos escolares. A oferta desses serviços à menor distância possível do local de moradia dos alunos é uma questão de respeito e razoabilidade.

Outro exemplo da abordagem estrutural na proposição de políticas públicas está na oferta de serviços de segurança. O cinismo legal foi a variável que melhor explicou a incidência de crimes no DF. Ou seja, os moradores de vizinhanças com maior nível de descrença e percepção de falta de legitimidade por parte da lei e de seus agentes registraram chances mais elevadas de vitimização. A elevação do nível de confiança e da percepção de que as polícias estão disponíveis para atender deve ser um objetivo estratégico da política de segurança pública. Isso não contraria iniciativas baseadas em perfis de criminosos ou em repressões a crimes específicos em locais também específicos. Pelo contrário, como dito inicialmente, a multiplicidade de abordagens apenas buscaria lidar com a complexidade do fenômeno. Contudo, a priorização de medidas relacionadas ao acesso à justiça não tem sido prioridade na gestão pública em segurança no Brasil. Aquilo que os dados evidenciam é que além de terem de ser elevadas na agenda pública, essas medidas devem ser feitas de forma estrutural, contemplando as instituições que integram o sistema como um todo. Qualquer que seja a denominação, a proximidade da lei e de seus agentes da população tem o potencial de ser a próxima revolução na segurança pública brasileira. Isso não significa que é algo fácil de ser feito.

Outra constatação dos resultados desta pesquisa é a relevância das estratégias de controle social informal na rotina diária das comunidades periféricas do DF. O exemplo das mães crecheiras na Estrutural indica como as pessoas aprendem a lidar com circunstâncias adversas por meio da mobilização comunitária. De forma semelhante, os moradores se ajudam no transporte de crianças, no conserto de casas, no reparo de ruas. O investimento em estratégias de fortalecimento da mobilização social em comunidades locais tende a mitigar as adversidades, direcionar recursos para necessidades e, com isso, maior pertencimento em relação à própria dimensão pública. Muitos moradores demonstraram ser reticentes a intervirem em casos de conflitos na vizinhança por medo de represálias. Outros deixam de intervir por acharem que esse 'é o trabalho da polícia'. Isso demonstra pouca intimidade com o engajamento cívico. Em última medida, pouco se sabe como fazer para participar. Não é novidade afirmar que o controle social das atividades públicas é um aspecto central da democracia. Em muitos casos, as instituições são impermeáveis. Com isso, iniciativas de mobilização como as mães crecheiras ficam limitadas e induzidas pela precariedade, quando o ciclo de produção poderia se dar de forma virtuosa por meio da efetiva participação social.

Por fim, outra constatação desta tese é que existe uma desigual concentração de problemas sociais no DF [não apenas!]. Retomando os dados do início da tese, as regiões onde

moram cerca de 31% da população concentraram 50% dos homicídios em 2014 (SSPDF, 2018a), 47% dos desempregados (CODEPLAN, 2015), 52% dos abandonos escolares (SEDF, 2018), 44% das reprovações escolares (SEDF, 2018), 61% dos analfabetos acima de 15 anos (CODEPLAN, 2015) e 46% dos casos de gravidezes de crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos (CODEPLAN, 2017). Anteriormente, esses dados são sucedidos por duas questões: Serão coincidências? Essa superposição de problemas sociais é aleatória? As respostas para ambas são obviamente negativas. A constatação disso, conforme indicam os resultados desta tese, é também a indicação que as estratégias para lidar com essas questões devem ser articuladas e focadas em nível territorial. Além disso, devem ser levadas em consideração características dos grupos sociais diferencialmente impactados pelos problemas. Uma abordagem contextual deve, em última medida, considerar as peculiaridades dos fenômenos a que se dirige. No caso do DF, os dados sugerem que as regiões em que moram 31% da população devem ser prioritariamente atendidas por uma série de políticas públicas. Inclusive de segurança pública!



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, Andrew. Of Time and Space: The Contemporary Relevance of the Chicago School. *Social Forces*, v. 75, n. 4, p. 1149–1182, 1997.

ABBOTT, Andrew. *Processual sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

AGNEW, Robert. Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. *Criminology*, v. 30, n. 1, p. 47–88, 1992.

AKERS, Ronald. *Deviant behavior: A social learning approach*. 2nd. ed. Belmont, California: Wadsworth Publishing Company, 1977.

AKERS, Ronald. *Social learning and social structure: A general theory of crime and deviance*. 1st. ed. New York, NY: Routledge, 2009.

ALLISON, Paul D. Multiple imputation for missing data: A cautionary tale. *Sociological methods & research*, v. 28, n. 3, p. 301–309, 2000.

ALMEIDA, Ronaldo De; D'ANDREA, Tiarajú; DE LUCCA, Daniel. Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. *Novos estudos CEBRAP*, n. 82, p. 109–130, 2008.

ALVES, José Eustáquio Diniz. A transição demográfica e a janela de oportunidade. *São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial*, 2008.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. *Tendências demográficas, dos domicílio e das famílias no Brasil*. *Aparte: Inclusão Social em Debate*, v. 24, 2012.

AMCHP. *Basic Indicator Information*. Washington, DC. Disponível em: <<http://www.bestbabieszone.org/>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

ANDERSON, Elijah. *Code of the Street*. New York, NY: Norton, 1999.

ANDRADE, Carla Coelho De. *Entre gangues e galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

ARIAS, E. D.; BARNES, N. Crime and plural orders in Rio de Janeiro, Brazil. *Current Sociology*, p. 1–18, 2016.

ARIAS, Enrique Desmond. Social Responses to Criminal Governance in Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Kingston, and Medellín. *Latin American Research Review*, v. 54, n. 1, p. 165–180, 2019.

ARIAS, Enrique Desmond; MONTT, Ximena Tocornal. Social disorganization and

neighbourhood effects in Latin America: Insights and Limitations. In: SALAHUB, Jennifer Erin; GOTTSBACHER, Markus; DE BOER, John (Eds.). **Social Theories of Urban Violence in the Global South: Towards Safe and Inclusive Cities**. New York, NY: Routledge, 2018. p. 121–138.

AUYERO, Javier; BERTI, María Fernanda. In **Harm's Way**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2016.

BAGOLIN, Izete Pengo; LOPES, Jaíza Gomes Duarte; VITCEL, Marlise Sozio. Pertinência, limites e desafios da adoção de linhas de pobreza absoluta ou relativa no Brasil e seus Estados. **Revista ESPACIOS**| Vol. 37 (Nº 09), 2016.

BANDURA, Albert. Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. **Psychological review**, v. 84, n. 2, p. 191, 1977.

BANDURA, Albert. **Self-efficacy: The exercise of control**. Macmillan, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Zahar, 2009.

BECK, Ulrich.; CRONIN, Ciaran. **Cosmopolitan vision**. Polity, 2014.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BELL, Andrew; JONES, Kelvyn; FAIRBROTHER, Malcolm. Understanding and misunderstanding group mean centering. **Quality and Quantity**, v. 52, n. 5, p. 2031–2036, 2018.

BELLAIR, Paul E. Social interaction and community crime: Examining the importance of neighbor networks. **Criminology**, v. 35, n. 4, p. 677–704, 1997.

BENDER FILHO, R.; BAGOLIN, I.; COMIM, F. V. Determinantes da permanência na condição de pobreza crônica: aplicação do modelo logit multinomial. **Ensaio FEE**, p. 467–494, 2010.

BERRY, Brian Joe Loble; KASARDA, John D. **Contemporary urban ecology**. New York, NY: Macmillan Publishing Company, 1977.

BLAU, Peter Michael; SCHWARTZ, Joseph E. **Crosscutting Social Circles Testing a Macrostructural Theory of Intergroup Relations**. Orlando, Florida: Academic Press, 1984.

BORGES, Dorian. Vitimização e Sentimento de Insegurança no Brasil em 2010: Teoria, análise e contexto. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 141–163, 2013.

BRAGA, Anthony A.; ANDRESEN, Martin A.; LAWTON, Brian. **The Law of Crime**

Concentration at Places: Editors' Introduction. *Journal of Quantitative Criminology*, v. 33, n. 3, p. 421–426, 2017.

BRENNER, Neil; MARCUSE, Peter; MAYER, Margit. **Cities for people, not for profit: Critical urban theory and the right to the city**. Routledge, 2012.

BRIGGS, Xavier de Souza. **Bridging networks, social capital, and racial segregation in America**. Harvard University, John F. Kennedy School of Government Cambridge, 2003.

BRIGGS, Xavier de Souza. Social capital and segregation in the United States. In: VARADY, David P. (Ed.). **Desegregating the city: Ghettos, enclave, and inequality**. New York, NY: State University of New York Press Albany, 2005. p. 79–107.

BRIGGS, Xavier de Souza; POPKIN, Susan J.; GOERING, John. **Moving to opportunity: The story of an American experiment to fight ghetto poverty**. Oxford University Press, 2010.

BRINGER, Joy D.; JOHNSTON, Lynne H.; BRACKENRIDGE, Celia H. Maximizing Transparency in a Doctoral Thesis1: The Complexities of Writing About the Use of QSR\*NVIVO Within a Grounded Theory Study. *Qualitative Research*, v. 4, n. 2, p. 247–265, 2004.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos Avançados*, [s. l.], v. 20, n. 57, p. 221–236, 2006.

BRITO, Fausto. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. **Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar**, v. 20, 2009.

BROWNING, Christopher R. Illuminating the Downside of Social Capital. *American Behavioral Scientist*, [s. l.], v. 52, n. 11, p. 1556–1578, 2009.

BROWNING, Christopher R.; FEINBERG, Seth L.; DIETZ, Robert D. The Paradox of Social Organization: Networks, Collective Efficacy, and Violent Crime in Urban Neighborhoods. *Social Forces*, v. 83, n. 2, p. 503–534, 2004.

BRUNTON-SMITH, Ian; JACKSON, Jonathan; SUTHERLAND, Alex. Bridging structure and perception. *British Journal of Criminology*, v. 54, n. 4, p. 503–526, 2014.

BRUNTON-SMITH, Ian; STURGIS, Patrick; LECKIE, George. How collective is collective efficacy? The importance of consensus in judgments about community cohesion and willingness to intervene. *Criminology*, v. 56, n. 3, p. 608–637, 2018.

BURGESS, Ernest W. The Growth of the city: an introduction to a research project. In: **The city**. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1925. p. 47–63

BURSIK JR, Robert J. The informal control of crime through neighborhood networks. *Sociological focus*, v. 32, n. 1, p. 85–97, 1999.

BURSIK JR, Robert J. Social sources of Delinquency and the Second Coming of Shaw and McKay. In: CULLEN, Francis T. et al. (Eds.). **Challenging Criminological Theory: The Legacy of Ruth Rosner Kornhauser**. New Brunswick, NY: Transaction Publishers, 2015. p. 105–116.

BURSIK JR, Robert J.; GRASMICK, Harold G. **Neighborhoods & crime**. 1st. ed. New York, NY: Lexington Books, 1993.

BURSIK, Robert J. Social Disorganization and Theories of Crime and Delinquency: Problems and Prospects. *Criminology*, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 519–552, 1988.

BUUREN, S. Van; GROOTHUIS-OUDSHOORN, Karin. MICE: Multivariate imputation by chained equations in R. *Journal of statistical software*, p. 1–68, 2010.

BYRNE, James M.; SAMPSON, Robert J. **The social ecology of crime**. New York, NY: Springer-Verlag New York, 1986.

CAIADO, Maria Célia Silva. Estruturação intra-urbana e respostas sociodemográficas: a diferenciação socioespacial da população na região do Distrito Federal e entorno. *Série Textos NEPO*, n. 50, p. 157, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia (ED.). **Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2014.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; FERNANDES, Daniele. A população brasileira e seus movimentos ao longo do século XX. In: CAMARANO, Ana Amélia (Ed.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2014. p. 81–116.

CARDIA, Nancy. Violação de direitos e violência: relações entre qualidade de vida urbana, exposição à violência e capital social. **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 325–356, 2004.

CARNEIRO, Leandro Piquet. **Determinantes do crime na América Latina: Rio de Janeiro e São Paulo** Relatório de Pesquisa. Departamento de Ciência Política/USP. São Paulo, SP.

CARNEIRO, Leandro Piquet. **Violent Crime in Latin America Cities: Rio De Janeiro and São Paulo**. January, 2000.

CARNEIRO, Leandro Piquet; YOUNG, Clifford. **Contextual effects on criminal**

**victimization risks: estimating the impact of social disorganization:** Trabalho apresentado no 31º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú, MG.

CARR, Patrick J. The New Parochialism: The Implications of the Beltway Case for Arguments Concerning Informal Social Control. *American Journal of Sociology*, v. 108, n. 6, p. 1249–1291, 2003.

CARR, Patrick J. **Clean Streets: Controlling Crime, Maintaining Order, and Building Community Activism.** New York, NY: NYU Press, 2005.

CERDÁ, Magdalena; MORENOFF, Jeffrey. **Investigating the influence of neighborhood context on levels of violence in Medellín and Chicago.** In: Annual Meeting of the Population Association of America. 2007.

CERQUEIRA, Daniel. **Mapa dos homicídios ocultos no Brasil.** Brasília, DF: Texto para Discussão 1848, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2017.** Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2017.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2018.** Brasília-DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2018.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2019.** Brasília-DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2018.

CHOUHY, Cecilia. **Collective Efficacy and Community Crime Rates: A Cross-National Test of Rival Models.** Dissertation for the degree of Doctor of Philosophy in Criminal Justice. University of Cincinnati, 2016.

CODEPLAN. **Evolução dos Movimentos Migratórios para o Distrito Federal: 1959-2010.** Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Demografia\\_em\\_Foco\\_7-Evolução\\_dos\\_Movimentos\\_Migratórios\\_para\\_o\\_Distrito\\_Federal-1959-2010.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Demografia_em_Foco_7-Evolução_dos_Movimentos_Migratórios_para_o_Distrito_Federal-1959-2010.pdf)>.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Microdados.** 2015. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2015/>>.

CODEPLAN. **Anuário Estatístico do Distrito Federal** Brasília, DF Codeplan, , 2017. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/anuario-estatistico-do-distrito-federal/>>

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - Microdados.** 2019. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2018/>>.

COHEN, Lawrence E.; FELSON, Marcus. Social change and crime rate trends: A routine

activity approach. *American sociological review*, [s. l.], p. 588–608, 1979.

COHN, Ellen G.; FARRINGTON, David P. Scholarly Influence in Criminology and Criminal Justice Journals in 1990–2005. *Criminal Justice Review*, v. 37, n. 3, p. 360–383, 2012.

COLEMAN, JS. *Foundations of social theory*. Belknap Press, 1994.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. *Designing and conducting mixed methods research*. Sage publications, 2017.

CULLEN, Francis T.; WILCOX, Pamela. *Introduction: The Legacy of Ruth Rosner Kornhauser*. Transaction Publishers, 2015. v. 1

CULLEN, Francis T.; WRIGHT, John; BLEVINS, Kristie. *Taking stock: The status of criminological theory*. New Brunswick, NY: Transaction Publishers, 2008. v. 15

DA CRUZ, Wilson Jose Antonio. *Os entraves para o surgimento da eficácia coletiva: um estudo de casos em um aglomerado de Belo Horizonte*. 2010. UFMG, 2010.

DE LEEUW, Jan; MEIJER, Erik; GOLDSTEIN, Harvey. *Handbook of multilevel analysis*. New York: Springer, 2008.

DE MIRANDA-RIBEIRO, Adriana; GARCIA, Ricardo Alexandrino. Transições da fecundidade no Brasil: uma análise à luz dos diferenciais por escolaridade. *Anais*, p. 1–17, 2016.

DE OLIVEIRA, Valéria Cristina; RODRIGUES, Corinne Davis. Desorganización, vecindarios y la intervención del control social. *Estudios Sociológicos*, p. 755–792, 2013.

DELANTY, Gerard. *Community*. 2nd. ed. London: Routledge, 2012.

DEMARS, Christine. *Item response theory*. New York, NY: Oxford University Press, 2010.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

EASTERLIN, Richard A. *Birth and fortune: The impact of numbers on personal welfare*. University of Chicago Press, 1987.

EDDINGS, W.; MARCHENKO, Y. Diagnostics for multiple imputation in Stata. *Stata Journal*, College Station, TX, v. 12, n. 3, p. 353–367, 2012.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Volume 2: Formação do Estado e Civilização*. Jorge Zahar Editor, 1993.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.

ELLIOTT, Anthony; TURNER, Bryan S. *On Society*. Cambridge: Polity, 2012.

- ENDERS, Craig K. **Applied missing data analysis**. New York, NY: The Guilford Press, 2010.
- ENDERS, Craig K.; TOFIGHI, Davood. Centering predictor variables in cross-sectional multilevel models: a new look at an old issue. **Psychol Methods**, v. 12, n. 2, p. 121–138, 2007.
- ENDERS, Craig K.; TOFIGHI, Davood. Centering predictor variables in cross-sectional multilevel models: a new look at an old issue. *Psychological methods*, v. 12, n. 2, p. 121, 2007.
- FIELD, A. **Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics**. Sage, 2014.
- FORSTALL, Richard L. **Population of States and Counties of the United States: 1790-1990**. Springfield.
- GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **Discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research**. Routledge, 2017.
- GOTTFREDSON, Michael R.; HIRSCHI, Travis. **A general theory of crime**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1990.
- GRAHAM, Douglas H.; MERRICK, Thomas William. **População e desenvolvimento econômico no Brasil: de 1800 até a atualidade**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1981.
- GRAHAM, John W. Missing Data Analysis: Making It Work in the Real World. **Annual Review of Psychology**, v. 60, n. 1, p. 549–576, 2008.
- GRAHAM, John W.; OLCHOWSKI, Allison E.; GILREATH, Tamika D. How many imputations are really needed? Some practical clarifications of multiple imputation theory. **Prevention science**, v. 8, n. 3, p. 206–213, 2007.
- GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties: A network theory revisited. **Sociological theory**, p. 201–233, 1983.
- GREENBERG, Stephanie; ROHE, William M.; WILLIAMS, Jay R. Safe and secure neighborhoods: Physical characteristics and informal territorial control in high and low crime neighborhoods—Final report. **NCJ**, v. 81044, 1982.
- GRILLI, Leonardo; RAMPICHINI, Carla. A handful of critical choices in multilevel modelling. **BEIO**, v. 24, n. 1, p. 7–24, 2018.
- GÜNTHER, Hartmut; ELALI, Gleice A.; PINHEIRO, José Q. A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações. **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**, v. 1, p. 369–380, 2008.
- HAGAN, John. **Who are the criminals?: The politics of crime policy from the age of Roosevelt to the age of Reagan**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2012.

- HAIR, Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6ª ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.
- HARDOUIN, J. B.; BONNAUD-ANTIGNAC, A.; SÉBILLE, V. Nonparametric item response theory using Stata. **Stata Journal**, College Station, TX, v. 11, n. 1, p. 30–51, 2011.
- HARRÉ, Rom. **Philosophical aspects of the micro-macro problem**. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- HEATH, Helen; COWLEY, Sarah. Developing a grounded theory approach: a comparison of Glaser and Strauss. **International journal of nursing studies**, v. 41, n. 2, p. 141–150, 2004.
- HEISIG, Jan Paul; SCHAEFFER, Merlin; GIESECKE, Johannes. The costs of simplicity: Why multilevel models may benefit from accounting for cross-cluster differences in the effects of controls. **American Sociological Review**, v. 82, n. 4, p. 796–827, 2017.
- HIPP, John R. Block, tract, and levels of aggregation: Neighborhood structure and crime and disorder as a case in point. **American Sociological Review**, v. 72, n. 5, p. 659–680, 2007.
- HIPP, John R. Collective efficacy: How is it conceptualized, how is it measured, and does it really matter for understanding perceived neighborhood crime and disorder? **Journal of Criminal Justice**, v. 46, p. 32–44, 2016a.
- HIPP, JOHN R. General Theory of Spatial Crime Patterns. **Criminology**, [s. l.], v. 54, n. 4, p. 653–679, 2016b.
- HIPP, John R.; WICKES, Rebecca. Problems, perceptions and actions: An interdependent process for generating informal social control. **Social Science Research**, 2018.
- HIPP, John R.; WO, James C.; KIM, Young-An. Studying neighborhood crime across different macro spatial scales: The case of robbery in 4 cities. **Social Science Research**, [s. l.], v. 68, p. 15–29, 2017.
- HIRSCHI, Travis. A control theory of delinquency. **Criminology theory: Selected classic readings**, p. 289–305, 1969.
- HOFMANN, David A.; GAVIN, Mark B. Centering decisions in hierarchical linear models: Implications for research in organizations. **Journal of Management**, v. 24, n. 5, p. 623–641, 1998.
- HOLANDA, Frederico De et al. A configuração da Área Metropolitana de Brasília. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz et al. (Eds.). **Brasília: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2015. p. 64–98.
- HUNTER, Albert. Private, parochial and public social orders: The Problem of Crime and incivility in urban communities. **The challenge of social control: Citizenship and institution**



building in modern society, p. 230–242, 1985.

HUTCHESON, Graeme GD Graeme GD; SOFRONIOU, Nick. **The multivariate social scientist: Introductory statistics using generalized linear models**. Sage, 1999.

HUTCHISON, Andrew John; JOHNSTON, Lynne Halley; BRECKON, Jeff David. Using QSR-NVivo to facilitate the development of a grounded theory project: an account of a worked example. **International journal of social research methodology**, v. 13, n. 4, p. 283–302, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1940**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1940. Disponível em: <<http://tinyurl.com/censo1940>>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Experimental de Brasília**. Rio de Janeiro, RJ.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1970**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1973. Disponível em: <<http://tinyurl.com/censo1970>>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1999.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000 - documentação dos microdados da amostra**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010 - documentação dos microdados da amostra**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população do Brasil por idade e sexo para o período 2000/2060**, 2013. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao\\_da\\_Populacao/Projecao\\_da\\_Populacao\\_2013/nota\\_metodologica\\_2013.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2013/nota_metodologica_2013.pdf)>

ICHIKAWA, Kayoko; FUJIWARA, Takeo; KAWACHI, Ichiro. It takes a village: Fixed-effects analysis of neighborhood collective efficacy and children's development. **Journal of Epidemiology**, [s. l.], v. 27, n. 8, p. 368–372, 2017.

JANSEN, Ivy et al. The nature of sensitivity in monotone missing not at random models. **Computational statistics & data analysis**, v. 50, n. 3, p. 830–858, 2006.

JIANG, Shanhe; LAND, Kenneth C.; WANG, Jin. Social ties, collective efficacy and perceived neighborhood property crime in Guangzhou, China. **Asian Journal of Criminology**, v. 8, n. 3, p. 207–223, 2013.

JONASSEN, Christen T. Cultural variables in the ecology of an ethnic group. **American Sociological Review**, v. 14, n. 1, p. 32–41, 1949.

- KASARDA, John D.; JANOWITZ, Morris. Community attachment in mass society. **American sociological review**, p. 328–339, 1974.
- KIM, Young-An. Examining the relationship between the structural characteristics of place and crime by imputing census block data in street segments: Is the pain worth the gain? **Journal of Quantitative Criminology**, v. 34, n. 1, p. 67–110, 2018.
- KIRK, David S.; LAUB, John H. Neighborhood Change and Crime in the Modern Metropolis. **Crime and Justice**, v. 39, n. 1, p. 441–502, 2010.
- KIRK, David S.; PAPACHRISTOS, Andrew V. Cultural mechanisms and the persistence of neighborhood violence. **American Journal of Sociology**, v. 116, n. 4, p. 1190–1233, 2011.
- KIRSCHBAUM, Charles. Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, 2013.
- KORNHAUSER, R. **Social sources of delinquency: an appraisal of analytic models**. Chicago, IL: University of Chicago Press Chicago, 1978.
- KREFT, I. G. G.; DE LEEUW, J.; AIKEN, Leona S. The effect of different forms of centering in hierarchical linear models. **Multivariate Behavioral Research**, v. 30, n. 30, p. 1–21, 1995.
- KUBRIN, Charis E.; WEITZER, Ronald. New directions in social disorganization theory. **Journal of research in crime and delinquency**, v. 40, n. 4, p. 374–402, 2003.
- LAURITSEN, Janet L. et al. Methods for counting high-frequency repeat victimizations in the national crime victimization survey. **Washington, DC: Bureau of Justice Statistics**, 2012.
- LAURITSEN, Janet L.; CORK, Daniel L. Expanding Our Understanding of Crime: The National Academies Report on the Future of Crime Statistics and Measurement. **Criminology and Public Policy**, v. 16, n. 4, p. 1075–1098, 2017.
- LAURITSEN, Janet L.; REZEY, Maribeth L. Measuring the prevalence of crime with the national crime victimization survey. **Bureau of Justice Statistics, US Department of Justice, Washington DC**, n. September, p. 27, 2013.
- LEVERENTZ, Andrea M. **The ex-prisoner's dilemma: how women negotiate competing narratives of reentry and desistance**. [s.l.] : Rutgers University Press, 2014.
- LEVERENTZ, Andrea; WILLIAMS, Monica. Contextualizing Community Crime Control: Race, Geography, and Configurations of Control in Four Communities. **Criminology**, v. 55, n. 1, p. 112–136, 2017.
- LITTLE, Roderick J. A.; RUBIN, Donald B. **Statistical analysis with missing data**. 2nd. ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2014. v. 333

LOWENKAMP, Christopher T.; CULLEN, Francis T.; PRATT, Travis C. Replicating Sampson and Groves's test of social disorganization theory: Revisiting a criminological classic. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 40, n. 4, p. 351–373, 2003.

MAAS, Cora J. M.; HOX, Joop J. Sufficient sample sizes for multilevel modeling. *Journal of Research Methods for the Behavioral and Social Sciences*, v. 1, n. 3, p. 86, 2005.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta. *Sociedade e Estado*, v. 10, n. 2, p. 493–511, 1995.

MARCUS, Felson; LAWRENCE, Cohen. Human Ecology and Crime: A Routine Activity Approach. *Human Dimensions of Wildlife*, v. 8, n. 4, p. 389–406, 1980.

MATSUEDA, Ross L. Differential social organization, collective action, and crime. *Crime, Law and Social Change*, v. 46, n. 1–2, p. 3–33, 2006.

MATSUEDA, Ross L. Social structure, culture, and crime: Assessing Kornhauser's challenge to criminology. In: CULLEN, Francis T. et al. (Eds.). *Challenging Criminological Theory: The Legacy of Ruth Rosner Kornhauser*. New Brunswick, NY: Transaction Publishers, 2015. p. 117–143.

MATSUEDA, Ross L. Toward an Analytical Criminology: the Micro–Macro Problem, Causal Mechanisms, and Public Policy. *Criminology*, v. 55, n. 3, p. 493–519, 2017.

MATTOS, Marcio J. S. Efeitos vizinhança e eficácia coletiva: a relevância do contexto na explicação sociológica. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 33, n. 1, p. 293–299, 2018.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

MAYER, Margit. The onward sweep of social capital: causes and consequences for understanding cities, communities and urban movements. *International journal of urban and regional research*, v. 27, n. 1, p. 110–132, 2003.

MAZEROLLE, Lorraine; WICKES, Rebecca; MCBROOM, James. Community variations in violence: The role of social ties and collective efficacy in comparative context. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 47, n. 1, p. 3–30, 2010.

MERTON, Robert K. Social Structure and Anomie. *American Sociological Review*, v. 3, n. 5, p. 672–682, 1938.

MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Zahar Rio de Janeiro, 2009.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Pesquisa Nacional de Vitimização* Brasília, DF, 2012.

MISSE, Michel. Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima: Comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: < <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/Sobre%20a%20sociabilidade%20violenta%20de%20Machado.pdf> >.

MISSE, Michel. **Malandros, Marginais e Vagabundos: A Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Editora Lumen Juris, 2006.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 3, 2008.

MISSE, Michel. Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 79, n. 79, p. 235–244, 2010.

MOHLER, George et al. Reducing Bias in Estimates for the Law of Crime Concentration. **Journal of Quantitative Criminology**, p. 1-19, 2019.

MORENOFF, JEFFREY D.; SAMPSON, ROBERT J.; RAUDENBUSH, STEPHEN W. Neighborhood Inequality, Collective Efficacy, and the Spatial Dynamics of Urban Violence. **Criminology**, v. 39, n. 3, p. 517–558, 2001.

MORSE, Janice M.; FIELD, Peggy Annecoaut. **Qualitative research methods for health professionals**. 1995.

NEWMAN, Daniel A. Missing Data: Five Practical Guidelines. **Organizational Research Methods**, v. 17, n. 4, p. 372–411, 2014.

NUNES, Brasilmar Ferreira; COSTA, Arthur. Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social. **Cadernos Metr pole**, v. 17, n. 17, p. 35–57, 2007.

NÚÑEZ, Javier; TOCORNAL, Ximena; HENRÍQUEZ, Pablo. Determinantes individuales y del entorno residencial en la percepción de seguridad en barrios del Gran Santiago, Chile. **Revista invi**, v. 27, n. 74, p. 87–120, 2012.

O’BRIEN, Daniel Tumminelli. Using small data to interpret big data: 311 reports as individual contributions to informal social control in urban neighborhoods. **Social Science Research**, v. 59, p. 83–96, 2016.

O’BRIEN, Daniel Tumminelli; SAMPSON, Robert J.; WINSHIP, Christopher. Econometrics in the Age of Big Data Measuring and Assessing “Broken Windows” Using Large-scale Administrative Records. **Sociological Methodology**, v. 45, n. 1, p. 101–147, 2015.

O'DONNELL, Guillermo; WOLFSON, Leandro. Acerca del estado, la democratización y algunos problemas conceptuales: Una perspectiva latinoamericana con referencias a países poscomunistas. *Desarrollo Econômico*, v. 33, n. 130, p. 163–184, 1993.

OLIVEIRA, Valéria Cristina. *Revisão Sistêmica da Teoria da Desorganização Social: Um estudo sobre vitimização em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba*. 2009. UFMG, Belo Horizonte - MG, 2009.

OLIVEIRA, Valéria Cristina; RODRIGUES, Corinne Davis. Investigando percepções sobre mobilização comunitária e crime no Brasil. In: 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA 2017, Brasília-DF. *Anais...* Brasília-DF

ORREGO, Juan Fernando Muneton. *Vila Estrutural uma abordagem sobre ocupação e a produção do espaço*. 2013. Dissertação (mestrado)—Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2013.

PAPACHRISTOS, Andrew V.; HUREAU, David M.; BRAGA, Anthony A. The Corner and the Crew: The Influence of Geography and Social Networks on Gang Violence. *American Sociological Review*, [s. l.], v. 78, n. 3, p. 417–447, 2013.

PARK, Robert E. The city: Suggestions for the investigation of human behavior in the city environment. *American journal of sociology*, v. 20, n. 5, p. 577–612, 1915.

PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W.; MCKENZIE, Roderick Duncan. *The city*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1968.

PASQUALI, Luiz; PRIMI, Ricardo. Fundamentos da teoria da resposta ao item: TRI. Avaliação Psicológica: *Interamerican Journal of Psychological Assessment*, v. 2, n. 2, p. 99–110, 2003.

PATTILLO-MCCOY, Mary. Church culture as a strategy of action in the black community. *American Sociological Review*, p. 767–784, 1998.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes antropológicos*, n. 42, p. 377–391, 2014.

PETERSON, Ruth D.; KRIVO, Lauren J.; HAGAN, John. *The many colors of crime: Inequalities of race, ethnicity, and crime in America*. NYU Press, 2006.

PEUGH, James L. A practical guide to multilevel modeling. *Journal of School Psychology*, v. 48, n. 1, p. 85–112, 2010.

PLUMPTON, Catrin O. et al. Multiple imputation of multiple multi-item scales when a full imputation model is infeasible. *BMC Research Notes*, London, v. 9, p. 45, 2016.

PORTES, Alejandro. Social capital: Its origins and applications in modern sociology. **Annual review of sociology**, v. 24, n. 1, p. 1–24, 1998.

PORTES, Alejandro; HOFFMAN, Kelly. Latin American class structures: Their composition and change during the neoliberal era. **Latin American Research Review**, p. 41–82, 2003.

PRATES, Antônio Augusto Pereira. Redes sociais em comunidades de baixa renda: os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 5, p. 1117–1146, 2009.

PRATT, Travis C.; CULLEN, Francis T. Assessing Macro-Level Predictors and Theories of Crime: A Meta-Analysis. **Crime and Justice**, v. 32, p. 373–450, 2005.

PUTNAM, Robert. The prosperous community: social capital and public life. **The american prospect**, v. 13, n. Spring, Vol. 4. 1993.

PUTNAM, Robert D. Bowling Aalone: The Collapse and Revival of American Community. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 1–18, 2000.

RABE-HESKETH, Sophia; SKRONDAL, Anders. **Multilevel and longitudinal modeling using Stata. Volume II: Categorical Responses, Counts, and Survival**. 3rd. ed. College Station, Texas: STATA press, 2012.

RAGHUNATHAN, Trivellore E. What do we do with missing data? Some options for analysis of incomplete data. **Annu. Rev. Public Health**, v. 25, p. 99–117, 2004.

RAUDENBUSH, Stephen et al. **HLM 7 Manual**. Lincolnwood, IL: Scientific Software International Inc, 2011.

RAUDENBUSH, Stephen W.; BRYK, Anthony S. **Hierarchical linear models: Applications and data analysis methods**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2002.

RAUDENBUSH, Stephen W.; SAMPSON, Robert J. Ecometrics: Toward a Science of Assessing Ecological Settings, With Application to the Systematic Social Observation of Neighborhoods. **Sociological Methodology**, v. 29, n. 1, p. 1–41, 2002.

REEVE, Bryce B.; FAYERS, Peter. Applying item response theory modeling for evaluating questionnaire item and scale properties. In: FAYERS, Peter; HAYS, R. D. (Eds.). **Assessing quality of life in clinical trials: methods of practice**. 2nd. ed. New York, NY: Oxford University Press, 2005. v. 2p. 55–73.

REISS, Albert J. Delinquency as the failure of personal and social controls. **American Sociological Review**, v. 16, n. 2, p. 196–207, 1951.

REISS JR, Albert J. Why are communities important in understanding crime? **Crime and**

*justice*, v. 8, p. 1–33, 1986.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: **A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 17–40.

ROCHA, Rafael Lacerda Silveira. **Vinganças, guerras e retaliações: Um estudo sobre o conteúdo moral dos homicídios de caráter retaliatório nas periferias de Belo Horizonte**. 2017. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

RODRIGUES, Corine Davis; DE OLIVEIRA, Valéria Cristina. Medo de crime, integração social e desordem: uma análise da sensação de insegurança e do risco percebido na capital de minas gerais. **Revista Teoria & Sociedade**, 2012.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; RAMON, Fabiola; SILVA, Ana Paula Soares. Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. **Cadernos de Pesquisa**, v. 115, n. 3, 2002.

RUBIN, Donald B. **Multiple imputation for nonresponse in surveys**. New Jersey: John Wiley & Sons, 1987.

RUBIN, Donald B. Multiple imputation after 18+ years. **Journal of the American statistical Association**, v. 91, n. 434, p. 473–489, 1996.

SAMEJIMA, Fumiko. Graded response models. In: **Handbook of Item Response Theory, Volume One**. Chapman and Hall/CRC, 2016. p. 123–136.

SAMPSON, ROBERT J, MORENOFF, JEFFREY D., EARLS, Felton. Beyond Social Capital : Spatial Dynamics of Collective Efficacy for Children. **American Sociological Review**, v. 64, n. 5, p. 633–660, 1999.

SAMPSON, Robert J. How does community context matter? Social mechanisms and the explanation of crime. In: WIKSTROM, Per-Olof H.; SAMPSON, Robert J. (Eds.). **The explanation of crime**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006. p. 31–60.

SAMPSON, Robert J. Collective efficacy theory: Lessons learned and directions for future inquiry. In: CULLEN, Francis T.; WRIGHT, John P.; BLEVINS, Kristie (Eds.). **Taking Stock: the status of criminological theory**. 1. ed. New Brunswick, NY: Transactions New Brunswick, NJ, 2008. v. 15p. 149–167.

SAMPSON, Robert J. 2010. Collective Efficacy Theory. In *Encyclopedia of Criminological Theory*. Volume 2, eds. Francis T. Cullen and Pamela Wilcox, Sage Publications.

SAMPSON, Robert J. **Great American city: Chicago and the enduring neighborhood effect**.

Chicago, IL: University of Chicago Press, 2012.

SAMPSON, Robert J. The Place Of Context: A Theory And Strategy For Criminology's Hard Problems. *Criminology*, v. 51, n. 1, p. 1–31, 2013.

SAMPSON, Robert J.; BARTUSCH, Dawn Jeglum. Legal cynicism and (subcultural?) Tolerance of deviance: The neighborhood context of racial differences. *Law & Society Review*, v. 32, n. 4, p. 777–804, 1998.

SAMPSON, Robert J.; GROVES, W. Byron. Community Structure and Crime: Testing Social-Disorganization Theory. *American Journal of Sociology*, v. 94, n. 4, p. 774–802, 1989.

SAMPSON, Robert J.; LAUB, John H. Crime and Deviance over the Life Course: The Salience of Adult Social Bonds. *American Sociological Review*, v. 55, n. 5, p. 609, 1990.

SAMPSON, Robert J.; LAUB, John H. **Crime in the making: Pathways and turning points through life**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

SAMPSON, Robert J.; MORENOFF, Jeffrey D.; GANNON-ROWLEY, Thomas. Assessing "Neighborhood Effects": Social Processes and New Directions in Research. *Annual Review of Sociology*, v. 28, n. 2002, p. 443–478, 2002.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W. Systematic Social Observation of Public Spaces: A New Look at Disorder in Urban Neighborhoods. *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 3, p. 603–651, 1999.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W.; EARLS, Felton. Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy. *Science*, v. 277, n. 5328, p. 918–924, 1997.

SAMPSON, Robert J.; WIKSTRÖM, Per-Olof. The social order of violence in Chicago and Stockholm neighborhoods: a comparative inquiry. In: KALYVAS, S. N.; SHAPIRO, I.; MASOUD, T. (Eds.). **Order, conflict, and violence**. New York, NY: Cambridge University Press, 2008. p. 97–119.

SAMPSON, Robert J.; WILSON, William J. Race, Crime, and Justice. In: HAGAN, John; PETERSON, Ruth D. (Eds.). **Race, crime, and justice: A reader**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2005. v. 1995p. 37–54.

SAMPSON, Robert J.; WILSON, William Julius. Toward a theory of race, crime, and urban inequality. In: GABBIDON, Shaun; GREENE, Helen (Eds.). **Race, crime, and justice: A reader**. New York, NY: Routledge, 1995. p. 37–56.

SANTOS, Caroline Soares. **Área de risco ou área de rico: teorias sobre política, direito e**



respeito na Cidade Estrutural. 2014. Tese de Doutorado em Sociologia na Universidade de Brasília, 2014.

SARGEANT, Elise et al. Social capital and fear of crime in Brisbane. *Journal of Sociology*, v. 53, n. 3, p. 637–652, 2017.

SARGEANT, Elise Bryana. Policing and collective efficacy: the way police effectiveness, legitimacy and police strategies explain variations in collective efficacy. 2012.

SARTRE, Jean Paul. *Saint Genet: comédien et martyr*. Gallimard, 1952.

SCHAFER, Joseph L.; GRAHAM, John W. Missing data: our view of the state of the art. *Psychological methods*, v. 7, n. 2, p. 147, 2002.

SCHNELL, Cory; BRAGA, Anthony A.; PIZA, Eric L. The Influence of Community Areas, Neighborhood Clusters, and Street Segments on the Spatial Variability of Violent Crime in Chicago. *Journal of Quantitative Criminology*, v.33, n.3, p. 469-496, 2017.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. *Escola de gestão compartilhada*. 2019. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/fique-por-dentro-do-projeto-piloto-escola-de-gestao-compartilhada/>>.

SEDF. *Dados estatísticos*. Brasília, DF, 2018.

SHAW, C.; MCKAY, H. *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SHAW, Clifford R. *The Jack-Roller: A delinquent boy's own story*. Chicago: University of Chicago Press, 1930.

SHJARBACK, John A.; NIX, Justin; WOLFE, Scott E. The Ecological Structuring of Police Officers' Perceptions of Citizen Cooperation. *Crime and Delinquency*, p. 1–28, 2017.

SHOEMAKER, Donald J. *Theories of delinquency: An examination of explanations of delinquent behavior*. Sixth Edit ed. New York, NY: Oxford University Press, 2010.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves Da. *Coesão social, desordem percebida e vitimização em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil*. 2004. Universidade Federal de Minas Gerais, [s. l.], 2004.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves Da. Social Disorganization and Crime: Searching for the Determinants of Crime at the Community Level. *Latin American Research Review*, [s. l.], v. 49, n. 3, p. 218–230, 2014.

SILVA, Luiz Antonio Machado Da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da

criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e estado*, v. 19, n. 1, p. 53–84, 2004. b.

SILVA, Luci; ELIAS, De Norbert. *Processo e Figuração: Um estudo sobre a Sociologia de Norbert Elias*. 2010. Universidade Estadual de Campinas, 2010.

SILVA, Tiago Aragão. *Na luta pela cidade: notas sobre o processo de consolidação do espaço urbano e político da cidade da Estrutural*. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2008.

SLATER, Tom. Capitalist urbanization affects your life chances: Exorcising the ghosts of ‘Neighbourhood Effects’”. In: MANLEY, David et al. (Eds.). *Neighbourhood Effects or Neighbourhood Based Problems?* 1st. ed. Dordrecht: Springer Netherlands, 2013.

SLOVIC, Paul. Perceptions of risk. *International Review of Victimology*, v. 236, n. 3, p. 280–285, 1987.

SNIJDERS, Tom A. B.; BOSKER, Roel J. Standard Errors and Sample Sizes for Two-Level Research. *Journal of Educational Statistics* v. 18, n. 3, p. 237–259, 1993.

SNIJDERS, Tom; BOSKER, Roel. *Multilevel analysis: An introduction to basic and applied multilevel analysis*. 2nd. ed. London: Sage Publishers, 2012.

SNODGRASS, Jon. Clifford Shaw and Henry D. McKay: Chicago Criminologists. *The British Journal of Criminology*, v. 16, n. 1, p. 1–19, 1976.

SOUTH, Scott J.; MESSNER, Steven F. Crime and Demography: Multiple Linkages, Reciprocal Relations. *Annual Review of Sociology*, v. 26, n. 1, p. 83–106, 2000.

SPARROW, Malcolm K. *Handcuffed: What holds policing back, and the keys to reform*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2016.

SSCC. *Social Science Computing Cooperative*. 2018. Disponível em: <<https://www.ssc.wisc.edu/sscc/statconsult.htm>>.

SSPDF. *Estatísticas e Relatórios Temáticos*. 2018a. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/estatisticas/>>.

SSPDF, Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal-. *Série histórica de estatísticas criminais do Distrito Federal - 2000 a 2017*. 2018b. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/estatisticas/estatisticas-oficiais/serie-historica.html>>.

ST. JEAN, Peter K. B. *Pockets of crime: Broken windows, collective efficacy, and the criminal point of view*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2008.

STAFFORD, Mark. Review of Social Sources of Delinquency: An Appraisal of Analytic Models by Ruth Kornhauser. **Contemporary Sociology**, v. 10, n. 232, 1981.

STATA CORP. **Stata Multilevel mixed-effects reference manual**. 13<sup>a</sup> ed. College Station, Texas: Stata Press, 2013.

STUART, Forrest. **Down Out & Under Arrest: Policing and Everyday Life in Skid Row** Chicago University of Chicago Press, 2016.

SUTHERLAND, Edwin Hardin. Development of the Theory. In: SCHUESSLER, Karl (Ed.). **Edwin H. Sutherland on Analyzing Crime**. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SUTHERLAND, Edwin Hardin. **On Analyzing Crime**. Edwin H. Sutherland. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1973.

SUTHERLAND, Edwin Hardin; CRESSEY, Donald R. **Principles of criminology** Philadelphia Lippincott, , 1955.

SUTTLES, Gerald D. **The social construction of communities**. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

SWIDLER, Ann. Culture in action: Symbols and strategies. **American sociological review**, p. 273–286, 1986.

TABACHNICK, Barbara G.; FIDELL, Linda S.; ULLMAN, Jodie B. **Using multivariate statistics**. Boston, MA: Pearson, 2013.

THOMAS, David R. A general inductive approach for analyzing qualitative evaluation data. **American journal of evaluation**, v. 27, n. 2, p. 237–246, 2006.

TONNIES, Ferdinand. **Community and Civil Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1957.

UNODC. **Manual on victimization surveys**. 2010.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda Forte. A Metr pole de Brasília na transi o demográfica brasileira. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz et al. (Eds.). **Brasília: transforma es na ordem urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2015. p. 151–176.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda Forte. Transi o demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 21, n. 4, p. 539–548, 2012.

VELEZ, Maria B. The role of public social control in urban neighborhoods: A multilevel

analysis of victimization risk. *Criminology*, v. 39, n. 4, p. 837-864, 2001.

VENKATESH, Sudhir Alladi. The Social Organization of Street Gang Activity in an Urban Ghetto. *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 1, p. 82-111, 1997.

VERONIKA, Vera; MELO, Higo; CERRADO, Loko Do. *Reciclando sonhos*. Brasília-DF, 2016. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=87&v=0GafibLSxRw](https://www.youtube.com/watch?time_continue=87&v=0GafibLSxRw)>

VILLARREAL, Andrés; SILVA, Bráulio F. a. Social Cohesion, Criminal Victimization and Perceived Risk of Crime in Brazilian Neighborhoods. *Social Forces*, v. 84, n. 3, p. 1725-1753, 2006.

WACQUANT, Loïc. *Punishing the poor: The neoliberal government of social insecurity*. Duke university Press, 2009.

WARNER, Barbara D. Whither poverty? Social disorganization theory in an era of urban transformation. *Sociological Focus*, v. 32, n. 1, p. 99-113, 1999.

WARNER, Barbara D. the Role of Attenuated Culture in Social Disorganization Theory. *Criminology*, v. 41, n. 1, p. 73-97, 2003.

WARNER, Barbara D. Directly intervene or call the authorities? A study of forms of neighborhood social control within a social disorganization framework. *Criminology*, v. 45, n. 1, p. 99-129, 2007.

WEISBURD, David. The law of crime concentration and the criminology of place. *Criminology*, v. 53, n. 2, p. 133-157, 2015.

WEISBURD, David. Hot Spots of Crime and Place-Based Prevention. *Criminology and Public Policy*, v. 17, n. 1, p. 5-25, 2018.

WEISBURD, David; AMRAM, Shai. Law of Concentration of Crime at Place: Case of Tel Aviv-Jaffa. In: JONATHAN-ZAMIR, Taj; WEISBURD, David L.; HASISI, Badi (Eds.). *Policing in Israel: Studying Crime Control, Community, and Counterterrorism*. Boca Raton, FL: CRC Press, 2016. p. 9-22.

WHITE, Ian R.; ROYSTON, Patrick; WOOD, Angela M. Multiple imputation using chained equations: Issues and guidance for practice. *Statistics in Medicine*, v. 30, n. 4, p. 377-399, 2011.

WHYTE, William Foote. *Street Corner Society: The Social Structure of an Italian Slum...* Chicago, IL: University of Chicago Press, 1943.

WICKES, Rebecca et al. Collective Efficacy as a Task Specific Process: Examining the

Relationship Between Social Ties, Neighborhood Cohesion and the Capacity to Respond to Violence, Delinquency and Civic Problems. **American Journal of Community Psychology**, v. 52, n. 1–2, p. 115–127, 2013.

WICKES, Rebecca et al. Neighborhood Social Ties and Shared Expectations for Informal Social Control: Do They Influence Informal Social Control Actions? **Journal of Quantitative Criminology**, v. 33, n. 1, p. 101–129, 2017.

WIKSTRÖM, Per-Olof H.; SAMPSON, Robert J. Social mechanisms of community influences on crime and pathways in criminality. In: LAHEY, Benjamin; MOFFITT, Terrie; CASPI, Avshalom (Eds.). **Causes of conduct disorder and juvenile delinquency**. New York: The Guildford Press, 2003. p. 118–148.

WILCOX, Pamela; CULLEN, Francis T.; FELDMEYER, Ben. **Communities and crime: An enduring American challenge**. Philadelphia: Temple University Press, 2018. v. 78

WILSON, William Julius. **The Truly Disadvantaged**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

WIRTH, Louis. Urbanism as a Way of Life. **American journal of sociology**, v. 44, n. 1, p. 1–24, 1938.

WOLTMAN, Heather et al. An introduction to hierarchical linear modeling. **Tutorials in Quantitative Methods for Psychology**, v. 8, n. 1, p. 52–69, 2012.

WU, Yow-Wu B.; WOOLDRIDGE, Powhatan J. The Impact of Centering First-Level Predictors on Individual and Contextual Effects in Multilevel Data Analysis. **Nursing Research**, v. 54, n. 3, 2005.

WULFF, Jesper N.; EJLSKOV, Linda. Multiple Imputation by Chained Equations in Praxis: Guidelines and Review. **Electronic Journal of Business Research Methods**, v. 15, n. 1, 2017.

YACCOUB, Hilaine. Gato de energia elétrica: do público ao privado, do jeitinho ao crime. In: V ENEC -ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro

ZALUAR, Alba. A abordagem ecológica e os paradoxos da cidade. **Revista de Antropologia**, v. 53, n. 2, p. 611–644, 2010. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41616386>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

ZALUAR, Alba. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. **Dados**, v. 55, n. 2, p. 327–365, 2012. 52582012000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>

ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da eficácia coletiva e violência: O

paradoxo do subúrbio carioca. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 84, n. 84, p. 174–197, 2009.

ZHANG, Lening; MESSNER, Steven F.; ZHANG, Sheldon. Neighborhood Social Control and Perceptions of Crime and Disorder in Contemporary Urban China. **Criminology**, v. 55, n. 3, p. 631–663, 2017.

ZIMRING, Franklin E. **When police kill**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2017

## APÊNDICE I - ROTEIROS DE ENTREVISTAS

## Roteiro de entrevistas

## Moradores

---

**Bloco I: Informações sócio demográficas**

1. Sexo:
  2. Qual a sua Idade:
  3. Qual das seguintes categorias descreve melhor sua cor/raça Branca;  
*Preta;*  
*Parda;*  
*Amarela OU;*  
*Indígena?*  
*Outra cor (ANOTE) \_\_\_\_\_*
  4. Atualmente o(a) Sr(a) é:  
*Solteiro(a);*  
*Casado(a);*  
*União estável/união consensual);*  
*Separado(a) judicialmente / Divorciado(a);*  
*Separado (a) não oficialmente OU*  
*Viúvo(a)*
  5. Tempo de moradia na cidade:
  6. Qual o curso mais elevado que já concluiu?
- 

**Bloco II – Sobre a cidade e seus conflitos**

7. Há quanto tempo você reside nessa vizinhança?
  - a. Onde você morava antes?
  - b. Por que decidiu se mudar para a Estrutural?
8. Em comparação com o local onde você morava, o que você acha da sua vizinhança?
  - a. O que você mais gosta?
  - b. E o que você não gosta?
9. Desde que você mudou para cá, como a vizinhança mudou?
  - a. Está melhor ou pior do que antes? Você tem exemplos?
10. Onde você mora?
  - a. Pensando na sua rua, o que você considera como sendo a sua vizinhança?
  - b. Quais os limites em termos de espaço?
11. O que os seus filhos gostam de fazer durante o final de semana?
  - a. Eles costumam ir para outras vizinhanças?
  - b. Onde eles vão?
12. Você possui parentes na vizinhança?
  - a. Você recebe ajuda deles?
  - b. Eles ajudam a criar os seus filhos?
  - c. Quem cuida dos seus filhos enquanto você está fora, no trabalho?

13. Você possui amigos na vizinhança?
  - a. Vocês costumam trocar favores?
  - b. Você teria exemplos?
14. O que é confiança para você?
  - a. Os moradores na sua vizinhança são confiáveis?
  - b. Como você sabe que pode confiar no seu vizinho?
  - c. Você teria exemplos?
  - d. Como você sabe que pode contar com os seus vizinhos?
  - e. Vocês se comunicam com frequência?
15. Com que frequência, você e seus vizinhos se encontram na porta de casa, conversam?
16. Com que frequência, as pessoas na sua vizinhança se ajudam?
  - a. Como por exemplo: pedem utensílios domésticos emprestados, cuidam de animais domésticos, pedem que vigiem suas residências em caso de viagens etc?
17. As pessoas na sua vizinhança se reúnem para discutir assuntos coletivos? Qual foi a última vez?
18. Existem associações de moradores na vizinhança?
  - a. Você tem conhecimento de algum movimento para conseguir melhorias para a vizinhança?
  - b. E para tratar de segurança, as pessoas na sua vizinhança se reúnem?
19. As pessoas em sua vizinhança se reúnem com funcionários da administração regional para tratar de temas do bairro?
  - a. E de outros serviços públicos: saúde; educação; transporte; segurança pública.
20. As pessoas em sua vizinhança se reúnem com empresários ou outros agentes econômicos para conseguir melhorias para o bairro?
21. Como você se sente ao transitar pela vizinhança durante o dia?
  - a. E durante a noite?
  - b. E como você se sente em frequentar lugares coletivos como bares, praças, festas etc?
22. (caso o entrevistado fale sobre violências ou crimes) Como você faz para evitar esses casos, para não passar por isso?
  - a. Como você faz com os seus filhos?
  - b. Eles ficam em casa ou evitam sair?
  - c. Quando não estão na escola, onde eles ficam? Quem cuida deles?
  - d. Você já foi agredido ou roubado na sua vizinhança? Descreva em detalhes.
  - e. Sua casa já foi invadida? Como foi isso? Nos conte detalhes.
  - f. O que você fez a respeito?
  - g. Nós ouvimos que as pessoas têm medo do avanço das drogas no seu bairro. Como vocês percebem a relação entre drogas e violência na sua vizinhança? Existem áreas proibidas (ou mais perigosas) na sua vizinhança? Você possui exemplos?
23. Como vocês acham que os moradores da sua vizinhança reagiriam nas seguintes situações?
  - a. Se um vizinho (adulto) visse pessoas de uma mesma família discutindo, gritando e/ou se agredindo.



- b. Se uma briga entre grupos de jovens (gangues) começasse em frente à sua residência.
  - c. Se presenciasse alguém sendo roubado.
  - d. Se visse crianças matando aula na sua vizinhança.
  - e. Se visse crianças ou adolescentes desrespeitando um adulto
  - f. Se o posto policial (ou a viatura que patrulha a vizinhança) estivesse em risco de ser mudado para outro bairro.
24. Como a polícia é vista por jovens/moradores/comerciantes na sua vizinhança?
- a. O que as polícias fazem bem?
  - b. O que as polícias poderiam fazer melhor?
  - c. Nos últimos dois anos, o trabalho das polícias melhorou ou piorou?
  - d. Como é a relação entre policiais e...
    - i. Jovens na sua vizinhança?
    - ii. Moradores adultos na sua vizinhança?
    - iii. Comerciantes na sua vizinhança?
25. Os serviços públicos são parte importante de uma comunidade. Como vocês avaliam os serviços públicos na sua vizinhança?
- e. O que vocês acham que deveria melhorar nas escolas da sua vizinhança?
  - f. O que vocês acham que deveria melhorar nos hospitais da sua vizinhança?
  - g. O que vocês acham que deveria melhorar nos serviços de transporte da sua vizinhança?
  - h. Nos últimos anos, esses serviços melhoraram ou pioraram?
26. Vocês gostariam de acrescentar algo mais sobre sua experiência na vizinhança e que seria importante para compreender e evitar crimes?
27. Você poderia indicar algum conselheiro ou morador para participar dessa pesquisa?
- a. Nome
  - b. Contato (telefone ou endereço)

## Roteiro de Entrevistas

## Professores/Policiais/Conselheiros tutelares

---

Bloco I: Informações sócio demográficas

1. Sexo:
2. Qual a sua Idade:
3. Qual das seguintes categorias descreve melhor sua cor/raça Branca;  
*Preta;*  
*Parda;*  
*Amarela OU;*  
*Indígena?*  
*Outra cor (ANOTE) \_\_\_\_\_*
4. Atualmente o(a) Sr(a) é:  
*Solteiro(a);*  
*Casado(a);*  
*União estável/união consensual);*  
*Separado(a) judicialmente / Divorciado(a);*  
*Separado (a) não oficialmente OU*  
*Viúvo(a)*
5. Qual o curso mais elevado que já concluiu?

---

Bloco II - Sobre as escolas<sup>154</sup>

6. Há quanto tempo você trabalha com educação?
7. Onde você trabalhava antes?
  - a. Em comparação com o lugar em que você trabalhava antes, quais o que você considera de mais positivo por trabalhar nessa escola?
  - b. E o que considera como mais negativo?
8. Por que decidiu trabalhar nessa escola?
9. Você já ouviu falar sobre casos de violências nessa escola?
  - a. Você se lembra de algum caso que tenha ficado na sua memória? Por quê? (descrever em detalhes, se possível)
  - b. Você já sofreu agressões verbais nessa escola? Como foi?
  - c. Você já sofreu agressões físicas nessa escola? Como foi?
10. Você orienta as pessoas sobre como evitar esses casos?
  - b. Quais são as violências mais comuns?
  - c. Em quais circunstâncias eles acontecem: dentro de casa, na rua, na escola?
  - d. Existem casos que se repetem com uma mesma criança ou adolescente? As mesmas pessoas são envolvidas ou os “agressores” são normalmente outros?
11. Na sua opinião, qual a importância da escola em evitar casos de violências?

---

<sup>154</sup> De acordo com o público-alvo, os temas das questões eram modificados para se referirem às suas atividades, como segurança pública e o conselho tutelar.

- e. Quais os obstáculos, os problemas que as escolas enfrentam para conseguirem evitar violências?
  - f. Como poderiam melhorar?
12. Você acha que falta supervisão por parte dos pais dos alunos dessa escola? Você teria exemplos?
- a. Você já conversou com pais de alunos dessa escola?
  - b. Quais são as principais dificuldades que eles enfrentam para acompanhar os alunos?
13. O que você acha de os alunos terem de estudar fora da cidade Estrutural?
- a. Os alunos já comentaram alguma coisa?
  - b. Existem problemas entre os alunos que moram na estrutural e os demais alunos dessa escola? Algum caso?
  - c. Os alunos preferem estudar fora da cidade estrutural?
14. Os alunos dessa escola são disciplinados? Respeitam limites? Respeitam ordens da direção? E dos professores?
15. Quais as características que um professor/orientador precisa ter para trabalhar na Estrutural?
- a. Em outras escolas essas características seriam necessárias?
16. Como você avalia o rendimento escolar dos alunos dessa escola?
- a. Comparando com outras escolas, o rendimento é melhor ou pior?
  - b. As metas de rendimento são diferentes para os alunos dessa escola em comparação com outras escolas?
- 

## Bloco II – Sobre a cidade e seus conflitos

17. Desde que você veio trabalhar aqui, como a vizinhança mudou?
- a. Está melhor ou pior do que antes? Você tem exemplos?
18. O que é confiança para você?
- a. Os seus colegas de trabalho são confiáveis?
  - b. Como você sabe que pode confiar no seu colega de trabalho?
  - c. Você teria exemplos?
  - d. Como você sabe que pode contar com eles?
19. Você sabe da existência de conflitos de grupos de jovens que estudam nessa escola?
- a. Já ouviu falar de conflitos entre os bairros Leste e Oeste da Estrutural?
  - b. Esses conflitos já interferiram na rotina da escola? Se sim, como foi?
20. O aterro sanitário da estrutural foi fechado. Você já ouviu os alunos falando sobre isso? Como foi?
- a. Você percebeu alguma alteração no rendimento/comportamento dos alunos por isso?
21. Vocês gostariam de acrescentar algo mais sobre sua experiência nessa escola e que seria importante para compreender e evitar problemas coletivos?
22. Você poderia indicar alguém da comunidade para participar dessa pesquisa?

**APÊNDICE II – ROTEIRO DOS GRUPOS FOCALIS**

Toda vizinhança é diferente. Como é morar na Estrutural?

- a) Os vizinhos se conhecem na sua vizinhança?
- b) Os vizinhos costumam trocar favores na vizinhança?
- c) Como vocês acham que a vizinhança mudou desde que vocês vieram para cá?
  - i) O que mudou para melhor?
  - ii) O que mudou para pior?
- d) Como as pessoas agem em casos de crimes aqui no seu bairro?
  - i. As pessoas costumam ligar para a polícia?
- e) Como vocês acham que os moradores da sua vizinhança reagiriam nas seguintes situações?
  - i. Se um vizinho (adulto) visse pessoas de uma mesma família discutindo, gritando e/ou se agredindo.
  - ii. Se uma briga entre grupos de jovens (ganguês) começasse em frente à sua residência.
  - iii. Se presenciasse alguém sendo roubado.
  - iv. Se visse crianças matando aula na sua vizinhança.
  - v. Se visse crianças ou adolescentes desrespeitando um adulto
  - vi. Se o posto policial (ou a viatura que patrulha a vizinhança) estivesse em risco de ser mudado para outro bairro.
- f) Como a polícia é vista no bairro?
  - i. O que a polícia faz bem?
  - ii. O que poderia melhorar?
  - iii. Em casos de crimes, os policiais são rápidos? São atenciosos? Agem com cortesia?

## ANEXO I – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DISTRITAL DE VITIMIZAÇÃO – 2018

**PESQUISA SOBRE MEDO E VIOLÊNCIA NO DISTRITO FEDERAL – 2018**

Subsecretaria de Gestão da Informação – SGI/SSPDF

Bom dia/ boa tarde. Meu nome é \_\_\_\_\_. Sou da IP7 e estou realizando uma pesquisa encomendada pela Secretaria de Segurança Pública sobre a segurança e violência no Distrito Federal. São perguntas de opinião do senhor(a), que serão utilizadas para realizar a avaliação das ações executadas visando a melhoria das mesmas. O(a) Sr(a) poderia me responder a algumas perguntas? Gostaria de esclarecer que os resultados desta pesquisa são confidenciais, e em nenhum momento seu nome será mencionado nos resultados.

**1. PERFIL SOCIOECONÔMICO**

PERFIL\_1. Sexo? 0.( ) Masculino 1.( ) Feminino

PERFIL\_2. Idade? [ \_\_\_\_\_ ] anos

PERFIL\_3. Região Administrativa? [ \_\_\_\_\_ ]

PERFIL\_4. Há quanto tempo aproximadamente o(a) Sr(a) mora nesta vizinhança? [ \_\_\_\_ ] anos 98.( ) Não sabe/ Não lembra

PERFIL\_5. Qual o seu estado civil:

0.( ) Solteiro(a);

3.( ) Separado(a) judicialmente / Divorciado(a);

1.( ) Casado(a);

4.( ) Separado (a) não oficialmente OU

2.( ) União estável/união consensual);

5.( ) Viúvo(a)

PERFIL\_6. Em relação à sua orientação sexual, o(a) Sr(a) diria que é: [LEIA ATÉ A INTERROGAÇÃO]

0.( ) Heterossexual, isto é, alguém que tem afeto e desejo sexual por pessoas de sexo diferente do seu

1.( ) Homossexual, ou seja, alguém que tem afeto e desejo sexual por pessoas do mesmo sexo que o seu

2.( ) Bissexual, alguém que tem afeto e desejo sexual tanto por pessoas de sexo diferente quanto por pessoas do mesmo sexo que o seu

3.( ) Não tem orientação sexual (não-binário)?

PERFIL\_7. Qual das seguintes categorias descreve melhor sua cor/raça: [LEIA ATÉ A INTERROGAÇÃO]

0.( ) Branca

2.( ) Parda

4.( ) Indígena?

1.( ) Preta

3.( ) Amarela OU

PERFIL\_8. Qual é o curso mais elevado que já concluiu? Até que série o(a) Sr(a) estudou? [ESPONTÂNEA E ÚNICA]

0.( ) Sem instrução (Não frequentou nenhuma escola ou inst. de ensino)

5.( ) Superior incompleto (Universidade/Faculdade incompleto)

1.( ) Ensino Fundamental incompleto (1º Grau comp.)

6.( ) Superior completo (Universidade/Faculdade comp.)

2.( ) Ensino Fundamental completo (1º Grau comp.)

7.( ) Pós-graduação

3.( ) Ensino Médio Incompleto (2º Grau comp.)

4.( ) Ensino médio completo (2º Grau Completo)

PERFIL\_9. Atualmente qual é aproximadamente a sua renda total mensal, somando todas as fontes como salário, pensão, aposentadoria, benefícios sociais, aluguéis, bicos? [ESTIMULADA E ÚNICA]

0.( ) Até 1 salário mínimo (R\$ 969,00)

5.( ) Mais de 10 até 15 salários mínimos (R\$ 14.535,00)

1.( ) Mais de 1 até 2 salários mínimos (R\$ 1.938,00)

6.( ) Mais de 15 até 20 salários mínimos (R\$ 19.380,00)

2.( ) Mais de 2 até 3 salários mínimos (R\$ 2.907,00)

7.( ) Mais de 20 salários mínimos (R\$ 19.380,00)

3.( ) Mais de 3 até 5 salários mínimos (R\$ 4.845,00)

98.( ) Não sabe/Não lembra

4.( ) Mais de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 9.960,00)

PERFIL\_10. Agora gostaria de saber qual é aproximadamente a renda total mensal do(a) CHEFE DA FAMÍLIA, somando todas as fontes como salário, pensão, aposentadoria, benefícios sociais, aluguéis, bicos? [ESTIMULADA E ÚNICA]

0.( ) Até 1 salário mínimo (R\$ 969,00)

6.( ) Mais de 15 até 20 salários mínimos (R\$ 19.380,00)

1.( ) Mais de 1 até 2 salários mínimos (R\$ 1.938,00)

7.( ) Mais de 20 salários mínimos (R\$ 19.380,00)

2.( ) Mais de 2 até 3 salários mínimos (R\$ 2.907,00)

87.( ) Eu sou o chefe da família

3.( ) Mais de 3 até 5 salários mínimos (R\$ 4.845,00)

88.( ) Não sabe/Não lembra

4.( ) Mais de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 9.960,00)

99.( ) Não respondeu/Recusa

5.( ) Mais de 10 até 15 salários mínimos (R\$ 14.535,00)

PERFIL\_11. Com que frequência o sr. (a) frequenta a missa, culto, cerimônias ou atividades de sua religião? [ESTIMULADA E ÚNICA]

0.( ) Pelo menos uma vez por semana

2.( ) Raramente

1.( ) 1 a 3 vezes por mês

3.( ) Nunca

**2. AVALIAÇÃO POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

AVSEG\_1. De maneira geral, avalie a política de segurança pública do Governo de Brasília desde janeiro de 2015:

0.( ) Muito boa 1.( ) Boa 2.( ) Regular 3.( ) Ruim 4.( ) Muito ruim

AVSEG\_2. Você conhece o Programa Viva Brasília: nosso pacto pela vida?

0.( ) Não 1.( ) Sim 98.( ) Não sabe/Não lembra

**3. CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

<b>[RANDÔMICO]</b> Em uma escala de 0 a 10, sendo 0 "Não confia nada" e 10 "Confia muito", de uma maneira geral, o quanto você diria que confia:		<b>NOTA</b>
CONF_1.1	Corpo de Bombeiros Militar do DF	[ ]
CONF_1.2	Polícia Civil do DF	[ ]
CONF_1.3	Polícia Militar do DF	[ ]
CONF_1.4	DETRAN do DF	[ ]
CONF_1.5	Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal	[ ]
CONF_1.6	Câmara Legislativa do DF (Deputados Distritais)	[ ]
CONF_1.7	GDF (Governo do Distrito Federal)	[ ]
CONF_1.8	Justiça brasileira	[ ]
CONF_1.9	Forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica)	[ ]
CONF_1.10	Mídia (TV, jornal e sites de notícias)	[ ]

CONF\_2. Entre as instituições apresentadas acima, qual é a que você mais confia?

- |  |   |                          |
|--|---|--------------------------|
| 0.( ) Corpo de Bombeiros Militar do DF | 4.( ) Secretaria de Segurança Pública do DF | 8.( ) Justiça brasileira |
| 1.( ) Polícia Civil do DF              | 5.( ) Câmara Legislativa do DF              | 9.( ) Forças armadas     |
| 2.( ) Polícia Militar do DF            | 6.( ) GDF                                   | 10.( ) Mídia             |
| 3.( ) DETRAN do DF                     |   |                          |

**4. VISÃO SOBRE A VIOLÊNCIA**

A presente seção objetiva compreender como as pessoas enxergam a violência no cotidiano. Serão apresentadas algumas afirmações e você deve dizer se, numa escala de 0 a 10, sendo 0 discorda totalmente e 10 concorda totalmente, o quanto você concorda ou não com ela. Por favor responda com a máxima sinceridade e espontaneidade possível, lembrando que não existem respostas certas ou erradas. Na verdade, a resposta certa é a que melhor resposta é aquela que mais se aproxima da sua opinião.

Discorda totalmente										Concorda totalmente
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

MOV1.1	É justificável quando alguém agride com tapas ou socos o cônjuge quando descobre uma traição.	[ ]
MOV1.2	Quando alguém fala mal de você pelas costas sem razão, xingá-lo é justificável.	[ ]
MOV1.3	É certo espancar um parente caso ele tenha cometido abuso sexual com alguém da família.	[ ]
MOV1.4	Quando um desconhecido dá em cima da sua companheira(o) na sua frente, é justificável agredi-lo fisicamente.	[ ]
MOV1.5	Xingar alguém por ter furado fila é justo.	[ ]
MOV1.6	Um indivíduo que é pego assaltando merece apanhar.	[ ]
MOV1.7	Direitos humanos devem ser para humanos direitos.	[ ]
MOV1.8	Corrigir filho com tapas é aceitável.	[ ]
MOV1.9	Um casal, durante uma discussão, ofender-se com xingamentos e injúrias (palavrões) é normal.	[ ]
MOV1.10	Se algum desconhecido esbarra em você na rua e não lhe pede desculpas, xingá-lo é aceitável.	[ ]
MOV1.11	Agredir fisicamente um bêbado inconveniente é justificável.	[ ]
MOV1.12	Um indivíduo xingar alguém no trânsito, quando diante de uma manobra executada de maneira inadequada, é aceitável.	[ ]
MOV1.13	A pena de morte deve ser liberada para casos de crimes muito violentos.	[ ]
MOV1.14	Bandido bom é bandido morto.	[ ]
MOV1.15	Deveria ser dado mais poder para a polícia militar controlar a segurança nas ruas.	[ ]

MOV2. Na sua opinião, quais as principais causas da violência e criminalidade? [ATÉ 3 OPÇÕES] [DISCO DE OPÇÕES]

- |   |                           |  |
|---|---------------------------|--|
| 1.( ) Impunidade da justiça             | 7.( ) Falta de religião   | 13.( ) Gangues e facções                         |
| 2.( ) Falta de valores morais           | 8.( ) Desemprego          | 14.( ) Falta de direitos e oportunidades         |
| 3.( ) Tráfico de drogas                 | 9.( ) Consumo de drogas   | 15.( ) Discriminação e preconceito contra jovens |
| 4.( ) Baixa qualidade da educação       | 10.( ) Pouco policiamento | 16.( ) Ausência da família                       |
| 5.( ) Famílias que não educam os filhos | 11.( ) Mídia              |  |
| 6.( ) Pobreza econômica                 | 12.( ) Internet           |  |



## 5. SENSAÇÃO DE SEGURANÇA

[ATENÇÃO PESQUISADOR] LEIA CADA FRASE E PERGUNTE: O SR. (A) SE SENTE SEGURO(A) OU INSEGURO(A)? AGUARDE A RESPOSTA E PERGUNTE: MUITO OU UM POUCO? [ESTIMULADA E ÚNICA POR LINHA]	SEGURO(A)		INSEGURO(A)		Não tem veículo/Não usa transporte público	Não tem companheiro(a)
	Muito seguro(a)	Um pouco seguro(a)	Muito inseguro(a)	Um pouco inseguro(a)		
SSEG_1.1. Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde RESIDE durante O DIA?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	-	-
SSEG_1.2. Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde RESIDE durante A NOITE?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	-	-
SSEG_1.3. Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante O DIA?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	-	-
SSEG_1.4. Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante A NOITE?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	-	-
SSEG_1.5. Como o(a) Sr(a) se sente ao utilizar o ônibus público?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	-
SSEG_1.6. Como o(a) Sr(a) se sente ao utilizar o metrô?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	-
SSEG_1.7. (Caso tenha veículo) Como o(a) Sr(a) se sente ao trafegar pelas ruas no seu carro durante o DIA?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	-
SSEG_1.8. (Caso tenha veículo) Como o(a) Sr(a) se sente ao trafegar pelas ruas no seu carro durante a NOITE?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	-
SSEG_1.9. Como o(a) Sr(a) se sente quando está sozinho(a) em casa?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	-	-
SSEG_1.10. Como o(a) Sr(a) se sente quando está em casa acompanhado somente do companheiro(a)?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	-	5.( )

## 6. MEDO DA VIOLÊNCIA

[RANDÔMICO] Numa escala de 0 a 10, sendo 0 nenhum medo e 10 muito medo, você tem medo de:	Nota
MEDO_1. Ter sua residência invadida ou arrombada	[ ]
MEDO_2. Ter objetos pessoais de valor tomados a força por outras pessoas em um roubo ou assalto	[ ]
MEDO_3. Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados	[ ]
MEDO_4. Se envolver em brigas ou agressões físicas com outras pessoas	[ ]
MEDO_5. Morrer assassinado	[ ]
MEDO_6. Ser sequestrado	[ ]
MEDO_7. Sofrer sequestro relâmpago	[ ]
MEDO_8. Ser vítima de agressão sexual	[ ]
MEDO_9. Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro	[ ]
MEDO_10. Receber uma ligação de bandidos exigindo dinheiro	[ ]
MEDO_11. Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar, aquela que executa o policiamento fardado e ostensivo nas ruas	[ ]
MEDO_12. Ser vítima de violência por parte da Polícia Civil, aquela que atua investigando crimes e registra ocorrência nas delegacias	[ ]
MEDO_13. Ter o celular furtado ou roubado	[ ]
MEDO_14. Ter os seus conteúdos pessoais divulgados na internet	[ ]
MEDO_15. Ter os parentes envolvidos com drogas	[ ]
MEDO_16. Andar na vizinhança depois de anoitecer	[ ]

## 7. VITIMIZAÇÃO CRIMINAL

Nos últimos 6 meses, você foi vítima de: Se sim, informou à polícia?	Não	Sim, mas não informei à polícia	Sim, informei à PM	Sim, informei à PC	Sim, informei ao CBM	Sim, informei à outra polícia ou instituição
VIT_1. Roubo de veículo	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )
VIT_2. Roubo de outro bem (celular, jóia, dinheiro, etc)	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )
VIT_3. Furtos de veículo	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )
VIT_4. Furtos de outro bem (celular, jóia, dinheiro, etc)	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )
VIT_5. Agressão física (soco, chute, empurrão ou outro)	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )
VIT_6. Acidente de trânsito	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )
VIT_7. Violência sexual (estupro)	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )
VIT_8. Discriminação racial	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )
VIT_9. Fraude ou estelionato (cartão de crédito, compra que fez e não chegou, cheque sem fundo)	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )
VIT_10. Ameaça contra sua integridade física	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )

**B. VIZINHANÇA**

**VIZ\_1.** Na sua opinião, avalie as afirmações abaixo em **CONCORDO TOTALMENTE, CONCORDO, NÃO CONCORDO NEM DISCORDO, DISCORDO, DISCORDO TOTALMENTE.**

Concordo totalmente	Concordo em partes	Não concordo e nem discordo	Discordo em partes	Discordo totalmente
0	1	2	3	4

VIZ_1.1. As pessoas na vizinhança estão dispostas a ajudar umas às outras.	<input type="text"/>
VIZ_1.2. As pessoas na vizinhança são unidas.	<input type="text"/>
VIZ_1.3. As pessoas nessa vizinhança são confiáveis.	<input type="text"/>
VIZ_1.4. As pessoas nessa vizinhança geralmente não se relacionam bem.	<input type="text"/>
VIZ_1.5. As pessoas nessa vizinhança não compartilham os mesmos valores.	<input type="text"/>

**VIZ\_2.** Para as questões abaixo você pode responder **NUNCA, RARAMENTE, DE VEZ EM QUANDO, FREQUENTEMENTE E MUITO FREQUENTEMENTE.** Em relação aos contatos com seus vizinhos:

Nunca	Raramente	De vez em quando	Frequentemente	Muito frequentemente
0	1	2	3	4

VIZ_2.1. Você já pediu coisas emprestadas a um vizinho, como livros, revistas, louça, ferramentas, receitas ou comida?	<input type="text"/>
VIZ_2.2. Você já teve uma conversa com um vizinho ao vê-lo na rua?	<input type="text"/>
VIZ_2.3. Você já ajudou um vizinho ao tomar conta da sua casa enquanto este se ausentou, e cuidou de coisas como regar as plantas, recolher o correio ou alimentar animais de estimação?	<input type="text"/>
VIZ_2.4. Você já convidou um vizinho para ir a sua casa para tomar café ou outro tipo de convívio?	<input type="text"/>
VIZ_2.5. Você já falou com um vizinho sobre assuntos e problemas relacionados com a quadra ou condomínio?	<input type="text"/>
VIZ_2.6. Você já participou de reuniões para tratar de problemas da quadra ou do condomínio?	<input type="text"/>
VIZ_2.7. Você já participou de reuniões para tratar de problemas de segurança no bairro ou na quadra?	<input type="text"/>
VIZ_2.8. Você já participou de manifestações nas ruas para pedir melhorias para o bairro ou quadra?	<input type="text"/>
VIZ_2.9. Você já assinou abaixo-assinados/petições pedindo melhorias para o bairro/quadra?	<input type="text"/>
VIZ_2.10. Você já participou de reuniões com políticos para tratar de melhorias para o bairro/quadra?	<input type="text"/>

Você acha que os moradores interfeririam (p.ex: chamar os pais, ligar para a polícia, ligar para o conselho tutelar) nas seguintes situações: SIM, NÃO, TALVEZ	Não	Talvez	Sim
VIZ_3.1. Crianças/adolescentes matando aula	0.( )	1.( )	2.( )
VIZ_3.2. Crianças/adolescentes desrespeitando um adulto	0.( )	1.( )	2.( )
VIZ_3.3. Briga em frente à sua casa	0.( )	1.( )	2.( )
VIZ_3.4. Diminuição do número de policiais militares do Batalhão para a sua região	0.( )	1.( )	2.( )
VIZ_3.5. Adolescentes consumindo drogas ilícitas.	0.( )	1.( )	2.( )

**9. AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

<b>[RANDÔMICO]</b> Como o(a) Sr(a) avalia os seguintes serviços em sua vizinhança ou proximidade: [ESTIMULADA E ÚNICA POR LINHA]	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Não tem	Não uso
SP_1.1. A iluminação das ruas	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )	-
SP_1.2. Rede de energia elétrica	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )	-
SP_1.3. Saneamento básico (água e esgoto)	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )	-
SP_1.4. A pavimentação e manutenção das ruas	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )	-
SP_1.5. Tamanho e manutenção das calçadas	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )	-
SP_1.6. Praças públicas ou PEC mais próxima de sua residência	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )	-
SP_1.7. Escola pública mais próxima da sua residência	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )	-
SP_1.8. Posto de saúde ou hospital mais próximo da sua residência	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )	-
SP_1.9. Espaços de esporte, cultura e lazer	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )	-
SP_1.10. Oferta e qualidade de ônibus público na sua região	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )	6.( )
SP_1.11. Transporte público: metrô	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )	6.( )
SP_1.12. Policiamento nas ruas	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )	-
SP_1.13. A coleta de lixo e entulho nas ruas	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )	-



SP_1.14. Organização do trânsito como placas, passarelas, faixas de pedestre	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )	-
SP_1.15. Fiscalização das leis de trânsito	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )	5.( )	-

Nos últimos 6 meses o Sr.(a) viu na vizinhança:	Nenhuma vez	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Muito frequentemente
SP_2.1. Policiamento a pé?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )
SP_2.2. Policiamento em moto?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )
SP_2.3. Policiamento em carro?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )

### 10. AVALIAÇÃO DOS ÓRGÃOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

[LER PARA O ENTREVISTADO] ATENÇÃO PESQUISADOR – LEIA PARA O ENTREVISTADO: AGORA, VOU FAZER ALGUMAS PERGUNTAS PARA QUE VOCÊ AVALIE OS ÓRGÃOS DA SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.

[RANDÔMICO] Como o(a) Sr(a) avalia o trabalho dos órgãos da segurança pública em relação aos seguintes serviços: [ESTIMULADA E ÚNICA POR LINHA]	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
AVALSEG_1.1. Rapidez e qualidade no atendimento emergencial da Polícia Militar?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )
AVALSEG_1.2. Abordagem da Polícia Militar em revista pessoal?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )
AVALSEG_2.1. Trabalho da Polícia Civil na investigação de crimes?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )
AVALSEG_2.2. Rapidez e qualidade no atendimento e na elaboração dos documentos como registro de ocorrências, "nada consta" feitos pela Polícia Civil?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )
AVALSEG_3.1. Rapidez no atendimento emergencial do Corpo de Bombeiros Militar?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )
AVALSEG_3.2. Qualidade no atendimento emergencial do Corpo de Bombeiros Militar?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )
AVALSEG_4.1. Trabalho na organização e ordenamento do trânsito do DETRAN?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )
AVALSEG_4.2. Abordagem em blitz de trânsito feito pelo DETRAN?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )	4.( )

### 11. PERCEPÇÃO DE DESORDENS SOCIAIS

[RANDÔMICO] Em relação à presença de incivildades na vizinhança, nos últimos 6 meses, o(a) Sr(a) viu ou ficou sabendo de: [ESPONTÂNEA E ÚNICA POR LINHA]	Não	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes
DES_1.1. Pessoas vivendo ou dormindo na rua?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_1.2. Pessoas fazendo xixi ou cocô na rua?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_1.3. Pessoas praticando atos obscenos ou indecentes na rua?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_1.4. Ruídos ou música alta?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_1.5. Consumo de bebida alcoólica por jovens menores de idade	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_1.6. Maus tratos a animais	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_1.7. Animais domésticos (como cães e gatos) abandonados ou vagando pelas ruas	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )

[RANDÔMICO] Em relação à presença de comércio informal na vizinhança, nos últimos 6 meses, o(a) Sr(a) viu ou ficou sabendo de: [ESPONTÂNEA E ÚNICA POR LINHA]	Não	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes
DES_2.1. Vendedores ambulantes, camelôs na rua?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_2.2. Flanelinhas ou guardadores de carro?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_2.3. Pessoas se prostituindo nas ruas?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_2.4. Pessoas jogando ou apostando dinheiro em jogos como jogo do bicho, briga de galo, carteados?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_2.5. Pessoas pedindo esmolas ou outro tipo de ajuda na rua?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_2.6. Transporte público pirata?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_2.7. Pessoas oferecendo ligação clandestina de tevê a cabo (gato net)	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_2.8. Pessoas oferecendo ligação clandestina de energia elétrica	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_2.9. Pessoas oferecendo ligação clandestina de água	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_2.10. Pessoas vendendo lotes de forma irregular (grilagem)	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )

[RANDÔMICO] Em relação à presença de violência doméstica na vizinhança, nos últimos 6 meses, o(a) Sr(a) viu ou ficou sabendo de: [ESPONTÂNEA E ÚNICA POR LINHA]	Não	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes
DES_3.1. Vizinhos discutindo ou brigando dentro de casa	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_3.2. Pessoas idosas sendo agredidas por seus parentes?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_3.3. Crianças sendo agredidas por seus parentes?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_3.4. Mulheres, que residem na sua vizinhança, sendo agredidas por seus maridos ou companheiros ou por parentes?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )

<b>[RANDÔMICO]</b> Em relação à presença de violência urbana na vizinhança, nos últimos 6 meses, o(a) Sr(a) viu ou ficou sabendo de: <i>[ESPONTÂNEA E ÚNICA POR LINHA]</i>	Não	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes
DES_4.1. Pessoas quebrando janelas, pichando muros, fazendo arruaça ou destruindo equipamentos coletivos como orelhões, placas de rua, postes de luz, lixeiras?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_4.2. Barulhos de tiros?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_4.3. Pessoas andando com arma de fogo na rua que não fossem policiais ou seguranças 'legais' ou 'autorizados'?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_4.4. Pessoas se agredindo fisicamente na rua?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_4.4. Pessoas sendo assaltadas?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_4.5. Pessoas sendo mortas?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_4.6. Policiais ameaçando ou agredindo pessoas?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_4.7. Policiais recebendo dinheiro de pessoas?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_4.8. Presença de gangues ou facções criminosas?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_4.9. Pessoas consumindo drogas ilegais na rua?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_4.10. Pessoas vendendo drogas ilegais na rua?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_4.11. Pessoas sendo vítimas de estupro?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_4.12. Disputa de racha em via pública?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_4.13. Pessoas desconhecidas ou estranhas em atividade suspeita?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )

<b>[RANDÔMICO]</b> Pelo o que você percebe, na sua vizinhança existem: <i>[ESTIMULADA E ÚNICA POR LINHA]</i>	Não	Pouco	Mais ou menos	Muito
DES_5.1. Prédios, casas ou galpões abandonados?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_5.2. Carros abandonados, arrebentados ou desmontados nas ruas e quadras?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_5.3. Lixo espalhado pela rua	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_5.4. Ocupações irregulares (áreas invadidas)	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_5.5. Terrenos ou lotes vagos cheios de lixo e entulho ou com mato alto, cercados ou não?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_5.6. Obstrução do espaço de circulação da população com instalações irregulares (barracas, veículos, etc)	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )
DES_5.7. Cheiros desagradáveis de esgoto?	0.( )	1.( )	2.( )	3.( )

## 12. DADOS FINAIS

ANOTE O NOME, O TELEFONE E O ENDEREÇO DO ENTREVISTADO:

NOME \_\_\_\_\_

TELEFONE/CELULAR: ( ) \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

Endereço:	Nº:	Complemento: